FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

ANO 103 ★ Nº 34.299 | TERÇA-FEIRA, 28 DE FEVEREIRO DE 2023 | R$ 6,00

Crustáceo é pescado por apenas um barco no Brasil Adriano Vizoni/Folhapress

Governo retomará amanhã imposto sobre combustíveis

Alíquota da gasolina será maior do que sobre etanol, mas valor não foi definido

O Ministério da Fazenda anunciou ontem que a cobrança de impostos sobre combustíveis, suspensa no último semestre da gestão de Jair Bolsonaro (PL), será retomada amanhã. Os valores ainda estavam em discussão, mas a alíquota sobre a gasolina será maior do que a cobrada sobre o etanol.

A informação foi antecipada pela coluna **Mônica Bergamo.** A ideia por trás da diferença, segundo o governo, é desestimular o uso de combustível fóssil, mais poluente. Antes da desoneração, os tributos federais nos dois casos já eram distintos, de até R$ 0,69 o litro para gasolina e R$ 0,24 para etanol.

A Fazenda mantém a previsão de arrecadar com a reoneração R$ 28,9 bilhões.

Bolsonaro suspendera a cobrança de PIS e Cofins sobre esses produtos para conter a alta de preços nas bombas em ano eleitoral, e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) prorrogou a medida ao assumir, em janeiro.

Sob pressão mesmo de aliados, Haddad aventou a hipótese de nova prorrogação em detrimento da arrecadação. O anúncio da Fazenda indica que ele convenceu Lula da reoneração. Mercado A13

Cecilia Machado
Há 4 bons motivos para o fim da desoneração A30

Joel P. da Fonseca
Perigos ao se regular as redes
Na ausência de controles que impedem o acesso de todos à voz, caberá àqueles que produzem conhecimento e informação de qualidade entrar de forma mais decisiva no campo de embate retórico em que todos estão em pé de igualdade. Política A8

Promotoria vê falta de assistência a golpistas presos

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios vai fiscalizar o amparo jurídico aos 910 internos nos presídios do DF em decorrência dos atos de 8/1. Grande parte, dizem os promotores, não tem advogado ou recebeu assistência limitada. Política A7

Direitista favorito a presidir Paraguai faz elogios a petista

Mundo A12

Ton Molina /Fotoarena/Folhapress

LULA ABRE CAMPANHA DA VACINA BIVALENTE ANTI-COVID COM DOSE APLICADA POR ALCKMIN

Presidente e vice posaram para fotógrafos em centro de saúde no Guará (DF), onde Lula pediu que população tome o imunizante: 'É garantia para a família' B5

Moradia incerta é nova agonia das famílias do Sahy

Moradores da Vila Sahy, em São Sebastião, relatam dúvidas e medo com a situação de suas casas após os deslizamentos. Defesa Civil do município diz que ainda não pode confirmar o número de imóveis que serão interditados por risco de queda. Cotidiano B1

Quem optar por Pix terá prioridade na restituição do IR

Mercado A25

EDITORIAIS A2

O perigo da censura
Acerca de regulação da internet contra fake news.

Aposta de baixo risco
A respeito de proposta de Lula para a paz na Ucrânia.

Reuters

TORCIDAS DÃO BRINQUEDOS PARA CRIANÇAS TURCAS

Torcedores de Besiktas e Antalyaspor lançaram milhares de bichos de pelúcia na grama de arena em Istambul domingo (26); leste do país teve sismo de magnitude 5,6 ontem Mundo A11

Moraes decide que STF é responsável por julgar militares pelo 8 de Janeiro

O ministro Alexandre de Moraes determinou que cabe ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar crimes praticados nos ataques golpistas do dia 8 de janeiro, independentemente de os investigados serem civis ou militares. Ele também autorizou a PF a instaurar apurações sobre eventuais delitos de integrantes das Forças Armadas e das polícias.

Em sua decisão, que atendeu a pedido da PF, o ministro argumenta que o entendimento do Supremo é que a Justiça Militar "não julga 'crimes de militares', mas sim 'crimes militares'".

No governo, havia a visão de que os casos de membros das Forças não deveriam ficar na alçada do STF, mas a resistência de Moraes levou a uma reavaliação. Política A4

Receita acessou dados sigilosos de desafetos de Bolsonaro

O chefe da inteligência da Receita no início da gestão Bolsonaro, Ricardo Feitosa, acessou dados sigilosos do coordenador das investigações sobre "rachadinhas" e de Paulo Marinho e Gustavo Bebianno, ex-aliados que viraram desafetos, relata **Ranier Bragon.** Feitosa nega ilegalidade. A8

Tarcísio anuncia redução do ICMS de lácteos e informática

Mercado A14

ISSN 1414-5723

FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA
Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

Benett

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

O perigo do arbítrio

Cabe à Justiça decidir o que é ilegal nas redes; qualquer regulação adicional rumará à censura

Há sólido acúmulo de experiência histórica a desrecomendar que regimes democráticos restrinjam a expressão dos cidadãos. O alerta é útil quando o Brasil discute regular conteúdos dos meios digitais.

Sob a virtuosa intenção de prevenir a repetição do vandalismo golpista de 8 de janeiro, autoridades propugnam pelo endurecimento das regras da internet. A ideia, a ser esmiuçada em proposta legislativa, é induzir as empresas proprietárias a removerem conteúdo ilegal a despeito de ordem judicial.

Nesse ponto começam as dificuldades, que transformam a tarefa de tentar banir as incitações subversivas dentro dos marcos democráticos em algo próximo de uma aporia, um problema sem solução.

Nesses regimes, cabe só à Justiça decidir o que é ilegal, percorridos o devido processo e o amplo contraditório. Cidadãos e organizações privadas, em matéria discursiva, podem no máximo ter suas interpretações particulares, sujeitas a variação e controvérsia legítima, sobre o que viola as normas.

A fim de contornar essa barreira, os legisladores poderão cogitar a criação de comitês administrativos para arbitrar o conteúdo veiculado pelas plataformas. Abririam, nessa hipótese, uma porteira para intromissões abusivas e censoras no direito à expressão.

Por isso a melhor fórmula que as sociedades abertas encontraram para o dilema de discernir entre liberdade de exprimir-se, de um lado, e o discurso de incitação ao crime, do outro, é punir aqueles casos em que o autor tem condições de dar causa ao dano que promove.

Não se concebe, nesse modelo, facultar a um órgão do Executivo decidir o que deveria sair do ar. É preciso que os argumentos das partes tramitem no processo judicial regular. Previne-se a repetição desses crimes pela aplicação da pena aos delinquentes, não pela censura.

Muito mais efetivo do que qualquer tentativa de regular o que se diz nas redes será as autoridades investigativas e de persecução penal chegarem aos mandantes da depredação de 8 de janeiro. Já passa da hora de dar fim a prisões preventivas que carecem de justificativa e processar os envolvidos.

Seria de todo modo inútil proibir a circulação de ideias estúpidas, porque elas encontrariam escaninhos alternativos para se disseminar. É melhor deixar que a luz do Sol e o debate público as estiolem.

Perde-se, ademais, o foco do que faz sentido regulamentar. No caso das redes digitais, fica em segundo plano a grande distorção assentada no poder desproporcional de mercado das chamadas big techs.

A legitimidade que o Estado não tem para intrometer-se na expressão dos cidadãos ele a tem assegurada para defender os pilares da concorrência na economia.

Aposta de baixo risco

Lula tem pouco a perder ao sugerir proposta de paz na Ucrânia, mas deve conter megalomania

A política externa dos dois primeiros mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sempre dividiu opiniões. Para apoiadores, o petista presidiu o período de maior prestígio internacional do Brasil; já críticos apontavam megalomania em iniciativas inatingíveis para a musculatura política do país.

Com a devida dosimetria, ambas as assertivas são corretas. O boom das commodities dos anos 2000 favoreceu a posição brasileira e ajudou a inserir o país no conceito então emergente de Sul Global.

Grosso modo, trata-se de parcerias fora da esfera ocidental, liderada pelos Estados Unidos. Daí surgiram iniciativas como o Brics, com Rússia, Índia, China e África do Sul, que faziam sentido à época.

Grassava, contudo, um certo antiamericanismo pueril, o apoio a ditaduras esquerdistas amigas e propostas nas quais o Brasil acabou isolado —como o malfadado acordo nuclear com o Irã.

Desde que assumiu o poder pela terceira vez, Lula busca recolocar o Brasil no radar. Condições objetivas existem: o exílio voluntário do país sob o obscurantismo de Jair Bolsonaro (PL) traz uma vantagem agora, e o peso relativo brasileiro nas questões climáticas municia o petista de saída.

Fiel a seu estilo, ele palpitou sobre o maior problema geopolítico atual, a guerra na Ucrânia, mas de forma a não se comprometer.

Em vez de um elaborado plano, inexequível porque nem a agressora Rússia nem a agredida Ucrânia estão em um ponto de desgaste que as obrigue a negociação, Lula simplesmente disse que todos deveria sentar-se a uma mesa comandada por países neutros.

Como diz o Itamaraty, é uma proposta inicial, não alguma panaceia tropical a ser ofertada aos beligerantes. Até por isso, foi elogiada tanto em Moscou quanto em Kiev.

Além do estágio do conflito iniciado há um ano, a questão mais imediata é a China, país que, como a Índia e o Brasil, seria partícipe natural do tal "clube da paz".

Antagonista de Washington, Pequim é vista como parcial devido à aliança com Moscou —e até mesmo o vago plano de paz apresentado pelos chineses foi prontamente rejeitado no Ocidente.

Isso dito, ao contrário do que ocorreu no fiasco de 2010 com o Irã, o custo político de a ideia brasileira não prosperar é baixíssimo. E qualquer avanço que possa levar o nome do mandatário brasileiro, ainda que de forma indireta, terá sido um sucesso inaudito.

Dupla punição

Hélio Schwartsman

O Tribunal de Justiça de São Paulo, informa Mônica Bergamo, decidiu que impedir o aborto de um feto sem chance de vida extrauterina significa impor dupla punição à mulher, já que ela seria obrigada a seguir com uma gravidez destinada ao fracasso. Com esse arrazoado, o desembargador Edison Tetsuzo Namba reverteu decisão de primeira instância que impedia uma gestante de realizar o procedimento, apesar de o embrião não possuir nenhum dos rins e estar com os pulmões comprometidos.

A decisão do TJ é correta, mas, a meu ver, é ainda pouco. O direito ao aborto deveria ser um desdobramento lógico da autonomia da mulher. Se há algo que não faz sentido, é tratar o nascituro como um indivíduo com os mesmos direitos de uma pessoa natural, como parece ter feito a magistrada da primeira instância. Uma das consequências de fazê-lo seria a redução dos direitos da mulher.

Hoje não existem leis que impeçam uma gestante de envolver-se em atividades perigosas, como atravessar o cabo Horn a nado ou pular de montanhas de "wingsuit". Também não há normas que a forcem a abster-se de comportamentos que comprometam a saúde do nascituro, como fumar e tomar porres diariamente. Se o feto fosse tratado como uma pessoa com direitos iguais aos da gestante, membros do Ministério Público ficariam tentados a impor restrições. Pior, o passo lógico seguinte seria criminalizar algumas dessas condutas. Engravidar significaria rebaixar o próprio estatuto jurídico.

A única forma de escapar desse e de outros paradoxos jurídicos —as sucessões viraram um campo minado se a personalidade jurídica viesse já com a concepção— é renunciar definitivamente à ideia de equiparar feto a pessoa e tratá-lo como uma entidade que vai ganhando não direitos, mas camadas de proteção à medida que a gravidez evolui.

Abortar um feto de oito meses exige razões mais sólidas do que interromper uma gestação de poucas semanas.

helio@uol.com.br

Apartheid social à beira-mar

Cristina Serra

Personagens do bolsonarismo nunca falham quando se trata de acentuar o apartheid social brasileiro. Eis que ressurge do ostracismo o ex-secretário de Comunicação do foragido, Fabio Wajngarten, em vídeo publicado pelo jornal O Globo. A gravação é de janeiro de 2020 e mostra reunião da associação de moradores de Maresias, em São Sebastião (SP).

O vídeo é didático sobre o modus operandi de certa elite no Brasil. Eis um trecho da exortação de Wajngarten (que tem casa no local): "Enquanto eu estiver em Brasília, usem a minha posição lá. Utilizem os meus contatos. Essa história da habitação, das casas, o Eliseu [Eliseu Arantes, então presidente da associação] me endereçou há uma semana, perto do Réveillon. Eu liguei para o presidente da Caixa Econômica [Pedro Guimarães, aquele do escândalo de assédio sexual] para saber se era verdade que o governo federal estava envolvido nisso. O presidente da Caixa não estava nem sabendo disso."

Pois ficou sabendo, e a Caixa atendeu à demanda da associação para impedir um projeto da prefeitura para a construção de 400 casas populares. Em rapidez incomum, o pedido foi negado no mesmo dia em que foi feito. O conjunto habitacional seria construído perto de um condomínio de luxo. Pobre em condomínio??? Só se for na cozinha ou limpando banheiro.

A catástrofe no litoral de São Paulo condensa muitos horrores num só: a cobrança de preços extorsivos por comida e água, a indiferença de turistas à dor de famílias destroçadas, a agressão a jornalistas. O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) ainda teve a desfaçatez de propor a verticalização das moradias na região, música para os ouvidos da especulação imobiliária.

A ciência nos diz o que fazer para evitar o agravamento dos extremos climáticos. Mas, sobreposta ao excesso de chuva, nossa desigualdade social aberrante é a força mais destrutiva a corroer os esforços para erguer uma sociedade democrática e solidária.

Putin e a arte de matar

Alvaro Costa e Silva

Em 7 de outubro de 2006, a jornalista Anna Politkovskaya, que denunciou a violência de Vladimir Putin na Tchetchênia, foi abatida na escada do prédio onde morava, em Moscou. Era o dia do aniversário de 54 anos de Putin. Logo surgiu a tese de que o assassinato seria uma espécie de presente e teria sido encomendado pela FSB —serviço de segurança herdeiro da antiga KGB.

A maioria da população não acreditou na tese. O escritor Emmanuel Carrère, que estava em Moscou na época, definiu a situação: "O país não se preocupa com as liberdades formais, contanto que cada um tenha o direito de enriquecer".

Fatos cada vez mais estranhos se sucederam. Em 2007, o espião Alexander Litvinenko —próximo ao magnata do petróleo Boris Berezovsky, inimigo de Putin— morreu em Londres, envenenado com polônio 210, substância controlada pelo Estado russo. O ex-prefeito de São Petersburgo Anatoly Sobchak —antes aliado de Putin, mas que começou a falar demais— também morreu envenenado.

Desde o início da invasão da Ucrânia, nove oligarcas —por coincidência ligados às duas maiores empresas de energia do país— morreram em circunstâncias suspeitas, como se fossem personagens de John Le Carré. São mortes atribuídas a suicídios ou acidentes, que fazem pensar em assassinatos disfarçados até quem não é fã de romance de espionagem. O último da lista foi o deputado Pavel Antov, que em dezembro caiu da sacada de um hotel na Índia.

Em seu livro "O Homem sem Rosto"— que narra como um agente medíocre da KGB conseguiu dobrar a Rússia prometendo reconstruir o império—, a jornalista Masha Gessen afirma: "Meu maior problema com Putin não era que ele roubava e acumulava riqueza; era que ele matava pessoas, tanto travando guerras quanto encomendando assassinatos". Com dezenas de milhares de mortos na Ucrânia, Putin ainda não está satisfeito.

O milagre do Jair

Juliano Spyer

Antropólogo, pesquisador do Cecons/UFRJ, autor de "Povo de Deus" e criador do Observatório Evangélico

A tarefa de Bolsonaro não foi simples. Para quem olha de fora, o mundo evangélico parece ser homogêneo, mas, na verdade, ele é como um Frankenstein de tradições e linhagens do protestantismo que nem sempre têm boas relações entre si. Será que outros políticos conseguirão angariar o mesmo tipo de lealdade que o ex-presidente obteve desse grupo nas eleições de 2018 e 2022? E o que precisam fazer para atingir esse propósito?

Consultei o pastor Sérgio Dusilek, ex-presidente da Convenção Batista Carioca (CBC), para entender por que igrejas evangélicas pentecostais e históricas atuaram de maneira coordenada para apoiar Bolsonaro. Resumo os argumentos dele a seguir, mas, antes, explicarei rapidamente como evangélicos pentecostais e históricos, os maiores grupos, são diferentes.

O evangélico pentecostal é predominantemente preto e pobre; o histórico é principalmente branco e das camadas médias e altas. A religiosidade pentecostal é encantada, "mágica"; inclui profetização, falar em línguas e incorporações. A igreja histórica é erudita e cerebral e os cultos são discretos. E há desconfiança entre eles: históricos desdenham a escolaridade baixa dos pentecostais; e estes acusam os históricos de terem uma fé fria, que, por isso, se afastou de Deus.

Apesar desse cenário complexo, quase 70% dos eleitores evangélicos escolheram o mesmo candidato em 2018 e 2022. Para Sérgio Dusilek, há quatro motivos maiores para explicar isso:

1 - Evangélicos históricos e pentecostais (incluindo neopentecostais) vêm se aproximando, por vertentes diferentes, do fundamentalismo de inspiração neocalvinista. Ao defender as pautas morais, o ex-presidente ganhou a atenção desses campos.

2 - A defesa aberta do conservadorismo moral atraiu a atenção da Global Kingdom Partnership Network (GKPN), uma organização norte-americana de direita, que atuou para ajudar a costurar alianças do ex-presidente com lideranças midiáticas e com representantes das igrejas mais influentes do país.

3 - Bolsonaro também deu protagonismo sem precedentes a evangélicos que sofrem com a síndrome do patinho feio. Entre 2018 e 2022, líderes desse grupo passaram a acompanhar regularmente o presidente em viagens oficiais e eram recebidos pela porta da frente dos palácios do Planalto e da Alvorada.

4 - Finalmente o ex-presidente estabeleceu uma relação pragmática com essas lideranças e denominações, encontrando meios para repassar verbas para essas organizações atuarem.

Estou curioso para descobrir quem disputará esse lugar de "candidato dos evangélicos" em 2026.

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Escolha de Zanin ao STF seria legítima

Advogado corresponde às prerrogativas legais, e influência política é inerente

Marcelo Knopfelmacher e Felipe Locke Cavalcanti
Advogado criminalista
Advogado, é procurador de Justiça aposentado do Ministério Público de São Paulo

Com a aposentadoria do ministro Ricardo Lewandowski até maio próximo, nova vaga se abrirá no Supremo Tribunal Federal. Nomes importantes já são cogitados e até mesmo defendidos para a missão.

Um aspecto desse processo de escolha, contudo, sempre vem à tona: a falta de ética na seleção de pessoas próximas ao chefe do Executivo.

Assim, os que serviram o presidente da República ou que pertencem a seu círculo social acabam virando alvo de ataques sistemáticos na imprensa, insuflando a população.

No âmbito jurídico, a Constituição brasileira, assim como de outros países, não impõe nenhum tipo de restrição acerca da proximidade do escolhido à figura do presidente. Os critérios, ao contrário, são objetivos (cidadãos com mais de 35 e menos de 70 anos de idade) e minimamente subjetivos (notório saber jurídico e reputação ilibada). Dizemos "minimamente" porque mesmo os critérios subjetivos também são de objetiva conceituação: notório saber jurídico significa que o escolhido precisa ter experiência jurídica prévia e comprovada atuação profissional e/ou acadêmica; e reputação ilibada significa que o escolhido deve ter bom comportamento social como ausência de antecedentes criminais, postura gregária e ser socialmente respeitado.

Já no âmbito político, a escolha invariavelmente será política pelo fato de que nossa Constituição atribui ao chefe do Executivo, com aprovação do Senado, o nome do futuro ministro do STF. Ou seja, em última instância, é a classe política que procederá à escolha e nomeação.

Não é diferente nos Estados Unidos nem tampouco no Reino Unido. Nos EUA, a Constituição atribui à classe política o poder de decisão sobre as nomeações dos juízes da Suprema Corte ao preconizar que o presidente nomeia juízes "por e com o conselho e consentimento do Senado".

A Biblioteca do Congresso dos EUA afirma que, embora a qualidade dos indicados seja imprescindível, "a política também desempenha um papel importante", já que seus presidentes tendem a nomear candidato que tenha a mesma opinião política.

No Reino Unido, o ministro da Justiça convoca uma comissão de seleção dos candidatos presidida pelo presidente da Suprema Corte. O ministro da Justiça pode pedir à comissão que reconsidere sua decisão se o candidato recomendado não for "adequado" ou rejeitar o candidato liminarmente. E o rei promove a nomeação "a conselho do primeiro-ministro", o qual tem a obrigação legal de seguir a escolha da comissão.

[...]

Caso a própria pessoa física do presidente esteja em julgamento na corte, cabe a cada ministro declarar sua suspeição para julgar o processo se por ele mesmo escolhido. Foi o que ocorreu com o ministro Marco Aurélio, que se declarou suspeito para julgar causa de interesse de seu primo que o escolheu para o Supremo, o então presidente Collor

O advogado Cristiano Zanin, um dos fortes candidatos à vaga, detém indiscutivelmente notório saber jurídico e reputação ilibada, além de ser cidadão que conta com mais de 35 e menos de 70 anos.

O fato de ter sido advogado do presidente em nada desabona a escolha de seu nome, seja porque as decisões do Poder Judiciário devem ser sempre fundamentadas (artigo 93, IX, da Constituição), seja porque o STF está sujeito ao escrutínio público.

Caso a própria pessoa física do presidente esteja em julgamento na corte, cabe a cada ministro declarar sua suspeição para julgar o processo se por ele mesmo escolhido. Foi o que ocorreu com o ministro Marco Aurélio, que se declarou suspeito para julgar causa de interesse de seu primo que o escolheu para o Supremo, o então presidente Fernando Collor de Mello.

Eros Grau, antes de assumir uma cadeira no STF, já havia sido advogado do presidente que o escolheu (o próprio Luiz Inácio Lula da Silva). Nem por isso foi um adesista às teses de interesse do governo. E foi um grande ministro do Supremo.

As vozes que bradam contra os advogados que hoje compõem a corte, em virtude dos relevantes serviços prestados a seus clientes de variado espectro (empresas públicas e privadas, pessoas físicas, classe política etc.) precisam compreender que a atuação profissional anterior com expressão no cenário nacional é circunstância que só enobrece o tribunal e prestigia a nossa Constituição.

Tapinhas nas costas e serviços básicos não evitam desastres

Quem tem a caneta na mão sabe do risco iminente de novas catástrofes

Gilson Rodrigues
Líder comunitário de Paraisópolis, na cidade de São Paulo, é presidente do G10 Favelas

As fortes chuvas que castigaram o litoral norte paulista no Carnaval e alagaram casas, vielas e ruas de São Paulo não são fenômenos isolados. Muito menos consequências naturais. Já se sabe o endereço de onde serão os próximos desastres: eles estão mapeados e organizados nas mesas dos que estão no poder.

Tudo isso é consequência da falta de políticas públicas efetivas, que garantam o direito habitacional com dignidade de vida para as comunidades mais vulneráveis do nosso país. É mais uma violência do Estado contra a população mais carente, que mora em casas pequenas, em cima de córregos e com famílias numerosas, tratada como marginal e violenta. Não somos violentos nem tampouco marginais. Somos, sim, violentados todos os dias pela ausência de políticas públicas.

Os "tapinhas nas costas" recebidos nos anos de eleições e a cada grande desastre não estão evitando mortes e perdas. Na verdade, mascaram o descaso e a falta de comprometimento do poder público, que nos seus planos de governo nem sequer citam as palavras "periferia" e "favelas", silenciando nossas necessidades.

Foram ao menos 65 mortos no litoral norte — três deles viviam em Paraisópolis, na zona sul de São Paulo. Nesta mesma época, em outros anos, estávamos enterrando mais moradores de áreas de risco por deslizamentos decorrentes de fortes chuvas. Teresópolis em 2011, Espírito Santo em 2013, São Paulo em 2021, Petrópolis, Bahia e Paraisópolis em 2022, litoral norte em 2014 e 2023 e tantas outras nem divulgadas.

Muitas instituições, organizações e até mesmo órgãos públicos estão unindo esforços para auxiliar de modo emergencial às famílias atingidas pelos desastres, então tidos como "naturais". A desapropriação compulsória é uma ação paliativa; no entanto, essas famílias não desejavam viver em áreas de risco. Elas não foram retiradas antes, voluntariamente, porque faltou do poder público a política pública correta para atender essas famílias. Cestas básicas, auxílio-aluguel e outras doações são necessárias, mas precisamos de mais: políticas públicas que resolvam os problemas.

[...]

Estamos falando sobre auxílio psicológico para as vítimas, principalmente as que perderam entes queridos. É sobre programas que assegurem moradias novas (...). As chuvas intensas e as enchentes passam, mas os traumas, perdas e consequências desses desastres, não. Não é hora de tapinha nas costas. É hora de agir

Estamos falando sobre auxílio psicológico para as vítimas, principalmente as que perderam entes queridos. É sobre programas que assegurem moradias novas, com eletrodomésticos novos, em localidades que não estão sob efeito de riscos climáticos, com as necessidades básicas garantidas, não distantes da vida urbana e das concentrações culturais e de socialização. Estamos falando de oportunidade de emprego para restituírem suas autonomias.

O Brasil teve quase 4.000 mortes por deslizamentos de terra nos últimos 24 anos, segundo o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT).

As chuvas intensas e as enchentes passam, mas os traumas, perdas e consequências desses desastres, não. Não é hora de tapinhas nas costas. É hora de agir. Quem tem a caneta na mão sabe do risco de novas tragédias, e que elas são iminentes.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

O antropólogo e professor Kabengele Munanga durante entrevista para a Folha em Itanhaém (SP) Karime Xavier/Folhapress

Impostos

"Governo Lula voltará a cobrar impostos sobre combustíveis, mas de forma desigual" (Mônica Bergamo, 27/2). Paulo Guedes priorizou a sociedade, a livre iniciativa, a população como um todo. Para isso, teve que enxugar o Estado, reduzir impostos e deixar a economia andar por si só, como fizeram os países que deram certo. A prioridade deste governo é a máquina do Estado e todos os que nela se dependuraram.
Colombo Melo (São Paulo, SP)

*

Bolsonaro, para tentar a reeleição, esvaziou o caixa do país. Fosse ele o eleito, o porvir seria tenebroso, eis que todos os preços subiriam sem piedade alguma. O novo governo, responsavelmente, tem que fazer o que é necessário para resolver esse cenário. Com menos de 60 dias de governo, não há tempo que permita formação de caixa no Tesouro a fim de subsidiar os combustíveis. É uma questão puramente econômica, nada a fazer por enquanto.
Cleiton Germano (São Paulo, SP)

Retratos

"Lula divulga foto oficial da Presidência; compare retratos dos três mandatos" (Política, 27/2). Gosto de todas as versões.
Maria Almeida (Rio Branco, AC)

*

Fotos diferentes, mesma demagogia, populismo e, principalmente, personalismo exacerbado. Quando se for Lula, vai-se o PT junto e por culpa única do mesmo.
Rodrigo Andrade (Belo Horizonte, MG)

Oferta e demanda

"'Bolsonaro store' entra no ar com promoção relâmpago e vira alvo de piadas nas redes" (Política, 27/2). Lançamento de calendário no fim de fevereiro. Mais um produto com selo tabajara de eficiência.
Roberto Sant'Anna Filho (Vitória, ES)

*

Já bastou o pesadelo de ver a imagem deste homem todos os dias durante quatro anos.
Beatriz Alvares (Campinas, SP)

Sigilo

"Chefe da inteligência da Receita acessou e copiou dados sigilosos de desafetos de Bolsonaro" (Política, 27/2). É triste saber que isso pode virar regra. Brasil sendo Brasil.
Marenildes Pacheco da Silva (Rio de Janeiro, RJ)

Família

"Bolsonaro defende invasores do 8/1: 'Chefe de família, mães e avós'" (Política, 27/2). Quanto mais ele fala, mais ele se enrola. Vai falando, defensor de baderneiros terroristas. Se ele achou aquilo normal, o mundo todo repudiou aquele desrespeito total à democracia. Todos na cadeia sim.
Ana Marques (Jundiaí, SP)

*

Até quando a **Folha** dará alto-falante ao inominável? O que ele pensa e opina é sempre deletério, bora virar essa página.
Katia Alonso (Cuiabá, MT)

*

Fale mais, Bolsonaro... Torne a acusação mais robusta com essas declarações. Continue...
Cissa Jorge (Rio de Janeiro, RJ)

Kabengele

"Educação cidadã é primordial para enfrentar racismo, diz Kabengele Munanga" (Política, 26/2). Kabengele, sua lucidez é espantosa. Desde o momento em que me identifiquei como negro, percebo que as pessoas brancas têm como seu maior desiderato a invisibilização das mulheres e dos homens negros. E não o fazem com subterfúgios. Por deter o poder branco em suas mãos, os cometem impudicamente porque não são penalizados pelas delinquências que perpetram, na pior das hipóteses, há quatrocentos anos.
Gerson Marciel de Oliveira (São Paulo, SP)

Punição

"Justiça condena donas de creche acusadas de amarrar crianças em SP" (Cotidiano, 27/2). Será que vai ser mais uma escola Base? Este filme eu já vi! Se isso se tornar evidente, é imprescindível que haja uma profunda investigação no Judiciário e no Ministério Público sobre abuso de poder ou pura incompetência.
Fernando José dos Santos (Santo André, SP)

*

Nem a Suzane von Richthofen, nem a Elize Matsunaga receberam uma pena dessas. Justiça obtusa.
Lorenzo Frigerio (Vargem Grande Paulista, SP)

Inteligência artificial

"Inteligência artificial não quer te destruir" (Tec, 26/2). Texto incrível. O ChatGPT não me alucinou, me mostrou como os engenheiros são bons em criar ferramentas (e isso é bom), e como o texto produzido é ruim. De todas as pessoas que conheço e mostrei esse ChatGPT, uma ficou alucinada. O resto achou só legal e levou na brincadeira mesmo. O mesmo aconteceu com o metaverso.
Caroline Neves (Várzea Paulista, SP)

Transporte público

"Idoso é atropelado ao descer de ônibus em SP" (Cotidiano, 27/2). Tentativa de homicídio de vulnerável e ainda recusa em prestar socorro. Esperamos punição exemplar.
Joana Souto (São Paulo, SP)

Beijo

"Chineses criam dispositivo que simula beijo à distância" (F5, 26/2). Logo chegaremos à rejeição total do contato físico. Miserável esse futuro possível.
Alex Sgobin (Campinas, SP)

*

Prazer sem risco de gravidez indesejada e sem risco de transmissão de doenças. Vida longa e próspera ao cybersex.
Alek Benito (São Paulo, SP)

Grade

Basta o primeiro menino preto e pobre encostar na grade para os riquinhos que vão frequentar o lugar se sentirem incomodados ("Novo Pacaembu terá grade no lugar de muro em trecho do clube esportivo", Mônica Bergamo, 27/2).
Marcelo de Souza (São Paulo, SP)

Yanomamis

Sou uma estudante do ensino médio e ler as reportagens da **Folha** me trouxe uma visão diferente sobre os yanomamis. Algumas pessoas ainda não entenderam a importância de tê-los conosco.
Ana Vitória Monteiro de Oliveira (Catalão, GO)

política

PAINEL | *Fábio Zanini*

painel@grupofolha.com.br

Pulga atrás da orelha

A possível indicação do advogado Cristiano Zanin para o STF tem deixado apreensivas pessoas delatadas pela Odebrecht. Ele é o autor da ação que anulou o uso dos softwares Drousys e MyWebDay como elementos de prova no caso, o que suspendeu processos contra Lula, seu cliente. Houve posteriormente 23 pedidos para que a decisão seja estendida a outros acusados, todos relatados por Ricardo Lewandowski, que se aposenta em maio. Eles serão herdados por quem substituir o ministro.

CASTELO DE CARTAS Caso indicado, Zanin terá de se declarar impedido. Os pedidos terão de ser redistribuídos para ministros que podem ter entendimento diferente, como Edson Fachin, André Mendonça ou Kassio Nunes. Entre os delatados com casos ainda pendentes estão o ex-deputado Eduardo Cunha, o ex-senador Edison Lobão e o advogado Tacla Duran, por exemplo.

ONDE DÓI A AGU prepara uma ação contra mais de 50 pessoas físicas e empresas que financiaram o transporte dos vândalos que atacaram as sedes dos Três Poderes em 8 de janeiro. O valor será de R$ 100 milhões, por danos imateriais coletivos, quando há violações à legislação e aos valores fundamentais da sociedade.

SEQUÊNCIA Será a terceira ação proposta pelo órgão na busca da reparação pelos atos. Na primeira, a AGU obteve o bloqueio de bens de pessoas e empresas que financiaram a ida de ônibus dos vândalos a Brasília. Na outra, houve pedido de ressarcimento de R$ 20,7 milhões pelos danos materiais causados aos prédios públicos.

E-COMMERCE Forças que têm polarizado a política brasileira, o lulismo e o bolsonarismo investiram praticamente de forma simultânea na venda de produtos em lojas on-line para apoiadores. A estreia da Bolsonaro Store, nesta segunda-feira (27), ocorreu 12 dias após o PT ter colocado no ar sua própria loja on-line com produtos para a militância.

PECHINCHA A versão petista tem maior diversidade de produtos, como camisetas, roupas de bebês, pôsteres e canecas. Em compensação, no único item comum às duas lojas, canecas de 325 ml, a versão do ex-presidente Bolsonaro é 14% mais barata que a de Lula: sai por R$ 54,90, contra R$ 63,90 da equivalente petista.

GRITO As centrais sindicais devem realizar ato unificado de 1º de Maio no Vale do Anhangabaú, na região central de São Paulo. Na sexta-feira (24), representantes da Força Sindical reuniram-se com o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), e solicitaram a utilização do espaço. As tratativas também terão que passar pela Viva o Vale, concessionária que administra o espaço desde 2021.

SOLUÇÃO IMEDIATA O governo Lula (PT) decidiu efetivar o engenheiro agrônomo César Aldrighi no comando do Incra, autarquia responsável por dar andamento às questões da reforma agrária do Brasil. Ele, que é funcionário de carreira do órgão, já vem ocupando o posto interinamente.

SUB O Painel mostrou que movimentos do campo como MST e Contag têm se queixado de lentidão do governo federal em relação às questões agrárias. Rose Rodrigues, ex-secretária de Agricultura de Sergipe, deverá ocupar uma diretoria no Incra. Havia expectativa no MST de que ela comandasse a autarquia, o que acabou não se confirmando.

DUPLA EXPOSIÇÃO O presidente Lula e o governador do RS, Eduardo Leite, negociam encontro em Brasília para discutir novas medidas de ajuda às áreas atingidas pela seca no estado. O governo federal já anunciou R$ 430 milhões para os afetados. Presidente do PSDB, Leite tem dito que pretende separar seu papel de oposição a Lula da relação institucional com a União.

DESOBSTRUÇÃO O prefeito de SP, Ricardo Nunes (MDB), pretende endurecer a punição para quem obstruir passagens de águas pluviais. Atualmente, a sanção para construtoras que jogam concreto em bueiros, por exemplo, é de R$ 1.040. Uma possibilidade é elevar esse valor para até R$ 10 mil. Candidato à reeleição, Nunes tem como um dos pontos frágeis a zeladoria urbana, pela qual sofre críticas frequentes.

PENSE BEM A associação dos auditores do Tribunal de Contas do Município de SP cobra de Nunes uma escolha técnica do novo conselheiro para a corte. Como mostrou o Painel, ele analisa quatro aliados políticos para a vaga, que será aberta em junho. Nunes se mostra incomodado com a sucessão de decisões desfavoráveis que têm atrasado obras e projetos.

PASSO ATRÁS A Abrasca (Associação Brasileira das Companhias Abertas) critica o retorno do voto de qualidade do Carf, como desejado pelo governo. A medida seria um "verdadeiro retrocesso" com potencial de gerar "lentidão processual, instabilidade e imprevisibilidade aos julgamentos administrativos", diz.

com Guilherme Seto e Juliana Braga

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL PLANO MENSAL	Digital Ilimitado	Digital Premium
	R$ 29,90	R$ 39,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa seg. a sáb.	dom.	Assinatura semestral* Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R$ 6	R$ 9	R$ 942,90
DF, SC	R$ 7	R$ 10	R$ 1.189,90
ES, GO, MT, MS, RS	R$ 7,50	R$ 11	R$ 1.501,90
AL, BA, PE, SE, TO	R$ 11,50	R$ 14	R$ 1.618,90
Outros estados	R$ 12	R$ 15	R$ 2.008,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
343.169 exemplares (janeiro de 2023)

Alexandre de Moraes durante sessão de abertura do ano judiciário Rosinei Coutinho - 1º.fev.23/Divulgação STF

Moraes decide que Supremo será responsável por julgar militares envolvidos no 8/1

Ministro fixou competência da corte para julgar membros das Forças Armadas e da Polícia Militar que são suspeitos de crimes no ataque

José Marques

BRASÍLIA O ministro Alexandre de Moraes fixou nesta segunda (27) competência do STF (Supremo Tribunal Federal) para processar e julgar crimes praticados nos ataques golpistas do dia 8 de janeiro, independentemente de os investigados serem civis ou militares.

Ele também autorizou a instauração de procedimento investigatório, pela Polícia Federal, de eventuais crimes cometidos por integrantes das Forças Armadas e das Polícias Militares relacionados "aos atentados contra a democracia que culminaram com os atos criminosos e terroristas do dia 8 de janeiro de 2023".

Havia dúvidas se, nesses casos, quem julgaria os militares seria o Supremo ou a Justiça Militar. Com a decisão, Moraes define que o STF é o responsável por analisar os casos.

"O Código Penal Militar não tutela a pessoa do militar, mas sim a dignidade da própria instituição das Forças Armadas competência ad institutionem, conforme pacificamente decidido por esta Suprema Corte ao definir que a Justiça Militar não julga 'crimes de militares', mas sim 'crimes militares'", afirma o ministro em sua decisão.

Moraes declarou que, na investigação sobre os atos golpistas do dia 8 de janeiro, não estão presentes "nenhuma das hipóteses" que definem o caso como de responsabilidade da Justiça Militar.

"Inexiste, portanto, competência da Justiça Militar da União para processar e julgar militares das Forças Armadas ou dos Estados pela prática dos crimes ocorridos em 8/1/2023", disse o ministro, citando como suspeitas de terem ocorrido, na ocasião, atos terroristas, ameaça, perseguição, dano, incitação ao crime, incêndio majorado, associação criminosa armada, golpe de Estado e abolição violenta do Estado democrático de Direito.

O ministro do STF determinou a abertura de um procedimento sigiloso para a investigação dos militares.

O pedido de investigação dos militares foi feito a Moraes pela Polícia Federal. Segundo o órgão, policiais militares que foram ouvidos nas investigações da Operação Lesa Pátria "indicaram possível participação/omissão dos militares do Exército Brasileiro, responsáveis pelo Gabinete de Segurança Institucional e pelo Batalhão da Guarda Presidencial".

Ao ministro a PF defendeu que a apuração de suspeitas de eventual crime cometido por militar das Forças Armadas seja feita pelo órgão e julgada pelo Supremo.

Como mostrou a **Folha**, um oficial da PM do Distrito Federal apontou em depoimento para a Polícia Federal a cúpula do Exército do governo de Jair Bolsonaro (PL) como responsável por impedir a desocupação do acampamento golpista em frente ao quartel-general em Brasília.

Ex-chefe do setor de operações da PM, Jorge Naime narrou em sua oitiva que o DF esteve pronto em diversas ocasiões para retirar os manifestantes do local antes da posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), mas as tentativas foram frustradas pelo comando do Exército.

Os generais citados foram o então comandante do Exército, Marco Antonio Freire Gomes, e o chefe do Comando Militar do Planalto, Gustavo Henrique Dutra. O general Marco Antonio Freire Gomes foi substituído por Julio Cesar Arruda, que ficou só 24 dias no posto, demitido por Lula após os ataques golpistas.

Naime detalhou em seu depoimento como o Exército barrou a entrada da PM no QG logo após os ataques e impediu a prisão de golpistas. O episódio já tinha sido mencionado. Assim que chegou ao local após os ataques, Naime conta que começou a discutir como seriam realizadas as prisões. Nesse momento, diz ele, um oficial do Exército informou que havia sido montada uma linha de choque inclusive com blindados, para impedir a entrada da PM.

Segundo Naime, o general Dutra chegou ao local e passou a discutir com o interventor Ricardo Cappelli. O interventor defendia a entrada, e Dutra negou a permissão.

O Código Penal Militar não tutela a pessoa do militar, mas sim a dignidade da própria instituição das Forças Armadas competência ad institutionem, conforme pacificamente decidido por esta Suprema Corte ao definir que a Justiça Militar não julga 'crimes de militares', mas sim 'crimes militares'

Alexandre de Moraes
ministro do STF, em sua decisão que fixou a competência do Supremo para processar e julgar crimes praticados em 8 de janeiro, tenham sido cometidos por militares ou por civis

Dutra foi vitorioso na discussão uma vez que a PM não pode entrar na noite do dia 8 e somente realizou a retirada na manhã da segunda-feira (9), quando vários golpistas já haviam deixado o local.

No governo Lula, havia uma avaliação inicial de que os casos relacionados a membros das Forças Armadas deveriam ficar na Justiça Militar, mas interlocutores da gestão viram resistência de Moraes em adotar essa visão. A posição contrária fez com que o entendimento fosse reavaliado.

Houve entendimento de bastidores entre representantes dos ministérios da Justiça e da Defesa, além da AGU (Advocacia-Geral da União), segundo o qual as apurações envolvendo os fardados deveriam ficar com a Justiça Militar. O tema chegou a ser debatido durante reunião de ministros com o presidente Lula.

Apesar da decisão de Moraes desta segunda, ainda existem outras dúvidas a respeito do julgamento dos suspeitos de terem envolvimento com os atos golpistas do dia 8.

Um deles é onde serão julgadas as centenas de ações penais de forma que os trabalhos do Supremo e da Procuradoria-Geral da República não fiquem travados. Nesta segunda, Moraes deu liberdade provisória a ao menos 20 pessoas que foram detidas após os protestos. Elas terão que usar tornozeleira eletrônica.

Interlocutores de Moraes afirmam que a sua intenção inicial era manter os processos sob a tutela do tribunal, o que evita que eles fiquem parados e sem julgamento —ou que haja decisões divergentes entre os juízes caso sejam enviados para a primeira instância.

Porém não há uma equipe no Supremo que tenha condição de tocar a fase de instrução das ações, após o recebimento das denúncias. Nessa parte dos processos, são apresentadas as provas materiais, como documentos, e ouvidas as testemunhas. A partir daí, o juiz forma a convicção se irá condenar ou absolver o réu.

Tem sido cogitada é a criação de uma força-tarefa, com convocação de juízes, para conduzir essa fase dos processos.

Compra Agora viabiliza negócios de pequenos e médios varejistas

Startup é uma plataforma multi-indústrias B2B destinada a esse público; no ano passado, as vendas somaram R$ 4,8 bilhões, aumento de 28% sobre 2021

> Cada vez mais nós oferecemos novas categorias de produtos na plataforma, e o cliente não tem que acessar tantos fornecedores
>
> **Thaise Hagge,** diretora-geral do Compra Agora

COMPRA AGORA FACILITA A VIDA DO COMERCIANTE
Ecommerce oferece diversidade de itens no atacado

Produtos disponíveis
- Alimentos em geral
- Bazar
- Bebidas
- Chocolates, doces e biscoitos
- Higiene e cuidados pessoais
- Papelaria
- Linha Pet
- Limpeza
- Utensílios domésticos

Como funciona
- Varejista cadastra a empresa no site e já pode fazer compras
- Cliente navega pelos itens e pode incluí-los em seu carrinho
- Plataforma sugere listas por marcas, categorias e popularidade
- Aceita pagamentos por cartão de crédito e débito, boleto e Pix
- Oferece crédito para compra mediante análise
- Itens são entregues e faturados pelo distribuidor mais próximo

EM CRESCIMENTO
Total em vendas (em R$ bilhões)

2022	Previsão 2023
4,8	6

- Plataforma vai ampliar oferta de itens
- Rede de distribuidores – hoje de 110 – será expandida
- Modelo já foi exportado para outros países

PLATAFORMA COMPRA AGORA OFERECE
50 fornecedores e
+ de 500 indústrias

Adquirir produtos de diversas empresas por meio de um mesmo canal, com entrega rápida, disponibilidade de crédito, bem como manter um estoque abastecido e diversificado para seus clientes são objetivos do pequeno e do médio varejista.

Destinado a esse público, o Compra Agora, que nasceu dentro da Unilever em 2016 para atender aos clientes da multinacional, em 2020 alçou voo próprio e se tornou uma plataforma multi-indústrias B2B.

Pelo site, aplicativo ou WhatsApp, comerciantes de todo o país têm acesso a grande número de fornecedores e produtos dos mais variados segmentos, como alimentos, bebidas, cuidados pessoais, roupa, casa, bomboniere, entre outros, além de serviços exclusivos.

"Os pequenos e médios são muito representativos no mercado brasileiro", diz Thaise Hagge, diretora-geral do Compra Agora. Somente na área de alimentos, de acordo com a executiva, são de 400 mil a 500 mil pontos de venda espalhados pelo Brasil.

Um dos diferenciais da plataforma é o conhecimento profundo das necessidades de seu público. O site foi criado com o objetivo de vender produtos da Unilever para pequenos e médios varejistas, mas logo a equipe percebeu que para se tornar relevante para o mercadinho não bastava ofertar marcas e produtos de somente uma indústria.

"É um mercado muito pulverizado. As marcas da Unilever representam cerca de 5% dos produtos ofertados nos mercadinhos, nós precisávamos de mais marcas, mais indústrias para sermos relevantes", afirma Thaise.

"Para que a plataforma se tornasse relevante para os clientes era preciso ofertar pelo menos 30% a 50% da cesta e esse foi o insight chave para transformar a Compra Unilever em Compra Agora e rever nosso modelo de negócio para acolher as demais indústrias."

Nesse sentido, a multinacional tornou-se cliente do Compra Agora, que buscou outras indústrias. Hoje, a plataforma consegue atender a pelo menos 30% das necessidades dos comerciantes, sem que eles tenham que procurar em outro lugar. São mais de 500 marcas e 40 categorias.

"Cada vez mais nós oferecemos novas categorias de produtos na plataforma, e o cliente não tem que acessar tantos fornecedores", comenta Thaise.

SERVIÇOS

A tecnologia ajudou o empreendimento a atingir grande capilaridade, pois uniu de forma inédita, no mesmo ambiente, a indústria, distribuidores e lojistas, oferecendo novas soluções e conteúdos que auxiliam no desenvolvimento dos negócios dos varejistas.

"Os pequenos já eram a nossa área de expertise, então nós conhecemos as dores desses empresários", declara Thaise.

Um dos destaques é a oferta de crédito em condições vantajosas para aquisição dos produtos. O próprio comerciante escolhe o prazo para pagamento e não tem que recorrer aos distribuidores ou bancos.

O site consegue também facilitar a navegação do usuário ao produzir listas sugeridas de categorias e produtos, que facilitam o processo de reposição, por meio de análises de portfólio ideal para o pequeno e médio varejista.

Na área de conteúdos, o Compra Agora disponibiliza material educacional sobre administração de um negócio, como gestão de estoque, finanças, fluxo de caixa, planograma e compras de final de ano.

"Nosso negócio tem um propósito claro: a prosperidade do pequeno varejo. Para isso desenvolvemos produtos e serviços que possibilitem que os varejistas comprem bem, vendam bem e gerenciem bem o seu negócio", destaca Thaise. O Compra Agora oferece ainda crédito, mediante análise, ao pequeno varejista.

MOVIMENTO

Alimentos, produtos de higiene e limpeza são os mais pedidos no Compra Agora. O gasto médio dos clientes é de R$ 3.000 por mês. Segundo Thaise, há cerca de 430 mil varejistas inscritos no site. Desses, por volta de 65 mil compram por mês. No período da Black Friday, em novembro, o número chegou a 70 mil.

No ano passado, as vendas pelo Compra Agora no Brasil somaram R$ 4,8 bilhões, um aumento de 28% sobre 2020. A expectativa em 2023 é chegar a R$ 6 bilhões.

A empresa promove a adoção da digitalização entre os pequenos varejistas para que eles usem a tecnologia em benefício próprio. Consultores visitam pontos de venda para mostrar a plataforma de comércio eletrônico e auxiliar em sua utilização. Além do site e aplicativo para dispositivos móveis, a marca implementou vendas por WhatsApp.

EXPANSÃO

Para continuar a crescer, o Compra Agora pretende ampliar as categorias de produtos ofertados, a rede de distribuidores – hoje são 110 – e a oferta de crédito.

A empresa está de olho na demanda de pequenas farmácias e perfumarias e nas indústrias que produzem itens desses setores.

Thaise acredita que o negócio tem condições de se expandir mesmo se a economia não ajudar. Ela lembra que, principalmente na área de alimentos, as pessoas podem até mudar de marca, mas não deixam de consumir. "Nossa operação na Argentina, mesmo num cenário tumultuado, cresceu 107%", exemplifica.

O Compra Agora foi criado no Brasil, mas, além da Argentina, a plataforma já chegou ao México e ao Chile. "O modelo pode ser exportado para qualquer mercado fragmentado, em que o pequeno varejo seja bastante significativo e que a indústria precise de uma grande rede de distribuição", afirma Thaise. Para a diretora-geral do Compra Agora, América Latina, Ásia e África têm essas características.

Comandante apontou interferência política de Bolsonaro no Exército

Em conversa com auxiliares, Tomás Paiva criticou decisão de seu antecessor no caso Pazuello

Cézar Feitoza

BRASÍLIA O atual comandante do Exército, general Tomás Paiva, afirmou a subordinados que o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) interferiu em diversos momentos na Força e que, dentro dos quartéis, a política criou "desgastes" para os militares.

As declarações foram feitas em reunião com auxiliares no Comando Militar do Sudeste em 18 de janeiro — três dias antes da demissão do então comandante Júlio César de Arruda pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que decidiu colocar Tomás no posto.

O áudio foi gravado de forma escondida e divulgado pelo podcast Roteirices.

A **Folha** confirmou a veracidade da gravação, que circula em grupos de militares desde a última semana.

"Algumas interferências do governo, direta, na área militar. 'As novas motociatas do presidente Bolsonaro serão na Aman' —isso foi noticiado. Não ocorreu porque os nossos comandantes, nossos generais, conseguiram convencer o [ex-]presidente [Bolsonaro] que não era uma coisa adequada ter uma motociata, que é um ato político de apoio ao presidente, dentro da academia militar", disse Tomás.

Tomás ainda mencionou que os comandantes das Forças costumavam ficar quatro anos na função. No governo Bolsonaro, no entanto, o chefe do Exército foi trocado três vezes, sempre devido a interferências do ex-presidente.

Tomás Paiva, comandante do Exército, em discurso à Força antes de sua nomeação em janeiro Divulgação EsPCEx

"No governo passado tivemos uma coisa pouco usual que foram as três mudanças de comandante de Força. Passamos pelo general Pujol, depois o general Paulo Sérgio e depois o general Freire Gomes. Não deu para completar o tempo de quatro anos, que tinha sido normal em todos os governos. Esse é o contexto que estou mostrando para vocês do que ocorreu", completou.

O comandante também criticou a mudança do último desfile do 7 de Setembro para o Rio de Janeiro.

Como a **Folha** mostrou na ocasião, o então presidente determinou a mudança às pressas para realizar o evento militar em Copacabana, o mesmo local para o qual já estava marcada uma manifestação de apoio à sua reeleição.

"Eu estou colocando [as notícias] porque houve diversos pontos de interferência política dentro de temas que são militares."

> 'As novas motociatas do presidente Bolsonaro serão na Aman' —isso foi noticiado. Não ocorreu porque os nossos comandantes, nossos generais, conseguiram convencer o [ex-]presidente [Bolsonaro] que não era uma coisa adequada

> A gente tem que perdoar o pecador, mas tem que mostrar que o pecado aconteceu. Não pode aceitar o pecado, o erro. O erro [de Pazuello] aconteceu
>
> **Tomás Paiva**
> comandante do Exército

A gravação da reunião dura cerca de 50 minutos. No áudio, Tomás afirma que não considerou adequada a postura do ex-ministro Eduardo Pazuello, que, ainda sendo general da ativa, participou de motociata ao lado de Bolsonaro.

O comandante disse que a postura de Pazuello, que se elegeu deputado federal pelo PL-RJ, foi "inadequada". Ele sinalizou, ainda, não testar de acordo com a decisão do ex-comandante Paulo Sérgio de não punir o general.

"O comandante resolveu entregar o FATD [Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar], o general respondeu e [...] o pessoal considerou que a transgressão estava justificada. É muito difícil para um comandante [militar de área] criticar a decisão dele [comandante do Exército]. Eu posso até falar para ele o que eu penso, mas a decisão está tomada", disse.

"A gente tem que perdoar o pecador, mas tem que mostrar que o pecado aconteceu. Não pode aceitar o pecado, o erro. O erro aconteceu", concluiu.

As declarações foram dadas poucas horas depois de Tomás discursar durante evento interno realizado no Comando Militar do Sudeste sobre a importância do caráter apartidário e apolítico das Forças Armadas.

O discurso, feito em cerimônia de homenagem a militares mortos, foi divulgado nos canais do Exército um dia antes da demissão de Arruda.

O vídeo foi visto por auxiliares de Lula como um sinal de que Tomás cumpriria as ordens do petista, ao invés de se contrapor, como ocorreu com o comandante anterior.

Em conversas reservadas, no entanto, Tomás negou que tenha publicado a gravação do seu discurso legalista à tropa para influenciar na demissão de Arruda.

O comandante Tomás Paiva também aproveitou a conversa no Comando Militar do Sudeste para falar da participação de Bolsonaro em evento da Aman (Academia Militar das Agulhas Negras) em 2014.

Naquela ocasião, o então deputado federal aproveitou o fim da cerimônia do espadim para conversar com aspirantes e anunciar o seu interesse em disputar a eleição de 2018.

À época, Tomás era o comandante da Aman. A conversa foi gravada e publicada nas redes sociais de Bolsonaro.

"Ele era deputado federal, certo, e ele sempre comparecia nos eventos e foi recebido, conhece a academia, foi aspirante, sabe onde os cadetes ficam concentrados antes de entrar", afirmou Tomás.

"Eu não estava lá. Estava no Hotel de Trânsito recebendo as autoridades e ele foi ali, foi indo, foi indo, chegou nos aspirantes, falou e aquilo ali foi filmado e virou um 'start' da campanha dele", completou.

A **Folha** procurou o Exército pedindo para comentar as declarações de Tomás, mas não recebeu resposta até a publicação desta reportagem.

Quatro generais do Alto Comando também foram procurados pela **Folha** para comentar a gravação, mas somente um sabia da existência do áudio.

PGR pede que STF mantenha prisão de Torres para evitar destruição de provas

José Marques

BRASÍLIA A PGR (Procuradoria-Geral da República) pediu ao STF (Supremo Tribunal Federal) que mantenha a prisão preventiva de Anderson Torres, ex-ministro da Justiça e ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, por proteção à ordem pública e ao processo criminal.

Segundo pedido feito ao Supremo, assinado pelo subprocurador-geral Carlos Frederico Santos, a prisão do ex-ministro é necessária porque há risco de que ele oculte ou destrua provas relevantes para as investigações sobre os ataques golpistas do dia 8 de janeiro.

À época, Torres estava em viagem aos EUA. Ele retornou ao Brasil no dia 14. Torres comandava na ocasião a Segurança Pública do governo Ibaneis Rocha (MDB), afastado do cargo por decisão do ministro Alexandre de Moraes.

Em busca e apreensão realizada em sua residência, a Polícia Federal encontrou uma minuta (proposta) de decreto para o então presidente Jair Bolsonaro (PL) instaurar estado de defesa na sede do TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

Segundo a PGR, "estivesse o investigado em solo nacional gozando de liberdade, possivelmente esse e outros elementos de prova seriam ocultados ou destruídos, assim como ocorreu com seu aparelho celular, deixado nos EUA de maneira a impedir a extração de dados e análise da prova, o que demonstra ausência de cooperação para esclarecimento dos fatos".

"Não há, no momento, como dissociar as condutas omissivas de Anderson Gustavo Torres dos atos ocorridos no dia 8 de janeiro de 2023, com ataque às instituições democráticas e depredação e vandalismo dos prédios públicos na praça dos Três Poderes. Permanecem, portanto, inabalados os motivos da decretação de sua prisão preventiva, embasados na garantia da ordem pública, agora robustecidos com os novos elementos de prova", diz o órgão.

O ex-ministro da Justiça e ex-secretário de Segurança Pública do DF Anderson Torres Pedro Ladeira - 19.out.21/Folhapress

Torres, disse a PGR, participava de um grupo de WhatsApp chamado "Difusão", composto também pelo Comandante-Geral da Polícia Militar do DF e representantes da PM, da Polícia Civil, da secretaria e da PF.

Mas, na ocasião, ao ser informado da invasão da praça dos Três Poderes, encaminhou mensagem ao seu substituto na secretaria, "limitando-se a determinar que não deixasse 'chegar no Supremo', ao invés de determinar que as tropas a ele subordinadas impedissem qualquer avanço".

"Denota-se, assim, indícios de que Anderson possibilitou que os atos violentos se concretizassem, evidenciando omissão ao ordenar, unicamente, a proteção do prédio do STF", diz a PGR.

Ao ser preso, Torres disse ao STF que jamais questionou o resultado das eleições, vencidas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Ele disse ainda que sempre fez o trabalho com profissionalismo.

"Essa acusação me pegou muito de surpresa, a audiência de custódia não é o local de falar nada sobre isso, mas quero dizer que não tenho nada a ver com os fatos. Isso foi um tiro de canhão no meu peito, eu estava de férias, umas férias sonhadas por mim e pela minha família", afirmou, em audiência após a prisão.

> Permanecem inabalados os motivos da decretação de sua prisão preventiva [...] robustecidos com os novos elementos de prova
>
> **Carlos Frederico Santos**
> subprocurador-geral da República

Torres foi o primeiro ex-ministro da Justiça preso desde a redemocratização e o primeiro integrante do governo Bolsonaro preso em consequência dos atos antidemocráticos.

Na audiência, Torres afirmou ainda que chegou ao Ministério da Justiça "em um momento delicado" na relação entre os Poderes e que, à época, visitou todos os ministros do STF.

"Eu estava nos Estados Unidos e tive essa notícia [da depredação], tive que vir rápido depois da notícia da minha prisão e da busca e apreensão na minha casa, comprei uma passagem caríssima, tirada do meu salário. Não tenho outra renda, e preciso de oportunidade para falar isso, para me defender, para falar que não dei causa aos fatos", disse.

"Do jeito que eu saí, o que eu deixei assinado, eu deixei tranquilo, porque nem se caísse uma bomba em Brasília teria ocorrido o que ocorreu", disse.

Ex-presidente diz que golpistas presos são chefes de família

SÃO PAULO | UOL O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) voltou a falar sobre liberdade de expressão e defendeu as pessoas envolvidas na invasão e depredação das sedes dos três Poderes, em 8 de janeiro.

"Nós temos agora, vai completar dois meses, 900 pessoas presas, tratadas como terroristas. Que não foi encontrado, quando foram presos, um canivete sequer com elas. E estão presas. Chefes de família, senhoras, mães, avós", disse o ex-presidente nesta segunda-feira (27) durante o SA Summit 2023, na Flórida (EUA).

Bolsonaro comparou o caso brasileiro com a invasão do Capitólio em 6 de janeiro de 2021, quando apoiadores de Donald Trump, derrotado nas eleições, invadiram e depredaram o local. E disse que nos EUA a "grande maioria" das pessoas está "respondendo ao devido processo" em liberdade.

"No Brasil, não. As pessoas, a grande maioria, sequer estava na praça dos Três Poderes naquele fatídico domingo, que nós não concordamos com o que aconteceu lá."

Mais de 1.300 pessoas foram presas pelos atos golpistas que resultaram na depredação do Palácio do Planalto, do Congresso e do STF.

Segundo o Ministério Público Federal, que perfila os envolvidos nos atos golpistas, metade dos presos recebeu auxílio emergencial.

'Bolsonaro store' entra no ar e vira motivo de piadas nas redes

SÃO PAULO O deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) usou as redes sociais para divulgar o lançamento de um calendário com imagens da gestão de Jair Bolsonaro (PL) na Presidência da República.

O item foi disponibilizado na Bolsonaro Store, site que vende outros objetos temáticos do ex-presidente, com valores que chegam a R$ 109,90.

Na divulgação, o deputado anunciou desconto por tempo limitado, além de um brinde para os primeiros compradores da peça.

Em vídeo em frente ao Congresso, ele classifica o pai como "o melhor presidente da história da nossa República" e termina com o slogan da loja: "o nosso sonho segue mais vivo do que nunca". "Quem conhece o passado consegue enxergar melhor o futuro e é para manter vivo na sua memória os bons trabalhos do presidente Jair Bolsonaro é que eu te convido a conhecer o calendário da Bolsonaro Store", disse o deputado.

Na sequência, são exibidas cenas de Bolsonaro na posse, em motociatas, ao lado de militares, em um treino de tiro, visitando obras e em outros atos de campanha.

O assunto Bolsonaro Store se tornou um dos mais comentados no Twitter.

Usuários fizeram piadas com o lançamento do site, que, além do calendário com desconto de R$ 10 nas versões mesa (por R$ 49,90) e parede (R$ 59,90), vende itens como um troféu sobre base de madeira com a silhueta de Bolsonaro (R$ 109,90).

Promotoria vê falta de assistência a presos no 8/1

Há mais de 900 presos após 50 dias dos ataques em Brasília; parte não tem advogado, segundo promotores do DF

Marcelo Rocha

BRASÍLIA O MPDFT (Ministério Público do Distrito Federal e Territórios) instaurou procedimento para acompanhar e fiscalizar a prestação de assistência jurídica aos internos nos presídios do DF após as prisões decorrentes dos ataques golpistas de 8 de janeiro.

Grande parte dos detentos, segundo os promotores, não tem advogado constituído ou recebeu atendimento apenas em alguma fase da apuração.

A maioria segue atrás das grades após 50 dias das primeiras prisões. Segundo informações da VEP (Vara de Execuções Penais) do DF desta segunda-feira (27), são 910, sendo 605 homens e 305 mulheres.

Há 26 presos em unidades especiais por prerrogativas, como o ex-ministro da Justiça Anderson Torres, ex-comandantes da PM e advogados.

A Justiça disse ainda que 343 pessoas, liberadas com tornozeleira eletrônica, são monitoradas pelas autoridades distritais. Para 119 investigados, o acompanhamento foi transferido a outros estados, locais de origem dos manifestantes.

Por determinação do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, ao menos 1.420 pessoas foram presas em flagrante nos dias 8 e 9 de janeiro ou nas operações deflagradas pela Polícia Federal nas semanas seguintes.

Nesta segunda, em evento na Flórida (EUA), Jair Bolsonaro (PL) defendeu as pessoas presas após a invasão e depredação das sedes dos três Poderes.

Consequências dos ataques golpistas de 8/1

Reação Uma sequência de prisões e operações de segurança foi realizada mirando executores, fiadores e instigadores dos atos de vandalismo

Investigação A PF deflagrou a Operação Lesa-Pátria, tendo como alvos participantes e autores intelectuais dos ataques. A PGR criou grupos especiais para averiguar e buscar reparação pelos danos, e a AGU pediu bloqueio de R$ 20,7 milhões de 134 pessoas, 5 empresas e 2 entidades suspeitas de envolvimento e patrocínio

Responsabilização Os golpistas podem responder por crime contra o Estado democrático de Direito. Se identificada omissão, autoridades também poderão ser responsabilizadas

Prisão preventiva A maioria dos encarcerados está nesse regime, usado para evitar o cometimento de novos crimes ou a eliminação de provas. A prisão, neste caso, não é definitiva

Pedidos em aberto Procuradoria defendeu que acusados respondam em liberdade, mas não há ainda decisão do ministro Alexandre de Moraes. O magistrado concedeu o benefício em casos pontuais até o momento

1.420 presos em flagrante, ao menos, pelo 8 de janeiro

942 prisões em flagrante convertidas em preventivas

462 pessoas em liberdade provisória, com monitoramento por tornozeleira eletrônica*

PRISÕES REALIZADAS NA OPERAÇÃO LESA PÁTRIA

24 presos preventivamente

3 presos temporariamente

DENÚNCIAS DA PGR

689 acusados de incitar as Forças Armadas contra os Poderes, além de associação criminosa

225 apontados como executores dos ataques golpistas

1 servidor do Senado acusado de omissão

*Informação de 15 de fevereiro da Vara de Execuções Penais do DF

Fontes: Supremo Tribunal Federal, Polícia Federal e Procuradoria-Geral da República

"Nós temos agora, vai completar dois meses, 900 pessoas presas, tratadas como terroristas. Que não foi encontrado, quando foram presos, um canivete sequer com elas. Estão presas. Chefes de família, senhoras, mães, avós", disse o ex-presidente.

Comparou o caso com a invasão do Capitólio em 6 de janeiro de 2021, quando apoiadores de Donald Trump invadiram e depredaram o local. E disse que nos EUA a "grande maioria" das pessoas responde ao processo em liberdade.

"No Brasil, não", afirmou. "As pessoas, a grande maioria, sequer estava na praça dos Três Poderes naquele fatídico domingo, que nós não concordamos com o que aconteceu lá."

Os promotores do núcleo do MPDFT que acompanham a situação realizaram 15 inspeções entre janeiro e fevereiro.

O grupo colheu uma série de relatos com "reclamações quanto à deficiência da assistência jurídica periódica", afirmou a Promotoria em comunicado à **Folha**. O MPDFT encaminhou ofícios às defensorias públicas da União e do DF para tratar da assistência jurídica.

Procurada, a DPU (Defensoria Pública da União) informou que cerca de 250 pessoas que respondem às apurações sobre os atos golpistas estão sendo assistidas pelo órgão. E que muitos réus possuem advogados particulares constituídos.

"Atualmente 11 defensores públicos atuam nessas ações penais que foram instauradas no âmbito do Supremo Tribunal Federal. A DPU atua na prestação de assistência jurídica integral, formulando requerimentos de liberdade, apresentando peças defensivas e participando de atos processuais presenciais", afirmou o órgão.

E que os atendimentos são feitos "à medida que se revele necessária a coleta de dados e informações das pessoas assistidas pela instituição".

Nesta segunda, por exemplo, informou o órgão, dez defensores públicos federais e um do DF fizeram atendimento individualizado a mais de 120 presos e presas com esse objetivo de coletar dados para a defesa e formulações de pedidos de liberdade.

A Defensoria Pública do DF afirmou, por sua vez, que atua desde a data das prisões e que foram cinco visitas ao presídio masculino e três ao feminino.

Frisou que, embora não tenha atribuição para defender os presos quando acusados de crimes federais, o órgão tem feito "a prestação de serviços jurídicos, a fiscalização de direitos humanos, a inspeção das condições dos presídios, saúde, alimentação, acesso aos familiares".

Até o momento, a PGR (Procuradoria-Geral da República) denunciou 915 pessoas por participação nos atos golpistas.

A maioria (689), chamada de "incitadores", foi enquadrada em dois tipos penais: incitação ao crime por instigar as Forças Armadas contra os Poderes e associação criminosa.

Um outro grupo, de 225 pessoas, é o de "executores", detidos nas sedes dos três Poderes no dia 8 de janeiro e apontados como responsáveis pela depredação dos prédios.

Foram enquadrados pela Procuradoria nos crimes de associação criminosa armada, abolição violenta do Estado democrático de Direito, golpe de Estado e dano qualificado contra o patrimônio da União.

O Supremo e a PGR ainda procuram soluções para as centenas de ações penais contra os suspeitos de participarem e incentivarem os ataques golpistas. É consenso que, em qualquer cenário, haverá sobrecarga de serviços e uma provável necessidade de convocar reforços.

No STF, mostrou a **Folha**, interlocutores de Moraes afirmam que a sua intenção inicial era manter os processos sob a tutela do tribunal, o que evita que eles fiquem parados e sem julgamento —ou que haja decisões divergentes entre os juízes caso sejam enviados para a primeira instância.

Porém não há uma equipe na corte que tenha condição de tocar a fase de instrução das ações, após o recebimento das denúncias.

Nessa parte dos processos, são apresentadas as provas materiais, como documentos, e ouvidas as testemunhas. A partir daí, o juiz forma a convicção se irá condenar ou absolver o réu.

Uma possibilidade que tem sido cogitada é a criação de uma força-tarefa, com convocação de juízes, para tocar essa fase dos processos.

MPF cobra pedido de desculpas da União por uso político do 7 de Setembro no Rio

Italo Nogueira

RIO DE JANEIRO O MPF (Ministério Público Federal) ofereceu na sexta-feira (24) ação civil pública contra a União pelo uso político em favor do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) da festividade oficial do Dia da Independência promovida pelo Ministério da Defesa na praia de Copacabana, zona sul do Rio de Janeiro.

Na ação, a Procuradoria pede que, em caso de condenação, a União seja obrigada a realizar uma "cerimônia pública de pedido de desculpas" com a participação das Forças Armadas como meio de reparação aos danos causados.

O MPF pede para que haja declaração do presidente da República e dos comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica na data do ato.

A Procuradoria pede também que a União identifique os responsáveis pelo desvio do evento e abra procedimentos disciplinares caso necessário.

A ação não tem como alvo o ex-ministro Paulo Nogueira e nenhum dos comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica da época. Contudo, um procedimento ainda está aberto no MPF para avaliar os gastos com dinheiro público para o evento.

Como a ação tem como único alvo a União, a defesa ficará a cargo da AGU (Advocacia Geral da União) do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O Bicentenário da Independência foi comemorado nas primeiras semanas da campanha eleitoral de 2022. Bolsonaro, à época candidato à reeleição, fez convocações para os eventos numa tentativa de transformar as celebrações em um termômetro do apoio popular ao seu governo.

A pedido do então presidente, as Forças Armadas alteraram o local do evento do Rio de Janeiro para Copacabana, bairro onde tradicionalmente apoiadores de Bolsonaro se reúnem. As cerimônias de 7 de Setembro no Rio de Janeiro tradicionalmente eram na avenida Presidente Vargas, em frente ao Palácio de Duque de Caxias, sede do Comando Militar do Leste, no centro.

Bolsonaro cumprimenta apoiadores durante celebração do Bicentenário da Independência no Rio Ricardo Moraes - 7.set.22/Reuters

Foi preparada uma programação de oito horas de evento, com salva de tiros de canhão, saltos de paraquedistas, apresentação de bandas militares e exibição da Esquadrilha da Fumaça.

O pastor Silas Malafaia organizou um carro de som que ficou a alguns metros do palco das celebrações oficiais. O objetivo era que Bolsonaro pudesse discursar num espaço sem vínculo com os militares.

Bolsonaro deixou o palco oficial, em que Nogueira estava, quando aviões da Esquadrilha da Fumaça ainda faziam exibições previstas nos atos oficiais. Os discursos políticos no carro de som começaram quando as aeronaves da Esquadrilha da Fumaça ainda voavam.

No carro de som de Malafaia, Bolsonaro atacou seu então adversário Lula e repetiu ameaças ao STF (Supremo Tribunal Federal).

O MPF afirma que a única providência tomada pelos militares para evitar a confusão entre o evento oficial e o de campanha foi a ausência de microfone no palco das Forças Armadas.

"Havia previsibilidade e consciência do risco de diluição dos eventos cívico e político-partidário, inclusive pela proximidade física e geográfica dos eventos. Ainda assim, não houve a adoção de qualquer medida preventiva e eficaz em relação a este fato. Em outras palavras: inexistiu qualquer atuação efetiva, concreta e resolutiva para evitá-lo", escrevem os procuradores Jaime Mitropoulos, Júlio Araújo e Alina Caixeta.

"Ao contrário, os comandantes tomaram decisões que favoreceram ainda mais a confusão entre os eventos, como a transferência do local tradicional de celebração (Avenida Presidente Vargas), a instalação de espaço para autoridades a poucos metros do carro de som da manifestação na orla da praia de Copacabana."

A Procuradoria também relaciona o desvirtuamento da cerimônia com os atos golpistas de 8 de janeiro e pede que a Presidência regulamente a participação das Forças Armadas em festividades, a fim de inibir desvios de finalidade. O MPF solicita, ainda, a realização de curso para militares sobre a neutralidade política das Forças Armadas.

Perigos ao se regular as redes

Não matem as mídias sociais para abolir as fake news

Joel Pinheiro da Fonseca
Economista, mestre em filosofia pela USP.

Imagine que alguém diga, numa rede social, que Lula deu um golpe; que urnas foram fraudadas. É o tipo de afirmação que, para muitos, atenta contra a democracia e deveria ser retirada o mais rápido possível. Mas e a afirmação de que Michel Temer também deu um golpe? Nem digo que as duas sejam equivalentes (não são), mas mostrar isso exige uma argumentação nada trivial. Outro exemplo: negacionismo de ciências médicas deve ser deletado, mas e negacionismo de ciência econômica? Como, aliás, diferenciar, no dia a dia, negacionismo e real discordância ou ceticismo?

Com o receio de serem responsabilizadas por conteúdos que "atentem contra a democracia" mesmo na ausência de qualquer decisão judicial, o mais provável é que as empresas evitem essas discussões abstratas e simplesmente limitem debates polêmicos sobre temas sensíveis, isto é, aqueles temas que mobilizem as paixões. Ao fazer isso, tirarão das redes o seu grande mérito: engajar a sociedade no debate público.

Temos desde os anos 80 a democracia do voto, mas a oligarquia das opiniões. O mundo todo era assim. Agora temos também a democracia da opinião. Um número cada vez maior tem acesso aos meios para se expressar e ser ouvido. O Brasil era um país em que o discurso padrão era o da alienação política: "Tudo farinha do mesmo saco lá em Brasília, e não adianta tentar mudar". Esse discurso mudou desde 2013. As pessoas se interessam e querem mudar a sociedade.

As novas tecnologias dão a sensação (em alguma medida real) de que isso está ao alcance de nós. Engajar-se na disputa política passa a fazer sentido. Nessa mesma medida, a autoridade automática que era conferida às instituições de geração de conhecimento (jornais, institutos, órgãos oficiais etc) não basta mais para persuadir pessoas. Essa autoridade vinha da falta de alternativas, e as alternativas agora existem.

No velho sistema, especialistas produziam conhecimento, que por sua vez era simplificado e divulgado na imprensa e na educação. Quem tinha espaço para falar tinha passado por um longo preparo que justificava sua posição. Do lado da maioria que não tinha esse espaço, era enfatizada a importância cívica de se aprender alguns desses conteúdos. Infelizmente, quase ninguém busca informação apenas pelo dever cívico de se "manter informado" e ter um voto consciente. A maioria de nós só irá atrás de uma informação na medida em que precise dela —e vencer uma discussão ou aumentar sua reputação é um forte motivador.

Eu jamais conheceria os passos institucionais que levam à aprovação de uma vacina se não fosse a polêmica das vacinas de Covid. Idem para como se dá o monitoramento do desmatamento no país. Milhões de pessoas estão nesse mesmo barco. Aqui a lógica se inverte: todo mundo fala, mesmo sabendo muito pouco; e a divergência nas redes —que se dá em meio a erros, teimosia, gente honesta e desonesta—é ela própria o motor de aprendizado.

Na ausência de controles que impedem o acesso de todos à voz, caberá àqueles que produzem conhecimento e informação de qualidade —seja na pesquisa científica ou no jornalismo— entrar de forma mais decisiva no campo de embate retórico em que todos estão em pé de igualdade.

Em vez de bolar novos caminhos para proibir o erro, devemos equipar as pessoas para pensar por conta própria. Se essa possibilidade for limitada por controles do discurso cada vez mais exigentes, as redes ficarão pasteurizadas, politicamente castradas, o público apático e a estrutura de poder vigente, portanto, mais solidificada.

| DOM. Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros | SEG. Camila Rocha, Angela Alonso | TER. Joel Pinheiro da Fonseca | **QUA. Elio Gaspari** | QUI. Conrado H. Mendes | SEX. Reinaldo Azevedo | SÁB. Demétrio Magnoli

Ex-dirigente da Receita copiou dado sigiloso de desafetos de Bolsonaro

Ação realizada em 2019 atingiu responsável por caso das 'rachadinhas'; ex-chefe de inteligência nega acesso ilegal

Ranier Bragon

BRASÍLIA O chefe da inteligência da Receita Federal no início da gestão Jair Bolsonaro acessou e copiou dados fiscais sigilosos do coordenador das investigações sobre o suposto esquema das "rachadinhas" (o então procurador-geral de Justiça do Rio Eduardo Gussem) e de políticos rompidos com a família presidencial, o empresário Paulo Marinho e o ex-ministro Gustavo Bebianno.

Documentos internos oficiais obtidos pela **Folha** e depoimento de pessoas relacionadas ao caso mostram que Ricardo Pereira Feitosa, então coordenador-geral de Pesquisa e Investigação da Receita, acessou de forma imotivada os dados nos dias 10, 16 e 18 de julho de 2019, primeiro ano da gestão Bolsonaro (2019-2022).

Não havia nenhuma investigação formal na Receita contra essas três pessoas, o que resultou na posterior abertura de investigação interna e processo disciplinar contra Feitosa.

Em nota que sua defesa enviou à reportagem, Feitosa não respondeu diretamente às perguntas. Disse apenas que não cometeu violação, que não vazou dados sigilosos e que sempre atuou no estrito cumprimento do dever legal.

O procurador Eduardo Gussem chefiou o Ministério Público do Rio de Janeiro de 2017 a janeiro de 2021, período em que o órgão recebeu, durante investigação, relatório produzido pelo Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) indicando movimentação financeira atípica de Fabrício Queiroz, ex-assessor de Flávio Bolsonaro na Assembleia Legislativa do Rio.

Marinho e Bebbiano estavam no comando da campanha de Bolsonaro em 2018.

O primeiro cedeu sua mansão no Jardim Botânico do Rio para ser quartel-general e estúdio de gravações da campanha, tendo integrado e sido eleito primeiro suplente de senador de Flávio Bolsonaro.

O segundo coordenou a campanha presidencial do capitão, como chamava Bolsonaro, e, depois, virou ministro da Secretaria-Geral da Presidência.

Ambos romperam ou se distanciaram dos Bolsonaro logo no início da gestão. Em meados de 2019 já estavam alinhados ao então governador de São Paulo João Doria (PSDB) —que também se tornaria um dos ex-aliados mais combatidos pelo então presidente.

Os documentos e informações obtidos pela **Folha** mostram que Feitosa acessou e copiou declarações completas de Imposto de Renda do procurador Eduardo Gussem relativas a sete anos —2013 a 2019.

O MP do Rio denunciou Flávio e Queiroz em outubro de 2020, mas o caso teve reviravoltas favoráveis ao senador, com o STJ (Superior Tribunal de Justiça) anulando em 2021 todas as decisões tomadas pela primeira instância da Justiça.

De Bebianno também foram acessados e extraídos, entre outros, os dados do IR relativos a sete anos, de 2013 a 2019.

Ele foi o primeiro ministro demitido por Bolsonaro, em fevereiro de 2019, ao se tornar o centro de uma crise instalada no Palácio do Planalto depois que a **Folha** revelou a existência de um esquema de candidaturas laranjas do PSL para desviar verba pública eleitoral.

Desde a demissão, passou a criticar Bolsonaro e filhos. Ele morreu em março de 2020, de infarto, segundo a família.

Eduardo Gussem, ex-procurador-geral de Justiça do MP-RJ Tomaz Silva - 15.ago.19/ Agência Brasil

O empresário André Marinho Mathilde Missioneiro - 20.set.22/ Folhapress

Ex-ministro Gustavo Bebianno, morto em 2020 Ricardo Borges - 15.out.18/ Folhapress

Marinho teve os IRs de 2008 a 2019 acessados (à exceção de 2012) e copiados. Sua mulher, Adriana, os de 2010 a 2013.

Feitosa vasculhou dados dos desafetos de Bolsonaro em outros três sistemas sigilosos da Receita, um que reúne ativos e operações financeiras de interesse do Fisco, um de comércio exterior e uma plataforma integrada alimentada por 29 bases de dados distintas.

No de comércio exterior, houve acesso também à empresa ABM Consultoria, que tem a mulher de Marinho como sócia-administradora.

Marinho percorreu um longo caminho de distanciamento e atrito com os Bolsonaro — em maio de 2020, afirmou que a Polícia Federal antecipou a Flávio Bolsonaro que Queiroz seria alvo de operação.

No dia da vitória de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sobre Bolsonaro, no segundo turno das eleições, em 30 de outubro, ele publicou uma foto ao lado de Bebianno e a seguinte inscrição: "Acabou, Gustavo. Pagamos nossa penitência! Descanse em paz, meu irmão".

Feitosa trabalhava no escritório da Receita em Cuiabá antes de assumir o cargo de chefe nacional da inteligência do órgão, em 21 de maio de 2019.

Em 23 de setembro daquele mesmo ano, ou seja, com apenas quatro meses na função, foi exonerado do cargo e transferido para a Alfândega do Aeroporto Internacional de Brasília.

De acordo com o portal da Transparência do governo, atualmente é auditor-fiscal da administração aduaneira da Receita em Cuiabá.

O caso da devassa nos dados dos desafetos de Bolsonaro começou a ser investigado pela Receita em um procedimento preliminar, em janeiro de 2020.

Em uma segunda etapa, foi instaurada uma sindicância investigativa em março do mesmo ano, que concluiu pela abertura de um PAD (Processo Administrativo Disciplinar).

O PAD é a fase mais gravosa de procedimentos administrativos no funcionalismo, podendo resultar em arquivamento ou punição, com penas que vão de advertência a demissão do serviço público.

O PAD transcorreu os anos de 2020, 2021 e 2022 e, atualmente, de acordo com pessoas a par da situação, está na mesa do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, com recomendação da demissão de Feitosa do serviço público.

Em 2020, a defesa de Flávio Bolsonaro mobilizou vários órgãos do governo do pai justamente sob a afirmação de que havia um esquema de acesso ilegal de seus dados fiscais, o que teria embasado a produção do Relatório de Inteligência Financeira do Coaf que deflagrou o caso das "rachadinhas".

A Receita chegou a solicitar uma devassa em seus sistemas para tentar identificar acessos ilegais a dados fiscais do presidente, de seus três filhos políticos, de suas duas ex-mulheres e da primeira-dama, Michelle.

Como revelou a **Folha**, de outubro de 2020 a fevereiro de 2021 o órgão também mobilizou por quatro meses uma equipe de cinco servidores para apurar a acusação feita por Flávio. A conclusão foi a de que não havia indícios de atos ilegais de auditores contra o clã Bolsonaro.

De acordo com a Receita, servidores públicos que violam o sigilo fiscal de contribuintes estão sujeitos a penalidades de natureza criminal, administrativa e civil, como demissão (administrativa) e processo por danos materiais e morais (civil).

Procurador das 'rachadinhas' diz que órgão dará resposta

O ex-procurador-geral de Justiça do Rio de Janeiro Eduardo Gussem afirmou à **Folha** que não pretende se manifestar sobre os acessos imotivados a seus dados fiscais em 2019, ano em que coordenava as investigações do caso das "rachadinhas", e que uma resposta a isso deve ser pela investigação da Receita sobre o caso.

Gussem, que se aposentou em 2021, afirmou que optou nessa nova fase da carreira a não se manifestar sobre casos em que atuou no Ministério Público.

"Meus dados na Receita e em qualquer lugar são hígidos e falam por si. A investigação interna [na Receita] deve dar melhor resposta", se limitou a dizer Gussem.

A **Folha** revelou nesta segunda-feira (27) que Ricardo Feitosa, chefe da inteligência da Receita Federal no início da gestão Jair Bolsonaro acessou e copiou dados fiscais sigilosos de Gussem e de dois políticos que haviam rompido com a família presidencial, o empresário Paulo Marinho e o ex-ministro Gustavo Bebianno.

Não havia nenhuma investigação formal na Receita que justificasse essa ação. Feitosa nega que tenha vazado dados sigilosos.

Marinho disse à coluna da jornalista Mônica Bergamo, da **Folha**, que foi "invadido pela 'máquina do Estado' no governo de Jair Bolsonaro.

"É um uso descarado da máquina do Estado contra o cidadão, que nos deixa em situação de fragilidade diante da autoridade pública", afirmou Marinho, que participou ativamente da campanha de Bolsonaro, mas que rompeu com o então presidente logo no início da gestão.

Auditor fiscal afirma que não divulgou informações confidenciais

OUTRO LADO

BRASÍLIA Em nota enviada à **Folha** por sua defesa, Ricardo Pereira Feitosa, chefe da inteligência da Receita no início do governo de Jair Bolsonaro (PL), afirmou que exerceu diversos cargos de chefia em sua vida "sempre com seriedade, zelo, atenção ao interesse público e cumprimento estrito dos deveres legais, trabalhando no combate à prática de ilícitos tributários e exercendo seu poder-dever de atuar na inteligência fiscal", em especial quando chefiou a inteligência do Fisco.

"Nesse sentido", continua a nota, "o referido servidor sempre exerceu seus deveres legais dentro de suas atribuições funcionais de auditor fiscal de maneira impessoal, em prol do interesse público".

E segue a defesa dizendo que Feitosa "não promoveu a violação de dados fiscais e tributários e nenhuma forma de vazamento ou divulgação de informações, tendo todos os dados de inteligência mantidos sob a proteção do sigilo legal".

O ex-chefe da inteligência da Receita Federal não respondeu diretamente às perguntas sobre se agiu sozinho ou por ordem de alguém, sobre o motivo para ter efetuado os acessos sem que houvesse qualquer motivação formal para tanto nem qual foi a destinação que deu aos dados sigilosos que coletou do procurador, de Bebianno, de Marinho e de sua mulher.

A Receita Federal, por sua vez não se manifestou, afirmando apenas que "temas relacionados à área correcional correm sob sigilo, nos termos da legislação pertinente".

Questionado novamente, o órgão não informou a que legislação e a que termos se referia, especificamente.

Secretário da Receita Federal quando Feitosa exercia a coordenação de inteligência, Marcos Cintra afirmou que não teve conhecimento do caso e que também desconhece os procedimentos operacionais que Feitosa usava na área de investigação.
RB

TCU volta atrás e livra de condenação secretário de Lula

André Ceciliano teve contas consideradas irregulares em sua gestão em prefeitura

Constança Rezende

Lula, André Ceciliano e Marcelo Freixo, na campanha presidencial Marlene Bergamo - 8.set.22/Folhapress

BRASÍLIA O novo secretário Especial de Assuntos Federativos da Presidência da República, André Ceciliano, teve uma vitória no TCU (Tribunal de Contas da União) no último dia 15, na véspera da sua nomeação para o cargo pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Ceciliano conseguiu reverter uma decisão do tribunal de 2016 que havia considerado as suas contas como irregulares e o condenou a restituir aos cofres públicos o mesmo valor do repasse federal para uma obra que nunca foi finalizada.

Naquela ocasião, o TCU considerou Ceciliano culpado por irregularidades na construção de um hospital em Paracambi, município da região metropolitana do Rio de Janeiro, onde ele foi prefeito de janeiro de 2001 a dezembro de 2008.

A construção foi decorrente de um convênio firmado em 2003 entre o Fundo Nacional de Saúde e o município no valor de R$ 1,2 milhão em verbas federais —aproximadamente R$ 5 milhões em valores atuais.

Os recursos foram todos liberados entre outubro de 2004 e dezembro de 2005, durante a gestão de Ceciliano, que terminou o seu mandato em 2008 sem ter concluído a obra.

O processo foi aberto em 2010, depois de uma representação encaminhada pelo MPF-RJ (Ministério Público Federal no Rio de Janeiro), que noticiou obras que haviam sido custeadas com recursos públicos federais mas não executadas no município, entre elas o Hospital Geral de Paracambi.

Depois de diversas prorrogações, o contrato para a obra terminou em agosto de 2011, com prazo final para prestação de contas em outubro do mesmo ano.

Em junho de 2011, uma equipe de fiscalização do TCU realizou uma visita ao hospital e verificou que havia um estado absolutamente precário nas instalações do prédio, dando início à apuração dos fatos.

O tribunal ainda realizou uma série de diligências entre 2013 e 2014 e promoveu a citação e audiência de Ceciliano.

À época, o tribunal concluiu que houve perda dos recursos públicos federais investidos no hospital e considerou que Ceciliano apresentou um projeto com falhas, não aplicou a contrapartida municipal, que corresponderia ade R$ 300 mil, e não cuidou de documentos que comprovassem todas as despesas realizadas.

A corte também avaliou que o hoje secretário não atuou para dar cumprimento ao objeto do convênio e não observou critérios de qualidade técnica, custos e prazos previstos. Além disso, não adotou medidas para evitar a deterioração do que já tinha sido edificado.

A manifestação do TCU foi objeto de recurso, mas o tribunal manteve sua decisão em acórdão de 2017.

Ceciliano também entrou com outro recurso, da mesma forma rejeitado por um acórdão em 2022; e mais um recurso contra essa decisão no mesmo ano, o qual acabou sendo julgado no último dia 15.

Ceciliano alegou que houve omissão na decisão acerca da análise de documentos juntados por ele naquele ano, o que o ex-prefeito disse que contraria a garantia constitucional da ampla defesa e do contraditório.

> “[Ceciliano] apresentou o processo do projeto originador do convênio com falhas, promoveu o indevido da despesa na contratação da empresa para a construção da unidade de saúde no município, ou seja, tudo irregular
>
> **Walton Alencar**
> ministro do TCU relator do recurso do ex-prefeito

O ministro Walton Alencar, que relatou o novo recurso, não aceitou o pedido e disse que a falta de pronunciamento expresso sobre pontos novos não caracteriza omissão, sanável mediante embargos de declaração.

“Quando se verifica o nível das irregularidades de um prefeito que ficou três anos com a totalidade dos recursos públicos, não realizou a obra, e pretende evadir-se de suas responsabilidades, eu fico um pouco constrangido”, disse.

Durante o seu voto, Alencar também fez duras críticas ao novo secretário de Lula, dizendo que ele fez “tudo bagunçado”, fazendo até menção ao cargo atual.

“Ao examinar o processo, verifiquei que o senhor André Ceciliano, que aliás dizem que será secretário-geral da Presidência da República, praticou os seguintes atos, apresentou o processo do projeto originador do convênio com falhas, promoveu o indevido da despesa na contratação da empresa para a construção da unidade de saúde no município, ou seja, tudo irregular”, afirmou.

Ele também declarou que o dinheiro da obra “simplesmente se erodiu” e foi investido num projeto “que não se presta para nada”. “O hospital nunca houve, lamento muito pela população que deixou o hospital decente”, acrescentou.

O voto de Alencar, no entanto, foi vencido desta vez pelos demais ministros, inclusive por Vital do Rêgo, que havia votado anteriormente pela condenação de Ceciliano.

Ele alegou que, em nova análise de documentos e relatórios que estavam contraditórios, verificou que o secretário não pode responder pela não conclusão da obra, visto que a inércia teria sido do gestor sucessor na prefeitura.

“Os registros de abandono da obra, depredação, vandalismo e deterioração não constam de nenhum relatório do período em que o recorrente estava à frente da prefeitura mais de sete meses após o embargante ter deixado o cargo de prefeito”, declarou.

Ele também disse que não poderia deixar de assinalar que “a má qualidade dos relatórios de vistoria do Ministério da Saúde permitiu interpretações equivocadas por parte de quem avaliou a documentação dos autos”.

A mudança de entendimento do tribunal foi comemorada por Ceciliano, que até o início deste ano ocupou o cargo de presidente da Alerj (Assembleia Legislativa do Rio), como deputado estadual pelo PT.

Ele também chegou a ser citado no episódio das “rachadinhas”, processo aberto com base em relatório do Coaf que apontou movimentações consideradas atípicas feitas por assessores de deputados estaduais.

O gabinete de Ceciliano liderava em volume de movimentações financeiras suspeitas indicadas no relatório, somando R$ 49 milhões entre 2011 e 2017. Ele negou as acusações.

À **Folha** Ceciliano disse que a decisão do TCU nada teve a ver com a sua nomeação à Presidência e que deixou a gestão da prefeitura com 90% da obra pronta e 80% dos recursos liberados. Ele acrescentou que os 20% restantes para a conclusão da obra, que corresponderiam a R$ 300 mil, só foram liberados em 2009, na gestão sucessora.

“A contrapartida da prefeitura também foi liberada, ao contrário do que disse o ministro Walton, só faltava pintar e rebaixar o teto para a obra terminar. O restante dos recursos só foi recebido pela gestão sucessora, que não deu sequência à obra. Um processo sobre isso também foi aberto na Justiça Federal do Rio e não fui considerado culpado”, disse.

Além disso, o secretário afirmou que, nos recursos mais antigos, foi condenado por “revelia”, quando não se apresenta defesa, e chamou de perseguição o parecer contrário de Alencar. Também declarou que não foi condenado em definitivo até o esgotamento dos recursos.

LULA DIVULGA FOTO OFICIAL DE SEU TERCEIRO MANDATO NA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Fotos Ricardo Stuckert/Divulgação Presidência

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) divulgou nesta segunda-feira (27) a nova foto oficial que será estampada em todas as repartições públicas federais neste governo. A imagem (primeira, da esquerda para a direita) foi feita pelo fotógrafo oficial do governo, Ricardo Stuckert. Na fotografia, Lula aparece sorrindo e usando a faixa presidencial. Ao fundo, se vê os arcos do Palácio da Alvorada. Na fotografia do primeiro mandato (terceira), Lula não usava gravata vermelha, cor símbolo do PT. A peça, discreta, tinha listras pretas e cinzas. A fotografia tinha um aspecto de informalidade, mostrando um Lula sorridente, que não está usava faixa presidencial. No segundo mandato (segunda), a gravata tinha um tom de vermelho forte. Agora, no terceiro governo, é menos vermelha, com detalhes em tom de cinza. Em 2 de janeiro, o Palácio do Planalto atualizou a foto do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) na galeria de presidentes, que fica no térreo, e a substituiu por uma em preto e branco, assim como as de outros ex-mandatários. A alteração é praxe.

José Dirceu recebe alta após passar por cirurgia

BRASÍLIA O ex-ministro José Dirceu (PT), 76, teve alta nesta segunda-feira (27) do hospital DF Star, em Brasília. Ele havia sido internado na última quinta-feira (23) com dores de cabeça.

Os médicos liberaram o petista, que irá para casa para recuperação. Ele foi internado com “hematoma subdural” e submetido a procedimento neurocirúrgico para drenagem.

No domingo, (26), em nota à imprensa, Dirceu disse haver deixado a UTI e que ficará “por um período de recuperação de cerca de 15 dias, sem atividades externas”.

Ministro mais poderoso da primeira gestão de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), iniciada em 2003, Dirceu não ocupa nenhum cargo no atual governo, mas exerce grande influência no PT e em decisões do Executivo.

Prova é que seu filho, o deputado federal Zeca Dirceu (PT-PR), é líder da bancada da sigla na Câmara.

No evento de aniversário do PT na última semana, foi aplaudido pela militância e mencionado nos discursos da presidente da legenda, Gleisi Hoffmann, e por Lula.

“Papai já está em casa! Foram 5 dias de hospital e graças a Deus, deu tudo certo. Nossa gratidão à equipe médica, funcionários e todos que estavam juntos nesta corrente positiva”, escreveu Zeca Dirceu no Twitter.

Matheus Teixeira

mundo

Londres e UE chegam a acordo sobre Irlanda do Norte para finalizar brexit

Plano ainda precisa de aprovação do Parlamento; questão aduaneira tem sido ponto controverso

Guilherme Botacini

SÃO PAULO O Reino Unido e a União Europeia chegaram a um acordo histórico nesta segunda-feira (27) que promete ser a solução para o imbróglio envolvendo questões aduaneiras entre Irlanda, Irlanda do Norte e Grã-Bretanha —um dos pontos mais controversos para finalizar as negociações do brexit, a saída dos britânicos do bloco europeu.

Em Windsor, a presidente da Comissão Europeia, a alemã Ursula von der Leyen, reuniu-se com o primeiro-ministro Rishi Sunak. Em entrevista coletiva após o encontro, ambos os líderes definiriam o trato como o "começo de um novo capítulo" na relação com a União Europeia. O pacto precisa da aprovação do Parlamento britânico e terá pontos a serem implementados gradualmente ao longo de 2023 e 2024.

As discussões giraram em torno do fato de que o brexit manteve a Irlanda do Norte no mercado único europeu, evitando a criação de uma fronteira dura com a Irlanda, inexistente desde que o modelo entrou em vigor, em 1993, e liberando o trânsito de mercadorias entre os territórios que eram, então, parte da UE.

Para além de questões comerciais, o estabelecimento de uma fronteira na região poderia soprar as brasas do conflito pela unificação da ilha, relativamente pacificado desde que foi assinado em Belfast, em 1998, o acordo da Sexta-Feira Santa, que encerrou décadas de guerra civil responsável por 3.700 mortos.

O pacto reconheceu o status constitucional da Irlanda do Norte como parte do Reino Unido e criou um órgão Legislativo local, além de estabelecer o princípio de que o norte e o sul irlandeses poderiam unificar a ilha caso ambos os governos concordem na decisão.

Agora, o trato anunciado nesta segunda-feira por Sunak e Von der Leyen tenta aparar as arestas deixadas pela permanência da Irlanda do Norte no mercado único europeu sem que ela faça parte da UE —mecanismo que ficou conhecido como protocolo da Irlanda do Norte. A prática obrigou a imposição de fiscalização no mar entre a Grã-Bretanha e a ilha irlandesa e uma gama de restrições ao fluxo de produtos entre o território norte-irlandês e o restante do Reino Unido, sob o argumento de que mercadorias não poderiam entrar sem verificações no mercado europeu já que não há fronteira entre as Irlandas.

Como Reino Unido e UE têm legislações comerciais, tributárias e aduaneiras diferentes, as jurisdições sobrepostas causaram complicações, com consequências sobretudo para a Irlanda do Norte.

Um produto que se tornou símbolo do impasse foi a linguiça produzida na Grã-Bretanha. Segundo os parâmetros da UE, mercadorias na categoria "produto resfriado à base de carne" só podem ser importadas pelo bloco se estiverem congeladas. Assim, regras sanitárias e inspeções congestionaram portos e fizeram as linguiças desaparecem dos mercados na Irlanda do Norte, ainda que o item estivesse circulando em território britânico. A confusão ficou conhecida como "guerra das linguiças".

O trato anunciado retira barreiras a produtos que haviam sido impactados, como medicamentos, produtos agrícolas e alimentos, assim como às linguiças, ponto ressaltado em nota do governo britânico.

Isso será feito com a divisão do fluxo em duas faixas nos portos norte-irlandeses: a "vermelha", para produtos que entrarão na Irlanda do Norte e seguirão para a UE —o que exigirá as verificações europeias—, e a "verde", com trânsito facilitado a produtos destinados apenas ao mercado norte-irlandês. Segundo Sunak, as novas diretrizes "retiram qualquer ideia de uma fronteira marítima no mar da Irlanda".

Apesar da facilitação, a proposta não retira a Irlanda do Norte do mercado único europeu. Por isso, o novo pacto concede ao Parlamento britânico o poder de veto sobre leis do bloco que não sejam apoiadas pelas duas partes da Irlanda do Norte, algo que foi definido por Sunak e Von der Leyen como "freio emergencial".

A líder alemã também se reuniu com o Rei Charles 3º, no castelo de Windsor, em encontro criticado por colocar o monarca no meio de uma questão política complexa.

Tentativas de implementar leis para ignorar o protocolo pós-brexit, desrespeitando o direito internacional, foram feitas pelo ex-premiê britânico Boris Johnson, o que resultou em processos do bloco europeu contra o Reino Unido.

Ainda não está claro quando o Parlamento britânico vai votar o novo plano, mas, se ele for aprovado, a UE removerá todas as ações legais contra o país relativas ao caso, segundo o governo britânico.

Manter a Irlanda do Norte no mercado europeu significa que leis europeias atuam sobre preços e produtos no território. Segundo Sunak, porém, o pacto dá ao Legislativo local o poder de vetar leis do bloco, desde que haja apoio das duas partes —nacionalistas, favoráveis à unificação das Irlandas, e unionistas, pró-Reino Unido.

A estratégia deixa os líderes unionistas em posição delicada. Por um lado, podem aceitar o acordo e ganhar a possibilidade de vetar leis europeias. Por outro lado, eles podem rejeitar o acordo e manter o impasse, sob o risco de ameaçar o equilíbrio de poder local.

Com Reuters

> O acordo de hoje promove fluxos comerciais dentro do Reino Unido, protege o lugar da Irlanda do Norte na nossa união e garante a soberania do povo da Irlanda do Norte
>
> **Rishi Sunak**
> premiê do Reino Unido

Membros da Guarda Costeira da Itália em frente a corpo de imigrante morto em naufrágio em praia em Le Castella Remo Casilli/Reuters

Mortes em naufrágio de barco de migrantes na Itália sobem a 63

SÃO PAULO O número de mortes causadas pelo naufrágio de um navio de migrantes perto de Crotone, no sudoeste da Itália, subiu a 63 nesta segunda-feira (27) —um dia depois que a embarcação, superlotada, colidiu com rochas próximas à costa durante uma tempestade na região da Calábria.

Autoridades dizem que cerca de 80 pessoas sobreviveram ao desastre, e ao menos 30 seguem desaparecidas, levando em conta o número aproximado de passageiros que embarcaram no navio quando ele partiu de Izmir, na Turquia, na semana passada, oriundos de Afeganistão, Irã, Paquistão e Síria.

A polícia italiana deteve três pessoas e as acusou de traficar migrantes sem documentos. Um quarto suspeito segue foragido. A tragédia ocorre dias após o Parlamento italiano aprovar leis que limitam resgates feitos por organizações humanitárias no mar. De acordo com as novas regras, apoiadas pelo governo de ultradireita da primeira-ministra Giorgia Meloni, navios humanitários podem fazer apenas um resgate por saída e estão sujeitos a multas de até € 50 mil (R$ 259 mil) caso desobedeçam às medidas.

Críticos afirmam que a nova legislação aumenta o risco de mortes dos migrantes, uma vez que essas embarcações humanitárias costumavam navegar por dias a fio, concluindo vários resgates em seu curso.

Para representantes da ONG Médicos sem Fronteiras (MSF), em declaração nesta segunda, a tragédia em Crotone foi uma consequência direta das novas leis. O ministro do Interior, Matteo Piantedosi, retrucou afirmando que "o desespero nunca deveria justificar condições de viagem que põem em risco vidas de crianças". Ele fazia referência ao fato de que muitos dos passageiros da embarcação eram menores de idade —14 crianças morreram, incluindo um recém-nascido, e várias outras continuam desaparecidas.

Aquelas que sobreviveram, mas perderam os pais, tiveram suas guardas assumidas por ONGs como a Save the Children ou a própria MSF. Sergio di Dato, coordenador dos psicólogos da organização enviados ao local, citou um afegão de 12 anos que perdeu nove parentes, incluindo a mãe, o pai e os quatro irmãos.

As buscas continuavam no dia seguinte à tragédia, com bombeiros da cidade vizinha de Cutro juntos a policiais de Crotone. Enquanto isso, dezenas de caixões aguardavam corpos em um ginásio esportivo do povoado. Moradores do local deixaram flores e velas na grade do ginásio em homenagem às vítimas.

A declaração de Piantedosi, alçada a destaque de várias reportagens na imprensa italiana, ecoava uma fala de Meloni na véspera. Na ocasião, ela afirmou que era "desumano trocar a vida de homens, mulheres e crianças pelo preço de uma passagem paga com a falsa perspectiva de uma viagem segura". O combate à migração irregular foi uma das bandeiras da coalizão à direita que a levou ao poder.

Nesta segunda, Meloni enviou uma carta aos líderes da União Europeia pedindo ação imediata do bloco para interromper as viagens irregulares de barcos ao continente.

A Itália é uma porta de entrada da Europa para requerentes de asilo que vêm do norte da África —mais de cem mil pessoas chegaram ao território de barco em 2022. O país se queixa que outros membros da UE não dividem a responsabilidade de acolher esses indivíduos, mesmo que parte deles não permaneça na península e tente chegar a nações mais ricas.

Com AFP e Reuters

> O desespero [dos migrantes] nunca deveria justificar condições de viagem que põem em risco vidas de crianças
>
> **Matteo Piantedosi**
> ministro do Interior da Itália

Oposição na Belarus diz ter destruído avião da Rússia

Ataque ocorreu perto de Minsk e deverá colocar pressão sobre ditadura

GUERRA DA UCRÂNIA

Igor Gielow

SÃO PAULO Um grupo opositor da ditadura da Belarus atacou com drones uma base aérea usada por forças russas perto de Minsk, capital do país aliado de Moscou. Os ativistas dizem ter destruído um avião-radar, o que, se confirmado, terá sido a maior perda da Força Aérea de Vladimir Putin na Guerra da Ucrânia.

Segundo a Bypol, a organização guerrilheira em questão, foi danificado de forma irreversível "um dos nove aviões de alerta aéreo antecipado e controle da Rússia, que custa US$ 330 milhões [R$ 1,7 bilhão]".

Trata-se do modelo Beriev A-50, do qual Moscou dispõe na realidade de dez, de acordo com o Instituto Internacional de Estudos Estratégicos (Londres). De todo modo, é o maior e mais caro avião russo destruído na guerra, caso o relato esteja correto.

O A-50 funciona como posto de comando aéreo, orientando outras aeronaves e detectando alvos a até 650 quilômetros de distância. É uma peça central para operações coordenadas e, se foi destruído, é uma perda simbólica ainda maior do que a do cruzador Moskva, afundado pelos ucranianos em 2022 —até porque o navio não era central para o esforço de guerra como esses aviões são.

Segundo blogueiros militares russos e um analista ouvido pela **Folha**, tudo indica que o A-50 foi no mínimo avariado. Uma versão, contudo, sugere que o estrago pode ter ocorrido em um Il-76, modelo no qual o avião-radar é baseado, da Belarus. As Forças Armadas russas ainda não se manifestaram sobre o episódio, que deverá gerar ainda mais pressão sobre o regime belarusso.

Em 2020, mais uma eleição fraudada em favor do ditador Aleksandr Lukachenko levou a uma série inédita de protestos, abafados com repressão dura e apoio de Putin, que desde os anos 2000 namora a ideia de fundir Belarus à Rússia —ambos os países participam de uma entidade vaga chamado Estado da União.

O líder local, no poder desde 1994, sempre buscou ambiguidade na relação para manter independência, mas desde as manifestações sua relação com o Kremlin tornou-se mais submissa. Ele não participou, contudo, da invasão da vizinha Ucrânia, que completou um ano na última sexta (24).

Lukachenko, porém, cedeu seu território para as forças da Rússia operarem. O cerco fracassado a Kiev partiu de solo belarusso. Sistemas antiaéreos e aeronaves também ficam baseados lá, e desde a virada do ano há um temor constante entre ucranianos de que a ditadura enfim entre diretamente no conflito.

O ataque de domingo (26) se encaixa nesse contexto. "Foram drones. Os participantes dessa operação são belarussos, [obtiveram] vitória e estão a salvo fora do país", afirmou a nota do Bypol. "A parte frontal e a seção central do avião foram danificadas, assim como a antena de radar. Ele não voará a lugar algum."

"Guerrilheiros confirmaram uma bem-sucedida operação especial para explodir um avião russo raro no aeródromo de Matchulischi, perto de Minsk", postou Franak Viacorda, principal assessor da líder oposicionista Svetlana Tikhanovskaia, derrotada na eleição fraudulenta de 2020, hoje exilada na Lituânia.

Em Moscou, o porta-voz Dmitri Peskov falou sobre o plano de paz apresentado por Pequim. "Estamos dando muita atenção ao plano dos nossos amigos chineses. Os detalhes têm de ser analisados meticulosamente, levando em conta os interesses de todos os lados. É um processo longo e intenso."

Em outras palavras, o representante do Kremlin acenou aos aliados, mas apontou a inviabilidade atual da proposta chinesa, que pede o fim das hostilidades, o respeito às fronteiras reconhecidas —embora não fale em retirada russa— e a cessação do regime de sanções contra Moscou.

Nenhuma das partes se deu por satisfeita. Os EUA criticaram a ideia, a Otan, aliança militar ocidental liderada por Washington, disse que Pequim não era confiável por ter lado na disputa, e a Ucrânia agradeceu, mas disse que apenas "partes" do plano —as que lhe interessam— eram exequíveis.

Rivais da China, os EUA têm dito desde a semana passada que Pequim estaria prestes a enviar armas à Rússia, como munição e drones. O regime chinês nega, e o debate dominará a reunião de chanceleres do G20, grupo das 20 principais economias do mundo, em Nova Déli, na Índia, a partir de quarta-feira (1º).

Na segunda, a chancelaria chinesa disse outra vez que seu objetivo é promover a paz e que sanções contra firmas do país asiático devido a ligações com o grupo mercenário russo Wagner são injustificáveis.

Estamos dando muita atenção ao plano [de paz] dos nossos amigos chineses. Os detalhes têm de ser analisados meticulosamente, levando em conta os interesses de todos os lados. É um processo longo e intenso

Dmitri Peskov
porta-voz do Kremlin

Ucranianos no Brasil sofrem com adaptação e querem voltar à Europa após 1 ano de guerra

Renan Marra

SÃO PAULO "Começou". A mensagem de texto enviada há um ano a Mikola Chmatkov, 28, ainda desestabiliza o ucraniano que havia viajado ao Brasil para fugir do inverno rigoroso de seu país e curtir o Carnaval no Rio de Janeiro.

O alerta seco e direto na madrugada de 24 de fevereiro de 2022 foi enviado por um amigo que o surpreendeu com a notícia do início dos ataques russos contra a Ucrânia. Chmatkov entrou em pânico e não conseguiu dormir naquela noite.

"Foram as horas mais assustadoras e chocantes da minha vida. Percebi que o meu mundo nunca mais seria o mesmo", afirma o ucraniano, que passou horas ligado no noticiário e grudado no celular buscando comunicação com familiares e amigos.

Foi a segunda vez que os efeitos de uma guerra o atingiram. Nascido em um vilarejo no leste ucraniano, Chmatkov se mudou para a capital, Kiev, e também sofreu à distância quando as forças ucranianas e separatistas pró-Rússia iniciaram o conflito na região do Donbass, onde mora parte de sua família. Os confrontos foram deflagrados em 2014 após a anexação da Crimeia por Moscou.

Mas, no ano passado, sozinho em um país que pouco conhecia, Chmatkov conta que sua agonia foi muito maior. "Eu estava a milhares de quilômetros de casa e via as pessoas nas ruas comemorando o Carnaval com música e passos de danças que eu não entendia. De repente, tudo entristeceu e eu não conseguia mais ficar em lugares que antes me faziam bem", diz.

O que era para ser uma viagem de poucos dias se tornou uma saga sem data para acabar. Atendendo aos apelos da família, ele permaneceu no Brasil. Embora a decisão tenha sido pela preservação da própria vida, ele agora convive com o que descreve como um sentimento de vergonha. "Minha família tem de lidar com a guerra enquanto eu estou no Brasil em segurança".

Ele vem tentando se adaptar ao cotidiano brasileiro e encontra dificuldades principalmente em relação ao idioma. O ucraniano tem aulas de português três vezes por semana, mas lamenta que o aprendizado avança a passos lentos.

Chmatkov tem status de refugiado, mas não recebe ajuda financeira do governo brasileiro. Ele sobrevive com o que ganha por trabalhos remotos de marketing digital para empresas de seu país. Com poucos amigos no Brasil, ainda tem dificuldade de falar com familiares na Ucrânia. "Minha irmã está em Berdiansk, cidade ocupada pelos russos e com comunicação restrita. Cortaram a internet do celular na região, então, a gente só pode conversar quando ela está em casa no computador".

Desde o início da guerra, aproximadamente 8 milhões de ucranianos fugiram do conflito, segundo dados do Acnur, o Alto Comissariado da ONU para Refugiados. A Polônia é o destino mais procurado, com 1,5 milhão de refugiados, seguida pela Alemanha (1 milhão), República Tcheca (490 mil), Itália (169 mil), Espanha (167 mil) e Reino Unido (162 mil).

Poucos ucranianos buscaram asilo no Brasil. De acordo com o Conare (Comitê Nacional para os Refugiados), órgão do Ministério da Justiça e Segurança Pública responsável por deliberar os pedidos de refúgio no Brasil, apenas 24 solicitações foram protocoladas desde o início da guerra. Já o Itamaraty informou que 187 vistos humanitários foram concedidos.

Conhecida como a Ucrânia brasileira, Prudentópolis se mobilizou para acolher parte das pessoas que fugiram da guerra. No município paranaense, 75% da população de 52 mil habitantes têm ascendência no país do Leste Europeu.

Só a igreja do missionário ucraniano Vitalii Archulik, que mora na cidade há cinco anos, recebeu 27 compatriotas. Archulik afirma que a falta de assistência do Estado brasileiro desestimula a permanência no país. Apenas cinco pessoas do grupo conseguiram emprego nas áreas de limpeza, corte de carnes e comércio.

"O salário mínimo no Brasil é menor que R$ 1.500, o que é insuficiente para sustentar uma família. Na Polônia, por exemplo, esse valor é pelo menos três vezes maior", diz.

Projetando o retorno à Europa, a maior parte do grupo já interrompeu as aulas de português, e as crianças voltaram a ser matriculadas em instituições ucranianas que oferecem aulas online.

O Brasil também foi porta de entrada para o russo Alexandr Cherstobitov, que temia represália do governo de Vladimir Putin. Pesquisador independente e ex-professor universitário de ciência política em São Petersburgo, ele escolheu morar em São Paulo para dar aulas sobre o Parlamento russo como professor convidado pelo programa Pesquisadores em Risco, da Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo).

"Pelo menos 20 amigos e colegas saíram da Rússia ainda nos primeiros meses. Outros deixaram o país quando Putin anunciou a mobilização".

Minha família tem de lidar com a guerra enquanto eu estou no Brasil em segurança. [...] Minha irmã está em Berdiansk, cidade ocupada pelos russos e com comunicação restrita. Cortaram a internet do celular na região, então, a gente só pode conversar quando ela está em casa no computador

Mikola Chmatkov
ucraniano refugiado no Brasil

26.fev.23/Reuters

TORCEDORES TURCOS DOAM PELÚCIAS PARA VÍTIMAS DE TREMOR

Torcedores do clube turco de futebol Besiktas jogaram milhares de brinquedos no campo em partida contra o Antalyaspor no domingo (26), numa ação para doar os itens a crianças afetadas pelo terremoto que atingiu a Turquia e Síria no último dia 6. Nesta segunda (27), pelo menos uma pessoa morreu e 69 ficaram feridas depois de um terremoto de magnitude 5,6 e profundidade de 6,15 km atingir o leste da Turquia, segundo a Afad, órgão turco de gestão de emergências e desastres. Vários prédios já danificados desabaram com o novo tremor. Após o terremoto no início do mês deixar mais de 44 mil mortos no país e quase 6.000 na Síria, a região convive com tremores secundários. A Afad registrou quase 10 mil deles após o sismo de 6 de fevereiro —45 com magnitudes entre 5 e 6. O Banco Mundial estimou em US$ 34,2 bilhões (R$ 177,7 trilhões) os danos diretos provocados pelos terremotos na Turquia, com a ressalva de que os custos de reconstrução podem chegar ao dobro da cifra. Um balanço na Síria será divulgado hoje.

Santiago Peña

Lula foi bom para Paraguai, e atual governo também será

Líder nas pesquisas para a Presidência defende integração regional via Mercosul em contraposição a desejo do Uruguai

ENTREVISTA

Sylvia Colombo

BUENOS AIRES Candidato favorito para vencer as próximas eleições presidenciais no Paraguai, em 30 de abril, Santiago Peña, 44, é a nova cara do partido de direita que mais governou o país, o Colorado. Tem ainda a bênção do ex-presidente Horacio Cartes, que, apesar de ser alvo de sanções dos EUA devido a acusações de corrupção, segue como o homem mais poderoso do país, dono de bancos e empresas de cigarros.

Para opositores, Peña, se eleito, será só uma marionete do caudilho. À **Folha** o candidato diz ter diferenças com a sigla —ele vive às turras com o atual presidente, Mario Abdo Benítez, da ala não cartista.

Nas pesquisas, está bem à frente de seu principal concorrente, Efraín Alegre, que concorre pela terceira vez, agora em uma coalizão com o centro e a centro-esquerda. Segundo levantamento recente, Peña tem 46,2% das intenções de voto, e Alegre, 24,9% —os demais postulantes não passam de 10%. Um deles é o ex-goleiro José Luis Chilavert, hoje um assíduo comentarista da política paraguaia, de viés à direita.

Na entrevista, o candidato elogiou o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), com quem disse estar ansioso para trabalhar, defendeu o Mercosul como instrumento de integração regional frente ao desejo do Uruguai de firmar acordos separadamente e justificou um elogio que fez a Alfredo Stroessner, cuja ditadura, de 1954 a 1989, foi marcada por corrupção e violações de direitos humanos.

Santiago Peña, 44
Economista, foi membro da diretoria do Banco Central do Paraguai e ministro da Fazenda do país. Fez mestrado pela Universidade Columbia, em Nova York, e trabalhou no Fundo Monetário Internacional.

*

Fora no início do século 20 e, depois, com Fernando Lugo, entre 2008 e 2012, o partido Colorado governou o Paraguai praticamente desde a fundação da legenda. Como explica esse predomínio? Há paralelos com a força do peronismo na Argentina ou com a do PRI no México? Não sou um cego defensor do Colorado, minhas críticas são públicas, mas reconheço que se trata de uma força que se sedimentou na cultura paraguaia de modo fortíssimo. Pelo lado dos valores, da família. Há uma enorme diferença em relação ao peronismo, que sempre dependeu de homens e mulheres fortes, de uma espécie de populismo. O Colorado representa os valores mais tradicionais do Paraguai: a família, a estabilidade econômica, o trabalho, aspectos que transcendem líderes políticos específicos. Não saberia fazer relações com o México.

Na última reunião da Celac (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos), o presidente Mario Abdo Benítez foi uma das poucas vozes contra o convite à Venezuela e contra a amenização das relações com Nicarágua e Cuba. O que achou? Tenho diferenças com Abdo Benítez, mas creio que, nesta ocasião, ele e o presidente [do Uruguai] Lacalle Pou foram muito bem. É preciso destacar os abusos de direitos humanos como transversais, para que não virem lugar-comum em nossa região. Essas não são só uma bandeira de uma sociedade de esquerda, mas de uma sociedade democrática. Há outros temas transnacionais aos quais precisamos dar atenção, como a facilidade com que crimes atravessam as nossas fronteiras.

O Mercosul passa por um período de fricção devido à vontade de Lacalle Pou em avançar em um tratado de livre comércio com a China, algo a que Brasil e Argentina colocam obstáculos. O que o senhor pensa disso? Não estou de acordo com Lacalle Pou nisso. A integração regional deve liderar tudo, e a nossa, dentro do Mercosul, deve seguir os passos de Brasil e Argentina. Imagino que, com Lula, voltaremos a ter essa vocação de unidade. Os governos anteriores de Lula foram muito bons para o Paraguai, e imagino que este também será. Estou ansioso para trabalhar com ele.

O Paraguai é um dos principais países que ainda mantêm laços formais com Taiwan, contrariando os interesses da China, que considera a ilha uma província rebelde. Em caso de vitória na eleição, essa posição será revista? Uma relação de mais de 60 anos, construída sobre princípios e valores democráticos, é muito mais importante do que a possibilidade de aumentar as exportações ou ter um maior fluxo econômico como consequência de uma relação diplomática com a China. Outra coisa é que o Paraguai precisa se integrar no mundo, e não é atrativo ter um modelo de exportação com a China onde basicamente eles vão tornar nossas deportações ainda mais primárias. Ou seja, só estaríamos exportando matéria-prima quando o que o Paraguai precisa é avançar em um processo de industrialização. Então há motivos diplomáticos, há motivos econômicos, mas acho que o mais importante é que compartilhamos uma relação amistosa com Taiwan de mais de 60 anos.

Em uma entrevista, o senhor chegou a fazer elogios ao general Stroessner, ex-ditador do Paraguai. Ainda o defende? Veja, o Colorado é um partido tão estruturado e forte que conseguiu a força para tirar Stroessner do comando enquanto era tempo. Meu elogio se restringe ao fato de que, quando estava no poder, tinha um acordo político tão forte e duradouro, sem a preocupação com sucessões presidenciais, que fez com que fosse possível desenhar políticas de longo prazo e mantê-las, sem a insegurança causada por políticas eleitorais. Stroessner foi responsável por mais de 50 anos de estabilidade no Paraguai. Mas exagerou, e de nenhuma maneira sou a favor dos abusos de direitos humanos cometidos no período.

Até hoje parece misterioso o caso que envolveu a prisão do ex-jogador Ronaldinho Gaúcho em Assunção. Como o senhor vê esse caso? Ele foi levado por pessoas de má-fé, entrou em algo que não sabia do que se tratava e cuja explicação ainda não está completa. Tratava-se de um grupo criminoso tentando tirar vantagem, mas creio na inocência dele. Ele não veio ao Paraguai para cometer crimes e foi ludibriado.

Raio-x do Paraguai

Tamanho: 406.752 km² (metade da área do Mato Grosso)
População: 7.356.409 (semelhante à de Santa Catarina)
PIB: US$ 39,5 bilhões* (do Brasil é US$ 1,6 trilhão)
US$ 100,8 bilhões** (do Brasil é US$ 3,44 trilhões)
PIB per capita: US$ 5.891* (do Brasil é US$ 7.507)
US$ 15 mil** (do Brasil é US$ 16 mil)
IDH: 0,717 (105ª posição entre 189 países; Brasil é o 87º)
Expectativa de vida ao nascer: 78,4 anos (no Brasil é de 75,9 anos)

*Nominal
**Com paridade do poder de compra
Fontes: Banco Mundial, CIA World Factbook e PNUD

Carros danificados por incêndio causado por colonos israelenses na cidade palestina de Huwara, na Cisjordânia Ronaldo Schemidt/AFP

Violência se agrava na Cisjordânia após promessa de paz

SÃO PAULO A espiral de violência que assola a Cisjordânia desde o início do ano deu mostras de estar longe do fim nesta segunda-feira (27), um dia depois de Israel e Palestina se comprometerem a trabalhar juntos para dar um basta à situação em um encontro na vizinha Jordânia.

Huwara, uma cidade no norte do território ocupado, amanheceu em chamas depois que um grupo de colonos israelenses invadiu a área na noite de domingo. O ato foi uma represália ao assassinato de dois israelenses horas antes, no que o governo de Binyamin Netanyahu —o mais à direita a ocupar o poder na história do país— havia tachado de um ato de terrorismo.

O incêndio desta segunda atingiu cerca de 30 residências e cem veículos, de acordo com um funcionário da prefeitura, e deixou mais de 350 moradores feridos. "Queimaram tudo que encontraram pela frente. Nem as árvores escaparam", afirmou Kamal Odeh, habitante local, à agência de notícias AFP. Em uma cidade próxima, Zaatara, um colono israelense ainda matou a tiros um palestino de 37 anos.

Israel pediu calma aos colonos —o incidente acontece em meio a uma escalada das tensões com os palestinos que já tiraram a vida de 75 pessoas, entre militantes, soldados e civis. Destas, 63 são palestinos e 11, israelenses. Uma mulher ucraniana também estava entre os mortos.

"Peço que não façam justiça por conta própria e que deixem as forças de segurança cumprirem sua missão", afirmou Netanyahu. O ministro da Defesa israelense, Yoav Gallant, fez coro ao premiê em uma visita a Huwara, pedindo calma e classificando de intolerável a ação violenta de cidadãos israelenses. "Esperamos dias difíceis pela frente", completou.

Organizações israelenses de defesa dos direitos humanos acusaram o governo de Bibi, como o premiê é conhecido, de ter apoiado um pogrom —o termo designa ataques contra judeus no Leste Europeu comuns nos séculos 19 e 20. Já Mahmoud Abbas, presidente da Autoridade Palestina (concebida como um governo de transição até o estabelecimento de um Estado), afirmou que Tel Aviv havia dado respaldo a "atos terroristas cometidos pelos colonos".

Horas depois, um grupo de palestinos abriu fogo contra carros que passavam em uma rodovia próxima à cidade de Jericó. Um homem identificado como cidadão americano-israelense foi morto.

Gallant ordenou que as forças de Israel estejam prontas para enfrentar quaisquer ameaças. O Exército também afirmou que enviou dois batalhões extras à área para evitar novos ataques e prevenir tumultos. A polícia disse que prendeu duas pessoas.

Vários dos ministros do gabinete de Netanyahu são colonos na Cisjordânia, e a expansão dos assentamentos tinha sido uma de suas promessas de campanha. No encontro na Jordânia no domingo, seu governo havia se comprometido a suspender temporariamente essa expansão em uma tentativa de diminuir as tensões, mas voltou atrás diante da pressão dos demais integrantes da coalizão.

Ocupada por Israel desde 1967 e marcada pela instabilidade, a Cisjordânia tem sido alvo mais frequente de incursões do Exército israelense desde o ano passado. Três milhões de palestinos moram na região, que também abriga ainda mais de 475 mil israelenses.

O acirramento das tensões entre Israel e Palestina acontece ainda num momento em que o governo Netanyahu enfrenta protestos desencadeados por um projeto que ameaça a autonomia do Judiciário do país. No sábado (25), mais de 100 mil pessoas foram às ruas para protestar contra a proposta.

Com AFP e Reuters

Governo volta a tributar combustível, e Fazenda espera arrecadar mais R$ 29 bi

Gasolina terá alíquota maior que a do etanol; expectativa é que retorno de impostos seja escalonado

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, favorável à reoneração dos combustíveis Gabriela Biló - 2.jan.23/Folhapress

BRASÍLIA O governo anunciou nesta segunda-feira (27) que voltará a cobrar tributos federais sobre gasolina e etanol a partir de quarta (1º). A decisão é vista entre petistas como uma vitória parcial do ministro Fernando Haddad (Fazenda) no embate com membros da ala política, que defendiam mais tempo de desoneração.

A decisão final acerca da desoneração sobre gasolina e etanol, cujo término está previsto para esta terça (28), colocou membros do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e aliados em lados opostos ao longo das últimas semanas.

Havia o temor de que a reoneração poderia alimentar a inflação em um momento visto como delicado para o cenário econômico.

No entanto, prevaleceu o argumento de que o carro particular não deveria ter o mesmo tratamento do transporte coletivo —que usa diesel, combustível que está com a tributação federal zerada até o fim do ano.

A decisão de cobrar mais tributos sobre gasolina do que sobre o etanol, segundo o governo, busca alinhar a medida com três princípios de sustentabilidade perseguidos pela gestão de Lula: ambiental (onerando mais o combustível fóssil), social (tentando reduzir o impacto sobre o consumidor) e econômico (preservando a arrecadação).

Apesar dessa vitória, chamada nos bastidores de conceitual, a avaliação é que Haddad saiu desgastado ao deixar exposta sua divergência com integrantes do partido. De acordo com essa visão, o episódio deixou evidente de forma desnecessária um racha na base do governo em um tempo curto de mandato.

Na semana passada, a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, chegou a vir a público defender que não se aumentassem os impostos agora.

"Não somos contra taxar combustíveis, mas fazer isso agora é penalizar o consumidor, gerar mais inflação e descumprir compromisso de campanha", afirmou Gleisi em rede social.

Na avaliação de petistas, Haddad estava em um processo de desgaste, e a decisão sobre os combustíveis, vista como híbrida, garantiu um respiro ao ministro da Fazenda.

Além de ter acumulado críticas no episódio em si, Haddad tem sido cobrado a articular mais no Congresso agendas de interesse do governo —como o novo marco fiscal.

Aliados recomendam ainda que Haddad se dedique ao debate sobre o preço do petróleo para impedir que a taxação alimente a inflação a ponto de obrigar o governo a arrefecer nas críticas à atual política de juros.

Os detalhes da tributação sobre combustíveis ainda não foram anunciados, e aliados do governo ainda falavam nesta segunda-feira que ela deveria contar com algum gradualismo e escalonamento. A expectativa é que haja alguma definição ainda nesta terça.

Por enquanto, o Ministério da Fazenda se limitou a informar poucos detalhes. Por exemplo, que as alíquotas serão diferenciadas para que os combustíveis fósseis sofram uma cobrança maior —como mostrou a coluna Mônica Bergamo.

Antes de a desoneração dos combustíveis ser adotada no governo de Jair Bolsonaro (PL), as alíquotas dos tributos federais já eram distintas. Os valores eram de até R$ 0,69 por litro da gasolina e de R$ 0,24 por litro de etanol.

A proposta de escalonamento, ventilada por aliados, seria uma concessão para pessoas contrárias à reoneração. Há uma avaliação de que, para não pesar no bolso do consumidor, ainda será necessário em algum momento mudar a política de preços da Petrobras (PPI), tema defendido por Lula durante a campanha.

"Para quem tem responsabilidade social e fiscal com o país, a desoneração progressiva é o caminho, até que se discuta e se altere profundamente a política de preços da Petrobras", afirmou o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE).

"É uma posição mediada e sensata em acordo com o ministro da Fazenda, porque não temos nem conselho da Petrobras montado ainda. Essa é a pior herança que nós recebemos, é maldita e eleitoreira", completou.

Aliados mencionam ainda como alternativa a revisão da tributação ao longo da cadeira —com tratamentos distintos para a extração, o refino e a distribuição.

A nova modelagem da tributação sobre combustíveis foi discutida entre o governo e a Petrobras. O secretário-executivo da Fazenda, Gabriel Galípolo, viajou ao Rio de Janeiro para se reunir com diretores da companhia e debater o assunto. No Palácio do Planalto, Lula recebeu para uma reunião o presidente da estatal, Jean Paul Prates, além de Haddad e do ministro Rui Costa (Casa Civil).

A Fazenda afirma, via assessoria de imprensa, que "está assegurada 100% da arrecadação" projetada com a retomada de tributos sobre combustíveis, conforme anunciado em 12 de janeiro —embora não tenha explicado como isso vai ser garantido.

Haddad anunciou há pouco mais de um mês um pacote de medidas para reduzir o rombo fiscal previsto para 2023, entre elas justamente a reoneração de combustíveis. A arrecadação projetada com a medida a partir de 1º de março era de R$ 28,9 bilhões.

A MP para prorrogar a desoneração completa de PIS e Cofins sobre os combustíveis foi assinada por Lula em 1º de janeiro. A medida foi adotada inicialmente por seu antecessor em 2022, numa tentativa de Bolsonaro de conter a escalada de preços nas bombas em pleno ano eleitoral.

Durante a transição de governo, a manutenção das alíquotas zeradas enfrentou resistências da equipe do ministro da Fazenda, que queria recuperar uma parcela maior da arrecadação. O contraponto veio justamente da ala política, que pressionou pela extensão do benefício tributário de olho num impacto mais prolongado sobre o bolso dos consumidores.

Em janeiro, Haddad não descartou a possibilidade de Lula prorrogar a medida, reduzindo o potencial de receitas, mas mantendo o alívio para o bolso dos consumidores.

"Isso não impede o presidente de reavaliar esses prazos, a depender da avaliação política que ele fizer, o que impõe continuar num rumo de pacificar esse país, e em relação também a essas conversas que vamos manter com a autoridade monetária [Banco Central]", disse o ministro.

A posição da Fazenda, porém, indica que o ministro conseguiu convencer Lula a retomar a tributação sobre os combustíveis de forma a preservar a arrecadação.

O leque de opções analisado pelo governo até então incluía prorrogar desoneração por mais dois meses —até o fim de abril— ou elevar os tributos de forma gradual. A Fazenda, porém, defendia a retomada da cobrança dos tributos. **Idiana Tomazelli, Catia Seabra, Julia Chaib e Marianna Holanda**

Leia mais no Vaivém das Commodities, na pág. A21, e na coluna de Cecilia Machado, na pág. A30

Ministro fala em usar 'colchão' da Petrobras em solução para preço de gasolina e etanol

BRASÍLIA E RIO DE JANEIRO O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), disse nesta segunda-feira (27) que o governo pode usar um "colchão" dentro da política de preços da Petrobras para compor uma solução para os combustíveis.

A pasta já confirmou que vai retomar a cobrança de tributos sobre gasolina e etanol, o que por si só poderia gerar impacto nos preços praticados nos postos, afetando o bolso dos consumidores.

"A atual política de preços da Petrobras tem um colchão que permite aumentar ou diminuir o preço dos combustíveis, e ele pode ser utilizado", disse o ministro.

A declaração sinaliza que algum ajuste de preços pode ser feito pela Petrobras.

Segundo a Abicom (Associação Brasileira de Importadores de Combustíveis), o preço da gasolina nas refinarias está 7% acima do praticado no mercado internacional —o equivalente a R$ 0,21 por litro, ou R$ 0,20 considerando apenas os polos operados pela Petrobras.

"Há um colchão", disse o ministro. "Essa pode ser uma das contribuições."

Haddad afirmou, porém, que não se trata de uma mudança na política de preços da companhia, mas sim uma solução "por dentro" do PPI (paridade de preços de importação). "Dentro do PPI significa respeitar o PPI", disse.

Desde o início de fevereiro, a Petrobras passou mais tempo vendendo o combustível acima da paridade do que abaixo, o que poderia justificar um corte neste momento. A última vez em que a estatal mexeu no preço da gasolina foi no fim de janeiro, com alta de 7,4%.

Embora o preço da gasolina nas refinarias brasileiras esteja hoje mais alto do que as cotações internacionais, a perspectiva de aumento no exterior pode limitar a atuação da Petrobras para compensar o retorno dos impostos federais.

O preço internacional da gasolina tende a subir no segundo trimestre, com a busca por estoques para suprir a demanda gerada pelo verão nos EUA, quando as viagens de carro pelo país se intensificam.

Na projeção mais recente, a EIA (Agência de Informações em Energia dos EUA) projetava alta de 2,5% no preço médio da gasolina nos postos americanos no segundo trimestre.

Nesta segunda, os contatos para abril eram negociados com alta de cerca de 10% em relação ao valor para março. A avaliação tanto de importadores quanto de distribuidoras que atuam no país é que não há mais espaço para cortes. **Idiana Tomazelli e Nicola Pamplona**

> "É bom lembrar que os mais pobres não estão nem aí para os preços da gasolina nas bombas. E não se pode resolver o problema fiscal do país arrecadando menos
>
> **André Braz**
> coordenador do IPC da FGV-Ibre

Trégua na inflação de alimentos abriu janela para reoneração

Fernando Canzian

SÃO PAULO A reoneração do PIS/Cofins sobre gasolina e etanol deve ter impacto de 0,5 a 0,7 ponto percentual na inflação de março, segundo estimativas da FGV-Ibre e da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), da USP.

Segundo especialistas, este é um bom momento para o governo tomar a medida —imprescindível ao equilíbrio fiscal—, pois há trégua importante na evolução da inflação de alimentos, sobretudo dos industrializados.

Sem a reoneração, a inflação prevista pela FGV-Ibre para março estava em 0,3%. Com a volta dos tributos (que serão diferenciados para a gasolina e o etanol), ela subiria para pouco menos de 1% —bem abaixo do 1,6% de março de 2022.

Combustível é o subitem mais relevante entre os 377 que compõem o índice oficial de inflação, o IPCA. Nesse grupo, a gasolina é, de longe, o de maior peso (os demais são etanol, diesel e gás veicular).

Segundo a Fipe, fevereiro fechará com desaceleração importante nos preços dos alimentos, que respondem por cerca de um quarto da inflação.

Alimentos industrializados, que têm o maior peso no grupo (9,4% no total de 24,5%), subiram 0,11% até a terceira quadrissemana de fevereiro, reduzindo a inflação da comida.

De maio de 2021 a meados de 2022, os industrializados subiram entre 1% e 2% mensalmente. Depois, passaram a desacelerar —agora, mais rapidamente.

Guilherme Moreira, coordenador do IPC da Fipe, diz ser importante a desaceleração dos alimentos industrializados, que refletem pressões altistas menores em vários segmentos da cadeia produtiva, como embalagens, energia e transporte, entre outros.

Esse alívio na inflação já foi acusado em outros dois outros índices da FGV. Em fevereiro, o IGP-M (Índice Geral de Preços - Mercado) teve deflação de 0,06%, e o IPA (Índice de Preços ao Produtor Amplo), de 0,20%.

"É bom lembrar que os mais pobres não estão nem aí para os preços da gasolina nas bombas. E não se pode resolver o problema fiscal do país arrecadando menos", diz André Braz, coordenador do IPC da FGV-Ibre. "Adiar a entrada desses tributos no caixa só pioraria as expectativas fiscais; e isso deságua no preço do dólar, que, pressionado, acaba levando a uma série de pressões sobre a inflação."

Para Sérgio Vale, economista-chefe da MB Associados, não se vê grande pressão sobre os preços de alimentos em razão da boa safra que chega ao mercado e de uma queda internacional nos valores.

"O problema em 2023 serão os preços administrados [como combustível e energia elétrica]", diz, prevendo alta no grupo de até 9% neste ano.

Ele lembra que, no pacote apresentado no início do ano pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda) para diminuir o déficit fiscal de cerca de R$ 200 bilhões em 2023, a reoneração dos combustíveis era a única medida com impacto positivo previsível (de cerca de R$ 29 bilhões).

"O problema fiscal é a grande questão de fundo na deterioração das expectativas de inflação, câmbio e juros. Se o governo apresentar uma regra crível de âncora fiscal [o anúncio está previsto para março], pode haver uma mudança importante nas expectativas."

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Tanque vazio

A previsão do governo de arrecadar R$ 28,9 bilhões com a retomada dos tributos sobre a gasolina e o álcool dificilmente deve ser alcançada se forem mantidas as regras anteriores à desoneração, avalia o consultor Adriano Pires, especialista em energia da CBIE. Pelas contas do consultor, os cálculos estão otimistas. O objetivo do governo é onerar mais o combustível fóssil e favorecer o biocombustível. O PPI (paridade de preço de importação) deve ser respeitado.

MATEMÁTICA "Antes de cortar Pis Cofins, a gasolina sozinha arrecadava por ano algo como R$ 24 bilhões a R$ 25 bilhões. O álcool, cerca de R$ 3 bilhões ou R$ 4 bilhões em 12 meses. Mas em janeiro e fevereiro já não arrecadou. Se voltar, vai ter uma arrecadação de dez meses. Então já não sei como chega aos R$ 28 bilhões", afirma Adriano Pires.

BALANÇA Ele avalia que ainda falta detalhar como o governo atingirá o montante que prevê. "Pode ser um imposto maior na gasolina e um menor no etanol, ou pode criar um subsídio na Petrobras. Com as informações que se tem até agora, não dá para entender", diz ele.

CALCULADORA Segundo o Ministério da Fazenda, "está assegurada 100% da arrecadação" projetada com a retomada dos tributos, conforme anunciado em janeiro, quando Fernando Haddad divulgou seu pacote fiscal.

RÉ Representantes do mercado de biocombustível reagiram às declarações da CNT (confederação de transportes) de que o frete vai ficar mais caro se o governo elevar o percentual de biodiesel na mistura ao diesel. Para a CNT, o aumento do biodiesel no combustível pode piorar a poluição, porque, segundo a entidade, reduz a eficiência do motor, aumentando o consumo.

FREIO Abiove (indústrias de óleos vegetais), Aprobio (produtores de biocombustíveis) e Ubrabio (união do biodiesel) pediram para a CNT explicar suas declarações no contexto dos compromissos com o RenovaBio (programa para elevar combustíveis menos poluentes na matriz energética) e com o processo de descarbonização. As entidades afirmam que as declarações da CNT são falsas e revelam desprezo com o meio ambiente.

VERDE "O posicionamento da CNT coloca em risco uma extensa cadeia de produção que gera emprego para a população e receita para o Estado e reduz a emissão de gases de efeito estufa", dizem as entidades em nota. A FPBio (Frente Parlamentar Mista do Biodiesel) também saiu em defesa do combustível.

MACA Em manifestação ao STF, a CMB (confederação das santas casas) acusou o Congresso de irresponsabilidade ao votar o piso da enfermagem e, posteriormente, uma emenda constitucional, mesmo sabendo que sem um financiamento adicional os hospitais não teriam como pagar os salários da categoria.

UTI A CMB diz que o Congresso não avaliou as consequências, violou o pacto federativo e criou "vícios insanáveis". No fim do ano, após o ministro Luís Roberto Barroso suspender o novo piso, os parlamentares aprovaram uma fonte de custeio que usaria recursos do superávit de fundos públicos. A liberação do dinheiro precisa ser destravada por uma medida provisória.

ANALGÉSICO A CMB afirma que pareceres na Câmara e no Senado destacavam que seria impossível para estados e municípios cumprirem o piso sem auxílio financeiro. A aprovação do projeto e, mais tarde, da emenda constitucional, representaria uma "confissão de culpa do Congresso de que não houve análise do impacto", diz a entidade.

VITRINE O birô de crédito Boa Vista registrou novo avanço mensal nas vendas do varejo, segundo levantamento que será divulgado nesta semana. A alta de 1,2% de janeiro na comparação com o mês anterior é a quarta variação positiva seguida, considerando os dados dessazonalizados. Na comparação com igual período de 2022, a alta foi de 1%.

SACOLA Apesar do cenário positivo, fatores como inflação, juros altos e inadimplência serão obstáculos para o setor neste ano, segundo Flávio Calife, economista da Boa Vista. Somados a um cenário macroeconômico desfavorável, a curva de longo prazo do indicador deve desacelerar.

LARGADA A Abras (associação de supermercados) vai fazer uma maratona de revezamento em homenagem ao empresário João Paulo Diniz, morto no ano passado aos 58 anos. Filho de Abilio Diniz, João Paulo praticava triatletismo e era apaixonado por esportes. A corrida será no dia 16 de abril, em São Paulo.

com Paulo Ricardo Martins e Diego Felix

Custo de reajustar mínimo e corrigir tabela do IR será compensado, diz Tesouro

Impacto de medidas é de R$ 8,2 bi; governo tem superávit de R$ 78,3 bi em janeiro, 2º melhor resultado para o mês, descontada a inflação

Idiana Tomazelli

BRASÍLIA O custo do reajuste adicional do salário mínimo e da atualização da tabela do IRPF (Imposto de Renda da Pessoa Física), calculado em R$ 8,2 bilhões neste ano, será compensado com a adoção de outras medidas para recompor o caixa do governo, disse nesta segunda-feira (27) o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron.

"Essas medidas serão anunciadas com a sua medida de compensação", disse Ceron. Ele não detalhou, porém, quais iniciativas estão sendo analisadas pela equipe econômica.

O anúncio do reajuste adicional do mínimo, de R$ 1.302 para R$ 1.320, e da atualização da tabela do IRPF foi feito pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em 16 de fevereiro.

Segundo Ceron, a mudança no mínimo tem um impacto de cerca de R$ 5 bilhões. Por se tratar de um aumento de despesas, a compensação precisa ser um corte da mesma medida em outro tipo de gasto.

Técnicos do governo esperam que a atualização dos cadastros do programa Auxílio Brasil (que voltará a se chamar Bolsa Família) contribua na redução de despesas. Na semana passada, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome anunciou que vai cortar ao menos 1,55 milhão de beneficiários irregulares já em março.

A correção da tabela, por sua vez, gera uma renúncia de receitas da ordem de R$ 3,2 bilhões neste ano e cerca de R$ 6 bilhões em 2024.

A Receita Federal vai ampliar a isenção do IRPF (Imposto de Renda da Pessoa Física) para dois salários mínimos (R$ 2.640) a partir de maio, mas o alcance do benefício será menor para trabalhadores de renda mais baixa.

Segundo a Receita, a faixa de isenção do IRPF será corrigida dos atuais R$ 1.903,98 para R$ 2.112.

Adicionalmente, será criada uma dedução simplificada mensal no valor de R$ 528, que será aplicada automaticamente se for benéfica ao contribuinte.

Esse desconto fixo não poderá ser acumulado com outras deduções, como contribuição previdenciária, pensão alimentícia e dependentes. Valerá o que for mais vantajoso.

O secretário disse ainda que o programa Desenrola, para permitir a renegociação de dívidas de famílias (sobretudo as de menor renda) em condições mais vantajosas, está na fase final de preparação dos atos normativos.

O desenho do programa prevê um fundo garantidor, com recursos públicos, para bancar os pagamentos em caso de inadimplência. Com isso, a expectativa é reduzir o risco dos bancos e incentivá-los a oferecer modalidades mais baratas de crédito aos endividados.

"A busca é por encontrar espaço em fundos já existentes, que já possuem saldos não utilizados, para poder mitigar ou cobrir totalmente o impacto do programa", disse Ceron.

"Eventualmente pode ter necessidade de complementação do Tesouro neste ano ou no próximo", acrescentou o secretário, admitindo a possibilidade de um aporte adicional de verbas para o fundo garantidor.

Segundo ele, o governo também está acompanhando o cenário de crédito e discutindo "eventuais necessidades para setores específicos, como pequenas e médias empresas", mas ainda sem decisão.

Ceron concedeu entrevista coletiva para anunciar o primeiro resultado do Tesouro no ano de 2023. O superávit de R$ 78,3 bilhões nas contas do governo central significa, em valores nominais, o melhor mês de janeiro de toda a série histórica, iniciada em 1997.

Quando os dados de anos anteriores são corrigidos pela inflação, o mês de janeiro de 2023 é o segundo melhor da série, atrás do resultado do mês em 2022 (R$ 81,2 bilhões).

"O resultado de janeiro de 2023 é o melhor já observado em toda a série histórica, corrigido pelo IPCA, para o primeiro ano de um novo mandato", afirma o Tesouro.

Os aumentos expressivos nas receitas administradas pela Receita Federal e também na arrecadação não tributária, como dividendos, contribuíram para o número positivo no primeiro mês do ano. A receita líquida do governo teve uma alta real (já descontada a inflação) de 2,4% na comparação com janeiro de 2022.

Na quinta (23), o fisco já havia anunciado que a arrecadação somou R$ 251,7 bilhões em janeiro, um recorde histórico na série iniciada em 1995.

Por outro lado, as despesas tiveram crescimento real de 6,0%. A explicação, segundo o Tesouro, é o avanço de R$ 3,8 bilhões nas despesas com benefícios previdenciários e de R$ 5,7 bilhões com o Auxílio Brasil (que voltará a se chamar Bolsa Família), na comparação com janeiro de 2022.

O resultado primário é obtido pela diferença entre receitas e despesas do governo.

Apesar do saldo positivo, Ceron afirmou que ainda se trata de um único mês e é preciso manter a atenção com as contas. O déficit efetivamente previsto no Orçamento deste ano é de R$ 228,1 bilhões.

> **"Ainda há descasamento entre projeções de receitas e despesas projetadas"**
>
> **Rogério Ceron**
> secretário do Tesouro

Situação das contas melhora, mas governo ainda deve ter déficit em 2023

Resultado primário do governo central
Em R$ bi*

Resultado primário acumulado em 12 meses
Em R$ bi**

*Valores correntes. **A preços de jan.2023
Fonte: Tesouro Nacional

SP anuncia benefícios para encarar guerra fiscal enquanto aguarda a reforma tributária

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), assinou nesta segunda-feira (27) a redução do ICMS (imposto sobre mercadorias e serviços) até 31 de dezembro de 2024 para diversos setores empresariais.

Segundo o governador, essa é uma forma de o estado enfrentar a guerra fiscal de uma maneira mais agressiva enquanto não se aprova uma reforma tributária ampla que inclua também esse tributo estadual.

A medida representa renúncia de R$ 850 milhões e inclui redução de alíquota, isenção, mudança de base de cálculo, entre outros benefícios. Alguns são novos, mas há também renovação de outros que venceram no final do ano passado.

"É uma proteção. A guerra fiscal está dada. Ao longo do tempo, São Paulo se colocou em uma posição um pouco mais na retaguarda, não encarou esse tema. É por isso que a gente vinha perdendo negócios", afirmou. "Precisamos ser um pouco mais agressivos e aproveitar os instrumentos que estão prontos."

O governador e o secretário de Fazenda de São Paulo, Samuel Kinoshita, disseram esperar que as renúncias gerem o fomento da atividade econômica e, consequentemente, um ganho de arrecadação em um segundo momento.

Tarcísio disse que o estado de São Paulo estará "patrocinando" a reforma tributária, mas não vê a aprovação rápida de uma proposta.

"Temos algumas poucas observações que vamos discutir, e tenho certeza de que são fáceis de serem superadas. Aposto que a reforma tem tudo para ser bem sucedida, embora a gente não saiba em quanto tempo ela vai passar. Não acredito que vai passar com essa facilidade toda, e a gente não pode ficar parado esperando a reforma acontecer."

"A reforma tributária é uma aposta. Não sei com qual velocidade vai sair, porque ela tem sua complexidade. Essa equação não é tão simples de ser desenhada", afirmou.

Os decretos de desoneração são a primeira de uma série de ações do governo do estado dentro da pauta de reindustrialização e aumento dos investimentos locais, segundo o governador.

Ele citou também a revisão da política de substituição tributária, a conversão de créditos de ICMS em investimentos, redução de alíquotas, diferimento de prazo de pagamento de tributos e revisão de base de cálculo.

+ ALGUNS DOS BENEFÍCIOS

Leite de aveia
Redução da base de cálculo do ICMS nas vendas da bebida pronta para consumo

Fibrose cística
Operações com o medicamento Trikafta ficam isentos de ICMS

Informática
Regime Especial de tributação do ICMS

INDICADORES

Juros
Jan., em % ao mês

	Mínimo	Máximo
Cheque especial	7,73	8,00
Empréstimo pessoal	4,72	9,80

Fonte: Procon-SP

Contribuição à Previdência
Competência janeiro

Autônomo e facultativo

Valor mín.	R$ 1.302,00	20%	R$ 260,40
Valor máx.	R$ 7.507,49	20%	R$ 1.501,49

O autônomo que prestar serviços só a pessoas físicas (e não a pessoas jurídicas) e o facultativo pode contribuir com 11% sobre o salário mínimo. Donas de casa de baixa renda podem recolher sobre 5% do piso nacional. O prazo para o facultativo e o autônomo que recolhe por conta própria vence em 15.fev

MEI (Microempreendedor)

Valor mín.	R$ 1.302	5%	R$ 65,10

Assalariado	Alíquota
Até R$ 1.302,00	7,5%
De R$ 1.302,01 até R$ 2.571,29	9%
De R$ 2.571,30 até R$ 3.856,94	12%
De R$ 3.856,95 até R$ 7.507,49	14%

O prazo para recolhimento das contribuições do empregado vence em 17.fev. As alíquotas progressivas são aplicadas sobre cada faixa salarial que compõe o salário de contribuição

Imposto de Renda

Em R$	Alíquota, em %	Deduzir, em R$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

Empregados domésticos
Considerando o piso na capital e Grande SP

R$ 1.433,73	Valor, em R$
Empregado	109,50
Empregador	286,71

O prazo para o empregador do trabalhador doméstico vence em 7.fev. A guia de pagamento do empregador inclui a contribuição de 8% ao INSS, 8% do FGTS, 3,2% de multa rescisória do FGTS e 0,8% de seguro contra acidente de trabalho. A contribuição ao INSS do doméstico deve ser descontada do salário. Sobre o piso da Grande SP, as alíquotas do empregado são de 7,5% e 9%. Para salário maior, de 7,5% a 14%, aplicadas sobre cada faixa do salário, até o teto do INSS

Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A.

CNPJ nº 02.102.498/0001-29

Navigating life together

Relatório da Administração

Temos a satisfação de apresentar aos nossos acionistas, parceiros de negócios, colaboradores e clientes as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 da Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A. - MetLife.

Sobre Nós

A MetLife, Inc (NYSE: MET), por meio de suas subsidiárias e afiliadas ("MetLife"), é uma das principais empresas de serviços financeiros do mundo, oferecendo seguros, benefícios para funcionários e gestão de ativos para ajudar clientes individuais e corporativos a criarem um futuro mais seguro. Fundada em 1868, a empresa opera em mais de 40 países e ocupa posições de liderança de mercado nos Estados Unidos, Japão, América Latina, Ásia, Europa e Oriente Médio. Com mais de 100 milhões de clientes a nível global, obteve, no exercício de 2022, a arrecadação consolidada de prêmios, tarifas e outras receitas de US$ 69,9 bilhões e alcançou ativos de US$ 666,6 bilhões.

No Brasil desde 1999, a Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A (MetLife) comercializa seguros de pessoas e previdência complementar aberta com sede na cidade de São Paulo, a empresa possui mais de 538 colaboradores, opera com mais de 33 filiais espelhadas pelo país com o auxílio de sua rede composta por mais de 20 mil corretores cadastrados e parceiros comerciais. Atualmente, possui mais de 5,5 milhões de vidas seguradas.

Participação setorial e compromissos

A MetLife busca continuamente participar da implementação e da discussão de iniciativas que possam trazer benefícios para o setor e para a sociedade. Por isso, ocupa a diretoria de entidades como o Sindicato das Empresas de Seguros e Resseguros (SindSeg), em Santa Catarina, da Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde) e da Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (FenaPrevi); além de integrar comissões e grupos de discussão junto à Susep – Superintendência de Seguros Privados – e CNseg - Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização.

Desempenho:

No exercício de 2022, os ativos totais da MetLife fecharam em um patamar de R$a 3,9 bilhões (R$ 3,3 bilhões em 2021) e o patrimônio líquido alcançou R$ 725,6 milhões (R$ 634,7 milhões em 2021), com lucro líquido de R$ 27,3 milhões (R$ 236,5 milhões de prejuízo líquido em 2021).

No acumulado do ano, a MetLife indenizou os seus segurados e respectivos beneficiários em mais de R$ 667 milhões (R$ 857 milhões em 2021). Este valor corresponde a 34.457 (32.241 em 2021) sinistros pagos. No mesmo período, o índice de sinistralidade obtido foi de 40,3% (83,1% em 2021). Ao mesmo tempo, como receitas, os Prêmios de Seguros em 2022 cresceram 44% alcançando o patamar de R$ 1,7 bilhões (R$ 1,2 bilhões em 2021). Por sua parte, as provisões técnicas que amparam o crescimento totalizaram R$ 2,6 bilhões (R$ 2,2 bilhões em 2021).

Este comprometimento também se traduz em solidez. Adicionalmente, a suficiência de capital atingiu R$ 82,8 milhões (R$ 44,9 milhões em 31 de dezembro de 2021) o que representa um índice de 128% (117% em 2021), reforçando a liquidez e a capacidade da MetLife em honrar com todos os seus compromissos.

Contexto Econômico

Em 2022 por fatores diversos os preços foram pressionados e manter as metas de inflação neste cenário levou o Banco Central a elevar a taxa SELIC continuamente durante o ano.

A MetLife manteve seus planos de expansão, digitalização e concretização das estratégias de negócios. Tanto que, o prêmio emitido durante ano de 2022 alcançou 44% de crescimento. Estas ações permitiram manter os níveis de atendimento aos clientes e o relacionamento contínuo com os parceiros de negócios e demonstram a capacidade da MetLife de continuar crescendo com excepcional disciplina de despesas.

A Deloitte empresa de auditoria externa e a área de auditoria interna gerenciada diretamente pela matriz, são os órgãos independentes que prestam serviços de auditoria para a companhia.

Compromisso e agradecimentos:

A MetLife tem o compromisso em aperfeiçoar suas políticas e ferramentas e segue investindo em treinamento de colaboradores voltados aos processos de prevenção a fraudes, lavagem de dinheiro e comportamento ético, seguindo aos preceitos estabelecidos pelo grupo MetLife e pelos normativos regulatórios.

Agradecemos à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, aos nossos parceiros de negócios, clientes em geral e aos nossos colaboradores, pelo empenho e competência dedicados à Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A., promovendo uma constante melhoria dos produtos e serviços oferecidos aos nossos clientes.

A Administração.

Evolução dos indicadores de desempenho em 31 de dezembro

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 *(Valores expressos em milhares de reais - R$)*

ATIVO	Notas explicativas	2022	2021
CIRCULANTE		**1.863.072**	**1.505.526**
Disponível		1.975	12.748
Caixa e bancos		1.975	12.748
Aplicações	7	1.305.216	977.647
Títulos de renda fixa - privados		8.640	8.003
Títulos de renda fixa - públicos		92.944	41.380
Quotas de fundos de investimentos		1.203.632	928.264
Créditos das operações com seguros e resseguros	8	324.518	331.610
Prêmios a receber		309.667	264.295
Operações com seguradoras		4.687	7.809
Operações com resseguradoras	9.a)	10.164	59.506
Outros créditos operacionais		12.327	28.759
Ativos de Resseguro - Provisões Técnicas	9.b)	19.982	21.662
Títulos e créditos a receber		69.069	32.480
Títulos e créditos a receber	10	40.759	4.000
Créditos tributários e previdenciários	11	27.839	28.155
Outros créditos		471	325
Despesas Antecipadas		2.276	2.364
Operacionais		77	67
Administrativas		2.199	2.297
Custos de Aquisição Diferidos	15.a)	127.709	98.256
Seguros		127.709	98.256
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**2.018.688**	**1.812.545**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		**1.960.697**	**1.776.077**
Aplicações	7	1.300.058	1.196.689
Títulos de renda fixa - privados		42.732	53.522
Títulos de renda fixa - públicos		1.257.326	1.143.167
Créditos das operações com seguros e resseguros	8	4.949	5.797
Prêmios a receber		4.372	4.222
Operações com seguradoras		577	1.575
Títulos e créditos a receber		516.709	459.884
Créditos tributários e previdenciários	11	308.373	274.233
Depósitos judiciais e fiscais	15.d e 18	204.898	185.265
Outros créditos operacionais		3.438	386
Outros valores e bens	23.a)	6.047	9.437
Despesas Antecipadas		149	135
Operacionais		130	130
Administrativas		19	6
Custos de Aquisição Diferidos	15.a)	132.785	104.134
Seguros		132.785	104.134
Imobilizado		7.913	8.515
Bens móveis		6.958	7.465
Outras imobilizações		955	1.050
Intangível	12	50.078	27.953
Ágio em investimentos incorporados		8.277	8.277
Outros Intangíveis		41.801	19.676
TOTAL DO ATIVO		**3.881.760**	**3.318.071**

PASSIVO	Notas explicativas	2022	2021
CIRCULANTE		**2.465.897**	**2.017.122**
Contas a pagar		97.616	62.936
Obrigações a pagar	13	47.196	37.264
Impostos e encargos sociais a recolher		9.278	7.751
Encargos trabalhistas		9.794	8.159
Impostos e contribuições		28.963	7.867
Outras contas a pagar		2.385	1.895
Débitos de operações com seguros e resseguros		180.205	151.126
Prêmios a restituir		2.117	1.221
Operações com seguradoras		1.207	518
Operações com resseguradoras	9.c)	29.752	35.842
Corretores de seguros e resseguros		110.361	81.451
Outros débitos operacionais		36.768	32.094
Depósitos de terceiros	14	24.569	35.315
Provisões técnicas - seguros	15.a)	1.380.151	1.194.147
Pessoas		786.328	762.498
Vida individual		464.120	282.211
Vida com cobertura de sobrevivência		129.703	149.438
Provisões técnicas - previdência complementar	16	780.425	570.190
Planos não bloqueados		2.056	3.530
PGBL		778.369	566.660
Débitos diversos	23.a)	2.931	3.408
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**690.305**	**666.211**
Contas a pagar		33.668	36.624
Tributos diferidos		33.668	36.624
Débitos de operações com seguros e resseguros		155	2.306
Operações com seguradoras		–	4
Operações com resseguradoras	9.c)	155	2.302
Provisões técnicas - seguros	15.a)	373.947	399.414
Pessoas		322.942	348.051
Vida individual		49.858	51.362
Vida com cobertura de sobrevivência		1.147	1
Provisões técnicas - previdência complementar	16	79.793	75.598
Planos não bloqueados		45.256	48.971
PGBL		34.537	26.627
Outros débitos		202.742	152.269
Provisões judiciais	18	199.578	146.190
Débitos diversos	23.a)	3.164	6.079
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**19**	**725.558**	**634.738**
Capital social	19.a)	870.779	585.055
Aumento de capital (em aprovação)		–	183.154
Ajustes de avaliação patrimonial	19.c)	(63.556)	(24.525)
Prejuízos acumulados		(81.665)	(108.946)
TOTAL DO PASSIVO		**3.881.760**	**3.318.071**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Valores expressos em milhares de reais - R$)*

	Notas explicativas	2022	2021
Prêmios emitidos		**1.844.949**	**1.318.819**
Contribuição para cobertura de riscos		214	208
Variações das provisões técnicas de prêmios		(179.144)	(161.799)
(=) Prêmios ganhos	**20.a)**	**1.666.019**	**1.157.227**
Sinistros ocorridos	20.b)	(671.680)	(962.076)
Custos de aquisição	20.c)	(658.526)	(466.403)
Outras receitas e despesas operacionais	20.d)	(82.524)	(51.498)
Resultado com operações de resseguros	**20.e)**	**(26.693)**	**29.476**
(+) Receita com resseguro		22.307	67.438
(-) Despesa com resseguro		(49.000)	(37.963)
Rendas de contribuições e prêmios		176.259	88.732
(-) Constituição da provisão de benefícios a conceder		(176.558)	(89.127)
(=) Receitas de contribuições e prêmios de vgbl		**(299)**	**(394)**
Variação de outras provisões técnicas		–	(2.730)
Despesas administrativas	20.f)	(226.896)	(174.126)
Despesas com tributos	20.g)	(70.293)	(25.601)
Resultado financeiro	20.h)	–	104.854
Resultado operacional		**46.421**	**(391.272)**
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	20.i)	177	–
(=) Resultado antes dos impostos e participações		**46.598**	**(391.272)**
Imposto de renda	20	(11.438)	96.854
Contribuição social	21	–	57.937
Lucro/prejuízo líquido do exercício		**27.281**	**(236.481)**
Quantidade lote de mil ações		855.404	736.137
Lucro/prejuízo líquido por ação		0,03	(0,32)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Valores expressos em milhares de reais - R$)*

	2022	2021
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	**27.281**	**(236.481)**
Outros resultados abrangentes :		
Ativos financeiros disponíveis para venda	(39.031)	(112.291)
Ajuste com títulos e valores mobiliários	(65.052)	(187.152)
Efeitos tributários	26.021	74.861
Resultado abrangente total do exercício	**(11.750)**	**(348.772)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Valores expressos em milhares de reais - R$)*

Atividades operacionais	2022	2021
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	**27.281**	**(236.481)**
Ajustes para:	**17.792**	**10.108**
Depreciações e amortizações	7.967	8.128
Perdas (reversão de perdas) por redução do valor recuperável dos ativos	98	(746)
Juros e variações monetárias sobre provisões judiciais	9.727	2.726
Variação nas contas patrimoniais:	**(82.945)**	**93.446**
Ativos financeiros	(495.990)	(157.702)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(25.068)	27.856
Ativos de resseguro	51.023	(39.579)
Créditos fiscais e Previdenciários	316	(12.437)
Ativo fiscal diferido	(34.140)	(183.318)
Despesas antecipadas	75	(1.621)
Custo de Aquisição Diferidos	(58.104)	(35.082)
Outros ativos	(36.567)	(11.515)
Depósitos judiciais e fiscais	(19.632)	14.473
Fornecedores e outras contas a pagar	10.422	(6.018)
Impostos e contribuições	41.559	7.792
Débitos de operações com seguros e resseguros	26.927	16.482
Depósitos de terceiros	(10.746)	3.385
Provisões técnicas - Seguros e resseguros	192.989	322.121
Provisões técnicas - Previdência complementar	214.431	115.733
Outros passivos	15.899	32.161
Provisões judiciais	43.661	715
Caixa consumido pelas operações	**(37.872)**	**(132.927)**
Juros pagos	(32.453)	(28.925)
Impostos sobre o lucro pagos	(17.301)	(4.838)
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	**(87.626)**	**(166.690)**
Atividades de investimento		
Pagamento Pela Compra:		
Imobilizado	(2.051)	(3.381)
Intangível	(27.440)	(13.764)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	**(29.491)**	**(17.145)**
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	102.570	183.154
Pagamento de passivos de arrendamento financeiro	3.774	3.975
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	**106.344**	**187.129**
Aumento e redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(10.773)**	**3.294**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	12.748	9.454
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.975	12.748

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Valores expressos em milhares de reais - R$)*

	Notas explicativas	Capital social	Aumento de Capital em Aprovação	Reservas de lucros: Demais Reservas de Lucros	Reservas de lucros: Dividendos adicionais propostos	Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros/ Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**556.249**	–	**127.535**	**29.149**	**87.766**	–	**800.699**
Aumento de capital com Juros sobre o capital próprio - AGE de 30/03/2021 e portaria SUSEP 248 de 05/07/2021	19.a)	28.806	–	–	(28.806)	–	–	–
Pagamento de juros sobre o capital próprio		–	–	–	(343)	–	–	(343)
Aumento de capital em dinheiro	19.a)	–	183.154	–	–	–	–	183.154
Ajustes de avaliação patrimonial	19.c)	–	–	–	–	(112.291)	–	(112.291)
Prejuízo Líquido do Exercício		–	–	–	–	–	(236.481)	(236.481)
Compensação de Prejuízo		–	–	(127.535)	–	–	127.535	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**585.055**	**183.154**	–	–	**(24.525)**	**(108.946)**	**634.738**
Aumento de capital em dinheiro- AGE de 26/11/2021 e portaria SUSEP 703 de 25/04/2022, e AGE de 17/12/2021 e portaria SUSEP 248 de 10/06/2022	19.a)	183.154	(183.154)	–	–	–	–	–
Aumento de capital em dinheiro- AGE de 17/02/2022 e portaria SUSEP 803 de 04/07/2022	19.a)	102.570	–	–	–	–	–	**102.570**
Ajustes de avaliação patrimonial	19.c)	–	–	–	–	(39.031)	–	**(39.031)**
Lucro Líquido do Exercício		–	–	–	–	–	27.281	**27.281**
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**870.779**	–	–	–	**(63.556)**	**(81.665)**	**725.558**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 *(Valores expressos em milhares de reais - R$)*

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A. ("Seguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede localizada na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1.253 - São Paulo, estado de São Paulo, cuja controladora em última instância é a Metlife Inc., uma sociedade de capital aberto devidamente constituída no estado de Nova York nos Estados Unidos da América, localizada na 1.095 Avenue of the Americas, Nova York, e tem como objetivo principal a comercialização, em todo território nacional, de seguros de pessoas, nas modalidades individual e em grupo, e de planos de previdência complementar aberta.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, e alterações posteriores.

A emissão destas demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram aprovadas pela Diretoria em 28 de fevereiro de 2023.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. Os ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos e passivos financeiros são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais práticas contábeis adotadas pela Seguradora estão divulgadas na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A preparação das demonstrações financeiras, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, requer a aplicação de políticas contábeis que podem envolver níveis de julgamento significativos. Os valores determinados por estimativas ou a partir de premissas podem diferir, significativamente, dos valores reais a serem apurados e reportados futuramente.

As seções abaixo descrevem as principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras.

a) Moeda funcional

Nas demonstrações financeiras os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Seguradora atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais - R$, que é a moeda funcional e de apresentação da Seguradora.

b) Transações e saldos em moeda estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

c) Apuração de resultado

As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência. Para os produtos de risco, o fato gerador da receita é a emissão da apólice/certificado/endosso, ou a vigência do risco para os casos em que o risco se inicia antes da sua emissão, e para os produtos de acumulação financeira, o fato gerador da receita é o recebimento das contribuições.

d) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidade em moeda nacional e instrumentos financeiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e que são utilizados pela Seguradora para atender a compromissos de caixa de curto prazo e conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa. Em 31 de dezembro de 2022 eram compostos, somente, por saldos de Caixa e Bancos.

e) Ativos financeiros

A Seguradora pode classificar seus ativos financeiros nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- For adquirido, principalmente, para ser vendido a curto prazo.
- No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Seguradora administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo.
- For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de "*hedge*" efetivo.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelos ativos financeiros, sendo incluídos na rubrica "Resultado financeiro", na demonstração do resultado.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos e não classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) ativos financeiros mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

As variações no valor contábil dos ativos financeiros monetários disponíveis para venda relacionadas às receitas de juros calculadas utilizando o método de juros efetivos são reconhecidos no resultado. Outras variações no valor contábil dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas em "Ajuste de avaliação patrimonial", líquidos dos seus correspondentes efeitos tributários, no patrimônio líquido.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

f) Baixa de instrumentos financeiros

Ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento. Quando não são transferidos nem retidos, substancialmente, os riscos e benefícios, a Seguradora avalia o controle do instrumento, a fim de assegurar sua manutenção no ativo.

A Seguradora baixa passivos financeiros, somente quando as obrigações da Seguradora são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

g) Reclassificação de ativos financeiros

A Seguradora não reclassifica um ativo financeiro da categoria de mensurado ao valor justo através do resultado enquanto ele estiver na carteira, de acordo com as especificações do CPC 38 – Instrumentos Financeiro.

h) Redução ao valor recuperável de ativos

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável na data do balanço. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Provisões para risco sobre crédito: as provisões para riscos de crédito são calculadas, de acordo com estudo elaborado pela Administração, em conformidade os seguintes principais critérios: (i) a provisão sobre prêmios diretos a receber leva em consideração o histórico de cancelamento das apólices por inadimplência, acrescido de um percentual para possível perda esperada; e (ii) a provisão para operações a receber de cosseguro e resseguro mediante histórico de negociação dos recebíveis com as congêneres e com histórico de perda.

Os ativos não financeiros são analisados com a finalidade de verificar se há perda por redução ao valor de recuperação de ativos e medir a eventual perda com o objetivo de constituir quando aplicável, a redução ao valor de recuperação de ativos não financeiros.

O imobilizado e outros ativos não financeiros foram revisados para identificar evidências de perdas não recuperáveis. A Seguradora não apurou a necessidade de contabilização de provisão para perda sobre o imobilizado e outros ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2022.

i) Custos de aquisição diferidos

As comissões e agenciamentos são diferidos e refletidos no saldo da conta "Custos de aquisição diferidos" de acordo com o prazo de vigência das apólices de seguros ou com a estimativa de persistência dos segurados para os seguros de longo prazo. O prazo médio de amortização é de 36 meses para os produtos de Vida Individual, 48 meses para os produtos comercializados por meio de prêmio único e 12 meses para os demais produtos de vida em grupo. Premissas:

- Seguro de vida (regime de capitalização): é considerada a experiência de persistência da própria carteira.
- Seguro de vida (regime de repartição simples): os custos diferidos são apropriados aos resultados mensalmente, em bases lineares, pelo prazo de reconhecimento dos prêmios de seguros de acordo com o prazo de vigência das apólices.

j) Ativos relacionados a resseguros

A cessão de resseguros é efetuada no curso normal das atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações ativas, uma vez que a existência do contrato não exime as obrigações para com os segurados.

k) Ativos circulante e realizável a longo prazo

Os demais ativos circulante e realizável a longo prazo são representados ao valor de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e a redução ao valor recuperável.

l) Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou formação. A depreciação do imobilizado de uso é calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada de dez anos para móveis, utensílios, equipamentos de comunicação e instalações e de cinco anos para equipamentos de processamento de dados.

As benfeitorias em imóveis de terceiros estão demonstradas ao custo de aquisição, depreciadas pelo método linear com base no prazo estimado de benefício.

m) Intangível

Refere-se, preponderantemente a: (a) direito de uso da base de clientes de terceiros para fins de negociação de produtos de seguros, os quais são amortizados levando em consideração a persistência dos prêmios, cujo prazo médio é de dez anos; (b) ágios de rentabilidade futura pagos na aquisição de investimento já incorporado, deduzido das amortizações até 2008. O saldo do ágio é avaliado pelo teste de recuperabilidade; e (c) os direitos de uso de software estão demonstrados ao custo de aquisição, sendo amortizados pelo método linear com base no prazo estimado de benefício de cinco anos.

n) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como "Contas a pagar" e "Débitos de operações com seguros".

Os passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Continua...

Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A.

CNPJ nº 02.102.498/0001-29

Navigating life together

...Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Valores expressos em milhares de reais - R$)*

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive, quando aplicável, honorários, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

o) Provisões técnicas

Estão demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

- A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída pela parcela do prêmio de seguro correspondente ao período de risco a decorrer dos prêmios já emitidos, calculada pelo método "pro rata die", em conformidade com as determinações e os critérios estabelecidos pelo CNSP e pela SUSEP.
- A Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes mas Não Emitidos

(PPNG-RVNE) é constituída para cobrir o valor esperado de prêmios referentes aos riscos vigentes pendentes de emissão. Essa provisão é obtida por meio de metodologia específica em Nota Técnica Atuarial, em conformidade com as determinações e os critérios estabelecidos pelo CNSP e pela SUSEP.

- A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída para a cobertura dos valores esperados a pagar relativos aos sinistros avisados até a data-base de cálculo. Para os processos administrativos, a provisão é constituída com base nas notificações dos sinistros recebidos pela Seguradora até o encerramento do exercício e contempla, na data da sua avaliação, a quantia total das indenizações a pagar por sinistros avisados deduzidos da parcela relativa à recuperação de cosseguros cedidos. Para os processos judiciais a provisão é calculada verificando-se o risco a partir da análise da demanda judicial, atendo-se ao risco para cada uma das demandas trazidas à apreciação, o valor pedido e o valor sugerido pela administração, levando-se em consideração a probabilidade do desembolso financeiro e atualização monetária dos processos, baseado na análise do departamento jurídico interno da seguradora, que leva em consideração o histórico passado e o curso das ações. A PSL é ajustada pela provisão IBNeR (Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados), que tem como objetivo estimar o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final. O IBNeR é calculado através da diferença entre o IBNR Global e o IBNR, que são calculados pela aplicação de fatores de desenvolvimento de sinistros apurados por meio de triângulos de "run-off".
- A Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR) é constituída para cobrir os valores esperados a liquidar referente aos sinistros ocorridos e não avisados até a data-base do cálculo, incluindo as operações de cosseguros aceito, bruto das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido. O valor esperado da provisão é obtido por meio de metodologia específica em Nota Técnica Atuarial que consiste na aplicação de fatores de desenvolvimento de sinistros ocorridos mas não avisados apurados por meio de triângulos de "run-off", em conformidade com as determinações e os critérios estabelecidos pelo CNSP e pela SUSEP.
- A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para cobrir os valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros e benefícios, em conformidade com as determinações e os critérios estabelecidos pelo CNSP e pela SUSEP.
- A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) é constituída quando constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos, em conformidade com as determinações e os critérios estabelecidos pelo CNSP e pela SUSEP.
- A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC) é constituída, enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício, para a cobertura dos compromissos assumidos com os participantes ou segurados dos planos de previdência complementar e de seguros de vida estruturados no regime financeiro de capitalização, sendo calculada conforme metodologia aprovada na nota técnica atuarial do plano ou produto, em conformidade com as determinações e os critérios estabelecidos pelo CNSP e pela SUSEP.
- A Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC) é constituída, após ocorrido o evento gerador do benefício, para a cobertura dos compromissos assumidos com os participantes ou segurados dos planos de previdência complementar e de seguros de vida estruturados no regime financeiro de capitalização e de repartição por capitais de cobertura, sendo calculada conforme metodologia aprovada na nota técnica atuarial do plano ou produto, em conformidade com as determinações e os critérios estabelecidos pelo CNSP e pela SUSEP.
- A Provisão de Excedentes Técnicos (PET) é constituída para garantir os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnicos na operacionalização de seus contratos, caso haja sua previsão contratual, em conformidade com as determinações e os critérios estabelecidos pelo CNSP e pela SUSEP.
- A Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR) abrange os valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios e às portabilidades solicitadas e, por qualquer motivo, ainda não transferidas para a seguradora receptora, em conformidade com as determinações e os critérios estabelecidos pelo CNSP e pela SUSEP.

p) Teste de adequação do passivo

O teste de adequação do passivo é efetuado para verificar a adequação do montante registrado contabilmente a título de provisões técnicas, considerando as premissas mínimas determinadas pela SUSEP.

O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas.

Para efetuar esse teste, a Administração considera as melhores estimativas dos fluxos de caixa futuros, brutos de resseguro, de todos os riscos assumidos até a data-base do teste, incluindo prêmios, sinistros, resgates, pagamentos de benefícios e despesas administrativas e de liquidação de sinistros. Os fluxos de caixa futuros são descontados a valor presente com base nas estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco, conforme determinado pela SUSEP. Os fluxos dos passivos levam em consideração a tábua e a taxa de juros contratada pelos segurados. Os produtos avaliados no TAP possuem tábuas contratuais AT-49, AT-83, AT-2000, CSO-58, CSO-80 e BR-EMS, e as taxas de juros contratuais podem variar de 0% a 6%.

Não houve adoção de novas premissas para determinação da TAP para o exercício de 2022.

Em 31 de dezembro de 2022, a Provisão Complementar de Cobertura derivada do teste de adequação do passivo foi de R$ 201.485 (R$ 231.141 em 31 de dezembro de 2021).

q) Provisões judiciais e obrigações tributárias

As provisões judiciais são avaliadas de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

As provisões judiciais são constituídas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos internos e externos; a causa das ações; similaridade com processos anteriores; complexidade e o posicionamento do judiciário, sempre que a perda possa ocasionar uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

As provisões judiciais que decorrem de processos administrativos ou judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, e atualizados monetariamente de acordo com a legislação fiscal (taxa SELIC).

Os depósitos judiciais são mantidos no ativo e atualizados monetariamente, quando aplicável, sem serem deduzidos das correspondentes provisões judiciais.

r) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

As comissões a pagar, registradas no passivo circulante pelo regime de competência, são devidas aos corretores de seguros quando ocorre o recebimento do respectivo prêmio.

O Imposto sobre Operações Financeiras - IOF a recolher, incidente sobre os prêmios a receber, registrado no passivo circulante em contrapartida aos "Prêmios a receber", é retido e recolhido, quando aplicável, simultaneamente ao recebimento do prêmio.

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro corrente e diferido. O imposto e a contribuição são reconhecidos no resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto e a contribuição também são reconhecidos no patrimônio líquido.

A provisão para imposto de renda é calculada pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual acima de R$ 240 anuais. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 15% do lucro antes dos impostos até julho de 2022 , no período de agosto a dezembro de 2022 foi aplicada a alíquota de 16% para a constituição dos impostos diferidos. A partir de janeiro de 2023 a alíquota aplicada volta a ser de 15%.

s) Arrendamentos

Em aderência ao CPC 06 - R2, a Seguradora avalia no início de cada contrato a existência de operações que transmitam o direito de controlar o uso de um ativo identificado, em um intervalo temporal, em troca de contraprestações, classificando-as como "arrendamento". A Seguradora atua como "arrendatária" nos contratos vigentes, aplicando uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de valor imaterial. Os contratos contabilizados envolvem duas principais contas: i) Outros Valores e Bens que representam o direito de uso dos bens pelo intervalo temporal apurado; e ii) Débitos Diversos que é utilizado para reconhecer a dívida e registrar os pagamentos dos arrendamentos. Vide detalhamento da adoção da norma na nota explicativa nº 22 a.

t) Divulgação das tábuas, taxa de carregamento e as taxas de juros dos principais produtos comercializados

Tábuas, taxas e carregamento dos principais produtos comercializados:

Produto	Tábua	Taxa de Juros e Carregamento	
Plano de Aposentadoria Individual	BR-EMS	0%	0%
Plano de Aposentadoria Empresarial	AT-2000	2,50%	0%

4. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO

A Seguradora acredita que uma assertiva gestão de riscos é essencial para a sustentabilidade do seu negócio e o pleno atendimento aos seus clientes, acionistas, "stakeholders" e colaboradores.

Visando alavancar os objetivos estratégicos com a Gestão de Riscos, a Seguradora é estruturada no modelo de três linhas de defesa, sendo a 1ª Linha de Negócio, 2ª Controles Internos, Ética & Compliance, 3ª Auditoria Interna, a qual permite a participação de todas as áreas e níveis hierárquicos da Seguradora, desde as áreas de negócio até a Alta Administração na avaliação dos riscos inerentes à Seguradora.

A área de Gestão de Riscos da Seguradora é independente e se reporta diretamente para a Diretoria Regional (Latam) de Riscos, garantido imparcialidade nas suas avaliações e submissão de resultados.

O processo de avaliação de riscos ocorre a cada três meses e conta com a participação de todas as camadas da Seguradora. Neste momento é reavaliado se o nível de impacto inerente e residual para cada um dos riscos é suportado pela Seguradora, bem como a efetividade dos controles chaves e a implantação dos planos de ação propostos. Cabe destacar, que este é um processo em constante evolução e integralmente alinhado à Regulamentação Local, Políticas Corporativas e boas práticas da Seguradora.

Visando aprimorar o processo de gerenciamento de riscos e comunicar de maneira eficaz os riscos à Alta Administração, a área de Gestão de Risco conta com os seguintes comitês:

- **Comitê de Gestão de Riscos**

O comitê tem como objetivo assegurar que o nível de exposição a risco da Seguradora esteja adequado ao seu porte, que riscos estratégicos estejam sendo monitorados e que as operações e processos estejam em conformidade a tolerância apresentada no apetite a risco da Seguradora. O comitê é formado pela Área de Gestão de Riscos, CEO, CFO, Diretor Jurídico e Diretor Regional de Investimentos, contando com representantes das áreas de negócios, além da Auditoria Interna e "Compliance", e se reporta diretamente à Diretoria Regional de Riscos da Seguradora e é regido por regimento interno.

- **Comitê de Investimentos**

O comitê de investimentos tem como objetivo avaliar se a gestão dos riscos de crédito e mercado estão em níveis adequados para o porte da Seguradora, bem como a aprovação e acompanhamento da estratégia de investimento da Seguradora.

O Departamento de Gestão de Riscos participa do Comitê de Investimentos como segunda Linha de Defesa afim de atestar que os riscos estão no limite da normalidade, endereçados e sendo monitorados constantemente.

Os principais riscos identificados pela Seguradora estão classificados nas categorias de Subscrição, Crédito, Mercado e Operacional.

4.1. Riscos de seguro

- **Contratos de seguro**

Um contrato em que a Seguradora aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afetar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro. A Seguradora comercializa contratos de Seguro de pessoas e Previdência complementar (produtos de acumulação), e ambos são classificados como contratos de seguro.

A Seguradora possui contratos com obrigações futuras de devolver certos montantes de "excedente técnico" de acordo com índices de sinistralidade, contudo nestes contratos não há participações discricionárias, uma vez que estas obrigações estão destacadas no contrato.

Em seguros de pessoas opera em ramos coletivos distribuindo seguros para empresas e associações, e pessoas físicas por meio de apólices abertas e em ramos individuais distribuindo seguros para pessoas físicas. Opera seguros tipo Vida Gerador de Benefício Livre - VGBL e previdência complementar tipo Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL.

Em previdência complementar possui uma carteira pequena de Fundo Garantidor de Benefícios - FGB e planos de benefícios definidos, não mais em comercialização, e ambos são classificados como contratos de seguro.

Os principais ramos operados são vida em grupo, vida individual, prestamista, acidentes pessoais e eventos aleatórios. As principais coberturas oferecidas são morte por qualquer causa, morte acidental, invalidez por acidente e invalidez funcional por doença.

Os modelos atuariais são utilizados para mensurar o risco de seguro na precificação e no dimensionamento das provisões.

Um dos componentes do risco de seguro é a frequência e severidade dos eventos cobertos serem maiores que o esperado. Esses eventos são quase que na sua totalidade eventos biométricos tais como mortalidade e invalidez. No risco de seguro existe a possibilidade de perda devido à incerteza na frequência de ocorrência dos eventos cobertos bem como na severidade dos valores deles decorrentes.

A política de subscrição é o conjunto de regras de aceitação de risco, que visa impedir assumir riscos desnecessários impactando no balanço técnico-atuarial da Seguradora. Esta política leva em conta a estratégia de crescimento de todos os segmentos de negócio aliada à experiência da carteira.

Periodicamente estudos atuariais são elaborados para todos os segmentos de carteira. Nestes estudos, mensuram-se a aderência do preço e da política de subscrição previamente estabelecidos e monitora-se métricas de controle de risco. Com base neste levantamento, mensuram-se o sucesso da estratégia e as possíveis oscilações são mitigadas.

O risco de subscrição é reduzido por meio de cessão de resseguros visando otimizar a capacidade de retenção de riscos e os resultados operacionais. A totalidade dos contratos de resseguros vigentes, em 31 de dezembro de 2022, está concentrada no IRB Brasil Resseguros S.A., ressegurador local, com *rating* A-. Os principais contratos de resseguro vigentes são os contratos automático e de vida individual de excedente de responsabilidade, o contrato de excesso de danos para catástrofe e contratos facultativos de excedente de responsabilidade para cobrir riscos específicos, sendo que a soma de todos os contratos em 31/12/2022 representa um repasse de 2,66% (2,88% em 2021) do total de prêmios emitidos no exercício.

A carteira de contratos de seguros é monitorada. As taxas dos seguros podem ser ajustadas nas renovações dos contratos de seguros empresariais em função da experiência do negócio. Para as apólices individuais, as taxas dos seguros podem ser alteradas para os novos negócios.

A Seguradora dispõe de capital para cobrir as oscilações baseadas nos riscos de precificação, subscrição e provisões para os seguros de vida de acordo com as normas vigentes.

O risco biométrico de longevidade superior à esperada é intrínseco aos produtos de previdência e vida que pagam renda ao próprio participante ou aos seus beneficiários. Esse risco também existe nos produtos resgatáveis em menor grau. O monitoramento desse risco é realizado por meio do acompanhamento de estudos divulgados por diversas fontes externas sobre o aumento da expectativa de vida e do acompanhamento da experiência brasileira. Provisões adicionais são constituídas partindo-se da tábua de sobrevivência da experiência brasileira vigente.

Para contratos de longo prazo com garantia de rentabilidade predefinida existe o risco de o retorno dos investimentos ser inferior ao previsto e o risco de descasamento entre o indexador do ativo e passivo. O monitoramento desses riscos é feito por meio do casamento entre ativos e passivos ("Asset and Liability Management"). Os ativos que lastreiam esses contratos de longo prazo estão associados ao fluxo de caixa do passivo.

Para o risco comportamental de manutenção do contrato, em geral, taxas mais baixas de persistência dos contratos afetam a diluição das despesas fixas e reduzem os fluxos de caixa positivo do negócio. Taxas de persistência baixas nos produtos com garantia de rentabilidade predefinida e cláusula de resgate podem causar impacto na liquidez. A persistência dos negócios é monitorada em relação ao esperado e dependendo do produto, ações podem ser tomadas, para melhorar a persistência.

O risco de despesas serem maiores do que o esperado é monitorado por meio do acompanhamento dos resultados dos negócios de acordo com o agrupamento estabelecido.

Determinados contratos de seguro de vida resgatável e previdência contêm garantias de rentabilidade predefinida e podem ser registradas obrigações referentes a benefícios adicionais oriundos de distribuição de excedente financeiro.

O risco das estimativas utilizadas nos cálculos das provisões de sinistros ocorridos, avisados ou não, gerarem provisões subdimensionadas é monitorado periodicamente por meio de teste de consistência e outros procedimentos adotados por diversas áreas da Seguradora. As provisões de sinistros ocorridos incluem a provisão de sinistros a liquidar (PSL), a provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNeR) e a provisão de sinistros ocorridos e ainda não avisados (IBNR).

Semestralmente, o teste de adequação do passivo é efetuado de acordo com o descrito na nota explicativa nº 3.p).

4.2. Resultados do teste de sensibilidade

Os resultados de alguns testes de sensibilidade estão apresentados abaixo. Para cada teste de sensibilidade é demonstrado o impacto no patrimônio líquido e no resultado, líquido de resseguro e sem considerar os efeitos de impostos, de uma mudança razoável e possível em apenas um único fator, em relação ao cenário base.

Premissas atuariais	2022	2021
Redução de 20% da taxa de desconto do fluxo de caixa	(38.052)	(31.094)
Aumento de 10% nos sinistros - seguros de vida e cobertura de riscos de previdência	(81.088)	(76.301)
Redução de 10% na mortalidade - previdência	125	(18)
Aumento de 10% na despesa administrativa	(9.306)	(6.343)

Limitações da análise de sensibilidade

Os quadros acima demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também ser observado que essas sensibilidades não são lineares. Impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Seguradora poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado. À medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

Outras limitações nas análises de sensibilidade acima incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Administração de possíveis mudanças no mercado no futuro próximo que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa, que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica.

4.3. Concentração de riscos

O risco de catástrofe natural é avaliado pela projeção de perdas potenciais nas áreas mais predispostas a perigos. Essas avaliações abordam, principalmente, o risco de tornados, granizo, vendavais, terremotos, enchentes de rios, epidemias, condições climáticas e outros fatores. As catástrofes provocadas pelo homem incluem, entre outras, riscos tais como colisões de trens, incêndios em grande escala e terrorismo. Os riscos de catástrofes provocadas pelo homem apresentam um desafio para ser avaliado, devido ao alto grau de incerteza sobre quais eventos poderiam efetivamente ocorrer.

Potenciais exposições são monitoradas analisando determinadas concentrações em algumas áreas geográficas, utilizando uma série de premissas sobre as características potenciais da ameaça. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e linha de negócios baseada nos prêmios diretos subscritos antes do resseguro. A exposição aos riscos varia significativamente por região geográfica e pode mudar ao longo do tempo. A política de resseguros aborda os riscos e coberturas para catástrofes.

Total de prêmios brutos (i) por linha de negócios e regiões geográficas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

	2022					
	Sudeste	Sul	Nordeste	Centro-Oeste	Norte	Total Geral
Vida em Grupo	535.294	107.526	32.331	18.760	8.441	702.352
Vida Individual	214.398	121.586	29.416	52.649	9.931	427.980
Acidentes Pessoais - Coletivo	243.680	37.131	14.376	8.804	3.034	307.025
Prestamista	121.927	20.475	12.813	4.831	5.516	165.562
Doenças Graves/terminal	75.671	218	40	17	21	75.967
Acidentes Pessoais - Individual	53.563	1.358	197	183	48	55.349
Renda de eventos aleatórios	28.023	14.217	2.899	796	509	46.444
VGBL	12.299	1.584	530	785	153	15.351
Outros	18.618	848	853	209	515	21.043
	1.303.473	**304.943**	**93.455**	**87.034**	**28.168**	**1.817.073**

Total de prêmios líquido de resseguro (ii) por linha de negócios e regiões geográficas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

	2022					
	Sudeste	Sul	Nordeste	Centro-Oeste	Norte	Total Geral
Vida em Grupo	496.752	107.526	32.331	18.760	8.441	663.810
Vida Individual	213.109	121.586	29.416	52.649	9.931	426.691
Acidentes Pessoais - Coletivo	234.983	37.131	14.376	8.804	3.034	298.328
Prestamista	121.179	20.475	12.813	4.831	5.516	164.814
Doenças Graves/terminal	75.477	218	40	17	21	75.773
Acidentes Pessoais - Individual	53.108	1.358	197	183	48	54.894
Renda de eventos aleatórios	27.908	14.217	2.899	796	509	46.329
VGBL	12.299	1.584	530	785	153	15.351
Outros	18.459	848	853	209	515	20.884
	1.253.274	**304.943**	**93.455**	**87.034**	**28.168**	**1.766.874**

(i) Os totais de prêmios de seguros estão apresentados na demonstração do resultado, nas rubricas "Prêmios emitidos" e "Rendas de contribuições e prêmios", acrescidos dos prêmios de riscos vigentes e não emitidos e das contribuições do PGBL, e deduzidos dos prêmios de cosseguros cedidos.

(ii) Os totais de prêmios de seguros apresentados acima se referem aos valores do item (a) líquidos de operações de resseguro.

4.4. Risco de crédito

O risco de crédito advém de a possibilidade da Seguradora não receber os valores decorrentes dos créditos detidos juntos aos segurados, seguradoras, resseguradoras e emissores de ativos financeiros.

Com relação ao risco de recebimentos dos prêmios a receber, a política de crédito considera as peculiaridades das operações de seguros e é orientada de forma a manter a flexibilidade exigida pelas condições de mercado e pelas necessidades dos clientes. A Seguradora mantém um plano de alçadas para as operações de aceitação dos riscos e emissão das respectivas apólices de seguros, que contemplam também a análise do histórico de crédito do cliente e a exposição ao risco de cada operação. A metodologia de apuração da redução ao valor recuperável está descrita na nota explicativa nº 3.h).

No tocante à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras, os limites são estabelecidos por meio do Comitê de Investimentos.

Exposição máxima ao risco de crédito antes das garantias ou de outras melhorias de crédito

A exposição ao risco de crédito relativo aos ativos registrados nas demonstrações financeiras sem considerar qualquer garantia, é a seguinte:

	Exposição máxima em 2022	Exposição máxima em 2021
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.401.642	1.246.072
Títulos ao valor justo por meio do resultado	1.203.632	928.264
Créditos das operações com seguros e resseguros	329.467	337.407
Ativos de resseguro - provisões técnicas	19.982	21.662
Outros créditos operacionais	15.765	29.145
Total	**2.970.488**	**2.562.550**

As exposições descritas acima são baseadas em valores contábeis brutos, conforme reportados nas demonstrações financeiras.

4.5. Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações da Seguradora, assim como a liquidez dos seus instrumentos financeiros. A Seguradora elabora análises de fluxo de caixa projetado e revisa, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados aos ativos garantidores das provisões técnicas.

Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade de a Seguradora cobrir altas exigências de liquidez, por exemplo, no caso de um desastre natural.

A Administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

Casamento de ativos e passivos

Um dos aspectos principais no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.

As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são periodicamente revisadas. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o balanceamento de ativos e passivos.

O casamento de ativos e passivos é monitorado pelo Comitê de Investimentos, que aprova periodicamente as metas, limites e condições de investimentos.

Em 31 de dezembro de 2022, os vencimentos dos ativos e passivos estão distribuídos conforme demonstrado na tabela abaixo:

	Até 3 meses ou sem vencimento	3 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	**1.203.632**	–	–	–	–	**1.203.632**
Cotas de fundos de investimento exclusivos	907.194	–	–	–	–	**907.194**
Cotas de fundos de investimento abertos	296.438	–	–	–	–	**296.438**
Ativos financeiros disponíveis para a venda (i)	**19.845**	**81.740**	–	**83.685**	**1.216.372**	**1.401.642**
Títulos de renda fixa privados	–	–	–	–	145.447	**145.447**
Títulos de renda fixa públicos	19.845	81.740	–	83.685	1.070.925	**1.256.195**
Créditos das operações com seguros e resseguros	**316.652**	**6.362**	**1.504**	**2.856**	**2.093**	**329.467**
Prêmios a receber	306.823	1.779	1.065	2.279	2.093	**314.039**
Valores a receber congêneres	4.300	67	320	577	–	**5.264**
Valores a receber resseguradoras	5.529	4.516	119	–	–	**10.164**
Outros créditos operacionais	12.327	–	–	3.217	221	**15.765**
Ativos de resseguro - provisões técnicas	–	11.393	8.589	–	–	**19.982**
Caixa e equivalentes de caixa	1.975	–	–	–	–	**1.975**
Total dos ativos financeiros	**1.554.431**	**99.495**	**10.093**	**89.758**	**1.218.686**	**2.972.463**
Provisões técnicas	1.338.956	475.192	346.428	135.935	317.805	**2.614.316**
Passivos financeiros	**272.219**	**18.986**	**13.849**	**33.823**	–	**338.877**
Contas a pagar	100.280	–	–	33.668	–	**133.948**
Débitos de operações com seguros e resseguros	147.551	18.805	13.849	155	–	**180.360**
Depósitos de terceiros	24.388	181	–	–	–	**24.569**
Total dos passivos financeiros e provisões técnicas	**1.611.175**	**494.178**	**360.277**	**169.758**	**317.805**	**2.953.193**

(i) Estes ativos foram estratificados nesta tabela pela sua data de vencimento mas que os ativos disponíveis para venda podem ser realizados, de forma antecipada ao seu vencimento e que, portanto, não existe um problema de liquidez para a Companhia.

4.6. Risco de mercado

Gerenciamento de risco de mercado

O risco de mercado está ligado à possibilidade de perda por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva. Este risco tem sido acompanhado com crescente interesse pelo mercado, com substancial evolução técnica nos últimos anos, no intuito de evitar, ou pelo menos minimizar, eventuais prejuízos para as instituições, dada a elevação na complexidade das operações realizadas nos mercados.

Controle do risco de mercado

O controle do risco de mercado é acompanhado trimestralmente pelas reuniões do Comitê de Investimentos, cujas principais atribuições são:

- Definir estratégias de atuação para a otimização dos resultados e apresentar as posições mantidas pela Seguradora.
- Analisar o cenário político-econômico nacional e internacional.
- Avaliar e definir os limites de investimentos em títulos públicos federais, privados, nacionais e internacionais.
- Definir a política de liquidez.
- Estabelecer limites operacionais de descasamento de ativos, passivos e moeda.

Análise do risco de mercado

A Seguradora utiliza a análise de sensibilidade como ferramenta de gestão de risco financeiro. Os resultados desta análise são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados em condições normais e em cenário de volatilidade elevada. Estes testes levam em consideração impactos futuros nas taxas de mercado. Os resultados obtidos auxiliam no processo de decisão e na identificação de riscos específicos na gestão de ativos e passivos financeiros da Seguradora.

A tabela demonstrada a seguir apresenta uma análise de sensibilidade para riscos sobre ativos financeiros da Seguradora, excluídos os vinculados à carteira de previdência, levando em consideração, a melhor estimativa da Administração sobre uma razoável mudança esperada destas variáveis e impactos potenciais sobre o resultado do exercício e sobre o patrimônio líquido da Seguradora.

			2022
Classe	Premissas	Saldo contábil	Variação resultado/ patrimônio líquido
Ativos prefixados			
Públicos:			
NTN-F (i)	Aumento de 2% a.a. na taxa ETTJ	147.942	(19.464)
LTN (i)	Aumento de 2% a.a. na taxa ETTJ	–	–
Ativos pós-fixados			
Públicos:			
NTN-B (IPCA) (i)	Aumento de 2% a.a. na taxa do Cupom	861.206	(55.808)
NTN-C (IGP-M) (i)	Aumento de 2% a.a. na taxa do Cupom	341.122	(20.389)
Privados:			
Debêntures (inflação) (ii)	Aumento de 2% a.a. na taxa do Cupom	28.427	(3.684)
Debêntures (CDI)	Aumento de 2% a.a. na taxa do Cupom	22.944	–
Outros:			
Fundos (CDI)	Aumento de 2% a.a. na taxa ETTJ	85.816	–
Fundos (IPCA)	Aumento de 2% a.a. na taxa do Cupom	210.623	(16.848)
Total		**1.698.080**	**(116.193)**
Impacto líquido dos efeitos tributários			**(69.716)**

			2021
Classe	Premissas	Saldo contábil	Variação resultado/ patrimônio líquido
Ativos prefixados			
Públicos:			
NTN-F (i)	Aumento de 2% a.a. na taxa ETTJ	140.613	(16.332)
LTN (i)	Aumento de 2% a.a. na taxa ETTJ	5.272	(618)
Ativos pós-fixados			
Públicos:			
NTN-B (IPCA) (i)	Aumento de 2% a.a. na taxa do Cupom	690.660	(39.904)
NTN-C (IGP-M) (i)	Aumento de 2% a.a. na taxa do Cupom	348.002	(15.758)
Privados:			
Debêntures (inflação) (ii)	Aumento de 2% a.a. na taxa do Cupom	48.183	(8.503)
Debêntures (CDI)	Aumento de 2% a.a. na taxa do Cupom	13.342	–
Outros:			
Fundos (CDI)	Aumento de 2% a.a. na taxa ETTJ	7.772	–
Fundos (IPCA)	Aumento de 2% a.a. na taxa do Cupom	204.374	(1.123)
Total		**1.458.218**	**(82.238)**
Impacto líquido dos efeitos tributários			**(49.343)**

(i) Os títulos públicos federais foram ajustados ao valor justo com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. Esses títulos são atualizados com base: (i) no IGP-M acrescido de taxa de juros variando de 4,22% a 6,90% ao ano e o IPCA acrescido de taxa de juros variando de 3,96% a 9,72% ao ano; ou (ii) em taxas prefixadas variando de 2,64% a 10,36% ao ano.

(ii) O valor justo das debêntures foi apurado com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. Esses títulos e valores mobiliários são atualizados com base: no IPCA, acrescido de taxa de juros variando de 4,73% a 7,09% ao ano, e estão custodiados na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (B3).

4.7. Risco operacional

Gerenciamento de risco operacional

Corporativamente, a Seguradora define risco operacional como a possibilidade de perdas resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos que ocasionem ou não a interrupção de negócios.

Controle de risco operacional

A gestão de risco operacional é fundamentada na elaboração e implantação de metodologias e ferramentas que uniformizam o formato da avaliação à exposição da Seguradora perante o risco.

Em linha com a Resolução CNSP nº 416/2021 e alterações posteriores, a Seguradora indicou, em dezembro de 2016, o Gestor de Riscos responsável por implementar a estrutura de Gestão de Riscos na Seguradora, com o apoio e supervisão da Diretoria Regional de Riscos da Seguradora, além de estruturar e implementar o processo necessário para a captura e gestão das perdas operacionais incorridas na Seguradora (Banco de Dados de Perdas Operacionais).

4.8. Gestão do capital

Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital na Seguradora procura otimizar a relação risco versus retorno de modo a minimizar perdas, por meio de estratégias de negócios bem definidas, em busca de maior eficiência na composição dos fatores que impactam na Margem de Solvência e/ou Capital Mínimo Requerido (Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações e Resolução CNSP nº 432/2021, alterada em outubro de 2022 pela Resolução CNSP nº 448).

	2022	2021
Patrimônio Líquido (1)	**725.558**	**634.739**
Ajustes Contábeis (2)	**(452.140)**	**(343.843)**
Despesas antecipadas	(2.425)	(2.499)
Créditos tributários - prej. fiscais IR/bases negativas de cont. social	(144.257)	(157.149)
Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	(120.138)	(78.686)
Ativos intangíveis	(50.078)	(27.953)
Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	(135.242)	(77.556)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos (3)	**178.686**	**9.957**
Ajuste do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3 (4)	**(76.070)**	–
Patrimônio Líquido Ajustado = (1+2+3+4)	**376.034**	**300.851**
I - Capital base	8.100	8.100
II - Capital de Risco	**293.189**	**255.988**
Capital de risco subscrição	224.870	215.084
Capital de risco de crédito	45.265	37.251
Capital de risco de mercado	87.608	46.125
Capital de risco operacional	6.305	3.782
Benefício da diversificação	(70.859)	46.254
III - Capital Mínimo Requerido (CMR) (maior entre I e II)	**293.189**	**255.988**
Suficiência de Capital (PLA (total) - CMR)	**82.845**	**44.862**
Suficiência de Capital %	28,26	17,53
Índice de solvência= CMR/PLA (total)	0,78	0,85

Limites de retenção

O limite de retenção é o valor máximo de responsabilidade que a Seguradora pode reter em cada risco isolado, determinado com base no valor dos respectivos patrimônios líquidos ajustados. Em 31 de dezembro de 2022, os limites de retenção praticados pela Seguradora foram R$5.000.

5. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Na aplicação das práticas contábeis da Seguradora descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente quanto os períodos futuros.

As áreas que envolvem julgamento ou uso de estimativas relevantes às demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, os valores foram ajustados ao valor justo das transações.

Nesse contexto, as estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas pela Administração da Seguradora e baseiam-se na experiência histórica e em vários outros fatores, que a Administração entende como razoáveis e relevantes.

A Seguradora adota premissas e faz estimativas com relação ao futuro, a fim de proporcionar um entendimento de como a Seguradora forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, que requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos e os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados.

Para aplicação das principais práticas contábeis descritas anteriormente, a Administração da Seguradora adotou as seguintes premissas que podem afetar as demonstrações financeiras:

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo conforme o conceito CPC 32, a contabilização de imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferidos ativo é revisado a cada encerramento das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o montante do ativo fiscal.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, aprovados anualmente pela Administração. Esses estudos consideram o histórico de rentabilidade da Seguradora e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros.

b) Teste de redução ao valor recuperável de ativos de vida longa

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Na data de encerramento do período, a Seguradora realiza teste de redução ao valor recuperável para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo uso contínuo de um ativo até o fim de sua vida útil.

A Seguradora avalia a recuperabilidade do ágio de um investimento anualmente e usa práticas aceitáveis de mercado, incluindo fluxos de caixa descontados, para comparar o valor contábil com o valor recuperável dos ativos.

A recuperabilidade do ágio é avaliada com base na análise e identificação de fatos e circunstâncias que podem resultar na necessidade de se antecipar o teste que é realizado anualmente. Se algum fato ou circunstância indicar que a recuperabilidade do ágio está afetada, então o teste é antecipado.

c) Provisões judiciais - tributárias, cíveis e trabalhistas

A Seguradora possui diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 17. Provisões são constituídas para todos os potenciais riscos que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões judiciais para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

d) Provisão para riscos sobre créditos

A provisão para riscos sobre créditos sobre as contas a receber como descrito na nota explicativa nº 3.h) é considerada suficiente pela Administração para cobrir as perdas prováveis.

6. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

Novas ainda não efetivas

Normas e interpretações revisadas já emitidas, mas que não foram referendadas pela SUSEP até 31 de dezembro de 2022, e por isto não estão sendo adotadas de forma antecipada pela Seguradora.

Continua...

Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A.

CNPJ nº 02.102.498/0001-29

Navigating life together

...Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Valores expressos em milhares de reais - R$)*

- CPC 48 - Instrumentos Financeiros - Esta norma entrou em vigor, em 1º de janeiro de 2019, em conformidade com a Resolução nº NBC TG 48, de 22 de dezembro de 2016, do Conselho Federal de Contabilidade. A Circular SUSEP nº 678 de 10 de outubro de 2022, a partir de 02 de janeiro de 2023 irá aprovar o artigo 2º e os demais artigos entrarão em vigência em 02 de janeiro de 2024.
- Resolução CNSP nº 448 - Altera a Resolução CNSP nº 432, de 12 de novembro de 2021. A Circular entra em vigor para o artigo 2º em 02 de janeiro de 2023 e demais artigos em 02 de janeiro de 2024.
- CPC 50 - Contratos de Seguros - Com previsão de entrada em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, conforme o International Accounting Standard Board – IASB. O CPC 50 ainda não foi referendado pela SUSEP.
- ICPC 22 Incerteza sobre tratamentos de impostos sobre o lucro - Entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, mas ainda não foi referendada pela SUSEP.

7. APLICAÇÕES - CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a composição das aplicações em títulos e valores mobiliários está distribuída da seguinte forma:

	2022		2021	
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	**1.203.632**	**46%**	**928.264**	**43%**
Fundos de investimento exclusivos, vinculados à carteira de previdência	**907.194**	**35%**	**716.118**	**33%**
Títulos de renda fixa - públicos	**544.455**	**21%**	**438.678**	**20%**
Letras de Tesouro Nacional - LTN	53.390	2%	38.571	2%
Letras Financeira do Tesouro - LFT	292.591	11%	241.939	11%
Notas do Tesouro Nacional - NTN	198.474	8%	158.168	7%
Títulos de renda fixa - privados	**225.838**	**9%**	**184.787**	**8%**
CDBs	2.799	0%	2.737	0%
Letras Financeiras - LF	74.185	3%	58.217	3%
Debêntures	148.854	6%	123.833	6%
Títulos de renda variável	**80.668**	**3%**	**61.334**	**3%**
Cotas de fundos de investimento - abertos	**56.233**	**2%**	**31.319**	**1%**
Cotas de fundos de investimento	**296.438**	**11%**	**212.146**	**10%**
Ativos financeiros disponíveis para venda	**1.401.642**	**54%**	**1.246.072**	**57%**
Títulos de renda fixa - públicos	**1.350.270**	**52%**	**1.184.547**	**54%**
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.350.270	52%	1.179.275	54%
Letras de Tesouro Nacional - LTN	–	0%	5.272	0%
Títulos de renda fixa - privados	**51.372**	**2%**	**61.525**	**3%**
Debêntures	51.372	2%	61.525	3%
Total	**2.605.274**	**100%**	**2.174.336**	**100%**
Circulante	**1.305.216**	**50%**	**977.647**	**50%**
Não Circulante	**1.300.058**	**50%**	**1.196.689**	**50%**

Movimentação das aplicações financeiras:

Saldo no início do exercício	**2.174.336**
Aplicações	**1.607.977**
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	1.348.172
Ativos financeiros disponíveis para venda	259.805
Resgates	**(1.345.892)**
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(1.047.055)
Ativos financeiros disponíveis para venda	(298.837)
Receita financeira	**233.905**
Juros sobre ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (nota nº 19.h.)	93.236
Juros sobre ativos financeiros disponíveis para venda (nota nº 19.h.)	140.669
Ajuste a valor de mercado dos ativos financeiros disponíveis para venda	**(65.052)**
Saldo no fim do exercício	**2.605.274**

2022	Custo atualizado	Valor justo	Ajustes de TVM	Efeitos tributários	Líquidos de tributos
Ativos Financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do resultado					
Fundos Abertos:	**296.438**	**296.438**	–	–	–
Cotas de fundos de Investimento (i)	296.438	296.438	–	–	–
Fundos Exclusivos	**907.194**	**907.194**	–	–	–
Cotas de fundos de investimento exclusivos, vinculados à carteira de previdência (i)	907.194	907.194	–	–	–
Total de Valor Justo por meio do resultado	**1.203.632**	**1.203.632**	–	–	–
Ativos financeiros disponíveis para venda					
Títulos de renda fixa - privados (iii)	**53.830**	**51.372**	**(2.458)**	**(983)**	**(1.475)**
Debêntures	53.830	51.372	(2.458)	(983)	(1.475)
Títulos de renda fixa - públicos (ii)	**1.453.740**	**1.350.271**	**(103.469)**	**(41.387)**	**(62.081)**
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.453.740	1.350.271	(103.468)	(41.387)	(62.081)
Total de disponíveis para venda	**1.507.570**	**1.401.643**	**(105.927)**	**(42.371)**	**(63.556)**
Total das aplicações	**2.711.201**	**2.605.275**	**(105.927)**	**(42.371)**	**(63.556)**

(i) O valor justo das cotas de fundos de investimento foi apurado com base nos valores de cotas divulgados pelos administradores dos fundos de investimento nos quais a Seguradora aplica os seus recursos.
(ii) Os títulos públicos federais foram ajustados ao valor justo com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. Esses títulos são atualizados com base: (i) no IGP-M acrescido de taxa de juros variando de 5,17% a 6,90% ao ano e o IPCA acrescido de taxa de juros variando de 2,64% a 7,06% ao ano; ou (ii) em taxas prefixadas variando de 6,10% a 12,37% ao ano.
(iii) O valor justo das debêntures foi apurado com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. Esses títulos e valores mobiliários são atualizados com base: no IPCA, acrescido de taxa de juros variando de 3,00% a 7,09% ao ano, e estão custodiados na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (B3).
Do saldo das aplicações em títulos e valores mobiliários, em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a parcela destinada à cobertura das provisões técnicas está demonstrada a seguir:

	2022	2021
Provisões técnicas - seguros	1.754.098	1.593.561
Provisões técnicas - previdência complementar	860.218	644.500
Custo de Aquisição	(82.514)	(81.337)
Redutores de sinistros	(18.453)	(21.146)
Direitos creditórios	(68.257)	(66.429)
Depósitos judiciais sinistros	(7.508)	(6.627)
Cotas de fundos de investimento exclusivos, vinculados à carteira de previdência.	(903.745)	(712.957)
Passivo a ser coberto	**1.533.839**	**1.349.565**
Ativos garantidores (i)	**1.698.080**	**1.451.359**
Suficiência	**164.241**	**101.794**

(i) Total das aplicações R$ 2.605.27 (-) Fundos exclusivos R$ 907.194.

Mensuração do valor justo reconhecido no balanço patrimonial

Os instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial são classificados nos Níveis de mensuração de 1 a 3, com base no grau observável do valor justo:
- Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).
- Mensurações de valor justo de Nível 3 são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, as mensurações dos instrumentos financeiros estavam assim classificadas:

	2022	2021
Ativos Financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		
Nível 1	625.123	500.013
Nível 2	578.509	428.251
Total	**1.203.632**	**928.264**
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Nível 1	1.350.271	1.184.547
Nível 2	51.372	61.525
Total	**1.401.643**	**1.246.072**

8. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

Os créditos das operações com seguros e resseguros estão mensurados pelo custo amortizado sendo que as operações têm prazo médio de recebimento de até 30 dias.

a) Ramos de seguros

	2022	2021
Vida em grupo	136.124	208.859
Acidentes pessoais - coletivo	54.161	31.733
Prestamista	33.592	23.655
Vida individual	73.384	49.078
Doenças graves ou doença terminal	13.588	9.926
Renda de eventos aleatórios	6.824	5.711
Acidentes pessoais - individual	9.703	6.029
Outros	2.091	2.416
Total	**329.467**	**337.407**
Circulante	324.518	331.610
Não Circulante	4.949	5.797

A composição da conta "Créditos das operações com seguros e resseguros" por idade de vencimento está demonstrada a seguir:

2022	A vencer até 30 dias	Acima de 30 dias	Vencidas até 30 dias	De 31 a 90 dias	Acima de 90 dias	Provisão para riscos de créditos	Total
Prêmios a receber	176.730	79.603	43.803	11.543	4.372	(2.012)	314.039
Operações com seguradoras	10	4.941	2.433	1.672	577	(4.369)	5.264
Operações com resseguradoras	291	9.873	–	–	–	–	10.164
Total líquido	**177.031**	**94.417**	**46.236**	**13.215**	**4.949**	**(6.381)**	**329.467**

2021	A vencer até 30 dias	Acima de 30 dias	Vencidas até 30 dias	De 31 a 90 dias	Acima de 90 dias	Provisão para riscos de créditos	Total
Prêmios a receber	142.294	85.913	28.462	7.057	6.705	(1.914)	268.517
Operações com seguradoras	–	–	1.740	1.461	8.890	(2.707)	9.384
Operações com resseguradoras	–	–	–	7.876	51.630	–	59.506
Total líquido	**142.294**	**85.913**	**30.202**	**16.394**	**67.225**	**(4.621)**	**337.407**

b) Movimentação de prêmios a receber

2022	Direto/ aceito	Prêmio de resseguro	Líquido
Prêmios pendentes em 31 de dezembro de 2021	**268.517**	**(38.144)**	**230.373**
Prêmios emitidos - bruto	2.072.297	(60.194)	2.012.103
Recebimentos/Pagamentos	(1.780.347)	56.894	(1.723.453)
Constituição da provisão para riscos de créditos	(98)	–	(98)
Baixas/cancelamentos	(246.330)	11.537	(234.793)
Prêmios pendentes em 31 de dezembro de 2022	**314.039**	**(29.907)**	**284.132**

2021	Direto/ aceito	Prêmio de resseguro	Líquido
Prêmios pendentes em 31 de dezembro de 2020	**288.110**	**(36.387)**	**251.723**
Prêmios emitidos - bruto	1.582.455	(44.445)	1.538.010
Recebimentos/Pagamentos	(1.311.737)	36.943	(1.274.794)
Constituição da provisão para riscos de créditos	747	–	747
Baixas/cancelamentos	(291.058)	5.745	(285.313)
Prêmios pendentes em 31 de dezembro de 2021	**268.517**	**(38.144)**	**230.373**

9. ATIVOS E PASSIVOS DE RESSEGURO

a) Operações com resseguradoras - ativo

	2022	2021
Sinistros a recuperar	10.164	59.506
Total	**10.164**	**59.506**
Circulante	10.164	59.506

b) Ativos de resseguro - provisões técnicas

	2022	2021
Provisão de sinistros a liquidar	1.542	12.295
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	11.122	9.023
Provisão de prêmios não ganhos - resseguro cedido	7.318	344
Total	**19.982**	**21.662**
Circulante	19.982	21.662

c) Operações com resseguradoras - passivo

	2022	2021
Prêmios cedidos	28.124	34.517
Prêmios de resseguro a liquidar	1.783	3.627
Total	**29.907**	**38.144**
Circulante	29.752	35.842
Não Circulante	155	2.302

10. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

	2022	2021
Credito a receber de cartões (i)	39.320	–
Outros adiantamentos folha	1.439	1.303
Créditos a receber de processos judiciais	–	2.697
Total	**40.759**	**4.000**
Circulante	40.759	4.000

(i) Prêmios pagos pelos segurados via cartão de crédito que serão repassados a Companhia pelas Administradoras dos cartões em 30 dias.

11. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2022, a Seguradora apresenta base negativa de contribuição social acumulada no montante de R$ 361.739 (R$ 393.969 em 31 de dezembro de 2021) e prejuízo fiscal acumulado no montante de R$ 359.985 (R$ 392.215 em 31 de dezembro de 2021), a compensar com lucros tributáveis futuros.
A legislação permite que bases negativas de contribuição social e prejuízos fiscais apurados em exercícios anteriores sejam compensados com lucros tributáveis futuros, limitados a 30% de cada lucro tributável auferido em determinado ano.
Amparada nas projeções de geração de resultados tributáveis futuros, a Administração mantém créditos tributários diferidos decorrentes do prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de diferenças temporárias, conforme segue:

	2022	2021
Impostos a compensar	27.839	28.155
Diferenças temporárias	118.187	88.911
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	144.257	157.149
Marcação a mercado de título classificado como disponível para venda	45.929	28.173
Total	**336.212**	**302.388**
Circulante	27.839	28.155
Não Circulante	308.373	274.233

a) Demonstração do cálculo dos créditos tributários

	2022	2021
Base negativa acumulada de contribuição social	361.739	393.969
Adições temporárias (i)	295.467	222.277
Total	**657.206**	**616.246**
Alíquota de contribuição social (ii)	9%	9%
Créditos tributários de contribuição social	59.149	55.462
Créditos pela majoração de alíquota - Lei nº 11.727 (iii)	39.432	36.975
Total de créditos tributários de contribuição social	**98.581**	**92.437**
Prejuízo fiscal acumulado	359.985	392.215
Adições temporárias (i)	295.467	222.277
Total	**655.452**	**614.492**
Alíquota de imposto de renda	25%	25%
Créditos tributários de imposto de renda	163.863	153.623
Total dos créditos tributários constituídos	**262.444**	**246.060**
Crédito tributário sobre ajuste de TVM (iv)	45.929	28.173
Total dos créditos tributários	**308.373**	**274.233**

(i) As diferenças temporárias são formadas, basicamente, por provisões judiciais e provisão para riscos de créditos.
(ii) O cálculo dos créditos tributários foi realizado pela alíquota de 9%, devido à Seguradora estar questionando judicialmente o aumento da alíquota de 9% para 15%.
(iii) Refere-se ao montante equivalente às obrigações legais relativas à majoração da alíquota de CSLL de 9% para 15% que é reconhecido no ativo simultaneamente quando reconhecidas no passivo, e limitado ao valor do passivo, em virtude da Seguradora estar discutindo esta majoração de alíquota judicialmente.
(iv) Refere-se aos efeitos tributários dos ajustes de títulos e valores mobiliários da carteira de ativos financeiros disponíveis para venda (vide nota 7).

b) Projeção de realização dos créditos tributários

Apresentamos, abaixo, a estimativa de realização dos créditos tributários projetados com base no plano de negócios da Seguradora.

	2023	2024	2025	2026	2027	Total
Realização IRPJ	11.102	35.742	35.605	55.725	25.689	**163.863**
Realização CSLL	6.925	21.445	21.363	33.435	15.413	**98.581**
	18.027	**57.187**	**56.968**	**89.160**	**41.102**	**262.444**

12. INTANGÍVEL

	Saldo em 2021	Adições	Baixa	Amortização	Saldo em 2022	Taxa anual de amortização
Direito de uso da base de clientes de terceiros para fins de negociação de produtos de seguros	1.902	1.449	–	(967)	2.384	(i)
Ágio sobre investimentos incorporados	8.277	–	–	–	8.277	(ii)
Direitos de uso de softwares	17.774	25.990	–	(4.347)	39.417	20%
Total	**27.953**	**27.439**	–	**(5.314)**	**50.078**	

(i) Amortização leva em consideração o uso da base de clientes, em prazo de 10 anos.
(ii) Referem-se a ágios de rentabilidade futura pagos em aquisições de investimentos efetuadas no passado. A Seguradora efetuou o teste de recuperabilidade do ágio no exercício de 2022 não indicando necessidade de qualquer provisionamento.

Teste de redução ao valor recuperável do ágio sobre investimentos adquiridos

A Seguradora efetua anualmente (data-base: 31 de dezembro) os testes de recuperabilidade do valor contábil do ágio baseando-se no valor em uso, utilizando a metodologia do fluxo de caixa descontado para as unidades geradoras de caixa (UGC), formadas por carteiras originadas da SOMA. O processo de estimativa dos valores em uso utiliza premissas atualizadas (persistência, sinistralidade e mortalidade), julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e representa as melhores estimativas da Seguradora, as quais foram aprovadas pela Administração.
Seguem, as principais premissas atuariais utilizadas de acordo com a experiência de cada produto:

Premissa	Seguros de pessoas	Vida individual
Mortalidade	100% da tábua BR-EMSmt-v2021	100% da tábua BR-EMSsb-v.2021
Sinistralidade (apenas para os negócios institucionais)	50,40% a 61,09%	Não aplicável
% cancelamento	8,00% a 14,50%	8,50%
Taxa de desconto	ETTJ	ETTJ
Premissa	Seguros de pessoas	Vida individual

13. OBRIGAÇÕES A PAGAR

O grupo de obrigações a pagar do passivo circulante tem a seguinte composição:

	2022	2021
Participação nos resultados a pagar	8.050	6.325
Fornecedores	3.513	2.916
Provisão de despesas com telemarketing e campanhas	28.937	18.411
Outras provisões	6.696	9.612
Total	**47.196**	**37.264**
Circulante	47.196	37.264

14. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Referem-se, principalmente, a valores recebidos de segurados referentes a apólices em processo de emissão.

2022	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 120 dias	De 121 a 180 dias	Acima de 180 dias	Total
Depósitos seguros diretos	14.365	(246)	182	–	–	14.301
Depósitos cosseguros aceitos	393	–	–	–	–	393
Depósitos previdência complementar	9.875	–	–	–	–	9.875
Total	**24.633**	**(246)**	**182**	–	–	**24.569**

2021	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 120 dias	De 121 a 180 dias	Acima de 180 dias	Total
Depósitos seguros diretos	19.632	1.428	44	134	402	21.640
Depósitos cosseguros aceitos	378	–	–	–	–	378
Depósitos previdência complementar	12.324	171	7	167	628	13.297
Total	**32.334**	**1.599**	**51**	**301**	**1030**	**35.315**

15. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS E PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS E RESSEGUROS

a) Os custos de aquisição diferidos e as provisões técnicas - seguros e resseguros apresentam a seguinte composição:

2022

Ramos	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão Complementar de Cobertura	Provisão de Sinistros a liquidar (i)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	Provisão de Excedentes Técnicos	Provisão de Despesas Relacionadas	Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar	Provisão Matemática de Benefícios a Conceder	Provisão Matemática de Benefícios Concedidos	Total	Custos de aquisição diferidos
Vida em grupo	46.308	186.165	242.536	113.096	8.928	19.431	–	–	–	616.464	8.875
Vida com cobertura de sobrevivência/VGBL	–	–	–	–	–	1	150	129.350	1.349	130.850	–
Prestamista	216.514	15.320	18.512	9.411	–	1.611	–	–	–	261.368	105.293
Vida individual	4.822	–	3.460	5.805	–	1.888	14.101	428.777	–	458.853	135.351
Acidentes pessoais /coletivos	10.488	–	106.545	35.915	–	9.821	–	–	–	162.769	2.891
Outros	29.444	–	28.638	4.678	–	1.159	5.320	54.555	–	123.794	8.084
Total	**307.576**	**201.485**	**399.691**	**168.905**	**8.928**	**33.911**	**19.571**	**612.682**	**1.349**	**1.754.098**	**260.494**
Circulante	186.061	–	399.691	168.905	8.928	33.910	19.571	562.882	203	1.380.151	127.709
Não Circulante	121.515	201.485	–	–	–	1	–	49.800	1.146	373.947	132.785
Total	**307.576**	**201.485**	**399.691**	**168.905**	**8.928**	**33.911**	**19.571**	**612.682**	**1.349**	**1.754.098**	**260.494**

(i) Composta por PSL e IBNeR.

2021

Ramos	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão Complementar de Cobertura	Provisão de Sinistros a liquidar (i)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	Provisão de Excedentes Técnicos	Provisão de Despesas Relacionadas	Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar	Provisão Matemática de Benefícios a Conceder	Provisão Matemática de Benefícios Concedidos	Total	Custos de aquisição diferidos
Vida em grupo	42.932	213.566	264.669	109.617	7.766	18.007	–	–	–	656.557	7.624
Vida com cobertura de sobrevivência/VGBL	–	–	–	–	–	1	40	147.821	1.329	149.191	–
Prestamista	204.011	17.575	20.345	4.947	–	1.345	–	–	–	248.223	107.230
Vida individual	5.043	–	3.685	5.104	–	1.531	16.734	298.910	–	331.007	77.812
Acidentes pessoais /coletivos	9.544	–	100.872	38.108	–	7.947	–	–	–	156.471	2.513
Outros	25.579	–	17.560	5.455	–	1.130	2	2.386	–	52.112	7.211
Total	**287.109**	**231.141**	**407.131**	**163.231**	**7.766**	**29.961**	**16.776**	**449.117**	**1.329**	**1.593.561**	**202.390**
Circulante	170.120	–	407.131	163.231	7.766	29.960	16.776	397.834	1.329	1.194.147	98.256
Não Circulante	116.989	231.141	–	–	–	1	–	51.283	–	399.414	104.134
Total	**287.109**	**231.141**	**407.131**	**163.231**	**7.766**	**29.961**	**16.776**	**449.117**	**1.329**	**1.593.561**	**202.390**

(i) Composta por PSL e IBNeR.

b) Movimentação dos custos de aquisição diferidos:

	2022	2021
Saldo no início do exercício	202.390	167.308
Emissão	221.492	170.173
Amortização	(163.388)	(135.091)
Saldo no fim do exercício	**260.494**	**202.390**

c) Movimentação das provisões técnicas

	Provisão de Prêmios Não Ganhos	Provisão Complementar de Cobertura	Provisão de Sinistros a liquidar (i) (ii)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisado	Provisão de Excedentes Técnicos	Provisão de despesas Relacionadas	Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar	Provisão Matemática de Benefícios a Conceder	Provisão Matemática de Benefícios Concedidos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**287.109**	**231.141**	**407.131**	**163.231**	**7.766**	**29.961**	**16.776**	**449.117**	**1.329**	**1.593.561**
(+) Constituição	28.362	11.568	692.165	33.288	4.118	5.162	32.383	209.733	3.565	985.246
(+) Atualização monetária	–	–	10.702	–	–	–	–	1.485	1.366	118.247
(-) Reversão de provisão	(7.895)	(41.224)	–	(27.614)	(2.956)	(1.212)	(382)	–	(3.937)	(154.816)
(-) Pagamentos	–	–	(710.307)	–	–	–	(29.206)	(47.653)	(974)	(788.140)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**307.576**	**201.485**	**399.691**	**168.905**	**8.928**	**33.911**	**19.571**	**612.682**	**1.349**	**1.754.098**

(i) Composta por PSL, IBNeR e Beneficios a regularizar;
(ii) Em 31 de Dezembro de 2022, a Seguradora possui processos de sinistros em demanda judicial em diversos estágios processuais, registrados nessa rubrica, no montante de R$ 194.838 (R$ 173.403 em 31 de Dezembro de 2021.

d) Movimentação das provisões de sinistros Judiciais, quantidade de processos, classificações de risco e saldo de depósitos correspondentes

Riscos	Depósitos judiciais em 2022	Depósitos judiciais em 2021	Quantidade de processos judiciais em 2022	Quantidade de processos judiciais em 2021	Saldo em 2021	Adições/atualização monetária	Reclassificação do risco	Pagamentos	Reversão	Saldo em 2022 (*)
Perda provável	8.079	7.348	879	800	54.265	16.249	94.948	55.145	4.907	105.410
Perda possível	5.845	7.160	2.265	2.535	94.496	21.248	(21.433)	1.752	11.583	80.976
Perda remota	2.269	3.532	1.586	1.711	24.642	2.269	(14.797)	1.456	2.206	8.452
Total	**16.193**	**18.040**	**4.730**	**5.046**	**173.403**	**39.766**	**58.718**	**58.353**	**18.696**	**194.838**

(*) Os valores provisionados correspondem ao montantes esperados de desembolso de caixa futuro calculado com base em estudo de perda histórica para cada um dos grupos classificados acima.
Os montantes dos processos de sinistros em demanda judicial por tempo de permanência estão demonstrados a seguir:

	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Sinistros judiciais	557	695	3.487	5.619	184.480	194.838

16. PROVISÕES TÉCNICAS - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

As provisões técnicas - previdência complementar apresentaram a seguinte movimentação:

Planos não bloqueados:	2022	2021
Saldo no início do exercício	**645.788**	**530.054**
Adições decorrentes de contribuições arrecadadas	161.122	75.103
Pagamentos de benefícios e resgates	(75.963)	(57.349)
Atualização financeira das provisões	70.317	14.535
Transferências financeiras recebidas e concedidas - PGBL (i)	58.954	83.445
Saldo no fim do exercício	**860.218**	**645.788**
Circulante	780.425	570.190
Não Circulante	79.793	75.598

(i) Os pagamentos ocorridos no exercício de 2022 e 2021 são referentes às portabilidades cedidas das provisões matemáticas do produto PGBL.

17. DESENVOLVIMENTO DOS SINISTROS

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado, a parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia à medida que as informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis.

a) Vida - sinistros brutos de resseguro

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
No ano do aviso	268.624	300.843	301.068	372.334	358.354	352.011	505.227	414.894	495.154	886.754	657.913	–
Um ano após o aviso	258.034	303.328	285.721	361.180	339.261	321.768	500.942	395.511	495.154	854.149	–	–
Dois anos após o aviso	259.158	294.023	287.225	355.839	340.212	325.164	502.405	395.511	485.886	–	–	–
Três anos após o aviso	256.490	295.522	291.377	358.416	346.465	330.232	502.405	401.164	–	–	–	–
Quatro anos após o aviso	257.197	298.172	301.693	363.451	352.567	330.232	505.185	–	–	–	–	–
Cinco anos após o aviso	259.386	304.796	303.823	367.757	352.567	333.107	–	–	–	–	–	–
Seis anos após o aviso	263.216	310.842	307.856	367.757	352.231	–	–	–	–	–	–	–
Sete anos após o aviso	268.213	311.468	307.856	372.573	–	–	–	–	–	–	–	–
Oito anos após o aviso	274.445	311.468	308.566	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Nove anos após o aviso	274.445	312.065	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Dez anos após o aviso	307.811	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Estimativa dos sinistros na data-base	307.811	312.065	308.566	372.573	352.231	333.107	505.185	401.164	485.886	854.149	657.913	4.890.650
CM e Juros	14.233	8.922	12.343	18.050	12.828	12.859	8.327	10.829	8.983	11.246	1.492	120.112
Pagamentos de sinistros efetuados	(285.057)	(315.189)	(310.221)	(370.285)	(349.719)	(329.023)	(498.156)	(390.859)	(472.064)	(824.926)	(505.184)	(4.650.683)
Sinistros pendentes (i)	36.987	5.798	10.688	20.338	15.340	16.943	15.356	21.134	22.805	40.469	154.221	360.079

(i) Na composição do desenvolvimento do sinistros não consta os valores de IBNeR e benefícios a regularizar no montante de R$39.817.

b) Vida - sinistros líquidos de resseguro

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
No ano do aviso	267.707	295.527	293.747	359.549	344.554	339.023	323.437	393.860	473.449	832.364	630.955	–
Um ano após o aviso	257.503	295.527	278.585	348.320	326.284	317.375	309.662	370.880	462.648	799.758	–	–
Dois anos após o aviso	257.503	288.331	280.082	343.138	324.614	319.471	310.929	373.707	461.990	–	–	–
Três anos após o aviso	256.026	289.830	284.234	344.315	332.273	324.283	313.078	375.918	–	–	–	–
Quatro anos após o aviso	256.733	291.806	288.986	351.143	338.056	325.670	313.772	–	–	–	–	–
Cinco anos após o aviso	258.727	295.725	293.275	355.497	337.061	327.012	–	–	–	–	–	–
Seis anos após o aviso	261.685	301.432	296.929	357.912	338.409	–	–	–	–	–	–	–
Sete anos após o aviso	264.878	302.069	298.046	360.286	–	–	–	–	–	–	–	–
Oito anos após o aviso	271.106	302.474	297.976	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Nove anos após o aviso	267.278	302.664	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Dez anos após o aviso	306.122	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Estimativa dos sinistros na data-base	306.122	302.664	297.976	360.286	338.409	327.012	313.772	375.918	461.990	799.758	630.955	4.514.862
CM e Juros	13.965	9.028	11.236	21.708	12.236	11.950	8.032	10.690	8.855	11.273	1.481	120.454
Pagamentos de sinistros efetuados	(284.762)	(305.986)	(298.523)	(361.656)	(335.381)	(322.672)	(306.581)	(365.833)	(448.593)	(771.088)	(485.024)	(4.286.099)
Sinistros pendentes (i)	35.325	5.706	10.689	20.338	15.264	16.290	15.223	20.775	22.252	39.943	147.412	349.217

(i) Na composição do desenvolvimento do sinistros não consta os valores de IBNeR e benefícios a regularizar no Montante de R$39.817 e a PSL de Resseguro no montante de R$ 12.058.

Continua...

Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A.

CNPJ nº 02.102.498/0001-29

Navigating life together

...Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Valores expressos em milhares de reais - R$)*

A Seguradora é parte de vários processos judiciais e administrativos envolvendo, principalmente, questões tributárias.
Os saldos das provisões e suas movimentações, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, são os seguintes:

		Probabilidade de perda	Depósitos judiciais 2021	Depósitos judiciais 2022	Quantidade 2021	Quantidade 2022	Valor provisionado 2021	Adições 2022	Atualização monetária 2022	Reclassificação do risco 2022	Pagamentos 2022	Reversão 2022	Valor provisionado 2022	Valor de Risco 2022
Obrigações tributárias			**151.952**	**171.719**	**15**	**16**	**118.132**	**7.083**	**8.606**	–	–	–	**133.821**	**133.821**
Programa de Integração Social -PIS/ Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(i) (vi)	Possível	142.364	160.836	10	10	110.690	7.083	8.344	–	–	–	126.117	126.117
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	(ii)	Provável	6.379	6.593	2	2	7.442	–	262	–	–	–	7.704	7.704
Demais	(iii)	Possível	3.209	4.290	3	4	–	–	–	–	–	–	–	–
Outras ações fiscais			**11.021**	**11.890**	**1**	**2**	–	–	–	–	–	–	–	**16.180**
Imposto Sobre Serviços - ISS	(iv)	Remoto	11.021	11.890	1	1	–	–	–	–	–	–	–	11.890
Provisões trabalhistas	**(v)**		**3.485**	**4.240**	**208**	**251**	**25.246**	**34.439**	**909**	**7.857**	**(1.553)**	**(5.402)**	**61.496**	**81.570**
		Provável	3.439	4.169	104	143	25.246	34.439	909	7.857	(1.553)	(5.402)	61.496	61.496
		Possível	32	36	77	76	–	–	–	–	–	–	–	10.408
		Remoto	14	35	27	32	–	–	–	–	–	–	–	9.666
Provisões cíveis	**(v)**		**767**	**857**	**382**	**452**	**2.812**	**2.307**	**212**	**129**	**(220)**	**(979)**	**4.261**	**12.554**
		Provável	510	556	168	222	2.812	2.307	212	129	(220)	(979)	4.261	4.261
		Possível	–	–	102	119	–	–	–	–	–	–	–	542
		Remoto	257	301	112	111	–	–	–	–	–	–	–	7.751
Total			**167.225**	**188.706**	**606**	**720**	**146.190**	**43.829**	**9.727**	**7.986**	**(1.773)**	**(6.381)**	**199.578**	**244.125**

(i) A Seguradora impetrou medida judicial questionando a constitucionalidade da alteração da base de cálculo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS pela Lei nº 9.718/98). O processo aguarda julgamento no Tribunal Regional Federal e a totalidade desse processo está devidamente provisionada como obrigação legal.
(ii) A Seguradora é autora de ação judicial em que questiona a constitucionalidade da Lei Complementar nº 84/96, que determinou a incidência da contribuição previdenciária do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS sobre pagamentos efetuados a pessoas físicas (corretores de seguros). O processo aguarda julgamento no Superior Tribunal de Justiça e os valores correspondentes aos encargos não recolhidos estão depositados em juízo e provisionados na sua totalidade.
(iii) São valores registrados para a cobertura de possíveis riscos fiscais decorrentes de autos de infração lavrados contra a Seguradora.
(iv) Ação Anulatória de Débito Fiscal, relativo ao ISS, com a desconstituição dos débitos fiscais objetos dos Autos de Infração, relativos a Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza ("ISS" e demais encargos, relativos aos períodos compreendidos entre janeiro de 2007 e fevereiro de 2011 e de abril a dezembro de 2011. A ação em referencia continua tramitando na Câmara Municipal.
(v) As provisões de contigências prováveis são contabilizadas e as possíveis e remotas são apenas divulgadas. As provisoes cíveis são para cobrir as contingências relacionadas a danos contratuais e danos extracontratuais e as Trabalhistas Compreende a integralidade dos pedidos formulados pelo reclamante e discriminados na petição inicial.
(vi) Com a alteração da base de cálculo do PIS/COFINS pela Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014, com vigência a partir de janeiro de 2015, passamos a discutir judicialmente a cobrança da COFINS sobre a receita relativa aos ativos destinados a cobertura das provisões técnicas.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social
Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de fevereiro de 2022, os acionistas decidiram aumentar o capital social de R$ 768.209 para R$ 870.779 com a emissão de 119.267.442 novas ações, ficando o capital representado por 855.404.396 (736.136.954 em 2021) ações ordinárias nominativas, e sem valor nominal, mediante aumento de capital em dinheiro no montante de R$ 102.570 aprovado pela SUSEP na portaria nº 803 de 4 de julho de 2022.
b) Reservas de lucros
A reserva de lucros é composta por duas reservas: a reserva legal e a reserva estatutária. A reserva legal é constituída ao final do exercício social com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e limitado a 20% do capital social realizado. A reserva estatutária é constituída pela parcela do lucro líquido remanescente após a constituição da reserva legal e das deduções legais, as quais incluem dividendos e juros sobre o capital próprio, sujeitas à deliberação da Assembleia Geral.
c) Outros
Ajustes de avaliação patrimonial estão compostos pelos ajustes referidos na nota explicativa nº 3.e, de acordo com a Circular SUSEP nº 648/21 e alterações, líquidos dos efeitos tributários. A variação entre os ajustes com títulos e valores mobiliários apresentados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 deve-se ao cenário de oscilação nas taxas de juros impactando a marcação a mercado dos títulos préfixados.
d) Dividendos/Juros sobre o capital próprio
O estatuto da Seguradora prevê a distribuição a cada exercício de um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado. A Assembleia Geral pode decidir pela diminuição da distribuição de lucros ou pela sua retenção total, de acordo com proposta da Diretoria. Em 2022, por conta dos prejuízos acumulados, a Administração está propondo a compensação dos prejuízos acumulados com o lucro liquido do exercício, no pressuposto de sua aprovação pela AGO.
e) Composição acionária

	Origem	2022 ON	2022 %	2021 ON	2021 %
MetLife International Holdings, Inc.	EUA	570.228.366	66,66	490.722.304	66,66
Natiloportem Holdings, Inc.	EUA	3.219	–	2.026	–
MetLife Worldwide Holdings, Inc.	EUA	285.172.811	33,34	245.412.624	33,34
Total		**855.404.396**	**100**	**736.136.954**	**100**

No último nível de controle acionário a MetLife, Inc. é detentora de 100% das ações das acionistas da Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A. O código de comercialização da MetLife Inc., é MET, o qual é comercializado na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE).

20. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

a.1) Principais ramos de atuação

Ramos	Prêmios ganhos 2022	Prêmios ganhos 2021	Índice de sinistralidade - % 2022	Índice de sinistralidade - % 2021(i)	Índice de comissionamento - % 2022	Índice de comissionamento - % 2021
Vida em grupo	747.769	605.750	64	124	22	23
Acidentes pessoais coletivos	314.316	257.257	35	46	29	33
Acidentes pessoais individuais	54.638	30.356	9	6	34	41
Renda de eventos aleatórios	44.189	35.045	11	16	38	40
Prestamistas	164.282	126.799	18	41	66	67
Doenças graves e doenças terminais	75.900	48.054	35	26	53	41
Vida individual	236.930	45.117	5	30	87	232
Outros	27.995	8.850	28	114	33	47
Total	**1.666.019**	**1.157.228**				

(i) A sinistralidade nos ramos de Vida em Grupo e Vida individual no exercício de 2021 está impactada pelas indenizações de sinistros relativas à pandemia - COVID-19.

a. 2) Principais ramos de atuação Líquido de resseguro

Ramos	Prêmios ganhos 2022	Prêmios ganhos 2021	Índice de sinistralidade - % 2022	Índice de sinistralidade - % 2021(i)	Índice de comissionamento - % 2022	Índice de comissionamento - % 2021
Vida em grupo	710.282	576.310	70	120	24	25
Acidentes pessoais coletivos	305.717	250.422	37	44	30	34
Acidentes pessoais individuais	54.188	30.023	9	5	34	41
Renda de eventos aleatórios	44.097	34.931	11	16	38	40
Prestamistas	163.538	126.527	18	40	66	67
Doenças graves e doenças terminais	75.717	47.984	35	26	53	41
Vida individual	235.644	44.265	4	30	88	236
Outros	27.837	8.802	28	115	33	48
Total	**1.617.020**	**1.119.264**				

b) Sinistros ocorridos

	2022	2021
Vida em grupo	(477.944)	(749.705)
Acidentes pessoais coletivos	(109.852)	(117.538)
Acidentes pessoais individuais	(4.753)	(1.747)
Renda de eventos aleatórios	(5.069)	(5.762)
Prestamista	(28.855)	(51.401)
Doenças graves e doenças terminais	(26.561)	(12.366)
Vida individual	(10.757)	(13.442)
Outros	(7.889)	(10.115)
Total	**(671.680)**	**(962.076)**

c) Custos de aquisição

	2022	2021
Vida em grupo	(167.525)	(142.044)
Acidentes pessoais coletivos	(91.521)	(84.099)
Acidentes pessoais individuais	(18.346)	(12.442)
Renda de eventos aleatórios	(16.698)	(13.976)
Prestamista	(108.246)	(85.303)
Doenças graves e doenças terminais	(40.239)	(19.688)
Vida individual (i)	(206.800)	(104.652)
Outros	(9.151)	(4.199)
Total	**(658.526)**	**(466.403)**

(i) A variação do custo de aquisição se deve aos contratos de parcerias com corretores independentes para angariação de novos contratos no ramo de vida individual.

d) Outras receitas e despesas operacionais

	2022	2021
Despesas com administração de apólices	(8.330)	(4.988)
Despesas com encargos sociais	(1.061)	(1.046)
Despesas com excedente técnico	(3.691)	(12.188)
(Constituições/Reversões de ajuste ao valor recuperável)	(1.792)	347
(Constituições/Reversões de provisões judiciais cíveis e trabalhistas)	(43.754)	(10.604)
Despesas com capitalização	(11.260)	(10.562)
Outras receitas/despesas operacionais	(12.636)	(12.457)
Total	**(82.524)**	**(51.498)**

e) Resultado com resseguro

	2022	2021
Receita com resseguro		
Indenizações de sinistros	24.012	60.669
Variação da provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados	(1.705)	6.769
Total	**22.307**	**67.438**
Despesas com resseguro	**2022**	**2021**
Prêmios com resseguro	(50.199)	(38.269)
Variação da despesas de resseguro	1.199	306
Total	**(49.000)**	**(37.963)**

f) Despesas administrativas

	2022	2021
Despesas com pessoal próprio e encargos sociais	(127.410)	(101.366)
Despesas com serviços de terceiros e comunicação	(112.544)	(79.228)
Despesas com publicidade e propaganda	(38.689)	(26.917)
Despesas com depreciação e amortização	6.910	4.060
Despesas com locomoção	(3.299)	(310)
Despesas com expediente	(7.297)	(5.370)
Despesas com localização e funcionamento	(3.624)	(1.736)
Despesas com equipamentos	(751)	(820)
Rateio de despesas com empresa ligada (nota nº 21)	65.280	41.604
Outras	(5.472)	(804)
Total	**(226.896)**	**(170.887)**

g) Despesas com tributos

	2022	2021
Despesas com ISS	(118)	(261)
Despesas com COFINS	(43.876)	(17.896)
Despesas com PIS	(7.360)	(2.944)
Taxa de fiscalização	(2.429)	(1.987)
Outros	(16.510)	(2.513)
Total	**(70.293)**	**(25.601)**

h) Resultado financeiro

	2022	2021
Juros sobre ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (nota nº 7)	93.236	3.441
Juros sobre ativos financeiros disponíveis para venda (nota nº 7)	140.669	185.249
Outras	7.413	2.867
Receitas financeiras	**241.318**	**191.557**
Encargos financeiros sobre provisões técnicas - seguros	(50.123)	(72.703)
Encargos financeiros sobre provisões técnicas - previdência	(70.317)	(14.535)
Outras despesas	(1.733)	535
Despesas financeiras	**(122.173)**	**(86.703)**
Resultado financeiro	**119.145**	**104.854**

i) Ganhos/Perdas com ativos não correntes

	2022	2021
Receita de Equipamentos	177	–
Total	**177**	–

21. IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social estão conciliados para os valores registrados como despesa do exercício, conforme segue:

	2022 Imposto de renda	2022 Contribuição social	2021 Imposto de renda	2021 Contribuição social
Resultado antes dos impostos	46.597	46.597	(391.223)	(391.223)
Alíquota vigente	25%	15%	25%	15%
Expectativa de crédito/ (despesa de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente)	(11.649)	(6.990)	97.806	58.683
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:				
Outros	211	(889)	(952)	(746)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	**(11.438)**	**(7.879)**	**96.854**	**57.937**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(18.361)	(12.032)	(849)	(685)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.923	4.153	97.703	58.622

22. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As empresas do Grupo MetLife, representadas pela Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A., MetLife Administradora de Fundos Multipatrocinados Ltda., MetLife Planos Odontológicos Ltda. e MetLife Inc., desenvolvem seus negócios sociais de forma integrada, compartilhando, inclusive, instalações, recursos humanos e outros insumos necessários para atingir os objetivos sociais. As transações entre partes relacionadas substancialmente decorrentes do rateio dessas despesas estão representadas por:

		Ativo 2022	Ativo 2021	Receitas 2022	Receitas 2021
MetLife Administradora de Fundos Multipatrocinados Ltda.	**Ligadas**				
Contas a receber		1.094	268	–	–
Recuperação de despesa (i)		–	–	51.373	30.485
MetLife Planos Odontológicos Ltda.	**Ligadas**				
Contas a receber		4.341	1.617	–	–
Recuperação de despesa (i)		–	–	13.907	11.119
Total		**5.434**	**1.885**	**65.280**	**41.604**

(i) Referem-se a receitas decorrentes do rateio de despesas administrativas incorridas pela Seguradora que são rateadas e posteriormente reembolsadas. O rateio é, substancialmente, realizado com base no tempo de alocação dos profissionais que trabalham para as entidades jurídicas acima. Os vencimentos são mensais, subsequentes ao mês de apuração.

	Passivo 2022	Passivo 2021	Despesas 2022	Despesas 2021
MetLife Inc. (controladora):				
Contas a pagar	34.496	27.964	–	–
Despesas (i)	–	–	19.166	13.451
Total	**34.496**	**27.964**	**19.166**	**13.451**

(i) Referem-se a despesas decorrentes do rateio de despesas administrativas de sua controladora. As apurações e pagamentos são feitos mensalmente.
b) A remuneração do pessoal-chave da Administração, que compreende empregados que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Seguradora é composta, exclusivamente, de benefícios de curto prazo, cujo montante destinado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R$ 12.917 (R$ 12.744 em dezembro de 2021). A Seguradora não possui benefícios de longo prazo relativo a rescisão de contrato de trabalho, com exeção ao indicado na nota abaixo. A Seguradora possui remuneração baseada em ações da casa matriz (MET, a qual foi contabilizada como despesa na Seguradora no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, no montante de R$ 2.075 (R$ 1.947 em dezembro de 2021). A correspondente provisão é baixada mediante ao pagamento aos executivos em caso de exercício destas remunerações.
c) A Seguradora é patrocinadora de plano de aposentadoria para seus funcionários, na modalidade de contribuição definida e estruturado no regime de capitalização, cuja contribuição da patrocinadora é efetuada de acordo com o percentual escolhido pelo participante, 100% da contribuição do participante, limitado ao teto de 8% do salário-base do participante. As contribuições para o plano durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, correspondem a R$ 2.274 (R$ 2.103 em dezembro de 2021).
d) Benefícios pós-emprego
A Seguradora disponibiliza, como forma de benefícios rescisórios, assistência médica aos seus funcionários por período determinado, calculado mediante o tempo de serviço do funcionário, conforme estabelecido pelo sindicato da categoria. Não existem outros benefícios pós-emprego.

23. OUTRAS INFORMAÇÕES

A Seguradora mantém seguros sobre seus bens e responsabilidade civil nos seguintes montantes estabelecidos pela Administração da Seguradora:

Itens	Tipo de cobertura	Vigência	2022 Importância segurada	2021 Importância segurada
Edifícios, instalações, maquinismos, móveis, utensílios, mercadorias e matérias-primas	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações, máquinas e equipamentos e responsabilidade civil operações e empregador.	De 30/04/2022 a 30/04/2023	49.352	49.549
Responsabilidade civil de administradores e diretores (D&O)	Pagamentos a títulos de perdas, devido a terceiros pela pessoa segurada decorrente de uma declaração.	De 14/06/2022 a 14/06/2023	73.508	76.235

a) Em 31 de dezembro de 2022, as obrigações por contratos de arrendamento mercantil, estão demonstrados abaixo:

Outros Valores e Bens - Ativo direito de uso	**2022**	**2021**
Contratos de aluguéis de Imóveis		
Saldo do exercício anterior	**9.437**	–
Adições	–	12.675
(-) Depreciações	(3.390)	(3.238)
Total	**6.047**	**9.437**
Não Circulante	**6.047**	**9.437**

Débitos diversos - Passivo de arrendamento	**2022**	**2021**
Contratos de aluguéis de Imóveis		
Saldo do exercício anterior	**9.487**	–
Adições	–	12.675
(+) Juros	564	764
(+) Outros Ajustes	(182)	23
(-) Pagamentos	(3.774)	(3.975)
Total	**6.095**	**9.487**
Circulante	**2.931**	**3.407**
Não Circulante	**3.164**	**6.078**

b) Sazonalidade
Na condução normal de suas atividades, as demonstrações financeiras da Seguradora estão sujeitas a receitas e custos sazonais decorrentes da natureza de suas operações de seguros e previdência.
c) Eventos subsequentes
Dada a recente decisão do Supremo Tribunal Federal a respeito da "coisa julgada" em âmbito tributário, proferida em 08/02/2023, a MetLife está avaliando eventuais impactos decorrentes da referida decisão. De todo modo, as análises preliminares realizadas até o momento levam à conclusão de que não haveria impacto nas demonstrações financeiras no período findo em 31/12/2022.

Diretoria

Breno Gomes
Diretor-Presidente

Jaime Barbosa Santos Neto
Diretor

José nascentes Coelho Neto
Diretor

Controller

Tatiane Paula dos Santos
CRC 1SP274301/O-7

Atuário

Patricia Cristina Duarte
MIBA nº 2055

Contador

Marcos Antonio Klein
CRC 1SP225765/O-2

Parecer dos Auditores Atuariais Independentes

A Diretoria e Acionistas da
Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A.
São Paulo - SP

Escopo da auditoria
Examinamos as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A. ("Seguradora"), em 31 de dezembro de 2022, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração
A Administração da Seguradora é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro e pela retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros e dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores atuariais independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Seguradora estão livres de distorção relevante.
Em relação ao aspecto da solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Seguradora e não abrange uma opinião sobre as condições para fazer frente às suas obrigações correntes nem para apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.
Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas, dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Seguradora. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e a elaboração das provisões técnicas, dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Seguradora para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Seguradora.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião
Em nossa opinião, as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A. em 31 de dezembro de 2022 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP.

Outros assuntos
No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Seguradora e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos divergências na correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos de Prêmios e Sinistros (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), tendo sido definido pela Seguradora um plano de ação. Todavia, essas divergências não trouxeram distorção relevante na apuração dos referidos itens e, assim, não impactaram nossa opinião descrita anteriormente.
São Paulo, 28 de fevereiro de 2023

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Consultores Ltda.
CNPJ: 02.189.924/0001-03
CIBA 45

Felipe Fieri Amado
MIBA 2.385

Deloitte.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

A Diretoria e Acionistas da
Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A Diretoria da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações financeiras
A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Seguradora continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos, frequentemente, uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609 /O-8

Deborah Sulyak Martins Ribeiro
Contadora
CRC nº 1 RJ 093358/O-5

Deloitte.

CNPJ nº 60.853.264/0001-10
Rua Jaceguai nº 400 - Bela Vista - São Paulo

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da Liderança Capitalização S.A. ("Empresa") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas das respectivas notas explicativas. A Empresa vem mantendo um ótimo índice de suficiência de capital em relação ao capital mínimo requerido, conforme pode ser visto na nota explicativa nº 22-m e, principalmente, tem resguardado as provisões técnicas devidamente cobertas por sólidas aplicações financeiras em Títulos Públicos Federais. A Empresa encerrou o exercício de 2022 com ativos totais no montante de R$ 872.926 mil (R$ 818.719 mil em 2021), receita bruta de arrecadação com títulos de capitalização de R$ 384.005 mil (R$ 290.872 mil em 2021) e lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 de R$ 13.046 mil (prejuízo de R$ 6.543 mil em 2021). **Operações de capitalização:** Estabelecendo novas parcerias comerciais para a distribuição do produto, a Empresa vem dinamizando e criando novas formas de abordagem ao consumidor, propiciando aos titulares maiores atrativos. Isto faz com que o produto seja cada vez mais aceito em todos os níveis sociais, face à simplicidade do investimento, o qual não apresenta ao seu titular qualquer risco quanto à sua liquidez. **Investimentos:** A Empresa adota uma política de investimentos conservadora, privilegiando a liquidez e a qualidade dos ativos. Utiliza modelos estatísticos para avaliação de risco que visam monitorar e identificar possíveis desvios da política e eventual ruptura dos principais indicadores financeiros que possam comprometer a gestão dos ativos. Tal conservadorismo permite que os valores comprometidos das reservas tenham recursos suficientes para honrar os compromissos em qualquer tempo, com margem de segurança. Os direitos dos clientes, representados pelas provisões técnicas, estão devidamente garantidos por aplicações financeiras, conforme quadro demonstrativo a seguir, em milhares de Reais:

	2022	2021
1 - Provisões técnicas	**609.560**	**581.068**
2 - Aplicações financeiras vinculadas à cobertura de reservas	631.657	596.224
3 - Excesso de cobertura (2-1)	**22.097**	**15.156**
4 - Aplicações financeiras livres	5.761	4.174
5 - Aplicações financeiras totais (2+4)	**637.418**	**600.398**

Distribuição de lucros e dividendos: De acordo com o estatuto social, é assegurado aos acionistas, dividendo mínimo de 5% do lucro líquido apurado, após a dedução do prejuízo acumulado, se houver. O saldo dos lucros ficará à disposição da Assembleia Geral, para posterior destinação, respeitadas as normas legais aplicáveis. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram disponibilizados, aos acionistas, o montante bruto de R$ 6.000 mil de juros sobre o capital próprio, o qual, após a dedução de R$ 900 mil de imposto de renda retido na fonte, representa o montante líquido de R$ 5.100 mil, os quais foram imputados ao dividendo, conforme estabelecido pela Lei nº 9.249/95. A aprovação de disponibilização dos juros sobre o capital próprio foi realizada em assembleia geral extraordinária no dia 29 de dezembro de 2022. **Perspectivas e planos da Administração:** O contexto macroeconômico do exercício de 2022 continuou sendo desafiador. Apesar do abrandamento da COVID-19, o processo de retomada das atividades econômicas foi impactado pela perda do poder de compra do brasileiro ocasionada pela pandemia. Contudo, conseguimos um bom resultado em 2022, principalmente no segundo semestre, com um crescimento satisfatório das nossas atividades. Atingimos novos marcos com a venda de títulos digitais, ultrapassando mais de 7 milhões de títulos digitais vendidos. Comparado com o exercício de 2021, houve um crescimento de mais de 145% por meio do *e-commerce*. Firmamos, ainda, parcerias com novos canais de distribuição físicos e digitais nos ramos de atacado e varejo. Continuamos os investimentos em tecnologia lançando o aplicativo Renda Fácil Tele Sena, que permite que pessoas físicas se cadastrem e vendam o produto Tele Sena, recebendo uma comissão por isso, ampliando o nosso canal de vendas e contribuindo com a geração de renda para os brasileiros. Ainda na área de tecnologia, também é pertinente destacar a estruturação da área de CRM, que permitirá uma melhor compreensão das necessidades e ciclo de vida dos nossos clientes. Lançamos, também, Tele Sena ativável, que tangibiliza o produto no PDV, mas leva o cliente para uma experiência digital, diminuindo os riscos e custos de operação logística. Em seus primeiros testes o produto teve bons resultados e deve ter suas ações intensificadas em 2023, com a inclusão de novos pontos de venda. Mesmo com todas as incertezas que envolvem o mercado financeiro e econômico brasileiro, especialmente nessa transição de governo, não há dúvidas de que devemos continuar investindo em desenvolvimento de produtos, infraestrutura e novos canais de distribuição para que a Empresa continue crescendo. Também manteremos uma atuação estratégica em comunicação e *marketing* para fortalecimento da marca Tele Sena e de outros produtos que venham a compor o portfólio. Em 2023, manteremos o olhar atento voltado às novas tecnologias como o metaverso, realidade aumentada, buscando entender como essas tecnologias podem subsidiar nossos processos de inovação e alavancagem de negócios. Não há dúvidas de que, ao longo de 2023, todos esses processos serão executados com grande sinergia entre as áreas. Buscaremos firmemente uma evolução cada vez mais consistente da Tele Sena digital, mas sem descuidar dos nossos canais e clientes mais tradicionais, que consomem o produto físico e são peças fundamentais para a sobrevivência da marca. **Agradecimentos:** Registramos nossos agradecimentos a todos que contribuíram para o sucesso da Empresa, com destaque para nossos clientes, operadores logísticos, fornecedores, prestadores de serviços, demais empresas do Grupo Silvio Santos e principalmente aos nossos funcionários, os quais tem demonstrado, nos momentos de grandes dificuldades, total dedicação à Empresa.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2023
A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2022	2021
Circulante		**739.640**	**686.423**
Disponível	4	**1.038**	**2.280**
Caixa e bancos		1.038	2.280
Equivalente de caixa	4	**3.874**	**1.215**
Aplicações	5	**637.418**	**600.398**
Créditos das operações de capitalização	6	**90.578**	**80.644**
Créditos das operações de capitalização		90.578	80.644
Títulos e créditos a receber		**4.845**	**869**
Títulos e créditos a receber	7	240	240
Créditos tributários e previdenciários	8	3.253	–
Outros créditos	9	1.352	629
Outros valores e bens		**4**	**4**
Outros valores		4	4
Despesas antecipadas	10	**1.883**	**1.013**
Ativo não circulante		**133.286**	**132.296**
Realizável a longo prazo		**50.375**	**50.912**
Títulos e créditos a receber		**50.375**	**50.912**
Créditos tributários e previdenciários	8	44.835	37.945
Depósitos judiciais e fiscais	16	5.540	12.967
Investimentos	11	**72.073**	**72.048**
Participações societárias		3.246	3.246
Imóveis destinados à renda		68.827	68.802
Imobilizado	12	**7.414**	**6.939**
Imóveis de uso próprio		5.528	5.553
Bens móveis		1.775	1.300
Outras imobilizações		111	86
Intangível	12	**3.424**	**2.397**
Outros intangíveis		3.424	2.397
		872.926	**818.719**

Passivo	Nota	2022	2021
Circulante		**660.475**	**614.930**
Contas a pagar		**38.538**	**22.258**
Obrigações a pagar	13	27.932	15.192
Impostos e encargos sociais a recolher		2.765	2.662
Encargos trabalhistas		3.373	2.850
Impostos e contribuições		923	789
Outras contas a pagar		3.545	765
Débitos de operações com capitalização	14	**12.064**	**11.222**
Débitos operacionais		12.064	11.222
Depósitos de terceiros		**313**	**382**
Provisões técnicas - Capitalização	15	**609.560**	**581.068**
Provisão para resgates		551.495	527.653
Provisão para sorteio		38.744	37.648
Provisão administrativa		19.321	15.767
Passivo não circulante		**10.349**	**10.021**
Outros débitos		**10.349**	**10.021**
Provisões judiciais	16	10.349	10.021
Patrimônio líquido	17	**202.102**	**193.768**
Capital social		181.270	181.270
Reservas de capital		557	557
Reservas de lucros		20.603	13.557
Ajustes com títulos e valores mobiliários		(328)	(1.616)
		872.926	**818.719**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Reservas: De capital	Reservas: Legal	Reservas: De lucros a realizar	Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros/(Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**181.270**	**557**	**20.100**	**–**	**925**	**–**	**202.852**
Títulos e valores mobiliários	–	–	–	–	**(2.541)**	–	**(2.541)**
(Prejuízo) líquido do exercício	–	–	–	–	–	**(6.543)**	**(6.543)**
Proposta para distribuição do resultado:	–	–	**(6.543)**	–	–	**6.543**	–
Reserva legal	–	–	(6.543)	–	–	6.543	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**181.270**	**557**	**13.557**	**–**	**(1.616)**	**–**	**193.768**
Títulos e valores mobiliários	–	–	–	–	**1.288**	–	**1.288**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	**13.046**	**13.046**
Proposta para distribuição do resultado:	–	–	**652**	**6.394**	–	**(13.046)**	**(6.000)**
Reserva legal	–	–	652	–	–	(652)	–
Reserva de lucros a realizar	–	–	–	6.394	–	(6.394)	–
Juros sobre o capital próprio	–	–	–	–	–	(6.000)	(6.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**181.270**	**557**	**14.209**	**6.394**	**(328)**	**–**	**202.102**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2022	2021
Receita líquida com títulos de capitalização		**192.081**	**145.453**
Arrecadação com títulos de capitalização		384.005	290.872
Variação da provisão para resgate		(191.924)	(145.419)
Variação das provisões técnicas	18-a	**(3.554)**	**295**
Resultado com sorteios	18-b	**(27.556)**	**(20.390)**
Custos de aquisição	18-c	**(180.452)**	**(154.074)**
Outras receitas e despesas operacionais	18-d	**52.792**	**52.775**
Outras receitas operacionais		82.984	71.401
Outras despesas operacionais		(30.192)	(18.626)
Despesas administrativas		**(67.829)**	**(54.931)**
Pessoal próprio		(42.712)	(38.395)
Serviços de terceiros		(17.068)	(8.987)
Localização e funcionamento		(7.121)	(6.447)
Publicidade e propaganda		(45)	(31)
Publicações		(40)	(89)
Donativos e contribuições		(97)	(89)
Despesas administrativas diversas	18-e	(746)	(893)
Despesas com tributos	18-f	**(11.899)**	**(9.882)**
Resultado financeiro		**60.282**	**25.405**
Receitas financeiras	18-g	73.281	29.405
Despesas financeiras	18-h	(12.999)	(4.000)
Resultado patrimonial		**3.182**	**2.842**
Receitas com imóveis de renda		3.182	2.842
Resultado operacional		**17.047**	**(12.507)**
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	18-i	**431**	**1.065**
Resultado antes de impostos e participações		**17.478**	**(11.442)**
Imposto de renda	19	**(1.998)**	**3.061**
Contribuição social	19	**(1.300)**	**1.838**
Participações sobre o resultado		**(1.134)**	**–**
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício		**13.046**	**(6.543)**
Quantidade de ações		**204.825**	**204.825**
Lucro/(Prejuízo) por ação		**63,69**	**(31,95)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 *(Em milhares de Reais)*

	2022	2021
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	**13.046**	**(6.543)**
Resultados abrangentes	**1.288**	**(2.541)**
Variação no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	2.382	(4.480)
Imposto de renda e contribuição social sobre os resultados abrangentes	(1.094)	1.939
Resultado abrangente total	**14.334**	**(9.084)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 *(Em milhares de Reais)*

	2022	2021
Atividades operacionais		
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	13.046	(6.543)
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	1.732	1.041
Perdas (reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos	4.585	1.169
Perda (ganho) na alienação de imobilizado e intangível	9	–
Variação das provisões técnicas	175.500	111.587
Outros ajustes	1.288	(2.541)
Lucro líquido ajustado	**196.160**	**104.713**
Variação das contas patrimoniais		
Ativos financeiros		
I - Valor justo por meio do resultado	54.954	5.262
II - Disponíveis para venda	(91.974)	27.741
Créditos das operações de capitalização	(14.519)	9.543
Créditos fiscais e previdenciários	(10.143)	(6.826)
Depósitos judiciais e fiscais	7.427	10.012
Despesas antecipadas	(870)	(898)
Outros ativos	(723)	658
Fornecedores	5.606	(402)
Impostos e contribuições	(6.664)	(219)
Outras contas a pagar	4.437	(2.760)
Débitos de operações com capitalização	842	(210)
Depósitos de terceiros	(69)	(3)
Provisões técnicas - capitalização	(147.008)	(148.385)
Provisões judiciais	328	112
Caixa (consumido) nas operações	**(2.216)**	**(1.662)**
Impostos sobre lucros pagos	6.901	–
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	**4.685**	**(1.662)**
Atividades de investimento		
Recebimento pela venda de ativo permanente:		
Imobilizado	11	6
Intangível	–	185
Pagamento pela compra de ativo permanente:		
Imobilizado	(1.204)	(501)
Intangível	(2.075)	(1.121)
Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimento	**(3.268)**	**(1.431)**
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	**1.417**	**(3.093)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	**3.495**	**6.588**
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	**4.912**	**3.495**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS *(Em milhares de Reais)*

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Liderança Capitalização S.A. ("*Empresa*"), autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e situada na Rua Jaceguai nº 400, São Paulo - SP, opera na colocação de títulos de capitalização denominados "Tele Sena". Para a colocação dos títulos supramencionados é utilizada uma rede de pontos de vendas em todo o Brasil, que também atuam como postos para o resgate dos títulos. Os títulos são estruturados em séries, com prazo de vigência de 12 meses, na modalidade Popular e forma de custeio do Tipo Pagamento Único (PU) com capitalização de 50%. A Empresa também opera no seguimento de Planos de Incentivo. Os títulos são emitidos de acordo com as normas da Resolução CNSP nº 384 de 9 de junho de 2020 e alterações posteriores, e segundo as condições gerais e notas técnicas atuariais. Esses títulos têm prazo de prescrição de até cinco anos, conforme previsto no Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002). A Empresa foi constituída sob a natureza jurídica de Sociedade Anônima de capital fechado, tendo seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo. Ainda, ressaltamos que o controlador em última instância é o Acionista Senor Abravanel. **Composição acionária**

Acionista	Silvio Santos Participações S.A. – Quantidade de ações	%	Liderança Capitalização S.A. – Quantidade de ações	%
Silvio Santos Participações S.A.	–	–	204.824	99,9995%
Senor Abravanel	5.571.982.110	98,2043%	–	–
Henrique Abravanel	101.887.137	1,7957%	1	0,0005%
Total	**5.673.869.247**	**100,0000%**	**204.825**	**100,0000%**

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis quando referendados pela SUSEP. Na elaboração das presentes demonstrações contábeis, foi observado os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. A autorização para a conclusão das demonstrações contábeis pela Diretoria foi realizada em 24 de fevereiro de 2023. **a. Base para mensuração:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens contemplados nos balanços patrimoniais: • Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; • Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo; • Outros valores e bens mensurados ao valor de custo. **b. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, visto ser a moeda funcional e de apresentação da Empresa. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais (R$(000)) e arredondadas para o milhar mais próximo. **c. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) as informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; (ii) as informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo período contábil. • Nota explicativa nº 5 - Aplicações financeiras; • Nota explicativa nº 6 - Créditos das operações de capitalização; • Nota explicativa nº 8 - Créditos tributários e previdenciários; • Nota explicativa nº 15 - Provisões técnicas; • Nota explicativa nº 16 - Provisões judiciais.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS: a. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em caixa, depósitos bancários à vista em moeda nacional e outros ativos financeiros sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. **b. Apuração de resultado:** As receitas e despesas foram reconhecidas pelo regime de competência. As receitas líquidas com títulos de capitalização, assim como os respectivos custos de comercialização e provisões técnicas, conforme Circular SUSEP nº 648/21 e suas alterações, são integralmente registradas no mês de emissão dos títulos com base em estimativa que consideram parâmetros históricos para cada campanha de venda. Após o término das campanhas são efetuados os ajustes e consequentemente refletidas as vendas e despesas efetivas. **c. Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados segundo a intenção da Administração nas seguintes categorias: valor justo por meio do resultado; disponíveis para venda; mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. **• Valor justo por meio de resultado** - Uma aplicação é classificada pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado e a Empresa gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. **• Disponíveis para venda** - Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos e não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Esses ativos financeiros são registrados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. **• Mantidos até o vencimento** - Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são registrados pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **• Empréstimos e recebíveis** - São ativos financeiros com pagamentos determináveis, que não são cotados em mercados ativos e compreendem os "Créditos das operações com capitalização", decrescidos de qualquer perda no valor recuperável. **Redução ao valor recuperável (Ativo financeiro)** Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir ou não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. A redução ao valor recuperável nos ativos financeiros disponíveis para venda é reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, sendo reclassificada para o resultado quando da efetiva venda dos ativos. **Valor justo:** Os títulos classificados como "valor justo por meio do resultado" e "disponíveis para venda" são mensurados ao seu valor justo (mercado). As operações compromissadas são registradas pelo valor efetivamente investido e atualizadas diariamente pelo rendimento auferido com base na taxa de remuneração, e por se tratar de operações de curto prazo, o custo atualizado está próximo ao valor de mercado. As quotas de fundos de investimento são valorizadas pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos na data de encerramento do balanço. Os ativos dos fundos de investimento são ajustados ao valor justo, em consonância com a regulamentação específica aplicável a essas entidades. **d. Créditos das operações de capitalização:** Registram o valor dos títulos de capitalização a receber, em poder dos operadores logísticos durante o seu período de comercialização. No que se refere à redução ao valor recuperável de créditos com títulos de capitalização, a provisão é apurada considerando o critério definido na Circular SUSEP nº 648/21 e suas alterações, que consiste no provisionamento de títulos vencidos acima de 60 dias, bem como para títulos a serem cancelados, tomando-se por base estudo retrospectivo e prospectivo, por campanha, líquido dos custos de carregamentos e efeitos tributários. **e. Despesas antecipadas:** Compreende, principalmente, custos e despesas incorridos e necessários à colocação de títulos relativos às campanhas futuras, cuja comercialização ainda não se iniciou até a data de fechamento do balanço. **f. Outros valores e bens:** Demonstrados ao valor de custo acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, até a data de balanço, em base pro rata dia. **g. Investimentos: Investimentos em coligadas:** Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em receitas e despesas com ajustes de investimentos em controladas e coligadas**. Imóveis destinados à renda:** Correspondem substancialmente ao imóvel recebido da Silvio Santos Participações S.A., em dação em pagamento parcial de dívida, no montante de R$ 68.030 mensurado pelo seu valor de custo. A descrição da operação e características detalhadas do imóvel constam na nota explicativa nº 11. **h. Imobilizado:** Mensurado ao custo histórico menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item. Reparos e manutenções são contabilizados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos. Bens móveis compreendem principalmente mobiliário de uso, equipamentos de informática e telefonia e são depreciados usando o método linear, de 3 a 10 anos de uso. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, no final de cada exercício. Imóveis de uso próprio compreende, principalmente, o edifício sede da Empresa. O valor justo dos imóveis, apurado com base em avaliação realizada por empresa especializada, encontra-se superior ao valor contábil e, como consequência e, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado foi cessado o registro da depreciação. **i. Passivo circulante e não circulante:** Mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço. Obrigações a pagar decorrem do curso normal das atividades da Empresa, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário é registrado no passivo não circulante. **j. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 (no exercício) para imposto de renda, 15% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido no período compreendido entre janeiro a julho de 2022 e 16% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido no período compreendido entre agosto a dezembro de 2022, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A Empresa optou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, pelo regime de tributação pelo lucro real anual. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertam, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data base das demonstrações contábeis e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados para apresentação no balanço patrimonial caso haja um direito legal de compensar, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação. **k. Provisões judiciais:** As contingências ativas e provisões judiciais são avaliadas pela Administração em conjunto com as assessorias jurídicas interna e externa. As contingências ativas somente são reconhecidas quando a sua realização é considerada líquida e certa, já as provisões judiciais são registradas quando a probabilidade de desembolso de caixa é avaliada como sendo provável e se possam mensurar com razoável segurança. **l. Provisões técnicas:** São constituídas de acordo com as normas e instruções do CNSP e da SUSEP, a seguir descritas: **• Provisão matemática para capitalização (PMC)** - Refere-se aos compromissos decorrentes de pagamento único, representado, em conformidade com as condições gerais dos respectivos títulos, por 50% do valor de aquisição de títulos de capitalização "Tele Sena", e, de percentuais variáveis para os Planos de Incentivo, de acordo com suas respectivas condições gerais, atualizados pela Taxa de Remuneração Básica aplicada às cadernetas de poupança (TR), acrescida de juros equivalente a 0,16% ao mês, com prazo de vencimento de um ano. **• Provisão para sorteios a realizar (PSR)** - Refere-se à provisão para prêmios de sorteios a realizar, discriminados nos títulos de capitalização "Tele Sena" e nos Planos de Incentivo, definidos segundo nota técnica atuarial de valores variáveis a cada evento. **• Provisão para resgate (PR)** - Refere-se aos compromissos decorrentes de títulos de capitalização, depois de transcorrido o prazo de vencimento, e ainda não resgatados, atualizados pela Taxa de Remuneração Básica aplicada às cadernetas de poupança (TR). **• Provisão para sorteios a pagar (PSP)** - Refere-se aos compromissos decorrentes de prêmios por sorteios já realizados. **• Provisão para despesas administrativas (PDA) -** Refere-se aos compromissos necessários para cobrir despesas administrativas dos títulos de capitalização "Tele Sena" definido segundo metodologia descrita em nota técnica atuarial**,** classificado como "provisões administrativas".

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:

	2022	2021
Caixa	40	43
Bancos	998	2.237
Ouro - Disponível (*)	3.874	1.215
	4.912	**3.495**

(*) Ouro disponível são negociados para pagamento de prêmios de sorteios promocionais e são liquidados em curtíssimo prazo. Este ativo financeiro é reconhecido ao valor justo por meio do resultado, tomando-se por base a cotação do grama de ouro na bolsa de valores B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS:

	Custo atualizado	Sem vencimento	1 a 90 dias	91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Ajuste a valor de mercado	Valor contábil (2022)	% da carteira (2022)	Valor contábil (2021)	% da carteira (2021)
I - Valor justo por meio do resultado	–	–	–	–	–	–	–	–	**54.954**	**9,15%**
Fundos de renda fixa abertos	–	–	–	–	–	–	–		**54.954**	
II - Disponíveis para venda	**638.038**	**(64)**	**252.899**	**32.184**	**352.955**	**(556)**	**637.418**	**100,00%**	**545.444**	**90,85%**
Fundos exclusivos de títulos públicos	**638.038**	**(64)**	**252.899**	**32.184**	**352.955**	**(556)**	**637.418**		**545.444**	
LFT - Letras financeiras do tesouro	343.509	–	6.312	32.184	305.013	(243)	343.266		347.724	
LTN - Letras do tesouro nacional	47.942	–	–	–	47.942	(313)	47.629		23.805	
NTN - Notas do tesouro nacional	–	–	–	–	–	–	–		1.063	
Operações compromissadas (*)	246.587	–	246.587	–	–	–	246.587		172.948	
Caixa e despesas dos fundos exclusivos	–	(64)	–	–	–	–	(64)		(96)	
Total	**638.038**	**(64)**	**252.899**	**32.184**	**352.955**	**(556)**	**637.418**	**100,00%**	**600.398**	**100,00%**

(*) As operações compromissadas são lastreadas por títulos públicos, as quais estão custodiadas por meio de instituições financeiras. Os ativos estão segregados de acordo com os vencimentos contratuais mas possuem liquidez imediata para fazer face às obrigações nas respectivas datas de pagamento.

Alocação por Administrador/Instituição Financeira	2022	2021
Fundos de renda fixa abertos		
Caixa Econômica Federal	–	54.954
	–	**54.954**
Fundos exclusivos de títulos públicos		
Caixa Econômica Federal	203.835	255.608
Banco Bradesco S.A.	227.346	78.606
Banco do Brasil S.A.	206.237	211.230
	637.418	**545.444**
Total	**637.418**	**600.398**

Movimentação das aplicações financeiras nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	Saldos em 2021	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Ajuste a valor justo	Saldos em 2022
Fundos de renda fixa abertos	54.954	–	(56.034)	1.080	–	–
Fundos exclusivos de títulos públicos	545.444	182.047	(161.345)	68.890	2.382	637.418
Total	**600.398**	**182.047**	**(217.379)**	**69.970**	**2.382**	**637.418**

	Saldos em 2020	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Ajuste a valor justo	Saldos em 2021
Fundos de renda fixa abertos	60.216	–	(7.510)	2.248	–	54.954
Fundos exclusivos de títulos públicos	573.185	106.058	(156.094)	26.775	(4.480)	545.444
Total	**633.401**	**106.058**	**(163.604)**	**29.023**	**(4.480)**	**600.398**

Rentabilidade da carteira: Em 31 de dezembro de 2022, o rendimento auferido com os ativos financeiros que compõem a carteira de investimentos totalizou R$ 69.970 e R$ 2.382 de ajuste a valor de mercado positivo, (R$ 29.023 e R$ 4.480 de ajuste a valor de mercado negativo em 2021). Essa rentabilidade representa 100,32% (93,87% em 2021) do CDI que foi de 12,39%, acumulado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (4,42% em 2021). **Instrumentos financeiros - Derivativos:** A Empresa participa de operações envolvendo instrumentos derivativos, por meio dos fundos exclusivos, destinados à proteção dos riscos a que estão expostos os investimentos, conforme determina a Resolução CNSP nº 432, de 12 de novembro de 2021. A administração destes riscos é efetuada por meio de estratégias de operação, estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limites das posições. Os principais instrumentos derivativos utilizados são contratos futuros de juros, negociados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Em 31 de dezembro de 2022, a Empresa possuía operações de futuro com o objetivo de troca de rentabilidade de operações prefixadas para remuneração pela variação dos depósitos interfinanceiros (DI). As diferenças de taxas são liquidadas diariamente.

Contrato	Posição	Vencimento	Quantidade (2022)	Valor de mercado (2022)	Ajuste a receber/(pagar) (2022)	Quantidade (2021)	Valor de mercado (2021)	Ajuste a receber/(pagar) (2021)
Futuro - DI1 F22	Comprada	jan/2022	–	–	–	15	1.494	–
Futuro - DI1 F24	Vendida	jan/2024	(382)	(33.716)	–	(260)	(21.131)	–
Futuro - DI1 J24	Vendida	mar/2024	(92)	(7.893)	–	–	–	–
Futuro - DI1 F26	Vendida	jan/2026	(90)	(6.304)	–	–	–	–
Futuro - DI1 F27	Comprada	jan/2027	–	–	–	25	1.511	–

Hierarquia do valor justo dos ativos financeiros: A Empresa classifica as aplicações financeiras em três níveis de hierarquia na determinação do valor justo: **• Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; **• Nível 2** - *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); **• Nível 3** - *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Ativo financeiro	Nível 1 (2022)	Nível 2 (2022)	Total (2022)	Nível 1 (2021)	Nível 2 (2021)	Total (2021)
Valor justo por meio do resultado	–	–	–	–	54.954	54.954
Disponíveis para venda	637.418	–	637.418	545.444	–	545.444
Total	**637.418**	**–**	**637.418**	**545.444**	**54.954**	**600.398**

Aplicações financeiras - Cobertura de reservas: As aplicações financeiras e os ativos utilizados para cobertura das reservas técnicas em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão representados pelo quadro abaixo:

	2022	2021
Ativos garantidores vinculados à cobertura de reservas		
Quotas de fundos de investimentos	631.657	596.224
Total vinculado	**631.657**	**596.224**
Aplicações financeiras livres		
Quotas de fundos de investimentos	5.761	4.174
Total de aplicações livres	**5.761**	**4.174**
Total	**637.418**	**600.398**
Provisões técnicas (nota explicativa nº 15)	609.560	581.068
Aplicações financeiras - Recursos livres	**27.858**	**19.330**
Excesso de cobertura	22.097	15.156
Aplicações financeiras livres	5.761	4.174

6. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO:
a. Créditos a receber de operadores logísticos por vencimento:

	2022	2021
A vencer	92.461	82.572
Vencidos	5.050	142
(–) Provisão para perdas (nota explicativa nº 3-d)	(7.422)	(2.837)
	90.089	**79.877**
Valores em trânsito		
Tele Senas em trânsito	179	445
Prêmios - pagamentos em trânsito	257	303
Resgates a confirmar	53	19
	489	**767**
	90.578	**80.644**

b. Movimentação da conta de títulos de capitalização a receber:

	2022	2021
Saldos no início do exercício	**80.644**	**91.356**
Arrecadação com títulos de capitalização	384.005	290.872
Brindes e furtos	(166)	(103)
Eventos diversos	399	401
Recebimentos	(366.882)	(299.045)
Provisão para perdas	(7.422)	(2.837)
Saldos no final do exercício	**90.578**	**80.644**

continua→★

liderança capitalização s/a

CNPJ nº 60.853.264/0001-10
Rua Jaceguai nº 400 - Bela Vista - São Paulo

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS *(Em milhares de Reais)*

7. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER:

	2022	2021
Créditos de capitalização a receber	7.018	7.023
Provisão para riscos de créditos a receber (*)	(7.017)	(7.017)
Aluguéis a receber	239	234
	240	240

(*) Refere-se a valores não repassados à Empresa por operadores logísticos os quais estão sendo cobrados judicialmente.

8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS: Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados para apresentação no balanço patrimonial, conforme descrito na nota explicativa nº 3-j. O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte composição:

	2022	2021
Circulante:		
Créditos de imposto de renda a compensar	1.987	–
Créditos de contribuição social a compensar	1.265	–
Outros	1	–
	3.253	–
Não circulante:		
Créditos tributários sobre diferenças temporárias (a)		
Imposto de renda	4.443	3.214
Contribuição social	2.666	1.928
	7.109	5.142
Créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social (b)		
Imposto de renda	18.665	19.674
Contribuição social	11.199	11.805
	29.864	31.479
Imposto de renda e contribuição social sobre receitas diferidas		
Imposto de renda	139	736
Contribuição social	89	588
	228	1.324
Outros créditos tributários e previdenciários		
Contribuição social	7.634	–
	7.634	–
	44.835	37.945

a. Créditos tributários sobre diferenças temporárias: Os créditos tributários sobre diferenças temporárias decorrem, substancialmente, das provisões judiciais (nota explicativa nº 16). O prazo de realização dos créditos oriundos de provisões judiciais está condicionado ao desfecho das ações em andamento.

Diferenças temporárias	2022 Base do crédito tributário	2022 Imposto de renda	2022 Contribuição social	2021 Base do crédito tributário	2021 Imposto de renda	2021 Contribuição social
PIS/COFINS	9.225	2.306	1.385	8.974	2.245	1.345
Processos cíveis	842	210	126	789	197	118
Processos trabalhistas	206	52	31	191	48	29
Contingência IPTU	76	19	11	67	17	10
Provisão para perdas - Crédito das operações de capitalização	7.422	1.856	1.113	2.837	709	426
Marcação a mercado - Títulos disponíveis para venda	556	139	89	2.938	734	588
	18.327	4.582	2.755	15.796	3.950	2.516

A projeção de prazo para realização dos créditos tributários oriundos de diferenças temporárias está representada, conforme quadro a seguir:

Período	Base dos créditos tributários	Créditos tributários: Imposto de renda diferido	Créditos tributários: Contribuição social diferida	%
2023	4.045	1.011	607	22,07%
2024	4.342	1.086	657	23,70%
2025	204	51	31	1,11%
2026	8.893	2.223	1.334	48,52%
2027	88	22	13	0,48%
2031	755	189	113	4,12%
Total	18.327	4.582	2.755	100,00%

b. Créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social: A Empresa possui saldo de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, no montante de R$ 74.661 (R$ 78.697 em 2021) e constituiu crédito tributário no valor de R$ 29.864 (R$ 31.479 em 2021).

	2022 Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	2022 Créditos tributários: Imposto de renda diferido	2022 Créditos tributários: Contribuição social diferida	2021 Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	2021 Créditos tributários: Imposto de renda diferido	2021 Créditos tributários: Contribuição social diferida
Saldos no início do exercício	78.697	19.674	11.805	69.401	17.351	10.410
Compensação (nota explicativa nº 19)	(4.036)	(1.009)	(606)	–	–	–
Prejuízo fiscal do exercício	–	–	–	9.296	2.323	1.395
Saldos no final do exercício	74.661	18.665	11.199	78.697	19.674	11.805

A constituição de créditos tributários está fundamentada em estudo técnico que leva em consideração, principalmente, o histórico de rentabilidade e projeções orçamentárias que apontam para a geração de lucros tributáveis suficientes para a compensação dos prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social para os próximos exercícios. A projeção de prazo para realização dos créditos tributários oriundos de prejuízo fiscal e base negativa está representada, conforme quadro a seguir:

Período	Projetado: Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	Projetado: Imposto de renda diferido	Projetado: Contribuição social diferida	%
2023	7.628	1.907	1.144	10,23%
2024	4.805	1.201	721	6,44%
2025	4.604	1.151	691	6,17%
2026	3.164	791	475	4,24%
2027	4.570	1.142	685	6,12%
2028	10.322	2.581	1.548	13,83%
2029	12.628	3.157	1.894	16,91%
2030	16.449	4.112	2.467	22,03%
2031	10.491	2.623	1.574	14,03%
Total	74.661	18.665	11.199	100,00%

Os valores de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social compensados até o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 totalizaram R$ 121.064 (R$ 117.028 até 2021). Comparado aos valores projetados, representa 170,81% (186,56% até 2021) conforme apresentado abaixo:

Período	Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social: Projetado	Realizado	%
2015	12.023	14.546	120,98%
2016	15.899	7.289	45,85%
2017	14.646	47.983	327,62%
2018	11.865	41.081	346,24%
2019	3.111	6.129	197,01%
2020	3.079	–	0,00%
2021	2.106	–	0,00%
2022	8.148	4.036	49,53%
Total	70.877	121.064	170,81%

9. OUTROS CRÉDITOS: Referem-se, principalmente, a adiantamentos efetuados, conforme quadro demonstrativo abaixo:

	2022	2021
Adiantamentos a funcionários	332	275
Adiantamentos a fornecedores	2	–
Adiantamentos para campanhas promocionais	2	2
Outros adiantamentos	1.011	352
Outros créditos	5	–
	1.352	629

10. DESPESAS ANTECIPADAS:

	2022	2021
Prestação de serviços a apropriar	1.099	8
Propaganda e publicidade a apropriar	28	920
Outras	756	85
	1.883	1.013

11. INVESTIMENTOS:

	RBV Residencial Bela Vista Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Imóveis urbanos destinados a renda	Total 2022	Total 2021
Total de ativos	43.542			
Total de passivos	(3.429)			
Capital social	43.637			
Patrimônio líquido	40.113			
Número de quotas possuídas	3.530.220			
Participação societária	8,09%			
Saldos dos investimentos no início do exercício	3.246	68.802	72.048	71.803
Transferência	–	25	25	245
Saldos dos investimentos no final do exercício	3.246	68.827	72.073	72.048

A empresa RBV Residencial Bela Vista Empreendimentos Imobiliários Ltda., encontra-se inativa, motivo pelo qual não apresentou resultados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Em 23 de outubro de 2013 a Empresa recebeu do acionista Silvio Santos Participações S.A., a título de dação em pagamento parcial de dívida, um imóvel avaliado em R$ 68.030. Anualmente é efetuado teste de *impairment* por escritório especializado, utilizando o método evolutivo, não sendo apurada nenhuma perda no investimento. Trata-se de um imóvel comercial, tipo galpão de uso geral médio, localizado no Município de Osasco - SP, próximo à Rodovia Anhanguera. O imóvel encontra-se parcialmente locado para a empresa ligada SS Comércio de Cosméticos e Produtos de Higiene Pessoal Ltda., com geração de receita de R$ 2.692 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (R$ 2.439 em 2021). Em linha com o CPC nº 28 - Propriedade para Investimento, encontra-se classificado para imóveis destinados à renda, o valor contábil correspondente a 5 salas do imóvel pertencente à Empresa, localizado na Av. Marechal Camara,160 - RJ, destinadas à locação.

12. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL:

	Imóveis de uso próprio	Bens móveis	Outras imobilizações (a)	Intangível (b)	Totais 2022	Totais 2021
Saldo no início do exercício						
Custo	17.433	9.169	86	5.337	32.025	31.115
(–) Depreciação acumulada	(11.880)	(7.869)	–	(2.940)	(22.689)	(21.924)
Saldo contábil líquido	5.553	1.300	86	2.397	9.336	9.191
Aquisições	–	379	825	2.075	3.279	1.622
Baixas	–	(20)	–	–	(20)	(191)
Transferências	(25)	800	(800)	–	(25)	(245)
(–) Depreciação	–	(684)	–	(1.048)	(1.732)	(1.041)
Saldo contábil líquido no final do exercício	5.528	1.775	111	3.424	10.838	9.336
Taxas anuais de depreciação	4%	10% a 33,33%	–	20% a 33,33%		

(a) Os montantes registrados na rubrica "Outras imobilizações" referem-se a outras imobilizações em curso ainda não em uso e não sofrem depreciação. (b) Os montantes registrados na rubrica "Intangível" referem-se a marcas e patentes, softwares, e outros intangíveis em andamento (projetos para desenvolvimento de sistemas para uso interno). As licenças de uso de softwares e os sistemas desenvolvidos para uso interno estão sendo amortizados com vida útil estimada entre três e cinco anos. O intangível é registrado quando existe segurança na mensuração do custo e comprovado se irá gerar benefícios econômicos futuros para a Empresa.

13. OBRIGAÇÕES A PAGAR:

	2022	2021
Fornecedores	21.550	15.191
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	5.100	–
Participação sobre resultados a pagar	1.134	–
Outras	148	1
	27.932	15.192

14. DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM CAPITALIZAÇÃO:

	2022	2021
Comissões sobre venda de títulos	9.456	9.069
Resgates em trânsito	2.608	2.152
Outros	–	1
	12.064	11.222

15. PROVISÕES TÉCNICAS: As movimentações das provisões técnicas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram:

	Provisão: Matemática para capitalização	Para resgate	Para sorteios a realizar	Para sorteios a pagar	Para despesas administrativas	2022	2021
Saldos no início do exercício	170.392	357.261	4.273	33.375	15.767	581.068	617.866
Constituições	459.720	–	52.455	16.683	6.174	535.032	453.798
Cancelamentos	(267.659)	(137)	(26.312)	(13.323)	–	(307.431)	(280.066)
Atualização monetária e juros	5.914	5.732	49	491	–	12.186	3.107
Pagamentos de resgates e sorteios	(3)	(123.876)	–	(23.129)	–	(147.008)	(148.385)
Prescrições	–	(55.673)	–	(3.747)	–	(59.420)	(57.051)
Reversões	–	(176)	(448)	(1.623)	(2.620)	(4.867)	(8.201)
Transferências	(155.381)	155.381	(27.824)	27.824	–	–	–
Saldos no final do exercício	212.983	338.512	2.193	36.551	19.321	609.560	581.068

16. PROVISÕES JUDICIAIS: As provisões judiciais são constituídas para fazer face a eventuais perdas decorrentes dos referidos processos. A avaliação quanto à probabilidade de perda das ações é realizada pelos advogados que patrocinam as causas, levando em conta seu histórico de resultados, bem como as alterações das jurisprudências aplicáveis.

	Provisões judiciais: Saldos em 31/12/2021	Adições	Baixas	Atualização monetária	Saldos em 31/12/2022	Depósitos judiciais: Saldos em 31/12/2021	Adições	Baixas	Atualização monetária	Saldos em 31/12/2022
Fiscais	9.041	2	–	258	9.301	12.453	51	(7.623)	455	5.336
Trabalhista	191	–	–	15	206	42	–	–	3	45
Cíveis	789	25	(19)	47	842	472	15	(340)	12	159
Total	10.021	27	(19)	320	10.349	12.967	66	(7.963)	470	5.540
	Saldos em 31/12/2020	**Adições**	**Baixas**	**Atualização monetária**	**Saldos em 31/12/2021**	**Saldos em 31/12/2020**	**Adições**	**Baixas**	**Atualização monetária**	**Saldos em 31/12/2021**
Fiscais	8.916	41	–	84	9.041	22.545	–	(10.439)	347	12.453
Trabalhista	170	67	(56)	10	191	290	192	(445)	5	42
Cíveis	823	209	(355)	112	789	144	338	(26)	16	472
Total	9.909	317	(411)	206	10.021	22.979	530	(10.910)	368	12.967

Classificação de risco das ações judiciais:

Contingências	2022 Provável	2022 Possível	2022 Remota	2022 Total	2021 Total
Fiscais	9.301	51.740	–	61.041	29.124
Trabalhista	206	72	–	278	27.298
Cíveis	842	3.368	2.433	6.643	6.576
Total	10.349	55.180	2.433	67.962	62.998

a. PIS/COFINS: A Empresa ingressou com Ações Ordinárias com pedido de tutela antecipada, processos nº 98.0040015-0 (NU nº 0040015-93.1998.4.03.6100 - processo administrativo nº 10880.027906/95-74) e nº 1999.61.00.008331-5 (NU nº 0008331-19.1999.4.03.6100 - processo administrativo nº 16327.000212/2008-18), com a finalidade de poder recolher as contribuições ao PIS - Programa de Integração Social com base nas Emendas Constitucionais nº 1/94 e nº 17/97, ou seja, com a alíquota de 0,75% incidente sobre a receita bruta operacional (faturamento), se ocorrer, afastando a incidência do disposto na Medida Provisória nº 517/94 e suas reedições. O feito encontra-se sobrestado desde 28 de junho de 2012, em face de repercussão geral, reconhecida pelo Ministro Luiz Fux, em 6 de fevereiro de 2012, no Recurso Extraordinário nº 609.096 e REX 578.846 - STF, deverá aguardar decisão do Supremo Tribunal Federal. Em face dessa circunstância e, tendo em vista que a tese continua favorável ao contribuinte, os assessores jurídicos classificam o risco como possível. A Empresa constituiu provisão no montante de R$ 9.224 (R$ 8.974 em 31 de dezembro 2021). **b. Contribuição social:** A Empresa discutia a majoração da alíquota da contribuição social (Lei 11.727/2008). O processo tramitava na 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, com probabilidade "possível", e a diferença entre a alíquota de 9% para 15% permanecia provisionada sob o conceito de obrigação legal. Com a promulgação da Lei nº 13.169/2015, a Empresa passou a discutir a majoração da alíquota da contribuição social para 20%. O mandado de segurança tramitava na 5ª Vara Cível da Subseção Judiciária de São Paulo/Capital sob nº 0017324-89.2015.403.6100, com probabilidade "possível", e a diferença entre a alíquota de 9% para 20%, ou seja, 11% permaneciam provisionados sob o conceito de obrigação legal. Todavia, em revisão do procedimento, constatou-se que a tese em questão não tem encontrado respaldo perante o Egrégio Tribunal Regional Federal da 3ª Região e que também não foi acolhida pelos Tribunais Superiores, o que levou a Empresa a desistir do pleito, tanto em primeira, quanto em segunda instância, na data de 31 de agosto de 2017 (protocolo de 04 de setembro de 2017). Os valores depositados em juízo serão convertidos em renda a favor da União e os valores considerados excedentes serão levantados pela Empresa, mediante compensação a ser requerida administrativamente. **c. Trabalhista:** Refere-se a reclamações trabalhistas movidas por ex-empregados que pretendem receber verbas oriundas do extinto contrato de trabalho. Os processos trabalhistas encontram-se provisionados na rubrica "Provisões judiciais" classificadas com a probabilidade provável, cujos processos são avaliados pela Administração que analisa os riscos envolvidos e as perdas históricas para constituição de provisão em montante considerado adequado para cobrir futuros desembolsos. **d. Cíveis:** A Empresa possui registros de processos judiciais cíveis que se encontram em diversas instâncias, originadas, principalmente, por questionamentos quanto à premiação. A Empresa constituiu provisão para perdas em processos cíveis classificadas com a probabilidade provável, cujos processos são avaliados pela Administração que analisa os riscos envolvidos e as perdas históricas para constituição de provisão em montante considerado adequado para cobrir futuros desembolsos. **e. Processos administrativos:** A Empresa responde por processos, em fase administrativa, conforme descritos abaixo: - Processo nº 16327.903170/2017-51 (Ação anulatória nº 5017521-51.2018.4.03.6100) que discute suposta falta de recolhimento de Imposto de Renda Retido na Fonte da competência de 11/2016, encontra-se com exigibilidade suspensa, em face de depósito judicial na íntegra efetuado para garantia em juízo, com ampla possibilidade de êxito e, que foi julgada procedente, aguardando a liberação do valor depositado em juízo; - Processo nº 16327.002068/2005-01 que discute a não retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte sobre serviços prestados pela Caixa Econômica Federal e Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, com ampla possibilidade de êxito, tendo em vista que aquelas empresas declaram o tributo em sua contabilidade (sendo a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos imune) e a decisão favorável obtida junto ao CARF, estando o feito aguardando julgamento de recurso voluntário impetrado pela Receita Federal do Brasil; - Processo nº 10855.723463/2018-83 lavrado com o intuito de cobrar supostos débitos previdenciários decorrentes do não recolhimento de contribuição previdenciária sobre os valores pagos em razão de contrato de cessão de imagem e voz com ampla possibilidade de êxito, dado que se trata de cessão de direitos personalíssimos. Em julgamento no mês de dezembro de 2021, o CARF reconheceu a improcedência da pretensão do FISCO. Aguarda-se a publicação do acórdão para eventual recurso da Receita Federal do Brasil. - Processo nº 16327.720703/2015-08, supostas irregularidades na apuração da base de cálculo do PIS e da COFINS. Levando em consideração a jurisprudência vigente sobre a discussão, há argumentos de defesa suficientes para cancelar integralmente os autos de infração, conforme parecer dos nossos assessores jurídicos externos e internos. - Processo nº 5001615-50.2020.4.03.6100, mandado de segurança requerendo a suspensão da contribuição previdenciária patronal, da contribuição ao SAT/RAT ajustada pelo FAP e das contribuições destinadas a terceiras entidades sobre o valor integral de determinados benefícios (transporte, alimentação, assistência médica, previdência privada e seguro de vida). Pedido liminar concedido, em parte, a fim de determinar a autoridade impetrada se abstenha de exigir a contribuição previdenciária cota patronal incidente sobre: a) vale-alimentação quando pago in natura; b) vale-transporte em pecúnia ou não; c) assistência médica; d) previdência privada; e) seguro de vida. - A Empresa foi autuada pela Prefeitura do Rio de Janeiro (AI/RJ 123.715), referente ao período de março de 2004 a dezembro de 2008, sob alegação de que os títulos de capitalização são passíveis de tributação de ISS - Imposto Sobre Serviços, quando distribuídos pela própria Empresa, culminando na Execução Fiscal nº 0239.098-68.2021.8.19.0001. A Administração impetrou ação anulatória de lançamento, ora em trâmite perante a 12ª Vara da Fazenda/RJ, sob nº 01655311-06.2021.8.19.0001. A ação foi julgada improcedente em primeira instância, contudo, os assessores jurídicos externos e internos entendem, em face de existência de jurisprudência favorável no STJ - Superior Tribunal de Justiça, que a ação deva ser classificada como possível. Independentemente do resultado, a Empresa ofereceu garantia na execução fiscal por meio de apólice de seguro. - Processo nº 16327-720.725/2022-99, lavrado com o intuito de cobrar supostos débitos previdenciários no período de janeiro a dezembro de 2018, decorrentes do não recolhimento de contribuição previdenciária sobre os valores pagos em razão de contrato de cessão de imagem e voz com ampla possibilidade de êxito, dado que se trata de cessão de direitos personalíssimos. Em julgamento de caso análogo, o CARF - Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, reconheceu a improcedência da pretensão do FISCO. A Administração de Empresa entende que tais processos não decorrem de uma obrigação legal constituída, e não constitui provisão.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: a. Capital social: O capital social totalmente subscrito e integralizado está representado por 204.825 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R$ 885,00 cada ação, totalizando o montante de R$ 181.270. **b. Dividendos e remuneração sobre o capital próprio:** Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 5% do lucro líquido anual após as deduções legais, conforme estabelecido no estatuto social. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram disponibilizados, aos acionistas, o montante bruto de R$ 6.000 de juros sobre o capital próprio, o qual, após a dedução de R$ 900 de imposto de renda retido na fonte, representa o montante líquido de R$ 5.100, os quais foram imputados ao dividendo, conforme estabelecido pela Lei nº 9.249/95. A aprovação de disponibilização dos juros sobre o capital próprio foi realizada em assembleia geral extraordinária no dia 29 de dezembro de 2022. **c. Reserva de lucros:** A reserva legal é constituída ao final de cada exercício social mediante a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, e até que atinja 20% do capital social realizado, conforme Artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76. A reserva de lucros a realizar é constituída por até 100% do lucro líquido remanescente, após as deduções legais, ao final de cada exercício social, tendo por finalidade assegurar investimentos em ativos permanentes e reforço do capital de giro podendo, também, absorver prejuízos. Essa reserva, em conjunto com a reserva legal, não poderá exceder o valor do capital social. Os acionistas, reunidos em Assembleia Geral, poderão a qualquer tempo, ou quando atingido o limite estabelecido, deliberar sobre sua destinação para aumento do capital social ou distribuição de dividendos.

18. DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO:

a. Variação das provisões técnicas:

	2022	2021
Variação da provisão para despesas administrativas:		
Constituições (nota explicativa nº 15)	(6.174)	(3.000)
Reversões (nota explicativa nº 15)	2.620	3.295
	(3.554)	295

b. Resultado com sorteios:

	2022	2021
Variação da provisão para sorteios:		
Constituições (nota explicativa nº 15)	(69.138)	(63.638)
Cancelamentos (nota explicativa nº 15)	39.635	38.325
Reversões (nota explicativa nº 15)	2.071	4.978
Despesas com títulos sorteados	(124)	(55)
	(27.556)	(20.390)

c. Custos de aquisição:

	2022	2021
Corretagem	(51.135)	(51.226)
Agenciamento	(86)	(18)
Despesas de vendas	(15.002)	(13.757)
Publicidade e propaganda	(114.229)	(89.073)
	(180.452)	(154.074)

d. Outras receitas e despesas operacionais:

	2022	2021
Receitas com prescrição de exigibilidades	57.961	55.575
Outras receitas com operação de capitalização	25.023	15.826
Perdas na recuperação de créditos	(29.596)	(16.983)
Furtos de Tele Senas	(20)	(70)
Outras despesas	(576)	(1.573)
	52.792	52.775

e. Despesas administrativas diversas:

	2022	2021
Condenações judiciais (*)	(337)	(502)
Provisão de contingências judiciais cíveis (nota explicativa nº 16)	(25)	(209)
Provisão de contingências judiciais trabalhistas (nota explicativa nº 16)	–	(67)
Provisão de contingências judiciais fiscais (nota explicativa nº 16)	(2)	(41)
Multas e infrações	(225)	(20)
Despesas não dedutíveis	(91)	(35)
Despesas diversas	(66)	(19)
	(746)	(893)

(*) Condenações judiciais decorrentes de pagamentos efetuados, apenas transitam em contas de resultados devido às exigências legais de escrituração fiscal tendo sua contrapartida à rubrica Ganhos ou perdas com ativos não correntes (nota explicativa nº 18-i), não afetando diretamente o resultado líquido.

f. Despesas com tributos:

	2022	2021
COFINS	(9.232)	(7.584)
PIS	(1.500)	(1.230)
Outros	(1.167)	(1.068)
	(11.899)	(9.882)

g. Receitas financeiras:

	2022	2021
Títulos de renda fixa:		
Valor justo por meio do resultado	1.080	2.248
Disponíveis para venda	68.890	26.775
Atualização monetária de depósitos judiciais (nota explicativa nº 16)	470	368
Juros ativos	2.504	–
Outras	337	14
	73.281	29.405

h. Despesas financeiras:

	2022	2021
Atualização monetária das provisões técnicas de capitalização (nota explicativa nº 15)	(12.186)	(3.107)
Atualização monetária das provisões para contingências (nota explicativa nº 16)	(320)	(206)
Outras	(493)	(687)
	(12.999)	(4.000)

i. Ganhos ou perdas com ativos não correntes:

	2022	2021
Resultado na alienação de bens do ativo permanente	(9)	(5)
Reversão de provisões judiciais cíveis (nota explicativa nº 16) (*)	19	355
Reversão de provisões judiciais trabalhistas (nota explicativa nº 16) (*)	–	56
Reversão de provisões operacionais	(13)	19
Recuperação de despesas	193	540
Outros ganhos	241	100
	431	1.065

(*) Reversão de provisões judiciais decorrentes de pagamentos efetuados, apenas transitam em contas de resultados devido às exigências legais de escrituração fiscal, não afetando diretamente o resultado líquido.

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL: Os encargos com imposto de renda e contribuição social, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estão assim demonstrados:

	2022 Imposto de renda	2022 Contribuição social	2021 Imposto de renda	2021 Contribuição social
Lucro/(Prejuízo) contábil antes dos impostos e participações	17.478	17.478	(11.442)	(11.442)
(–) Juros sobre o capital próprio	(6.000)	(6.000)	–	–
(–) Participações sobre os resultados	(1.134)	(1.134)	–	–
Lucro base	10.344	10.344	(11.442)	(11.442)
Adições	7.452	7.452	2.147	2.147
Provisão para contingências (nota explicativa nº 16)	328	328	112	112
Redução ao valor recuperável - Operações de capitalização	4.585	4.585	1.169	1.169
Multas indedutíveis	202	202	–	–
Doações e patrocínios indedutíveis	100	100	–	–
Despesas indedutíveis	1.103	1.103	826	826
Outras	1.134	1.134	40	40
Exclusões	(4.343)	(4.343)	(1)	(1)
Dispêndios com inovação tecnológica - Lei nº 11.196/05	(4.343)	(4.343)	–	–
Outras	–	–	(1)	(1)
Lucro/(Prejuízo) fiscal antes das compensações	13.453	13.453	(9.296)	(9.296)
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa	(4.036)	(4.036)	–	–
Base de cálculo	9.417	9.417	(9.296)	(9.296)
Tributos correntes (IR/CS)	(2.331)	(1.431)	–	–
Incentivos fiscais dedução	114	–	–	–
Créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa	(1.009)	(606)	2.323	1.395
Créditos tributários sobre diferenças temporais	1.228	737	738	443
Total de tributos	(1.998)	(1.300)	3.061	1.838
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	12,22%	7,95%	26,75%	16,06%

Conciliação dos impostos às alíquotas oficiais incidentes sobre o resultado contábil:

	2022 Imposto de renda	2022 Contribuição social	2021 Imposto de renda	2021 Contribuição social
Resultado antes de impostos e participações	17.478	17.478	(11.442)	(11.442)
Alíquotas oficiais	25%	16%	25%	20%
Encargos de imposto de renda e contribuição social	(4.370)	(2.796)	–	–
Ajustes dos encargos às alíquotas oficiais:				
Despesas não dedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(777)	(497)	–	–
Compensação de prejuízos fiscais	1.009	646	–	–
Ajuste da alíquota adicional do IR	24	75	–	–
Juros sobre o capital próprio	1.500	960	–	–
Participações sobre o resultado	283	181	–	–
Incentivos fiscais	114	–	–	–
Impostos diferidos	219	131	3.061	1.838
Total dos tributos	(1.998)	(1.300)	3.061	1.838

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS:

	Ativos/(Passivos) 2022	Ativos/(Passivos) 2021	Receitas/(Despesas) 2022	Receitas/(Despesas) 2021
TVSBT Canal 4 de São Paulo S.A.	(2.165)	(1.851)	(24.600)	(22.302)
Imagem e voz	(12.208)	(9.516)	(42.182)	(31.975)
Custos de aquisição (a)	(14.373)	(11.367)	(66.782)	(54.277)
Serviços compartilhados	(146)	(122)	(1.623)	(1.413)
Despesas com serviços de terceiros (b)	(146)	(122)	(1.623)	(1.413)
SS Com. de Cosméticos e Prod. Hig. Pessoal Ltda.	224	220	2.692	2.439
BF Utilidades Domésticas Ltda.	3	2	33	30
TVSBT Canal 11 do Rio de Janeiro Ltda.	–	–	323	250
Receitas de aluguel (c)	227	222	3.048	2.719
SS Com. de Cosméticos e Prod. Hig. Pessoal Ltda.	(8)	(10)	–	–
Outras contas a pagar	(8)	(10)	–	–

a. Custos de aquisição: As despesas que estão registradas neste grupo são decorrentes de: **(i)** Custos por veiculação publicitária, propaganda e divulgação dos títulos de capitalização que comercializa; **(ii)** Contrato de cessão de direito de imagem e voz, com o objetivo de promoção de campanhas publicitárias de seus produtos. **b. Despesas com serviços de terceiros:** refere-se ao rateio de serviços contábeis, financeiros, de suporte administrativo e de processamento de dados estabelecido com o SBT. Os valores decorrentes dessas operações estão classificados na rubrica "Obrigações a pagar", os quais estão pendentes de pagamento e correspondem a parcelas ainda não vencidas, com observância dos prazos usuais. **c. Receitas de aluguel:** A Empresa mantém contratos de aluguel de imóveis com empresas ligadas e outras partes relacionadas e foram registrados na rubrica "Receita com imóveis de renda", o saldo pendente de recebimento está registrado na rubrica "Títulos e créditos a receber". **d. Remuneração do pessoal chave da administração:** O pessoal chave da administração inclui conselheiros e diretores e os valores pagos a título de pró-labore montam R$ 6.166 (R$ 4.457 em 2021).

21. PLANO DE APOSENTADORIA COMPLEMENTAR: A Empresa é copatrocinadora do Multiprev - Fundo Múltiplo de Pensão (administrado pela MetLife Administradora de Fundos Multipatrocinados Ltda.), entidade fechada de previdência privada constituída sob a forma de sociedade civil. Os planos concedem a todos os empregados que atenderem às condições de elegibilidade estabelecidas nos regulamentos, benefícios suplementares aos da previdência social. O plano está estruturado na modalidade de "Contribuição definida", e o regime atuarial adotado é de capitalização financeira. As contribuições da Empresa correspondem a 5% do "salário de participação" definido no Regulamento do Plano e a 100% da contribuição básica efetuada pelos participantes. A Empresa participa também com contribuições especiais, segundo fórmula de cálculo estabelecida no Regulamento, e a seu exclusivo critério, com contribuições extraordinárias. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as contribuições pagas ao fundo totalizaram R$ 794 (R$ 622 em 2021).

22. GESTÃO DE RISCO: a. Filosofia de gestão corporativa: A gestão corporativa do Grupo Silvio Santos pauta-se por iniciativas que refletem solidez e rentabilidade. Neste contexto, cabe mencionar a existência do Grupo de Acionistas, a quem compete zelar pelos interesses dos acionistas, decidir sobre os planos estratégicos de investimentos, empreendimentos, orçamentos, objetivos gerais e sociais das empresas e, ainda, aprovar as estratégias de atuação do Grupo Silvio Santos. Este Grupo reúne-se periodicamente com a Administração da Empresa para tratar das estratégias de negócio. Além das questões estratégicas de negócio e resultados, também são discutidos e aprovados os controles e políticas de gestão de recursos humanos, aplicações financeiras e investimentos em tecnologia da informação. **b. Procedimentos de prevenção:** É de responsabilidade de todos os funcionários e colaboradores tomar conhecimento do Código de Conduta Ética do Grupo Silvio Santos e do Termo de Responsabilidade sobre o uso de recursos Corporativos de Tecnologia da Informação, além de evitar situação que implique ou possa ser interpretada como prejuízo à organização e suas empresas, e, por consequência, a si próprio. O funcionário ou colaborador deve comunicar imediatamente, aos supervisores ou ao Comitê Interno de Ética, quaisquer situações ou transações que estejam ou possam estar relacionadas ao risco de fraude e ilícitos semelhantes. Além das responsabilidades comuns aos funcionários, todos devem respeitar e praticar, de forma inequívoca, os preceitos de boas práticas, bem como orientar seu grupo de trabalho a manter o mais alto padrão de comportamento ético. É de responsabilidade ainda dos gestores em cargos de comando, desenvolver um ambiente de trabalho que estimule um diálogo franco, principalmente em relação a conflitos de interesse e posturas éticas. Deverão analisar as situações de conflito de interesse identificadas, situações de suspeitas de fraudes e encaminhá-las para o canal interno de comunicação Linha Ética do Grupo Silvio Santos. **c. Lavagem de dinheiro:** A Circular SUSEP nº 612, de agosto de 2020 e suas alterações, dispõe sobre a política, os procedimentos e os controles internos destinados especificamente à prevenção e combate aos crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, ou aos crimes que com eles possam relacionar-se, bem como à prevenção e coibição do financiamento do terrorismo. A Empresa observa, rigorosamente, a plena adequação e aderência aos requerimentos normativos de diligência e monitoramento reforçado, com políticas, procedimentos e controles internos, efetivos e consistentes com a natureza e complexidade e riscos das operações realizadas, aplicados na verificação da identidade e da idoneidade de seus clientes e relações de negócio, incluindo terceiros e beneficiários, identificando, avaliando e monitorando os riscos relacionados ao tema. Em cumprimento às definições estabelecidas na Circular SUSEP nº 612/20, as comunicações das operações suspeitas de lavagem de dinheiro são analisadas e, quando caracterizadas, comunicadas por meio do sítio do COAF - Conselho de Controle de Atividades Financeiras no prazo de 24 horas contadas de sua análise e verificação, bem como são executados, anualmente, o programa contínuo de treinamento, visando à disseminação de cultura e à qualificação, de acordo com as respectivas funções, dos funcionários, parceiros e prestadores de serviços terceirizados, e o plano de auditoria, certificando o cumprimento, em todos os seus aspectos, do disposto na Circular SUSEP nº 612/20. **d. Controles internos:** A avaliação e monitoramento dos controles internos são geridos pela área de Gestão de Risco e *Compliance*, ligada à Diretoria de Controles Internos, tendo por objetivo impulsionar a cultura de controles em busca de ações voltadas para a conformidade. Responde por verificações periódicas junto às várias áreas da Empresa, tendo por resultado empreender ações no sentido de esclarecer e regularizar eventuais não conformidades, observando o atendimento à Circular SUSEP nº 648/21 e suas alterações. Para tanto, é periodicamente elaborado o relatório do sistema de Autoavaliação dos Controles Internos. Conforme disposto na Circular SUSEP n° 648/21, o resultado do acompanhamento sistemático dos controles internos é submetido à Diretoria, e seus resultados são formalizados em relatórios específicos e arquivados na área de Gestão de Risco e *Compliance* da Empresa, desta forma a adoção deste mecanismo propicia o aprimoramento da gestão de riscos. Para sua atuação, segue, normalmente, os seguintes normativos internos e externos: a) as normas legais dos organismos reguladores; b) princípios de segregação de funções; c) princípios éticos e normas de conduta; d) regulamentos, normas e procedimentos internos; e) sistema de informações; f) princípios de prevenção à lavagem de dinheiro; g) processo de prevenção à fraude; h) monitoramento dos processos; e i) comunicação e treinamento. Além destes fatores, são administrados os relacionamentos com a fiscalização, os auditores internos e externos e as relações com associações de classe. A Empresa possui um Plano de Continuidade de Negócios (PCN) onde estão definidas as responsabilidades estabelecidas na organização para atender a eventos inesperados. O plano é testado e revisado anualmente e contém informações detalhadas de como proceder em caso de acontecimentos inesperados e que possam vir a provocar uma interrupção prolongada nas operações da Empresa e sobre as características das áreas e sistemas envolvidos. É um documento desenvolvido com o intuito de treinar, organizar, orientar, facilitar, agilizar e uniformizar as ações necessárias às respostas de controle e combate às ocorrências anormais. Possui também uma área de contingência física localizada a cerca de 20 km do espaço principal das operações diárias. **e. Estrutura de Gestão de Riscos:** A Empresa implementou uma estrutura de gestão de riscos, que está integrada nas atividades diárias da Empresa e alinhada ao Sistema de Controles Internos. Os riscos são gerenciados em todos os seus níveis, de acordo com a natureza, tamanho e complexidade das nossas atividades. A diretoria, os gestores de riscos, os gestores das áreas, os auditores internos e, na verdade, qualquer indivíduo dentro de uma organização pode contribuir para a gestão mais eficaz dos riscos corporativos. As áreas responsáveis pela gestão de riscos são compartilhadas com a diretoria, totalmente segregadas das áreas comerciais e independentes da auditoria interna. O responsável pela gestão de riscos trabalha com outros gerentes para estabelecer um processo de gestão de riscos eficaz em suas áreas de responsabilidade. O profissional responsável por riscos tem a incumbência de monitorar o progresso e ajudar os demais gerentes a comunicar as informações relevantes sobre riscos a seus superiores, subordinados e pares na organização. A Auditoria Interna é responsável por avaliar e emitir pareceres periódicos sobre os processos de gestão de riscos. Os pontos identificados pelos auditores são registrados como recomendações de auditoria interna e geram planos de ações administrativos e gerenciais de melhoria, para tratamento dos riscos identificados de cada fragilidade. No modelo de Três Linhas de Defesa, implantado na Empresa, onde o controle da gerência é a primeira linha de defesa no gerenciamento de riscos, as diversas funções de controle de riscos e supervisão de conformidade estabelecida pela gerência são a segunda linha de defesa e a avaliação independente é a terceira. Cada uma dessas três linhas desempenha um papel distinto dentro da estrutura mais ampla de governança da organização. **f. Riscos técnicos e atuariais:** A estrutura de gestão técnica e atuarial é realizada internamente com assessoria de um atuário técnico externo, que elabora o parecer atuarial e informa se as provisões técnicas estão adequadamente constituídas. A Auditoria Atuarial é realizada por uma empresa contratada, que apura se as atividades estão de acordo com as regulamentações conforme Resolução CNSP nº 432/21 e suas alterações, a substituição dos auditores sucede segundo prazo estabelecido pela SUSEP. **g. Riscos financeiros:** A Empresa utiliza-se da ferramenta específica e de serviços de consultoria econômica para avaliação de cenários. A administração dos recursos financeiros, oriundos dos investidores em títulos de capitalização, é exposta a diversos riscos cujas ações internas procuramos eliminar ou minimizar, dentro de posturas conservadoras, preservando a segurança e liquidez dos ativos, com baixa exposição a estes riscos. As aplicações financeiras são alocadas de modo a atender os requisitos acima, e enquadrados dentro das normas exigidas pelos órgãos competentes. A opção de uma custódia centralizada, aliada a processos internos de acompanhamento, garantem a mitigação do risco de desenquadramento das posições aplicadas. Estas ações garantem que as restrições das normas reguladoras do setor de capitalização sejam seguidas e monitoradas diariamente, pelo agente custodiante e por processos internos de gestão. **h. Riscos operacionais:** A Empresa constituiu e implementou um Banco de Dados de Perdas Operacionais (BDPO), que compreende o desenvolvimento de controles de identificação, captura e classificação das perdas operacionais materiais, dos eventos de recuperação e das atualizações a elas associadas, de acordo

continua ★

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS *(Em milhares de Reais)*

com a Circular SUSEP nº 648/21 e suas alterações, para fins de aprimoramento do modelo regulatório de capital de risco baseado no risco operacional. **i. Risco de crédito:** A Empresa dispõe sobre critérios de estabelecimento do capital de risco baseado no risco de crédito, de acordo com a Resolução CNSP nº 432/21 e suas alterações, onde o risco de crédito pode ocorrer na eventualidade de insolvência dos emissores de ativos financeiros e do não recebimento de valores decorrentes de emissão dos títulos de capitalização. A possibilidade de perda devido à inadimplência do tomador dos recursos é minimizada evitando concentração de valores numa única instituição, bem como seguindo análises de riscos corporativos e agências de *rating*. Entendendo que os títulos emitidos pelo Governo Federal são considerados como risco soberano e com classificação de baixo risco de crédito, há grande concentração no *portfólio* da carteira, sempre considerando como parâmetro interno de mínimo 50% (cinquenta por cento) do total aplicado. **j. Risco de mercado:** No âmbito da gestão de risco de mercado, a Empresa adota modelo interno baseado no VAR - *Value at Risk*, amplamente aceito e difundido pelo mercado. Embora aplicado a carteiras complexas, pois leva em consideração os efeitos de alavancagem e diversificação, o que não é o caso da carteira da Empresa, entendemos ser o melhor instrumento para apuração de possíveis perdas pelas oscilações dos preços dos ativos, além de ser comparável com performances de fundos abertos do mercado financeiro. A Empresa adota dois intervalos de confiança na mensuração do VAR, um de 99% de intervalo para atender exigência do órgão regulador, e um de 95% de intervalo, o mais utilizado pelos gestores do mercado financeiro. A escolha do nível de confiança é questão de convenção, já que os intervalos VAR resultantes são de qualquer forma comparáveis entre si, considerando o número de dias de perda provável. A Empresa atua exclusivamente no segmento de renda fixa. Não atua diretamente no segmento de renda variável, moedas e índices de preços, por entender que a volatilidade destes mercados, possa afetar a liquidez e a previsibilidade dos ganhos financeiros, além de não ser referência de correção das provisões matemáticas. Esse conceito leva em conta a configuração do nosso principal produto, a Tele Sena, que tem como principal característica a capitalização por um ano, e correção pós-fixada pela TR e juros anuais. Atuação no mercado de derivativos constantes na posição, conforme demonstrado na nota explicativa nº 5 - Aplicações Financeiras, são definidos pelos gestores dos fundos exclusivos de investimento, com o objetivo de buscar rentabilidade adicional ao CDI, mantendo a diretriz principal estabelecida pela Empresa, mantendo a melhor relação possível de retorno *versus* risco. Considerando ainda que o *benchmark* da Empresa é o CDI - Certificado de Deposito Interbancário, e que toda a exposição do *portfólio*, seja direta ou indiretamente atrelada a este índice, que mesmo em cenários de stress, a carteira tenha um desempenho muito perto dos 100% esperado deste índice. O mapeamento do risco pela VAR é realizado em 4 janelas móveis de 21, 63, 126 e 252 dias úteis, medindo eventual superação do limite do VAR (*back test*), além de simular uma ruptura da carteira, baseada em rentabilidade do "pior" retorno dos períodos analisados. Os valores apurados como perda estimada são imateriais considerando o valor da carteira. Em rentabilidade, no pior cenário, a carteira pode rodar entre 90,49% e 95,46% em 31 de dezembro de 2022 (90,31% a 93,14% em 2021) do CDI que consideramos um patamar mais adequado visto que a proposta é estar próximo dos 100% do índice. Em paralelo, mas com o mesmo conceito de apuração do risco da carteira, a Empresa mantém contrato de prestação de serviços com empresa especializada em avaliação de risco da carteira, com os mesmos conceitos internos de apuração, agregando ainda a performance da Empresa comparando com o mercado, além de informações relevantes na avaliação de crédito do *portfólio*. A Empresa implementou ações necessárias para apuração do capital de risco baseado no risco de mercado, de acordo com a Resolução CNSP nº 432/21 e suas alterações, sendo desenvolvido um manual metodológico que descreve os detalhes e as técnicas, premissas, procedimentos e critérios de materialidade adotados para estimação dos fluxos de caixas utilizados como base para o cálculo do capital de risco baseado no risco de mercado. A Empresa apurou o montante de R$ 6.233 (R$ 6.667 em 2021) de capital de risco de mercado, de acordo com a Resolução CNSP nº 432/21 e suas alterações. **k. Risco de liquidez:** A opção de não manter nenhum título público até o vencimento, e títulos privados, preferencialmente, em até 90 dias, são as principais medidas para o gerenciamento da liquidez, muito acima da exigibilidade do prazo médio de pagamento das provisões técnicas. É compromisso da Empresa, seja qual for o cenário macroeconômico vigente, que o investidor do título tenha o seu resgate garantido, dentro dos prazos e correções estabelecidas nos títulos.

Vencimentos	2022 Liquidez *Duration* 0 dias	2022 Vencimento *Duration* 358 dias	2022 % Critério liquidez	2022 % Critério vencimento	2021 Liquidez *Duration* 0 dias	2021 Vencimento *Duration* 583 dias	2021 % Critério liquidez	2021 % Critério vencimento
Sem vencimento	637.418	–	100,00%	0,00%	600.398	–	100,00%	0,00%
De 1 a 30 dias	–	246.048	0,00%	38,60%	–	229.306	0,00%	38,19%
De 31 a 60 dias	–	–	0,00%	0,00%	–	1.123	0,00%	0,19%
De 61 a 90 dias	–	6.312	0,00%	0,99%	–	–	0,00%	0,00%
De 181 a 365 dias	–	32.187	0,00%	5,05%	–	1.061	0,00%	0,18%
De 366 a 720 dias	–	236.180	0,00%	37,05%	–	245.448	0,00%	40,88%
Acima de 720 dias	–	116.691	0,00%	18,31%	–	123.460	0,00%	20,56%
Total	**637.418**	**637.418**	**100,00%**	**100,00%**	**600.398**	**600.398**	**100,00%**	**100,00%**

O *duration* da carteira no critério de liquidez é de 0 dias, com 100% dos recursos disponíveis em até 30 dias, refletindo o conservadorismo da Empresa visto que seu principal produto tem características de alta liquidez e com provisão matemática com *duration* de 358 dias (583 dias em 2021).

Liquidez da carteira	2022 Carteira	2022 Provisão matemática	2022 % V carteira	2022 % V reserva	2021 Carteira	2021 Provisão matemática	2021 % V carteira	2021 % V reserva
Sem vencimento	637.418	377.258	100,00%	61,89%	600.398	394.911	100,00%	67,96%
De 31 a 60 dias	–	16.459	0,00%	2,70%	–	13.316	0,00%	2,29%
De 61 a 90 dias	–	17.120	0,00%	2,81%	–	15.689	0,00%	2,70%
De 91 a 180 dias	–	76.011	0,00%	12,47%	–	49.494	0,00%	8,52%
De 181 a 365 dias	–	92.640	0,00%	15,20%	–	107.658	0,00%	18,53%
De 366 a 720 dias	–	30.072	0,00%	4,93%	–	–	0,00%	0,00%
Total	**637.418**	**609.560**	**100,00%**	**100,00%**	**600.398**	**581.068**	**100,00%**	**100,00%**

A liquidez da carteira de investimentos proporciona, com excelente margem de segurança, o pagamento integral da provisão matemática, dentro de prazos e condições estabelecidas nos títulos e seguindo a legislação em vigor. A Empresa mantém seu conservadorismo na exposição ao risco de crédito, mantendo a carteira exclusivamente em títulos públicos federais. A Administração classificou os títulos públicos na categoria de *rating* AAA uma vez que as melhores práticas das agências classificadoras de risco consideram risco soberano como grau de investimento em moeda local.

Ativo financeiro	2022 Valor	2022 *Rating*	2021 Valor	2021 *Rating*
Renda fixa público	637.418	AAA	600.398	AAA
Total	**637.418**		**600.398**	

A tabela a seguir apresenta todos os ativos e passivos financeiros detidos pela Empresa classificados segundo o fluxo contratual de caixa não descontado.

	Sem vencimento definido	Vencidos Até 1 ano	Vencidos Acima de 1 ano	A vencer Até 1 ano	A vencer Acima de 1 ano	2022	2021
Ativos financeiros							
Caixa e equivalentes de caixa	4.912	–	–	–	–	4.912	3.495
Aplicações (*)	(64)	–	–	285.082	352.400	637.418	600.398
Créditos das operações de capitalização	489	5.050	–	85.039	–	90.578	80.644
Títulos e créditos a receber	–	–	–	240	–	240	240
Depósitos judiciais e fiscais	5.540	–	–	–	–	5.540	12.967
Outros créditos	–	–	–	1.352	–	1.352	629
Despesas antecipadas	–	–	–	1.883	–	1.883	1.013
Outros valores e bens	4	–	–	–	–	4	4
Total dos ativos financeiros	**10.881**	**5.050**	**–**	**373.596**	**352.400**	**741.927**	**699.390**
Passivos financeiros							
Contas a pagar							
Obrigações a pagar	–	–	–	27.932	–	27.932	15.192
Encargos trabalhistas	–	–	–	3.373	–	3.373	2.850
Outras contas a pagar	–	–	–	3.545	–	3.545	765
Débitos com operações de capitalização	–	–	–	12.064	–	12.064	11.222
Depósitos de terceiros	313	–	–	–	–	313	382
Provisões técnicas	19.321	102.996	272.067	215.176	–	609.560	581.068
Provisões judiciais	10.349	–	–	–	–	10.349	10.021
Total dos passivos financeiros	**29.983**	**102.996**	**272.067**	**262.090**	**–**	**667.136**	**621.500**

(*) Os ativos estão segregados de acordo com os vencimentos contratuais mas possuem liquidez imediata para fazer face às obrigações nas respectivas datas de pagamento.

l. Risco legal: O monitoramento do risco legal é de responsabilidade do departamento jurídico em conjunto com assessores externos, o risco legal decorre do potencial questionamento jurídico da execução dos contratos, processos judiciais ou sentenças contrárias ou adversas àquelas esperadas pela Empresa e que possam causar perdas ou perturbações significativas que afetem negativamente os processos operacionais e/ou a organização da Empresa.

m. Patrimônio líquido ajustado e exigência de capital: Nos termos da Resolução CNSP nº 432/21 e suas alterações, as sociedades supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR) e liquidez em relação ao capital de risco (CR). O CMR é equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco.

	2022	2021
1 - Patrimônio líquido	**202.102**	**193.768**
2 - Ajustes contábeis	**(43.259)**	**(42.448)**
Participação em sociedades financeiras e não financeiras - nacionais	(3.246)	(3.246)
Despesas antecipadas	(1.883)	(1.013)
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de IR e bases negativas de CSLL	(29.864)	(31.479)
Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	(4.842)	(4.313)
Ativos intangíveis	(3.424)	(2.397)
3 - Ajustes associados à variação dos valores econômicos	**2.039**	**1.201**
Superávit de fluxos não registrados para as sociedades de capitalização	157	–
Superávit entre as provisões exatas constituídas e o fluxo realista das sociedades de capitalização	1.882	1.201
4 - Ajustes do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3 (a)	**(74.355)**	**(74.355)**
4.1 - PLA de nível 1 (1+2+4.3)	81.993	74.812
4.2 - PLA de nível 2 (3)	2.039	1.201
4.3 - PLA de nível 3	76.850	76.508
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR	2.495	2.153
Imóveis urbanos, limitado a 14% do ativo total ajustado (b)	74.355	74.355
Patrimônio líquido ajustado - total	**86.527**	**78.166**
I - Capital base	**10.800**	**10.800**
II - Capital de risco	**16.631**	**14.355**
Capital de risco de crédito	8.520	6.956
Capital de risco de subscrição	3.215	2.190
Capital de risco operacional	3.002	2.382
Capital de risco de mercado (*)	6.233	6.667
Efeito em função da correlação entre os riscos de crédito e subscrição	(4.339)	(3.840)
Capital mínimo requerido - CMR (Maior entre I e II)	**16.631**	**14.355**
Suficiência de capital	**420% 69.896**	**445% 63.811**
(a) Maior entre (PLA de nível 2 + PLA de nível 3 (–) 50% do CMR) e (PLA de nível 3 (–) 15% do CMR)		
(b) **Ativo total ajustado**	**829.667**	**776.271**
Ativo total	872.926	818.719
Ajustes contábeis (2)	(43.259)	(42.448)

23. EVENTOS SUBSEQUENTES: Supremo Tribunal Federal ("STF") muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária: Em 8 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227. Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de maneira definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido. A Administração avaliou os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que, baseada em avaliação suportada por seus Assessores Jurídicos, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, a decisão do STF não resulta em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

DIRETORIA

José Maria Corsi
Diretor Superintendente

Henrique Abravanel
Diretor de Controles Internos

Lourivaldo Tadeu de Souza Lima
Diretor Administrativo-Financeiro

Eduardo Kives Ostronoff
Diretor de Tecnologia

ATUÁRIO

Heitor Coelho Borges Rigueira
Atuário - Reg. MTb nº 380 - MIBA

CONTADOR

Agnaldo de Leonardo
CRC 1SP136994/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da **Liderança Capitalização S.A. -** São Paulo - SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Liderança Capitalização S.A. ("Empresa")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Liderança Capitalização S.A.** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor independente:** A Administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações contábeis como um todo e na formação da nossa opinião; • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações contábeis. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações contábeis (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comercias e econômicas da Empresa e a disposição para analisar as informações das demonstrações contábeis com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações contábeis são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações contábeis; • Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria; • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valores fixados pelo auditor, inferiores ao considerado relevante para as demonstrações contábeis como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo; • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2023

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Ismael Nicomédio dos Santos
Contador CRC 1 SP 263668/O-4

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da **Liderança Capitalização S.A.** São Paulo - SP. **Escopo da Auditoria Atuarial:** Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Liderança Capitalização S.A. ("Empresa"), em 31 de dezembro de 2022, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Liderança Capitalização S.A. é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Empresa e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Liderança Capitalização S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Liderança Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2022 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. **Outros assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Empresa e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2023
Joel Garcia - Atuário MIBA 1131
KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
CIBA 48
CNPJ: 02.668.801/0001-55
R. Verbo Divino, nº 1400 - 04719-002 - São Paulo - SP - Brasil

Anexo I
Liderança Capitalização S.A.
(Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas	**31/12/2022**
Total de provisões técnicas auditadas	609.560
2. Demonstrativo do Capital Mínimo Requerido	**31/12/2022**
Capital Base (a)	10.800
Capital de Risco (CR) (b)	16.631
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	**16.631**
3. Demonstrativo da Solvência	**31/12/2022**
Patrimônio Líquido Ajustado Total (a)	86.527
Ajustes Econômicos do PLA	2.039
Exigência de Capital (CMR) (b)	16.631
Suficiência/(Insuficiência) do PLA (c = a - b)	**69.896**
Ativos Garantidores (d)	631.657
Total a ser Coberto (e)	609.560
Suficiência/(Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	**22.097**

VAIVÉM DAS COMMODITIES

Mauro Zafalon
mauro.zafalon@uol.com.br

Setor sucroenergético precisa de mais inovação além de tributação favorável

"Os usineiros de cana, que há dez anos eram tidos como se fossem os bandidos do agronegócio neste país, estão virando heróis nacionais e mundiais, porque todo o mundo está de olho no álcool."

A afirmação foi feita por Lula em março de 2007 e, segundo o então presidente, isso ocorria porque havia política séria para o setor. No ano seguinte à afirmação, o país exportou o recorde de 4,1 milhões de toneladas de etanol.

A decisão do governo de cobrar alíquotas maiores de gasolina do que as de etanol na reonoeração de tributos federais sobre os combustíveis agradou aos usineiros.

Segundo eles, o setor vinha perdendo participação no mercado de combustíveis e freou investimentos que viriam a médio e longo prazos.

Independentemente do entendimento que Lula 3 terá desse segmento, o setor sucroenergético depende de políticas claras do governo, mas não pode ficar à mercê apenas de regulação de tributos.

Para voltar a crescer, tem de optar por mais tecnologia e inovação. Explorar mais os setores de energia, biogás e de biometano. Um dos objetivos principais tem de ser o de elevar a produtividade.

Enquanto alguns grupos já adotam essas políticas, outros estão bastante defasados. Uma das provas é a baixa média de produção de cana-de-açúcar, que persiste em 80 toneladas por hectare.

Essa produtividade já esteve em 89 toneladas, mas o recuo mostra o quanto as variedades antigas de cana ficam expostas às crises climáticas, como as que afetaram as lavouras nos anos recentes.

O CTC (Centro de Tecnologia Canavieira) já tem variedades com potencial superior a 100 toneladas por hectare. Com isso, a média deverá mover para cima, desde que os produtores adotem essas novas variedades.

A saída no momento é a busca de uma produção mais vertical e menos horizontal.

A elevação de produtividade por área vai reduzir os custos de produção e tornar a cana mais competitiva em relação a outras culturas que avançam sobre seu espaço, como a soja.

Os preços do etanol dependem também dos do petróleo, que, quando em baixa, põem ainda mais em prova a rentabilidade do setor.

Essa decisão do governo ocorre em um período de entressafra da produção de etanol de cana, mas com evolução da de álcool de milho, que deverá atingir 4,4 bilhões de litros nesta safra.

A oferta de etanol do cereal, que já representa 13,7% da produção total do país, atinge 200 milhões de litros por quinzena neste período, o que dá folga aos estoques de passagem para a próxima safra, a de 2023/24, que começa em abril. Algumas usinas antecipam a produção.

A perda de competitividade do etanol leva a maior parte cana colhida para a produção de açúcar. As exportações dessa commodity estão favoráveis com a participação menor da Índia no mercado externo.

A desoneração do etanol desagradava também aos produtores de cana, que tinham prejuízos na formação do valor da ATR (Açúcar Total Recuperável), base de remuneração.

No caso do milho, a formação de preço depende menos das usinas, já que que o cereal tem outros fatores importantes na composição de preço. Tanto a demanda interna, vinda da produção de proteínas, como a externa interferem.

A participação do álcool de milho na produção desse combustível no país está em 13,7% e deverá crescer ano a ano. Já são 18 usinas, 8 delas com produção de etanol apenas tendo como origem o milho.

Outros 20 projetos já estão com alguma fase de liberação autorizada. Os investimentos, se concretizados, deverão somar R$ 15 bilhões até 2030.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAPUÃ

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº02/2023-PROCESSO Nº19/2023

OBJETO:A Prefeitura Municipal de Parapuã/SP,em cumprimento às Leis Federais nº8.666/93 e 10.520/02,torna público que realizará abertura de processo licitatório no dia 13/03/2023,às 09:00 horas, na PLATAFORMA–BLL-https://bllcompras.com,visando a aquisição de 01 (um) veículo zero quilômetro, tipo furgão adaptado em ambulância SIMPLES REMOÇÃO para atender as necessidades do município, conforme especificações do Termo de Referência, de acordo com Emenda Parlamentar nº 2022.085.44380 e Resolução SS nº 76 de 22 de junho de 2022.Do Recebimento das Propostas:A partir das 12:00 horas do dia 28/02/2023 até as 08:00 horas do dia 13/03/2023.Da Abertura e Análise das Propostas:Das 8h01 até às 8h59 do dia 13/03/2023.Do Início da Sessão Pública:Às 9h00 do dia 13/03/2023.A cópia completa deste edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site oficial www.parapua.sp.gov.br e no site www.bll.org.br.Não será enviado o edital e anexos por via postal,e-mail ou similar.Gilmar Martin Martins-Prefeito Municipal.

Prefeitura da Estância Turística de Salto

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7889/2022
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
COTA RESERVADA PARA ME/EPP/EXCLUSIVIDADE

Encontra-se aberta licitação visando a convocação de pessoa jurídica, através de Sistema de Registro de Preços, com cota/exclusividade reservada para ME/EPP, para fornecimento de pneus, devidamente Certificado pelo INMETRO, para substituição por tempo de vida útil do produto nos diversos veículos pertencentes a Prefeitura Municipal de Salto, conforme especificação e quantidades no anexo I do edital, a cargo da Secretaria de Administração e Governo Digital. O Pregão se realizará de forma ELETRÔNICA, através da BBM – Bolsa Brasileira de Mercadoria, **na data de 13 de março de 2023. Cadastro de Propostas Iniciais: das 08hs do dia 01/03/2023 até as 08h30min do dia 13/03/2023. Abertura de Propostas Iniciais: 13/03/2023 às 08h35min. Início da Sessão Pública (Fase Competitiva): 13/03/2023 às 09hs.** O edital e anexos estão disponíveis para consulta e impressão, através dos sítios: www.bbmnetlicitacoes.com.br e www.salto.sp.gov.br – Licitação. Maiores informações, no Setor de Licitações – Secretaria de Administração, através dos telefones nºs (11)4602-8533/8524, das 08hs às 16h30min, e/ou e-mail: licitacao@salto.sp.gov.br.

Estância Turística de Salto, 27 de fevereiro de 2023.
Michel Hulmann - Secretário de Administração e Governo Digital

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

PREGÃO ELETRÔNICO

PC 2450/2022 - PE 118/2023, tendo como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, SOFTWARES E MATERIAIS QUE COMPÕEM SOLUÇÕES DE SEGURANÇA ELETRÔNICA, CAPTAÇÃO DE TEMPERATURA E IMAGEM COM RECONHECIMENTO FACIAL PARA SUPORTE AO SISTEMA DE PONTO ELETRÔNICO E CONTROLE DE ACESSO FÍSICO, INCLUINDO GARANTIA, PELO PERÍODO MÍNIMO DE 12 (DOZE) MESES, PARA A SECRETARIA DE ADMNISTRAÇÃO E INOVAÇÃO. DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 15/03/2023 – 9h30min.** O edital estará disponível para realização de download no site **www.compras.saobernardo.sp.gov.br**, bem como para consulta no Serviço de Licitações, Preparação e Análise - SA.212.2, na Av. Kennedy, nº 1.100 – B. Anchieta - SBC, "Prédio Gilberto Pasin" – telefone: (11) 2630-5486/5488/5489, preferencialmente contatar pelo e-mail **editais.compras@saobernardo.sp.gov.br**

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE SANTO ANDRÉ E MAUÁ

CNPJ 57.571.077/0001-39

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ELEITORAL DE INSTALAÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL.

Pelo presente edital, ficam convocados todos os associados do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Santo André e Mauá, conforme artigo 74 do estatuto vigente, para se reunirem em **ASSEMBLEIA GERAL ELEITORAL DE INSTALAÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL PARA RENOVAÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA, DOS SUPLENTES DA DIRETORIA EXECUTIVA, DO CONSELHO FISCAL (TITULARES E SUPLENTES) E DOS REPRESENTANTES DA FEDERAÇÃO E DA CONFEDERAÇÃO (TITULARES E SUPLENTES)** para o quadriênio 2023/2027, a ser realizada no dia **03 de Março de 2023,** sexta-feira, às 17:00 horas em primeira convocação e às 18:00 horas em segunda convocação, na Sede da entidade, sito à Rua Gertrudes de Lima, 202 – Centro , Santo André, SP, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Definição das datas de votações, sua duração, nomeação e instalação da comissão eleitoral e do presidente da comissão eleitoral, nos termos estatutários. Santo André, 28 de Fevereiro de 2023. **CÍCERO FIRMINO DA SILVA** – Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

PREGÃO ELETRÔNICO 01/2023

PROCESSO: 6500.95192.2022

Tipo: MENOR PREÇO POR LOTE

OBJETO: Registro de preços para eventual e futura contratação de empresa especializada na confecção de Fardamentos, destinados a Secretaria Municipal de Educação/SEMED do Município de Maceió/AL.

Data de realização: 13 de março de 2023 às 14h00minh, horário de Brasília.

Disponibilidade: endereço eletrônico **www.comprasnet.gov.br**

UASG-929414

Todas as referências de tempo obedecerão ao horário de Brasília/DF.

Informações: e-mail: **comissaolicitacao@semed.maceio.al.gov.br**

Silvana Macário
Membro-CEL

CEARÁ GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20220047

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20220047 de interesse da Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG, cujo OBJETO é: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de Material de Consumo – Expediente (Escritório), conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 24372022, até o dia 14/03/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 22 de Fevereiro de 2023. JOSÉ EDSON BEZERRA - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230118

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230118 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material médico hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 1182023, até o dia 14/03/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 23 de Fevereiro de 2023. CARLOS ALBERTO COELHO LEITÃO - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230088

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230088 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material odontológico, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 882023, até o dia 14/03/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 24 de Fevereiro de 2023. JOSÉ CÉLIO BASTOS DE LIMA - PREGOEIRO

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE BARRA BONITA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL Nº 028/2023 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2023

OBJETO: Aquisição de até 2.000 (dois mil) cestas básicas de alimentos. Entrega dos envelopes de documentos, propostas e credenciamento. Dia 14 de março de 2023, às 09:00 horas, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura.

EDITAL Nº 029/2023 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2023

OBJETO: Aquisição de 02 (dois) veículos usados tipo passageiro. Entrega dos envelopes de documentos, propostas e credenciamento. Dia 15 de março de 2023, às 09:00 horas, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura.

EDITAL Nº 030/2023 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2023

OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de 06 (seis) operários para execução de serviços diversos junto a Secretaria Municipal de Limpeza Pública, com fornecimento de mão de obra e equipamentos de proteção individual. Entrega dos envelopes de documentos, propostas e credenciamento. Dia 16 de março de 2023, às 09:00 horas, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura.

EDITAL Nº 031/2022 - PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2023

OBJETO: Aquisição de peças e acessórios de reposição originais de mecânica destinados aos veículos leves pertencentes da frota do município da Estância Turística de Barra Bonita. Entrega dos envelopes de documentos, propostas e credenciamento. Dia 17 de março de 2023, às 08:30 horas, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura.

Os editais completos estão disponíveis para consulta e retirada nos endereços eletrônicos: www.barrabonita.sp.gov.br/transparencia/editais-e-licitacoes. Barra Bonita, 27 de fevereiro de 2023. José Luis Rici - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FARTURA

AVISO - DISPENSA DE LICITAÇÃO 210/2023
CHAMADA PÚBLICA 01/2023 - PROCESSO Nº 19/2023

A Prefeitura Municipal de Fartura/SP, faz saber que se acha aberta Dispensa de Licitação - Chamada Pública objetivando Aquisição de alimentos de agricultores familiares, por meio da modalidade de Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos, conforme especificações descritas no Termo de Referência. Vencimento: 22/03/2023 às 09h00. Informações: Setor de Licitações - Praça Deocleciano Ribeiro, 444, Centro, CEP 18870-011 - Fartura-SP. Telefone: (14) 3308-9300. Site: www.fartura.sp.gov.br - E-mail: setordelicitacao@fartura.sp.gov.br.

Fartura, 24 de fevereiro de 2023.
LUCIANO PERES - Prefeito Municipal

daem DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE MARÍLIA

EDITAL nº 07/2023 – P.P. 06/2023. ÓRGÃO: Departamento de Água e Esgoto de Marília. MODALIDADE: Pregão Presencial nº 06/2023. OBJETO: **contratação de empresa especializada para locação medida em horas de: - 02 (dois) equipamentos tipo retro escavadeira 4X4 sobre pneus; 02 (dois) caminhões basculante, tipo toco, com capacidade mínima de 5,0 m³; 01 (um) equipamento tipo pá carregadeira sobre esteiras, com potência mínima de 142 HP e caçamba de volume mínimo de 1,40 m³; 01 (uma) mini escavadeira sobre esteira, com potência mínima de 30 HP; 01 (uma) Escavadeira hidráulica sobre esteira, peso operacional mínimo de 20 toneladas; 01 (uma) carreta ou Prancha semi reboque com 03 eixos, capacidade mínima de 20 toneladas. Demais especificações no Anexo I; para utilização nos serviços de manutenção em redes de água e esgoto, pelo período de até 12 (doze) meses, de acordo com o memorial descritivo, planilhas de custo e cronograma físico financeiro.** O Presidente do Departamento de Água e Esgoto de Marília, O Presidente do Departamento de Água e Esgoto de Marília, dando cumprimento aos dispositivos legais constantes das Leis Federais 8.666/93 e 10.520/2002 e Portaria nº 1.713/2021 e de acordo com a classificação efetuada pela Pregoeira Lílian Maria Forin, homologa e adjudica nesta data, os objetos licitados: Lotes: 01, 02, 03, 04, 05 e 06 à empresa REPLAN SANEAMENTO E OBRAS LTDA, localizada na Rua Irmã Serafina, 863, Sala 43, Centro – CEP: 13.015-201, em Campinas - SP. Marília, 27 de fevereiro de 2023. Ricardo Hatori – Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP

AVISO ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 186/2022 – PROCESSO Nº 412/2022

Objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO DE IMÓVEIS OCUPADOS PELAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS/SP, BEM COMO SERVIÇOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS E ÁREAS VERDES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES". Adjudica e Homologa em favor da empresa: ABSERVIS SERVICOS E MANUTENCAO LTDA. Apresentou o menor preço para o item: 1, no valor de R$ 5.950.110,00 (cinco milhões, novecentos e cinquenta mil, cento e dez reais), objeto deste pregão.

Fernandópolis-SP, 27 de fevereiro de 2023.
ANDRÉ GIOVANNI PESSUTO CÂNDIDO
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Pirajuí

DIRETORIA DE DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N° 008/2023
PROCESSO N° 022/2023
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: A presente licitação tem por objeto, o Registro de Preços para a Aquisição de Materiais de Laboratório, para a Secretaria de Saúde, localizada na Rua Riachuelo n° 910 – Bairro Centro – Pirajuí – SP, conforme especificações constantes do Termo de Referência, que integra este Edital como Anexo I. **DATA DA REALIZAÇÃO: 13/03/2023. HORÁRIO DE INÍCIO: 08h30. LOCAL DE REALIZAÇÃO DA SESSÃO:** A sessão pública será realizada por meio eletrônico no site: http://prefeiturapirajui.ddns.net:3390/COMPRASEDITAL/. **ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES: Diretoria de Compras e Licitações**, localizada na Praça Doutor Pedro da Rocha Braga n° 116 – Bairro Centro – Pirajuí – SP – Telefone (0XX14) 3572-8222 – E-mail: licitacao@pirajui.sp.gov.br.

PIRAJUÍ, 27 DE FEVEREIRO DE 2023.
CESAR HENRIQUE DA CUNHA FIALA - PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAJUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNQUEIRÓPOLIS/SP

Tomada de Preços nº 007/2023 – Processo nº 032/2023. A Prefeitura de Junqueirópolis/SP, em cumprimento a Lei Federal n° 8.666/93, torna público, que realizará Tomada de Preços, no dia **16 de março de 2023, às 08h30**, na Sala de Licitações, situada à Avenida Junqueira, n° 1396, Centro, Junqueirópolis/SP, visando a **Contratação de empresa especializada com fornecimento de mão-de-obra, materiais de primeira linha e equipamentos necessários para CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DE ESGOTO NO DISTRITO COMERCIAL E INDUSTRIAL IV, nesta cidade de Junqueirópolis, Estado de São Paulo, Contrato nº 176/2022 - FEHIDRO – Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente.** O Edital em sua íntegra poderá ser retirado na sede da Prefeitura ou no site www.junqueiropolis.sp.gov.br. Quaisquer esclarecimentos serão prestados pela Comissão de Licitação, nos dias de expediente, no horário da 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 16h30, na Avenida Junqueira, n° 1396, ou através do telefone (18) 3841-9090. Junqueirópolis/SP, 27 de fevereiro de 2023. **Éder Junio de Souza -** Diretor de Planejamento, Obras, Serviços e Manutenção

Prefeitura Municipal de Pirajuí

DIRETORIA DE DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO (PRESENCIAL) N° 002/2023
PROCESSO N° 023/2023
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: A presente licitação tem por objeto, a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL (PCMSO); EXAMES DE ADMISSÃO, PERIÓDICOS E DE DEMISSÃO, BEM COMO EXAMES DE RETORNO AO TRABALHO E MUDANÇA DE FUNÇÃO E EVENTUAL NECESSIDADES DE REALIZAÇÃO DE EXAMES COMPLEMENTARES E SUA PERIODICIDADE**, conforme especificações constantes do Termo de Referência, que integra este Edital como Anexo I. **DATA DA REALIZAÇÃO: 15/03/2023. HORÁRIO DE INÍCIO: 08h15. LOCAL DE REALIZAÇÃO DA SESSÃO: Sala da Comissão Permanente de Licitações**, localizada na Praça Doutor Pedro da Rocha Braga n° 116 – Bairro Centro – Pirajuí – SP – Telefone (0XX14) 3572-8222 – E-mail: licitacao@pirajui.sp.gov.br. **ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES: Diretoria de Compras e Licitações**, localizada na Praça Doutor Pedro da Rocha Braga n° 116 – Bairro Centro – Pirajuí – SP – Telefone (0XX14) 3572-8222 – E-mail: licitacao@pirajui.sp.gov.br.

PIRAJUÍ, 27 DE FEVEREIRO DE 2023.
CESAR HENRIQUE DA CUNHA FIALA - PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAJUÍ

CEARÁ GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20222275

A Secretaria da Casa Civil torna público a REMARCAÇÃO do Pregão Eletrônico No 20222275, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material médico hospitalar. MOTIVO: Alterações no Edital. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 22752022, até o dia 14/03/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 23 de Fevereiro de 2023. VALDA FARIAS MAGALHÃES - PREGOEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20221759

A Secretaria da Casa Civil torna público a REMARCAÇÃO do Pregão Eletrônico No 20221759, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Equipamento Hospitalar. MOTIVO: Alterações no Edital. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 17592022, até o dia 14/03/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 23 de Fevereiro de 2023. AURÉLIA FIGUEIREDO GURGEL - PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

AVISO DE ERRATA AO EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 44/2023-UASG Nº 926703

A ARSER, torna público para conhecimento de interessados no PE nº 44/2023 publicado no DOU em 10 de fevereiro de 2023, Seção 3, pág. 169, que procedeu retificações no edital e em seu anexo III:

ONDE SE LÊ "... valor global..:" LEIA-SE: "... valor por grupo de itens..."

A presente errata ao instrumento convocatório não afeta a formulação das propostas, uma vez que não houve alteração no objeto e muito menos em seus quantitativos, permanecendo inalteradas as demais condições do Edital, fica mantida a data do certame o qual ocorrerá no dia 28 de fevereiro de 2023 às 08h30 no site **http://www.comprasnet.gov.br/**.

Maceió/AL, 27 fevereiro 2023.
Cristina de Oliveira Barbosa
Pregoeira – CPL/ARSER

Homologação e Adjudicação – Tomada de Preço n. º 14/2022

Considerando o parecer jurídico às fls. 100/106, dando conta que todos os requisitos, exigências e formalidades legais acham-se satisfeitos, e bem como os valores finais apresentados estão compatíveis com o mercado e com as expectativas da Administração, **Homologo** o julgamento efetuado pela Comissão Permanente de Julgamento de Licitações, conforme descrito em ata de fls. 413, em consequência, **Adjudico** o objeto ora licitado à licitante vencedora **ATLÂNTICA CONSTRUÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**. Determino a expedição de Ordem/Pedido de Compra. Publique-se e comunique-se. Santa Cruz do Rio Pardo, 22 de fevereiro de 2023.

Diego Henrique Singolani Costa - Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAPUÃ

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº04/2023-PROCESSO Nº21/2023

OBJETO:A Prefeitura Municipal de Parapuã/SP,em cumprimento às Leis Federais nº8.666/93 e 10.520/02,torna público que realizará abertura de processo licitatório no dia 15/03/2023,às 09:00 horas, na PLATAFORMA–BLL-https://bllcompras.com,visando a aquisição de 01 (um) veículo zero quilômetro, ano e modelo mínimo 2022, cor branca, com capacidade mínima de 02 (dois) lugares (motorista e passageiro), freios ABS e Airbag duplo, câmbio manual de 05 velocidades à frente e 01 à ré, bicombustível, 02 (duas) portas, conforme especificações do Termo de Referência, de acordo com Emenda Parlamentar nº 2022.006.41293 e Resolução SS nº 76 de 22 de junho de 2022.Do Recebimento das Propostas:A partir das 12:00 horas do dia 28/02/2023 até as 08:00 horas do dia 15/03/2023.Da Abertura e Análise das Propostas:Das 8h01 até às 8h59 do dia 15/03/2023.Do Início da Sessão Pública:Às 9h00 do dia 15/03/2023.A cópia completa deste edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site oficial www.parapua.sp.gov.br e no site www.bll.org.br.Não será enviado o edital e anexos por via postal,e-mail ou similar.Gilmar Martin Martins-Prefeito Municipal.

Edital de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária - SINDICATO DOS TRANSPORTADORES AUTÔNOMOS DE CARGAS DE GUARULHOS - SINDITAC-GUARULHOS - O Sindicato dos Transportadores Autônomos de Cargas de Guarulhos - SINDITAC-GUARULHOS, CNPJ/MF sob o nº 11.656.711/0001-35, com sede na Av. Santos Dumont, nº 2.302, Salão Nobre Loja-B, Cidade Industrial Satélite de São Paulo, CEP 07220-000, Guarulhos/SP, através de seu Presidente, Sr. Luís Fernando Ribeiro Galvão, no uso de suas atribuições e na forma do Estatuto da Entidade, **CONVOCA** os Diretores, Membros do Conselho Fiscal e todos os Filiados de sua base territorial que estejam em dia com as suas obrigações para deliberarem em **Assembleia Geral Extraordinária** a ser realizada no dia 14 de março de 2023, às 08:30hs, em primeira chamada com número legal ou às 09:00hs, em segunda chamada com qualquer número de presentes, no endereço de sua sede, sobre a seguinte **Ordem do Dia: I -** Aprovação da Prestação de Contas referente ao exercício fiscal de 2022 e previsão orçamentária da receita e despesa para o exercício fiscal seguinte; **II -** Pedido de renúncia de diretor e posse de suplente. Guarulhos, 28 de fevereiro de 2023. **Luis Fernando Ribeiro Galvão -** Presidente.

Sindicato dos Empregados de Clubes Esportivos e em Federações, Confederações e Academias Esportivas, no Estado de São Paulo
Edital de Recolhimento – Contribuição Sindical – Exercício 2023

O Sindicato dos Empregados de Clubes Esportivos e em Federações, Confederações e Academias Esportivas, no Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 62.654.496/0001-74 e Código Sindical nº 913.010.000.86152-0, em atenção ao disposto no art. 605 da C.L.T, publica o presente edital com a finalidade de comunicar os Clubes Esportivos, Federações, Confederações, Academias Esportivas, sediadas ou com atividades na base territorial do Estado de São Paulo, que deverão recolher a Contribuição Sindical dos empregados na forma e nos termos estabelecidos nos artigos 579 e 602 da CLT e, na conformidade com a Seção I, Capítulo III do mesmo Diploma Legal, sobre a remuneração do mês de março de 2023 em favor deste Sindicato – Carta Sindical MTIC – Proc. 889.422 de 17/01/51, junto à Caixa Econômica Federal ou Banco Credenciado até 28/04/2023, impreterivelmente, e ainda, comunicar a este Sindicato enviando cópias xerográficas das guias de recolhimentos e relação de empregados, em cumprimento ao Precedente Normativo nº 41 do Tribunal Superior do Trabalho, conforme exigência da Nota Técnica 202/2009 do Ministério do Trabalho e Emprego. O não cumprimento da presente obrigação legal de recolhimento da contribuição sindical importará na aplicação das multas estabelecidas pelo art. 600 da C.L.T, bem como das penas dos Artigos 607 e 608 da CLT combinado com a Nota Técnica nº 202/2009, do Ministério do Trabalho e Emprego. O Sindicato dos Empregados de Clubes Esportivos e em Federações, Confederações e Academias Esportivas, no Estado de São Paulo informa ainda, que está remetendo aos interessados as guias de recolhimento por e-mail, devendo aqueles que não as receber emiti-las pelo nosso Site: www.sindesporte.com.br . São Paulo, 25/02/2023. *Jachson Sena Marques – Presidente.* (25, 27 e 28/02/2023)

HSPM HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

PREFEITURA DE SÃO PAULO SAÚDE

AVISOS DE LICITAÇÃO

Tomada de Preços nº. 001/2023 do Processo Eletrônico nº. 6210.2022/0009069-8
TENDO POR OBJETO:
**** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CORREÇÕES E FINALIZAÇÃO DA REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PRONTO SOCORRO ADULTO, PRONTO SOCORRO INFANTIL.****

DESPACHO DA SUPERINTENDÊNCIA

I - À vista dos elementos constantes do presente e, no uso das atribuições legais a mim conferidas, considerando os termos do parecer da Assessoria Jurídica, que adoto como razão de decidir, AUTORIZO a alteração do Edital de Tomada de Preços 001/2023, observado o disposto no artigo 21, § 4º da lei 8666/93, reabrindo-se o prazo de publicidade.

RETIFICAÇÃO DE EDITAL E REDESIGNAÇÃO DE ABERTURA

I - Diante da alteração solicitada pela unidade requisitante, e o Despacho autorizatório da Superintendência, fica retificado o Edital supracitado para fazer constar a alteração da Planilha Orçamentária. As licitantes deverão apresentar seus envelopes nº 1 (Proposta) e nº 02 (Documentação) em 15/03/2023, até as 10:00 horas, na Comissão de Julgamento de Licitações do órgão licitante, localizado na Rua Castro Alves, 63/73, Sala 65, 6° Andar – Aclimação – São Paulo/SP, sendo que a abertura da licitação dar-se-á as 10 horas e 30 minutos, na Rua Castro Alves, 63/73, sala 76, 7º andar – Aclimação.

Assembleia Geral Extraordinária - A **Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado de São Paulo - FEQUIMFAR** - CNPJ 62.812.953/0001-01, pelo presente Edital, convoca os Delegados Representantes dos Sindicatos Filiados, quites e em pleno gozo de seus direitos estatutários, a comparecerem na **Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 09 de Março de 2023, às 07h00 em 1ª convocação e às 09h00 em 2ª Convocação, na sede Social à** Rua Tamandaré, 120 - Liberdade - São Paulo - SP - CEP: 01525-000. **A Assembleia tem como objetivo** deliberar a seguinte ordem do dia: **a)** Leitura, discussão e votação da ata da assembleia anterior; **b)** Discussão e deliberação da Pauta de reivindicações a ser apresentada ao Sindicato das Indústrias de Produtos Farmacêuticos do Estado de São Paulo, ou às empresas, sediadas no Estado de São Paulo, bem como a avaliação das Assembleias realizadas nas regiões representadas por sindicatos filiados do setor; **c)** Discussão e deliberação sobre a cláusula que trata das Contribuições, que deverá figurar entre as demais reivindicações, bem como, os valores a serem repassados a FEQUIMFAR. **d)** Outorga de poderes à Diretoria da Federação para encaminhamento e coordenação das negociações com o Sindicato das Indústrias de Produtos Farmacêuticos do Estado de São Paulo e/ou com as empresas diretamente, em conjunto com os representantes dos sindicatos filiados, bem como, a eventual realização de Mesa Redonda no Órgão do Ministério competente, e, ainda instituir comissão para encaminhamento das negociações, e em caso de malogro das mesmas, suscitar Dissídio Coletivo perante o Egrégio Tribunal Regional do Trabalho; **e)** Posicionamento da categoria sobre a Greve Geral, no caso das negociações não chegarem a entendimentos amigáveis; São Paulo, 27 de Fevereiro de 2023. a) Sérgio Luiz Leite - Presidente.

Rerratificação do Edital Publicado no Dia 19/12/2022, à folha A20, **SINDICATO DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS NAS INDÚSTRIAS DE CONFECÇÕES DE ROUPAS PARA CRIANÇAS, ADULTOS, MASCULINAS, FEMININAS, UNISSEX, PROFISSIONAIS, ROUPAS ÍNTIMAS, ESPORTIVAS, CONFECÇÕES DE ACESSÓRIOS EM GERAL, MEIAS, FRALDAS DESCARTÁVEIS OU NÃO, ABSORVENTES HIGIÊNICOS, CHAPÉUS, GUARDA-CHUVAS, BOTÕES, EMBALAGENS PLÁSTICAS, ROUPAS DE CAMA, MESA, BANHO, CORTINAS E CAPAS PARA BANCOS, OFICIAIS ALFAIATES, EMPREGADOS EM DOMICILIO E COSTUREIRAS DE SANTO ANDRÉ, SÃO BERNARDO DO CAMPO, SÃO CAETANO DO SUL, DIADEMA, MAUÁ, RIBEIRÃO PIRES E RIO GRANDE DA SERRA** por meio do presidente da comissão eleitoral vem **COMUNICAR** aos associados desta entidade sindical, dando continuidade ao processo eleitoral que iniciou-se com o edital convocatório publicado dia 9 de dezembro de 2022 e dentro das normas estabelecidas pelo estatuto social, que foi registrada apenas uma chapa inscrita, ou seja a Chapa 1, para concorrer a eleição sindical que se dara no dia **03 de fevereiro de 2023,** sendo a seguinte composição da chapa: Fabiana Nobre Silva (encabeçadora), Aparecida Leite Ferreira, Damiana de Jesus Silva, Fabiana de Menezes Alves, Francisca Trajano dos Santos, Lídia Rodrigues de Sousa Paixão, Maria Aparecida Moreira Ramos, Viviane Alves Valentim e Wagner de Oliveira Leão. Em cumprimento ao parágrafo 2º do artigo 63 do estatuto sindical será dado o prazo de 5 (cinco) dias para possíveis impugnações a partir da data da publicação deste edital. **Cladeonor Neves da Silva -** Presidente da Comissão Eleitoral. PARA CONSTAR QUE REFERIDA PUBLICAÇÃO CONTEVE ERRO NO ANO DA DATA DE VOTAÇÃO PARA ELEIÇÃO DE 2023 DO SINDICATO, SENDO QUE A CORRETA É ACIMA GRAFADA E NÃO COMO CONSTOU. Santo André, 28 de Fevereiro de 2023. **Aparecida Leite Ferreira -** Presidente.

CEARÁ GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230008

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230008 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material médico hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 82023, até o dia 14/03/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 23 de Fevereiro de 2023. DORISLEIDE CANDIDO DE SOUSA - PREGOEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230219

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230219 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de medicamentos, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 2192023, até o dia 14/03/2023, às 14h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 23 de Fevereiro de 2023. CARLOS ALBERTO COELHO LEITÃO - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20222155

A Secretaria da Casa Civil torna público a REMARCAÇÃO do Pregão Eletrônico No 20222155, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de medicamentos. MOTIVO: Alterações no Edital. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 21552022, até o dia 15/03/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 24 de Fevereiro de 2023. AURÉLIA FIGUEIREDO GURGEL - PREGOEIRA

PIER Seguradora S.A.

CNPJ 39.380.513/0001-00

Demonstrações financeiras - Exercícios findos em 31/12/2022 e 2021 ***(Em milhares de reais)***

Relatório da Administração: Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras da Pier Seguradora S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **Perfil corporativo:** A Pier Seguradora (''Companhia" ou "Pier") foi constituída em 08 de outubro de 2020 e em 29 de outubro de 2020 passou a ser Pier Seguradora S.A. conforme Ata de Assembleia Geral de Transformação, sendo que os atos foram homologados por meio da Portaria SUSEP nº 7.711, de 1° de dezembro de 2020. A Companhia foi autorizada a operar em ambiente regulatório experimental no Projeto SANDBOX da SUSEP pelo prazo de 36 meses, nos termos da Resolução 381, de 04 de março de 2020, todavia, em 20 de maio de 2022, obteve autorização para operar de forma definitiva se enquadrando como uma Seguradora do Segmento S3. A Pier é a primeira seguradora digital do Brasil, oferecendo para os seus clientes uma experiência de contratação de seguros de automóvel e celular, de forma simples e intuitiva que permite aos usuários estarem cobertos em poucos minutos. As coberturas oferecidas para os segmentos de celulares são Roubo, Furto e para automóveis são Roubo, Furto, Perda Total, Perda Parcial e Danos a Terceiros. A Pier é totalmente focada na experiência do cliente. Todo processo de contratação é feito de forma digital por meio de aplicativo, incluindo o processo de aviso de sinistro. O modelo de negócios da Pier baseia-se na cobrança de prêmio mensal. O seguro é renovado mensalmente, de forma automática, com cobranças no cartão de crédito ou PIX, sendo possível ao cliente realizar o cancelamento a qualquer momento. A Pier entende que, por meio da oferta de um seguro de cobertura simplificada e digital, proporciona ao consumidor uma experiência diferenciada no mercado, com preços atrativos em relação aos concorrentes. Desta forma, a Pier captura uma oportunidade atrativa de negócio, enquanto reinventa a relação dos clientes com o produto de seguro, e atende um novo segmento de clientes que ainda não é capturado pelas grandes companhias do mercado segurador. **Desempenho no período:** A Pier emitiu 105.968 mil em prêmios no exercício, com crescimento de 226% comparado ao ano anterior. Desenvolvemos e fizemos o lançamento de todas as coberturas do ramo de Automóvel, inclusive com cobertura de RCF e atingimos 40 mil itens segurados até o final de 2022. Também obtivemos um crescimento importante na cobertura de smartphones e atingimos 77 mil itens segurados. O desempenho no exercício foi impactado principalmente pelos investimentos nas despesas administrativas, sendo que as despesas com publicidade e propaganda e com pessoal próprio são as mais significativas, apresentando montantes acumulados de R$ 34.206 e R$ 57.232 respectivamente. Este fato se deve ao investimento em publicidade para captação de novos clientes e ao crescimento do quadro de funcionários da Pier. Estes investimentos estão relacionados com a formação de novos times para suportar o ritmo de expansão e desenvolvimento de novos produtos e se concentra principalmente em profissionais de produto e tecnologia. Com esses investimentos, a Pier encerrou o exercício de 2022 com prejuízo de R$ 99.665 milhões, sendo que as operações de seguros apresentaram resultado positivo de R$14.963 milhões. Em 2022 ocorreu aumento do capital social da Pier em R$ 63.129 milhões por parte da Pier Digital Participações Ltda. e R$ 35 milhões estão em aprovação pela SUSEP, em linha com a estratégia de expansão das operações da companhia.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023

Balanço patrimonial	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Ativo/Circulante		**71.010**	**81.450**
Disponível	6	5.742	2.308
Equivalentes de caixa		–	1.182
Aplicações	7	**44.579**	**71.748**
Créditos das operações com seguros e resseguros	8	**16.764**	**5.010**
Prêmios a receber		10.603	4.389
Operações com resseguradoras		6.161	621
Títulos e créditos a receber	9	**1.242**	**263**
Créditos tributários e previdenciários		246	85
Outros créditos		996	178
Outros Valores e Bens	10	**1.024**	**275**
Bens à venda		1.024	275
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	11	**1.223**	**494**
Despesas Antecipadas	12	**435**	**170**
Custos de Aquisição Diferidos		**1**	**–**
Ativo Não Circulante		**1.601**	**681**
Outros valores e bens	13	**128**	**–**
Ativo de direito de uso		128	–
Imobilizado	14	**1.183**	**643**
Bens móveis		1.183	643
Intangível	15	**290**	**38**
Outros intangíveis		290	38
Total do Ativo		**72.611**	**82.131**

Balanço patrimonial	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Passivo e Patrimônio Líquido/Circulante		**33.404**	**16.114**
Contas a pagar	16	**13.459**	**10.242**
Obrigações a pagar		7.043	7.545
Impostos e encargos sociais a recolher		2.701	1.298
Encargos trabalhistas		3.608	1.343
Impostos e contribuições		107	56
Débitos de operações com seguros e resseguros	17	**7.510**	**1.433**
Operações com resseguradoras		7.508	1.432
Corretores de seguros e resseguros		2	1
Provisões técnicas - seguros	18	**12.369**	**4.439**
Danos		12.369	4.439
Outros Débitos	13	**66**	–
Passivos de arrendamento		66	–
Passivo Não Circulante		**91**	**20**
Outros débitos	13	**91**	**20**
Provisões judiciais	19	27	20
Passivos de arrendamento		64	–
Patrimônio Líquido	20	**39.116**	**65.997**
Capital social		145.129	82.000
Aumento de capital em aprovação		35.400	26.032
Prejuízos acumulados		(141.413)	(42.035)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**72.611**	**82.131**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido	Capital Social	Aumento de Capital em aprovação	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro 2020	**5.000**	**–**	**(178)**	**4.822**
Aumento de Capital	–	–	–	–
AGE de 01.03.2021	–	12.000	–	12.000
Homologação do Aumento de Capital	–	–	–	–
Portaria Susep 175 de 25.05.2021	12.000	(12.000)	–	–
Aumento de Capital	–	–	–	–
AGE de 19.08.2021	–	65.000	–	65.000
AGE de 05.11.2021	–	26.032	–	26.032
Homologação do Aumento de Capital	–	–	–	–
Portaria Susep 489 de 15.11.2021	65.000	(65.000)	–	–
Prejuízo do exercício	–	–	(41.857)	(41.857)
Saldos em 31 de dezembro 2021	**82.000**	**26.032**	**(42.035)**	**65.997**
Homologação do Aumento de Capital	–	–	–	–
Portaria Susep 720 de 03.05.2022	26.032	(26.032)	–	–
Aumento de Capital	–	–	–	–
AGE de 13.05.2022	–	37.097	–	37.097
Homologação do Aumento de Capital	–	–	–	–
Portaria Susep nº 1.200, de 13.12.2022	37.097	(37.097)	–	–
Aumento de Capital	–	–	–	–
AGE de 29.09.2022	–	21.200	–	21.200
Aumento de Capital	–	–	–	–
AGE de 28.11.2022	–	14.200	–	14.200
Prejuízo do exercício	–	–	(99.378)	(99.378)
Saldos em 31 de dezembro 2022	**145.129**	**35.400**	**(141.413)**	**39.116**

Demonstração do resultado	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Prêmios emitidos	21.a	98.698	30.313
Variações das provisões técnicas de prêmios	21.b	(2.797)	(1.994)
Prêmios ganhos	21.c	**95.901**	**28.319**
(–) Sinistros ocorridos	21.d	(79.023)	(20.767)
(–) Custos de aquisição		(12)	(3)
(–) Outras receitas e despesas operacionais	21.e	(141)	(209)
Resultado com resseguros	21.f	(1.474)	(318)
Despesas Administrativas	21.g	(110.426)	(47.337)
Despesas com Tributos	21.h	(2.191)	(701)
Resultado Financeiro	21.i	**(2.011)**	**(841)**
Receitas financeiras		4.971	2.077
Despesas financeiras		(6.982)	(2.918)
(=) Resultado operacional		**(99.378)**	**(41.857)**
		–	–
Prejuízo do Exercício		**(99.378)**	**(41.857)**
Quantidade de ações		731.931.912	153.923.408
Prejuízo por ação - R$		**(0,14)**	**(0,27)**

Demonstração do resultado abrangente	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo do exercício	(99.378)	(41.857)
Resultado abrangente total	(99.378)	(41.857)
Resultado abrangente total atribuído aos acionistas	(99.378)	(41.857)

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo do Exercício	**(99.378)**	**(41.857)**
Ajuste para		
Depreciação e amortizações	320	39
Amortização de bens de direito de uso	91	–
Juros sobre passivos de arrendamento	8	–
Variação das provisões técnicas de seguros	5.269	2.367
Variação das provisões judiciais	7	–
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	27.169	(67.081)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(11.754)	(4.146)
Créditos Tributários e Previdenciários	(161)	(85)
Títulos e Créditos a Receber	(818)	(177)
Outros Valores e Bens	(749)	(275)
Despesas Antecipadas	(265)	(170)
Custos aquisição diferido	(1)	–
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	(227)	(265)
Impostos e Encargos Sociais a Recolher	1.403	1.177
Encargos Trabalhistas	2.265	1.190
Impostos e Contribuições	51	38
Obrigações a Pagar	(503)	7.424
Débitos de operações com seguros e resseguros	6.077	1.434
Provisões técnicas - seguros e resseguros	2.160	1.262
Outros débitos	–	20
Caixa Consumido pelas Operações	**(69.036)**	**(99.105)**
Caixa líquido consumido pelas operações	**(69.036)**	**(99.105)**
Atividades de investimento		
Pagamento pela compra		
Imobilizado	(819)	(681)
Intangível	(293)	(38)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento	**(1.112)**	**(719)**
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	72.497	103.032
Pagamento passivos de arrendamento	(98)	–
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	**72.399**	**103.032**
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	**2.251**	**3.208**
Caixa no início do período	3.491	283
Caixa no fim do período	5.742	3.491
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	**2.251**	**3.208**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional: A Pier Seguradora S.A. doravante ("Companhia"), foi constituída em 08 de outubro de 2020. Conforme Ata de Assembleia Geral de Transformação, foi autorizada a operar pela Portaria SUSEP nº 7.711, de 01 de dezembro de 2020 pelo tempo determinado de 36 meses em ambiente regulatório experimental (Sandbox Regulatório), de acordo com a Resolução CNSP nº 381 de 04 de março de 2020 e Circular SUSEP nº 598 de 19 de março de 2020. De acordo com a Portaria Susep nº 7.963 de 20.05.2022, publicada no DOU de 01.06.2022, a licença para operar por tempo determinado de 36 meses em ambiente regulatório experimental (Sandbox Regulatório) foi convertida em licença definitiva para operar seguros de danos e pessoas no segmento S3, em todo o território nacional. A controladora final da Companhia é a Pier Holdings Ltd, empresa privada sediada nas Ilhas Cayman. A Companhia tem sede e escritório localizados na Rua Cláudio Soares, 52, CJ. 705 - Pinheiros - São Paulo - Brasil e tem por objeto social operar com seguros de danos e pessoas em todo território nacional. Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Diretoria em 28 de fevereiro de 2023. **2. Base de elaboração e apresentação: a. Base de preparação:** Em função da licença obtida em 2022 para operar no Segmento S3, as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular Susep nº 648, de 12 de novembro de 2021, e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante denominadas "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Susep", e compreendem os balanços patrimoniais, a demonstração de resultado, demonstração do resultado abrangente, a demonstração das mutações do patrimônio líquido e a demonstração do fluxo de caixa. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular. Os saldos de 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins comparativos, foram elaborados conforme os dispositivos da Resolução CNSP nº 417, de 20 de julho 2021. As principais alterações em função da Companhia passar a operar como Seguradora do Segmento S3 em 2022 foram novos requerimentos de capital e solvência e a mensuração de certas Provisões Técnicas - basicamente a Provisão Despesas Relacionadas, uma vez que a Provisão de IBNR a Companhia, em 2021, já adotada uma metodologia própria (vide detalhes nota explicativa 3.h). **b. Base para mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico com exceção das provisões técnicas que seguem os critérios da SUSEP por meio da Resolução CNSP n° 417, de 20 de julho de 2021, e dos ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamentos:** Na elaboração das demonstrações financeiras a Administração é requerida a usar seu julgamento na determinação de estimativas que levam em consideração pressupostos e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente. As análises dessas estimativas incluem: (i) informações sobre os julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; e (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas estão incluídos nas seguintes notas explicativas: **Nota explicativa nº 7** - Valor justo das aplicações financeiras; **Nota explicativa nº 18** - Provisões técnicas e o teste de adequação de passivos; e **Nota explicativa n° 19** - Provisões para processos judiciais. **e. Continuidade:** A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse pressuposto. **3. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. **a. Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por disponibilidades em moeda nacional, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não detinha nenhum item de caixa e equivalente de caixa classificado como "caixa restrito", bem como itens de caixa e equivalente de caixa dados como garantias a terceiros. **b. Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados no momento do reconhecimento inicial como: • Valor justo por meio do resultado; e • Empréstimos e recebíveis. **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Esses ativos são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período. **Empréstimos e recebíveis:** São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. **c. Redução ao valor recuperável (impairment): Ativos financeiros não derivativos incluindo recebíveis:** São avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; e • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida por meio do resultado. **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida no resultado se o valor contábil exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e no valor justo. **d. Passivos financeiros:** Compreendem, substancialmente, fornecedores, impostos e contribuições e outras contas a pagar que são reconhecidas inicialmente ao valor justo. **Arrendamentos:** No início de um contrato, a Pier avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, quando transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Pier utiliza a definição de arrendamento do CPC 06. (i) Como arrendatário: No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Pier aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Pier optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabiliza os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Pier reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamentos efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Pier. Geralmente, a Pier usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. Não são reconhecidos ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial. **e. Hierarquia do valor justo:** Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1 -** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Os títulos de renda fixa privados têm seu valor atualizado de acordo com os índices pactuados com a instituição financeira e se aproximam ao seu valor de mercado. Abaixo o quadro com a classificação por nível hierárquico:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Nível I	Valor de mercado	Nível I	Valor de mercado
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	36.380	36.380	70.613	70.613
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	1.047	1.047	1.136	1.136
CDB Banco Pactual	7.152	7.152	–	–
Total	**44.579**	**44.579**	**71.749**	**71.749**

f. Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias: Uma provisão passiva é reconhecida em função de um evento passado e que seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação no futuro. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Companhia, com relação às probabilidades de perda. Estas são provisionadas quando mensuráveis e quando a probabilidade de perda é avaliada como "provável", conforme critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados. **g. Classificação dos contratos de seguros:** O CPC 11 define que um contrato de seguro é aquele em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensá-lo no caso de um acontecimento futuro, incerto, específico e adverso ao segurado. A Administração da Companhia procedeu à análise de seus negócios para determinar que suas operações se caracterizam como "contrato de seguro". Nessa análise, foram considerados os preceitos contidos no CPC 11 e as orientações estabelecidas pela SUSEP. As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição são registrados quando da emissão da respectiva apólice ou pelo início da vigência do risco para riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio da constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos. **h. Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações do CNSP e da Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"), cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA). De acordo com estas normativas, a Companhia constitui as seguintes provisões técnicas: **Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG:** A PPNG é constituída pela parcela dos prêmios emitidos e retidos, correspondentes ao período de risco não decorrido do prazo de vigência de cada apólice, segundo parâmetros e normas determinadas pelo CNSP; **Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL:** A PSL é constituída com base na estimativa de pagamentos prováveis, avisados até a data das demonstrações financeiras, líquidos de recuperações, resseguros e determinada com base nas notificações de sinistros avisados. Quando necessário, deve contemplar ajustes de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNeR) visando a cobertura de insuficiências verificadas na estimativa do valor de abertura dos sinistros; **Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados - IBNR:** A provisão de IBNR é constituída para todos os ramos de atuação da Seguradora, através de metodologia própria estabelecida em nota técnica atuarial. Em 2022, a Companhia alterou a sua metodologia de cálculo passando a adotar a metodologia de Chain-Ladder, que se baseia na construção do triângulo de run-off. A alteração da metodologia não produziu um impacto significativo no resultado, em função do incremento da referida provisão. Para a estimativa do Ativo de Resseguro de IBNR, a Companhia estima a provisão a partir do percentual entre o Ativo de Resseguro da PSL e a PSL Bruta, obtida pela relação do Ativo de Resseguro da PSL do mês dividido pelo total da PSL do mês. Em 2021, a provisão era baseada na construção de fatores de proporcionalidade que considera o histórico de sinistros que foram ocorridos e avisados no próprio mês versus os sinistros que ocorreram e foram avisados em meses posteriores, gerando um um fator de proporcionalidade. Por fim, para estimar o valor de IBNR do mês, multiplica-se o fator de proporcionalidade selecionado pelo montante de total de sinistros ocorridos na data da avaliação/fechamento. **Provisão de Despesas Relacionadas - PDR:** A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos pagamentos futuros dos valores de despesas diretamente relacionadas aos sinistros já ocorridos até a data do fechamento contábil relativo ao balanço. A estimativa da provisão é obtida através da relação entre despesas avisadas e sinistros avisados. **Teste de Adequação de Passivos - TAP:** Em atendimento à Circular Susep n. 648, de 12 de novembro de 2021 e alterações posteriores, foi elaborado o estudo atuarial para Teste de Adequação de Passivos - TAP, que consiste na verificação se o seu passivo está adequado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro. Depois de finalizado o Estudo Atuarial do Teste de Adequação de Passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2022 concluiu-se que o seu passivo por contrato de seguro está adequado, não sendo necessário o ajuste das provisões técnicas constituídas, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. **i. Imposto de renda e contribuição social:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes são calculados mensalmente com base no lucro tributável real mensal às alíquotas vigentes da data de apresentação das demonstrações financeiras. Os impostos correntes são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. Os créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e/ou de bases negativas de cálculo da contribuição social sobre o lucro, e aqueles decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e fiscais de apuração de resultados são desreconhecidos quando a Companhia não apresentar histórico de lucros tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, conforme o caso, comprovado pela ocorrência de prejuízos fiscais, ou não houver expectativa de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para que o crédito tributário seja utilizado. De acordo com o plano de negócios, a companhia não tem expectativa de lucros futuros no próximo ano e por este motivo, não efetuou o reconhecimento do crédito tributário em 2022. Os créditos tributários, decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas da Contribuição Social são controlados na escrituração fiscal. Em 31 de dezembro de 2022 o total de prejuízos fiscais e bases negativas da Contribuição Social é R$ 136.522 (R$41.520 em 31 de dezembro de 2021). **j. Apuração do resultado:** As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. As receitas com emissão de prêmios são reconhecidas de acordo com a data de início da vigência da apólice, os sinistros ocorridos são reconhecidos no momento do aviso. Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo. **k. Benefícios a empregados:** A Companhia oferece benefícios de curto prazo, como plano de assistência à saúde, vale-transporte, vale-refeição e vale-alimentação, que são mensurados e lançados ao resultado conforme incorridos. A Companhia não possui políticas para participação nos lucros e resultados. **4. Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Diversas normas, alterações e interpretações serão aplicáveis quando referendado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Dentre aquelas que podem ser relevantes para a Companhia, encontra-se: **a. CPC 48 - Instrumentos financeiros:** O CPC 48 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e "desreconhecimento" de instrumentos financeiros do CPC 38 . O CPC 48 - Instrumentos Financeiros é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. O CPC 48 - Instrumentos Financeiros foi homologado pela Susep de acordo com a Circular 678 de 10 de outubro de 2022 com vigência a partir de 2024 e ainda não está sendo considerado na preparação das demonstrações financeiras das empresas supervisionadas. **5. Gerenciamento de riscos:** A SUSEP estabelece que as entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização, sociedades seguradoras e resseguradoras locais avaliem de forma geral a sua exposição aos seguintes riscos, provenientes de suas operações e de suas atividades de investimentos financeiros: **a. Risco de seguros:** Estratégia de subscrição: A Companhia realiza um processo de seleção de riscos com base em perfis de interesse, visando atingir uma frequência de sinistros apropriada para a carteira e minimizar incidentes de fraude. Os perfis de interesse para os produtos de cobertura de smartphones e automóveis são avaliados por meio de modelos e tecnologias proprietárias para atingimento de resultados consistentes e redução de vieses de julgamento humano. Os riscos da Companhia são pulverizados entre milhares de clientes com importâncias seguradas máximas pré-determinadas e baixo impacto de riscos individuais para o resultado da carteira. A política de aceitação de riscos abrange a totalidade dos ramos de seguros operados e considera a experiência do setor e premissas atuariais. **Mitigadores do risco de resseguro:** A Companhia se utiliza da operação de resseguro como forma de diluir e homogeneizar sua responsabilidade diante os riscos assumidos. O contrato de resseguro firmado considera condições proporcionais para a carteira do produto Smartphone, de forma a reduzir e proteger da exposição a riscos.

Rating dos créditos com as operações de resseguros

Tipo	Agência	Rating	31/12/2022
Local	Fitch Ratings	A -	2.464
Admitida	Standard & Poor's	AA-	3.697
			6.161

b. Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente de recebíveis de clientes e em ativos financeiros. Do ponto de vista dos recebíveis, a Companhia realiza cobranças mensais via cartão de crédito e PIX, com captura de recebível no início da vigência do contrato. Esses recebíveis se caracterizam como líquidos e certos, conferindo um risco de crédito reduzido para a Companhia. Os ativos financeiros da Companhia são alocados com base em uma política de elevada liquidez e baixo risco, concentrando-se em títulos públicos.

Composição da carteira por classe e por categoria contábil:

Ativo (31/12/2022)	Rating A -	Rating BB -	Sem rating	Valor de mercado
Caixa e Bancos	–	–	5.742	5.742
Prêmios a receber	–	–	10.603	10.603
Valor justo por meio do resultado				
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	–	36.380	–	36.380
Notas do Tesouro Nacional (NTN-b)	–	1.047	–	1.047
CDB Banco Pactual	7.152	–	–	7.152
Exposição máxima ao risco de crédito	**7.152**	**37.427**	**16.345**	**60.924**

Ativo (31/12/2021)	brAAA	Sem rating	Valor de mercado
Caixa e Bancos	–	2.308	2.308
Equivalentes de caixa (Nota explicativa nº 6)	1.182	–	1.182
Prêmios a receber	–	4.389	4.389
Valor justo por meio do resultado			
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	70.613	–	70.613
Notas do Tesouro Nacional (NTN-b)	1.136	–	1.136
Exposição máxima ao risco de crédito	**72.931**	**6.697**	**79.628**

Os dados de Rating apresentados neste documento, para o Banco Itaú e o Banco BTG Pactual, são da Standard & Poor's, e para o Banco BS2 é da Fitch Ratings, pelo fato de a Standard & Poor's não ter atribuído rating à instituição. **c. Risco de liquidez:** A gestão do risco de liquidez se dá pela capacidade da Companhia gerar, através do curso normal do negócio bem como com o gerenciamento do seu portfólio de investimentos, o volume de capital suficiente para saldar seus compromissos, sejam estes referentes às despesas operacionais ou mesmo à cobertura das reservas relacionadas aos riscos do negócio. A Companhia estabelece políticas de investimento para medir e assegurar a liquidez necessária ao cumprimento de suas obrigações, voltada para a garantia da operação e crescimento, os recursos são alocados em liquidez imediata em CDB e títulos públicos para suprir as necessidades da companhia. Em 31 de dezembro de 2022, os fluxos de caixa esperados provenientes do "Prêmios a receber" com vencimento dentro de 30 dias foram de R$ 10.603 e as saídas esperadas de caixa para sinistros, fornecedores e outras contas a pagar com vencimento em um mês foram de R$ 19.908. Além deste montante, a Pier possui débito de resseguro que totaliza R$ 7.472 e será liquidado após aprovação da prestação de contas trimestral pelo ressegurador. A Companhia possui R$ 44.579 de aplicações financeiras, isto exclui o potencial impacto de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas. **d. Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, ações concorrenciais ou mudanças sociais podem ter sobre a Companhia. A Companhia monitora esses riscos através de pesquisas, gestão de ativos financeiros e análises concorrenciais e testes de sensibilidade que demonstram os impactos possíveis no resultado. **Taxa de juros:** A Companhia gerencia seus ativos financeiros visando reduzir o impacto de uma mudança drástica nas taxas de juros, mantendo suas aplicações financeiras em títulos privados indexados à variação do CDI. Os impactos no resultado devido a uma oscilação na taxa de juros estão demonstrados abaixo:

Classe (31/12/2022)	Premissas	Saldo contábil	Variação resultado	impacto no resultado
Ativos Financeiros	Aumento de 3% na taxa CDI	44.579	150	0,84%
Ativos Financeiros	Redução de 3% na taxa CDI	44.579	(150)	-0,84%

Classe (31/12/2021)	Premissas	Saldo contábil	Variação resultado	impacto no resultado
Ativos Financeiros	Aumento de 3% na taxa CDI	71.748	225	0,60%
Ativos Financeiros	Redução de 3% na taxa CDI	71.748	(225)	-0,60%

A Companhia atua no mercado segurador, cuja principal função é a preservação do patrimônio de seus clientes e embora esteja sujeita ao risco de redução de volumes de subscrição relacionados ao poder de compra dos consumidores, o efeito observado tem sido o oposto: a estratégia de preços reduzidos da Companhia tem atraído consumidores que buscam redução de custos com os produtos de seguros e preservação de seu patrimônio. **e. Risco operacional:** A Companhia realiza sua gestão de riscos operacionais com base em metodologias reconhecidas como COSO ERM e ISO 31000 que buscam identificar, analisar, avaliar, tratar, monitorar e reportar os riscos operacionais identificados em processos e decisões de negócios da seguradora. Após a classificação de riscos é realizada junto à Diretoria Executiva da companhia a implementação de planos de ação de mitigação ou redução de exposição ao risco junto às áreas de negócio. Os riscos são monitorados e acompanhados pela área de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance periodicamente por meio do mapa de riscos da companhia junto à Diretoria Executiva. **Sinistralidade:** Os impactos no resultado devido à variação na sinistralidade estão demonstrados abaixo:

Classe (31/12/2022)	Premissas	Saldo contábil	Variação resultado	Impacto no Resultado
Sinistralidade	Aumento de 30% na sinistralidade	79.023	23.707	24%
Sinistralidade	Redução de 30% na sinistralidade	79.023	(23.707)	(24%)

Classe (31/12/2021)	Premissas	Saldo contábil	Variação resultado	Impacto no Resultado
Sinistralidade	Aumento de 30% na sinistralidade	20.767	6.230	15%
Sinistralidade	Redução de 30% na sinistralidade	20.767	(6.230)	(15%)

f. Risco de capital: O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar os retornos sobre capital aos acionistas. A Companhia apura o Capital Mínimo Requerido (CMR) em conformidade com as regulamentações emitidas pela CNSP e SUSEP. Vide nota explicativa 20.d.

6. Caixa, bancos e equivalentes de caixa	31/12/2022	31/12/2021
Bancos	5.742	2.308
Equivalentes de caixa	–	1.182
Total	**5.742**	**3.490**

7. Aplicações: a. Ativos financeiros (ao valor justo por meio do resultado): A classificação das aplicações financeiras por categoria é apresentada da seguinte forma:

31/12/2022	De 01 a 30 dias	De 31 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Valor de mercado	Valor de Contábil	%
Valor justo por meio do resultado	–	–	**16.509**	**28.070**	**44.579**	**44.579**	**100%**
LFT	–	–	8.886	27.494	36.380	36.380	82%
NTN-b	–	–	471	576	1.047	1.047	2%
CDB	–	–	7.152	–	7.152	7.152	16%
Total	–	–	**16.509**	**28.070**	**44.579**	**44.579**	**100%**

31/12/2021	De 01 a 30 dias	De 31 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Valor de mercado	Valor de Contábil	%
Valor justo por meio do resultado	–	64.941	5.791	1.016	71.748	71.748	100%
LFT	–	64.941	5.671		70.612	70.612	98%
NTN-b	–	–	120	1.016	1.136	1.136	2%
Total	–	**64.941**	**5.791**	**1.016**	**71.748**	**71.748**	**100%**

Os ativos financeiros marcados a valor justo pelo resultado seguem os critérios adotados na determinação dos valores de mercado, conforme estabelece o CPC 46, de Nível 1 na hierarquia do valor justo. **b. Movimentação das aplicações:**

	31/12/2021	Aplicações	Resgates	Reclass.	Rendimentos	31/12/2022
CDB	–	7.153	(1)	–	38	7.152
LFT	70.612	116.228	(155.278)	–	4.818	36.380
NTN-b	1.136	52	(159)	–	111	1.047
Total	**71.748**	**123.433**	**(155.438)**	**–**	**4.967**	**44.579**

	31/12/2020	Aplicações	Resgates	Reclass.	Rendimentos	31/12/2021
Aplic. Aut. Mais (CDB) Itaú	308	1.885	–	(2.194)	4	**–**
Comp. - BTG Pactual	4.359	–	(4.362)	–	177	**–**
LFT	–	98.109	(29.286)	–	1.826	**70.612**
NTN-b	–	1.147	(20)	–	70	**1.136**
Total	**4.667**	**101.141**	**(33.668)**	**(2.194)**	**2.077**	**71.748**

c. Ativos em cobertura de provisões técnicas:	31/12/2022	31/12/2021
Aplicação financeira vinculada	15.755	6.788
Total dos ativos em cobertura	**15.755**	6.788
Provisões Técnicas - Seguros	12.369	4.439
(–) Ativos de Resseguros redutores - PSL	(385)	–
(–) Ativos de Resseguros redutores - IBNR	(75)	–
Total a ser coberto	**11.909**	**4.439**
Suficiência de Capital	**3.846**	**2.349**
% Cobertura	132%	153%

8. Crédito das operações com seguros e resseguros: a. Prêmios a receber:

Ramo (31/12/2022)	Prêmios a Receber de Segurados	Prêmios Líquidos a Receber	Período médio de parcelamento Mensal
Automóvel	5.529	5.529	1
Smartphone	5.074	5.074	1
Total	**10.603**	**10.603**	**1**

Ramo (31/12/2021)	Prêmios a Receber de Segurados	Prêmios Líquidos a Receber	Período médio de parcelamento Mensal
Automóvel	4.389	4.389	1
Smartphone	–	–	1
Total	**4.389**	**4.389**	**1**

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não existiam prêmios a receber vencidos. A Companhia efetua emissão de apólices com período de vigência de 30 dias e cobranças via cartão de crédito com recebimento em D+30 ou PIX apenas para automóvel, com recebimento em D+1.

b. Operações com resseguradoras:	31/12/2022 Créditos com resseguros	31/12/2021 Créditos com resseguros
Resseguradora Local	2.464	248
Resseguradora Admitida	3.697	373
Total	**6.161**	**621**

c. Movimentação de Prêmios:	
Prêmios a receber em 31/12/2021	**4.389**
Prêmios emitidos líquido de cancelamentos	98.698
IOF	7.270
Prêmios recebidos	(92.797)
Descontos promocionais	(6.959)
Prêmios a receber em 31/12/2022	**10.602**

9. Títulos e créditos a receber: a. Créditos tributários e previdenciários:

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de Renda e CSLL a compensar	59	34
PIS e COFINS a compensar	3	51
Outros créditos tributários	184	–
Total	**246**	**85**

b. Outros créditos	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamento de férias	114	15
Adiantamento a fornecedores	–	5
Demais créditos a receber	882	158
Total	**996**	**178**

10. Outros valores e bens	31/12/2022 Salvados à venda	31/12/2021 Salvados à venda
Automóvel	1.024	275
Total	**1.024**	**275**

11. Ativos de resseguros e retrocessão - Provisões técnicas

31/12/2022	Prêmios de resseguros diferidos	Sinistros de resseguros	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	Total ativos de resseguros - Provisões técnicas
Smartphone	734	385	75	**1.223**

31/12/2021	Prêmios de resseguros diferidos	Sinistros de resseguros	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	Total ativos de resseguros - Provisões técnicas
Smartphone	206	265	23	**494**

12. Despesas antecipadas:	31/12/2022	31/12/2021
Despesas administrativas antecipadas	387	84
Cartão de crédito	48	86
Total	**435**	**170**

13. Arrendamentos: Ativo	31/12/2022
Adoção inicial	219
Depreciação acumulada	(91)
Saldo do ativo de direito de uso	**128**
Passivos	
Circulante	**31/12/2022**
Arrendamentos a pagar	84
Juros a transcorrer	(17)
Saldo do passivo de arrendamento	**67**
Não circulante	
Arrendamentos a pagar	91
Juros a transcorrer	(27)
Saldo do passivo de arrendamento	**64**
Total geral	**131**
Vencimento das prestações	**31/12/2022**
Até 1 ano	84
Entre 1 e 2 anos	91
Juros embutidos	(44)
Saldo do passivo de arrendamento	**131**

14. Imobilizado Descrição	Taxa ao ano	Saldo em 31/12/2021	Aquisição	Depreciação	Saldo em 31/12/2022
Hardware	20%	643	819	(279)	1.183
Total bens móveis		**643**	**819**	**(279)**	**1.183**
Total imobilizado		**643**	**819**	**(279)**	**1.183**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não houve baixas de imobilizado.

15. Intangível Descrição	Taxa ao ano	Saldo em 31/12/2021	Aquisição	Amortização	Saldo em 31/12/2022
Software	20%	38	293	(41)	290
Total bens móveis		**38**	**293**	**(41)**	**290**
Total imobilizado		**38**	**293**	**(41)**	**290**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não houve baixas de intangível

16. Contas a pagar: As contas a pagar da Companhia são representadas por:

a. Obrigações a pagar	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores (*)	1.708	6.316
Remunerações a pagar (**)	4.913	1.075
Outros	421	154
Total obrigações a pagar	**7.042**	**7.545**

(*) refere-se a fornecedores nacionais diversos

(**) refere-se aos salários a pagar relativos ao mês de dezembro/2022

b. Impostos e encargos sociais a recolher	31/12/2022	31/12/2021
Imposto sobre operações financeiras - IOF	293	293
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	1.294	443
Imposto sobre serviços retido - ISS	–	8
Contribuições previdenciárias	815	429
Contribuições para o FGTS	277	112
Outros impostos e encargos sociais	22	13
Total impostos e encargos sociais a recolher	**2.701**	**1.298**

c. Encargos trabalhistas	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para férias	2.628	989
Encargos sociais sobre férias	980	354
Total encargos trabalhistas	**3.608**	**1.343**

d. Impostos e contribuições	31/12/2022	31/12/2021
COFINS	92	48
PIS	15	8
Total impostos e contribuições	**107**	**56**

17. Débitos das operações com seguros e resseguros: a. Operações com resseguradoras

31/12/2022	Resseguradora local	Resseguradora admitida	Total operações com resseguradoras
Smartphone	3.003	4.505	**7.508**

31/12/2021	Resseguradora local	Resseguradora admitida	Total operações com resseguradoras
Smartphone	573	859	**1.432**

18. Provisões técnicas - Seguros: a. Provisões técnicas

Ramo (31/12/2022)	Prêmios não ganhos	Sinistros a liquidar	Sinistros ocorridos mas não avisados	Provisão de despesas relacionadas	Total
Automóvel	2.750	5.459	415	161	**8.785**
Smartphone	2.443	991	150	–	**3.584**
Total - danos	**5.193**	**6.450**	**565**	**161**	**12.368**

Ramo (31/12/2021)	Prêmios não ganhos	Sinistros a liquidar	Sinistros ocorridos mas não avisados	Provisão de despesas relacionadas	Total
Automóvel	747	509	84	–	**1.340**
Smartphone	1.649	1.334	116	–	**3.099**
Total - danos	**2.396**	**1.843**	**200**	**–**	**4.439**

b. Movimentação das provisões técnicas

	Saldo em 31/12/2021	Constituições	Reversões	Pagamentos	Saldo em 31/12/2022
Prêmios não ganhos	2.396	50.618	(47.821)	–	5.193
Sinistros a liquidar	1.843	97.197	(21.967)	(70.623)	6.450
IBNR	200	4.543	(4.178)	–	565
Prov. complementar de cobertura	–	488	(488)	–	–
Prov. de despesas relacionadas	–	727	(566)	–	161
Total	**4.439**	**153.573**	**(75.020)**	**(70.623)**	**12.369**

	Saldo inicial	Constituições	Reversões	Pagamentos	Saldo em 31/12/2021
Prêmios não ganhos	402	1.994	–	–	2.396
Sinistros a liquidar	146	23.551	(4.026)	(17.828)	1.843
IBNR	32	867	(699)	–	200
Total	**580**	**26.412**	**(4.725)**	**(17.828)**	**4.439**

c. Desenvolvimento de sinistros

Mês/ano de ocorrência:		Valores Brutos 31/12/2021	Valores Brutos 31/12/2022
Incorrido mais IBNR (i)			
Até a data-base:	(c)	19.764	75.981
Um ano mais tarde:		19.035	–
Dois anos mais tarde:		–	–
Três anos mais tarde:		–	–
Quatro anos mais tarde:		–	–
Cinco anos mais tarde:		–	–
Posição em 31/12/2022	(a)	**19.035**	**75.981**
Pago Acumulado (i)			
Até a data-base:		(17.770)	(69.358)
Um ano mais tarde:		(19.035)	–
Dois anos mais tarde:		–	–
Três anos mais tarde:		–	–
Quatro anos mais tarde:		–	–
Cinco anos mais tarde:		–	–
Posição em 31/12/2022	(b)	**(19.035)**	**(69.358)**
Provisão de Sinistros em 31/12/2022	(a)+(b)	**–**	**6.624**
Falta/Sobra acumulada	(d) =(c)-(a)	**729**	**–**
% da Falta acumulada	(-b)/(d)	**4%**	**0%**

continua→★

★ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras da PIER Seguradora S.A.

19. Provisões Judiciais: Demonstramos abaixo a posição das contingências cíveis em 31 de dezembro de 2022:

			31/12/2022
Classificação	**Quantidade**	**Valor reclamado**	**Valor provisionado**
Perda possível	18	381	–
Perda provável	8	27	27
Total	**26**	**408**	**27**

20. Patrimônio líquido: a. Capital social: O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 731.931.912 de ações escriturais, ordinárias e nominativas, sem valor nominal. **Atos societários:** Foi deliberado, na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de maio de 2022, o aumento do Capital Social no montante de 37.097 passando de 108.032 para 145.129, dividido em 302.723 (trezentos e dois milhões, setecentos e vinte e três mil) ações ordinárias sem valor nominal. O aumento de capital foi aprovado pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Foi deliberado, na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de setembro de 2022, o aumento do Capital Social no montante de 21.200, passando de 145.129 para 166.329 dividido em 534.910 (quinhentos e trinta e quatro milhões, novecentos e dez mil) ações ordinárias sem valor nominal. O aumento de capital encontra-se em aprovação na Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Foi deliberado, na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de novembro de 2022, o aumento do Capital Social no montante de 14.200, passando de 166.329 para 180.529, dividido em 731.932 (setecentos e trinta e um milhões, novecentos e trinta e dois mil) ações ordinárias sem valor nominal. O aumento de capital encontra-se em aprovação na Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **b. Reserva de lucros:** Compõem as reservas de lucros: • Legal: 5% do lucro líquido, limitada a 20% do capital social; e • Estatutária: dispõe o estatuto que o lucro remanescente será destinado a formação de reserva legal e reserva de contingência, cujo total não poderá exceder o capital social. **c. Dividendos:** É assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício anual, de acordo com a Lei 6.404/76 e alterações. **d. Patrimônio líquido ajustado (PLA) e exigência de capital:** O cálculo do capital mínimo requerido - CMR é baseado na resolução CNSP nº 432 de 12.11.2021 que dispõe sobre provisões técnicas, ativos redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, capital de risco baseado nos riscos de subscrição, de crédito, operacional e de mercado, patrimônio líquido ajustado, capital mínimo requerido, plano de regularização de solvência, limites de retenção, critérios para a realização de investimentos, normas contábeis, auditoria contábil e auditoria atuarial independentes e comitê de auditoria referentes a seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras, foram realizados todos os cálculos necessários para apurar a suficiência ou insuficiência do Patrimônio líquido ajustado em 31 de dezembro de 2022. O capital mínimo requerido é determinado pelo maior valor entre o capital base e o capital de risco.

Demonstração do Patrimônio Líquido ajustado (PLA) e exigência de capital:

	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio líquido	39.116	65.997
(–) Despesas Antecipadas	(435)	(170)
(–) Intangível	(290)	(38)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	248	–
Patrimônio líquido ajustado (a)	38.639	65.789
Capital base (b) *	**8.100**	**1.000**
Capital de Risco de Subscrição	14.445	9.843
Capital de Risco de Crédito	631	–
Capital de Risco Operacional	1.072	–
Risco de Mercado	155	–
Benefício da Correlação entre risco	(420)	–
Capital de Risco (c)	**15.883**	**9.843**
Capital mínimo requerido (d) [maior entre (b), (c)]	**15.883**	**9.843**
Suficiência de capital (e = -1 - d)	**22.756**	**55.946**
(%) Suficiência de capital (e/d)	**141%**	**568%**

21. Detalhamento das contas de resultado: a. Prêmios emitidos

				31/12/2022
	Emitido	**Cancelado**	**Restituído**	**Prêmio emitido líquido**
Automóvel	43.581	(1.691)	–	41.890
Smartphone	60.177	(3.369)	–	56.808
Total	**103.758**	**(5.060)**	**–**	**98.698**

				31/12/2021
	Emitido	**Cancelado**	**Restituído**	**Prêmio emitido líquido**
Automóvel	7.069	(237)	–	6.832
Smartphone	24.717	(1.236)	–	23.481
Total	**31.786**	**(1.473)**	**–**	**30.313**

b. Variação da PPNG	31/12/2022	31/12/2021
	Variação da PPNG	**Variação da PPNG**
Automóvel	(2.340)	(722)
Smartphone	(794)	(1.272)
Total	**(3.134)**	**(1.994)**

c. Prêmios ganhos	31/12/2022	31/12/2021
	Prêmio ganho	**Prêmio ganho**
Automóvel	39.550	6.110
Smartphone	56.015	22.209
Total	**95.565**	**28.319**

d. Sinistros ocorridos e índice de sinistralidade

	31/12/2022	Sinistralidade	31/12/2021	Sinistralidade
Automóvel	(39.369)	100%	(7.611)	125%
Smartphone	(39.654)	71%	(13.156)	59%
Total	**(79.023)**	**83%**	**(20.767)**	**73%**

O índice de sinistralidade foi calculado com base nos prêmios ganhos.

e. Outras receitas e despesas operacionais	31/12/2022	31/12/2021
Provisões cíveis	(44)	(23)
Assistência de auto	(90)	(148)
Outras	(7)	(38)
	(141)	**(209)**

f. Resultado com resseguros	31/12/2022	31/12/2021
Receitas com resseguros		
Sinistros de resseguros	19.752	886
Variação IBNR	52	23
	19.804	**909**
Despesas com resseguros		
Prêmios cedidos	(28.406)	(2.292)
Comissões	6.472	859
Variação das provisões de prêmios e comissões	706	206
	(21.228)	**(1.227)**
Resultado com resseguros	**(1.424)**	**(318)**

A operação de resseguro da Pier se enquadra na modalidade de contrato proporcional, com cessão de 50% dos prêmios comerciais para a carteira de Smartphone. Os prêmios e sinistros cedidos em resseguro são segregados em 60% para resseguradora admitida (Hannover Rück SE) e 40% para a resseguradora local (Mapfre Re).

g. Despesas administrativas	31/12/2022	31/12/2021
Despesas com pessoal próprio	(57.232)	(17.137)
Despesas com serviço de terceiros	(9.866)	(3.326)
Despesas com localização e funcionamento	(4.395)	(895)
Despesas com publicidade e propaganda	(34.206)	(24.794)
Despesas com publicações	(54)	(4)
Despesas com donativos e contribuições	(75)	(81)
Outras	(4.598)	(1.100)
Total	**(110.426)**	**(47.337)**

h. Despesas com tributos	31/12/2022	31/12/2021
COFINS	(1.092)	(481)
PIS	(178)	(78)
IOF	(187)	(35)
Taxa de fiscalização - SUSEP	(315)	(98)
Outros	(419)	(9)
Total	**(2.191)**	**(701)**

i. Resultado financeiro	31/12/2022	31/12/2021
Receitas Financeiras		
Rendimentos com títulos públicos	4.929	1.870
Receitas com títulos de renda fixa	38	207
Outras	4	–
Total	**4.971**	**2.077**
Despesas Financeiras		
Despesas financeiras com operações de seguros	(6.959)	(2.850)
Despesas com títulos de renda fixa	(10)	(68)
Outras	(13)	–
Total	**(6.982)**	**(2.918)**
	(2.011)	**(841)**

22. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social: O Imposto de Renda é calculado à alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro líquido que excede a R$ 240 anuais, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido é calculada à alíquota de 15% de janeiro a julho de 2022 e 16% de agosto a dezembro de 2022.

	31/12/2022		31/12/2021	
	Imposto de renda	**Contribuição social**	**Imposto de renda**	**Contribuição social**
Prejuízo contábil	**(99.665)**	**(99.665)**	**(41.857)**	**(41.857)**
Ajustes ao prejuízo contábil	1.055	1.055	515	515
Base de Cálculo	**(98.610)**	**(98.610)**	**(41.342)**	**(41.342)**
Alíquota nominal	25%	15%	25%	15%
Total de tributos	–	–	–	–

23. Partes relacionadas: A administração define como partes relacionadas à Pier Seguradora S.A. o pessoal-chave da administração da Companhia, a empresa Pier Participações Ltda., que em 30 de junho de 2021 possui participação de 100% do seu capital social, bem como as empresas Pier Serviços Digitais Ltda., Pier LLC e Pier Holdings, pertencente ao grupo econômico, conforme definições contidas no CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas. **Remuneração do pessoal-chave da administração:** A remuneração de pessoal-chave da Administração no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 compreende o valor de 1.632 (147 em 31 de dezembro de 2021), que inclui salários e benefícios não monetários, tais como vale alimentação e vale refeição e plano de saúde. **Plano de ações:** Há um plano de opções de ações estabelecido na Pier Holdings Ltd, controladora indireta da companhia, e não produz quaisquer efeitos na Pier Seguradora S.A., sejam eles contábeis ou societários.

Diretoria

Igor Medauar Mascarenhas - Diretor Presidente

Carlos Alberto Cano Colucci - Diretor

Contador

Maurício Gonçalves Camilo Pinto - CRC 1SP145786/O-7

Atuário

Leonardo da Silva Tersino - MIBA 1.686

Parecer dos auditores atuariais independentes

Aos Administradores e Acionistas **Pier Seguradora S.A. - Escopo da auditoria:** Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Pier Seguradora S.A. (Sociedade) em 31 de dezembro de 2022 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da Pier Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2022, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). **Outros assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023

pwc

PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732 - Edifício B32
São Paulo - SP - Brasil - 04538-132
CNPJ 02.646.397/0001-19
CIBA 105

Dinarte Ferreira Bonetti
MIBA 2147

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores da **Pier Seguradora S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Pier Seguradora S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Pier Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, adotadas pela primeira vez em 31 de dezembro de 2022. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. – A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. – Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. – A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Érika Carvalho Ramos
Contadora CRC 1SP224130/O-0

Concessão de crédito para empresas recua em janeiro

Volume, no entanto, ainda supera o de anos anteriores, mesmo com juro alto

Nathalia Garcia

BRASÍLIA Em meio à preocupação crescente do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e de economistas com o risco de uma crise de crédito no país na esteira do caso Americanas, as concessões de novos empréstimos e financiamentos para empresas recuaram em janeiro, segundo dados divulgados pelo Banco Central nesta segunda-feira (27).

O volume de concessões para clientes corporativos, contudo, ainda supera anos anteriores, mesmo em um cenário de crédito mais caro —puxado pelo alto patamar de juros, com a taxa básica (Selic) em 13,75% ao ano— e alta da inadimplência.

Nos recursos livres, em que as taxas são negociadas livremente entre bancos e clientes, foram R$ 201,6 bilhões concedidos a pessoas jurídicas em janeiro, ante R$ 213,6 bilhões em dezembro de 2022. Isso representa um recuo de 5,6%. Em 12 meses, por sua vez, houve um crescimento de 16,8%.

A série considera o valor ajustado, com a finalidade de minimizar os efeitos sazonais que incidem sobre os dados.

Para Michael Burt, economista da LCA Consultores, o nível ainda elevado das concessões de crédito se justifica pelo forte ritmo da atividade econômica ao longo do último ano, com a retomada do setor de serviços no pós-pandemia. Outra explicação, diz ele, é a manutenção do spread bancário dentro da média histórica, atualmente em 12,7%.

O especialista, entretanto, ressalta que a tendência é de queda. "Minhas projeções indicam que os juros vão continuar crescendo, o spread bancário vai continuar crescendo, isso vai afetar o volume de concessões de crédito. Mesmo que eles [empréstimos] estejam em um elevado nível histórico, eles vão sofrer queda ao longo desse ano", afirma.

Um eventual "efeito dominó" do caso Americanas, varejista que pediu recuperação judicial em janeiro após revelar problemas contábeis, acendeu o alerta de analistas e de membros do governo sobre os impactos na economia.

Nos últimos dias, o Ministério da Fazenda passou a emitir recados mais contundentes sobre a possibilidade de uma crise de crédito no país.

Segundo o chefe do departamento de estatísticas do BC, Fernando Rocha, o impacto do caso da varejista nos números de janeiro ainda é "incipiente", apesar da redução no crédito a empresas no primeiro mês deste ano.

Ainda assim, ele reforçou em mais de um momento durante a entrevista a jornalistas que a queda no crédito a pessoas jurídicas foi maior em janeiro de 2023 que em anos anteriores, indicando uma desaceleração na modalidade.

"É muito cedo para dizer. O primeiro anúncio do caso das Americanas aconteceu por volta de 9 de janeiro [a divulgação foi no dia 11 de janeiro], então, pegamos todas as concessões ocorridas no mês, o saldo no final de janeiro, o impacto ainda é incipiente, muito inicial", disse.

"O que a gente viu nos dados de janeiro é que a redução do crédito para pessoas jurídicas tem um forte caráter sazonal."

Segundo Rocha, a antecipação de duplicatas, recebíveis e faturas de cartão tradicionalmente apresentam redução em meses de janeiro após alta em dezembro. Isso porque há uma tendência de crescimento de liberação de crédito ao final de cada trimestre e uma reversão com queda no início de cada trimestre posterior.

"As principais modalidades que tiveram redução no saldo dentro das operações do crédito livre com pessoas jurídicas foram aquelas que apresentam comportamento sazonal, principalmente relacionadas à antecipação de recebíveis, seja por desconto de duplicatas e recebíveis, seja a antecipação de fatura do cartão", destacou.

De acordo com o técnico do BC, essas modalidades representaram 77% da queda do crédito livre para empresas no mês passado.

Burt, da LCA Consultores, também não viu um efeito nítido do caso Americanas sobre os dados de crédito relativos ao mês de janeiro. Mas o economista ressalta que os números mostram sinais do que pode estar por vir nos próximos meses.

O primeiro indicativo, segundo ele, foi o aumento de 2,4 pontos percentuais no spread bancário das novas operações em crédito livre para pessoas jurídicas. "Esse aumento na passagem mensal foi o segundo maior da série histórica, que tem início em março de 2011", disse.

O segundo sinal apontado pelo economista foi uma redução da participação de descontos de duplicatas no total de crédito desembolsado para as empresas para janeiro.

Para o especialista, os dados apresentados pelo BC em janeiro não afastam o temor de uma crise de crédito no país. A autoridade monetária mostrou que o estoque total de crédito no Brasil caiu 0,3% no mês, a R$ 5,317 trilhões.

Sem retirar o efeito sazonal, as concessões de financiamentos com recursos livres para pessoas jurídicas somaram R$ 181,6 bilhões em janeiro. O valor representa recuo de 24,8% em relação a dezembro de 2022, quando foram concedidos R$ 241,4 bilhões.

Apenas entre pessoas jurídicas, a inadimplência no segmento de recursos livres atingiu 2,3% em janeiro deste ano, aumento de 0,2% na comparação com o mês anterior.

Crédito fica ainda mais caro e inadimplência sobe, mas volume de concessões ainda supera anos anteriores

Concessões de empréstimos para empresas*

Concessões, em R$ bi** — 250, 200, 150, 100, 50, 0 — 142,1 — 201,6 — jan.21 — jan.23

Taxas de juros, em % ao ano — 60, 48, 36, 24, 12, 0 — 15,2 — 25,3 — jan.21 — jan.23

Inadimplência, em % — 6,5, 5,2, 3,9, 2,6, 1,3, 0 — 1,6 — 2,3 — jan.21 — jan.23

* Apenas recursos livres (o que exclui créditos regulados por lei ou normativo, como os do BNDES)
** Dados dessazonalizados
Fonte: Banco Central

+ Justiça decreta falência da Pan

O juiz Marcello do Amaral Perino, da 1ª Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados à Arbitragem de São Paulo, decretou nesta segunda (27) a falência da fábrica de chocolates Pan (Produtos Alimentícios Nacionais). No dia 13 deste mês, a empresa havia apresentado o pedido de autofalência dentro do processo de recuperação judicial pelo qual passava desde 2020. Nos últimos anos, a companhia fez muitas demissões, e a fábrica em São Caetano do Sul (ABC paulista) está em estado de abandono.

Restituição do IR por Pix chegará primeiro

Quem enviar documento pré-preenchido também terá prioridade; entrega das declarações vai de 15 de março a 31 de maio

Cristiane Gercina

SÃO PAULO A Receita Federal divulgou as regras da declaração do Imposto de Renda 2023, e uma das novidades é que os contribuintes que optarem por receber a restituição por Pix e os que enviarem a declaração pré-preenchida receberão o dinheiro antes, pois entrarão na lista das prioridades no pagamento.

A declaração pré-preenchida, que neste ano traz novidades, estará disponível a partir de 15 de março e chegará com informações mais completas, como os saldos de todas as contas bancárias em 31/12/2022. Também mudaram as exigências de obrigatoriedade para quem comprou ou vendeu ações na Bolsa de Valores no ano passado.

A entrega das declarações vai de 15 de março a 31 de maio, e as restituições serão pagas em cinco lotes, a partir do dia 31 de maio. São esperados entre 38,5 milhões e 39,5 milhões de declarações. Em 2022, o fisco recebeu mais de 36 milhões de declarações, acima da previsão inicial de 34,4 milhões.

Estão mantidas as prioridades para o pagamento da restituição previstas na lei: contribuintes idosos, pessoas com deficiência ou doença grave e os que vivem do magistério. A Receita incluiu nessa lista os contribuintes que optarem por receber por Pix e os que utilizarem a declaração pré-preenchida.

Para receber antes, no entanto, a chave Pix precisa ser o CPF do contribuinte. Não serão aceitas outras chaves, segundo afirmou José Carlos Fonseca, responsável pelo programa do IR 2023, em entrevista na sede da Receita em Brasília, nesta segunda (27).

A avaliação da Receita é que, ao escolher o recebimento por Pix, evitam-se erros na digitação de dados bancários.

Segundo Fonseca, a declaração pré-preenchida diminui os riscos de erro, mas não impede que o contribuinte caia na malha fina caso envie informações incorretas. Por isso, é preciso conferir todos os dados antes de enviá-los.

"O risco seu é menor porque você tem menos chances de estar preenchendo alguma informação errada, mas esse não é o único critério da malha."

Contribuintes com prioridade legal que entregarem a declaração até 10 de maio têm mais chance de entrar no primeiro lote, informou a Receita. Historicamente, esse primeiro pagamento tem só restituições para contribuintes idosos e outras prioridades.

Há ainda outras novidades no programa do IR, que são a possibilidade de inclusão da pensão alimentícia na ficha de Rendimentos Isentos e Não Tributáveis e mensagem no recibo de entrega informando a possibilidade de opção pelo débito automático no Meu Imposto de Renda, mesmo após o fim do prazo, para quem vai pagar imposto.

As principais regras que obrigam o envio da declaração são as mesmas de 2022.

A tabela do IR não é atualizada desde 2016 —a última correção foi em 2015— e, portanto, estão vigentes os mesmos valores de rendimentos tributáveis do ano passado. O contribuinte que recebeu rendimentos tributáveis acima de R$ 28.559,70 em 2022, como salário e aposentadoria, está obrigado a declarar o Imposto de Renda.

A regra que obriga a declarar o Imposto de Renda por ter feito operações na Bolsa de Valores mudou. Antes, qualquer contribuinte que tivesse comprado ou vendido ações no ano anterior era obrigado a declarar.

Agora, o envio só é obrigatório se o investidor vendeu ações cuja soma superou, no total, R$ 40 mil ou se ele obteve lucro com a venda de ações em 2022, sujeito à cobrança do IR.

O programa do IR será liberado no dia 15, primeiro dia do início do prazo de envio, para ser baixado em computadores, celulares e tablets. Também no início do prazo serão liberados o preenchimento e a entrega online do imposto no e-CAC.

Quem é obrigado a declarar e deixa de enviar o documento no prazo determinado paga multa mínima de R$ 165,74, que pode chegar a 20% do imposto devido no ano.

Como declarar o IR

- É necessário, primeiro, baixar o programa do IR no site da Receita ou o aplicativo para celular ou tablet. Há três tipos de preenchimento: declaração pré-preenchida, importando os dados do IR de 2022 ou nova
- O primeiro passo é informar o tipo de declaração, se é de ajuste anual, final de espólio ou saída definitiva do país. A opção pela pré-preenchida fica do lado direito. Quem vai importar dados do IR de 2022 também encontra essa opção do lado direito. A mesma regra vale para quem iniciará uma declaração em branco
- Para quem exportou os dados ou vai utilizar a pré-preenchida, a ficha de identificação do contribuinte virá com todas as informações. Basta conferir nome, número de documentos, data de nascimento, endereço, telefone, email e ocupação principal. Quando o documento é novo, é preciso preencher todas essas informações
- Depois, o contribuinte deve informar ou conferir os rendimentos recebidos, se foram de pessoa física ou jurídica. Para aposentados, há ainda a opção de declarar eventuais valores atrasados que tenha recebido do INSS ou outro órgão pagador
- Contribuinte com dependente deve listá-lo na ficha "Dependentes". Os bens e direitos vão na ficha de "Bens e Direitos", o que inclui valores em conta-corrente e/ou conta-poupança
- Gastos com médicos e escolas, entre outros, vão na ficha "Pagamento Efetuados". Alguns deles garantem restituição maior ou imposto menor a pagar
- Antes de enviar, é necessário conferir os dados, escolher a forma de tributação e corrigir as pendências, se houver. Pendências em vermelho impedem o envio, em amarelo, não

DOCUMENTOS PARA DECLARAR O IR

CPF
- É preciso informar o CPF do contribuinte e de seus dependentes
- Desde 2020, a Receita Federal exige que o CPF de todos os dependentes, de qualquer idade
- Para os que ainda não têm CPF é preciso solicitar o documento pelo site da Receita Federal ou nas agências da Caixa, do Banco do Brasil ou dos Correios

Informes de rendimentos
- Todas as empresas onde o contribuinte trabalhou em 2022 devem fornecer o informe de rendimentos até esta terça-feira (28)
- O documento deve informar salário, abono de férias, impostos retidos na fonte, gastos com planos de saúde e demais benefícios oferecidos
- O informe de rendimentos do cônjuge e de dependentes que tenham renda também deve estar em mãos quando a declaração for conjunta

Informes de instituições financeiras
- Bancos e instituições financeiras também têm de fornecer o informe de rendimentos com saldo de conta-corrente, conta-poupança e investimentos em 2022
- Quem tem conta ou investimento em mais de um banco precisa pegar o informe de todas as instituições

Recibos de despesas médicas
- Gastos com médicos de qualquer especialidade, inclusive por telemedicina, com exames médicos, serviços radiológicos, aparelhos ortopédicos e próteses ortopédicas e dentárias, e internações do contribuinte e seus dependentes podem ser deduzidos para diminuir o imposto pago ou aumentar a restituição
- É preciso informar corretamente os dados das notas fiscais dos serviços, que devem conter o CNPJ ou CPF do prestador

Recibos com educação
- Para gastos com educação, só é possível deduzir despesas com escolas de ensino fundamental, médio, superior, pós-graduação ou técnico
- Cursos extracurriculares ou livres e aulas particulares não podem ser deduzidos no IR
- Assim como os recibos médicos, os escolares devem conter o CNPJ da instituição, além do nome do aluno

Bens e imóveis
- Quem vendeu carro, imóvel ou outros bens de valor no ano passado deve buscar os contratos, as escrituras, as notas fiscais e demais recibos que correspondam à transação
- Os documentos devem informar nome, CPF ou CNPJ (comprador e vendedor), valores da negociação e forma de pagamento
- Se houve lucro na venda do bem, é obrigatório o preenchimento do programa de Ganhos de Capital de 2022. Caso não tenha feito o preenchimento, o contribuinte deve regularizar a situação pelo site da Receita Federal antes de fazer a declaração do IR
- Para financiamentos, é preciso informar o banco, o montante financiado, o valor da entrada e das prestações
- Quem pagou pensão alimentícia, consórcio de bens, fez doações financeiras ou recebeu herança deve ter todos os documentos da transação em mãos na hora de preencher a declaração do IR

RESTITUIÇÃO

Lotes
- 1º 31 de maio
- 2º 30 de junho
- 3º 31 de julho
- 4º 31 de agosto
- 5º 29 de setembro

Têm prioridade no pagamento da restituição...
- Idosos com idade igual ou superior a 80 anos
- Idosos com idade igual ou superior a 60 anos
- Pessoas com deficiência ou doença grave
- Contribuintes cuja maior fonte de renda seja o magistério
- Contribuintes que utilizaram a declaração pré-preenchida
- Quem optou por receber a restituição por Pix

VENCIMENTO DAS COTAS PARA QUEM TEM IMPOSTO A PAGAR

- Opção pelo débito automático da **1ª cota** ou **cota única**: até **10 de maio**
- Vencimento da **1ª cota** ou **cota única**: até **31 de maio**
- Vencimento das **demais cotas**: **último dia útil de cada mês**, até oitava cota em 28 de dezembro
- Pagamento do Darf para quem faz a doação do imposto para fundos da criança, do adolescente e da pessoa idosa: até 31 de maio

É OBRIGADO A DECLARAR O IR O CONTRIBUINTE QUE, EM 2022...

- Recebeu rendimentos tributáveis acima de R$ 28.559,70, o que inclui salário, aposentadoria e pensão do INSS ou de órgãos públicos
- Recebeu rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte (como FGTS) acima de R$ 40 mil
- Teve ganho de capital na alienação de bens ou direitos sujeitos à incidência do imposto; é o caso, por exemplo, da venda de carro com valor maior do que o pago na compra
- Teve isenção do IR sobre o ganho de capital na venda de imóveis residenciais, seguido de aquisição de outro imóvel residencial no prazo de 180 dias
- Realizou vendas em Bolsa que, no total, superaram R$ 40 mil, inclusive se isentas. E quem obteve lucro com a venda de ações, sujeitos à incidência do imposto. Valores até R$ 20 mil são isentos
- Tinha, em 31 de dezembro, posse ou propriedade de bens ou direitos, inclusive terra nua, acima de R$ 300 mil
- Obteve receita bruta na atividade rural em valor superior a R$ 142.798,50
- Quer compensar prejuízos da atividade rural de 2022 ou anos anteriores
- Passou a morar no Brasil em 2022 e encontrava-se nessa condição em 31 de dezembro

NOVIDADES DA DECLARAÇÃO PRÉ-PREENCHIDA

1. Autorização de acesso a terceiros para preencher a declaração
2. Informações sobre imóveis adquiridos e registrados em cartório, que constem na DOI (Declaração de Operações Imobiliárias)
3. Doações efetuadas no ano-calendário declaradas por instituições em DBF (Declaração de Benefícios Fiscais)
4. Inclusão de criptoativos declarados pelas exchanges
5. Declaração já terá o valor dos saldos de contas bancárias e de investimento em 31/12/2022, desde que os dados em 31/12/2021 tenham sido informados corretamente
6. Inclusão de conta ou fundo novo, ou não informados na declaração de 2022
7. Rendimentos de restituição recebidos no ano-calendário

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Acha-se aberta na Chefia de Gabinete, da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, a licitação na modalidade pregão eletrônico **01/2023/CPP**, processo 2.464/2023, destinada à serviços de vigilância/segurança para o Parque Estadual Jequitibá. A abertura das propostas dar-se-á no dia **13/03/2023** às **09h00**, no site www.bec.sp.gov.br, através da oferta de compra **260131000012023OC00001**. As propostas serão recebidas no site a partir do dia **28/02/2023**. Os interessados poderão consultar o Edital completo nos sites www.imesp.com.br (opção "NEGÓCIOS PÚBLICOS"); www.bec.sp.gov.br ou www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br. Pedidos de esclarecimentos devem ser efetuados através do sistema BEC e as respostas serão divulgadas no próprio ambiente eletrônico, de modo que todos os interessados tenham acesso aos questionamentos e esclarecimentos prestados.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP
EXTRATO DO CONTRATO Nº 070/2023

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Fernandópolis. CONTRATADA: Metapública Consultoria e Assessoria em Gestão Pública Ltda. VALOR: R$ 177.600,00 - ASSINATURA:16/02/2023 - OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos multidisciplinares especializados de gestão pública, em especial nas áreas de planejamento orçamentário, contabilidade, finanças, tesouraria, com emissão de pareceres e orientação no cumprimento de todas normas legais aplicáveis, compreendendo o fornecimento de todo material empregado, conhecimento técnico, serviços complementares e outros para a Secretaria Municipal da Fazenda do Munícipio de Fernandópolis/Sp. MODALIDADE: Tomada de Preços nº 020/2022.

Fernandópolis, 27 de fevereiro de 2023.
CIBELE BERGER SANCHES CARBONE
Gerente de Suprimentos

Prefeitura do Município de Caieiras
Secretaria de Administração - Diretoria de Compras
EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2023

ÓRGÃO: Município de Caieiras. **EDITAL:** 007/2023. Aquisição de itens para equipar e modernizar o serviço do CAPS no Município de Caieiras **MODALIDADE:** Pregão Eletrônico. O RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS será das 14h30min do dia 01/03/2023 até as 14h30min do dia 10/03/2023 E ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS no horário das 14h31mim do dia 10/03/2023 (através do site (www.bbmnetlicitacoes.com.br). As empresas interessadas poderão retirar o edital pelo site www.bbmnetlicitacoes.com.br. Maiores informações pelo telefone 4445-9240, no horário das 09h00min às 16h00min. Não enviamos o edital por fax e/ou correio.

Caieiras, 27 de Fevereiro de 2.023.
SAMUEL BARBIERI PIMENTEL DA SILVA
Diretor de Compras e Licitações

PREFEITURA MUNICIPAL BADY BASSITT
Edital do Pregão Presencial nº 002/2023 – Registro de Preços

A Prefeitura Municipal de Bady Bassitt faz saber a todos os interessados que se encontra aberto o Pregão Presencial nº 002/2023, referente ao registro de preços para aquisição de uniformes escolares. O recebimento e abertura dos envelopes ocorrerão no dia 15 de março de 2023 às 09:00 horas, na Biblioteca Municipal de Bady Bassitt. Edital completo e maiores informações poderão ser obtidas através do *site* www.badybassitt.sp.gov.br ou pelo *e-mail* licitacoes@badybassitt.sp.gov.br. Prefeitura Municipal de Bady Bassitt, em 27 de fevereiro de 2023. Luiz Antonio Tobardini - Prefeito Municipal.

Tomada de Preços nº 001/2023

Órgão Licitante: Município de Bady Bassitt. Modalidade: Tomada de Preços 001/2023. Objeto: Contratação de empresa para construção de mini campo na Rua Augusto Vieira de Jesus, Jardim San Remo, Sistema de Lazer, em Bady Bassitt - SP. Sessão: 09h00 do dia 17/03/2023, na Biblioteca Municipal de Bady Bassitt. Edital completo e maiores informações poderão ser obtidas através do *site* www.badybassitt.sp.gov.br ou pelo *e-mail* licitacoes@badybassitt.sp.gov.br. Bady Bassitt, 27 de fevereiro de 2023. LUIZ ANTONIO TOBARDINI - Prefeito Municipal

PREFEITURA DE MIRANDÓPOLIS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 16590/2022 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2023 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2023 - CHAMADA PÚBLICA Nº 01/20232 - EDITAL Nº 02/2023 - TERMO DE RERRATIFICAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - ADEMIRO OLEGÁRIO DOS SANTOS, Prefeito do Município de Mirandópolis, no uso de suas atribuições legais, ADJUDICA e HOMOLOGA o Processo Administrativo nº 16590/2022, Processo Licitatório nº 02/2023, Chamada Pública nº 01/2023, Dispensa de Licitação nº 01/2023, promovida para à aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, para o ano letivo de 2.023, em favor dos proponentes: GRUPO FORMAL: Associação de Produtores Rurais do Assentamento São Lucas – APRASAL - Itens: 02, 03, 04, 05, 06, 08, 09, 10, 11, 13, 14, 15, 19, 21, 22, e 23. GRUPO INFORMAL: Pércio Makoto Tooru Kamijo Junior e outros - Itens: 01, 12 e 24. Com efeito, ficam convocados a comparecer ao Departamento de Compras e Licitações, sito à Rua das Nações Unidas, nº. 400, Centro, Mirandópolis-SP a fim de assinar o respectivo Termo Contratual. Mirandópolis, 27 de fevereiro de 2023. Ademiro Olegário dos Santos – Prefeito.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JAGUARIÚNA
AVISO DE SUSPENSÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N° 005/2023 – COM ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP E ITENS DE AMPLA PARTICIPAÇÃO – SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

Torna-se público e para conhecimento dos interessados que o Pregão Eletrônico acima mencionado, que tem como objeto "Registro de preços de locação de equipamentos/máquinas, contemplando todos os insumos referentes à locação como: manutenção combustível (óleo diesel, graxa e lubrificante, mão de obra operacional)", cuja sessão ocorreria dia 09 de março de 2023, às 09:00 horas, encontra-se SUSPENSO, por motivos insertos no procedimento licitatório. Mais informações poderão ser obtidas pelos telefones: (19) 3867-9780, com Antônia, (19) 3867-9801, com Aline, (19) 3867-9792, com Ricardo, (19) 3867-9825, com Renato, (19) 3867-9760, com Luciano, (19) 3867-9807, com Carla, (19) 3867-9757, com Geovani ou pelo endereço eletrônico: luciano_licitacoes@jaguariuna.sp.gov.br.

Jaguariúna, 27 de fevereiro de 2023.
Antônia M. S. X. Brasilino - Departamento de Licitações e Contratos

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO DE ADITAMENTO DO CONTRATO N° 066/2022
CONCORRÊNCIA Nº 013/2021

Contratante: Município de Jaguariúna. Contratada: Legacy Tech Soluções Urbanas LTDA – CNPJ 26.641.330/0001-50. Objeto: Execução da ampliação da rede de distribuição de energia elétrica primária e secundária; implantação e modernização compreendendo serviço de retirada, e instalação de Conjunto IP (Iluminação Pública) com fornecimento dos materiais necessários e mão de obra – Contrato de Financiamento nº 0526.795-19 – FINISA. Fica suprimida integralmente da execução do projeto de ampliação da rede de distribuição de energia elétrica primária e secundária na Estrada Alberto Macedo Junior – JGR 354, prevista no Contrato original, o valor correspondente a R$ 960.865,63. Fica acrescida à execução do projeto de ampliação da rede de distribuição de energia elétrica primária e secundária na Estrada Amadeu Bruno JGR 221, prevista no Contrato original, o valor de R$ 12.726,63. Com as alterações mencionadas, o valor global do Contrato que era de R$ 1.686.063,24 passa a ser de R$ 737.924,24. Fica prorrogado o prazo de execução, por mais 30 dias, contados de 04 de fevereiro de 2023, mantendo-se a vigência contratual até 04 de junho de 2023. Ratificam-se neste ato todas as cláusulas do referido Contrato, as quais permanecem inalteradas para todos os efeitos legais.

Secretaria de Gabinete, 24 de fevereiro de 2023
Maria Emília Peçanha de Oliveira Silva - Secretária Municipal de Gabinete

Departamento de Sucessões e Tribunal de Família
Citação por edital
Divisão de Essex NÚMERO DA PAUTA: ES22A0322SJ

Helisa Martins De Assis em nome de Guilherme Martins De Assis
V.
De Jesus Adilson Monteiro

A petição inicial de dependência apresentada em **25 de agosto de 2022** foi apresentada a este Tribunal pela Autora: **Helisa Martins De Assis em favor de Guilherme Martins De Assis** contra o Réu acima mencionado: **De Jesus Adilson Monteiro** buscando um Juízo de Dependência com determinação relativa ao Estatuto Especial de Imigrante Juvenil, conforme G.L. c. 119, §39M. O referido réu não pode ser encontrado dentro da Commonwealth e seu paradeiro atual é desconhecido; portanto, a notificação pessoal para o referido réu não é praticável. O referido réu não apareceu voluntariamente nesta ação.

O Réu é obrigado a notificar o advogado da Autora: **Bel. Daniel A Rojas, localizado em Georges Cote Law, 235 Marginal Street, Chelsea, MA 02150,** de sua resposta, se houver, à petição, no prazo de 7 dias após a notificação desta citação, excluindo o dia da notificação. O Réu também é obrigado a apresentar uma resposta junto ao ofício do Cartório de Registro deste Tribunal na Corte de Sucessões e Família de Essex, seja antes da notificação ao autor ou ao advogado do autor, se representado por advogado, ou dentro de um prazo razoável depois disso.

ORDEM DE NOTIFICAÇÃO

Fica ORDENADO que uma cópia desta citação seja:

Entregue, com uma cópia da petição inicial, ou através da publicação de uma cópia da citação em um Jornal de Circulação Geral em **Ceilandia Norte Brasília, Brasil,** uma publicação que circule na área geográfica onde é sabido que o Réu se mudou pela última vez, pelo menos sete (7) dias antes da data da audiência.

Esta questão será agendada para Audiência Administrativa em **23 de março de 2023.**

Em testemunho, Frances Giordano, Primeiro Juiz do referido Tribunal, aos **16 de fevereiro de 2023.**

[Selo]
[Assinatura] Cartório de Registro.

CITAÇÃO em REQUERIMENTO POR DEPENDÊNCIA RELATIVO A G.L. c. 119, § 39 M	Registro No. PL23A0007SJ	Commonwealth de Massachusetts Tribunal de Julgamentos Tribunal de Sucessões e Família
Valdimara Souza de Oliveira, Requerente Vs. Roberto dos Santos, Réu "Pai Um" Se aplicável: Réu "Pai Dois"		Tribunal de Sucessões e Família de Plymouth

Ao réu nomeado acima:

Ordena-se que o Sr. compareça ao Tribunal de Sucessões e Família de Plymouth para uma audiência relativa a este Requerimento por Dependência relativo a G.L. c. 119, § 39 M.

Informações sobre a audiência:
Data: 18/05/2023
Hora: 11:00
Local: Tribunal de Sucessões e Família de Brockton
215 Main Street
Brockton, MA 02301

Você está citado e requisitado para se apresentar a:
Daniel A Rajas, Esq.

Cujo endereço é:
Georges Cote Law
235 Marginal St.
Chelsea, MA 02150

A sua resposta, se houver, ao requerimento pelo qual o Sr. está sendo citado, deve ser apresentada dentro de **7 dias** após o recebimento desta citação, excluindo o dia de recebimento. Requer-se também que o Sr. apresente a sua resposta ao requerimento no escritório de registro deste tribunal, no **Tribunal de Sucessões e Família de Plymouth,** seja antes da intimação do reclamante ou advogado do reclamante, se representado por advogado, ou dentro de um prazo razoável após isso.

TESTEMUNHA, Hon. Edward G Boyle, Primeiro Juiz desta Corte

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAPUÃ
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº03/2023-PROCESSO Nº20/2023

OBJETO:A Prefeitura Municipal de Parapuã/SP,em cumprimento às Leis Federais nº8.666/93 e 10.520/02,torna público que realizará abertura de processo licitatório no dia 14/03/2023,às 09:00 horas, na PLATAFORMA–BLL-https://bllcompras.com,visando a aquisição de 01 (um) veículo zero quilômetro, tipo furgão adaptado em ambulância SIMPLES REMOÇÃO para atender as necessidades do município, conforme especificações do Termo de Referência, de acordo com Emenda Parlamentar nº 2022.087.37467 e Resolução SS nº 154 de 11 de novembro de 2022.Do Recebimento das Propostas:A partir das 12:00 horas do dia 28/02/2023 até as 08:00 horas do dia 14/03/2023.Da Abertura e Análise das Propostas:Das 8h01 até às 8h59 do dia 14/03/2023.Do Início da Sessão Pública:Às 9h00 do dia 14/03/2023.A cópia completa deste edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site oficial www.parapua.sp.gov.br e no site www.bll.org.br.Não será enviado o edital e anexos por via postal,e-mail ou similar.Gilmar Martin Martins-Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 010/2022 – PROCESSO Nº 297/2022.

ANDRÉ GIOVANNI PESSUTO CÂNDIDO, Prefeito Municipal de Fernandópolis, Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os interessados que HOMOLOGA o parecer do Agente de Contratação, para a " Contratação de empresa especializada para execução de pavimentação asfáltica, drenagem e sinalização para abertura da nova alça de acesso da SP-320 – Rodovia Euclides da Cunha, localizado na Avenida Marginal Luiz Brambatti com a SP-320 (km 551 + 52,68 m), com fornecimento de material e mão de obra; conforme Memorial Descritivo, Memorial de Cálculo, Orçamento, Cronograma Físico – Financeiro e Projetos.", em favor da empresa: CONPAV SANTA FÉ CONSTRUÇÕES E PAVIMENTAÇÃO LTDA.

Fernandópolis-SP., 27 de fevereiro de 2.023.
ANDRÉ GIOVANNI PESSUTO CÂNDIDO
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
PREGÕES ELETRÔNICOS

PE.115/2023 - PEC.00403/2023– REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO – Abertura do Pregão em 13/03/2023 às 14:00 horas
PE.116/2023 - PEC.00248/2023– REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO – Abertura do Pregão em 14/03/2023 às 09:00 horas
PE.119/2023 - PEC.00423/2023– REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TELA INTERATIVA – Abertura do Pregão em 13/03/2023 às 09:00 horas
O(s) edital(is) encontra(m)-se disponível(is) no quadro de editais na Av. Kennedy, nº 1100 – "Prédio Gilberto Pasin", Pq. Anchieta - SBC, das 8:30 às 17 horas e no site **https://compras.saobernardo.sp.gov.br**. Telefones (11) 2630-5499/5498/5500/5495.

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Jaboticabal SAAEJ
AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2023 – Processo nº 57/2023

Objeto: contratação de empresa especializada para **CONSTRUÇÃO E REFORMA DE COBERTURAS - COZINHA, PRÉDIO ADMINISTRATIVO E E.T.A, no município de Jaboticabal/SP.** Os interessados poderão consultar o edital da licitação em epígrafe, gratuitamente, através do site do SAAEJ, através do link saaej.sp.gov.br/novosite/novas-tecnologias ou, presencialmente, no Setor de Compras e Licitações, sito na Rua Jornalista Cláudio Luís Berchielli, 345, bairro Santa Mônica, na cidade de Jaboticabal/SP, das 08:00 às 16:00. **Prazo final para entrega dos envelopes:** até 16/03/2023 às 08h30min. **Abertura dos envelopes:** 16/03/2023 às 09h00min.

Jaboticabal, 27 de fevereiro de 2023.
ALBERTO CLAUDIO ALMEIDA FILHO - Presidente do SAAEJ

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VARGEM GRANDE PAULISTA /SP
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura do Município de Vargem Grande Paulista, através do Departamento de Licitações e Contratos Administrativos, TORNA PÚBLICO aos interessados que encontra-se aberto processo licitatório, na modalidade, **TOMADA DE PREÇOS Nº 018/2022 EDITAL Nº. 108/2022, PROCESSO Nº. 346/2022,** tendo por objeto a **Contratação de empresa especializada em engenharia/arquitetura para execução de reforma da Unidade Básica de Saúde, Ari dos Santos, localizada na Rua Jabaquara - Jardim São Lucas – Vargem Grande Paulista, em conformidade com o projeto completo, memorial descritivo, planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro e demais condições deste Edital.** Data de entrega e abertura dos envelopes: 17/03/2023 às 09h00min horas. Local: Paço Municipal Ari Bigarelli, sito a Praça da Matriz, 75, Centro, Vargem Grande Paulista. O edital completo poderá ser obtido através de download pelo endereço eletrônico www.vargemgrandepta.sp.gov.br. mediante o cadastro do interessado no Portal do Cidadão. Mais informações através do fone: 11 4158-8800 RAMAL 258/ 261. Em, 27 de fevereiro de 2023 – Luís Henrique Laroca – Departamento de Licitações e Contratos Administrativos.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAVÍNIA/SP
HOMOLOGAÇÃO e ADJUDICAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 05/23.

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E ACONDICIONAMENTO DE EMBALAGENS PARA ADMINISTRAÇÃO. O Prefeito de Lavínia/SP, no uso de suas atribuições legais, HOMOLOGA o procedimento licitatório em face da Adjudicação da Pregoeira, e acolhe o presente objeto em favor de: – FIORAVANTE COM. DE PROD. ALIMENTICIOS LTDA - CNPJ nº. 44.210.916/0001-41, no valor de R$ 132.455,00 - PÉRCIO MAKOTO T. KAMIJO JR.-ME – CNPJ nº. 17.489.222/0001-12, no valor de R$ 16.945,00 – CRF ALIMENTOS LTDA - CNPJ nº.48.828.205/0001-96, no valor total de R$ 20.130,00 - SAGRADO & VIDOTTO ARAÇATUBA LTDA – CNPJ nº. 02.183.748/0001-00, no valor de R$ 154.574,00 - I.C. RISSI ALIMENTOS – EPP – CNPJ nº. 40.505.825/0001-82, no valor de R$ 36.252,50.

Lavínia/SP, 27/02/23. Salvador Cazuo Matsunaka – Prefeito

HOMOLOGAÇÃO e ADJUDICAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/23.

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, FRALDAS E NUTRIÇÃO PARA UNIDADE BASICA DE SAÚDE DO MUNICIPIO. O Prefeito de Lavínia/SP, no uso de suas atribuições legais, HOMOLOGA o procedimento licitatório em face da Adjudicação da Pregoeira, e acolhe o presente objeto em favor das empresas: SOMA/SP PROD. HOSP. LTDA - CNPJ nº. 05.847.630/0001-10 no valor total de R$ 299.387,48 - COMERCIAL MARK ATACADISTA LTDA - CNPJ nº. 09.315.996/0001-07 no valor total R$ 185.877,62 – LUMAR COM. DE PROD. FARMACEUTICOS LTDA - CNPJ nº. 49.228.695/000-52 no valor total de R$ 20.725,00 - INOVAMED HOSPITALAR LTDA - CNPJ nº. 12.889.035/0001-02 no valor total de R$ 244.025,33 – FUTURA COM. DE PROD. MED. E HOSP. EIRELLI - CNPJ nº. 08.231.734/0001-93 no valor total de R$ 58.980,56 – W.A COM. DE MEDICAMENTOS LTDA -CNPJ nº. 43.232.006/0001-05 no valor total de R$ 42.859,50 – COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA - CNPJ nº 67.729.178/0001-91 no valor total de R$ 53.300,00 - TRIUNFAL MARILIA COMERCIAL LTDA-EPP - CNPJ nº. 64.815.897/0001-94 no valor total de R$ 158.398,58 - CIRURGICA ONIX EIRELI - CNPJ nº. 20.419.709/0001-33 no valor total de R$ 80.934,62 - AGLON MEDICAMENTOS COM. E REP. LTDA - CNPJ nº. 65.817.900/0001-71 no valor total de R$ 79.214,84 - CIRURGICA UNIÃO LTDA - CNPJ nº. 04.063.331/0001-21 no valor total de R$ 9.600,00 - KENAN MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ nº. 21.257.684/0001-81 no valor total de R$ 199.885,18 - SERVIMED COMERCIAL LTDA - CNPJ nº. 44.463.156/0001-84 no valor total de R$ 19.776,00 - R.A.P APARECIDA COM. DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ nº. 06.968.107/0001-04 no valor total de R$ 829.439,56 – DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - CNPJ nº. 76.386.283/0001-13 no valor total de R$ 218.898,38 - DROGARIA HS LTDA - CNPJ nº. 15.116.187/0001-60 no valor total de R$ 228.608,12 - INTERLAB FARMACEUTICA LTDA - CNPJ nº. 43.295.831/0001-40 no valor total de R$ 245.567,74.

Lavínia/SP, 27/02/23. Salvador Cazuo Matsunaka - Prefeito

Departamento de Sucessões e Vara de Família do Tribunal
Convocação por Publicação

Divisão de Essex

Eliane Maria Da Costa Cavalcanti O/B/O Ana Luiza Costa Cavalcanti
V.
Rodrigo Melo De Albuquerque Cavalcanti

Ação por Dependência, ajuizada em **04 de maio de 2022,** apresentada a este Juízo pela autora **Eliane Maria Da Costa Cavalcanti 0/B/O Ana Luiza Costa Cavalcanti** contra o réu acima citado, **Rodrigo Melo De Albuquerque Cavalcanti,** pleiteando ajuizamento por Dependência com determinação relativa ao estatuto especial juvenil de imigrante, nos termos do G.L. c. 119, §39M. O referido réu não pode ser encontrado dentro da Comunidade e seu paradeiro atual é desconhecido; a notificação pessoal ao referido réu, portanto, não é praticável. O referido réu não compareceu voluntariamente nesta ação.

O réu é obrigado a se apresentar ao advogado do autor: **Daniel A. Rojas localizado em Georges Cote Law, 236 Marginal St., Chelsea, MA 02160,**sua resposta, se houver, à reclamação, deve ser feita dentro de 7 dias após o envio desta intimação, não incluindo o dia do envio. O réu também é obrigado a apresentar uma resposta no escritório do Registro deste Tribunal no Tribunal de Família e Sucessões de Essex, antes da notificação ao autor ou ao advogado do autor, se representado por advogado, ou dentro de um prazo razoável a partir de então.

ORDEM DE NOTIFICAÇÃO

É ORDENADO que uma cópia desta convocação seja:

Enviada, com cópia da denúncia, ou mediante publicação de cópia da citação em Jornal de Grande Circulação na Folha de S. Paulo, Brasil, publicação que circule na área geográfica onde se saiba que o réu se mudou pela última vez, com pelo menos sete (7) dias antes da data da audiência.

Este assunto será agendado para Audiência Administrativa em **13 de abril de 2023.**

Testemunha, Frances Giordano, Primeira Juíza do referido Tribunal, neste dia **17 de fevereiro de 2023.**

Registro de Sucessões

CONVOCAÇÃO em RECLAMAÇÃO POR DEPENDÊNCIA DE ACORDO COM G. L. c.119, § 39M	Nº da Súmula ES22A0487SJ	Comunidade de Massachusetts Tribunal de Justiça Vara de Sucessões e Família
Joyce Pimenta Oliveira, **Autora** **V.** **Jose Antonio De Oliveira**, **Réu "Pai Nº Um"** **Se aplicável:** , **Réu "Pai Nº Dois"**		**Tribunal de Família e Sucessões de Essex**

Ao Réu acima indicado:

Você está intimado a comparecer ao **Tribunal de Família e Sucessões de Essex** para uma audiência sobre esta Reclamação por Dependência de Acordo com a G. L. e. 119, § 39M

Informações sobre a audiência:

Moção
Data: **05/04/2023**
Hora: **08:30 AM**
Local: **36 Federal Street, Salem**
36 Federal Street
Salem, MA 01970

Você está intimado e obrigado a servir em:
Daniel A Rojas, Esq.

cujo endereço é:
Georges Cote Law
235 Marginal St
Chelsea, MA 02150

sua resposta, se houver, à reclamação que lhe for apresentada, dentro de **7 dias após** o envio desta Intimação, excluindo o dia da notificação. Você também deve apresentar sua resposta à reclamação no escritório do Registro deste tribunal **no Tribunal de Família e Sucessões de Essex,** antes da citação ao autor ou ao advogado do autor, se representado por um advogado, ou dentro de um prazo razoável a partir de então.

TESTEMUNHA, Exma. Frances M. Giordano, Primeira Juíza deste Tribunal.

Data: 13 de fevereiro de 2023 [ASSINATURA]
Registro de Sucessões

PREFEITURA DE MIRANDÓPOLIS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2219/2023 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2023 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2023 - EDITAL Nº 06/2023 - TIPO: Menor Preço por Item. OBJETO: Registro de Preços para aquisição de medicamentos, fraldas e insumos para diabéticos destinados ao atendimento de demandas de processos judiciais. DATA PARA ENTREGA DOS DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇOS: 14 de março de 2.023, às 09h00. LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO: Sala de Licitações – Rua das Nações Unidas, nº. 400, Centro, às 09h00. O Edital completo será fornecido aos interessados por meio eletrônico, através do site www.mirandopolis.sp.gov.br. Mirandópolis, 27 de fevereiro de 2.023. Ademiro Olegário dos Santos – Prefeito.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FARTURA
AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2023 - PROCESSO Nº 20/2023

A Prefeitura Municipal de Fartura/SP, faz saber que se acha aberta licitação pública com a finalidade de Contratação de empresa especializada em fretamento diário contínuo para realizar transporte sanitário eletivo destinado ao deslocamento de usuários para realizar procedimentos de caráter eletivo nos centros de atendimento localizados no município de Botucatu, pelo período de 12 meses, de acordo com as especificações do Anexo 01 - Termo de Referência. Vencimento: 24/03/2023, às 09h00min. Informações: Setor de Licitações da Prefeitura - Praça Deocleciano Ribeiro, 444, Fartura/SP. Fone: (14) 3308-9332 - Site: www.fartura.sp.gov.br.

Fartura, 27 de fevereiro de 2023.
Luciano Peres - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUD MENNUCCI
PREGÃO ELETRÔNICO N° 001/2023 PROCESSO N° 027/2023

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GENEROS ALIMENTICIOS. Abertura dia: 13 de março de 2023. O Edital estarará disponível no site www.sudmennucci.sp.gov.br a partir do dia 28 de fevereiro de 2023. Mais informações pelo fone (18) 3786-9600/9613. Sud Mennucci - SP, 27 de fevereiro de 2023.
JOSÉ URBINO DOS SANTOS NETO - PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO ELETRÔNICO N° 002/2023 PROCESSO N° 028/2023

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE LIMPEZA. Abertura dia: 15 de março de 2023. O Edital estarará disponível no site www.sudmennucci.sp.gov.br a partir do dia 28 de fevereiro de 2023. Mais informações pelo fone (18) 3786-9600/9613. Sud Mennucci - SP, 27 de fevereiro de 2023.
JOSÉ URBINO DOS SANTOS NETO - PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO FELIZ
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 21/2022 - Processo nº 17.189/2022
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE DIAGNÓSTICOS.

Decorrido o prazo para interposição de recursos e contrarrazões, e julgado os mesmos, fica o resultado como se segue: 1. CONSTRUJOB CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA. **– VENCEDORA.** A ata com maiores informações estará disponível no Portal da Transparência no site www.portofeliz.sp.gov.br e, os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Setor de Licitações, situado à Rua Adhemar de Barros, nº 340 – Centro – Porto Feliz/SP – CEP: 18540- 000, e poderão ser solicitados através do link https://portofeliz.1doc.com.br/atendimento (Protocolos).

Mário Anselmo Correr - Presidente da Comissão de Licitação
Antônio Cassio Habice Prado - Prefeito Municipal

PREFEITURA DE MIRANDÓPOLIS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1914/2023 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2023 - TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2023 - EDITAL Nº 08/2023 - Licitação do tipo menor preço, regime de empreitada global, com utilização de recurso Federal e Próprio. OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de obras de construção de quadra poliesportiva no Bairro Jardim Santa Rosa, referente Plano de Ação nº 09032021-010318 - Modalidade de Transferência Especial – Programa 09032021. DATA PARA ENTREGA DOS DOCUMENTOS E PROPOSTA: 23 de março de 2.023, às 09h00. LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA: Sala de Licitações da Prefeitura do Município de Mirandópolis, situada a Rua das Nações Unidas, nº 400, às 09h00. O edital completo poderá ser retirado por meio eletrônico, através do site www.mirandopolis.sp.gov.br, ou no Departamento de Compras e Licitações, sita na Rua das Nações Unidas, n 400, Centro, Mirandópolis/SP. Informações a respeito da presente licitação serão obtidos no citado endereço ou através do e-mail comprasmirandopolis@gmail.com. Mirandópolis – SP, 27 de fevereiro de 2023. Ademiro Olegário dos Santos – Prefeito.

HOSPITAL MUNICIPAL "DR. TABAJARA RAMOS" – AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - Hospital Municipal "Dr. Tabajara Ramos" Pregão Eletrônico nº 09/2023 - UASG 927826 Processo Licitatório nº 000092/2023 - Objeto: Fornecimento de indicador biológico e cessão em regime de comodato de 01 (uma) incubadora nova, com abertura às 09h00min do dia 13 de março de 2023. O edital completo encontra-se a disposição dos interessados na sala da Comissão de Licitações, situada no 2º andar do Hospital Municipal "Dr. Tabajara Ramos", sito a Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Planalto Verde, na cidade de Mogi Guaçu/SP, no horário das 08h30min às 16h00min, em dias úteis, e/ou através dos sites www.gov.br/compras/pt-br e www.mogiguacu.sp.gov.br. Mogi Guaçu, 27 de fevereiro de 2023. Wagner Tadeu Cezaroni – Superintendente.

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Acha-se aberta no **CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA - CEETEPS**, a licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº019/2023**, tipo **MENOR PREÇO**, **OC. 102401100632023OC00033** referente ao **Processo nº 2022/20123**, a ser efetivada por intermédio do **sistema eletrônico de contratações, denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo – BEC/SP"**, cujo objeto se trata de **SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA ADEQUAÇÃO DAS COBERTURAS DOS BLOCOS 1,2,3 E COZINHA E REFEITÓRIO DA ETEC PROFº HORÁCIO AUGUSTO DA SILVEIRA, LOCALIZADA NA RUA ALCÂNTARA Nº 113, VILA GUILHERME - CEP: 02110-010 - SÃO PAULO/SP**; sendo que a realização do pregão dar-se-á no dia **15 de março de 2023**, a partir das 10h, no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br. O edital estará disponível para consulta e/ou retirada no site www.bec.sp.gov.br, www.cps.sp.gov.br e www.imprensaoficial.com.br.

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Acha-se aberta no **CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA**, a licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2023**, tipo **MENOR PREÇO**, OC. **102401100632023oc00011,** referente ao Processo nº **2022/36495**, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de **contratações, denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo – BEC/SP",** cujo objeto é **PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DO ABASTECIMENTO E AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS DE VEÍCULOS E DEMAIS SERVIÇOS**, a realização do pregão será no dia **15 de março de 2023**, a partir das **09 horas.** O edital na integra, estará disponível para consulta e/ou retirada no site www.bec.sp.gov.br e https://https://dmp.cps.sp.gov.br/licitacoes/.

CSN MINERAÇÃO S.A.
Companhia Aberta - CNPJ nº 08.902.291/0001-15 - NIRE 31.300.025.144
Extrato da Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de janeiro de 2023

A Reunião do Conselho de Administração foi realizada em 23 de janeiro de 2023, às 11h, na filial da CSN Mineração S.A. ("Companhia"), localizada na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3400, 20º andar, parte, Sala Congonhas, São Paulo - SP, na qual foi aprovado, por unanimidade a doação ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio de 4 áreas de propriedade da Companhia, a saber: (i) imóvel com área de 5,7565ha, registrado perante o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Buenópolis, Estado de Minas Gerais, sob o nº 8.717; e (ii) 3 áreas de 65,02ha, 114,748ha e 4,183ha do imóvel registrado perante o Cartório de Registro de Imóveis da Buenópolis, Estado de Minas Gerais, sob o nº 8.718, para cumprimento de obrigação legal assumida junto ao Instituto Estadual de Florestas ("IEF") e a Superintendência de Projetos Prioritários ("SUPRI"), conforme estabelecido nos Termos de Compromisso TCCA 2101090500221, TCCFM 36800697/2021, TCCF 5896/2021 e Processo SLA/ Parecer Único 5896.2021 (SUPRI). A respectiva ata foi registrada na JUCEMG sob o nº 10013367, em 03 de fevereiro de 2023, e sua versão na íntegra está disponível nos websites: https://ri.csnmineracao.com.br/ e https://publicidadelegal.folha.uol.com.br/.

Prefeitura do Município de Caieiras
Secretaria de Administração - Diretoria de Compras
ATA DE CUMPRIMENTO DO ARTIGO 10 DA LEI 12.232 DE 2010

. . . Às oito horas e trinta minutos do dia onze do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e três, no Departamento de Compras e Licitações, no Paço Municipal de Caieiras, reuniu-se a Comissão Municipal de Licitações - COMUL, nomeada pela Portaria nº **23.481/2021**, com o intuito de dar cumprimento ao Artigo 10 da Lei 12.232 de 29 de Abril de 2010, que dispõe sobre a escolha da Subcomissão Técnica que irá analisar as propostas técnicas de processo licitatório que será realizado com embasamento na referida Lei. Dando início aos trabalhos pelo Senhor Presidente, e nos termos do §2º do Artigo 10 da Lei 12.232/2010, a escolha dos membros será feita por sorteio em uma relação de 6 (seis) membros da administração pública formados em comunicação, publicidade ou marketing ou que atuem em uma dessas áreas, e outros 3 (três) membros que não tenham vínculo com o Município, que foram escolhidos os referidos nomes que seguem: WANDERSON BRUNO CUNHA DE SENA, JAKELINE JULIANA EUSEBIO CUEVAL, LAIZ GOMES PEREIRA, ANNA CLARA SANTOS AZEVEDO, SHIRLENE GONÇALVES PEREIRA, MARTA ADRIANA BARBOSA CECCATO, AFONSO HENRIQUE MADEIRA ABELHÃO, ANTONIO TOLEDANO ROMERO, OSWALDO RODRIGUES FILHO, PAULO ZOEGA NETO, ENIO MARIM VERGEIRO. E, nos termos do §4º do mesmo Artigo 10, se faz necessário publicar no DOE com antecedência de 10 (dez) os referidos nomes que participarão do sorteio. Pelo Senhor Presidente, foi determinado a publicação da referida lista para que no dia 10/03/2023 às 16h00mim, seja realizado o sorteio para garantir o preenchimento das vagas da Subcomissão Técnica para realização do futuro certame. Nada mais havendo a tratar, foi dada a reunião por encerrada, lavrando-se esta Ata que segue assinada pelos presentes.

Monica Corradini Nunes - Presidente da COMUL
Maria Bernardina de Albuquerque Neta - Membro da COMUL
Alessandra Gonçalves Viana - Membro da COMUL
Mario Eder dos santos - Membro da COMUL
Ícaro Donassan - Membro da COMUL
Samuel Barbieri Pimentel da Silva - Membro da COMUL

CITAÇAO sobre PETIÇÃO INICIAL DE DEPENDÊNCIA EM CONFORMIDADE COM A G. L. c. 119, § 39M	Nº da pauta PL23A0024SJ	Commonwealth de Massachusetts Tribunal de Julgamento Tribunal de Família e Sucessões
Damilos Rian Lindenbergue Da Silva, **Autor** v. **Carlos Lindembergue**, **Réu "Pai/Mãe Um"** **Se aplicável:** , **Réu "Pai/Mãe Dois"**		Tribunal de Família e Sucessões de Plymouth

Para o Réu acima mencionado:

Você está ordenado a comparecer ao **Tribunal de Família e Sucessões de Plymouth** para uma audiência sobre esta Petição Inicial de Dependência em conformidade com G. L. c. 119, § 39M.

Informações sobre a audiência:

Audiência de revisão
Data: **25/05/2023**
Hora: **14:00**
Local: **Tribunal de Família e Sucessões de Brockton**
215 Main Street
Brockton, MA 02301

Você foi citado e requisitado por este meio a se apresentar a:
Bel. Daniel A Rojas

cujo endereço é:
Georges Cote Law
235 Marginal St
Chelsea, MA 02150

sua resposta, caso haja, à petição inicial que lhe foi apresentada, dentro de **7 dias** após esta intimação, exclusiva do dia de notificação. Você também é obrigado a apresentar sua resposta à petição inicial junto ao ofício do Cartório de Registro deste Tribunal no **Tribunal de Família e Sucessões de Plymouth**, seja antes da notificação ao autor ou ao advogado do autor, se representado por advogado ou dentro de um prazo razoável depois disso.

EM TESTEMUNHO, MM. Edward G Boyle, Primeiro Juiz deste Tribunal.

Data: 14 de fevereiro de 2023 [Assinatura]
Oficial do Tribunal

CJP 36 (5/12/19)

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO
CENTRO DE ESTUDOS DE EMDR – EMDRIA BRASIL
CNPJ/MF Nº 07.980.090/0001-73

A **Presidente** do **CENTRO DE ESTUDOS DE EMDR – EMDRIA BRASIL,** no uso de suas atribuições dispostas no artigo 24º, item III, do Estatuto Social da Associação e, em cumprimento aos procedimentos previstos no artigo 36, do Estatuto Social, conforme publicação realizada no dia 28/02/2023, resolve convocar todos os Associados para a Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 15 de março de 2023, as 19:00 horas, na sede da Associação, situada na Rua Pássaro e Flores, nº 339, Campo Belo, no município de São Paulo, no estado de São Paulo, CEP: 04.704-000, para discutir e deliberar sobre o **único item** do dia:
1 - Aprovação de Dissolução e Extinção do CENTRO DE ESTUDOS DE EMDR – EMDRIA BRASIL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 013/2022 – PROCESSO Nº 383/2022

ANDRÉ GIOVANNI PESSUTO CÂNDIDO, Prefeito Municipal de Fernandópolis, Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os interessados que HOMOLOGA o parecer do Agente de Contratação, para a " Contratação de empresa especializada para execução de pavimentação asfáltica , guias e sarjetas em vários bairros e vias públicas do município de Fernandópolis/ SP., com fornecimento de material e mão e obra; Conforme Memorial Descritivo, Orçamento, Memória de Cálculo, Cronograma Físico - Financeiro, Projetos e Demais Anexos. Convênio com o Ministério do Desenvolvimento Regional", em favor da empresa: CONPAV SANTA FÉ CONSTRUÇÕES E PAVIMENTAÇÃO LTDA.
Fernandópolis-SP., 27 de fevereiro de 2.023.
ANDRÉ GIOVANNI PESSUTO CÂNDIDO
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Pirajuí

DIRETORIA DE DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
Praça Dr. Pedro da Rocha Braga, 116 - Centro - Tel.: (14) 3572-8229 - Ramal 8218
CEP 16.600-000 - Pirajuí/SP - CNPJ: 44.555.027/0001-16 - e-mail: compraspirajui@gmail.com

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO (PRESENCIAL) N° 003/2023
PROCESSO N° 024/2023 – TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: A presente licitação tem por objeto, o Registro de Preços para a Contratação de Empresa Especializada para a Prestação de Serviços de Segurança Desarmada e Brigadistas, para atendimento parcelado a diversos eventos do Município de Pirajuí, conforme especificações constantes do Termo de Referência, que integra este Edital como Anexo I. **DATA DA REALIZAÇÃO: 13/03/2023. HORÁRIO DE INÍCIO: 13h30. LOCAL DE REALIZAÇÃO DA SESSÃO: Sala da Comissão Permanente de Licitações,** localizada na Praça Doutor Pedro da Rocha Braga n° 116 – Bairro Centro – Pirajuí – SP – Telefone (0XX14) 3572-8222 – E-mail: licitacao@pirajui.sp.gov.br. **ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES: Diretoria de Compras e Licitações,** localizada na Praça Doutor Pedro da Rocha Braga n° 116 – Bairro Centro – Pirajuí – SP – Telefone (0XX14) 3572-8222 – E-mail: licitacao@pirajui.sp.gov.br.
PIRAJUÍ, 27 DE FEVEREIRO DE 2023.
CESAR HENRIQUE DA CUNHA FIALA - PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAJUÍ

Prefeitura do Município de Caieiras
Secretaria de Administração - Diretoria de Compras

EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2023

ÓRGÃO: Município de Caieiras. **EDITAL:** 006/2023. Registro de Preços para a eventual contratação de empresa para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo fornecimento com aplicação de peças e/ou acessórios originais ou genuínos e mão de obra, para atendimento da frota de veículos do Município de Caieiras, conforme Termo de Referência, cujas condições estabelecidas nesse instrumento convocatório e nos seguintes anexos **MODALIDADE:** Pregão Eletrônico. O RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS será das 10h30min do dia 01/03/2023 até as 10h30min do dia 10/03/2023 E ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS no horário das 10h31min do dia 10/03/2023 (através do site www.bbmnetlicitacoes.com.br). As empresas interessadas poderão retirar o edital pelo site www.bbmnetlicitacoes.com.br. Maiores informações pelo telefone 4445-9240, no horário das 09h00min às 16h00min. Não enviamos o edital por fax e/ou correio.
Caieiras, 27 de Fevereiro de 2.023.
SAMUEL BARBIERI PIMENTEL DA SILVA
Diretor de Compras e Licitações

Prefeitura do Município de Caieiras
Secretaria de Administração - Diretoria de Compras

EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2023

ÓRGÃO: Município de Caieiras. **EDITAL:** 014/2023. Contratação de empresa especializada para prestação e serviços e implantação de sistema de análise, inteligência e coleta de imagens, por meio de prestação de serviços de locação e manutenção, de acordo com as especificações técnicas constantes do termo de referência. **MODALIDADE:** Pregão Presencial. **DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES:** dia 10/03/2023 às 08h30min e **ABERTURA DOS ENVELOPES:** na mesma data e horário. As empresas interessadas poderão solicitar o envio do Edital via e-mail, bem como ficará disponível no Site do Município de Caieiras www.caieiras.sp.gov.br (Portal de Transparência). Os e-mails para envio do Edital são: licitacao@caieiras.sp.gov.br ou licitacao.caieiras@gmail.com. Maiores informações pelo telefone 4445-9240, no horário das 09h00min às 16h00min. Não enviamos o edital por fax e/ou correio.
Caieiras, 27 de Fevereiro de 2.023.
SAMUEL BARBIERI PIMENTEL DA SILVA
Diretor de Compras e Licitações

ERRATA

Comunicamos que houve um erro de digitação na numeração das folhas da Ata do arquivo do extrato de homologação do pregão eletrônico 43/2022, de modo que:
Onde lê-se:
fls. 628 a 634
Leia-se:
fls. 926 a 932
Santa Cruz do Rio Pardo, 17 de fevereiro de 2023. Andreia de Cássia Mafra Dias - Pregoeira

Prefeitura Municipal de Jaboticabal - SP

CONVOCAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2023

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS relativo as demandas Judiciais e Administrativas para aquisição de DIETAS ENTERAIS, SUPLEMENTOS ALIMENTARES E FÓRMULAS INFANTIS para atendimento às necessidades da Farmácia Municipal. Com referência ao Pregão em epígrafe, após a conclusão da análise técnica, o Pregoeiro vem CONVOCAR os interessados para realização da reabertura da Sessão Pública, a fim de proceder à finalização do certame, concessão da oportunidade de interposição de recurso administrativo e demais atos inerentes ao referido Pregão. Para tanto, o Pregoeiro comunica que a reabertura da Sessão Pública da referida licitação ocorrerá no dia **03 de março de 2023 às 09:00**, na Sala de Reuniões do Departamento de Gestão de Material e Patrimônio, sito na Esplanada do Lago "Carlos Rodrigues Serra" nº 160, bairro Vila Serra, no município de Jaboticabal/SP.
Jaboticabal, 27 de fevereiro de 2023.
RAFAEL FERNANDES MODESTO HOMEM - Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 058/2022

A Prefeitura Municipal de Mococa torna público aos interessados que realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico nº 058/2022, Processo Administrativo nº 383/2022, cujo objeto consiste na aquisição de curativos especiais para o Departamento de Saude. O início da sessão da disputa do pregão ocorrerá no dia 09 de março de 2023, às 09:30hs na plataforma da Bolsa de Licitações e Leilões – BLL. Informações e o edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no site mococa.sp.gov.br, no link: Licitações >Pregão Eletrônico e também no site da Bolsa de Licitações e Leilões-BLL (www.bll.org.br).
Mococa-SP, 27 de fevereiro de 2023
Leandro José da Rocha Pichotano
Pregoeiro Municipal

SAFRA LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL

CNPJ 62.063.177/0001-94 - NIRE 35.300.019.539
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 29.04.2022 ÀS 16:45 HORAS
CERTIDÃO: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, JUCESP - Certifico o registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 46.113/23-0 em 01.02.2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO/ REGISTRO DE PREÇOS Nº 291/2022 TIPO: MENOR PREÇO

O Estado de Minas Gerais, por intermédio da Central de Compras da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG, realizará a licitação para COMPRA CENTRAL – SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA em atendimento à demanda de diversos órgãos e entidades do Estado de Minas Gerais. A sessão do pregão iniciará no dia 13/3/2023, às 10h, no site www.compras.mg.gov.br. Mais informações: comprascentrais@planejamento.mg.gov.br. BH/MG, 28/2/2023. Jafer Alves Jabour – Superintendente da Central de Compras Governamentais/SEPLAG.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE SÃO ROQUE

Encontra-se aberta na **Diretoria de Ensino - Região de São Roque**, licitação na modalidade **Pregão Eletrônico de nº 01/2023**, do Tipo Menor Preço, objetivando a Prestação de Serviços Contínuos de Limpeza em Ambiente Escolar, Oferta de Compra 080340000012023oc00021, que será realizado no dia 13/03/2023 às 10H00MIN pelo sistema BEC/SP, Edital disponível no site www.bec.sp.gov.br.

Edital de Convocação - Eleição Sindical - Pelo presente, COMUNICAMOS que no dia 31/03/2023, no período das 8:00 às 14:00 horas, na sede do Sindicato dos Empregados em Turismo e Hospitalidade e Empregados em Empresas de Asseio e Conservação, Limpeza Pública, Privada e Áreas Verdes de São José dos Campos e Região - SINDETURH (CNPJ nº 61.876.157/0001-70) localizada à Rua Bambuí nº 311, Jardim Satélite - São José dos Campos/SP, será realizada eleição para a composição da diretoria, conselho fiscal e delegações federativa e confederativa. O prazo para a inscrição de chapas terá início no dia 01/03/2023 e término no dia 06/03/2023, no período das 8:00 às 14:00 horas, na secretaria localizada na sede do Sindicato. O requerimento de registro de chapa, será instruído com ficha de qualificação dos concorrentes fornecida pelo Sindicato que conterá os dados e documentos necessários para registro da candidatura. A impugnação de candidaturas poderá ser feita por associado apto a votar no prazo de 03 (três) dias a contar do dia seguinte da publicação das chapas registradas. O quórum para validade do pleito em primeira convocação é de metade mais um dos sócios aptos constantes da lista de votantes. Em caso de empate entre as chapas mais votadas, realizar-se-á nova eleição no dia 04/04/2023, no período das 8:00 às 14:00 horas, na sede do Sindicato localizada à Rua Bambuí nº 311, Jardim Satélite - São José dos Campos/SP, limitando-se a mesma às chapas em questão. São José dos Campos, 28/02/2023. Jamil Assad Junior - Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFREDO MARCONDES

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 19/2023 - PREGÃO PRESENCIAL 05/2023

A Prefeitura do Município de Alfredo Marcondes-SP, TORNA PÚBLICO aos interessados que se encontra aberto o **PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 05/2023, que tem por objeto o Registro de preços para eventual e futura aquisição de material permanente para atendimento dos diversos setores do município de Alfredo Marcondes, pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com os termos e especificações do edital e anexos.** O Edital na íntegra poderá ser obtido no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal, Rua Osvaldo Cruz, 401, Alfredo Marcondes, tel: (18) 3266-4090, ramal 202, de 2ª a 6ª feira, no horário das 8:00 as 16:00 horas, pelo e-mail: pmlicitacoesmarcondes@hotmail.com, ou no site: https://www.alfredomarcondes.sp.gov.br/. A sessão será realizada no Paço Municipal, no endereço acima, iniciando-se no dia **15 DE MARÇO DE 2023, as 09:00 horas** e será conduzida Pregoeira e Equipe de Apoio.
Alfredo Marcondes, 27 de fevereiro de 2023.
Celso Pirani Passos - Prefeito Municipal

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Presencial e Online

1º Leilão: 09/03/2023 às 11h30 | 2º Leilão: 16/03/2023 às 11h30

Prestador de Serviço Autorizado Itaú

Credor Fiduciário: ITAÚ UNIBANCO S/A • Fiduciantes: DENIS HENRIQUE RAMOS DE ARAÚJO e SAMARA BORGES DA SILVA

LOTE 02- SÃO PAULO/SP
Casa 2, com frente para a via de circulação interna, integrante do "Condomínio Residencial Ferreira Fontes", situado na Rua José Mascarenhas, n° 712, no 38° Subdistrito-Vila Matilde, contendo uma área privativa edificada de 63,80m², uma área de uso comum de divisão não proporcional de 0,250m², área comum de divisão proporcional de 35,35m², área do terreno exclusiva da edificação de 31,90m², perfazendo uma área total de terreno de 70,00m², correspondendo-lhe uma fração ideal no terreno de 16,67%. **Imóvel objeto da matrícula nº 167.109 do 16° Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo/SP.** Observação: Imóvel Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97.
Lance Mínimo 1 º Leilão: R$ 593.872,83
Lance Mínimo 2º Leilão: R$ 297.046,81

O arrematante presente pagará no ato o preço total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate, inclusive o devedor fiduciante, no caso do exercício do direito de preferência, na forma da lei. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto n° 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto n° 22.427 de 1° de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. Edital completo no site do leiloeiro. Leiloeira Oficial: Dora Plat - Jucesp 744.

MAIS INFORMAÇÕES: 3003.0677 PORTALZUK.com.br

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Online

1º Leilão: 16/03/2023 às 10h00 | 2º Leilão: 17/03/2023 às 10h00

DORA PLAT, leiloeira oficial, inscrita na JUCESP n° 744, com escritório à Avenida Angélica, nº 1.996, 6º andar, Higienópolis, São Paulo/SP, autorizada pela Credora Fiduciária **GODOI E GODOI EMPREENDIMENTOS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº 20.347.111/0001-86, com sede na cidade de Cotia/SP, nos termos do Instrumento Particular, com Força de Escritura Pública, datado de 25/06/2017, conforme averbações nºs 01 e 02 da matrícula abaixo descrita, na qual figuram Fiduciantes **UBIRATA LUIS CARLOS GONÇALVES**, brasileiro, mecânico de autos, portador do RG n° 23.712.226-1, inscrito no CPF/MF nº 258.276.598-86, e sua mulher **IONE FERREIRA OLIVEIRA GONÇALVES,** brasileira, vendedora, portadora do RG n° 52.163.707-7, inscrita no CPF/MF n° 267.397.328-17, casados sob o regime da comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados na cidade de Embu/SP, já qualificados no citado Instrumento, promoverá a venda em 1º ou 2º leilão fiduciário, de modo somente **On-line**, do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da lei 9.514/97. **1. Local da realização dos leilões:** Os leilões serão realizados exclusivamente pela Internet, através do site **www.portalzuk.com.br**. **2. Descrição do imóvel: Um terreno urbano,** designado Lote n° 09 da quadra "I", de formato retangular, situado no loteamento denominado "Terra Nobre 2", localizado no bairro do Furquim, Km. 37.600 da Rodovia Raposo Tavares, no Município e Comarca de Cotia, Estado de São Paulo, assim descrito: mede 5,00 metros de frente para a Rua 11(Onze); igual largura nos fundos; por 25,00 metros da frente aos fundos de ambos os lados; encerrando assim uma área superficial de 125,00 metros quadrados; confrontando do lado direito visto da rua com o lote n° 10; do lado esquerdo com o lote n° 08 e pelos fundos com a Área Verde 15. **Imóvel objeto da matrícula nº 124.811 do Cartório de Registro de Imóveis de Cotia/SP. Observação:** Imóvel ocupado. Desocupação pelo adquirente, nos termos do art. 30 e § único da lei 9.514/97. **3. Datas e valores dos leilões: >1º Leilão: 16/03/2023**, às **10:00** h. Lance mínimo: R$ **158.945,26**. **>2º Leilão: 17/03/2023**, às **10:00** h. Lance mínimo: R$ **129.517,74**. **4. Condição de pagamento:** À vista, (mais a comissão de 5% ao leiloeiro). **4.1. À vista**, (mais a comissão de 5% ao leiloeiro). **4.2. Financiamento**, sujeito à análise e aprovação do crédito pela Vendedora (mais a comissão de 5% ao leiloeiro): - Sinal de 30% do valor do arremate, em 24 horas, e o saldo de 70%, a ser financiado por meio de Alienação Fiduciária em Garantia, em até 240 (duzentas e quarenta) parcelas, prestações mensais e sucessivas, acrescidas da taxa de juros de 12,00% (doze por cento ao ano), calculados pelo Sistema de Amortização Tabela Price, reajustadas mensalmente pela variação acumulada do IPCA, a primeira parcela vencendo em 30 (trinta) dias após a assinatura da Escritura de Venda e Compra de Imóvel a Prazo com Constituição de Alienação Fiduciária e Outras Avenças e as demais nos meses subsequentes com análise prévia de crédito pela própria Godoi e Godoi Empreendimentos Ltda., a seu exclusivo critério. A compra e venda se dará de acordo com minuta à disposição de todos interessados na sede da construtora. **4.2.1.** Caso o crédito não seja aprovado pela vendedora, no prazo de 15 (quinze) dias, o valor do sinal e da comissão do leiloeiro serão devolvidos integralmente. **5. Condições Gerais e de venda: 5.1.** Interessados em participar do leilão de modo on-line, cadastrar-se-ão no site portalzuk.com.br e se habilitarão, com antecedência de até 1 hora, para o início do leilão, sendo que os lances on-line se darão exclusivamente através do site, respeitado o lance mínimo e o incremento estabelecido. **5.2.** O fiduciante será comunicado na forma do parágrafo 2º-A do artigo 27 da lei 9.514/97, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição, na forma estabelecida no parágrafo 2ºB do mesmo artigo, devendo apresentar manifestação formal do interesse. **5.3.** A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação física, documental/registral em que se encontra, inclusive em relação à eventual necessidade de averbação de construção/ampliação, que correrão por conta do arrematante. **5.4.** O arrematante pagará a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate. **5.5.** O proponente vencedor por meio de lance on-line, terá prazo de 24 horas, para efetuar o pagamento da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro, conforme edital. **5.6.** Em caso de inadimplemento do valor de arrematação, por desistência do arrematante, desfar-se-á a venda e será cobrada uma multa moratória no valor de 4% (quatro por cento) da arrematação para pagamento de despesas administrativas, bem como poderá ainda o Leiloeiro emitir título de crédito para a cobrança de tais valores, encaminhando-o a protesto, por falta de pagamento, se for o caso, sem prejuízo da execução prevista no artigo 39, do Decreto nº 21.981/32, além da inclusão do arrematante nos serviços de proteção ao crédito. **5.7.** Caso haja arrematante, quer em primeiro ou segundo leilão, a escritura de venda e compra, será lavrada em até 60 dias, contados da data do leilão. **5.8.** Correrão por conta do arrematante, todas as despesas, inclusive foro e laudêmio, se for o caso, relativos à transferência do imóvel arrematado. **5.9.** Na forma do disposto no artigo 448, do Código Civil, o vendedor se responsabiliza por eventual evicção, somente até o valor recebido a título de arremate, excluídas quaisquer perdas. **5.10.** Eventuais avisos/menções de ações judiciais, no site www.zukerman.com.br, na divulgação desse leilão, aderirão ao edital. **5.11.** As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto n° 21.981/32, com as alterações introduzidas pelo Decreto n° 22.427/33, que regulam a atividade da leiloaria.

MAIS INFORMAÇÕES: 3003.0677 | PORTALZUK.com.br

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Online

1º Leilão: 16/03/2023 às 10h00 | 2º Leilão: 17/03/2023 às 10h00

DORA PLAT, leiloeira oficial, inscrita na JUCESP n° 744, com escritório à Avenida Angélica, nº 1.996, 6º andar, Higienópolis, São Paulo/SP, autorizada pela Credora Fiduciária ***GODOI E GODOI EMPREENDIMENTOS LTDA.,*** inscrita no CNPJ sob nº 20.347.111/0001-86, com sede na cidade de Cotia/SP, nos termos do Instrumento Particular, com Força de Escritura Pública, datado de 14/12/2019, conforme averbações nºs 01 e 02 da matrícula abaixo descrita, na qual figura Fiduciante ***DIEGO FERNANDO CABRERA,*** brasileiro, divorciado, bancário, portador do RG n° 33.489.514-SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 304.002.208-30, residente e domiciliado na cidade de São Paulo/SP, já qualificados no citado Instrumento, promoverá a venda em 1º ou 2º leilão fiduciário, de modo somente ***On-line***, do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da lei 9.514/97. **1. Local da realização dos leilões:** Os leilões serão realizados exclusivamente pela Internet, através do site ***www.portalzuk.com.br***. **2. Descrição do imóvel: Terreno Privativo - Lote n° 112**, do Condomínio de Lotes "Residencial The Square Village", situado Rua Peloponeso, nº 314, no Município e Comarca de Cotia-SP, que possui uma área comum construída de 2,901m², correspondendo-lhe a fração ideal de 0.011116 no terreno, e demais coisas comuns do condomínio, que corresponde a uma área total de 203,975m² de terreno condominial. A este lote corresponde o direito ao uso exclusivo do terreno privativo, assim descrito: O perímetro inicia-se num ponto localizado junto a divisa com a Área Verde Condominial 8; daí segue pelo alinhamento predial da Alameda 3 por uma distância de 6,09 metros; daí deflete à esquerda e segue pelo alinhamento de divisa com o Terreno Privativo n° 113 por uma distância de 25,00 metros; daí deflete à esquerda e segue pelo alinhamento de divisa com o Terreno Privativo nº 109, Terreno Privativo nº 110 e Terreno Privativo nº 111 por uma distância de 17,35 metros; daí deflete à esquerda e segue pelo alinhamento de divisa com a Area Verde Condominial 8 por uma distância de 27,42 metros até encontrar o ponto inicial da presente descrição, fechando o perímetro e encerrando assim, uma área superficial de 292,980m². **Imóvel objeto da matrícula nº 146.091 do Cartório de Registro de Imóveis de Cotia/SP. Observação: (i)** Imóvel com restrições urbanísticas, conforme Av.03. **(ii)** Imóvel ocupado. Desocupação pelo adquirente, nos termos do art. 30 e § único da lei 9.514/97. **3. Datas e valores dos leilões: >1º Leilão: 16/03/2023**, às **10:00** h. Lance mínimo: R$ **590.316,11**. **>2º Leilão: 17/03/2023**, às **10:00** h. Lance mínimo: R$ **457.967,90**. **4. Condição de pagamento:** À vista, (mais a comissão de 5% ao leiloeiro). **4.1. À vista**, (mais a comissão de 5% ao leiloeiro). **4.2. Financiamento**, sujeito à análise e aprovação do crédito pela Vendedora (mais a comissão de 5% ao leiloeiro): - Sinal de 30% do valor do arremate, em 24 horas, e o saldo de 70%, a ser financiado por meio de Alienação Fiduciária em Garantia, em até 240 (duzentas e quarenta) parcelas, prestações mensais e sucessivas, acrescidas da taxa de juros de 12,00% (doze por cento ao ano), calculados pelo Sistema de Amortização Tabela Price, reajustadas mensalmente pela variação acumulada do IPCA, a primeira parcela vencendo em 30 (trinta) dias após a assinatura da Escritura de Venda e Compra de Imóvel a Prazo com Constituição de Alienação Fiduciária e Outras Avenças e as demais nos meses subsequentes com análise prévia de crédito pela própria Godoi e Godoi Empreendimentos Ltda., a seu exclusivo critério. A compra e venda se dará de acordo com minuta à disposição de todos interessados na sede da construtora. **4.2.1.** Caso o crédito não seja aprovado pela vendedora, no prazo de 15 (quinze) dias, o valor do sinal e da comissão do leiloeiro serão devolvidos integralmente. **5. Condições Gerais e de venda: 5.1.** Interessados em participar do leilão de modo on-line, cadastrar-se-ão no site portalzuk.com.br e se habilitarão, com antecedência de até 1 hora, para o início do leilão, sendo que os lances on-line se darão exclusivamente através do site, respeitado o lance mínimo e o incremento estabelecido. **5.2.** O fiduciante será comunicado na forma do parágrafo 2º-A do artigo 27 da lei 9.514/97, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição, na forma estabelecida no parágrafo 2ºB do mesmo artigo, devendo apresentar manifestação formal do interesse. **5.3.** A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação física, documental/registral em que se encontra, inclusive em relação à eventual necessidade de averbação de construção/ampliação, que correrão por conta do arrematante. **5.4.** O arrematante pagará a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate. **5.5.** O proponente vencedor por meio de lance on-line, terá prazo de 24 horas, para efetuar o pagamento da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro, conforme edital. **5.6.** Em caso de inadimplemento do valor de arrematação, por desistência do arrematante, desfar-se-á a venda e será cobrada uma multa moratória no valor de 4% (quatro por cento) da arrematação para pagamento de despesas administrativas, bem como poderá ainda o Leiloeiro emitir título de crédito para a cobrança de tais valores, encaminhando-o a protesto, por falta de pagamento, se for o caso, sem prejuízo da execução prevista no artigo 39, do Decreto nº 21.981/32, além da inclusão do arrematante nos serviços de proteção ao crédito. **5.7.** Caso haja arrematante, quer em primeiro ou segundo leilão, a escritura de venda e compra, será lavrada em até 60 dias, contados da data do leilão. **5.8.** Correrão por conta do arrematante, todas as despesas, inclusive foro e laudêmio, se for o caso, relativos à transferência do imóvel arrematado. **5.9.** Na forma do disposto no artigo 448, do Código Civil, o vendedor se responsabiliza por eventual evicção, somente até o valor recebido a título de arremate, excluídas quaisquer perdas. **5.10.** Eventuais avisos/menções de ações judiciais, no site portalzuk.com.br, na divulgação desse leilão, aderirão ao edital. **5.11.** As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto n° 21.981/32, com as alterações introduzidas pelo Decreto n° 22.427/33, que regulam a atividade da leiloaria.

MAIS INFORMAÇÕES: 3003.0677 | PORTALZUK.com.br

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Online

1º Leilão: 16/03/2023 às 10h00 | 2º Leilão: 17/03/2023 às 10h00

DORA PLAT, leiloeira oficial, inscrita na JUCESP n° 744, com escritório à Avenida Angélica, nº 1.996, 6º andar, Higienópolis, São Paulo/SP, autorizada pela Credora Fiduciária **GODOI E GODOI EMPREENDIMENTOS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº 20.347.111/0001-86, com sede na cidade de Cotia/SP, nos termos do Instrumento Particular, com Força de Escritura Pública, datado de 19/02/2019, conforme averbações nºs 01 e 02 da matrícula abaixo descrita, na qual figuram Fiduciantes **MRISHO SALEHE ALLY**, tanzaniano, comerciante, portador do RG n° V6432582, inscrito no CPF/MF nº 233.944.738-01, e sua mulher **PALOMA CRISTINA GONÇALVES PINTO,** brasileira, corretora de imóveis, portadora do RG n° 400511022, inscrita no CPF/MF n°333.214.758-71, casados sob as leis da Tanzânia, residentes e domiciliados na cidade de São Paulo/SP, já qualificados no citado Instrumento, promoverá a venda em 1º ou 2º leilão fiduciário, de modo somente **On-line**, do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da lei 9.514/97. **1. Local da realização dos leilões:** Os leilões serão realizados exclusivamente pela Internet, através do site **www.portalzuk.com.br**. **2. Descrição do imóvel: Um terreno urbano,** designado Lote n° 25 da quadra "G", de formato retangular, situado no loteamento denominado "Terra Nobre 2", localizado no bairro do Furquim, Km. 37.600 da Rodovia Raposo Tavares, no Município e Comarca de Cotia, Estado de São Paulo, assim descrito: mede 5,15 metros de frente para a Rua 10(Dez); igual largura nos fundos; por 24,50 metros da frente aos fundos de ambos os lados; encerrando assim uma área superficial de 126,17 metros quadrados; confrontando do lado direito visto da rua com o lote n° 26; do lado esquerdo com o lote n° 24 e pelos fundos com o lote n° 16. **Imóvel objeto da matrícula nº 124.744 do Cartório de Registro de Imóveis de Cotia/SP. Observação:** Imóvel ocupado. Desocupação pelo adquirente, nos termos do art. 30 e § único da lei 9.514/97. **3. Datas e valores dos leilões: >1º Leilão: 16/03/2023**, às **10:00** h. Lance mínimo: R$ **189.100,39**. **>2º Leilão: 17/03/2023**, às **10:00** h. Lance mínimo: R$ **167.654,24**. **4. Condição de pagamento:** À vista, (mais a comissão de 5% ao leiloeiro). **4.1. À vista**, (mais a comissão de 5% ao leiloeiro). **4.2. Financiamento**, sujeito à análise e aprovação do crédito pela Vendedora (mais a comissão de 5% ao leiloeiro): - Sinal de 30% do valor do arremate, em 24 horas, e o saldo de 70%, a ser financiado por meio de Alienação Fiduciária em Garantia, em até 240 (duzentas e quarenta) parcelas, prestações mensais e sucessivas, acrescidas da taxa de juros de 12,00% (doze por cento ao ano), calculados pelo Sistema de Amortização Tabela Price, reajustadas mensalmente pela variação acumulada do IPCA, a primeira parcela vencendo em 30 (trinta) dias após a assinatura da Escritura de Venda e Compra de Imóvel a Prazo com Constituição de Alienação Fiduciária e Outras Avenças e as demais nos meses subsequentes com análise prévia de crédito pela própria Godoi e Godoi Empreendimentos Ltda., a seu exclusivo critério. A compra e venda se dará de acordo com minuta à disposição de todos interessados na sede da construtora. **4.2.1.** Caso o crédito não seja aprovado pela vendedora, no prazo de 15 (quinze) dias, o valor do sinal e da comissão do leiloeiro serão devolvidos integralmente. **5. Condições Gerais e de venda: 5.1.** Interessados em participar do leilão de modo on-line, cadastrar-se-ão no site portalzuk.com.br e se habilitarão, com antecedência de até 1 hora, para o início do leilão, sendo que os lances on-line se darão exclusivamente através do site, respeitado o lance mínimo e o incremento estabelecido. **5.2.** O fiduciante será comunicado na forma do parágrafo 2º-A do artigo 27 da lei 9.514/97, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição, na forma estabelecida no parágrafo 2ºB do mesmo artigo, devendo apresentar manifestação formal do interesse. **5.3.** A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação física, documental/registral em que se encontra, inclusive em relação à eventual necessidade de averbação de construção/ampliação, que correrão por conta do arrematante. **5.4.** O arrematante pagará a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate. **5.5.** O proponente vencedor por meio de lance on-line, terá prazo de 24 horas, para efetuar o pagamento da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro, conforme edital. **5.6.** Em caso de inadimplemento do valor de arrematação, por desistência do arrematante, desfar-se-á a venda e será cobrada uma multa moratória no valor de 4% (quatro por cento) da arrematação para pagamento de despesas administrativas, bem como poderá ainda o Leiloeiro emitir título de crédito para a cobrança de tais valores, encaminhando-o a protesto, por falta de pagamento, se for o caso, sem prejuízo da execução prevista no artigo 39, do Decreto nº 21.981/32, além da inclusão do arrematante nos serviços de proteção ao crédito. **5.7.** Caso haja arrematante, quer em primeiro ou segundo leilão, a escritura de venda e compra, será lavrada em até 60 dias, contados da data do leilão. **5.8.** Correrão por conta do arrematante, todas as despesas, inclusive foro e laudêmio, se for o caso, relativos à transferência do imóvel arrematado. **5.9.** Na forma do disposto no artigo 448, do Código Civil, o vendedor se responsabiliza por eventual evicção, somente até o valor recebido a título de arremate, excluídas quaisquer perdas. **5.10.** Eventuais avisos/menções de ações judiciais, no site **www.zukerman.com.br**, na divulgação desse leilão, aderirão ao edital. **5.11.** As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto n° 21.981/32, com as alterações introduzidas pelo Decreto n° 22.427/33, que regulam a atividade da leiloaria.

MAIS INFORMAÇÕES: 3003.0677 | PORTALZUK.com.br

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Online

1º Leilão: 16/03/2023 às 10h00 | 2º Leilão: 17/03/2023 às 10h00

DORA PLAT, leiloeira oficial, inscrita na JUCESP n° 744, com escritório à Avenida Angélica, nº 1.996, 6º andar, Higienópolis, São Paulo/SP, autorizada pela Credora Fiduciária **GODOI E GODOI EMPREENDIMENTOS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº 20.347.111/0001-86, com sede na cidade de Cotia/SP, nos termos do Instrumento Particular, com Força de Escritura Pública, datado de 19/06/2017, conforme averbações nºs 01 e 02 da matrícula abaixo descrita, na qual figuram Fiduciantes **MRISHO SALEHE ALLY**, tanzaniano, comerciante, portador do RG n° V6432582, inscrito no CPF/MF nº 233.944.738-01, e sua mulher **PALOMA CRISTINA GONÇALVES PINTO,** brasileira, corretora de imóveis, portadora do RG n° 400511022, inscrita no CPF/MF n°333.214.758-71, casados sob as leis da Tanzânia, residentes e domiciliados na cidade de São Paulo/SP, já qualificados no citado Instrumento, promoverá a venda em 1º ou 2º leilão fiduciário, de modo somente **On-line**, do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da lei 9.514/97. **1. Local da realização dos leilões:** Os leilões serão realizados exclusivamente pela Internet, através do site **www.portalzuk.com.br**. **2. Descrição do imóvel: Um terreno urbano,** designado Lote n° 54 da quadra "G", de formato retangular, situado no loteamento denominado "Terra Nobre 2", localizado no bairro do Furquim, Km. 37.600 da Rodovia Raposo Tavares, no Município e Comarca de Cotia, Estado de São Paulo, assim descrito: mede 5,00 metros de frente para a Rua 10(Dez); igual largura nos fundos; por 25,00 metros da frente aos fundos de ambos os lados; encerrando assim uma área superficial de 125,00 metros quadrados; confrontando do lado direito visto da rua com o lote n° 55; do lado esquerdo com o lote n° 53 e pelos fundos com a Viela 2. **Imóvel objeto da matrícula nº 124.773 do Cartório de Registro de Imóveis de Cotia/SP. Observação:** Imóvel ocupado. Desocupação pelo adquirente, nos termos do art. 30 e § único da lei 9.514/97. **3. Datas e valores dos leilões: >1º Leilão: 16/03/2023**, às **10:00** h. Lance mínimo: R$ **175.676,33**. **>2º Leilão: 17/03/2023**, às **10:00** h. Lance mínimo: R$ **92.229,75**. **4. Condição de pagamento:** À vista, (mais a comissão de 5% ao leiloeiro). **4.1. À vista**, (mais a comissão de 5% ao leiloeiro). **4.2. Financiamento**, sujeito à análise e aprovação do crédito pela Vendedora (mais a comissão de 5% ao leiloeiro): - Sinal de 30% do valor do arremate, em 24 horas, e o saldo de 70%, a ser financiado por meio de Alienação Fiduciária em Garantia, em até 240 (duzentas e quarenta) parcelas, prestações mensais e sucessivas, acrescidas da taxa de juros de 12,00% (doze por cento ao ano), calculados pelo Sistema de Amortização Tabela Price, reajustadas mensalmente pela variação acumulada do IPCA, a primeira parcela vencendo em 30 (trinta) dias após a assinatura da Escritura de Venda e Compra de Imóvel a Prazo com Constituição de Alienação Fiduciária e Outras Avenças e as demais nos meses subsequentes com análise prévia de crédito pela própria Godoi e Godoi Empreendimentos Ltda., a seu exclusivo critério. A compra e venda se dará de acordo com minuta à disposição de todos interessados na sede da construtora. **4.2.1.** Caso o crédito não seja aprovado pela vendedora, no prazo de 15 (quinze) dias, o valor do sinal e da comissão do leiloeiro serão devolvidos integralmente. **5. Condições Gerais e de venda: 5.1.** Interessados em participar do leilão de modo on-line, cadastrar-se-ão no site portalzuk.com.br e se habilitarão, com antecedência de até 1 hora, para o início do leilão, sendo que os lances on-line se darão exclusivamente através do site, respeitado o lance mínimo e o incremento estabelecido. **5.2.** O fiduciante será comunicado na forma do parágrafo 2º-A do artigo 27 da lei 9.514/97, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição, na forma estabelecida no parágrafo 2ºB do mesmo artigo, devendo apresentar manifestação formal do interesse. **5.3.** A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação física, documental/registral em que se encontra, inclusive em relação à eventual necessidade de averbação de construção/ampliação, que correrão por conta do arrematante. **5.4.** O arrematante pagará a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate. **5.5.** O proponente vencedor por meio de lance on-line, terá prazo de 24 horas, para efetuar o pagamento da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro, conforme edital. **5.6.** Em caso de inadimplemento do valor de arrematação, por desistência do arrematante, desfar-se-á a venda e será cobrada uma multa moratória no valor de 4% (quatro por cento) da arrematação para pagamento de despesas administrativas, bem como poderá ainda o Leiloeiro emitir título de crédito para a cobrança de tais valores, encaminhando-o a protesto, por falta de pagamento, se for o caso, sem prejuízo da execução prevista no artigo 39, do Decreto nº 21.981/32, além da inclusão do arrematante nos serviços de proteção ao crédito. **5.7.** Caso haja arrematante, quer em primeiro ou segundo leilão, a escritura de venda e compra, será lavrada em até 60 dias, contados da data do leilão. **5.8.** Correrão por conta do arrematante, todas as despesas, inclusive foro e laudêmio, se for o caso, relativos à transferência do imóvel arrematado. **5.9.** Na forma do disposto no artigo 448, do Código Civil, o vendedor se responsabiliza por eventual evicção, somente até o valor recebido a título de arremate, excluídas quaisquer perdas. **5.10.** Eventuais avisos/menções de ações judiciais, no site www.zukerman.com.br, na divulgação desse leilão, aderirão ao edital. **5.11.** As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto n° 21.981/32, com as alterações introduzidas pelo Decreto n° 22.427/33, que regulam a atividade da leiloaria.

MAIS INFORMAÇÕES: 3003.0677 | PORTALZUK.com.br

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Online

1º Leilão: 16/03/2023 às 10h00 | 2º Leilão: 17/03/2023 às 10h00

DORA PLAT, leiloeira oficial, inscrita na JUCESP n° 744, com escritório à Avenida Angélica, nº 1.996, 6º andar, Higienópolis, São Paulo/SP, autorizada pela Credora Fiduciária **GODOI E GODOI EMPREENDIMENTOS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº 20.347.111/0001-86, com sede na cidade de Cotia/SP, nos termos do Instrumento Particular, com Força de Escritura Pública, datado de 14/04/2018, conforme averbações nºs 01 e 02 da matrícula abaixo descrita, na qual figuram Fiduciantes **MARIA EUNICE REIS TANZI**, brasileira, empresária, portadora do RG n° 52.478.917-4-SSP/SP, inscrita no CPF/MF nº 179.477.108-56, e seu marido **FABIO TANZI,** brasileiro, empresário, portador do RG n° 15.555.936-9-SSP/SP, inscrito no CPF/MF n° 086.262.478-93, casados sob o regime da comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados na cidade de Osasco/SP, já qualificados no citado Instrumento, promoverá a venda em 1º ou 2º leilão fiduciário, de modo somente **On-line**, do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da lei 9.514/97. **1. Local da realização dos leilões:** Os leilões serão realizados exclusivamente pela Internet, através do site **www.portalzuk.com.br**. **2. Descrição do imóvel: Um terreno urbano,** designado Lote n° 78 da quadra "A" situado no loteamento denominado "Terra Nobre 3", localizado no bairro do Furquim, Km. 37.600 da Rodovia Raposo Tavares, no Município e Comarca de Cotia, Estado de São Paulo, assim descrito: O perímetro inicia -se no ponto de intersecção do alinhamento da Rua 18 (Dezoito) com o lote n° 77; daí segue pelo alinhamento predial da Rua 18 (Dezoito) por uma distância de 5,00 metros; daí deflete à esquerda e segue fazendo divisa com o lote n° 79 por uma distância de 31,30 metros; daí deflete à esquerda e segue em linha reta fazendo divisa com lote n° 72, por uma distância de 5,28 metros; daí deflete à esquerda e segue em linha reta fazendo divisa com o lote n° 77 por uma distância de 29,62 metros até encontrar o ponto de partida desta descrição, fechando o perímetro e encerrando assim uma área superficial de 152,28 metros quadrados. **Imóvel objeto da matrícula nº 125.646 do Cartório de Registro de Imóveis de Cotia/SP. Observação:** Imóvel ocupado. Desocupação pelo adquirente, nos termos do art. 30 e § único da lei 9.514/97. **3. Datas e valores dos leilões: >1º Leilão: 16/03/2023**, às **10:00** h. Lance mínimo: R$ **199.301,97**. **>2º Leilão: 17/03/2023**, às **10:00** h. Lance mínimo: R$ **182.167,99**. **4. Condição de pagamento:** À vista, (mais a comissão de 5% ao leiloeiro). **4.1. À vista**, (mais a comissão de 5% ao leiloeiro). **4.2. Financiamento**, sujeito à análise e aprovação do crédito pela Vendedora (mais a comissão de 5% ao leiloeiro): - Sinal de 30% do valor do arremate, em 24 horas, e o saldo de 70%, a ser financiado por meio de Alienação Fiduciária em Garantia, em até 240 (duzentas e quarenta) parcelas, prestações mensais e sucessivas, acrescidas da taxa de juros de 12,00% (doze por cento ao ano), calculados pelo Sistema de Amortização Tabela Price, reajustadas mensalmente pela variação acumulada do IPCA, a primeira parcela vencendo em 30 (trinta) dias após a assinatura da Escritura de Venda e Compra de Imóvel a Prazo com Constituição de Alienação Fiduciária e Outras Avenças e as demais nos meses subsequentes com análise prévia de crédito pela própria Godoi e Godoi Empreendimentos Ltda., a seu exclusivo critério. A compra e venda se dará de acordo com minuta à disposição de todos interessados na sede da construtora. **4.2.1.** Caso o crédito não seja aprovado pela vendedora, no prazo de 15 (quinze) dias, o valor do sinal e da comissão do leiloeiro serão devolvidos integralmente. **5. Condições Gerais e de venda: 5.1.** Interessados em participar do leilão de modo on-line, cadastrar-se-ão no site portalzuk.com.br e se habilitarão, com antecedência de até 1 hora, para o início do leilão, sendo que os lances on-line se darão exclusivamente através do site, respeitado o lance mínimo e o incremento estabelecido. **5.2.** O fiduciante será comunicado na forma do parágrafo 2º-A do artigo 27 da lei 9.514/97, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição, na forma estabelecida no parágrafo 2ºB do mesmo artigo, devendo apresentar manifestação formal do interesse. **5.3.** A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação física, documental/registral em que se encontra, inclusive em relação à eventual necessidade de averbação de construção/ampliação, que correrão por conta do arrematante. **5.4.** O arrematante pagará a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate. **5.5.** O proponente vencedor por meio de lance on-line, terá prazo de 24 horas, para efetuar o pagamento da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro, conforme edital. **5.6.** Em caso de inadimplemento do valor de arrematação, por desistência do arrematante, desfar-se-á a venda e será cobrada uma multa moratória no valor de 4% (quatro por cento) da arrematação para pagamento de despesas administrativas, bem como poderá ainda o Leiloeiro emitir título de crédito para a cobrança de tais valores, encaminhando-o a protesto, por falta de pagamento, se for o caso, sem prejuízo da execução prevista no artigo 39, do Decreto nº 21.981/32, além da inclusão do arrematante nos serviços de proteção ao crédito. **5.7.** Caso haja arrematante, quer em primeiro ou segundo leilão, a escritura de venda e compra, será lavrada em até 60 dias, contados da data do leilão. **5.8.** Correrão por conta do arrematante, todas as despesas, inclusive foro e laudêmio, se for o caso, relativos à transferência do imóvel arrematado. **5.9.** Na forma do disposto no artigo 448, do Código Civil, o vendedor se responsabiliza por eventual evicção, somente até o valor recebido a título de arremate, excluídas quaisquer perdas. **5.10.** Eventuais avisos/menções de ações judiciais, no site www.zukerman.com.br, na divulgação desse leilão, aderirão ao edital. **5.11.** As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto n° 21.981/32, com as alterações introduzidas pelo Decreto n° 22.427/33, que regulam a atividade da leiloaria.

MAIS INFORMAÇÕES: 3003.0677 | PORTALZUK.com.br

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Online

1º Leilão: 16/03/2023 às 10h00 | 2º Leilão: 17/03/2023 às 10h00

DORA PLAT, leiloeira oficial, inscrita na JUCESP n° 744, com escritório à Avenida Angélica, nº 1.996, 6º andar, Higienópolis, São Paulo/SP, autorizada pela Credora Fiduciária **GODOI E GODOI EMPREENDIMENTOS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº 20.347.111/0001-86, com sede na cidade de Cotia/SP, nos termos do Instrumento Particular, com Força de Escritura Pública, datado de 02/06/2017, conforme averbações nºs 01 e 02 da matrícula abaixo descrita, na qual figura Fiduciante **LINCOLN EMILIO PALUMBO FAGUNDES JÚNIOR**, brasileiro, solteiro, maior, funcionário público, portador do RG n° 30.016.118-9, inscrito no CPF/MF nº 262.741.718-51, residente e domiciliado na cidade de Cotia/SP, já qualificados no citado Instrumento, promoverá a venda em 1º ou 2º leilão fiduciário, de modo somente **On-line**, do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da lei 9.514/97. **1. Local da realização dos leilões:** Os leilões serão realizados exclusivamente pela Internet, através do site **www.portalzuk.com.br**. **2. Descrição do imóvel: Um terreno urbano,** designado Lote n°14 da Quadra "D", situado no loteamento denominado "Terra Nobre 1", localizado no bairro do Furquim, Km. 37.600 da Rodovia Raposo Tavares, no Município e Comarca de Cotia, Estado de São Paulo, assim descrito: O perímetro inicia-se no ponto de intersecção do alinhamento da Rua 4 (Quatro) com o lote n° 13 da mesma quadra; daí segue pelo alinhamento predial da Rua 4 (Quatro) em seguimento de reta e em linha curva à direita com raio de 9,00 metros por uma distância de 14,64 metros; daí deflete à esquerda e segue em linha reta fazendo divisa com o lote n° 15 por uma distância de 16,06 metros, daí deflete à esquerda e segue em linha reta fazendo divisa com os lotes n° 17 e 18, por uma distância de 9,50 metros; daí deflete à esquerda e segue em linha reta fazendo divisa com o lote n° 13, por uma distância de 25,00 metros até encontrar o ponto de partida desta descrição, fechando o perímetro e encerrando assim uma área superficial de 182,86 metros quadrados. **Imóvel objeto da matrícula nº 124.314 do Cartório de Registro de Imóveis de Cotia/SP. Observação:** Imóvel ocupado. Desocupação pelo adquirente, nos termos do art. 30 e § único da lei 9.514/97. **3. Datas e valores dos leilões: >1º Leilão: 16/03/2023**, às **10:00** h. Lance mínimo: R$ **227.679,75**. **>2º Leilão: 17/03/2023**, às **10:00** h. Lance mínimo: R$ **178.378,05**. **4. Condição de pagamento:** À vista, (mais a comissão de 5% ao leiloeiro). **4.1. À vista**, (mais a comissão de 5% ao leiloeiro). **4.2. Financiamento**, sujeito à análise e aprovação do crédito pela Vendedora (mais a comissão de 5% ao leiloeiro): - Sinal de 30% do valor do arremate, em 24 horas, e o saldo de 70%, a ser financiado por meio de Alienação Fiduciária em Garantia, em até 240 (duzentas e quarenta) parcelas, prestações mensais e sucessivas, acrescidas da taxa de juros de 12,00% (doze por cento ao ano), calculados pelo Sistema de Amortização Tabela Price, reajustadas mensalmente pela variação acumulada do IPCA, a primeira parcela vencendo em 30 (trinta) dias após a assinatura da Escritura de Venda e Compra de Imóvel a Prazo com Constituição de Alienação Fiduciária e Outras Avenças e as demais nos meses subsequentes com análise prévia de crédito pela própria Godoi e Godoi Empreendimentos Ltda., a seu exclusivo critério. A compra e venda se dará de acordo com minuta à disposição de todos interessados na sede da construtora. **4.2.1.** Caso o crédito não seja aprovado pela vendedora, no prazo de 15 (quinze) dias, o valor do sinal e da comissão do leiloeiro serão devolvidos integralmente. **5. Condições Gerais e de venda: 5.1.** Interessados em participar do leilão de modo on-line, cadastrar-se-ão no site portalzuk.com.br e se habilitarão, com antecedência de até 1 hora, para o início do leilão, sendo que os lances on-line se darão exclusivamente através do site, respeitado o lance mínimo e o incremento estabelecido. **5.2.** O fiduciante será comunicado na forma do parágrafo 2º-A do artigo 27 da lei 9.514/97, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição, na forma estabelecida no parágrafo 2ºB do mesmo artigo, devendo apresentar manifestação formal do interesse. **5.3.** A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação física, documental/registral em que se encontra, inclusive em relação à eventual necessidade de averbação de construção/ampliação, que correrão por conta do arrematante. **5.4.** O arrematante pagará a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate. **5.5.** O proponente vencedor por meio de lance on-line, terá prazo de 24 horas, para efetuar o pagamento da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro, conforme edital. **5.6.** Em caso de inadimplemento do valor de arrematação, por desistência do arrematante, desfar-se-á a venda e será cobrada uma multa moratória no valor de 4% (quatro por cento) da arrematação para pagamento de despesas administrativas, bem como poderá ainda o Leiloeiro emitir título de crédito para a cobrança de tais valores, encaminhando-o a protesto, por falta de pagamento, se for o caso, sem prejuízo da execução prevista no artigo 39, do Decreto nº 21.981/32, além da inclusão do arrematante nos serviços de proteção ao crédito. **5.7.** Caso haja arrematante, quer em primeiro ou segundo leilão, a escritura de venda e compra, será lavrada em até 60 dias, contados da data do leilão. **5.8.** Correrão por conta do arrematante, todas as despesas, inclusive foro e laudêmio, se for o caso, relativos à transferência do imóvel arrematado. **5.9.** Na forma do disposto no artigo 448, do Código Civil, o vendedor se responsabiliza por eventual evicção, somente até o valor recebido a título de arremate, excluídas quaisquer perdas. **5.10.** Eventuais avisos/menções de ações judiciais, no site www.zukerman.com.br, na divulgação desse leilão, aderirão ao edital. **5.11.** As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto n° 21.981/32, com as alterações introduzidas pelo Decreto n° 22.427/33, que regulam a atividade da leiloaria.

MAIS INFORMAÇÕES: 3003.0677 | PORTALZUK.com.br

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPECERICA DA SERRA
ESTADO DE SÃO PAULO

A Câmara Municipal de Itapecerica da Serra, faz saber que encontra-se aberto a licitação na modalidade Pregão Presencial nº 03/2023, que tem como objeto: Contratação de Empresa Especializada na Prestação de serviços de assistência médico-hospitalar. O Edital poderá ser obtido por meio do site www.camaraitapecerica.sp.gov.br/licitacao a data de abertura dos envelopes será dia 16 de março de 2023 às 10h, Pregoeira Dra. Tamara Elisa Sartorato de Queiroz. Outras informações pelo telefone (11) 4667-1077 – Ramais – 209- 210.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FARTURA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2023 - PROCESSO Nº 20/2023

A Prefeitura Municipal de Fartura/SP, faz saber que se acha aberta licitação pública objetivando "Registro de preços para eventuais aquisições de produtos de panificação, confeitaria e salgados, destinados a diversos setores, pelo período de 12 meses, de acordo com as especificações do Anexo 01 - Termo de Referência". RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS: Até às 08h00min do dia 16/03/2023. INÍCIO DA DISPUTA: às 09:00 horas do dia 16/03/2023. LOCAL: Plataforma BLL. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). Informações: de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 17:00 horas. Telefone: (14) 3308-9300. Site www.fartura.sp.gov.br.
Fartura, 27 de fevereiro de 2023. LUCIANO PERES - Prefeito Municipal

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA ENERGIA ELÉTRICA DE SÃO PAULO (SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DE SÃO PAULO) - CNPJ 62.194.683/0001-12 - EDITAL - Convocamos todos os trabalhadores da empresa **TERWAN SOLUÇÕES EM ELETRICIDADE, IND. E COM. (CNPJ: 45.209.863/0001-01)**, a participarem da Assembleia Extraordinária, que será realizada no próximo dia **01 de Março de 2023, às 07h30,** na Av. Brasil, 463 - Parque das Nações - Santo André - SP, em convocação única para deliberar sobre a seguinte **"ORDEM DO DIA": 1)** Leitura, discussão e votação da Pauta de Reivindicações para Renovação do Acordo Coletivo de Trabalho 2023/2024, para deliberar os seguintes temas: **a)** Legitimidade Assembleia, **b)** Contribuição Assistencial, **c)** Deliberação Pauta e **d)** Autorização de Acesso à informação sobre Cargos, Salários e Dados, sendo que os itens **a, b, c** e **d** serão votados através de cédulas individuais; **2)** Outros assuntos de interesse da categoria. **São Paulo, 27 de Fevereiro de 2023. Eduardo de Vasconcellos Correia Annunciato (Chicão), Presidente.**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PREFEITURA DO CAMPUS USP DE BAURU
AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS 01/2023 - PUSP-B

Data/Horário: 21/03/2023 ÀS 14 HORAS. LOCAL: Sala de Reuniões do Prédio da Administração da PUSP-B, Alameda Dr. Octávio Pinheiro Brisolla, 9-75 - Bauru/SP. Tipo: Menor Preço. Objeto: REFORMA DA COBERTURA DO GINÁSIO DE ESPORTES DA PUSP-B. Informações: Seção de Material. Alameda Dr. Octávio Pinheiro Brisolla, 9-75 - Bauru/SP, das 9h às 12 e das 13 às 17h, telefone (14) 3235-8398 ou pelo e-mail: brunoberbel@usp.br ou site: www.ccb.usp.br/licitacoes.php.

ASPOMIL

Associação de Assistência Social dos Policiais Militares do Estado de São Paulo
Fundada em 12 de Setembro de 1997
Rua Soriano de Sousa, 305, Sala 2, Tatuapé, SP, CEP. 03066-020
CNPJ 02.210.213/0001-73
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA EXTRAORDINARIA PARA VOTAÇÃO E APROVAÇÃO DE AJUIZAMENTO DE AÇÃO COLETIVA

O Presidente da ASPOMIL – ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições convoca os senhores associados quites com os cofres da ASPOMIL e no exercício de seus direitos para participar da ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA a representação processual na propositura de Ação Civil Pública. A Associação representando seus associados, na forma de seu estatuto, ingressará com quaisquer ações coletivas de interesse da classe de policiais militares, pensionistas, ativo e inativos, seguindo o entendimento do STF que considera indispensável que a autorização se dê por ato individual ou por decisão em assembleia geral e aprovar a contratação de Advogado ou Escritório de Advocacia para este fim.

A ação a ser proposta buscará o justo reconhecimento das horas extras para o policial militar que exerce atividade policial após o término de sua jornada.

Para o conhecimento de todos os associados estamos publicando no Jornal Folha de São Paulo este Edital e também está sendo afixado nesta Associação para que todos os associados tenham conhecimento.

A Assembleia será realizada em sua sede na Rua Soriano de Sousa, 305, Sala 2, Tatuapé/SP, CEP. 03066-020, no dia 06/03/2023 às 08:00 (oito horas) em primeira convocação se presentes a totalidade dos associados, e, em segunda convocação, após (30) trinta minutos, com a presença de qualquer número de associados.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2.023.
Tiago Carnevale Gonçalves
Presidente da ASPOMIL.

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

Pregão Eletrônico nº 032/2023

Processo Administrativo nº 20.220/2022
Objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DE PLANO DE MANUTENÇÃO OPERAÇÃO E CONTROLE (PMOC) COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NAS CONDENSADORAS, EVAPORADORAS E DOS EQUIPAMENTOS E SISTEMAS DE CLIMATIZAÇÃO"
Critério de Julgamento: Menor preço por lote
Tipo de Licitação: Ampla concorrência
Sessão Pública: www.bec.sp.gov.br
Número da Oferta de Compra: 855800801002023OC00048 COMUNICADO DE ADIAMENTO DA SESSÃO PÚBLICA
Considerando a necessidade de revisão do Edital supramencionado, comunicamos a todos os interessados que esta Prefeitura está SUSPENDENDO a Sessão Pública do Pregão Eletrônico supramencionado, designada para o dia 27/02/2023 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF), ficando adiada "sine die".
Informamos ainda que após análise, será agendada nova data. O Edital alterado poderá ser retirado GRATUITAMENTE por quem já o adquiriu presencialmente e também estará disponível para consulta e download gratuito nos sites www.praiagrande.sp.gov.br e www.bec.sp.gov.br.
Este comunicado estará disponível nos sites www.praiagrande.sp.gov.br e www.bec.sp.gov.br para ciência, consulta e/ou download de todos os interessados.
Praia Grande, 24 de fevereiro de 2023.
CLEBER SUCKOW NOGUEIRA - Secretário Municipal de Saúde Pública

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO PESADA - INFRAESTRUTURA E AFINS DO ESTADO DE SP
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIAS EXTRAORDINÁRIAS SETORIAIS

O presidente da entidade, no uso de suas atribuições, convoca todos os trabalhadores nas Indústrias da Construção de estradas, pavimentação e obras de terraplenagem em geral (Barragens, Aeroportos, Canais), e Engenharia Consultiva, as categorias profissionais dos Trabalhadores de empresas que mediante concessão atuam na exploração, conservação, ampliação e demais serviços atribuídos às estradas de rodagem, obras de pavimentação de asfalto (pavimento flexível e rígido, usina de asfalto e de concreto asfáltico), construção, recuperação, reforço, melhoramentos, manutenção e conservação de estradas, pontes, portos, barragens, hidroelétricas, termoelétricas, ferrovias, túneis, eclusas, dragagens, aeroportos, canais, transportes metroviários, dutos para telefonia e eletricidade e demais obras, para participarem de Assembleias Extraordinárias Setoriais que serão realizadas nas seguintes datas e locais: **1)** no dia 06 de março de 2023, às 06:30 horas em 1ª convocação, não havendo o quórum necessário a mesma será realizada às 07:00 horas, em 2ª convocação, com qualquer número de presentes, à Rua Padre Francisco Salvino, s/nº - Fazenda Ingatuba - Pedreira/SP; **2)** no dia 06 de março de 2023, às 06:30 horas em 1ª convocação, não havendo o quórum necessário a mesma será realizada às 07:00 horas, em 2ª convocação, com qualquer número de presentes, à Rodovia SP 107, s/nº, (saída Km 9,5) - Vista Alegre - Amparo/ SP; **3)** no dia 06 de março de 2023, às 17:30 horas em 1ª convocação, não havendo o quórum necessário a mesma será realizada às 18:00 horas, em 2ª convocação, com qualquer número de presentes, à Rua Padre Francisco Salvino, s/nº - Fazenda Ingatuba - Pedreira/SP; **4)** no dia 06 de março de 2023, às 17:30 horas em 1ª convocação, não havendo o quórum necessário a mesma será realizada às 18:00 horas, em 2ª convocação, com qualquer número de presentes, à Rodovia SP 107, s/nº, (saída Km 9,5) - Vista Alegre - Amparo/SP; **5)** no dia 08 de março de 2023, às 06:30 horas em 1ª convocação, não havendo o quórum necessário a mesma será realizada às 07:00 horas, em 2ª convocação, com qualquer número de presentes, à Av. Jacu Pêssego, 1800 - Jardim Helian - São Paulo/SP; **6)** no dia 08 de março de 2023, às 06:30 horas em 1ª convocação, não havendo o quórum necessário a mesma será realizada às 07:00 horas, em 2ª convocação, com qualquer número de presentes, à Rua do Oratório, 3834 - Vila Prudente - São Paulo/SP; **7)** no dia 08 de março de 2023, às 13:00 horas em 1ª convocação, não havendo o quórum necessário a mesma será realizada às 13:30 horas, em 2ª convocação, com qualquer número de presentes, à Av. Vereador Abel Ferreira, 999 - Vila Formosa - São Paulo/ SP; **8)** no dia 08 de março de 2023, às 14:30 horas em 1ª convocação, não havendo o quórum necessário a mesma será realizada às 15:00 horas, em 2ª convocação, com qualquer número de presentes, à Rua Doze de Outubro, nº 650 - Vila Santana - Valinhos/ SP; **9)** no dia 08 de março de 2023, às 16:30 horas em 1ª convocação, não havendo o quórum necessário a mesma será realizada às 17:00 horas, em 2ª convocação, com qualquer número de presentes, à Rua Eng. Pegado, 423 - Vila Carrão - São Paulo/ SP; **10)** no dia 09 de março de 2023, às 06:30 horas em 1ª convocação, não havendo o quórum necessário a mesma será realizada às 07:00 horas, em 2ª convocação, com qualquer número de presentes, à Rua Anita Garibaldi, nº 0 - Centro - Pracinha/ SP; **11)** no dia 09 de março de 2023, às 06:30 horas em 1ª convocação, não havendo o quórum necessário a mesma será realizada às 07:00 horas, em 2ª convocação, com qualquer número de presentes, à Rua Bailique, nº 60 - Jd. Textil - São Paulo/ SP; **12)** no dia 09 de março de 2023, às 06:30 horas em 1ª convocação, não havendo o quórum necessário a mesma será realizada às 07:00 horas, em 2ª convocação, com qualquer número de presentes, à Rua Doutor Eduardo Cotching, nº 1172 - Vila Formosa - São Paulo/SP; **13)** no dia 10 de março de 2023, às 06:30 horas em 1ª convocação, não havendo o quórum necessário a mesma será realizada às 07:00 horas, em 2ª convocação, com qualquer número de presentes, à Rodovia Hélio Smidt, s/nº - Aeroporto - Guarulhos/SP; **14)** no dia 10 de março de 2023, às 06:30 horas em 1ª convocação, não havendo o quórum necessário a mesma será realizada às 07:00 horas, em 2ª convocação, com qualquer número de presentes, à Avenida Guido Caloi, nº 870 - Jardim São Luís (Zona Oeste) - São Paulo/SP, para discussão e deliberação da seguinte ordem do dia: a) Concessão de poderes à diretoria do Sindicato para manter negociações coletivas, celebrar acordos e convenções coletivas de trabalho, requerer a instauração para a defesa do juízo arbitral, mediação e/ou ajuizar dissídio coletivo de trabalho; b) Leitura, discussão e aprovação da pauta de reivindicações para o ano de 2023, visando o início das negociações da data-base de 1º de Maio de 2023; c) Determinação do alcance da representação nas negociações coletivas e abrangência ampla do instrumento normativo que delas resultar de modo a beneficiar a todos, sindicalizados ou não; d) Decretação do estado de greve para defesa das reivindicações aprovadas; e) Continuação da Assembleia que se manterá permanente até o final da solução da Campanha Salarial 2023, ficando autorizado o presidente do sindicato, convocar através de boletins, sessões de assembleia, inclusive nas subsedes, locais de trabalho, em suas imediações e em locais de concentração de trabalhadores.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2023
ARLINDO DA SILVA - PRESIDENTE

MUNICÍPIO DE SANTO ANASTÁCIO
Chamamento – Súmula – Tomada de Preços nº 02/2023

OBJETO: Infraestrutura Urbana – Recapeamento Asfáltico Tipo CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente), em Diversas Ruas do Conjunto Habitacional "Jardim Pôr do Sol". CADASTRAMENTO DAS EMPRESAS: Deverá ser efetuado até às 10h30min horas do dia 15 de março de 2023. ENCERRAMENTO: 16/03/2023, às 08h30min. ABERTURA DOS ENVELOPES: 16/03/2023 às 08h40min. O Edital estará à disposição dos interessados no endereço eletrônico www.santoanastacio.sp.gov.br, no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal, sito na Rua Barão do Rio Branco, 220, centro, ou solicitar pelo e-mail: licitacaosantoanastacio@gmail.com. Informações pelo tel.(18) 3263-9425.
Santo Anastácio, 27 de fevereiro de 2023.
JOSÉ BONILHA SANCHES – Prefeito Municipal

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº. **1006726-77.2014.8.26.0132**. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários. Requerente: HSBC Bank Brasil S/A Banco Múltiplo. Requerido: Mary Isabel Bertholini - ME. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1006726-77.2014.8.26.0132. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro de Catanduva, Estado de São Paulo, Dr(a). MARIA CLARA SCHMIDT DE FREITAS, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) MARY ISABEL BERTHOLINI - ME, CNPJ 17.710.895/0001-50, com endereço à Rua José Albano Oliani, 405, Residencial Comercial, CEP 15840-000, Itajobi - SP, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de HSBC Bank Brasil S/A Banco Múltiplo, objetivando receber a quantia de R$ 79.487,81, atualizada em novembro de 2014, decorrente do Contrato de Abertura de Limite de Crédito Rotativo - Cheque Especial Empresarial implementado na conta corrente de titularidade da empresa requerida, sob número 1007-01095-13. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de quinze (15) dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Catanduva, aos 31 de janeiro de 2023.

SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - IAMSPE
GERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS
NÚCLEO DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS

Acha-se aberto, no INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLIC ESTADUAL - à Av. Ibirapuera nº 981 - 6º andar, o **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 161/2023 - PROCESSO IAMSPE Nº 202207015/2022 - OFERTA DE COMPRA Nº 532101530552023OC00111 - PARA AQUISIÇÃO DE: EQUIPO P/ BOMBA DE INFUSAO DE SISTEMA PERISTALTICO.** O encerramento e abertura dar-se-ão no **dia 13/03/2023 às 09:00 hrs.** Os interessados deverão acessar, a partir de **01/03/2023,** o endereço eletrônico **www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br**, mediante a obstenção de senha de acesso ao sistema e de credenciamento de seus representantes. O Edital de presente licitação encontra-se disponível também no site **www.enegociospublicos.com.br**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE EMILIANÓPOLIS

TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2.023 - TERMO DE DELIBERAÇÃO - Considerando Parecer Técnico do Setor de Engenharia, a Comissão Municipal de Licitações, devidamente constituída pelo Decreto nº. 761/2023, resolve habilitar a empresa DOURADO CONSTRURORA LTDA – EPP, por apresentar a totalidade dos documentos solicitados em edital e inabilitar as empresas MILECOM TELECOMUNICAÇÕES LTDA – EPP e MPW SERVIÇOS ELETRICOS EIRELI – ME por não apresentarem corretamente os documentos exigidos em Edital. As empresas devem ser cientificadas do teor desta deliberação e intimadas do prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação de recurso. Emilianópolis, 27 de fevereiro de 2023. **JULIAN MARCEL DA SILVA - Presidenta da COMUL, JOICE RIBEIRO MESSAGE - Membro da COMUL e ROSA MARIA POLESEL ALVES Membro da COMUL**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA
SEC OBRAS
AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2023 - PROCESSO Nº 044/2023

OBJETO: Contratação de empresa, com empreitada global de materiais, mão de obra e equipamentos para extensão de rede elétrica primária com linha viva, secundária e instalação de iluminação pública de LED, em diversas vias públicas, neste município de Votuporanga/SP. VISITA TÉCNICA: A Visita Técnica será efetuada até o dia 15 de março de 2023, por Representante, devidamente credenciado. Agendar pelo telefone (17) 3405-9700 - Ramal 9814, no horário das 09h00 às 15h00. RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: Os envelopes serão recebidos até às 13h30 do dia 16 de março de 2023, na Secretaria Municipal da Administração - Divisão de Licitações, na Rua Pará nº 3227 - Patrimônio Velho. INFORMAÇÕES E EDITAL COMPLETO: Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria Municipal da Administração - Divisão de Licitações, no Paço Municipal, localizado na Rua Pará nº 3227 – Patrimônio Velho, Votuporanga/SP, horário das 09h00 às 15h00, dias úteis, ou ainda pelo site: www.votuporanga.sp.gov.br. Maiores Informações e/ ou esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone (17) 3405.9700 – ramais 9843 e 9841.
ANDREA ISABEL DA SILVA THOMÉ - Secretária Municipal da Administração – 27/02/2023.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS E GESTÃO DE CONTRATOS
CENTRO DE GESTÃO DE REGISTRO DE PREÇOS
AVISO DE LICITAÇÃO
SAA-PRC-2022/10135 - Pregão Eletrônico CA nº 13/2023
Oferta de Compra nº: 130102000012023OC00019

Encontra-se aberta na Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, por intermédio da Coordenadoria de Administração, licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, por meio de REGISTRO DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO, para EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE PNEUS E BATERIAS. A data do início do prazo para o envio da proposta eletrônica será dia 28/02/2023 e a abertura da Sessão Pública será no dia 13/03/2023 às 10:00 horas. O Edital poderá ser consultado nos endereços eletrônicos https://www.imprensaoficial.com.br e https://www.agricultura.sp.gov.br/editais.

PENITENCIÁRIA DE MAIRINQUE
CHAMADA PÚBLICA N° 001/2023PEMQ

Encontra-se aberta na Penitenciária de Mairinque, Chamada Pública n.º **001/2023PEMQ** E Processo **2023/06253PEMQ**, objetivando o credenciamento de agricultores familiares, para a compra de Gêneros Alimentícios Hortifrutigranjeiros, para o período de 01/04/2023 à 30/06/2023 – através do Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social – PPAIS, a sessão pública será no dia 14/03/2022, às 09h00. A documentação completa, composta pela habilitação jurídica e pela proposta de venda deverá ser entregue na Entidade Credenciadora, situada à Estrada Municipal Sinindu, 6.905 – Bairro Cristal, no município de Mairinque/SP, na sala da Diretoria Administrativa, no período de 28/02/2023 à 13/03/2023 até às 16h00, em envelope fechado endereçado à Comissão de Avaliação e Credenciamento da CHAMADA PÚBLICA n.º 001/2023PEMQ. Será permitida a remessa da documentação via correios que somente será considerada e analisada se recebida na Entidade Credenciadora no período acima mencionado, respeitando o encerramento às 16h00. O aviso contendo o resumo do presente edital será publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo e na página da internet da entidade credenciadora (www.sap.sp.gov.br), no site do PPAIS/ITESP, e em jornal de circulação regional, com a indicação do local em que os interessados poderão ler e obter o texto integral do edital, e todas as informações sobre a chamada pública.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

A Prefeitura de Guarulhos, através do Departamento de Licitações e Contratos, torna público: **Licitações Agendadas: PE110/23-DLC PA50414/22** menor preço visando RP de solução de áudio e vídeo e sistema de som integrado (lousa digital). Abertura: 15/03/23 às 8h30 Disputa: 9h30. **CP16/23-DLC PA27514/22** menor preço visando à contratação de empresa especializada na execução de reforma de alambrado, implantação de grama sintética e playground, sito a Av. Alexandre Grandisioli - Pq. Continental II. Abertura: 06/04/23 às 9h. **Repetição de Certame: CP14/23-DLC PA 25159/22** menor preço visando contratação de empresa para execução de obras da Nova Arena Taboão, Jd. Taboão. Abertura: 05/04/23 às 9h. Os editais poderão ser obtidos no site www.guarulhos.sp.gov.br no link:Licit.Ag.

ENCERRAMENTO DE PRAZO PARA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE NA LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO À INSTALAÇÃO DA AGÊNCIA DA CAIXA REPÚBLICA DO LÍBANO, SP

A Caixa Econômica Federal torna público o encerramento da sua pesquisa de mercado para compor estudos quanto à viabilidade na locação de imóvel pronto, localizado na Av República do Líbano lado ímpar, entre a Rua da Gama e Rua dos Açores, São Paulo / SP. A publicação de interesse ocorreu no Jornal Folha de São Paulo, página B6, na data de 04 de março de 2022.

COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ
CNPJ nº 62.070.362/0001-06
AVISO AOS ACIONISTAS

Na forma do disposto no Artigo 171 da Lei Federal nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, ficam os senhores acionistas cientificados de que, a partir desta data, tem início o prazo de 30 (trinta) dias para o exercício do direito de preferência na subscrição de 552.009 (quinhentas e cinquenta e duas mil e nove) ações ordinárias de classe única, nominativas, sem valor nominal e com o preço de emissão em R$ 4.299,5984 (quatro mil, duzentos e noventa e nove reais e cinco mil, novecentos e oitenta e quatro centésimos de milésimo de real) cada uma, perfazendo um total de R$ 2.382.936.931,92 (dois bilhões, trezentos e oitenta e dois milhões, novecentos e trinta e seis mil, novecentos e trinta e um reais e noventa e dois centavos), dentro do limite do Capital Autorizado de R$ 52.674.522.453,75 (cinquenta e dois bilhões, seiscentos e setenta e quatro milhões, quinhentos e vinte e dois mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e setenta e cinco centavos). Este direito é decorrente da emissão e colocação de novas ações, autorizadas pelo Conselho de Administração desta Sociedade, em reunião realizada no dia 24 de fevereiro de 2023 e será exercido, proporcionalmente, à razão de 6,9774% (seis vírgula nove sete sete quatro por cento), ao número de ações de que cada um era titular naquela data, na Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô, com endereço na Rua Boa Vista nº 175 - Bloco B - 5º andar, São Paulo, Capital, na Gerência de Execução Financeira - GEF - Tesouraria, nos dias úteis, no horário das 8:00 às 11:45 e das 12:45 às 17:30 horas. Telefone: (011) 3291-3904 - E-mail: acionistas@metrosp.com.br. A integralização do direito de preferência será feita em dinheiro ou da forma que a Tesouraria determinar, no ato da subscrição.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023
Paulo Menezes Figueiredo
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Transportes Metropolitanos

Prefeitura Municipal de Carapicuíba
Aviso de Licitação

Pregão Presencial nº 04/23 P.A. nº 74263/23 - Contratação de empresa especializada em serviço de elaboração, produção e realização da encenação do Drama da Paixão de Cristo - Disputa dia 13/03/23 às 09:00 horas

Republicação: Pregão Eletrônico nº 02/23 P.A. nº 75318/22 Aquisição de insumos para bomba de insulina, para atender mandado judicial - Disputa dia 13/03/23 às 15:00 horas. Editais disponíveis no site: www.carapicuiba.sp.gov.br e no depto. de Licitações e Compras, p/retirada com mídia de CD gravável. Informações: (11) 4164-5500 ramal 5442.
Carapicuíba, 27 de Fevereiro de 2023
Marco Aurélio dos Santos Neves
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUMIRIM - SP
EXTRATO DE CONTRATO

Termo de alteração contratual: nº 01/23 Processo nº 1.738/22 Contrato: 20/23 – Pregão Eletrônico nº 14/22. Contratado: XAP COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. **Data da assinatura:** 24 de fevereiro de 2023. **Valor do Contrato:** R$ 335,00 (trezentos e trinta e cinco reais). **Objeto:** "AQUISIÇÕES DE PNEUS PARA OS VEÍCULOS QUE COMPÕEM A FROTA MUNICIPAL". **Prazo:** de 08/02/2023 A 03/03/2023.
Jumirim, 27 de fevereiro de 2023. Daniel Vieira - Prefeito Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANGATUBA

EDITAL DE ABERTURA DA TOMADA PREÇOS Nº 001/2023 – PROCESSO Nº 012/2023. OBJETO: Contratação de empresa especializada para FINALIZAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DE UMA COZINHA PILOTO, NO LOTEAMENTO JARDIM DOMINGOS ORSI, SITUADO À RUA TENENTE JOSÉ MARCO DE ALBUQUERQUE, ANGATUBA/SP, com fornecimento de toda a mão de obra, materiais, equipamentos, maquinários e ferramentas necessárias para a execução, CONFORME CONVÊNIO 205/2020, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONTIDOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. Menor Preço Global. Encerramento: 15 de março de 2023 às 09.00 horas. LOCAL: Sala de Reuniões do Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Angatuba – térreo, Rua João Lopes Filho, nº 120. Maiores informações através do telefone: (15) 3255-9500. O Edital completo está disponível no site: www.angatuba.sp.gov.br. Angatuba, 27 de fevereiro de 2023. NICOLAS BASILE ROCHEL. PREFEITO MUNICIPAL

Companhia Florestal do Brasil
CNPJ/ME 18.368.414/0001-33 - NIRE 35.300.453.972
Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 31 de Dezembro de 2022

Em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), realizada em 31 de dezembro de 2022, às 10h, na sede social da Companhia Florestal do Brasil ("Companhia"), localizada na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3400, 20º andar, parte, Sala São Paulo, São Paulo/SP, foram aprovados, por unanimidade: **(i)** Aumento do capital social da Companhia no valor de R$ 458.724.486,78, mediante a emissão de 936.172.422 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e **(ii)** A alteração do Art. 5 do Estatuto Social da Companhia, bem como sua consolidação. A ata foi registrada na JUCESP sob o nº 72.230/23-0, em 13 de fevereiro de 2022, e sua versão na íntegra está disponível nos websites: https://publicidadelegal.folha.uol.com.br/. **JUCESP** nº 72.230/23-0 em 13/02/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

CSN MINERAÇÃO S.A.
Companhia Aberta - CNPJ nº 08.902.291/0001-15 - NIRE 31.300.025.144
Extrato da Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de janeiro de 2023

A Reunião do Conselho de Administração foi realizada em 23 de janeiro de 2023, às 11h, na filial da CSN Mineração S.A. ("Companhia"), localizada na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3400, 20º andar, parte, Sala Congonhas, São Paulo - SP, na qual foi aprovado, por unanimidade a contratação de Contrato de Pré-Pagamento de Exportação no valor de US$ 75.000.000,00, junto ao JPMorgan Chase Bank, N.A. por um período de 30 meses. A respectiva ata foi registrada na JUCEMG sob o nº 10013363, em 03 de fevereiro de 2023, e sua versão na íntegra está disponível nos websites: https://ri.csnmineracao.com.br/ e https://publicidadelegal.folha.uol.com.br/.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ

A PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ FAZ SABER AOS INTERESSADOS QUE FICA ABERTA A LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO N° 03/2023, CUJO OBJETO É "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO, EMISSÃO, DISTRIBUIÇÃO E FORNECIMENTO DE VALE ALIMENTAÇÃO, NA FORMA DE CRÉDITOS A SEREM CARREGADOS EM CARTÃO ALIMENTAÇÃO EM PVC OU EM OUTRO MATERIAL SIMILAR, COM CHIP ELETRÔNICO DE SEGURANÇA, MUNIDO DE SENHA DE USO PESSOAL INTRANSFERÍVEL, COM A FINALIDADE DE SER UTILIZADO PELOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ, PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, DE HIGIENE PESSOAL E DE LIMPEZA, EM ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I" A SESSÃO DE PROCESSAMENTO SERÁ NO ENDEREÇO ELETRÔNICO HTTPS://BLLCOMPRAS.COM/. SENDO O INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DO DIA 28/02/2023 ATÉ ÀS 8 HORAS DO DIA 10/03/2023. DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 10/03/2023 ÀS 9 HORAS. IPERÓ, 27 DE FEVEREIRO DE 2023. JOÃO ANTONIO DOMINGUES DOS SANTOS - PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCICIO.

FUNDAÇÃO DE APOIO AO INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS - FIPT
CNPJ: 05.505.390/0001-75
AVISO

CHAMADA PARA O PROCESSO PC. 1201_PROCESSO 1280.23: Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de **ÓXIDO DE GRAFENO** com as seguintes especificações: **Forma do Material:** pó; **Número de Camadas:** 1 - 10; **Tamanho Lateral:** 1 - 5 µm; **Grau de Oxidação:** ~ 40% em massa; **Composição Elementar:** Carbono: 40 - 50%; Hidrogênio: 2 - 4%; Nitrogênio: 0 - 1%; Oxigênio: 35 - 45%; Enxofre: 1 - 3%; **Temperatura de Oxidação [Pico DTG principal obtido por termogravimetria (TGA) em atmosfera oxidante]:** ~ 500 °C, para o MA IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas da Cidade de São José dos Campos/SP. As propostas deverão ser enviadas até as 12h00 do dia 02/03/2023 por e-mail para: andread@fipt.org.br. Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos pelo telefone (11) 3769-6917 ou por e-mail: andread@fipt.org.br, com Andrea Donolla.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT
C.N.P.J. 60.633.674/0001-55
Cotação - Processo IPT Nº DL00095.2023 - RC76378.2023

Objeto: Realização de ensaio de rigidez dielétrica conforme a norma ABNT NBR9695:2012 + errata1:2014.

Data Final para apresentação de proposta: **02/03/2023 até as 17:00h.**

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através dos telefone/e-mail: (11) 3767-4035 - damiao@ipt.br - Departamento de Compras.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA
AVISO DE LICITAÇÃO - REPUBLICAÇÃO
Pregão Eletrônico n.º 014/2023 – Proc. Adm. nº. 020/2023

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de lavatórios de escovação completos, portas blindadas para as salas de Raios-X, sala de Tomografia, revestimentos de parede, portas de vidros deslizantes e portas para o centro cirúrgico e visor radiológico plumbífero para as salas de imagens e correlatos, incluindo mão de obra especializada e todo material necessário para instalação dos objetos do Novo Hospital e Maternidade Santa Ana de Santana de Parnaíba. **(LOTES 01 e 04 FRACASSADOS). Do Edital:** O edital completo poderá ser consultado e/ou obtido a partir do dia 28/02/2023, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, bem como por meio do portal do município no endereço: https://intranet.santanadeparnaiba.sp.gov.br/SisComp/Publico/Licitacao/GridLicitacao.aspx. Início da sessão de disputa de lances: Dia **13/03/2023, às 10h00min.**
Santana de Parnaíba, 27 de fevereiro de 2023.
ORDENADOR DE PREGÃO

COOPERATIVA MISTA DE TRABALHO DOS MOTORISTAS AUTÔNOMOS DE TÁXIS ESPECIAL DE SÃO PAULO - RÁDIO TÁXI. CNPJ/MF 46.553.947/0001-20. NIRE 35400010061. **CONVOCAÇÃO DE AGO.** Nos termos do Estatuto Social ***c.c*** com artigos 44 da Lei nº 5.764/71, **o Conselho de Administração, através de seu Presidente,** que abaixo assina, convoca os associados, para comparecerem à **AGO** que será realizada no dia **25/03/2023,** por motivos de espaço físico, na rua Estado de Israel, nº 883, Vila Clementino, CEP 04022-002, nesta Capital/SP. Para participarem da **AGO,** em primeira convocação, **às 08 horas,** com a presença de 2/3 dos associados em condições de votarem, ou na falta de "quórum" em segunda convocação, uma hora depois **às 09 horas,** com a presença de ½ (metade) mais um do número de associados em condições de votar, ou se ainda persistir a ausência de "quórum" em terceira e última convocação uma hora depois, **às 10 horas,** desde que com a presença de pelo menos 10 (dez) associados em condições de votarem, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **1)** Prestação de contas dos órgãos de administração, acompanhada do parecer do Conselho Fiscal, compreendendo relatório da gestão, balanço referente ao exercício social encerrado em 31/12/2022, demonstrativo das sobras ou das perdas apuradas, bem como plano de atividades da Cooperativa. **2)** Destinação das sobras apuradas, ou rateio das perdas constatadas, na forma do artigo 27º, letra "B" do Estatuto Social. **3)** Certidão de quitação de débitos públicos (Municipal, Estadual e Federal), Alvará de funcionamento dos Departamentos de atividades relacionadas à Cooperativa. **4)** Fixação do valor dos honorários, gratificações e do valor da "Cédula de Presença" para os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e do Conselho de Disciplina. **5)** Eleição dos componentes do Conselho Fiscal, para o período de 25/03/2023 até a AGO, a ser realizada até 31/03/2024 (a saber: três titulares e três suplentes). **6)** Eleição dos componentes do Conselho Disciplinar, para o período de 25/03/2023 até a AGO, a ser realizada até 31/03/2024 (a saber: três titulares e três suplentes). **Regras do processo eleitoral:** não poderão participar da Assembleia os associados que se enquadrarem em qualquer das situações dispostas no artigo 15, §2º, do Estatuto Social, especialmente as enumeradas no artigo 5º, §2º do mesmo Estatuto. Normas do Processo Eleitoral: a) Os cooperados que desejarem se candidatar às eleições aos cargos de Conselho Fiscal e Disciplina deverão se inscrever individualmente, indicando expressamente o cargo ao qual concorrem, dentre os mencionados acima, devendo as inscrições do Conselho Fiscal ser acompanhada de todos os documentos exigidos pelas normas legais, estatutárias em seu artigo 4º, §1º. Para o Conselho de Disciplina a inscrição será acompanhada da cópia autenticada do RG e CPF, para as candidaturas estão dispensados o exame médico e psicotécnico. A Cooperativa suportará os custos das referidas documentações exigidas no Artigo 4º do Estatuto Social, para os 03 (três) titulares e os respectivos suplentes efetivamente eleitos (Para Conselho Fiscal), nos termos do artigo 31, §2º do Estatuto Social. b) Não poderão compor os Conselhos Fiscal e Disciplinar, parentes entre si até o segundo grau, em linha reta ou colateral dos Conselheiros de Administração, Fiscal e Disciplina. c) São inelegíveis, além das pessoas impedidas por Lei e pelo Estatuto Social, os condenados à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, prevaricação, suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade. Os cooperados que desejarem se candidatar deverão fazê-lo desde que atendam aos requisitos do presente edital e do Estatuto Social da Cooperativa, a partir desta data até as 18 horas do dia 21/03/2023, na Secretaria da Cooperativa, localizada na Av. Paulista, 726, 17º Andar, Bela Vista, SP, nesta Capital. No ato da inscrição, o interessado deverá preencher formulário que será fornecido pela Secretaria. Para efeito de "quórum" para instalação da Assembleia Geral, o número de associados na presente data é de 448 (quatrocentos e quarenta e oito). São Paulo, 28 de fevereiro de 2023. **Flávio Paulino da Silva.**

Comunicado - Sindicato dos Comerciários de São Paulo, representado por seu Presidente Ricardo Patah, no uso de suas atribuições, vem pelo presente comunicar a quem possa interessar que serão realizadas eleições sindicais nos dias **20, 21, 22, 23 e 24 de março de 2023**, para renovação da diretoria executiva, suplentes da diretoria, Conselho Fiscal efetivo e Suplentes, Delegados Federativos efetivos e suplentes, bem como membros do Conselho de Planejamento Estratégico, no prazo estatutário para registro de chapas, somente uma única chapa se habilitou para concorrer ao pleito. São Paulo, 27 de fevereiro de 2023 - Ricardo Patah - Presidente.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO FELIZ

TOMADA DE PREÇOS 17B/2022 - Processo 12.177/2022

Encontra-se reaberta a presente Tomada de Preços que tem por objetivo a contratação de empresa para execução de base e pavimento intertravado no Parque das Monções (Estrada Parque). O edital e anexos estão disponíveis no site www.portofeliz.sp.gov.br em – Compras e Licitações. A abertura será no dia 17 de março de 2023 às 09h00min, na Rua Adhemar de Barros, 340 – Centro. Outras informações poderão ser solicitadas através do link https://portofeliz.1doc.com.br/atendimento (Protocolos).

Antônio Cássio Habice Prado - Prefeito Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO FELIZ

TOMADA DE PREÇOS 01/2023 - Processo 392/2023

Encontra-se aberto a presente Tomada de Preços que tem por objetivo a contratação de empresa especializada para elaboração de projeto estrutural, para construção de uma passarela no futuro parque da cidade. O edital está disponível no portal da transparência no site: www.portofeliz.sp.gov.br. A data de abertura será dia 15 de março de 2023 às 09h00min na Rua Adhemar de Barros, 340 – Centro. Outras informações poderão ser solicitadas através do link https://portofeliz.1doc.com.br/atendimento (Protocolos).

Antônio Cássio Habice Prado - Prefeito Municipal

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE JABOTICABAL. ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO. O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Jaboticabal, por seu Presidente, o Sr. Ademar Vital de Araújo Filho, convoca todos os Trabalhadores da Construção e do Mobiliário, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a se realizar no dia **17.03.2023**, as **18:00** horas, na Rua Doutor Marrey Junior, nº 394 - Nova Jaboticabal, Jaboticabal-SP, CEP nº 14.887-034, em primeira convocação, para discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **01**. Leitura, discussão e aprovação da ata da reunião anterior; **02**. Leitura, discussão e aprovação da pauta de reivindicações dos Trabalhadores da Construção e do Mobiliário, abrangendo desta forma os Trabalhadores de produtos e artefatos de cimento, Construção Civil, de Montagem Industrial, Construção Pesada, Instalações Elétricas, Gás, Hidráulicas, Pinturas e Decorações, de Móveis, de Olarias, de Serraria e Carpintaria, de Cerâmica Branca e Vermelha, de Mármores e Granitos dos municípios de Jaboticabal, Bebedouro, Guariba, Monte Alto e Olimpia, para renovação dos Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho, **das datas base de 01.03.2023; 01.05.2023; 01.06.2023 e 01.10.2023**; **03**. Discussão e aprovação da proposta de desconto de contribuição, para receita orçamentária do Sindicato, de **1%** (um por cento) sobre o salário, por mês, inclusive do 13º salário, de cada trabalhador da Indústria da Construção e do Mobiliário dos municípios de Jaboticabal, Bebedouro, Guariba, Monte Alto e Olimpia, todos, do Estado de São Paulo, beneficiários dos Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho a serem celebradas; **04**. Discussão, aprovação e autorização para a Diretoria do Sindicato assinar Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho e se necessário instaurar dissídio coletivo; **05**. Discussão e aprovação para que as Assembleias sejam permanentes e convocadas por Boletim. Não havendo quórum, a assembleia realizar-se-á às **20:00** horas, em segunda convocação, no mesmo dia e local, na forma dos Estatutos Sociais, com os Trabalhadores presentes. Jaboticabal, 28 de fevereiro de 2023. Ademar Vital de Araújo Filho - Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO CPL/ARSER – N.º 28/2023 UASG Nº 926703 -

Processo nº:6700.54318/2021

Objeto: Registro de Preços para contratação de empresa que, sob demanda, prestará serviços de modo contínuos de manutenção predial preventiva e corretiva (eventuais), com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra para atender as necessidades da Administração Pública Municipal, de forma que os serviços e os materiais serão pagos de acordo com os valores constantes da tabela SINAPI estabelecida para o Estado de Alagoas, com incidência do desconto ofertado pela Licitante, acrescido do BDI correspondente.

Data da Disponibilidade do Edital: A partir de 28/02/2023 às 08h00

Endereços: Av. da Paz, 900, Jaraguá, Maceió/AL, CEP: 57.022-050, Maceió/AL, ou **www.comprasgovernamentais.gov.br/edital** ou **http://www.licitacao.maceio.al.gov.br/**

Entrega das Propostas: A partir de 28/02/2023 às 08h00 no site **http://www.comprasgovernamentais.gov.br/**

Abertura das Propostas: 13/03/2023 às 09h (horário de Brasília) no site **http://www.comprasnet.gov.br/**

Maceió/AL, 27 de fevereiro 2023.
Elizame Guedes Evangelista
Pregoeira – CPL/ARSER

ASSOCIAÇÃO DOS OFICIAIS MILITARES DO ESTADO DE SÃO PAULO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Nº 001/2023 - PRES.

Nos termos do artigo 12 §1º, item II, e artigo 13 item IV, do Estatuto Social vigente, **fica CONVOCADA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA** a realizar-se em 17/03/2023 na sede da **AOMESP**, à Rua Tabatinguera, Nº 278 Centro-São Paulo, em 1ª Convocação às 10:00h, com a presença de mais da metade dos associados, e em 2ª e última convocação às 11:00h com qualquer número, para cumprir a seguinte Ordem do Dia:

ITEM I - Leitura da ata anterior.

ITEM II - Discussão e votação dos seguintes dispositivos do Estatuto Social de 21/09/2018, propostas pela Diretoria Executiva da AOMESP, a saber: **Nova redação**: Introdução; artigos 1º, 2º, 3º e Parágrafo único; 4º, 5º; 6º inciso I alíneas "a" e "b" II III e IV; 7º; 8º Parágrafo único; 9º, X; 11, 12 e § 1º, I, alíneas "a" e "b" § 2º; 13, VI, IX e § 2º; 14, § 2º e alíneas "b" e "c"", 15, inciso II (acréscimo) e III, alínea "e" (acréscimo) e § 3º; 18, I, "b" II "g" e III (acréscimo), IV, V e VI; 19, § 1º e 2º; 21, 22, 25 e § 1º; 26 § 1º, 27, 28, incisos I e III; 29; 30, incisos III, IV, V, VI e VII; 31 e § 3º; 36, 42, 43 e 44.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2023.

Jorge Gonçalves - Coronel PM
Presidente da AOMESP

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20222139 - IG No 1189677000

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20222139 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Contratação de empresa na prestação de serviços de mão de obra terceirizada, cujos empregados sejam regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, para atender as necessidades da área de Auxiliar de Serviços Gerais da Secretaria da Saúde, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 21392022, até o dia 14/03/2023, às 14h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 24 de Fevereiro de 2023. AURÉLIA FIGUEIREDO GURGEL - PREGOEIRA

Rerratificação do Edital Publicado no Dia 09/12/2022, à folha A23, **SINDICATO DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS NAS INDÚSTRIAS DE CONFECÇÕES DE ROUPAS PARA CRIANÇAS, ADULTOS, MASCULINAS, FEMININAS, UNISSEX, PROFISSIONAIS, ROUPAS ÍNTIMAS, ESPORTIVAS, CONFECÇÕES DE ACESSÓRIOS EM GERAL, MEIAS, FRALDAS DESCARTÁVEIS OU NÃO, ABSORVENTES HIGIÊNICOS, CHAPÉUS, GUARDA-CHUVAS, BOTÕES, EMBALAGENS PLÁSTICAS, ROUPAS DE CAMA, MESA, BANHO, CORTINAS E CAPAS PARA BANCOS, OFICIAIS ALFAIATES, EMPREGADOS EM DOMICÍLIO E COSTUREIRAS DE SANTO ANDRÉ, SÃO BERNARDO DO CAMPO, SÃO CAETANO DO SUL, DIADEMA, MAUÁ, RIBEIRÃO PIRES E RIO GRANDE DA SERRA - FILIADO A CUT**, pelo presente edital, **CONVOCA** todos os associados quites com suas mensalidades e em pleno gozo dos direitos sociais conferindo pelo Estatuto da Entidade, a participarem das eleições para renovação do Sistema Diretivo Sindical da entidade em epígrafe, que será realizada em primeiro escrutínio no **dia 03 de fevereiro de 2023**, nos termos do título IV do Estatuto Social. Para Associados elegíveis nos termos do artigo 57 do Estatuto Social, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias para o registro de chapas, contados a partir da publicação deste Edital, excluindo-se o dia da publicação, nos termos do artigo 61º do Estatuto Social. O registro será dirigido a presidente do pleito, podendo ser assinado por qualquer dos candidatos que integram a respectiva chapa. Durante o prazo para inscrição das chapas, a Secretaria da entidade funcionará, para efeito de registro de chapas, durante o horário das 9:00h até às 13:00h na Av.Artur de Queirós, 52, Bairro Casa Branca na cidade de Santo André, no Estado de São Paulo, onde se encontrará à disposição dos interessados, pessoa habilitada para atendimento, prestar informações concernentes ao processo eleitoral, receber a documentação e fornecer correspondente recibo. Em caso de empate entre as chapas mais votadas, ou não sendo atingido o quorum estatutário, ficam marcadas novas eleições para o segundo e terceiro escrutínios para as seguintes datas respectivamente: 20 de fevereiro e 08 de março, todas as datas referentes ao corrente ano. Santo André, 09 de dezembro de 2022. **Aparecida Leite Ferreira** - Presidente. PARA CONSTAR QUE REFERIDA PUBLICAÇÃO CONTEVE ERRO NO ANO DA DATA DE VOTAÇÃO PARA ELEIÇÃO DE 2023 DO SINDICATO, SENDO QUE A CORRETA É ACIMA GRAFADA E NÃO COMO CONSTOU. Santo André, 28 de fevereiro de 2023. **Aparecida Leite Ferreira** - Presidente.

MUNICÍPIO DE SANTA ISABEL

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 499/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA E REVITALIZAÇÃO DO MIRANTE DO MONTE SERRAT– FASE 3.
DATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES: 15/03/2023 ÀS 09H00.
O edital licitatório e seus anexos poderão ser obtidos na Diretoria de Licitações e Contratos do Município de Santa Isabel, sito na Avenida República nº 530, 4º Andar, Centro – Santa Isabel/SP, das 08h00 às 17h00 ou Portal da Transparência: www.santaisabel.sp.gov.br- link: Licitações e ainda no mural de avisos no térreo deste endereço.

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 680/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE RECAPEAMENTO NA AVENIDA MANOEL FERRAZ DE CAMPOS SALES, TRECHO I, NESTE MUNICÍPIO.
DATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES: 16/03/2023 ÀS 09H00.
O edital licitatório e seus anexos poderão ser obtidos na Diretoria de Licitações e Contratos do Município de Santa Isabel, sito na Avenida República nº 530, 4º Andar, Centro – Santa Isabel/SP, das 08h00 às 17h00 ou Portal da Transparência: www.santaisabel.sp.gov.br- link: Licitações e ainda no mural de avisos no térreo deste endereço.

AVISO DE LICITAÇÃO - REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS No No 20230012 - IG No 1207786000

A Secretaria da Casa Civil torna público o Regime Diferenciado de Contratações No 20230012 de interesse da Secretaria da Educação do Estado do Ceará-SEDUC, cujo objeto é LICITAÇÃO DO TIPO MAIOR DESCONTO PARA CONSTRUÇÃO DE UMA EEM TIPO I – 12 SALAS, EM IBARETAMA-EEFM CÔNEGO LUIZ BRAGA ROCHA, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. ENDEREÇO E DATA DA SESSÃO PARA RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES: Av. Dr. José Martins Rodrigues, No 150, Bairro: Edson Queiroz, CEP: 60811-520– Fortaleza-CE, no dia 24 de março de 2023 às 9:30h. FORNECIMENTO DO EDITAL: no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 24 de Fevereiro de 2023. ANTÔNIO ANÉSIO DE AGUIAR MOURA - PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO 06

PREGÃO ELETRÔNICO OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS - PARTICIPAÇÃO AMPLA

A AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO - ARTESP comunica a todos os interessados que se encontra aberta a Licitação abaixo:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2023
PROCESSO ARTESP-PRC-2022/07010
MODALIDADE: Pregão Eletrônico
TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço
OBJETO: Prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de ar-condicionado abrangendo mão de obra, emprego de ferramentas, gás refrigerante e materiais de consumo para o sistema de climatização tipo VRF (Variable Refrigerant Flow), e em três equipamentos de ar-condicionado do tipo Split HI-WALL.
DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 28/02/2023
DATA E HORA DA ABERTURA: 13/03/2023 às 10:30 horas
ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bec.sp.gov.br
OFERTA DE COMPRA: 512601510552023OC00006

O edital na integra poderá ser consultado e cópias obtidas nos sítios **www.bec.sp.gov.br**, **www.e-negociospublicos.com.br** e **www.artesp.sp.gov.br**.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

AVISO DE LICITAÇÃO - REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS No No 20230014 - IG No 1207783000

A Secretaria da Casa Civil torna público o Regime Diferenciado de Contratações No 20230014 de interesse da Secretaria da Educação do Estado do Ceará-SEDUC, cujo objeto é LICITAÇÃO DO TIPO MAIOR DESCONTO PARA CONSTRUÇÃO DE UMA EEM TIPO I – 06 SALAS, EM IBIAPINA (EEFM PROF. ROSA MARTINS), conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. ENDEREÇO E DATA DA SESSÃO PARA RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES: Av. Dr. José Martins Rodrigues, No 150, Bairro: Edson Queiroz, CEP: 60811-520– Fortaleza-CE, no dia 28 de março de 2023 às 15:00h. FORNECIMENTO DO EDITAL: no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 24 de Fevereiro de 2023. ANTÔNIO ANÉSIO DE AGUIAR MOURA - PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO 06

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA - AMB

A Diretoria Executiva da Associação Médica Brasileira - AMB, associação civil de âmbito nacional sem finalidade lucrativa, com sede e foro na cidade de São Paulo, na Rua São Carlos do Pinhal nº. 324, bairro da Bela Vista, CEP 01333-903, com Estatuto Social registrado perante o 3º. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas – SP, no uso de suas atribuições e prerrogativas estatutárias, convoca, os Associados Efetivos e a eles equiparados da Associação Médica Brasileira – AMB, com direito a voto, para participar da Assembleia Geral Ordinária, nos termos do artigo 25, inciso II e artigo 26, inciso I do Estatuto Social, a realizar-se no dia 31 de março de 2023 (sexta-feira), às 14h, em formato online, através da plataforma telemática contratada pela AMB.

Somente poderão participar da Assembleia Geral Ordinária os associados efetivos ou a eles equiparados que estejam em dia com suas obrigações estatutárias.

Para participar da referida Assembleia, os associados ora convocados deverão, obrigatoriamente, realizar sua inscrição até às 18h do dia 24 de março de 2023, diretamente através do site da AMB (www.amb.org.br), informando o nome completo, número do CPF e e-mail.

O material que subsidiará a Assembleia estará disponível no site da AMB (www.amb.org.br) que deverá ser observado pelos associados para melhor participação e deliberação sobre os assuntos abordados.

A pauta da assembleia será a seguinte:

A. TEMAS ORDINÁRIOS

I - Aprovação das contas do exercício de 2022 da AMB, conforme parecer do Conselho Fiscal e decisão anterior da Assembleia de Delegados da AMB.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023,

CÉSAR EDUARDO FERNANDES, Presidente — ANTÔNIO JOSÉ GONÇALVES, Secretário-Geral

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

AVISO
CREDENCIAMENTO Nº 02/2023

O Município de Maceió, através da Comissão Permanente de Credenciamento da ARSER, instituída pelo Decreto nº 9.095 de 24 de agosto de 2021, avisa que realizará Credenciamento conforme resumo:

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO – SEMGE.
Processo nº: 2100.0110973/2022
INÍCIO DO CREDENCIAMENTO: 31 de março de 2023.
LOCAL: Os envelopes de habilitação deverão ser entregues na Agência Municipal de Regulação de Serviços Delegados – ARSER, situada na AVENIDA DA PAZ, Nº 900 – JARAGUÁ, Maceió/AL, CEP 57022-050/ Telefone: (82) 3312-5100.
OBJETO: Credenciamento de pessoa jurídica para prestação de serviços de assistência odontológica aos servidores públicos ativos da Prefeitura Municipal de Maceió, bem como seus dependentes, sendo os serviços de assistência à saúde odontológica, clínica especializada, operadoras exclusivamente odontológicas, na modalidade de plano individual ou coletivo empresarial, com fulcro na Lei nº. 7.259 MACEIÓ/AL, 27 de setembro de 2022, conforme especificações constantes do Anexo I deste Edital.
Os interessados poderão retirar o Edital através do site: **www.maceio.al.gov.br**.
Comissão Permanente de Credenciamento - ARSER, situada na AVENIDA DA PAZ, Nº 900 – JARAGUÁ, Maceió/AL, CEP 57022-050/ Telefone: (82) 3312-5100.

Maceió 28 de fevereiro de 2023.
Sandra Raquel dos Santos Serafim
José Aldo da Rocha
João Paulo Nunes Claudino
Comissão Permanente de Credenciamento/ARSER

SEHAL - SINDICATO DAS EMPRESAS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO DO GRANDE ABC - Edital de Convocação - Observando todos os protocolos de distanciamento social e sanitários, além da obrigatoriedade do uso de máscaras, através deste ficam **CONVOCADAS** as empresas associadas ou não, representadas por este **SEHAL - SINDICATO DAS EMPRESAS E HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO DO GRANDE ABC** nos municípios de **Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra** a comparecerem na Assembleia Geral Extraordinária que será realizada no próximo dia **15 de Março de 2023**, em primeira convocação, às 09h30, com maioria absoluta dos jurisdicionados e em segunda convocação, às 10h00, com maioria dos presentes, destinada a discutir e votar a seguinte **Ordem do Dia: a)** Leitura, discussão e aprovação da ata anterior; **b)** Atender aos fins especificados nos artigos 612 e 859 da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), tendo em vista eventual renovação e/ou alteração das normas coletivas do trabalho em vigor com o sindicato: **SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO E SERVIÇOS EM GERAL DE HOSPEDAGEM, GASTRONOMIA, ALIMENTOS PREPARADOS E BEBIDAS A VAREJO DE SANTO ANDRÉ E REGIÃO - SINTSHOGASTRO - SAR.** Considerando as reivindicações apresentadas pelo nominado sindicato, inclusive instauração da instância judicial e abrangendo também as hipóteses previstas na Lei nº 7783/89, que dispõe sobre greve e dá outras providencias; **c)** Nomear comissão para fins de entabular negociações com as entidades obreiras objetivando à renovação da Convenção Coletiva de Trabalho; **d)** Outorga de poderes à diretoria deste sindicato e/ou a quem esta os delegar para, conforme o caso, tomar medidas extrajudiciais ou judiciais, perante as autoridades competentes, quanto às normas coletivas de trabalho que estejam vencendo; **e)** Fixação da Contribuição Negocial Patronal, relativa ao exercício de 2023/2024; **f)** Ratificação de providencias eventualmente já tomadas por esta entidade sindical patronal; **g)** Outros assuntos de interesse da entidade. Observar-se-á na primeira e segunda convocação o "quorum" legal e estatutário. E, para que não se alegue ignorância, determino a publicação deste Edital na forma da lei. Santo André/SP, 28 de Fevereiro de 2023. **Carlos Roberto Moreira -** Presidente do SEHAL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Departamento de Compras
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAS torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberta no Departamento de Compras da Secretaria Municipal de Administração, às seguintes licitações:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2023 – Registrar os menores preços Freestyle sensor e leitor, destinado a atender Processos Judiciais da secretaria Municipal de Saúde, pelo prazo de 12 (doze) meses.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 14h do dia 14 de março de 2023.
INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: às 14h30min do dia 14 de março de 2023.
TEMPO DE DISPUTA: 02 minutos, acrescido do tempo aleatório que pode variar de 00:00:01 (um segundo) à 00:30:00 (trinta minutos), determinado pelo sistema.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2023 – Aquisição de diversos medicamentos, destinados a atender Processos Judiciais da secretaria Municipal de Saúde.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h do dia 15 de março de 2023.
INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: às 08h30min do dia 15 de março de 2023.
TEMPO DE DISPUTA: 02 minutos, acrescido do tempo aleatório que pode variar de 00:00:01 (um segundo) à 00:30:00 (trinta minutos), determinado pelo sistema.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2023 – Aquisição de equipamento de leitura biométrica visando atender as necessidades de todos os setores, departamentos e unidades que compõem a Prefeitura Municipal de Araras.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h do dia 17 de março de 2023.
INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: às 08h30min do dia 17 de março de 2023.
TEMPO DE DISPUTA: 02 minutos, acrescido do tempo aleatório que pode variar de 00:00:01 (um segundo) à 00:30:00 (trinta minutos), determinado pelo sistema.
A pasta contendo os editais e anexos estarão à disposição para leitura e retirada no site www.araras.sp.gov.br ou no Departamento de Compras, situada na Rua Pedro Alvares Cabral nº 83 centro, em dias úteis no horário das 09:00 às 16:00 horas.
Todas as informações poderão ser obtidas no órgão supra ou telefone/fax (19) 3547-3107 ou e-mail compras@araras.sp.gov.br.

Araras, 27 de fevereiro de 2023.
JONAS ALVES ARAÚJO FILHO
Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMERICANA

EDITAL DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS N.º 007/2023.
Processo n.º 387/2023.
OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE FECHAMENTO COM CERCA DE ALAMBRADO E ACESSO DO AEROPORTO "AUGUSTO DE OLVEIRA SALVAÇÃO", NESTA CIDADE, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS".
Entrega dos Envelopes: 20 de março de 2023, das 08h00, às 09h15 horas.
Sessão de abertura dos Envelopes: 20 de março de 2023, às 09h30 horas.
Prazo para retirada do Edital: A partir do dia **03 de Março de 2023 até o dia 19 de Março de 2023**, o Edital estará à disposição dos interessados na Unidade de Suprimentos da Prefeitura Municipal de Americana, no horário das 09h00 às 16h00, ou no site: **www.americana.sp.gov.br**.

EDITAL DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS N.º 008/2023.
Processo n.º 530/2023.
OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR A REFORMA DA PRAÇA JOSÉ RAMPAZZO – BAIRRO JARDIM SÃO PAULO, NESTE MUNICÍPIO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS".
Entrega dos Envelopes: 21 de março de 2023, das 08h00, às 09h15 horas.
Sessão de abertura dos Envelopes: 21 de março de 2023, às 09h30 horas.
Prazo para retirada do Edital: A partir do dia **03 de Março de 2023 até o dia 20 de Março de 2023**, o Edital estará à disposição dos interessados na Unidade de Suprimentos da Prefeitura Municipal de Americana, no horário das 09h00 às 16h00, ou no site: **www.americana.sp.gov.br**.

Eu, Tássia Helena Modenesi Tavares, matrícula n.º 14.676 conferi o presente. Eu, José Eduardo da Cruz Rodrigues Flores, Secretário Adjunto de Administração, autorizei a publicação oficial. Americana, 27 de Fevereiro de 2023.

AVISO DE LICITAÇÃO

O Serviço Social do Comércio – Administração Regional no Estado de São Paulo, nos termos da Resolução nº 1.252/2012, de 06 de junho de 2012, publicada na Seção III do Diário Oficial da União – Edição nº 144 de 26/07/2012, torna pública a abertura das seguintes licitações:

MODALIDADE: Pregão Eletrônico

Objetos:

PE 2023012000054 – Serviços especializados de limpeza e conservação para a Unidade São José dos Campos. Abertura: 16/03/2023 às 10h30.

PE 2023012000061 – Serviços especializados para manutenção preventiva dos poços tubulares profundos da Unidade Itaquera. Abertura: 13/03/2023 às 10h30.

PE 2023012000065 – Locação de equipamentos de iluminação, sonorização e audiovisual para Diversas Unidades. Abertura: 08/03/2023 às 10h30.

PE 2023012000069 – Serviços de mão-de-obra temporária para Diversas Unidades. Abertura: 15/03/2023 às 10h30.

PE 2023012000071 – Fornecimento futuro e eventual de produtos de higienização e sanitização, incluindo dispensadores e dosadores, em regime de comodato, para as Unidades Bertioga e Mogi das Cruzes. Abertura: 20/03/2023 às 10h30.

PE 2023012000074 – Serviços de montagem cenográfica para a Unidade Interlagos. Abertura: 14/03/2023 às 10h30.

A consulta e aquisição dos editais estão disponíveis no endereço eletrônico **portallc.sescsp.org.br** mediante inscrição para obtenção de senha de acesso.

O aumento de impostos e seus descontentes

Há ao menos quatro bons motivos para o fim da desoneração dos combustíveis

Cecilia Machado
Economista-chefe do Banco BOCOM BBM e professora da EPGE (Escola Brasileira de Economia e Finanças) da FGV

A revisão de políticas públicas envolve um complicado jogo de interesses. De um lado, é inevitável que eventuais mudanças gerem perdas ou descontentamentos em grupos específicos beneficiados pela política. De outro, há também considerações sobre o uso eficiente dos recursos que são direcionados a ela, e em como sua reversão pode gerar ganhos de bem-estar maiores para a população.

Com frequência, argumentos contrários às revisões focam apenas as perdas, ignorando ganhos líquidos que poderiam ser obtidos na reformulação das políticas existentes.

São muitos os exemplos, mas agora está em discussão a desoneração dos tributos que incidem sobre os combustíveis. A política, instituída no ano passado pelo governo Bolsonaro, e renovada de forma temporária pelo governo Lula, vale até o fim de fevereiro.

A volta do PIB/Cofins sobre a gasolina e o etanol implicará o aumento do preço ao consumidor final, cuja magnitude depende de como e quando as distribuidoras e postos farão o repasse do tributo. Mas, ainda que a volta desse imposto possa ter impacto adverso no orçamento de muitas famílias, há, ao menos, quatro bons motivos para que política de desoneração dos combustíveis chegue ao fim.

Primeiro, o fim da desoneração não poderia encontrar conjuntura mais favorável que a atual. O preço do petróleo, que escalou no início do ano passado em decorrência da guerra entre Rússia e Ucrânia e da retomada da atividade global, acumula queda expressiva desde junho do ano passado, quando a política de desoneração dos combustíveis foi implementada. Além disso, o preço do diesel e da gasolina vendido pela Petrobras para as distribuidoras encontra-se acima da paridade internacional, e um próximo reajuste de preços para baixo da própria Petrobras ajuda a aliviar a alta que seria causada pela reoneração.

Segundo, em termos de direcionamento de recursos públicos —já que a desoneração implica renúncia de receitas que poderiam ser direcionadas para outras finalidades—, não é claro que a desoneração dos combustíveis contribui para colocar o pobre no orçamento. Cerca de metade dos domicílios brasileiros tem carro, mas ele se encontra menos presente nos domicílios mais pobres e mais presente nos domicílios mais ricos. A desoneração dos combustíveis é política pouco focalizada que não incide onde a pobreza está e favorece mais que proporcionalmente aqueles que têm carro e que são mais ricos.

Terceiro, a desoneração do preço dos combustíveis estimula o uso de combustíveis fósseis e dificulta transição para uma economia de baixo carbono, em dissonância com os compromissos assumidos pelo governo na COP27 e com os objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU que vem sendo adotados ao redor do mundo.

E, quarto, a manutenção da desoneração de impostos tem impactos relevantes nas contas públicas, já que diminui a arrecadação do governo em momento no qual todo e qualquer recurso faz diferença para garantir a perspectiva de solvência do Estado e a estabilidade na dinâmica do endividamento público. Estima-se que o fim da prorrogação da alíquota zero deva render cerca de R$ 30 bilhões ao caixa do governo em 2023.

Em entrevista recente, o ministro da Justiça, Flávio Dino, mostrou desconforto com a perda de popularidade do governo decorrente de eventuais mudanças na política econômica, argumentando que, se "Lula enfrentar problemas na economia, atos antidemocráticos podem voltar".

A opção por um reequilíbrio fiscal pelo lado da arrecadação —conforme visto no conjunto de medidas anunciado pela Fazenda no início do ano, que inclui a volta do PIS/Cofins sobre os combustíveis— sempre encontrará descontentes. Se é difícil enfrentá-los mesmo nesse caso tão emblemático, com inúmeros argumentos claros e convincentes para que o fim da desoneração dos impostos sobre gasolina e etanol seja imediato, não é difícil prever que demais medidas que envolvam o fim de benefícios tributários, aumentos ou criação de impostos encontrarão ainda mais resistência.

Quão crível será um novo arcabouço fiscal baseado em aumento de receitas se não se consegue a volta integral de tributos sobre combustíveis fósseis, em um caso tão óbvio?

| DOM. Samuel Pessôa | SEG. Marcos de Vasconcellos, Ronaldo Lemos | TER. Michael França, Cecilia Machado | **QUA. Bernardo Guimarães** | QUI. Cida Bento, Solange Srour | SEX. André Roncaglia | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

Teles cobram de big techs dinheiro para infraestrutura

Megafeira em Barcelona tem recado direto pela chamada 'partilha justa'

TEC

Raphael Hernandes

BARCELONA O MWC (Mobile World Congress), um dos principais eventos de tecnologia do mundo, voltado ao setor de telecomunicações, começou com um recado claro de operadoras para as big techs: dividir os investimentos em infraestrutura.

O recado foi dado já na palestra de abertura, tradicionalmente a mais importante, do evento que acontece nesta semana em Barcelona.

Representantes do setor de telefonia citaram as transformações tecnológicas esperadas para os próximos anos, como metaverso e crescimento de inteligência artificial, e a expectativa de um crescimento exponencial da demanda de tráfego de dados.

"A computação de nuvem mudou o patamar, mas não vai ser o suficiente com todo o tráfego que a Web 3.0 deve gerar", disse José Maria Álvarez-Pallete, CEO da Telefonica e conselheiro da GSMA, entidade que congrega as teles e organiza o MWC. "É hora de colaboração entre empresas de tecnologia, big techs e indústria", complementou.

"Colaborar significa todos partilharem o compromisso de forma justa", alfinetou posteriormente. "Marque essas palavras: 'Partilha justa'."

As declarações ocorrem em meio a discussões na União Europeia para que as grandes empresas de tecnologia ajudem a bancar os custos com infraestrutura de telefonia, a chamada "partilha justa".

A palestra teve a participação, por mensagens de vídeo gravadas previamente, de dois representantes das empresas de tecnologia em tom conciliatório: Satya Nadella, CEO da Microsoft, e Thomas Kurian, executivo-chefe da Google Cloud.

Ambos citaram investimentos feitos nos últimos anos em produtos que beneficiam o setor de telecom."As operadoras estão entre nossos parceiros mais importantes. Parceria e benefício mútuo são a única forma de construir um ecossistema de sucesso", afirmou Kurian, citando que os setores podem trabalhar "lado a lado".

> É hora de colaboração entre empresas de tecnologia, big techs e indústria. Colaborar significa todos partilharem o compromisso de forma justa
>
> **José Maria Álvarez-Pallete**
> CEO da Telefonica e conselheiro da GSMA, entidade que congrega as teles e organiza o MWC

Pelas empresas de telecom, coube a Christel Heydemann, CEO da Orange, dar o recado mais direto. "Fizemos grandes investimentos em redes, e isso é difícil de monetizar. As pessoas esperam sempre pagar menos e receber mais. Ao mesmo tempo, ficamos sob pressão de investidores."

"Precisamos continuar inovando e investindo, mas precisamos pedir que toda a indústria contribua", continuou Heydemann. "As empresas de telecomunicação estão na difícil equação entre regulação e investimento, sob pressão para atingir os objetivos da década digital. Precisamos de um empurrão para manter esses objetivos, mas precisa ser algo aplicado a todo o ecossistema, não só nas empresas de telefonia."

A década digital a que ela se refere é uma série de objetivos, que passam por conectividades, estabelecidos pelo bloco europeu no ano passado a serem atingidos até 2030.

Heydemann citou o que chamou de "desbalanço", com as cinco maiores empresas de tecnologia sendo responsáveis por 55% do tráfego nas redes.

Na quinta (23), a Comissão Europeia, braço executivo do bloco, abriu consulta pública sobre a partilha justa".

"Mercados digitais e, em particular os de conectividade, estão também passando por desenvolvimentos tecnológicos e de mercado transformadores na forma de, por exemplo, computação em nuvem, operação no metaverso, em inteligência artificial etc. Além disso, não estão isoladas das situação geopolítica e econômica desafiadora", diz o documento, citando os "grandes" investimentos necessários em infraestrutura, como antenas, para as próximas gerações da telefonia.

De acordo com a Reuters, empresas de telecom europeias alegam que mais da metade dos dados que trafegam na rede vem de seis big techs: Alphabet (dona do Google), Amazon, Apple, Meta (Facebook), Microsoft e Netflix.

Os gigantes de tecnologia, por outro lado, argumentam que o pagamento reduziria sua capacidade de investir em novos produtos, prejudicando os consumidores, aponta a agência de notícias.

O jornalista viajou a convite da Huawei

Kombi elétrica não parece Kombi, e isso é bom

ANÁLISE

Eduardo Sodré
Jornalista especializado no setor automotivo.

SÃO PAULO ID. Buzz, a Kombi elétrica. É assim que a Volkswagen vai chamar no Brasil a van que, ao mesmo tempo, é retrô e futurista.

Os saudosistas até podem defender o nome "Nova Kombi", mas não dá. Há um abismo de 70 anos entre os dois projetos, e a montadora sabe que são propostas tão diferentes como energia solar e combustível de origem fóssil.

Duas unidades vieram ao Brasil, ambas com pintura bicolor. Uma é a amarela e branca disponibilizada para teste dentro da fábrica Anchieta, em São Bernardo do Campo.

Volkswagen Id Buzz, a Kombi elétrica, na fábrica de São Bernardo do Campo (SP) Divulgação

A antiga Kombi foi produzida por lá de setembro de 1957 a dezembro de 2013. O fim veio com a obrigatoriedade de airbags e freios com ABS. Nada disso era compatível com um projeto tão antigo.

O desenho da ID. Buzz remete à primeira geração, chamada T1, mas com detalhes da T2 (feita no Brasil a partir de 1975). Essas foram as únicas produzidas e vendidas no Brasil, enquanto outros países tiveram modelos subsequentes. A atual se chama T6.1 —o "t" é de Transporter— e é vendida regularmente na Europa.

Ao entrar na Kombi elétrica, contudo, o passado se acomoda na memória. O pequeno painel digital e as entradas USB-C já mostram que se trata de outra era.

Há poucos botões na ID. Buzz, e essa é uma característica comum ao modelo antigo. Se antes a falta de comandos simbolizava a lista pífia de equipamentos, hoje representa o avanço tecnológico. Todas as funções podem ser comandadas a partir da tela central sensível ao toque, com imagens coloridas.

A Kombi do futuro tem ainda bancos com ajustes elétricos, aquecimento e massageadores, ar-condicionado digital, rodas de 20 polegadas e muito espaço. Cinco ocupantes viajam bem, embora o modelo do passado pudesse levar até nove pessoas.

E até os saudosistas que votariam no nome "Nova Kombi" deverão reconhecer que a experiência ao volante é muito melhor agora.

A ID. Buzz tem dirigibilidade similar à dos SUVs de luxo. O motorista vai em posição elevada, com um volante bastante vertical à sua frente. Antes era horizontal, com a coluna de direção passando no meio das pernas.

Após pressionar o botão de partida, basta girar a haste localizada à direita do quadro de instrumentos para engatar a marcha única. O freio de estacionamento eletrônico é desacoplado assim que se pisa no acelerador.

A Kombi elétrica entra em movimento sem fazer barulho. O único ruído perceptível vem do console central, que pode ser removido. Para um carro que já foi desmontado e refeito durante análises do departamento de engenharia da VW no Brasil, esperavam-se sons por todos os lados.

As rodas aro 20 não prejudicam o conforto. A ID. Buzz parece um carro premium, diferente dos antepassados. Os bancos acomodam bem o corpo e têm parte da forração feita de garrafas PET recicladas.

Uma subida é o único ponto em que é possível testar o motor com potência equivalente a 204 cv. Não há surpresa: a Kombi avança sem sufoco.

De volta ao ponto de partida, vale dar mais uma olhada no modelo. O formato van preserva aquele aspecto de pão de forma da linha original, mas os faróis de agora são triangulares e com LEDs.

As portas laterais seguem corrediças, mas o acionamento é elétrico. O porta-malas traz suportes para adicionar uma terceira fila de assentos, que ainda não está disponível.

A capacidade chega a 600 quilos na versão Cargo. Nesse ponto, a antiga Kombi leva vantagem. Era possível carregar quase 1 tonelada, seja de gente ou de coisas.

Mas e o preço? A ID. Buzz só deve chegar ao Brasil em 2024 e não vai custar menos de R$ 300 mil. Sim, é um valor alto, mas alinhado ao de carros elétricos comercializados hoje no país.

Além da necessidade de adaptar as concessionárias aos novos tempos, há o problema das filas mundo afora. Há 20 mil clientes aguardando a entrega do modelo, que é produzido em Hannover.

A estratégia de eletrificação da VW no Brasil passa primeiro pelo hatch ID.3 e pelo SUV ID.4, que podem estrear neste ano ou em 2024. Ambos têm qualidades, mas a Kombi elétrica é o modelo que interessa.

A comerciante Rosana Ribeiro Soares, 39, em sua loja invadida por lama na Vila Sahy, em São Sebastião Fotos Bruno Santos/Folhapress

Desabrigados de São Sebastião não sabem onde vão morar após tragédia

Moradores relatam medo e incerteza sobre situação de suas casas em área de risco nas encostas

Isabella Menon

SÃO SEBASTIÃO (SP) A faxineira Rosemeire Nascimento de Santos, 47, afirma que, apesar das perdas materiais, está bem assistida: tem dormido na casa de uma colega que a abrigou, juntamente com a filha, o marido, o neto e outras seis pessoas.

Ela escolheu ficar nessa residência na Barra do Sahy, em São Sebastião, porque não conseguiu se adaptar ao abrigo montado para os afetados pelas fortes chuvas no litoral norte paulista, que causaram a morte de ao menos 65 pessoas. O motivo é o grande número de pessoas alojadas no local.

Rosemeire que está na casa por um favor da colega, que vive da renda do aluguel do imóvel. Por isso, logo sua família terá que sair dali.

"Móvel a gente não liga, a gente vai trabalhar para reconquistar e ainda temos a possibilidade de conseguir doação. Eu só queria saber onde vou morar", diz a faxineira, que vivia em uma das casas consideradas em zona de risco na Vila Sahy, a região mais afetada pela tragédia.

Um mapa não oficial da Vila Sahy que circula em grupos de WhatsApp aponta uma área laranja onde estariam as casas que seriam derrubadas devido ao risco de desmoronamento. A **Folha** entrou em contato com a Defesa Civil do de São Sebastião, que afirmou não poder confirmar o número de imóveis que serão interditados devido ao potencial de queda. "As equipes estão trabalhando na busca por desaparecidos e fazendo mapeamento dos locais atingidos pelo temporal", diz o órgão.

A empregada doméstica Maria Lucia de Jesus, 55, que teve sua casa atingida pela lama nos deslizamentos na Vila Sahy

A situação aflige a família de Rosemeire. "A minha angústia é saber qual vai ser a situação da minha filha. Ela é autônoma e tinha um carrinho de churrasco que foi levado pelas chuvas. Vai viver do quê? Como vai criar o filho? Precisamos saber o que fazer."

O governo deu início, na última sexta-feira (24), ao cadastro dos moradores do litoral norte de São Paulo para viverem no conjunto do CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano) que vai ser construído para começar a tirar pessoas de áreas de risco e dar moradia a quem perdeu. A expectativa é que o terreno de mais de 10 mil metros quadrados seja usado para a implantação de programa habitacional para famílias de baixa renda.

"As unidades serão destinadas ao atendimento de moradores de áreas de risco afetadas e famílias que perderam suas casas em razão das chuvas intensas", afirma o governo Tarcísio de Freitas (Republicanos) por meio de nota.

A família de Rosemeire, porém, ainda não conseguiu realizar o cadastramento.

A dúvida sobre o futuro após o desastre é sentida por outras famílias. Ao todo, as chuvas deixaram 1.090 desalojados e 1.346 desabrigados.

Maria Lúcia de Jesus, 55, também trabalha como empregada doméstica e relata que tem dormido na casa de um dos seus patrões. Durante o temporal, conseguiu levar para a casa deles 30 pessoas, que foram saindo aos poucos na última semana.

Ela, que vive sozinha, afirma que a casa dela na Vila Sahy não foi afetada pelo temporal e tem sido usada para guardar móveis de outras pessoas. Mas ela considera que há risco de desabamento.

"Precisamos de uma resposta certa. Para onde nós vamos com segurança? Precisamos de um local para conseguir essa informação. Não é pedir muita coisa", disse.

A angústia é vivida também fora da Vila Sahy. Rosana Ribeiro Soares Santos, 39, é dona de uma loja de sapatos no começo da vila e vive na Baleia Verde, comunidade onde as buscas por corpos continuavam nesta segunda-feira (27) para tentar encontrar ao menos mais um desaparecido.

Ela passou a semana limpando a casa, que foi inundada. Nesta segunda, esteve na loja e retirou dezenas de pares de calçados que foram perdidos com a onda de lama.

Ela calcula um prejuízo de mais de R$ 80 mil e vive a incerteza sobre o futuro do emprego e da sua casa. Quando a reportagem entrou no estabelecimento, ela estava com as filhas e tentava limpar o local.

"Tenho que continuar na minha casa, não tenho para onde ir. Nunca vi nada parecido com o que aconteceu aqui." Ela planeja lavar as mercadorias que perdeu para encaminhá-las para doação. "Não sei como continuar com a loja. A gente está sem rumo aqui."

Enquanto relata o que aconteceu, aponta para os calçados agora já dentro de sacos de lixo. "Esse aqui era nosso ganha-pão. Faculdade de filho. Casa para manter. Como vamos manter isso aqui? Perdi amigos, conhecidos e ainda tive um prejuízo."

Leia mais na pág. B2

Noite e chuva viram gatilho emocional depois de deslizamentos

SÃO SEBASTIÃO (SP) É na frente do restaurante Pimenta Rosa, dentro da Barra do Sahy, que placas com a inscrição "saúde mental" indicam o posto improvisado. O estabelecimento tem fornecido alimentação desde o início da semana para os desalojados em decorrência das chuvas históricas que atingiram o litoral norte de São Paulo no domingo (19).

A tragédia, que matou 65 pessoas, deixou milhares de desabrigados e trouxe diversos traumas para a população de São Sebastião. Não à toa, é comum ver pessoas com os olhos marejados em busca de uma ajuda psicológica.

Nesta sexta-feira (24), o psiquiatra do SUS Pedro Henrique Novaes e a colega e psicóloga Cátia Mellao decidiram abrir um posto para atender apenas pacientes que precisam de apoio relacionado à saúde mental —separando, assim, aqueles pacientes que precisam de assistência médica por outros motivos.

Dentro da escola, há um grande volume de pessoas que entram e saem, por isso o atendimento psiquiátrico não era ideal para acontecer por lá. "Não dá para ter uma estrutura para atender demanda de saúde mental em um espaço confuso", afirma Novaes.

Espaço improvisado onde especialistas em saúde mental atendem as vítimas dos deslizamentos Bruno Santos 25.fev.23/Folhapress

Nos primeiros dias, diz o psiquiatra, os esforços foram voltados para os resgastes de corpos e o tratamento de feridos. Agora, mais de sete dias após as fortes chuvas, é preciso que a atenção à saúde mental da população seja retomada.

Primeiro, explica Novaes, há urgência pelos pacientes que lidam com pós-trauma. Depois, há quem já tinha acompanhamento psíquico e ficou desestabilizado. Em meio a este cenário, há os remédios e as receitas que se foram em meio à lama e o medo dos pacientes de não conseguirem os medicamentos de uso contínuo.

> No início está todo mundo preocupado em ter comida, colchão e água. Porém, essa sensação de que está tudo bem é falsa porque daqui a pouco as pessoas vão entendendo aos poucos [o que aconteceu]
>
> **Pedro Henrique Novaes**
> psiquiatra

O psiquiatra afirma que já trabalha na região há seis anos. Por isso, conhece uma parte dos moradores locais que estão desalojados. "No início está todo mundo preocupado em ter comida, colchão e água. Porém, essa sensação de que está tudo bem é falsa porque daqui a pouco as pessoas vão entendendo aos poucos [o que aconteceu]."

Os especialistas em saúde mental notam que há necessidade de apoio emocional até enquanto caminham na rua. "É comum que, enquanto a gente anda na rua, parem [para falar conosco]", afirma Novaes.

A psicóloga Cátia Mellao nota ainda que é durante o período noturno que os gatilhos do desastre acometem os desalojados, uma vez que a tragédia aconteceu no meio da noite e muitos deles foram acordados com o alto volume de água levando suas casas. Por isso, dificuldade para dormir e insônia são comuns.

As crianças também já demonstram traumas do episódio, diz ela. É comum que algumas apresentem um pensamento repetitivo, com um garoto que os especialistas atenderam que dizia sem parar sobre uma "onda grande". Somado a isso, os pequenos ainda presenciaram os pais em estado de choque.

Além disso, as chuvas que voltaram a atingir o litoral após o desastre também relembram a todos o que aconteceu há poucos dias. "Infelizmente, no primeiro momento o tratamento é na base de medicação e acolhimento afetuoso", afirma o psiquiatra, que admite que ainda é cedo é muito difícil falar em resultado porque é uma tragédia sem precedentes.

"É um município focado no turismo, que pode agora sofrer com um retrocesso", diz o psiquiatra, que prevê que muitos dos trabalhadores terão que se reinventar em meio ao cenário pós-tragédia ou se reinventar.

Após sete dias de buscas por corpos, 65 mortes foram confirmadas, sendo 64 em São Sebastião e uma em Ubatuba. A procura foi encerrada neste domingo na Barra do Sahy, que agora terá a dura missão de tentar se reerguer, enquanto lida com o luto e o medo. **IM**

Cachorro farejador auxilia bombeiros na procura por vítimas de deslizamentos após temporal em São Sebastião Bruno Santos - 24.fev.23/Folhapress

Escavação manual e olfato ajudaram na busca por vítimas

Resgate de corpos foi encerrado na região da Vila Sahy com saldo de 65 mortos no litoral norte de São Paulo

Clayton Castelani

SÃO SEBASTIÃO (SP) No terceiro dia após os deslizamentos que deixaram ao menos 64 mortos em São Sebastião e um em Ubatuba, no litoral paulista, voluntários e militares desempenhavam uma tarefa mórbida: guiavam-se pelo odor de corpos em estágio inicial de putrefação para localizar vítimas soterradas em um morro de Barra do Sahy.

Um morador chamou a atenção para uma geladeira parcialmente enterrada, possível origem do cheiro forte que alguns estavam sentindo. Houve dúvida entre os voluntários sobre a causa do odor, pois o eletrodoméstico enlameado certamente armazenava alimentos apodrecidos. Um dos homens do Corpo de Bombeiros garantiu que havia um corpo no local. A escavação com pás e enxadas confirmou a morte de uma mulher.

Tragédias provocadas por deslizamentos não são raras na história do litoral de São Paulo. A pior delas matou 500 pessoas em Caraguatatuba no ano de 1967. Mas o curto intervalo entre soterramentos com múltiplas vítimas nos últimos anos aprimorou a capacidade de alguns bombeiros de usar o olfato para achar vítimas em um tipo de ambiente que possui diferentes odores desagradáveis, como esgoto, lama, comida estragada e cadáveres.

> “Em diversas ocorrências atuamos com um cadáver no ambiente, mas o que deu esse know-how de conhecer o odor foi principalmente essa ocorrência na Baixada. O cheiro que tem aqui é exatamente o cheiro que tinha lá
>
> **André Moreira Lima**
> 1º tenente e comandante de uma das equipes de resgate

Comandante de uma das equipes que trabalhara nos deslizamentos na vila Sahy, o 1º tenente André Moreira Lima, 42, explicou que o cenário encontrado naquele ponto de São Sebastião era muito semelhante ao dos deslizamentos ocorridos na Baixada Santista no verão de 2020.

Muitos dos homens e mulheres que buscam corpos dentro de valas de mais de dois metros no litoral norte também fizeram esse mesmo trabalho no Guarujá, onde dezenas de pessoas morreram soterradas há três anos.

“Em diversas ocorrências atuamos com um cadáver no ambiente, mas o que deu esse know-how de conhecer o odor foi principalmente essa ocorrência na Baixada”, afirma Lima, que também atuou nos resgates de 2020. “O cheiro que tem aqui é exatamente o cheiro que tinha lá.”

No domingo (26), bombeiros, voluntários e militares encontraram o corpo da 65ª vítima do temporal que assolou o litoral norte de São Paulo. Era a última pessoa considerada desaparecida que restava na área e, ao menos por enquanto, as buscas na Barra do Sahy foram encerradas.

Segundo os bombeiros que atuam na região, buscas também foram encerradas em Juquehy, mas continuam na região da Baleia Verde, onde um corpo ainda é procurado.

A região do Sahy apresentou nas primeiras horas uma dificuldade extra para os resgates. Deslizamentos bloquearam totalmente o acesso por terra à localidade. Equipamentos específicos, equipes especializadas e cães farejadores demoraram a chegar.

Durante os quatro primeiros dias o trabalho foi realizado com ferramentas como cordas, pás e baldes. A escavação manual é a mais extenuante das tarefas para socorristas, segundo Lima.

Somente no quinto dia após a chuva histórica é que o maquinário pesado pôde entrar em ação porque, além da abertura dos acessos por terra, já não havia mais esperança de encontrar sobreviventes.

Diferentemente de terremotos como o que atingiu a Turquia e a Síria, deslizamentos de lama não costumam permitir a formação de bolsões de ar. Nesses bolsões, em tese, as pessoas podem ficar vivas por dias sob os escombros.

Por isso, em grandes deslizamentos de terra, em geral, as pessoas morrem mais rapidamente porque, mesmo que sobrevivam ao trauma, não conseguem respirar.

O trabalho de buscas também foi auxiliado por técnicos com dispositivos que detectam sinal de celulares.

Segundo funcionários da Anatel, três corpos foram encontrados devido ao uso desse mecanismo, inclusive um no sábado (25). “Apontamos o aparelho para a lama, se tiver um sinal, consigo captar um sinal de celular que está tentando contato com a torre”, afirmou à **Folha** Rogério Zambotto.

Prefeitura de Ubatuba e empresários pedem volta de turistas

Francisco Lima Neto

SÃO PAULO A Prefeitura de Ubatuba, no litoral norte de São Paulo, pediu que os turistas voltem a frequentar o município e afirmou que os serviços já foram normalizados após as fortes chuvas que deixaram uma criança de 7 anos morta na cidade, além de outras 64 em São Sebastião, município vizinho.

O pedido da prefeitura se junta a um apelo de empresários de Caraguatatuba, Ubatuba e Ilhabela, que pressionam autoridades locais para que tentem reverter junto ao governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) a orientação para que turistas evitem a região em razão dos estragos causados pelo temporal.

Tarcísio pediu na semana passada para que os turistas evitem ir ao litoral paulista.

A prefeita de Ubatuba, Flavia Pascoal (PL), afirmou que todos os setores da administração municipal trabalham desde o dia 18 para recuperar as áreas atingidas.

“Fizemos esse trabalho todos esses dias focando o restabelecimento de Ubatuba. Ainda estamos em atuação, mas a cidade de Ubatuba está bem controlada. As estradas já estão com acesso liberado e estamos trabalhando, internamente, nas 46 ruas afetadas, nos bairros e nos empenhando nos planos de ajuda humanitária”, destacou.

A prefeita pediu que os turistas retornem à cidade. “Nossa principal indústria é o turismo. De 8 a 21 de fevereiro, recebemos 350 mil carros. As pessoas já podem retomar suas viagens”, afirmou.

Segundo a gestora, é o momento de unir forças. “Não posso deixar de prestar todas nossas condolências à cidade de São Sebastião. Tivemos com os dois ministros e os prefeitos Felipe Augusto [PSDB, de São Sebastião] e Toninho Colucci [PL, de Ilhabela] em Ubatuba, e estamos nos ajudando dentro do litoral para poder restituir e nos recuperarmos de tudo o que aconteceu na região, principalmente, em São Sebastião. Agora é hora de unir forças”, disse.

Segundo os empresários, a região, que tem 850 meios de hospedagem, teve até 60% de cancelamentos nas reservas, atingindo inclusive o feriado da Páscoa e as férias de julho, segundo empresários. Os representantes do setor hoteleiro afirmam que os problemas mais graves estão apenas em São Sebastião.

“Não tem motivo essa recomendação [de os turistas não irem para o litoral] para as cidades de Caraguatatuba, Ubatuba e Ilhabela, cujos acessos estão normalizados e não existem problemas mais graves causados pelas chuvas.

> “Ainda estamos em atuação, mas a cidade de Ubatuba está bem controlada. As estradas já estão com acesso liberado e estamos trabalhando, internamente, nas 46 ruas afetadas, nos bairros e nos empenhando nos planos de ajuda humanitária
>
> **Flavia Pascoal (PL)**
> prefeita de Ubatuba

Entendemos que a recomendação é válida para São Sebastião, cidade que foi a mais castigada pelas chuvas”, disse Rodrigo Tavano, hoteleiro de Caraguatatuba, vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Estado de São Paulo.

O hoteleiro Marcos Castro, vice- presidente do Convention Bureau de Ubatuba, disse que a decisão do governo complicou ainda mais a vida dos empresários do setor.

“Assim que o governo se manifestou, aumentaram os pedidos de cancelamentos para o fim de semana. Na média, ocorreu 50% de cancelamentos nos 200 hotéis e pousadas de Ubatuba”, afirmou.

O presidente da Associação de Hotéis e Pousadas de Caraguatatuba, André Fida, disse que é solidário à triste situação pela qual passa a vizinha São Sebastião, mas manteve um pedido na página das redes sociais da entidade para que os turistas não desistam de visitar Caraguatatuba.

“Os acessos estão normalizados, o comércio e as aulas retornaram em Caraguatatuba. Está tudo bem. O turista pode vir tranquilo. Chuvas sempre teremos por aqui”, disse Fida.

O Governo de São Paulo orienta turistas a não viajarem para as áreas do litoral afetadas pelas chuvas. O objetivo é evitar sobrecarregar o atendimento em hospitais, o trânsito nas estradas e o abastecimento de água e de alimentos na região.

Segundo a Polícia Militar, as rodovias da região precisam estar desobstruídas para que veículos de socorro e de resgate possam circular livremente. A PM orienta também que doações sejam feitas em postos que não estejam localizados nos municípios atingidos.

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

Amorosa e exigente, viveu para educar os filhos

SURAIA BADUE CAPEZ (1933-2023)

Patrícia Pasquini

SÃO PAULO Suraia foi excelente aluna durante a vida escolar e exigiu o mesmo dos quatro filhos. Desde o primário, nas tarefas escolares, a mãe dava lugar à professora: estudava junto com os meninos, acompanhava as lições e exigia resultados. Firme em suas ações, equilibrou o rigor das cobranças com o amor e os cuidados.

Enquanto estudante, o desejo de Suraia era ser professora. Chegou a se formar no antigo normal, mas abdicou da profissão para se dedicar à educação dos filhos, que colocou em primeiro lugar.

“Ela viveu para nós. E vamos sempre honrar sua memória”, afirma o procurador de Justiça de São Paulo e professor Fernando Capez, um dos filhos.

Com 20 e poucos anos, Suraia trocou Uberlândia, onde nasceu, por São Paulo. A mudança foi motivada pela transferência da empresa de arame farpado de seu pai para a capital paulista.

São Paulo serviu de cenário para o encontro com o amor de sua vida, o dentista Amin Capez, com quem ficou casada por 39 anos. Ele morreu em 1999.

Ao longo da vida, Suraia mostrou a importância da disposição para o trabalho e do comprometimento com resultados. Perfeccionista, dizia aos filhos que a diferença estava no detalhe.

Suraia também foi uma mulher forte e corajosa. Enfrentou os problemas com a cabeça erguida. Da mesma forma, encarou a morte do filho Marcelo, em 1989, aos 26 anos, num acidente automobilístico.

Outra marca que carregou foi a solidariedade. “Ela era uma pessoa muito boa. Ajudava os empregados com doações de roupas e até reforma de casa. Minha mãe tirava dela para dar às pessoas”, conta o filho.

Suraia chegou aos 89 anos lúcida, bem informada e vaidosa —não deixava de tingir os cabelos e de se maquiar.

Apreciava a leitura e conversava sobre todos os assuntos, da escalação do Palmeiras até política nacional e internacional. Chegou a ser membro honorário da Libra (Liga das Mulheres Eleitoras do Brasil), entidade sem fins lucrativos que valoriza a participação da mulher na política.

Suraia Badue Capez morreu no dia 22 de fevereiro as 89 anos, por insuficiência cardíaca. Viúva, deixou três filhos, quatro netos e noras.

MANOEL BECKER Aos 98, viúvo de Dina Garbati Becker. Segunda (27/2). Cemitério Israelita do Butantã, Jardim Educandário, São Paulo (SP)

EM MEMÓRIA

ZIZINHO PAPA (JOSÉ PAPA JR) Terça (28/2) às 11h, Igreja São José, Jardim Europa, São Paulo (SP)

"Racismo é crime. Denuncie. Disque 100 ou procure a Delegacia de Polícia Civil mais próxima ou o Ministério Público"

Mais Eudes, menos Lemanns

Se os 'melhores' vencem, faltou explicar como são definidos os melhores

Vera Iaconelli

Diretora do Instituto Gerar de Psicanálise, autora de "O Mal-estar na Maternidade" e "Criar Filhos no Século XXI". É doutora em psicologia pela USP

Passado o Carnaval, o ano está oficialmente começando no Brasil. Hora de iniciar a dieta, a carreira, o casamento ou seja lá o que se estava enrolando para fazer. Mas atenção! Seja qual for a decisão que for colocada em prática a partir de agora, não esqueçamos da piada do elevador. O cara entra no elevador e o ascensorista pergunta para qual andar ele vai. Ao que ele responde que tanto faz, porque ele está no prédio errado mesmo.

Subir, subir, subir tem sido a tônica dos que sonham em progredir na vida, mas o divã está lotado de gente que "chegou lá" e se viu na cobertura do edifício errado. Ouvindo o canto das sereias das obviedades, seguem a vida sem reflexão, casando, trabalhando, tendo filhos sem que nenhuma dessas ações seja questionada. Só o sintoma os permite parar para repensar uma vida que se mostra profundamente insatisfatória. Seria apenas um assunto de foro íntimo sobre as escolhas alienadas de cada um se não houvesse uma vertente coletiva dessa cegueira que serve de caldo para a primeira.

Nossa sociedade se recusa a admitir que não só subiu no prédio errado como o está implodindo, ainda que dependa dele para existir. Vladimir Safatle escreve na apresentação de seu curso com o sugestivo nome de "Crise ecológica, crise psíquica e o fim do progresso" sobre a ideia de progresso que nos assola, ou pior, soterra. Em nome dele a civilização que dominou o mundo nos últimos séculos tem exaurido todos os recursos que poderiam garantir o futuro da sua própria descendência.

Para uma cultura cujo lema é que os "melhores" vencem, faltou definir melhores. Estão aí os arautos do sucesso, como Lemann, Telles e Sicupira a servir de farol para um bando de executivos que não temem deixar como saldo de seu "trabalho" um rastro de destruição. Filantropos que tiram com as duas mãos aquilo que oferecem candidamente com a unha do dedo mindinho.

Não foi a má contabilidade que causou a derrocada da rede Lojas Americanas, assim como não foi a chuva que sufocou dezenas de inocentes e arrasou o litoral. Em ambas é o mito do homem de sucesso que está por trás das mortes e do colapso. Os homens considerados vencedores têm sido os cidadãos mais violentos e inescrupulosos da nossa sociedade.

Só se consegue fazer frente a seus efeitos devastadores com mobilizações hercúleas dos que costumam ser considerados os "perdedores". A depredação imobiliária que vem se abatendo sobre o litoral brasileiro, com os efeitos trágicos que vimos mais uma vez na semana passada, promoveu uma força-tarefa capitaneada por caiçaras. A palavra caiçara significa: cerca em torno da aldeia, pescador, mas também, assustadoramente, malandro e vagabundo.

Eudes Assis é um caiçara. Como já se falou aqui neste jornal, ele é chef de sucesso e coordenador de um projeto social lindíssimo em Camburi. O cara progrediu, fala outras línguas, viajou pelo mundo, ganhou dinheiro e é celebrado. Ele é a prova de que existem outros tipos de sucesso, aqueles nos quais a pessoa entrou no elevador do prédio certo e não se contentou em subir sozinho. Cada uma das pessoas que está hoje na destruída São Sebastião cozinhando, servindo e abrigando se revela uma pessoa de sucesso na empreitada humana.

Ainda assim é importante que tenhamos alguns expoentes que se destaquem para servirem de farol para os jovens se espelharem e imaginarem um outro lugar de reconhecimento social, aspirando outro tipo de sucesso.

O ano começou e a primeira providência é pensar. Quem são nossos modelos e para onde eles nos guiam?

Deixo ainda uma dica pra quem quer voltar a se sentir vivo: ver ou rever "Eu de Você" com Denise Fraga, que retorna ao teatro até meados de março.

| DOM. Antonio Prata | SEG. Marcia Castro, Giovana Madalosso | TER. Vera Iaconelli | **QUA.** Ilona Szabó de Carvalho, **Jairo Marques** | QUI. Sérgio Rodrigues | SEX. Tati Bernardi | SÁB. Oscar Vilhena Vieira, Luís Francisco Carvalho Filho

Cidades na fronteira sofrem com altas taxas de homicídio

Para especialistas, faltam políticas públicas com foco específico na extensão territorial de 16 mil km do país

VIDA PÚBLICA

Emerson Vicente

SÃO PAULO Com 588 municípios espalhados em 16 mil quilômetros de extensão, a região de fronteiras do Brasil sofre problemas que vão desde altos índices de criminalidade à falta de saneamento básico, passando por taxas elevadas de abandono escolar, mostram levantamentos recentes.

Para especialistas, faltam políticas públicas focadas nos limites do país e feitas de forma integradas entre União, estados e municípios.

Boa parte das regiões é dominada pelo crime organizado, o que atinge em cheio o desenvolvimento regional.

"O crime organizado está se aproveitando de um espaço que o Estado deixa de ocupar. O Estado precisa estar presente nas fronteiras não só na segurança, mas no desenvolvimento econômico", diz Edson Vismona, presidente do FNCP (Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade) e ex-secretário-adjunto da Justiça e Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo.

E cada pedaço do limite oeste do país tem um problema distinto. Um estudo de 2021 do economista Pery Francisco Assis Shikida, professor da Unioeste (Universidade Estadual do Oeste do Paraná), aponta que é cada vez mais recorrente a cooptação da força de trabalho de crianças e adolescentes no contrabando de cigarros em Foz do Iguaçu e Guaíra, no Paraná, e Ponta Porã, no Mato Grosso do Sul, na fronteira com o Paraguai.

"O trabalho de crianças e adolescentes nessa região traz uma lucratividade acima da média, então eles são cooptados. Isso vai refletir em alguns indicadores sociais dos municípios, como a evasão escolar", diz o professor.

No país, a taxa média de evasão escolar no ensino médio em 2021, segundo dados do Inep, foi de 5,6%. Já a média entre os municípios das fronteiras chega a 10,1%, de acordo com o Idesf. Em Ponta Porã (PR), essa taxa chega a 16,2%.

"Nas escolas onde fomos entrevistar professores, eles falavam que os meninos, quando não saem da escola, muitas vezes dormem na sala de aula, ficam cansados e, quando perguntados sobre o que está acontecendo, dizem que estão 'puxando mercadoria'."

Segundo Vismona, o contrabando é apontado como um delito de menor potencial ofensivo, por isso o aliciamento fica mais fácil. "Cria-se uma mística de que não é tão grave, mas é grave sim. Por trás disso existe uma movimentação de bilhões de reais que financiam as organizações criminosas."

Perfil socioeconômico da região feito pelo Idesf (Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras) revela ainda outros desafios dos municípios nas fronteiras.

Em algumas cidades, o índice de homicídios por 100 mil habitantes chega a ser três vezes maior que a média nacional, como é o caso de Caracaraí, em Roraima. A taxa no município, que tem forte presença do garimpo, é de 93,8, enquanto no país a média é 27,8, segundo dados de 2018.

"A segurança pública fica com o ônus de uma cadeia fracassada. Teve uma educação que não funcionou, um sistema de saúde precário para atender a todas essas áreas, uma falta de emprego e renda generalizada, impactada justamente por uma falta de visão estratégica", diz Luciano Barros, presidente do Idesf.

> São áreas isoladas, deixadas de lado. Abandonaram a região [de fronteira] na mão de madeireiros, de garimpeiros ilegais
>
> **Edson Vismona**
> presidente Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade

Para Marco Aurélio Machado de Oliveira, professor titular da UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul), faltam políticas públicas específicas para elas. "A fronteira não é planejada, é lembrada quando os assuntos são aqueles que interessam ser lembrados. A fronteira é lembrada quando tem ilícito e violência", diz. "Precisa ter uma política mais coerente, coesa e de longa duração."

A falta de saneamento básico é um grande gargalo, principalmente no Norte. Dados do Instituto Trata Brasil, de 2020, apontam que 40% da população da região não tem acesso a água e 86% não tem coleta de esgoto. E a situação piora na área de fronteira, segundo os especialistas.

"São áreas isoladas, deixadas de lado. Abandonaram a região na mão de madeireiros, de garimpeiros ilegais. Tudo isso faz parte de um processo que temos que desarticular", diz Vismona.

Paulo Ziulkoski, presidente da CNM (Confederação Nacional de Municípios), avalia que a diz que falta uma integração maior entre União, estados e municípios para tratar da complexidade das fronteiras. "Na hora de discutir, a União ouve o governador, não ouve os municípios."

O presidente do Idesf defende a formulação de iniciativas que permitam aos municípios da fronteira gerar renda, diminuindo a dependência da União.

Para o professor Oliveira, é necessário que o Estado reconheça que é preciso ter políticas públicas diferenciadas nas fronteiras, dado o distanciamento político das cidades que as compõem.

Ele destaca como eixos centrais educação, saúde e assistência social. "Se pensarmos que em qualquer lugar desse país a distância entre os municípios e a União é enorme, imagine isso nas fronteiras."

Menino de 7 anos morre ao cair de janela de apartamento no Rio de Janeiro

Bruna Fantti

RIO DE JANEIRO A Polícia Civil do Rio de Janeiro investiga a morte do menino Hallan Luis Silva Ramos, 7, que não resistiu à queda da janela do apartamento onde morava, no Andaraí, zona norte da cidade. De acordo com testemunhas, ele tentou ir de uma janela para outra, se desequilibrou e caiu de uma altura de cerca de 20 metros.

O caso ocorreu por volta de meio-dia deste domingo (26). Segundo depoimento de um policial militar, primeiro a chegar ao local, a criança estava sozinha em casa com o irmão, de 9 anos. A mãe, de acordo com vizinhos, teria ido a um passeio de barco. Não há informações sobre o pai da criança.

A investigação está sob responsabilidade da 20ª DP (Vila Isabel), que instaurou um procedimento para apurar a suspeita de abandono de incapaz seguido de morte. De acordo com investigadores, a mãe, identificada como Jéssica, só conseguiu ser contatada na noite de domingo e até a manhã desta segunda (27) não havia prestado depoimento.

Em suas redes sociais, ela negou que tenha deixado os filhos sozinhos. "O meu único erro foi ter confiado em quem não deveria. Respeitem a minha dor, só eu sei o quanto eu amava e fazia de tudo pelos meus filhos!!!".

Uma amiga de Jéssica respondeu: "quem te conhece sabe e você não precisa provar nada para ninguém. Te amo, e tô contigo pro [sic] que precisar, sempre", escreveu.

Hallan Luis Silva Ramos, 7, morreu ao cair do prédio que morava no Rio Reprodução

Segundo registro de ocorrência, bombeiros chegaram após 15 minutos ao local, mas a criança já estava morta.

A reportagem teve acesso a depoimentos prestados na delegacia por vizinhos. Em um deles, a síndica afirma que a mãe da criança mora há 12 anos no local, com os três filhos, de idades entre três e nove anos. Também seriam moradores do mesmo apartamento o irmão de Jéssica e a avó das crianças.

Segundo a síndica, seria comum a mãe deixar as crianças sozinhas no apartamento, diz trecho do documento.

O policial militar que conseguiu entrar no apartamento declarou ainda local estava "em condições insalubres e em deterioração".

Investigadores suspeitam que o menino tenha tentado ir para o quarto da avó, que tem ventilador — no horário, a sensação térmica no Rio de Janeiro era de 56ºC.

Justiça condena donas de creche por torturar crianças em SP

SÃO PAULO A Justiça de São Paulo condenou as duas donas e uma funcionária da escola infantil Colmeia Mágica pelo crime de tortura e maus-tratos contra nove crianças na instituição particular, localizada no Jardim Vila Formosa, na zona leste paulistana. As rés também vão responder pelo crime de associação criminosa.

Dona da creche, Roberta Serme recebeu a maior pena e foi condenada a 49 anos e 9 meses de prisão em regime fechado. Sua irmã e sócia, Fernanda Serme, recebeu pena de 13 anos em regime semiaberto. A funcionária Solange Hernandez foi condenada a 31 anos em regime fechado.

O advogado de defesa das rés, Eugênio Malavasi, disse que irá recorrer da decisão. "A sentença é totalmente contrária à evidência dos autos e a todo o regramento que rege os critérios estabelecidos na aplicação da pena".

A instituição particular passou a ser investigada pela polícia após vídeos que mostram crianças amarradas com lençóis serem compartilhados na internet, em março do ano passado.

Roberta, diretora da escola, e Fernanda Serme estão presas. A funcionária responde em liberdade.

Na ocasião das prisões das irmãs, a defesa disse acreditar que alguém forjou a situação para prejudicar as acusadas. Elas também negaram em depoimentos ter conhecimento sobre as cenas de tortura contra crianças. A defesa declarou que o colégio busca descobrir quem fez as gravações e quem colocou as crianças naquela situação. **Mariana Zylberkan**

Idosos fazem fila por vacina bivalente contra Covid em SP

Imunizante atualizado fabricado pela Pfizer protege contra a cepa original do vírus e a variante ômicron BA.1

Bruno Lucca

SÃO PAULO A vacina bivalente contra a Covid, fabricada pela Pfizer, começou a ser aplicada nesta segunda-feira (27) na cidade de São Paulo. O imunizante é uma versão atualizada que protege tanto contra a cepa original do coronavírus quanto contra a variante ômicron BA.1.

Neste primeiro momento, estão aptos a receber a dose, que serve como reforço, idosos com 70 anos ou mais, pessoas a partir de 12 anos vivendo em instituições de longa permanência e os trabalhadores desses locais, pessoas imunocomprometidas a partir de 12 anos, indígenas, ribeirinhos e quilombolas a partir de 12 anos. A vacinação ocorre em unidades móveis e fixas de saúde, com início às 7h e término às 19h.

Por volta das 10h desta segunda, cerca de 30 idosos formavam fila na UBS (Unidade Básica de Saúde) Nossa Senhora do Brasil, na Bela Vista, bairro pertencente à região central da capital paulista.

Os funcionários do local se esforçavam para atender rapidamente as pessoas, que aguardavam cerca de 20 minutos para receberem a picadinha, como diziam os enfermeiros de plantão.

Adelina Lima, 80, esperava pacientemente. Moradora da Bela Vista, ela foi ao local acompanhada de uma cuidadora. "Eu aguardei muito por essa dose, que será a minha quinta. Fiquei ligada no noticiário para estar aqui o mais rápido", disse.

Amélia Duarte, 76, reclamava do calor enquanto conferia se portava RG, carteira de vacinação e comprovante de endereço, necessários para receber o reforço vacinal. "Fico sempre ansiosa antes de vir. Quando chego, parece que piora. Sempre me arrumo para tirar uma foto linda recebendo a agulhada", declarou aos risos.

Ela estava acompanhada do marido, Paulo Duarte, 67. Ele pretendia aproveitar a presença na unidade de saúde para se inscrever na xepa da vacina, possibilidade aberta na rede municipal para que pessoas acima de 60 anos recebam a dose caso haja sobra ao fim do dia. Para se inscrever na xepa, basta comparecer a uma unidade em que a vacina bivalente esteja sendo aplicada portando RG, carteira vacinal e comprovante de residência, além de ficar atento ao telefone entre as 18h e as 19h.

Na segunda fase da campanha nacional, prevista para ter início em 6 de março, devem ser vacinados idosos de 60 a 69 anos e, em seguida, a partir de 20 de março, gestantes e puérperas. Já trabalhadores da saúde devem começar a ser imunizados no dia 17 de abril. Na mesma data está previsto o início da imunização pessoas com deficiência permanente (acima de 12 anos), detentos, adolescentes cumprindo medidas socioeducativas e funcionários do sistema de privação de liberdade.

Idosa toma vacina bivalente contra a Covid-19 na UBS Nossa Senhora do Brasil, na Bela Vista, na região central de São Paulo, nesta segunda-feira Rubens Cavallari/Folhapress

Kassio descumpre promessa e segura decisão sobre pesca há 25 meses no STF

Ministro não liberou caso que envolve a prática de arrasto no Rio Grande do Sul, criticada por ambientalistas, para julgamento pelo plenário

Matheus Teixeira

BRASÍLIA O ministro Kassio Nunes Marques não cumpriu a promessa de liberar no segundo semestre de 2022 o julgamento pelo plenário do STF (Supremo Tribunal Federal) de sua decisão que autorizou a pesca de arrasto no litoral do Rio Grande do Sul.

O magistrado liberou a prática em dezembro de 2020 em uma ação movida pelo PL, partido de Jair Bolsonaro. A ordem judicial foi elogiada pelo ex-presidente, mas criticada por ambientalistas.

Também é alvo de críticas o fato de o ministro segurar a ação há mais de 25 meses sem submetê-la para análise do conjunto da corte.

Em julho de 2022, o magistrado afirmou à **Folha** que liberaria o caso para apreciação dos colegas até o fim do ano. O processo, porém, segue parado em seu gabinete. Procurado novamente, o magistrado disse que a causa vai a julgamento antes de junho.

O ministro tomou posse no STF em 5 de novembro de 2020. Menos de dois meses depois, em 15 de dezembro, deu uma decisão monocrática para declarar inconstitucional a lei gaúcha que proibia a pesca de arrasto dentro das 12 milhas náuticas da costa sob o argumento de que cabe somente à União legislar sobre a área marítima.

O magistrado reverteu decisão do ministro aposentado Celso de Mello, que era o relator do processo até se aposentar e abrir a vaga que foi ocupada por Kassio.

Entidades ambientalistas e parlamentares gaúchos têm pressionado o ministro a revogar sua ordem judicial ou submetê-la ao plenário.

Apesar da decisão, a pesca de arrasto ainda não foi retomada porque a atividade foi suspensa pela Justiça Federal e pelo TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região).

Especialistas em meio ambiente, no entanto, afirmam que as disputas judiciais em instâncias inferiores têm gerado insegurança jurídica e que é necessário o Supremo afirmar de maneira colegiada e definitiva que legislações estaduais desta natureza não violam a Constituição.

> **"A decisão [de Kassio] devolveu aos pescadores de Santa Catarina, Paraná e também do Rio Grande do Sul a possibilidade de continuar essa atividade, que é muito importante para a existência deles"**
>
> **Jorginho Mello**
> governador de Santa Catarina

A atividade em questão é uma prática da indústria do setor que ocorre em diversos países do mundo. Uma grande de rede é arrastada por barcos por todo o fundo do oceano e recolhe praticamente tudo o que estiver naquela área.

Assim, além dos pescados que são usados para comercialização, outros também acabam sendo pegos pelas redes e, depois, descartados, na maioria dos casos sem vida.

Pescadores afirmam que, como a atividade está suspensa há mais de dois anos, a configuração marítima já mudou e muitos animais que nunca mais foram avistados na região voltaram a aparecer.

A matéria uniu todo o meio político do Rio Grande do Sul. Líderes petistas, bolsonaristas e de todos os matizes ideológicos se uniram para pressionar Kassio a destravar o tema na corte.

Isso porque, na maioria dos casos, a pesca de arrasto no litoral gaúcho é feita por embarcações que têm sede em Santa Catarina —ou seja, o Rio Grande do Sul fica com o ônus ambiental, mas sem o benefício econômico.

Bolsonaro publicou um vídeo nas redes sociais com o então secretário especial da Pesca, Jorge Seif, e do então senador Jorginho Mello (PL). No ano passado, Seif se tornou senador, e Mello, governador.

"A decisão [de Kassio] devolveu aos pescadores de Santa Catarina, Paraná e também do Rio Grande do Sul a possibilidade de continuar essa atividade, que é muito importante para a existência deles. Migrou para Argentina [os peixes] e o prejuízo foi de mais de R$ 300 milhões por ano nas duas safras", disse o atual chefe do Executivo catarinense.

Justiça homologa acordo que recupera US$ 60 mi desviados na gestão Maluf

Tulio Kruse e Rogério Pagnan

SÃO PAULO A Justiça de São Paulo homologou na última sexta (24) o acordo entre o Ministério Público paulista, a Procuradoria-Geral do Município e empresas envolvidas no desvios de verbas da Prefeitura de São Paulo na gestão Paulo Maluf (1993-1996) que devolverá US$ 44 milhões (cerca de R$ 227,4 milhões) aos cofres municipais.

O valor deve ser pago de uma só vez à prefeitura. Em 2017, o ex-prefeito foi condenado a nove anos e sete meses de prisão pelo caso. Maluf, 91, cumpre prisão domiciliar. Procurada, a defesa da família Maluf não quis se manifestar.

O dinheiro é referente a desvios na construção da avenida Água Espraiada, hoje chamada Jornalista Roberto Marinho, e no túnel Ayrton Senna. O acordo foi assinado entre os órgãos públicos, a empresa Eucatex (pertencente à família Maluf) e as offshores Kildare, Durant e MacDoel.

O desvio de verba usava empresas fantasmas contratadas pela construtora. À época, funcionários de empresas investigadas chegaram a confessar que receberam por serviços que não foram executados. As três offshores, segundo o Ministério Público, serviram de intermediárias para que o dinheiro chegasse à empresa da família —que sempre negou as irregularidades.

Com o acordo, as offshores devem ser liquidadas e a Eucatex será excluída dos processos judiciais, além de ter as contas desbloqueadas. A empresa pagará US$ 7 milhões do próprio caixa.

O encerramento do processo não exclui, porém, as medidas judiciais contra os membros da família Maluf. O Ministério Público quer obter o pagamento de US$ 250 milhões com patrimônios pessoais.

O valor total do acordo chega a US$ 60 milhões (cerca de R$ 310 milhões), incluídas as custas dos processos internacionais. A recuperação dos valores foi possível após a procuradoria do município contratar serviços jurídicos no exterior para ser ressarcida.

O acordo é resultado de uma ação civil pública proposta em 2001 pelos promotores Silvio Marques, Karyna Mori e José Carlos Blatt, da Promotoria do Patrimônio Público, contra Maluf, membros de sua família e empresas envolvidas nos desvios. Segundo a investigação, os US$ 300 milhões desviados foram para contas bancárias em paraísos fiscais como ilhas Jersey, Suíça e Ilhas Virgens Britânicas.

Somado a termos assinados com bancos internacionais que chegaram a US$ 55 milhões e a outras repatriações de valores, os promotores calculam que o total recuperado é de mais de US$ 100 milhões. É menos do que o valor do prejuízo ao município, segundo o Ministério Público.

Biden está empenhado em ajudar a combater desmate, diz Alckmin

BRASÍLIA O vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) afirmou nesta segunda-feira (27) que o governo dos Estados Unidos está "empenhado" em arrecadar "recursos vultosos" para ajudar no combate ao desmatamento na Amazônia. No entanto, disse que o montante ainda não está definido.

Ele concedeu entrevista após reunião com o enviado especial para o clima do governo americano, John Kerry, e classificou o encontro como "muito proveitoso".

"O enviado John Kerry não definiu valor, mas colocou que ele vai se empenhar junto ao governo, junto ao Congresso norte-americano e junto à iniciativa privada para termos recursos vultosos, não só no Fundo da Amazônia como também outras cooperações."

> **"O enviado John Kerry não definiu valor, mas colocou que ele vai se empenhar junto ao governo, junto ao Congresso norte-americano e junto à iniciativa privada para termos recursos vultosos"**
>
> **Geraldo Alckmin**
> vice-presidente da República

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e o presidente do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social), Aloizio Mercadante, responsável pela administração do Fundo Amazônia, também participaram da reunião, que aconteceu no Palácio do Itamaraty.

No início de fevereiro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) fez uma visita ao presidente dos EUA, Joe Biden. Na ocasião, a Casa Branca acenou com cerca de US$ 50 milhões (R$ 260 milhões) para cooperação ambiental —o valor foi considerado decepcionante por negociadores brasileiros.

Alckmin demonstrou otimismo em relação à doação de valores pelos EUA para ajudar na preservação da Amazônia e disse que o encontro tratou temas como descarbonização, transição energética, desmatamento e impactos da mudança climática.

"O compromisso do Brasil já ficou claro com a presença do presidente Lula no encontro com presidente Biden, claro compromisso do Brasil de ser grande protagonista no combate às mudanças climáticas", disse Alckmin. **MT**

equilíbrio

Apenas disciplina não garante corpo definido, dizem especialistas

Treinos de Jade Picon e Bruna Griphao ficaram famosos nas redes sociais com sequências de 240 abdominais

Gabriella Sales

SÃO PAULO Cinquenta minutos, quatro blocos de exercícios de força e aeróbicos, além de 240 abdominais. Essas são algumas das características do treino de Jade Picon e Bruna Griphao, cujos abdômens definidos chamaram atenção no Big Brother Brasil e nas redes sociais.

Elas são embaixadoras da Academia Foguete, do personal Ricardo Lapa, o responsável por seus treinos. O profissional diz que basta "disciplina" como a das garotas para alcançar um visual semelhante. "Não são todos que têm resultado, mas quem tiver a mesma disciplina no treino e alimentação que as meninas pode alcançar um corpo muito bem trabalhado também."

Especialistas ponderam, porém, que atingir os mesmos resultados das influenciadoras é preciso um pouco mais que determinação: genética, tempo, dinheiro e acompanhamento especializado, com a presença de nutricionista e profissional da educação física, também é importante.

Lapa conta, por exemplo, que Jade Picon treina no mínimo seis vezes por semana, às vezes mais de uma vez no dia. "A Bruna tem que mandar parar, ela vai todos os dias, em dois horários."

As duas estão entre as poucas alunas que têm aulas presenciais na instituição. Esse tipo de programa é oferecido apenas para as parceiras da academia, que divulgam o negócio nas redes em troca de 50% das vendas que fazem. Para o público geral, a academia oferece aulas online ao vivo e gravadas.

Para o personal, "não existe fórmula mágica". É preciso treinar todos os dias e manter acompanhamento com nutricionista para uma alimentação adequada. "Você nunca vai ter o abdômen da Jade, vai ter o seu."

Guilherme Artioli, professor de Fisiologia na Universidade Metropolitana de Manchester, na Inglaterra, alerta para os riscos de se comparar excessivamente com "corpos ideais" da internet. Segundo o especialista, a cobrança pode levar à frustração constante e desistência do exercício. Em casos mais graves, a transtornos de imagem e alimentares.

Artioli, que é pós-doutor pelo Laboratório de Nutrição e Metabolismo da EEFE-USP (Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo), destaca que "não é um tipo de treino que leva a um corpo específico". Ele aponta que há uma série de fatores, como genética e alimentação, e que muitos exercícios diferentes podem trabalhar os mesmos aspectos.

"Precisamos lembrar que essas celebridades muitas vezes vivem da imagem, e têm muita disposição e tempo para se dedicar a isso", pontua Artioli. O especialista reforça que, para quem precisa trabalhar oito horas por dia e ainda cuidar de tarefas domésticas, às vezes o possível são 20 minutos de caminhada.

Para o famoso abdômen trincado, o necessário é a hipertrofia do músculo abdominal, junto a uma redução da gordura no local, diz. Para isso, é preciso controlar a dieta, mantendo um gasto energético maior do que o consumo.

Em pessoas com músculos extremamente definidos, Artioli aponta que, além de uma predisposição do organismo para perder gordura naquela região, há a restrição de muitos alimentos que costumam fazer parte do cardápio comum da população brasileira.

Narayana Ribeiro, membro da Associação Brasileira de Nutrição Esportiva, reforça a importância da alimentação para resultados como os de Jade e Bruna. "Para um resultado estético, 70% é a dieta e 30% é o treino", pontua.

Ribeiro afirma que, se o corpo não possui os nutrientes necessários, o processo fisiológico que leva à "queima" de gordura não ocorre —por isso a importância do acompanhamento profissional.

A especialista destaca que não existe a dieta ideal. "Por mais que eu trabalhe com dois atletas da mesma modalidade, serão duas alimentações diferentes, pois são dois organismos e predisposições genéticas diferentes."

Além da importância do acompanhamento com nutricionista, os especialistas destacam que não existe o "treino ideal". "O importante é encontrar algo que te dá prazer, que você terá vontade de voltar no dia seguinte", diz Artioli.

> Não são todos que têm resultado, mas quem tiver a mesma disciplina no treino e alimentação que as meninas pode alcançar um corpo muito bem trabalhado também
>
> **Ricardo Lapa**
> personal trainer

> Precisamos lembrar que essas celebridades muitas vezes vivem da imagem, e têm muita disposição e tempo para se dedicar a isso
>
> **Guilherme Artioli**
> professor de fisiologia

Ricardo Lapa, treinador de Jade Picon (foto), diz que basta ter disciplina para alcançar resultados Jade Picon no Instagram

Campeão e craque da Copa, Messi é o melhor do planeta pela 7ª vez

Prêmio é marcado por domínio argentino com melhores goleiro e treinador do ano; a torcida foi destaque pela presença no Qatar

SÃO PAULO Capitão da seleção campeã no Qatar e eleito craque da Copa do Mundo, Lionel Messi coroou seu ano perfeito com algo que é rotina: ser eleito melhor do planeta. O atacante argentino de 35 anos foi escolhido o principal jogador de 2022 pela Fifa.

O anúncio foi feito em cerimônia em Paris nesta segunda-feira (27). Desde 2016, o prêmio, que existe desde 1991, chama-se The Best. A espanhola Alexia Putellas repetiu a vitória de 2022 e voltou a ser a melhor do futebol feminino.

A Argentina foi o bicho-papão do evento no masculino. Teve também os melhores goleiro e técnico. A torcida do país ganhou como destaque do ano pela presença no Qatar.

Messi venceu a eleição pela sétima vez. Nenhum outro conquistou o troféu tantas vezes. Ele vencera em 2009, 2010, 2011, 2012, 2015 e 2019. Quem mais se aproxima é Cristiano Ronaldo, com cinco títulos.

O argentino teve mais votos que os outros dois finalistas, os franceses Kylian Mbappé, 24, e Karim Benzema, 35. Este último, certo de que não venceria, não foi liberado pelo Real Madrid e não apareceu. Na quinta (2), o time pega o Barcelona em semifinal da Copa do Rei.

Messi (esq.) recebe do presidente da Fifa, Gianni Infantino (dir.), o prêmio de melhor jogador de 2022 Fotos Franck Fife/AFP

"Este ano foi uma loucura para mim, pude conseguir meu sonho depois de tanto lutar, de tanto buscar, de tanto insistir. No final, chegou e é o mais bonito que já me aconteceu na carreira. É um sonho para qualquer jogador e poucos podem conseguir", disse Messi.

Não é difícil pensar que a final da Copa, em 18 de dezembro, definiu o melhor do mundo. Os destaques principais do torneio se enfrentaram em Lusail, e Mbappé, apesar de ter feito três gols, perdeu com a França. Messi saiu campeão e virou favorito à premiação.

É a vitória que consagra um dos maiores jogadores da história porque acontece três meses após a obtenção do título que ele mais sonhou. Messi anotou sete vezes, foi vice-artilheiro, eleito melhor da Copa e levantou a taça naquela que foi a última atuação no torneio.

No último domingo (26), ele anotou seu gol número 700 por clubes nos 3 a 0 do PSG sobre o Olympique de Marselha. Ele tem 672 pelo Barcelona e 28 pelo PSG. Messi marcou 98 vezes pela seleção argentina.

Até 2021, ele era criticado por não vencer pelo país. Em 2021, alterou isso com a conquista a Copa América, acabando com jejum de 28 anos da equipe.

O Brasil não ganhou na eleição. Concorrente ao Prêmio Puskas, de gol mais bonito da temporada, Richarlison foi superado pelo polonês Marcin Oleksy, que fez de voleio em jogo de futebol para amputados.

De goleiro, pelas atuações na Copa Emiliano Martínez, da Argentina, foi eleito o melhor da temporada. A inglesa Mary Earps, do Manchester United, venceu no feminino.

O favoritismo do técnico argentino Lionel Scaloni, que jamais treinou time e levou o país ao título no Qatar, foi confirmado. O mesmo se deu no feminino. A holandesa Sarina Wiegman, campeã da Eurocopa com a Inglaterra, foi a escolhida. No início da cerimônia, Pelé, morto no final de 2022, foi homenageado pela Fifa.

Os maiores vencedores do melhor do mundo*

7 Messi (2009, 2010, 2011, 2012, 2015, 2019 e 2022)
5 Cristiano Ronaldo (2008, 2013, 2014, 2016 e 2017)
3 Ronaldo (1996, 1997 e 2002) e **Zidane** (1998, 2000 e 2003)
2 Ronaldinho Gaúcho (2004 e 2005) e **Lewandowski** (2020 e 2021)

*no masculino

Alexia Putellas venceu o prêmio The Best, da Fifa, pela segunda vez em sua carreira; a jogadora também é a atual Bola de Ouro feminina, honraria entregue pela revista France Football

Alexia Putellas é eleita a melhor do mundo pelo segundo ano consecutivo

SÃO PAULO Alexia Putellas, 29, jogadora do Barcelona e da seleção da Espanha, foi eleita nesta segunda-feira (27), pela segunda vez consecutiva, a vencedora do prêmio The Best, da Fifa, como melhor jogadora de futebol do mundo.

Putellas, que também é a atual Bola de Ouro feminina, honraria entregue pela revista francesa France Football, superou a inglesa Beth Mead e a americana Alex Morgan na votação da Fifa.

"Eu não estava preparada para receber esse prêmio, muito obrigada a todos que votaram em mim. Eu gostaria também de dar os parabéns à Alex [Morgan] e Beth Mead, vocês merecem esse troféu também. Gostaria de agradecer minhas companheiras, corpo técnico, clube. Todos aqueles que trabalham no clube", afirmou a jogadora. Putellas conquistou o campeonato e a Copa da Espanha na última temporada com o Barcelona, clube com o qual também chegou à final da Champions League feminina —na decisão, perdeu para o Lyon, da França.

A espanhola, no entanto, acabou fora da disputa da Eurocopa com sua seleção por causa de uma lesão grave no ligamento do joelho esquerdo. Criado pela Fifa em 2001, o prêmio de melhor do ano no futebol feminino tem a brasileira Marta como a maior vencedora, com seis troféus, sendo o primeiro deles conquistado em 2006 e o último em 2018.

RONALDO E SEU JORGE FAZEM HOMENAGEM A PELÉ DURANTE PREMIAÇÃO NESTA SEGUNDA (27)
Um vídeo com narração do Rei do Futebol relembrou momentos de sua carreira, em uma homenagem durante o The Best; a viúva, Márcia Aoki, foi convidada ao palco para receber um prêmio

O fim de uma era no The Best da Fifa

E o regulamento do Campeonato Paulista continua horroroso

Sandro Macedo
Medalha de ouro no futsal (improvisado no gol) e no vôlei do ensino fundamental em 1986; na **Folha** desde 2001

Como esperado, o The Best da Fifa coroou um trintão nesta segunda (27). Messi, 35, foi escolhido o melhor pelo que fez nos 30 dias que se passaram na tal Copa do Mundo, entre novembro e dezembro, pela seleção argentina. Esqueça a temporada meia-boca (meia-boca no padrão Messi) pelo Qatar Saint-Germain.

Assim, o trintão Benzema, 35, foi superado, mesmo tendo feito pelo Real Madrid a melhor temporada —no sentido mais amplo da palavra— entre todos os concorrentes.

Como quem concede o The Best é o mesmo grupo que organiza a Copa (no caso, a Fifa), Messi levou vantagem.

Sim, sim, teve também o terceiro concorrente, o jovenzinho Mbappé, amigo de Messi no PSG, que completou 24 primaveras logo depois da final da Copa. No entanto, apesar de artilheiro do Mundial, Mbappé perdeu a final. E apesar de ser o melhor do trio do PSG, perdeu "a Europa" para Benzema. Não tinha como ser coroado The Best.

Mas a estrada de Mbappé é longa e ele tem muito a percorrer. A de Messi parece perto do fim. Provavelmente estaremos vendo pela última vez a presença do argentino no trio de melhores do mundo.

CR7 e Messi concorreram a quase todas as eleições dos últimos 15 anos. Aliás, Cris estava na festa do The Best, concorrendo para integrar o "melhor 11" da temporada. E ficou fora.

Já vai longe o ano de 2007, quando Kaká foi escolhido o melhor do mundo. Naquele ano, o brasileiro do Milan superou justamente Messi e CR7 para ficar com a honraria. Infelizmente, devido às contusões e a consequente queda de rendimento, Kaká não conseguiu acompanhar a dupla que dominou o futebol nos últimos anos.

Assim como aconteceu com os novos Federers ou Nadais, gerações inteiras surgiram e já partiram sem que Messi e Cris Ronaldo perdessem os respectivos status nas premiações.

Mas agora é o fim, chega. Cris Ronaldo já entendeu isso. E foi garantir a casa própria da família no século 25 com o dinheiro das Arábias —a dos outros séculos já está garantida.

No PSG, Messi estava anos-luz distante do brilho que já teve no Barcelona, o que não signfica que ele está jogando mal. Mas aí teve a Copa, seu canto do cisne. E como ele cantou. A não ser que leve o Al Nassr ao título do Mundial de Clubes, não imagino que Cris Ronaldo volte a figurar em qualquer Best que não seja o Melhor das Arábias.

Inexplicavelmente ausente da festa deste ano, Vinicius Junior tem tudo para virar figura fácil a partir do próximo ano, ocupando inclusive o espaço deixado por Neymar —outro que tinha o talento, mas não conseguiu acompanhar Messi e CR7.

O jovem Haaland, que deve ter feito algum gol enquanto esta coluna é escrita, é o outro monstro da nova era The Best. E tem mais gente em alto nível para a próxima festa. Que tal Rashford, do Manchester United, o melhor jogador do pós-Copa? Ou Saka, o jovem que está fazendo o Arsenal sonhar com o título da Premier League, a principal liga do mundo? E ainda tem Gavi ou Pedri, da nova safra barceloneta... E já imagino Endrick no top 3 de 2032, nem precisa chorar. O The Best vai ficar bem.

Coisas do Paulistinha

Ao falar sobre a aberração do regulamento do Paulistinha, um comentarista na TV disse neste fim de semana que "o Paulista tem suas sutilezas". Sutil foi o comentário.

O regulamento é horroroso. Afinal, se a competição terminasse hoje, teríamos nas quartas de final o primeiro (Palmeiras) contra o segundo (São Bernardo); o terceiro (São Paulo) contra o quarto (Água Santa); e o Corinthians, em quinto, contra o 13º (São Bento). Isso se o 14º não ultrapassá-lo. Parabéns a aos envolvidos.

#HASHTAG

Mateus Camillo
folha.com/#hashtag

Desconectar é saída para evitar exaustão extrema, diz pesquisadora

ENTREVISTA
MICHELLE PRAZERES

SÃO PAULO A conexão perpétua nos condenou à disponibilidade eterna nas redes sociais. A necessidade de resposta imediata e a demora quando o retorno do outro lado não vem geram uma série de angústias. O resultado é uma sociedade estressada e mentalmente doente.

A iniciativa Desacelera SP existe desde 2015 como uma "desaceleradora de pessoas e negócios". Sua fundadora Michelle Prazeres passou a questionar a cultura da pressa após o nascimento de seu primeiro filho. "Nem todo mundo tem 24 horas iguais", defende.

Desde então, ela já lançou uma série de iniciativas ligadas ao movimento slow, como o Guia Desacelera SP, com lugares para aproveitar a cidade com calma e o Dia Sem Pressa, com atividades que estimulam a desaceleração.

Prazertes pesquisa as relações entre a comunicação, as tecnologias e a aceleração social do tempo, e questiona avanços como o controle de velocidade de áudios de WhatsApp e de streamings.

"Empresas de tecnologia geram necessidade. O acelerador de áudio é um exemplo. De escolha passa a ser hábito e de hábito, regra."

A pandemia teve um grande papel ao naturalizar a cultura da atenção, afirma. "Vivemos situações em que estávamos mediados pela tela, com nossa atenção muito dividida. Saímos da pandemia pior do que entramos, com dificuldade de fixação, apressados."

O #Hashtag conversou com Michelle Prazeres sobre o que podemos fazer para ter uma vida menos corrida.

*

Por que não conseguimos nos desconectar? Existe uma engrenagem que exige a gente conectado o tempo todo. Não interessa ao mundo do consumo o tempo que a gente não gasta consumindo. Pensar não dá dinheiro, dormir não dá dinheiro. Estamos vivendo algo bastante sofisticado. É ainda mais difícil para a nova geração, que não sabe virar a chave, eles não sabem o que é desconexão, ter direito a ficar alguns dias sem responder uma mensagem.

De quem é a culpa? O Vale do Silício convenceu a gente de que agilidade é bom, de que tecnologia é progresso. E toda vez que alguém tenta falar qualquer coisa mais ponderada é tachado de nostálgico, dinossáurico, "lá vem os chatos da tecnologia". Eu estou olhando para os aspectos humanos disso. As pessoas estão adoecendo por causa da velocidade. Não é nostalgia, não é querer acabar com a cibercultura, com a tecnologia, mas a gente olha para a desumanização das relações, as pessoas estão exaustas, aceleradas, desinteressadas pelas outras. Há a expulsão do outro.

Como isso está comprometendo as relações sociais? Sem se interessar pelo outro, a gente não se conecta, não acha sentido comum. As trocas e os processos humanos ficam comprometidos. Esses dias eu estava numa entrevista e a pessoa do outro lado atualizava o feed. É a desumanização das relações sociais. Esse fenômeno tem a ver com o fato de as tecnologias estarem completamente imbricadas em nossa vida, de não existir mais o conceito de "entrar na internet".

Como tornar as relações pessoais mais humanas? Dá para construir alguns combinados. Se é um círculo de intimidade, estipule contratos de tempo de permanência no celular. Diga coisas como "olha, estou falando com você, pode terminar de responder o celular". A pessoa fica constrangida e para. Se você está num ambiente de trabalho, proponha um pacto de concentração, de não usar o celular, de guardar num potinho. Diga que a reunião vai ser rápida, mas nesse tempo todo mundo tem que prestar atenção. Se perceber que alguém está usando, repita o "quando terminar eu continuo". Também rola o constrangimento. Não podemos naturalizar essa divisão da atenção.

E o que é preciso para sairmos disso? A desconexão é uma das saídas para combater a exaustão extrema. As buscas desse livramento são individualizadas, nosso regime sociopolítico empurra a gente a acreditar que as soluções têm que ser individuais. Eu sei que o que serve para mim pode não servir para os outros. Tem casos que a urgência não é individual. A gente precisa de uma transformação cultural.

Como você lida com a urgência? Eu estou atenta ao WhatsApp, mas tem horário que não respondo. Tenho a sensação de que quando você tem as rédeas, essa relação fica menos angustiada. Não é o caso do meu filho de 11 anos. Ele não tem maturidade para lidar. Quando ouve o celular apitar, ele quer pegar na hora, é uma angústia. Eu combinei com ele que tem horário específico para isso.

O que cada um pode fazer? Tirar notificações, estabelecer horários, tomar medidas no âmbito do direito à desconexão. Não precisa ficar três dias ausente, mas ter pequenos momentos de desconexão já dão um respiro. Eu percebo que os dias que estou mais ativa no WhatsApp por causa do trabalho ou dos filhos, fico mais ansiosa. Eu recomendo também o "não, pera, isso é necessário?". Não aderir a uma tecnologia só porque é moda e todo mundo entrou. Usar a tecnologia de acordo com a necessidade. Não precisa responder na hora ou estar sempre online.

Em termos de sociedade, o que pode ser feito? O Brasil faz uma sinalização de que haverá políticas públicas nesse sentido quando uma secretaria [Secretaria de Políticas Digitais, dentro da Secom] se propõe a pensar letramentos digitais e regulação das plataformas. Temos um longo e desafiador caminho pela frente. Temos gestos, sinais e gente construindo. Essas mudanças nunca são imediatas. Eu tenho esperança.

FESTIVAL DAS CORES MARCA INÍCIO DA PRIMAVERA EM KATMANDU, CAPITAL DO NEPAL
Com música, dança e as tradicionais tintas coloridas a população nepalesa vai às ruas festejar a abertura do Festival Holi, nesta segunda (27) Sulav Shrestha/Xinhua

ACERVO FOLHA

Há 100 anos
28.fev.1923

No interior de SP, acusado de matar irmão é absolvido

O julgamento de um homem acusado de matar o irmão despertou enorme atenção dos moradores de São José do Barreiro, cidade paulista perto da divisa com o Rio de Janeiro.

O crime (uma facada mortal) havia ocorrido em 1915 após uma discussão sobre uma suposta dívida. O acusado do assassinato teria fugido pelo mato, sendo preso somente em dezembro de 1922.

Nesta terça-feira (27), dia do julgamento, a ampla sala das sessões do tribunal ficou tomada pelas pessoas. Contra a expectativa geral do público, o réu foi absolvido por unanimidade dos votos. Pesou a seu favor o reconhecimento da perturbação dos sentidos.

Folha da Noite

LEIA MAIS EM acervo.folha.com.br

É COISA FINA

Tati Bernardi
folha.com/ecoisafina

Felizes os leitores de Yasmina Reza

A primeira vez que entrei em contato com o texto da francesa Yasmina Reza foi na adolescência, assistindo a uma montagem amadora da sua peça mais conhecida no Brasil: "O Deus da Carnificina". Em resumo, para quem não conhece o conteúdo da obra, é sobre o encontro tragicômico, psiquicamente descompensado e recheado de agressões verbais entre dois casais que precisam decidir o que fazer a respeito da violência física ocorrida numa briga entre seus filhos pré-adolescentes.

Eu ainda não tinha vivido o suficiente para ficar maravilhada com aqueles diálogos e encantada pela crítica precisa e genial por detrás deles. Era um olhar muito sensível e irônico sobre a burguesia francesa e, ouso dizer, sobre a elite pretensamente culta e refinada de qualquer país.

Como não tinha estofo para entender Yasmina Reza, o que senti na época foi incômodo e angústia, e cheguei até a culpar a falta de experiência dos artistas. Há dez anos, vi a adaptação que Roman Polanski fez de "O Deus da Carnificina" para o cinema e pude então me apaixonar de vez por seu texto. Para esta coluna, já resenhei o livro.

Não sou nenhuma especialista na autora. Li apenas "Carnage" e agora este "Felizes os Felizes", título que, imagino eu, ironiza o sermão da montanha do evangelho segundo Mateus.

Em "Felizes os Felizes", todo mundo está entediado, irritado, deprimido, chateado, enciumado, psicótico, enlutado e sem tesão, mas nem por isso todos esses aprisionamentos em cotidianos (que foram, estranhamente, um dia sonhados por todos) dariam um filme de terror. São vidas normais (vidas brancas normais), e o resumo da ópera é que nenhum neurótico jamais será de fato muito alegre. Isso é lugar comum. O que não é comum é o talento de Reza para criar e intrincar esses personagens, e ainda arrancar gargalhadas quando nos reconhecemos nos piores momentos de cada personalidade infantil, tóxica, fútil ou perversa.

Os contos, intitulados por nomes próprios, funcionam de forma brilhante quando lidos isoladamente. São pessoas que conhecemos e das quais, sem nem saber, estávamos ávidos para poder falar mal, rir, fofocar. Na verdade, estamos rindo de nós mesmo — e isso pode até machucar, mas é também um tremendo alívio.

Somados, os contos organizam, ainda que de forma caótica, um romance espetacular, em que nenhuma ponta da narrativa está perfeitamente finalizada. E é isso o aproxima tanto da experiência humana.

A história de Roberto — um marido entediadíssimo que empurra um carrinho no supermercado, deprimido pelas incontáveis embalagens idênticas no corredor de azeite, e quer morrer quando sua mulher, Odile, volta para a fila dos queijos — poderia acabar ali e já seria uma das melhores coisas que li nos últimos anos. Mas na sequência vem o conto narrado pela esposa, que discorre sobre como é impossível sair com Robert sem que as coisas degringolem. Os dois vão a festas, se despedem das pessoas com gargalhadas e brincadeiras, mas "uma vez no elevador a frieza se instala imediatamente". Ela avalia que um dia seria necessário estudar o silêncio específico do carro, logo que um casal sai de uma festa animada e volta para casa. Impossível não se reconhecer em ambos os lados desse casal.

O leitor não tem para onde correr. Em alguma página Yasmina Reza vai dissecar seus medos, seus vazios, sua rotina e sua incapacidade de se sentir minimamente realizado.

Felizes os Felizes
★★★★★
Yasmina Reza; Âyiné; 230 páginas; Tradução Mariana Delfini

Cabaré de estrada

Airon Martin, diretor criativo da Misci, vê a sua marca de roupas ficar famosa ao ser vestida por líderes do governo de Lula

Modelo Bráulio Tchípia veste look da Misci, grife do diretor criativo Airon Martin, que também veste a primeira-dama Rosângela Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores Anthenor Neto/Divulgação

João Perassolo

SÃO PAULO Quando era criança, Airon Martin ouvia sua avó dizer que ele só seria homem se fosse identificado com um "dr." na frente. Para ela, o neto deveria seguir uma profissão tradicional. "Tentei ser médico, tentei ser advogado, tudo que tivesse um 'dr.', mas a moda foi mais forte", afirma o criador da Misci, a marca de roupas mais comentada de hoje.

Foram necessárias décadas e duas mudanças de carreira até que o estilista, hoje com 31 anos, visse suas criações nos corpos da primeira-dama, Rosângela da Silva, a Janja, e da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, em entrevistas na televisão e em eventos oficiais do governo, colocando a sua etiqueta, até então mais conhecida pelos fashionistas, na boca do povo.

Muito mais gente passou a acessar o site e frequentar as lojas da marca —uma na rua Mateus Grou, celeiro de novos estilistas no bairro de Pinheiros, e outra no shopping Cidade Jardim, ambas em São Paulo— depois que as líderes de esquerda vestiram as peças, ele conta, numa conversa em um café da capital paulista.

Em entrevista para um programa de TV, Janja usava uma camisa off-white de seda com estampas em vermelho mostrando um mapa do Brasil desconstruído e pequenas imagens de personagens do folclore nacional, como o Saci-Pererê. Na cerimônia de posse, a ministra apareceu com uma camisa em que se via a cangaceira Maria Bonita junto a tatus e árvores sem folhagens.

Destaques de uma temporada passada da São Paulo Fashion Week, as duas peças foram estampadas pela carioca Isabel Moura, que trabalha para a Misci. A primeira teve como inspiração a destruição da Amazônia, e a segunda, a personagem bíblica de Eva, segundo a ilustradora. As camisas fazem parte da coleção "Eva - Mátria Brasil", que versa sobre filhos de mãe solo, como o próprio estilista.

Martin foi criado pela mãe e pela avó em uma casa nos fundos de um cabaré de beira de estrada em Sinop, cidade de 150 mil habitantes no interior de Mato Grosso, convivendo diariamente com prostitutas. "Era tudo muito natural para mim, entender as histórias daquelas mulheres. Tinha nove anos de idade e a prostituta falava 'que pau grande do cacete' [em referência a um cliente]. Ela falava 'eu tô assada'", ele conta, dando risada.

Às segundas-feiras, Martin ia com as prostitutas comprar roupas em Sinop, que elas usariam para conquistar clientes.

Continua na pág. C2

+ VELHA INFÂNCIA

As criações da marca são inspiradas na infância de Airon Martin, criado num cabaré de beira de estrada no interior de Mato Grosso. A bolsa Nine, por exemplo, homenageia a transexual Nina, profissional do sexo que trabalhava no local

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

PESOS E MEDIDAS

O grupo de trabalho criado no governo Lula para propor regras que proíbam a diferença salarial entre homens e mulheres no país que exerçam cargos e executem trabalhos semelhantes já encaminhou a proposta para o setor jurídico da Casa Civil. O envio dela ao Congresso Nacional pode ocorrer ainda em março, quando se comemora o Dia Internacional da Mulher.

DOIS LADOS A ministra da Mulher, Cida Gonçalves, afirma que a Lei da Igualdade, como é chamada, não apenas vai prever penalidades para empregadores que descumprirem a regra, como criar mecanismos de incentivo aos que promoverem a equivalência salarial de trabalhadores e trabalhadoras.

RETA FINAL O projeto foi discutido em um grupo de trabalho integrado pela pasta e também pelos ministérios do Trabalho e da Casa Civil. Finalizados os estudos, ele passa agora pelo escrutínio jurídico do governo.

NO PAPEL A igualdade salarial já é tratada em artigos da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e na própria Constituição, que proíbe "diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil".

NA REAL Apesar disso, a desigualdade de gênero persiste no Brasil, de acordo com estudos e levantamentos diversos. A lei em estudo no governo terá uma abordagem mais específica para tentar avanços sobre o tema.

LADO A LADO A ministra afirma que já mobilizou 20 ministros do governo para que apresentem as medidas voltadas à mulher que estão sendo planejadas ou executadas em cada pasta. Todos devem ir no dia 8 à cerimônia do Dia da Mulher com Lula, no Palácio do Planalto.

SOB CONTROLE Os festejos do Carnaval não provocaram até esta segunda (27) um aumento no número de atendimentos de casos suspeitos de Covid na maior parte dos hospitais privados do estado paulista. É o que aponta um levantamento realizado pelo SindHosp (Sindicato dos Hospitais, Clínicas e Laboratórios de São Paulo) com 53 unidades de saúde particulares, sendo 66% delas no interior, e 34% na capital.

CONTROLE 2 Segundo o estudo, 83% dos hospitais afirmaram que não registraram crescimento na demanda de pacientes com suspeita de Covid nos últimos dez dias. O levantamento foi feito por telefone nesta segunda.

ALERTA O presidente do SindHosp, o médico Francisco Balestrin, pondera que o fato de alguns hospitais (17% dos ouvidos pela pesquisa) ainda registrarem aumento de casos suspeitos da doença indica que o vírus segue em circulação. "Devemos tomar todas as medidas preventivas para evitar uma nova onda", diz. Ele ressalta que é importante que as pessoas se imunizem, inclusive, com a vacina bivalente, que começou a ser aplicada nesta segunda.

FOLIA

Fotos Ronny Santos/Folhapress

A cantora Ivete Sangalo 1 se apresentou no sábado (25), no camarote Bar Brahma, no Sambódromo do Anhembi, palco do desfile das escolas de samba campeãs do Carnaval deste ano. A atriz Pathy Dejesus 2 prestigiou o evento. O diretor Mauro Sousa e o seu marido, Rafael Piccin 3, também passaram por lá

LEMBRANÇA O presidente Lula posou para a foto oficial de seu terceiro mandato como presidente da República usando o terno de seu casamento com Janja. A roupa foi um presente do advogado criminalista Augusto de Arruda Botelho, que hoje ocupa o cargo de secretário Nacional de Justiça.

POSE Lula aparece de corpo inteiro na imagem, o que é uma novidade em relação às fotos oficiais de presidentes anteriores e até das que ele tirou em seus primeiros mandatos.

INTERAÇÃO Uma nova etapa das obras do estádio do Pacaembu foi iniciada na última sexta (24): o muro do entorno do clube esportivo começou a ser derrubado e será substituído por grades metálicas.

INTERAÇÃO 2 A ideia, segundo a concessionária Allegra, atual administradora do equipamento, é permitir uma integração maior entre o complexo Pacaembu e a capital paulista.

PEDIDO O Instituto de Defesa dos Direitos das Religiões Afro-Brasileiras (Idafro) e o Grupo de Advogados pela Diversidade Sexual e de Gênero (Gadvs) pediram para ingressar como amicus curiae (amigo da corte) em ação do Supremo Tribunal Federal que discute se provas colhidas em abordagem policial motivada pela cor da pessoa podem ser inválidas.

AÇÃO O ministro Edson Fachin analisará na quarta (1º) um habeas corpus apresentado pela Defensoria Pública de São Paulo. O caso envolve um homem negro condenado a quase oito anos de prisão por tráfico de drogas depois de ser flagrado com 1,53 gramas de cocaína. As entidades afirmam que as abordagens policiais são "profundamente discriminatórias" contra negros e pessoas LGBTQIA+.

com Bianka Vieira, Karina Matias e Manoella Smith

Cabaré de estrada

Continuação da pág. C1

Este ritual semanal colocou o garoto em contato com a moda, num momento em que ele já desenhava vestidos.

Sua história de vida já o fez sentir muita vergonha, ele afirma, mas hoje seu passado inusual, transferido para as criações da Misci, é um grande ativo da marca no mercado, o que Martin diz considerar melhor do que qualquer narrativa publicitária.

Por exemplo, a bolsa mais vendida da grife, chamada Nine, teve o formato inspirado numa lancheira de sua infância e o nome derivado da transexual Nina, uma profissional do cabaré. "As marcas grandes têm muito trabalho para se incluir dentro dos princípios do novo mundo, diverso. Nasci e cresci nesse mundo do diverso, mesmo sendo no interior de Mato Grosso, em uma cidade super bolsonarista e racista para caramba."

Outro fator decisivo no sucesso da Misci, na visão do estilista, é a qualidade dos produtos, de execução e acabamentos bem cuidados e feitos com matéria-prima brasileira tipo exportação. O fio de seda das camisas de Janja e Marina Silva é o mesmo usado por Dior e Hermès. O couro de pirarucu empregado em algumas bolsas vem do mesmo curtume que atende Rick Owens.

A Misci — corruptela do termo "miscigenação"— foi seu projeto de conclusão do curso de desenho industrial no Istituto Europeo di Design, na capital paulista. Sua ideia inicial era desenvolver uma linha de mobiliário, mas o então estudante acabou mudando o rumo do trabalho e optou por criar a marca de roupas, que seria "uma pesquisa do que é a identidade brasileira".

A criança que desenhava vestidos começava, assim, a materializar seu sonho de se tornar um criador de moda. As primeiras peças da Misci foram vendidas na multimarcas descolada Cartel 011, em 2018, e a loja inaugural, em Pinheiros, veio dois anos mais tarde, em meio à pandemia.

Martin faz questão de dizer que a etiqueta, que hoje emprega 34 pessoas, foi fundada de maneira independente, sem um investidor bancando os custos. Este ano o empreendedor está concentrado na internacionalização da marca, com a criação de um site para atender o mercado externo e a contratação de influenciadores em Paris, além do lançamento de uma nova etiqueta no segundo semestre.

A nova grife vai levar seu nome e será dedicada à criação de vestidos em pequeníssimas quantidades, na linha de marcas de alta-costura, com produtos menos comerciais e que demandam mais tempo para serem confeccionados, ele afirma, citando como referências a estilista Clô Orozco, da Clô, e o trabalho da designer Phoebe Philo na Céline.

Além disso, a Misci deve fazer uma colaboração com outra marca para lançar produtos de preço mais acessível.

Assim como Rafella Caniello, da Neriage, e Isaac Silva, da marca de mesmo nome, Martin é um dos jovens designers que estão dando uma cara fresca à moda brasileira —não por acaso, as três etiquetas têm lojas na mesma rua. O diretor criativo tem tentado reunir estes e outros criadores em torno de um movimento que ele chama de "ressignificação da moda", para criar uma nova cultura de consumo no público.

"Moda é uma coisa, e roupa é outra. A gente não faz só roupa. A roupa é um dos reflexos da moda que a gente apresenta. É meio filosófico isso, mas temos que mostrar para o consumidor que existe diferença. Roupa muita gente faz, o fast fashion faz. Moda poucas pessoas fazem no Brasil. É entender quem está fazendo moda e valorizar isso."

O diretor criativo Airon Martin, da Misci Bruno Santos/Folhapress

Semana de Moda de Milão vê auge da Diesel com o denim e diversão

Crise econômica, escalada da grife e protesto feito por greve de fome se destacaram durante desfiles na Itália

Caio Delcolli

SÃO PAULO Para entender o que a Semana de Moda de Milão de 2023 trouxe de arrebatador às passarelas, são necessárias duas palavras-chave. São elas Diesel e Glenn Martens.

O estilista é a razão pela qual a marca foi elevada ao patamar do sucesso comercial com prestígio. Divertida e bem-humorada, a Diesel fez uma montanha de 200 mil camisinhas na passarela em parceria com a fabricante Durex, de forma a trazer a pauta do sexo seguro para o evento.

Ao som de gemidos e de um ritmo tecno, Martens apresentou uma coleção pop e tecnicamente precisa com jeans — um dos fundamentos da Diesel— de cintura baixa, um conjunto de top e saia rasgados em cor lima e, entre várias outras peças, o estilo "devoré denim", em que roupas feitas com denim fogem do tradicional ao serem cortadas como veludo e têm partes produzidas com organza, utilizado em calças, saias e vestidos.

Se a Diesel olha para frente a fim de construir um grande legado, a Gucci revisitou o dela para continuar em trajetória de movimento. A presença da marca italiana simboliza a tônica do evento, que apontou as tendências de outono-inverno deste e do próximo ano, de forma a evocar o passado para fazer experimentações com foco no futuro.

Enquanto o novo diretor criativo da marca, Sabato De Sarno, não estreia no posto em que sucede Alessandro Michele, a equipe da Gucci vestiu as modelos evocando peças de seu passado, em especial os que pertenceram aos anos 1990, 2000 e 2010.

Duas peças antológicas de Tom Ford apareceram —a calcinha fio-dental, com a letra "G" estampada em um brasão, podia ser vista debaixo de uma saia, e a bolsa Horsebit foi objeto de atenção. Amy Wesson, Liisa Winkler e Guinevere Van Seenus, algumas das divas vestidas pela Gucci nos anos 1990, deram o ar da graça ao longo da passarela.

Um casaco de fios prateados —que poderia muito bem ser vestido por Elton John ou Harry Styles— e um imenso chapéu de penas foram os sintomas da passagem de Michele pela marca. A presença ilustre de celebridades na primeira fila, como a atriz Dakota Johnson e o artista e músico chinês Xiao Zhan, impulsionaram a presença da Gucci no evento durante este momento marcado por transição interna.

Maximilian Davis, por sua vez, relembrou a Hollywood clássica personificada por Sophia Loren e Marilyn Monroe na coleção feita para a Ferragamo. Jaquetas e casacos longos, cinematográficos e com um quê de discrição evocam a incerteza de uma recessão pairando sobre os Estados Unidos. Davis afirmou em comunicado à imprensa querer investigar por meio das peças a curiosidade dos anos 1950 a respeito do moderno.

A Bottega Veneta exibiu 81 looks assinados por Matthieu Blazy e fez sucesso por nenhum parecer repetir o visual do anterior. O designer da marca italiana investiu em construções atemporais, feitos para o dia a dia das cidades, impermeáveis às mudanças de tendências de Instagram e TikTok e da economia, com materiais leves.

Um dos destaques foi o sobretudo em preto e branco coberto de franjas. "Eu sempre noto como mulheres e homens têm camadas", ele disse à imprensa. "É muito sofisticado, mesmo quando não funciona, sabe? É tão pessoal."

O atemporal —e chique, é claro— também foi objeto de exploração da Armani. "A atemporalidade é um elemento essencial da minha abordagem estética e um valor central da minha marca. Isso não vai mudar tão já", afirmou o designer aos jornalistas.

Assim como a Ferragamo, a Gucci e a Dolce & Gabanna, revisitaram peças de temporadas passadas, como boleros de veludo, jaquetas de camurça e parcas de lã. A modelo que encerrou o desfile verificou a própria maquiagem no espelho que trazia à mão, em uma referência à recente e elogiada apresentação de Rihanna no último Super Bowl.

Miuccia Prada e Raf Simons, da Prada, também demonstraram apreciação pela utilidade das peças no cotidiano pois estão "muito atentos ao que acontece no mundo" e buscam criar peças com significado para o que eles chamam de "momento histórico complicado". Os casacos minimalistas e com golas angulosas refletiram isso.

Kim Jones, diretor artístico da Fendi, homenageou o legado das mulheres da família homônima ao mesmo tempo em que o subverteu exibindo camisas desabotoadas, casacos café com leite, vestidos justos feitos de malha de contornos amenos e saias com pregas onduladas, entre outros itens.

Em um evento como a Semana de Moda de Milão, as presenças são, naturalmente, algo a se notar. Mas este ano uma ausência também falou alto. Foi a da designer Stella Jean, que boicotou o evento e fez greve de fome.

A estilista, conhecida por já ter vestido Beyoncé e Rihanna e ser protegida de Giorgio Armani, assim protestou contra a Câmara Nacional da Moda Italiana. Ela a acusa de não apoiar iniciativas de suporte a designers que não são brancos para além de um período de dois anos e de não cumprir a promessa de criar um comitê para ampliar internamente a pluralidade racial.

Jean, que é italiana e haitiana, é o único membro negro da Câmara. Ela faz parte de um coletivo de designers não brancos que defendem uma "reforma cultural" na cena fashion da Itália, que eles alegam ter ficado para trás no quesito diversidade.

A ironia é que foi justamente a presença expressiva de designers não brancos que marcou os trabalhos do quarto dia. Nomes como Maximilian Davis, da Ferragamo, Rhuigi Villasenor, da Bally, e Iniye Tokyo James, da marca homônima, são exemplos.

A Câmara acolheu estilistas por meio do projeto Blanc Spaces, que por sua vez inaugurou o Black Carpet Awards, ou prêmio do tapete preto, abrindo para esses artistas um dos espaços de maior projeção desta edição do evento.

Modelo da Gucci desfila na Semana de Moda de Milão Alessandro Garofalo/Reuters

'Alcarràs' mostra zona rural catalã sob ameaça

Vencedor da Berlinale do ano passado, filme de Carla Simón sobre famílias espanholas agora chega ao sob demanda

Leonardo Sanchez

SÃO PAULO Foi com surpresa que o Festival de Berlim recebeu, há um ano, a notícia de que um filme em catalão havia vencido o Urso de Ouro, um dos prêmios mais cobiçados da cinematografia. Intimista, simples e pertencente a um universo cultural sem tradição na indústria, "Alcarràs" foi o campeão improvável.

Carla Simòn, sua diretora, tampouco esperava levar a honraria. Era apenas seu segundo longa-metragem, e a espanhola competia com as grifes Claire Denis, François Ozon e Hong Sang-soo. Jamais pensara, lá atrás, que o drama familiar filmado com gente comum, no meio de uma plantação de pêssegos, seria capaz de conquistar tanta gente.

No fundo, "Alcarràs" traz temas universais, diz ela, apesar da roupagem bastante específica. Todo país tem uma agricultura, e toda família que trabalha com agricultura está ameaçada por avanços tecnológicos. E isso tem potencial de falar com muita gente.

Ela frisa, no entanto, que a alma do longa está na parentada protagonista e em seus dramas, os individuais e os compartilhados, sendo a plantação de pêssego ao redor apenas um canalizador de energias, frustrações e anseios.

"Alcarràs" acompanha uma família da zona rural da Catalunha que se vê ameaçada quando morre o dono da propriedade de onde moram e trabalham.

Seus herdeiros, que têm pouca relação com os pêssegos dali, decidem vender a terra para uma empresa de painéis de energia solar, desencadeando uma crise no grupo que há gerações molda a identidade cultural daquele pedacinho no norte da Espanha.

Há o avô, que preparou o rebento para assumir a plantação e sofre em silêncio; o trio de irmãos, formado por um que se recusa a aceitar a mudança, outro que já assimilou a derrota e uma terceira que foi viver na cidade grande; as esposas, que complementam a renda fazendo compotas, e os filhos, de diferentes idades.

"Alcarràs" é carregado pela harmonia e a tensão que exalam deles e, por isso, a busca pelos atores foi longa. Formado inteiramente por não profissionais, o elenco foi selecionado depois que Simòn recebeu 9.000 pessoas em audições na Catalunha. Inicialmente, ela queria parentes de verdade, mas não encontrou o talento num único clã.

O idioma catalão era visto como uma necessidade para garantir autenticidade ao projeto, por isso ela optou pelo uso de locais, e não de atores importados de regiões mais urbanizadas. Depois de escolhidos, eles passaram quatro meses em ensaios, a fim de criar a união familiar que a câmera, depois, captaria.

Para isso, Simòn pediu que todos encontrassem espaço em suas vidas "normais" para se reunirem em tarefas rotineiras juntos, como tomar café da manhã, ir às compras ou ajudar as crianças na lição de casa. Depois, ela simulou no set a história prévia dos personagens, montando cenas nunca gravadas a partir de fatos passados que são mencionados apenas no roteiro.

Foi trabalhoso, ela assume, mas claramente valeu a pena, não só pelos prêmios e festivais internacionais, mas também por ter mostrado uma história verídica e ignorada que se repete aos montes naquela região da Catalunha.

Nascida em Barcelona, Simòn também viveu algo semelhante. Aos seis anos, ela se mudou para o campo, nos arredores de Alcarràs. Foi revirando o passado que ela teve a ideia para o roteiro. A partir da morte de seu avô, a cineasta passou a questionar o que aconteceria se a memória coletiva que sua família construiu também morresse de uma hora para outra.

"Depois, tudo fluiu muito naturalmente, porque esse é um retrato real da minha família e de muitas outras", afirma, citando os painéis solares como uma das ameaças aos campos de pêssegos e outras frutas que colorem a região.

"Escolhi os painéis para o filme porque eu queria deixar essa discussão mais complexa. Não queria uma abordagem maniqueísta, do bem contra o mal. Há um bom motivo para que queiram expulsar aquelas famílias de lá, porque precisamos de energia limpa. Eu queria pôr o espectador nessa posição de compreender os dois lados, de questionar tudo o que vê."

Há ao menos mais um longa que Simòn pretende gravar na zona rural da Espanha, finalizando a trilogia formada ainda por "Verão 1993", premiado no Festival de Berlim de 2017.

Alcarràs
Espanha, Itália, 2022. Dir.: Carla Simón. Com: Josep Abad, Albert Bosch e Jordi Pujol Dolcet. 14 anos. Disponível na Mubi

Cena do filme 'Alcarràs', da diretora Carla Simón, que venceu o Urso de Ouro, maior prêmio do Festival de Berlim, no ano passado Divulgação

Série 'The Last of Us', da HBO, causa polêmica ao apostar em casal lésbico

Diogo Bachega

SÃO PAULO A série "The Last of Us" tem explorado o lado mais afetivo da franquia de jogos na qual é baseada, abordando laços que os sobreviventes tecem na solidão do apocalipse. Apesar das relações de fraternidade, companheirismo e os romances convencionais, são os homoafetivos que têm causado alvoroço.

Já foram dois episódios centrados em romances gays. Ambos exploram eventos presentes no jogo e, se a próxima temporada da série seguir de perto a trama do jogo, os internautas incomodados com representatividade LGBTQIA+ terão uma má notícia. É que o amor entre pessoas do mesmo gênero está no centro da próxima etapa da história.

Em conversa com a imprensa, a atriz Storm Reid, que interpretou Riley, o par romântico da protagonista Ellie, discutiu o papel que esta relação tem na narrativa do seriado.

"O amor está em todo lugar. Tanto na série quanto fora dela", disse. "O ponto central de 'The Last of Us' é o amor e a tentativa de lidar com relações complexas", disse Reid.

O capítulo mais recente adapta a história de "Left Behind", expansão do primeiro jogo da franquia. Enquanto a dupla protagonista Joel, vivido por Pedro Pascal, e Ellie, vivida por Bella Ramsey, lida com um novo desafio após o fim angustiante do episódio anterior, o espectador acompanha o passado de Ellie e de seu amor juvenil Riley, a personagem de Storm Reid.

O texto pode conter spoilers.

As duas adolescentes eram melhores amigas e viviam em uma base de treinamento da Fedra, órgão criado pelo governo dos Estados Unidos no começo do apocalipse para gerenciar a crise e que se tornou um aparelho de repressão autoritário.

No começo do episódio, Riley havia desaparecido e Ellie não sabia o destino da amiga.

Em uma noite, Riley reaparece e conta a Ellie que entrou para os Vagalumes, grupo revolucionário que busca acabar com o governo da Fedra e que é acusado de terrorismo.

Apesar do choque, Riley a convence a acompanhá-la em uma escapada noturna e as duas vão a um shopping center que, para a surpresa do espectador, tem energia elétrica.

As atrizes Bella Ramsey e Storm Reid em cena da série 'The Last of Us', da HBO Max Divulgação

As duas se divertem, mas discutem. Ellie não está convencida das boas intenções dos Vagalumes ou da maldade da Fedra e não quer que a amiga a deixe.

Após uma cena de dança que termina em beijo, elas são atacadas. Um perseguidor —infectado ágil que já apresenta brotamentos do fungo na pele, mas ainda preserva sua visão— surge de repente e, antes de ser neutralizado, acaba mordendo as duas. Como se sabe desde o começo da série, Ellie se mostraria imune à infecção. A amiga não tem a mesma sorte.

A atriz afirma que é um privilégio, mas também uma responsabilidade representar jovens lésbicas e negras.

Ela, que também participou da série "Euphoria", conta que não tinha jogado o jogo "The Last of Us" e ficou um pouco confusa quando leu o roteiro pela primeira vez. Mesmo assim, diz que não foi difícil interpretar a personagem.

O carinho de Storm por Bella Ramsey também contribuiu para o seu desempenho. Ela conta que as duas se divertiram nas filmagens. "Tinha uma tomada em que eu devia falar 'Ellie' e acabei dizendo 'mãe', e ela ficou, tipo, 'você acabou de me chamar de mãe?'", afirmou a atriz, rindo.

Reportagens do jovem Billy Wilder revelam traços do futuro cineasta

Com humor agridoce, artigos escritos em Berlim e em Viena durante os anos 1920 agora são publicados em livro

LIVROS
★★★☆☆
Billy Wilder: Um Repórter em Tempos Loucos
Autor: Billy Wilder Trad.: Tanize Mocellin Ferreira. Org.: Noah Isenberg. Ed.: DBA. R$ 64, 90 (240 págs.)

Inácio Araujo
Jornalista e crítico de cinema

Quase todo mundo sabe que Billy Wilder foi um grande diretor de cinema. Já o repórter que ele foi na juventude é bem menos famoso, e dele podemos tomar conhecimento pelo volume "Billy Wilder: Um Repórter em Tempos Loucos".

Ali encontramos bem marcados os traços do futuro cineasta —o humor agridoce, a observação rápida e profunda das cenas, a capacidade de buscar o levemente ridículo num ritual cheio de pompa e por vezes o sarcasmo e o desgosto com o humano.

Há um pouco de tudo isso na história (em capítulos) que abre o volume, "Garçom, Um Dançarino Por Favor", em que começa narrando suas atribulações de locatário desempregado até que um amigo consegue para ele o emprego de dançarino num hotel.

Estamos nos anos 1920, quando os hotéis de peso ofereciam recepções diárias para seus hóspedes com orquestra e dançarinos profissionais, de modo que as mulheres mais velhas não corressem o risco de tomar um chá de cadeira.

Ali é fácil encontrar o roteirista e quase se poderia dizer o roteiro. A descrição de uma cena do primeiro dia de trabalho começa com "estou sentado em uma poltrona no saguão do hotel, uma poltrona macia, totalmente recostado, de pernas cruzadas".

"Este então é o hotel onde 'trabalharei'", prossegue a narrativa. "O garoto das malas na porta giratória, achando que sou um hóspede, tira o chapéu graciosamente. O casaco de cordeiro da Pérsia de uma moça com estreitos sapatos de couro de crocodilo, que roça contra meus joelhos, enquanto ela caminha na direção do elevador, sorri para o mensageiro, desaparece. Um valet, cheio de malas, anda aos tropeções até a porta, um cavalheiro com sobretudo e um pé teso coloca o nome no registro do hotel, enquanto o porteiro, com as costas curvadas, estende a mão para receber uma casal idoso e o bartender equilibra dois manhattans e um refrigerante."

Está aí tudo que se pode esperar de um filme de Billy Wilder —a ambientação, os personagens e figurantes, o cenário e os adereços, o movimento, o humor e, claro, a capacidade de captar tudo num traço, de fazer com que vejamos a cena se desenrolando de imediato a nossa frente.

Os objetos mudam, mas o estilo se afirma mesmo quando o objetivo é um tanto publicitário, como ao comentar a abertura de uma nova cafeteria em Viena. "A confeitaria, o jornal, os cigarros, tudo aparece na velocidade da luz. Como você se sente confortável, patriarcal, naquelas poltronas de veludo", ele escreve.

Um artigo de 1927 surge imaculadamente novo este ano. Nele se insinua o amargor transfigurado em humor de tantos de seus filmes. Wilder sugere que a mentira deveria ser introduzida como matéria escolar obrigatória, de forma que a mentira se tornaria acessível a todos, algo que vê como importante porque "em duas ou três décadas as mentiras serão vistas como implemento indispensável —e portanto totalmente irrepreensível— ao nosso cotidiano".

O cineasta Billy Wilder entre películas de filme Reprodução

Os objetos são diversos, de hotéis, a cidades; o voo noturno em um trimotor, a feitura de um filme em condições mais que modestas ("Gente no Domingo", de que Wilder foi um dos argumentistas).

As "reportagens especiais sobre a vida como ela é", que compõem a primeira parte do volume, evocam um cronista antenado e talentoso que já desenvolve o estilo que se tornaria célebre no cinema.

O auge talvez esteja no texto sobre sua incursão infeliz à roleta, em Monte Carlo, onde deixou os últimos tostões.

Na segunda parte, o tom pode mudar. Em 1926, diante de Asta Nielsen, monstro sagrado do cinema mudo, Wilder não esconde a emoção. Entre uma e outra pergunta de praxe —"o que um homem precisa ser para você o achar atraente?"—, vem a descoberta de que ela agora quer se dedicar ao teatro, deixando de lado o cinema, já que os americanos destruíram o cinema alemão", a cineasta afirmou a Walder.

"Asta Nielsen, a maior atriz de cinema do mundo, não ficará nas telas por muito tempo. Os milhares que tiveram o prazer de admirar sua brilhante arte serão reduzidos a centenas. E isso, creio eu, é um infortúnio", escreveu Wilder.

A melancolia será superada quando acompanha um dia na vida do príncipe de Gales e desnuda o ridículo nos rituais cortesãos. Ressurge o Wilder cineasta, com descrições cortantes, como "Deus tenha piedade, tão chato, 'tããõ' chato".

A terceira parte, dedicada aos filmes, talvez seja a mais precária para o leitor contemporâneo —a maior parte dos filmes e mesmo das estrelas se tornaram invisíveis.

No entanto, aqui e ali, pipocam observações sobre uma nova Marlene Dietrich, sobre um filme de Dieterle quando ainda na Alemanha, ou mesmo sobre "Ouro e Maldição", o célebre filme de Stroheim, que Wilder vê com certa reserva.

"Um Repórter em Tempos Loucos" se revela um livro interessante para qualquer fã de Wilder, de cinema e até da escrita. No entanto, toda a ambiguidade da palavra "interessante" salta aos olhos. É uma virtude e um limite. Ao mesmo tempo que o talento do cineasta-roteirista se revela, não apaga o caráter episódico da maior parte de suas crônicas.

Célebre maquiador, Tom Savini não sabe narrar autobiografia

LIVROS
Tom Savini: Vida Monstruosa
★★★☆☆
Autor: Tom Savini e Michael Aloisi. Trad.: Paulo Cecconi. Ed.: Darkside Books. R$ 129,90 (304 págs.)

Claudio Gabriel
Jornalista

"A Noite dos Mortos Vivos", "Sexta-Feira 13", "Despertar dos Mortos", "Um Drink no Inferno", "Creepshow" e "Chamas da Morte". Se você é fã de terror e apaixonado pelo cinema dos anos 1970 até 1990, certamente já ouviu falar de ao menos um desses filmes. Todos têm o dedo, de uma forma ou de outra, do maquiador, técnico em efeitos especiais, diretor e ator Tom Savini.

Hoje com 76 anos, ele revolucionou completamente a indústria de maquiagem do terror. Se hoje muito se fala do realismo nas mortes do cinema, especialmente no uso de próteses, isso se deve a ele.

Parte desse trabalho e de como Savini começou a se interessar pelo horror está em "Vida Monstruosa", sua autobiografia, escrita com Michael Aloisi e lançada agora no Brasil pela Darkside Books.

O grande problema do livro é ser mais um caderno de anotações e ideias de Savini do que uma biografia. Por exemplo, o desenvolvimento de suas técnicas de membros decepados e mordidas realistas, que mudaram o que era feito no gênero dos zumbis, ocupa pouquíssimas páginas.

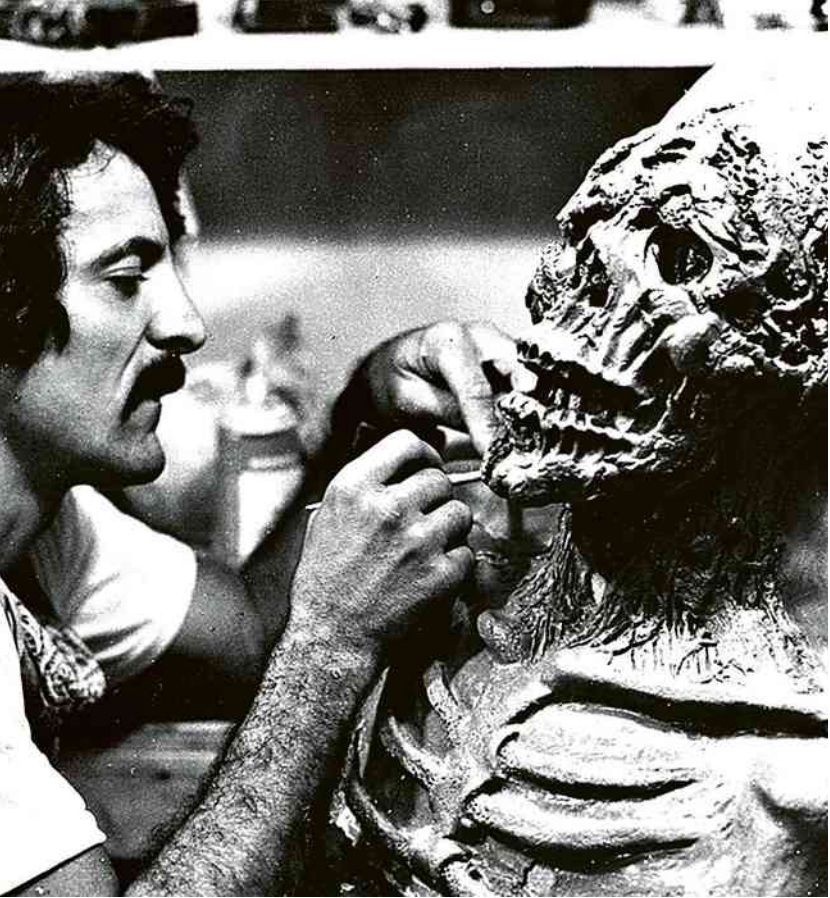
Ou até mesmo a fascinação pelo universo das maquiagens no horror, que surge quando ele assistiu a "O Homem das Mil Faces", de 1957, é transcrito de uma forma simplista.

Faz falta dentro da obra, em suas quase 300 páginas, um detalhamento maior sobre a vida dentro do cinema de Savini. Um dos momentos em que o leitor mais sente falta disso é quando o maquiador fala do clássico "Sexta-Feira 13".

Ele não cita, por exemplo, a técnica do sangue coagulado —em que o vermelho aparece quase solidificado— dentro da franquia, apesar de isso ter sido inovador no terror.

Apesar disso, o aspecto confessional da escrita dá um tom bem interessante para Savini.

O trecho inicial do livro, formado quase todo por capítulos de até cinco páginas, vira um diário, trazendo desde pensamentos sobre o porte e posse de armas nos Estados Unidos, até mesmo construindo sua imagem bizarra, por assim dizer, ao relatar quando Savini viu um disco voador.

São nesses trechos que o diretor do remake de "A Noite dos Mortos Vivos", de 1990, também aborda o período em que serviu ao Exército como fotógrafo na Guerra do Vietnã.

Tom Savini criando prótese do monstro de 'Creepshow', de 1982 Divulgação

A vida pessoal aparece de maneira mais direta, com ele assumindo certas culpas pelos três casamentos que teve e o distanciamento da família.

O caráter confessional também aparece no momento mais divertido da leitura, algo que se dá quando Savini traz alguns "diários de bordo" sobre filmes que trabalhou como ator, além de dar alguns pitacos como maquiador.

O que toma mais espaço é o projeto "Grindhouse", um grande filme repartido em dois e dirigido por Quentin Tarantino e Robert Rodriguez. Os dois são "Planeta Terror" e "À Prova de Morte".

Neste trecho, o ator fala sobre o dia a dia da gravação das cenas e da relação que estabeleceu com Rodriguez e Tarantino —ele viria a participar dos dois "Machete" e, mais tarde, de "Django Livre".

"Vida Monstruosa" soa mais como um material de apreço para os que já conhecem a carreira de Savini. Como apresentação, parece mais um prelúdio para sua carreira, que é marcada por grandes momentos, mesmo que a maior parte deles parece ter sido deixada de lado pelo artista.

A pílula vermelha

Movimento Red Pill mostra como o patriarcado é um teatrinho de sombras

Manuela Cantuária
Roteirista e escritora, faz parte da equipe do canal Porta dos Fundos

"Ninguém é mais arrogante em relação às mulheres, mais agressivo ou desdenhoso, do que o homem que duvida da própria virilidade."

Simone de Beauvoir não só entrega a melhor introdução para este texto, como um macete surpreendentemente simples para enfrentar o patriarcado: a consciência de que ele atua como um teatrinho de sombras, que confunde fragilidade e força, o tempo todo.

É irônico que o assunto da coluna de hoje seja um movimento encampado por homens frustrados e acuados, conhecido como Red Pill. A pílula vermelha, uma referência ao filme "Matrix", remete ao momento em que o protagonista opta por despertar de uma falsa realidade, na qual só enxergava sombras e simulacros.

Os integrantes do movimento Red Pill acreditam que são capazes de encarar a realidade de que ninguém ao seu redor consegue ver: o fato de que mulheres são manipuladoras e interesseiras por natureza, e os avanços do movimento feminista são uma conspiração para oprimir o gênero masculino.

Perpetuado como um conhecimento moderno e privilegiadíssimo, o discurso é uma versão repaginada de postulados misóginos, como os escritos por Aristóteles nos anos 300 a.C., que buscavam legitimar a inferioridade biológica das mulheres e reduzi-las à única função de procriar.

O grupo é composto por homens jovens e ressentidos pelas rejeições afetivas ou sexuais, que sentem saudades de algo que não viveram: um tempo em que as mulheres eram submissas e exigiam muito menos de seus parceiros.

Com a autoestima em frangalhos, compram misoginia com embalagem de autoajuda e acabam se vitimizando ainda mais, enquanto acusam as mulheres de vitimismo.

É tão absurdo que chega a ser muito engraçado. Recentemente, a atriz e roteirista Livia La Gatto publicou uma sátira hilária de falas bastante constrangedoras ditas pelo "coach de relacionamentos e masculinidade", Thiago Schutz.

Neste sábado (25), o influenciador Red Pill foi denunciado pela humorista por ameaçá-la de morte, tentando coagi-la a deletar todo o conteúdo de suas redes sociais.

Apesar de já ter declarado que não se deve generalizar os integrantes do movimento Red Pill, Schutz escancara a realidade de um movimento articulado por um discurso de ódio que, além de patético, é deveras criminoso.

Silvis

| DOM. Ricardo Araújo Pereira | SEG. Bia Braune | TER. Manuela Cantuária | **QUA. Hmmfalemais** | QUI. Flávia Boggio | SEX. Renato Terra | SÁB. José Simão

É HOJE EM CASA

Tony Goes
tonygoes@uol.com.br

Ficção-científica famosa nos anos 1990 ganha nova versão na Globo

Quantum Leap: Contratempos
Globoplay, 14 anos
Exibida no Brasil como "Contratempos", a série "Quantum Leap" fez sucesso nos anos 1990, mostrando um cientista que encarnava uma pessoa diferente em viagens no tempo. Preso num loop temporal, ele precisava cumprir uma missão a cada episódio, na tentativa de voltar para casa. No remake, o personagem é vivido por Raymond Lee, e o cientista que o acompanha como um holograma é uma mulher, vivida por Caitlin Bassett.

Duro de Atuar
Amazon Prime Video, 14 anos
Nesta comédia, Kevin Hart faz um ator que quer se tornar um astro de filmes de ação. Para tanto, ele se submete a um treinamento insano, comandado por um coach sádico vivido por John Travolta.

O Palmar de Troya
HBO Max e discovery+, 16 anos
No final da década de 1960, a Igreja Cristã Palmariana, uma dissidência do catolicismo, tornou-se poderosa na Espanha. Esta minissérie documental em quatro episódios conta a história dessa estranha seita, marcada por corrupção e escândalos.

Na Fronteira da Imagem
Canal Brasil, 21h30, livre
Jorge Durán, chileno radicado no Brasil há cinco décadas, dirige esta série documental sobre 13 cineastas latino-americanos na faixa entre os 30 e 50 anos de idade. Cada um fala sobre o próprio trabalho numa locação na cidade onde mora. Entre eles, a brasileira Beatriz Seigner, o argentino Benjamín Naishtat e o colombiano Ciro Guerra.

No Coração do Mundo
Telecine Premium, 22h, 16 anos
Antes de rodar "Marte Um", o representante do Brasil no Oscar deste ano, Gabriel Martins codirigiu com o irmão Maurílio este filme sobre três moradores de Contagem, na Grande Belo Horizonte, que se juntam para um grande assalto.

Provoca
Cultura, 22h, 10 anos
A ilustradora e quadrinista Luiza de Souza, também conhecida como Ilustralu, conversa com Marcelo Tas sobre bullying, universo LGBTQIA+ e obras como "Arlindo", vencedora do CCXP Awards na categoria Melhor Quadrinho.

QUADRINHOS

Piratas do Tietê *Laerte*

Daiquiri *Caco Galhardo*

Níquel Náusea *Fernando Gonsales*

Não Há Nada Acontecendo *André Dahmer*

Viver Dói *Fabiane Langona*

Péssimas Influências *Estela May*

Vida Besta *Galvão Bertazzi*

SUDOKU

texto.art.br/fsp

MÉDIO

		5				8	6	
				1		7		
	4	9			6	1		
7	5				9			
		8				5		
			3				8	4
		7	2			4	1	
		6		4				
	8	4				2		

O **Sudoku** é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

SOLUÇÃO

1	7	5	9	2	4	8	6	3
8	6	2	5	1	3	7	4	9
3	4	9	8	7	6	1	5	2
7	5	3	4	8	9	6	2	1
4	9	8	1	6	2	5	3	7
6	2	1	3	5	7	9	8	4
5	3	7	2	9	8	4	1	6
2	1	6	7	4	5	3	9	8
9	8	4	6	3	1	2	7	5

CRUZADAS

HORIZONTAIS
1. (de Carvalho) O músico mineiro autor de "Maringá" e "Taí" (1900-1977) **2.** O ator Moscovis / Muito pobre (fem.) **3.** São três na Ferrari / Conselho Interministerial de Preços **4.** Fechar as asas (a ave), para descer mais depressa / Pequeno fruto carnudo e arredondado **5.** Provocar emoção **6.** Sigla de adubo químico muito utilizado nas mais diversas culturas / Sorte **7.** C / Certa palmeira medicinal **8.** O nome do maestro italiano Toscanini (1867-1957) / Marília Pêra (1943-2015), atriz **9.** (Fig.) Criar algo novo / Feminino de bom **10.** Rua larga e arborizada **11.** A fase mais intensa de período menstrual **12.** Fazer oração / Carro fabricado pela Fiat **13.** Árvore americana de que os índios extraem veneno para ervar as flechas.

VERTICAIS
1. Sem proteção (fio) **2.** Grupo que julga / Plantação de frutos de forma vagamente cônica / Regimento de Infantaria **3.** (Ingl.) Móvel com prateleiras, para aparelhos de som e vídeo / Maquinar em prejuízo de alguém **4.** Osso que vai dos ombros ao cotovelo / Peixe também conhecido como peixe-coelho **5.** Pedido de repetição / A atleta paulista Maggi, medalha de ouro na Olimpíada de Pequim no salto em distância **6.** A sigla do estado de Colatina e Vila Velha / Papeira / Carta do baralho que tem uma figura de mulher **7.** Revolver a terra várias vezes / (Ingl.) Toucinho defumado **8.** Segue o 29º / Sigla inglesa para Mestrado em Administração e Negócios **9.** Ato de cortar porção excessiva de algo / Tratamento infantil ou íntimo para o próprio genitor.

HORIZONTAIS: 1. Joubert, **2.** Du, Mísera, **3.** Erres, CIP, **4.** Siar, Baga, **5.** Comover, **6.** NPK, Acaso, **7.** Cê, Quiri, **8.** Arturo, MP, **9.** Parir, Boa, **10.** Alameda, **11.** Menacma, **12.** Orar, Mobi, **13.** Irarana. **VERTICAIS: 1.** Desencapado, **2.** Júri, Peral, RI, **3.** Rack, Tramar, **4.** Úmero, Quimera, **5.** Bis, Maurren, **6.** ES, Bócio, Dama, **7.** Recavar, Bacon, **8.** Trigésimo, MBA, **9.** Aparo, Papai.

Angelo Abu

Little Couto vai ao cinema

'Os Fabelmans' mostra vocação artística como fonte de dor e glória

João Pereira Coutinho
Escritor, doutor em ciência política pela Universidade Católica Portuguesa

O diretor Cecil B. DeMille sempre foi implacável com crianças. Eu teria uns seis ou sete anos quando assisti na tela a "Os Dez Mandamentos", a segunda versão do diretor, com Charlton Heston transportando as tábuas da lei e dividindo o Mar Vermelho.

Foi o meu primeiro filme. Foi o meu primeiro terror. Uma cena da história, em particular, explica esse terror. Acontece quando a morte desce no Egito para levar os primogênitos.

Quem diria, pensava Little Couto na escuridão da sala, que a morte era assim: um nevoeiro denso que se alastra como um miasma imparável.

Ainda hoje, 40 anos depois, tenho um certo temor pelo nevoeiro, o que não deixa de ser irônico. A cidade onde escolhi viver amanhece quase todos os dias sob um manto gris. Freud, como sempre, explica.

Sammy Fabelman, alter-ego de Spielberg em "Os Fabelmans", também tem terrores para contar depois de uma experiência com DeMille. Mas, no caso dele, o terror se converte em imitação, a origem do processo criativo: depois de assistir a "O Maior Espetáculo da Terra", a criança reencena em casa o acidente de trem do filme e captá-lo com uma câmera de oito milímetros.

É o princípio da sua paixão. É o princípio da sua perdição, porque "Os Fabelmans" não é, apenas, a mera declaração de amor ao cinema. Quando o hobby deixa de ser hobby, o cinema é também uma fonte de angústias vitalícias.

Como lhe explica o tio-avô Boris, um extraordinário personagem vivido por Judd Hirsch, a arte é uma amante das mais exigentes, que rivaliza com outras lealdades mundanas, tal qual a família.

Mas a arte transporta também outro preço: ela revela o que estava oculto na "vida normal". E essas revelações nem sempre são apaziguadoras.

No filme, isso ganha contornos literais quando o jovem Sam se confronta com o segredo da mãe através das suas filmagens. O que era invisível aos seus olhos torna-se dolorosamente transparente através da lente de uma câmera.

Nos últimos anos, vários diretores têm regressado à infância para reconstruírem as suas educações sentimentais. Paolo Sorrentino fez isso em "A Mão de Deus". Kenneth Branagh também, em "Belfast".

E Pedro Almodóvar, com "Dor e Glória", navega nas mesmas águas que Spielberg, mostrando como nossas infelicidades podem ser, ao mesmo tempo, a matéria preciosa da redenção através do ato criativo.

"Os Fabelmans", não sendo uma obra-prima tal qual o filme de Almodóvar, são um retrato honesto e delicado das alegrias e das dores que vêm com a vocação. E ainda possui um final de gênio, que faria inveja a Almodóvar.

Pedir mais talvez fosse caso de pedir demais.

Leitores fiéis me perguntam: o que você achou de "Tár", Little Couto? Entendo a curiosidade: escrevo com frequência (e insistência) sobre a "cultura de cancelamento". O filme de Todd Field coloca esse fenômeno no centro da narrativa, cartografando com inegável rigor formal a queda da regente de orquestra Lydia Tár, acusada de abusos sexuais sobre jovens musicistas.

Lamento. Esta é a parte menos interessante do filme, confesso, e a mais óbvia também: a sequência de que todos falam, na Juilliard School, quando Lydia desce o pau sobre um aluno que não gosta de Bach porque o compositor era branco, cis e misógino, me parece forçada.

Aliás, creio mesmo que metade do ruído sobre o filme só se explica porque Todd Field escolheu, como "predadora sexual" (para usar essa expressão cafona), uma mulher lésbica. Há cabeças que não aguentam tanta ambiguidade.

O melhor de "Tár" está na figura de Lydia, tal como Cate Blanchett brilhantemente a construiu, embora esse nem sequer seja o seu nome verdadeiro, saberemos depois. Lydia Tár é uma criação erudita, diria mesmo um clichê da alta cultura, ainda que criada sobre alicerces sólidos: quando a vemos, caída em desgraça, admirando em lágrimas as velhas videocassetes com as lições apaixonantes de Leonard Bernstein, seu mentor, entendemos que o seu amor pela arte é deveras genuíno.

A tragédia de Lydia já foi bem diagnosticada pelos Gregos. Não, não é "hubris", esse excesso de autoconfiância que leva o agente a desafiar o destino implacável. É, antes, excesso de "filotimia", o fascínio pelo poder e pelo status que acaba corrompendo a alma humana, sobretudo quando os alcançamos.

É por isso que o final, longe de ser enigmático e pessimista, me parece transparente e até otimista. Poder começar do zero, ou do menos que zero, às vezes é uma bênção.

seg. Luiz Felipe Pondé | TER. João Pereira Coutinho | **QUA. Wilson Gomes** | QUI. Drauzio Varella, Fernanda Torres | SEX. Djamila Ribeiro | SÁB. Mario Sergio Conti

Sérgio Porto faz falta, e Stanislaw segue eterno em seu centenário

Cronista formou a cultura da região de Copacabana, enquanto seu duplo influenciou com irreverência ferina

ANÁLISE

Cláudia Mesquita
Historiadora, é autora do livro 'De Copacabana à Boca do Mato: O Rio de Janeiro de Sérgio Porto e Stanislaw Ponte Preta'

RIO DE JANEIRO Sérgio Marcos Rangel Porto nasceu no bairro carioca de Copacabana há cem anos, em 11 de janeiro de 1923. Porto e Copacabana cresceram praticamente juntos, e um ajudou a moldar a personalidade do outro.

A inauguração do Copacabana Palace, também em 1923, pode ser tomada como marco do nascimento cultural do bairro, em torno do qual a "princesinha do mar" se formou. Porto foi companheiro de Sandro Moreyra e Heleno de Freitas e frequentador da biblioteca do cronista Álvaro Moreyra, pai de seu vizinho.

Graças aos cronistas da noite, gênero criado por Porto e Antonio Maria, o balneário foi se fixando como o centro da boêmia carioca e importante mediador entre a cultura do povo e a cultura das elites.

Com atuação em rádio, shows, teatro, publicidade, cinema e televisão, para Sérgio Porto a imprensa escrita foi a matriz das demais atividades, exercidas diária e exaustivamente ao longo de 21 anos.

Porto se formou na melhor escola de jornalismo da época, a redação do Diário Carioca. Quando Jacinto de Thormes resolveu deixar o jornal, Porto foi convidado para fazer a crônica mundana, o que só aceitou sob a condição de poder escrever sobre qualquer assunto e usar um pseudônimo.

Assim, nasceu Stanislaw Ponte Preta em 1953, criado como blague às manias dos cronistas sociais que proliferavam na imprensa.

Se o personagem Stanislaw nasceu no Diário Carioca, sua casa impressa foi o jornal Última Hora, onde criou os personagens da família Ponte Preta e permaneceu por 13 anos.

Seu estilo fez escola na imprensa, fazendo da coluna Stanislaw Ponte Preta uma grife do jornalismo brasileiro. Sua fórmula de humor ferino associado a futebol, samba, política e mulher passou a ser imitado de norte a sul do país.

O irreverente Stanislaw, morador da Boca do Mato, falava sobre o cotidiano da cidade do Rio de Janeiro, do país e do mundo, incluindo política e futebol, a própria imprensa e seus pares, as mazelas da cidade e as mulheres.

O centenário é de Sérgio Porto, mas seria impossível não lembrar de sua criatura mais famosa, o irreverente Stanislaw. Juntos foram imbatíveis. Como Pelé no futebol, morre o homem, fica o ídolo.

Sérgio Porto assina exemplares de seu livro, em 1962 Acervo UH/Folhapress

SAG, termômetro do Oscar, coroa 'Tudo em Todo o Lugar'

SÃO PAULO Protagonista do favoritíssimo "Tudo em Todo o Lugar ao Mesmo Tempo", Michelle Yeoh levou o prêmio de melhor atriz na 29ª edição do SAG Awards, o prêmio do sindicato de atores dos Estados Unidos, que aconteceu na noite do último domingo, dia 26.

O prêmio é considerado um dos principais termômetros para o Oscar, que acontece em 12 de março.

O longa embolsou mais dois prêmios, com Jamie Lee Curtis e Ke Huy Quan como atriz e ator coadjuvantes, respectivamente, e o prêmio de melhor elenco, confirmando o favoritismo.

Na categoria de melhor ator, Brendan Fraser, de "A Baleia", foi o laureado, concorrendo contra o Elvis Presley de Austin Butler. O ator, que vive um retorno triunfal e colhe os primeiros prêmios da carreira, não conteve a emoção ao receber o troféu.

Jennifer Coolidge, de "The White Lotus", levou o prêmio de melhor atriz em série de drama. A série, aliás, foi laureada também pelo elenco completo.

Jason Bateman levou o prêmio de melhor ator em série de drama por "Ozark".

Jean Smart, de "Hacks", levou o prêmio de melhor atriz em série de comédia. Jeremy Allen White, da série "O Urso", do Star+, venceu como melhor ator.

No sábado, aconteceu o Producers Guild Awards, o PGA, que também laureou "Tudo em Todo o Lugar ao Mesmo Tempo". No prêmio do sindicato dos produtores, o vencedor é considerado indicativo de quem levará o melhor filme do Oscar.

"The White Lotus" e "O Urso" venceram as categorias de melhor série de drama e comédia, respectivamente.

comida

Prato com camarão-carabineiro servido no restaurante Picchi, no bairro de Pinheiros, na zona oeste de São Paulo Adriano Vizoni/Folhapress

Iguaria da vez, camarão-carabineiro tem preço salgado, gosto forte e cor intensa

Crustáceo, que pode custar R$ 400 o quilo, é pescado em alto-mar por apenas um barco no Brasil

Marcos Nogueira

SÃO PAULO O carabineiro é a iguaria do momento no Brasil.

Por iguaria, entende-se um alimento raro e de qualidade excepcional. A combinação de atributos resulta em preço exorbitante e na consequente exclusividade —esta, o único artigo à venda no mercado do luxo.

E ponha exclusivo no tal do camarão-carabineiro, nome vulgar do *Aristaeopsis edwardsiana*. Há só um barco a pescá-lo no Brasil, em águas profundas e distantes da costa.

O quilo, em São Paulo, é vendido a mais de R$ 400. Esse valor se refere ao animal inteiro, com casca, patas, antenas, cabeça e vísceras. Nos restaurantes, pratos com só um camarão podem custar R$ 180 ou mais.

Ele impressiona. Graúdo, ostenta uma carapaça de coloração vermelha-viva. O sabor, me disseram, é uma coisa doida.

"Tem um gosto forte de camarão, mas para o lado bom", diz Rodrigo Nojiri, da Kampomarino, distribuidora do carabineiro em São Paulo. Comentário pertinente, pois já fomos apresentados ao gosto forte de camarão para o lado ruim.

Rodrigo diz que a textura da carne do carabineiro é agradável quando crua —coisa rara nos camarões. E é consenso, entre chefs, que o mais gostoso está na cabeça do bicho.

O conteúdo da cabeça é conhecido gastronomicamente pelo termo "coral", um eufemismo: trata-se dos órgãos internos do crustáceo. Chupar cabeça de camarão, hábito difundido na Europa meridional, é algo malvisto no Brasil.

Assim, nossos cozinheiros se esforçam para dar uma aparência mais "Itaim" às entranhas. Enquanto em Portugal e na Espanha o carabineiro é desmembrado à mesa, pelo cliente, com as mãos, aqui esse é um trabalho de bastidor.

As vísceras são liquefeitas e, junto com o caldo extraído da casca, tornam-se um molho chamado bisque, rubro como o próprio carabineiro.

A baixa oferta do carabineiro, que justifica seu alto valor, não diz respeito ao tamanho da população do animal. O carabineiro é conhecido dos oceanógrafos e biólogos marinhos, que o descrevem como abundante nas costas do Sul e do Sudeste do Brasil.

A escassez se deve à dificuldade em pescá-lo. Ele habita o sopé do talude continental, em funduras que vão de 400 metros a mais de um quilômetro.

Está em atividade só uma embarcação brasileira capaz de içar os camarões à superfície em quantidade comercial: o Cordeiro de Deus, de Navegantes, em Santa Catarina.

O barco se afasta cem milhas do continente e navega ao longo da costa entre Florianópolis e Cabo Frio (RJ), com uma rede de arrasto no chão do oceano, a uma profundidade de 700 a 800 metros.

Uma viagem dura, em média, 30 dias. A embarcação não conta com nenhum recurso para localizar os camarões.

"Eu vou ter de mapear tudo para saber em que época e região tem mais pesca", diz Manoel Cordeiro, dono do barco (sacou o trocadilho?).

O prodígio real do Cordeiro de Deus é uma unidade fabril a bordo. Lá, os carabineiros são embalados e congelados, chegando à terra firme prontos para serem entregues aos clientes.

Apesar da euforia com o novo maná, os chefs ainda abordam o ingrediente com cautela. Pesquisam receitas que funcionem no aspecto gastronômico e, assaz importante, tenham aceitação. Se um estoque encalha no freezer, o prejuízo é monstruoso.

Por isso, o carabineiro é oferecido de forma esporádica, como uma etapa de menu-degustação ou prato especial. Consultar de antemão o restaurante é condição impositiva para quem sai de casa na missão de comer a iguaria.

O carabineiro e eu, enfim, nos conhecemos pessoalmente no restaurante Picchi — um italiano no trecho lustroso da rua Oscar Freire. Lá, um exemplar é vendido a R$ 180 numa entrada que, quando disponível, o garçom oferece.

O chef Pier Paolo Picchi traz uma baixela com alguns camarões. A cor quase fere os olhos, mas o tamanho do bicho decepciona um tiquinho.

Depois de passar dias na internet atrás do carabineiro, eu não esperava nada menos do que um monstro das "Vinte Mil Léguas Submarinas".

Picchi afirma que o tamanho varia bastante. "Às vezes o melhor é o maior, outras vezes não." No dia de minha visita, tinham o porte de um camarão-rosa comum. Mas eram vermelhos, vermelhos.

A bióloga Cintia Miyaji, da consultoria de pescados Paiche, diz que a vermelhidão é um truque ilusionista dos camarões de grande profundidade, onde a luz não penetra.

"Os predadores são aqueles peixes que geram luz, e geralmente essa luz é verde ou azul", explica. "Se o bicho é vermelho, ele continua invisível."

No prato, o vermelho cria um efeito visual impactante. Picchi prepara uma bisque que vira molho do espaguete. As patinhas e antenas são fritas, e a cauda do camarão é servida crua sobre a massa. "Aproveitamos tudo do animal", conta o chef. O tempero é mínimo, para não interferir demais no sabor: azeite, um pouco de tomilho e umas raspinhas de limão-siciliano.

Começo a comer pelas perninhas fritas, não muito diferentes de outros camarões. Já a carne crua da cauda e a bisque têm um tchan todo especial. É um sabor marinho profundo, não dá para fugir do clichê. E delicado, sem aquele retrogosto de porão de traineira.

Excelente, com um senão. De novo ela, a expectativa, me acompanhava no almoço.

Enquanto procurava quem servisse o carabineiro, passei uma semana fantasiando um manjar divino. Isso não existe, eu sei, mas tente convencer o cérebro de um glutão. Se estiver a fim, dois conselhos: diminua a expectativa e aumente o limite do cartão.

Onde provar em São Paulo

Como a oferta oscila muito, convém consultar os estabelecimentos

PARA COMER

Restaurante Picchi
R. Oscar Freire, 533, Jardim Paulista, região oeste. Tel.: (11) 3065-5560. Instagram @restaurantepicchi

Restaurante Koya88
R. Jesuíno Pascoal, 21, Vila Buarque, região central. Tel.: (11) 3384-6926. Instagram @koya88

Pub Keito
Av. Paulista, 854, Bela Vista, região central. Tel.: (11) 3145-1741. Instagram @pubkeito

Imakay
R. Urussuí, 330, Itaim Bibi, região oeste. Tel.: (11) 3078-7786. Instagram @imakaysaopaulo

PARA COMPRAR

Fish La Ruiz
Tel.: (11) 94340-1625. Instagram @fishlaruiz

RECEITAS DO MARCÃO | Marcos Nogueira
folha.com/ receitasdomarcao

Mexidão transforma sobras como linguiça e jiló em refeição deliciosa

O mexido —às vezes chamado pelo diminutivo, outras pelo aumentativo— não é uma receita, é um tipo de comida. Mais que isso, é um jeito que o brasileiro inventou para aproveitar as sobras da geladeira.

Um almoço brasileiro clássico tem arroz, feijão, algum tipo de carne, um legume refogado, verdura, farofa etc. Sempre acaba sobrando um pouco de tudo ou de alguma dessas comidas, e aí o mexidão é a solução. Uma solução que só suja uma panela e ainda fica uma delícia.

Eu, que moro sozinho, tenho uma questão com as quantidades de feijão. Não vale a pena cozinhar pouco feijão —é algo que precisa ficar de molho no dia anterior e também demora um bocado para ficar pronto.

Cozinho uma panela grande de feijão e vou comendo durante vários dias. Chega uma hora em que acabou o arroz, acabou a carne, mas ainda tem feijão cozido.

Entra em cena o mexidão do Marcão. Eu cozinho o arroz no caldo do feijão e acrescento carne (linguiça, geralmente), couve crua no final, um ovo frito e alguns legumes.

Para esta receita, fritei uns jilós que marcavam bobeira na geladeira. Ficou sensacional. Sugiro, aos que torcem o nariz para o jiló, revejam sua posição a respeito disso. Um truque para reduzir o sabor amargo do jiló é salgá-lo, um processo que também se faz com a berinjela.

Mas o jiló pode ser trocado por abobrinha, pimentão, abóbora ou simplesmente nada. A linguiça, fatiada ou esfarelada, pode ser substituída por carne moída ou aquela sobra de carne assada.

Se você tiver arroz, feijão e carne cozidos, pode simplesmente misturá-los e aquecê-los. Ou seja, não existe regra. Essa é a beleza do mexido brasileiro.

Receita reaproveita itens prontos Marcos Nogueira/Folhapress

Mexidão com linguiça e jiló

Rendimento: 4 porções
Dificuldade: fácil

Ingredientes

- 200 g de jiló
- 1 colher (sopa) de banha ou óleo
- 400 g de linguiça fresca
- 3 dentes de alho picados
- 1 cebola picada
- 2 tomates maduros picados
- 210 g de arroz
- 400 g de feijão cozido (mais 500 ml de caldo)
- 4 a 6 folhas de couve, rasgadas à mão
- 4 ovos fritos (opcional)
- Sal a gosto

Modo de fazer

- Fatie o jiló e espalhe sal nos pedaços. Deixe verter líquido numa peneira por pelo menos uma hora e descarte esse líquido. Lave o excesso de sal.
- Na panela em que irá fazer o mexido, aqueça a banha ou óleo em fogo baixo. Doure o jiló dos dois lados. Reserve. Doure a linguiça. Reserve.
- Na mesma panela, refogue o alho, a cebola e o tomate. Acrescente o arroz e refogue por uns dois minutos. Acrescente o caldo de feijão
- Cozinhe o arroz, mexendo de vez em quando, até absorver o caldo. Acrescente a linguiça, os grãos de feijão e o jiló. Corrija o sal e teste o ponto do arroz, adicionando água se for preciso.
- Desligue o fogo, junte a couve e mexa. Sirva com ovos fritos

Safra Seguros Gerais S.A.

Avenida Paulista, 2.100 - São Paulo/SP
CNPJ 06.109.373/0001-81

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis da Safra Seguros Gerais S.A. relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2022, bem como o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis.
Conjuntura Econômica - O PIB a preços constantes avançou 0,4% no terceiro trimestre de 2022 em relação ao trimestre anterior, com ajuste sazonal. A taxa de desemprego atingiu 8,4% em novembro, com ligeira queda da ocupação. O IPCA ficou em 5,8% em 2022, acima do limite superior da meta de inflação, apesar da queda dos preços administrados com a redução dos tributos sobre combustíveis e energia elétrica. O Banco Central elevou a taxa Selic para 13,75% a.a. em agosto de 2022, devendo mantê-la em território restritivo na maior parte de 2023.
Desempenho - A Safra Seguros Gerais S.A. encerrou o ano de 2022 com patrimônio líquido de R$ 208 milhões e lucro líquido de R$ 92 milhões. Os ativos totais totalizaram R$ 437 milhões, representados principalmente por aplicações em títulos e valores mobiliários vinculados a garantia de provisões técnicas e crédito das operações com seguradoras e resseguradoras. Os prêmios emitidos líquidos totalizaram R$ 108 milhões no ano de 2022.

Diretoria.
São Paulo, 23 de fevereiro de 2023.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

ATIVO

EM MILHARES DE REAIS	Notas	31.12.2022	31.12.2021
CIRCULANTE		**319.460**	**359.164**
Disponibilidades	3(a) e 4	1.117	2.058
Aplicações	3(b) e 5(a)	201.982	252.229
Créditos das operações com seguros e resseguros	3(e)	78.644	73.476
Prêmios a receber	6(a-I)	75.434	70.903
Operações com resseguradoras	6(a-II)	3.210	2.573
Outros créditos operacionais	6(h)	69	62
Ativos de resseguros - Provisões técnicas	3(f) e 6(b)	15.231	15.511
Títulos e créditos a receber	3(h)	279	81
Créditos tributários e previdenciários	10(b)	30	73
Outros créditos		249	8
Custos de aquisição diferidos - Seguros	3(g) e 6(c)	22.138	15.747
NÃO CIRCULANTE		**117.476**	**172.778**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		67.536	122.563
Créditos das operações com seguros - Prêmios a receber	3(e) e 6(a-I)	39.062	45.138
Ativos de resseguros - Provisões técnicas	3(f) e 6(b)	5.114	3.418
Títulos e créditos a receber	3(h)	5.184	63.208
Depósitos judiciais e fiscais	9(b)	-	774
Créditos tributários e previdenciários	10(b)	5.184	62.434
Custos de aquisição diferidos - Seguros	3(g) e 6(c)	18.176	10.799
INVESTIMENTOS	6(h)	-	215
INTANGÍVEL	3(o) e 11	49.940	50.000
TOTAL DO ATIVO		**436.936**	**531.942**

PASSIVO

EM MILHARES DE REAIS	Notas	31.12.2022	31.12.2021
CIRCULANTE		**149.480**	**166.219**
Contas a pagar		13.731	43.453
Obrigações a pagar		1.779	16.592
Impostos e encargos sociais a recolher	3(n) e 10(c)	8.348	8.394
Encargos trabalhistas		638	573
Impostos e contribuições	10(c)	2.966	17.894
Débitos das operações com seguros e resseguros	3(e)	36.107	30.631
Operações com seguradoras		411	411
Operações com resseguradoras	6(f)	11.856	6.575
Corretores de seguros e resseguros	6(c-I)	22.431	23.282
Outros débitos operacionais		1.409	363
Provisões técnicas - Seguros - Danos	3(j) e 6(d)	99.642	92.135
NÃO CIRCULANTE - EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		**79.865**	**212.052**
Provisões técnicas - Seguros - Danos	3(j) e 6(d)	64.595	55.905
Outros débitos - Contingências	3(l) e 9(b)	15.270	156.147
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12	**207.591**	**153.671**
Capital social		172.361	172.361
Capital a integralizar		-	(62.000)
Reservas de lucros		35.230	43.310
TOTAL DO PASSIVO		**436.936**	**531.942**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

EM MILHARES DE REAIS	Notas	2022	2021
OPERAÇÕES DE SEGUROS	6(g-I)	63.799	47.046
PRÊMIOS GANHOS	6(g-I)	89.712	71.647
Prêmios emitidos líquidos	6(a-I(3)) e 13(c-II)	107.569	107.557
Variações das provisões técnicas de prêmios	6(d-II)	(17.857)	(35.910)
SINISTROS OCORRIDOS	6(d-II) e (g-I)	253	732
CUSTOS DE AQUISIÇÃO	3(g), 6(c-II) e (g-I)	(17.557)	(13.440)
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	6(a-III(3))	(69)	(3.777)
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE RESSEGURO	6(g-I)	(8.540)	(8.116)
Variação das provisões técnicas	6(b-II)	1.269	(2.240)
Prêmios emitidos líquidos a repassar		(9.762)	(5.868)
Outros resultados com resseguro		(47)	(8)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	8	69.803	(49.557)
DESPESAS COM TRIBUTOS	10(a-II)	(6.899)	(4.514)
RESULTADO FINANCEIRO	5(c)	26.855	15.629
Receitas financeiras		28.313	13.503
Despesas financeiras		(1.458)	2.126
RESULTADO PATRIMONIAL	6(h)	(214)	79
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES		**153.344**	**8.683**
IMPOSTO DE RENDA	10(a-I)	(38.317)	(1.652)
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	10(a-I)	(23.107)	(3.160)
LUCRO LÍQUIDO		**91.920**	**3.871**
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÕES BÁSICO - R$	12	**1,66**	**0,12**
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÕES DILUÍDO - R$	12	**1,66**	**0,10**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

EM MILHARES DE REAIS	Notas	2022	2021
LUCRO LÍQUIDO		91.920	3.871
Outros resultados abrangentes		-	-
RESULTADO ABRANGENTE		**91.920**	**3.871**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REFERENTE AOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - NOTA 12

EM MILHARES DE REAIS	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2021	**40.361**	**39.443**	**-**	**79.804**
Aumento de capital	70.000	-	-	70.000
Capital integralizado	132.000	-	-	132.000
Capital a integralizar	(62.000)	-	-	(62.000)
Resultado líquido do período	-	-	3.871	3.871
Destinação:				
Reserva legal	-	194	(194)	-
Reserva especial	-	3.673	(3.673)	-
Dividendos	-	-	(4)	(4)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**110.361**	**43.310**	**-**	**153.671**
Aumento de capital - Integralização de capital	62.000	-	-	62.000
Resultado líquido do período	-	-	91.920	91.920
Destinação:				
Reserva legal	-	4.596	(4.596)	-
Reserva especial	-	22.977	(22.977)	-
Dividendos	-	(35.653)	(64.347)	(100.000)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	**172.361**	**35.230**	**-**	**207.591**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA REFERENTE AOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

EM MILHARES DE REAIS	Notas	2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido dos períodos		91.920	3.871
Ajustes ao lucro líquido		(81.151)	47.710
Depreciações e amortizações	11	60	-
Provisões/(Reversões) para risco de crédito	6(a-III)	(1.757)	3.104
Provisões para contingências	9(b)	(140.878)	39.794
Despesas com pagamento		(59.163)	-
(Reversão)/ Constituição		(81.715)	39.794
Provisão para impostos sobre o lucro corrente e diferido	10(a-I)	61.424	4.812
Variação das contas patrimoniais		(17.664)	(60.853)
Aplicações - Mensurados ao valor justo por meio do resultado		(8.707)	(43.933)
Vinculados a garantia de provisões técnicas de seguros		(24.255)	(10.009)
Cobertura excedente		15.548	(33.924)
Operações de seguros e resseguros		9.152	(8.762)
Créditos e débitos de operações com seguros e resseguros (Ativas e Passivas)		8.138	(34.216)
Prêmios a receber		3.302	(43.045)
Operações com seguradoras e resseguradoras		4.836	8.829
Provisões técnicas		14.782	33.259
Ativos de resseguros e retrocessão - Provisões técnicas		(1.416)	1.927
Provisões técnicas - Seguros (Passivas)		16.198	31.332
Custos de aquisição diferidos	6(c-II)	(13.768)	(7.805)
Títulos e créditos a receber e outros créditos operacionais		899	37
Contas a pagar e outros débitos		128	3.958
Impostos pagos	10(c)	(19.136)	(12.153)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(6.895)	(9.272)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aplicação no intangível	11	(15.000)	(35.000)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(15.000)	(35.000)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Aumento de capital	12(a)	62.000	70.000
Dividendos pagos	12(b)	(100.000)	(2)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(38.000)	69.998
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		**(59.895)**	**25.726**
Caixa e equivalentes de caixa no início dos períodos		90.195	64.469
Caixa e equivalentes de caixa no final dos períodos	4	30.300	90.195
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		**(59.895)**	**25.726**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 - EM MILHARES DE REAIS

1. CONTEXTO OPERACIONAL - A Safra Seguros Gerais S.A. ("Companhia e/ou Seguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em seguros de ramos elementares, atuando em todas as regiões do Brasil. **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - a) Apresentação das Demonstrações Contábeis -** As demonstrações contábeis da Safra Seguros Gerais S.A., aprovadas pela Diretoria em 23.02.2023, foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com as disposições da Lei nº 6.404/1976 (Lei das S.A.) e respectivas alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, associadas aos normativos expedidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP); além dos respectivos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pela SUSEP, desde que não contrariem normas contábeis dispostas pela Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores. Declaramos que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. **b) Novas normas contábeis aplicáveis neste período e em períodos futuros -** O CPC 48 – Instrumentos financeiros, que estabelece um novo modelo para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, bem como novos requisitos em relação a contabilidade de hedge, entrou em vigor partir de 01.01.2018. Por meio da Circular nº 678/22, a Susep recepcionou o CPC 48, que entrará em vigor a partir de 02.01.2024, no que não contrariarem as demais normas proprietárias. Desta forma, a Companhia continua aplicando o CPC 38 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração nestas demonstrações contábeis. A Companhia irá avaliar os impactos de tais normativos em suas demonstrações contábeis até sua entrada em vigor. O CPC 50 – Contratos de Seguros, estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade fornece informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. A Susep ainda não recepcionou esta normativa. A expectativa é de que seja aprovada para que entre em vigor conjuntamente com o CPC 48, dada a correlação entre ambas as normas. Neste período , não entraram em vigor novas normas contábeis que poderiam afetar materialmente essas demonstrações contábeis. **c) Moeda funcional e de apresentação -** As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R$), moeda funcional da Companhia.
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS - As principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações contábeis estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente para todos os períodos comparativos apresentados, salvo disposição em contrário. **a) Fluxo de caixa -** I. Caixa e equivalentes de caixa: são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, e aplicações com prazo total de até 90 dias, sendo o risco de mudança no valor justo destes considerado imaterial. Os equivalentes de caixa são aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. II. Demonstração do fluxo de caixa: é elaborada com base nos critérios estabelecidos pelo CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa, que prevê a apresentação dos fluxos de caixa gerados pela Companhia com aqueles decorrentes de atividades operacionais, de investimento e de financiamento. O método de apresentação dos fluxos de caixa é indireto, sendo que os fluxos de caixa de atividades de investimento e de financiamento são apresentados com base nos pagamentos e recebimentos brutos, e os operacionais são basicamente derivados das principais atividades geradoras de receita da Seguradora. **b) Aplicações e instrumentos financeiros derivativos -** Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da administração em três categorias específicas: • Negociação: classificam-se nesta categoria aqueles títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. Por isso, são apresentados no ativo circulante, independentemente do seu prazo de vencimento. São ajustados pelo valor justo em contrapartida ao resultado do período; • Disponíveis para venda: classificam-se nesta categoria aqueles títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento. Os rendimentos intrínsecos (accrual) são reconhecidos na demonstração de resultado e as variações no valor justo ainda não realizados em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido; e • Mantidos até o vencimento: nesta categoria são classificados aqueles títulos e valores mobiliários para os quais a Seguradora tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até seu vencimento. São contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos (accrual). Os declínios no valor justo dos títulos e valores mobiliários, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, serão refletidos no resultado como perdas realizadas. Nas aplicações estão contidos os recursos garantidores, oferecidos como garantia dos recursos das reservas, das provisões e dos fundos, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional. Estes ativos ficam registrados em contas vinculadas à SUSEP, mantidas junto à B3, à CETIP e ao SELIC, conforme cada um dos mercados. Os instrumentos financeiros derivativos efetuados por conta própria, são contabilizados pelo valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período. **c) Mensuração ao valor justo -** A metodologia aplicada para mensuração do valor justo (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração da Companhia, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados. A Companhia classifica as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância dos inputs usados no processo de mensuração. Dentro desta hierarquia, o valor justo dos instrumentos classificados como níveis 1 e 2, e mensurado através de dados observáveis de mercado. Para instrumentos classificados como nível 3, a Companhia utiliza uma quantidade significativa de julgamento para chegar a mensurações do valor justo. **d) Classificação de contratos de seguro e investimento -** Um contrato em que se aceita um risco de seguro significativo da contraparte, compensando o segurado se um acontecimento futuro incerto específico o afetar adversamente é classificado como um contrato de seguro. Um contrato que transfere risco financeiro será contabilizado como contrato de seguro quando houver risco de seguro significativo. Também devem ser tratados como contrato de seguro os instrumentos financeiros emitidos com características de participação discricionária. Os contratos de investimento podem ser reclassificados como contratos de seguro após sua classificação inicial se o risco de seguro se tornar significativo. Uma vez que o contrato é classificado como um contrato de seguro, ele permanece como tal até o final da sua vida mesmo que o risco de seguro se reduza significativamente durante esse período, a menos que todos os direitos e obrigações sejam extintos ou expirados. **e) Créditos e débitos de operações com seguros e resseguros -** I. Créditos - Prêmios a receber: referem-se aos recursos financeiros a ingressar como recebimento dos prêmios relativos aos seguros, registrados na data das emissões das apólices. Operações com seguradoras/resseguradoras: referem-se, basicamente, aos valores a receber de sinistros das operações de cosseguro e resseguro. II. Débitos - Operações com seguradoras/resseguradoras: referem-se à parcela dos prêmios a ser repassada às seguradoras/ resseguradoras, em virtude das operações cosseguradas/resseguradas. São registradas na data da emissão das apólices e liquidadas por ocasião do recebimento dos prêmios junto aos segurados. Corretores de seguros: referem-se às comissões devidas aos corretores. São registradas na data da emissão das apólices e liquidadas por ocasião do recebimento dos prêmios junto aos segurados. III. Risco de crédito - É efetuada redução ao valor recuperável sobre os créditos de prêmios a receber quando houver atraso superior a 60 dias, sobre o valor total do prêmio a que se refere, conforme critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 648/2021. As reduções ao valor recuperável sobre os créditos mencionados são registradas concomitantemente à redução ao valor realizável do passivo correspondente aos prêmios a serem repassados às seguradoras/resseguradoras, visto que se não há mais expectativa de recebimento do prêmio, logo não haverá também expectativa de repasse destes valores. Adicionalmente, é efetuada redução ao valor recuperável quando houver atraso superior a 60 dias para créditos de operações com seguradoras e superior a 180 dias para créditos de operações com resseguradoras, calculada sobre o valor total do crédito a que se refere, conforme critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 648/2021. **f) Ativos de resseguros – Provisões técnicas -** Compreendem as provisões técnicas referentes às operações de resseguro. As operações de resseguro são efetuadas no curso normal de suas atividades com o propósito de limitar sua perda potencial. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações ativas, uma vez que a existência do contrato não exime as obrigações para com os segurados. **g) Custos de aquisição diferidos -** Os custos de aquisição incluem os custos diretos e indiretos relacionados à originação de seguros. Estes custos, com exceção das comissões pagas aos corretores e outros, são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. Já as comissões são diferidas e reconhecidas proporcionalmente ao montante das receitas com prêmios, ou seja, pelo prazo do correspondente contrato de seguro. **h) Títulos e créditos a receber -** Demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço. A provisão para riscos sobre créditos, quando aplicável, é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas, e leva em conta a experiência passada e os atrasos verificados nos créditos a receber de um mesmo devedor no mesmo ramo. **i) Redução ao valor recuperável – Ativos não financeiros -** A redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por impairment, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos. Desta forma, em atendimento ao normativo relacionado, a Administração não tem conhecimento de quaisquer ajustes relevantes que possam afetar a capacidade de recuperação dos ativos não financeiros em 31.12.2022 e 31.12.2021. **j) Provisões técnicas de seguros -** As provisões técnicas de seguros são calculadas de acordo com as notas técnicas atuariais, conforme disposto pela SUSEP e segundo critérios estabelecidos pela Resolução CNSP nº 432/2021, Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores. I. Seguros - • Provisão de prêmios não ganhos (PPNG): constituída para cobertura de sinistros e despesas a ocorrer referentes aos riscos assumidos na data de cálculo, independentemente de sua emissão, correspondente ao período de vigência a decorrer. É calculada com base no prêmio comercial, bruto de resseguro e líquido de cosseguro cedido, contemplando também a estimativa para os riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE). Entre a emissão e o início de vigência do risco, considera-se o período de vigência a decorrer igual ao prazo de vigência do risco. Após a emissão e o início de vigência do risco, a provisão é calculada pro rata die. A PPNG referente às operações de retrocessão é constituída com base em informações recebidas do ressegurador; • Provisão de sinistros a liquidar (PSL): calculada com base em estimativa do valor da eventual indenização, conforme avisos de sinistros recebidos até a data-base, e atualizada monetariamente de acordo com as normas da Susep. A PSL judicial é constituída independentemente da probabilidade de perda avaliada pelos assessores jurídicos; • Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR): constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base. Para os ramos dos seguros compreensivos e secundários, o cálculo da provisão é feito por processo estatístico-atuarial, que utiliza a experiência passada da Seguradora para projetar o valor dos sinistros já ocorridos, mas ainda não reportados à Seguradora. Para os demais ramos de seguros, caracterizados por não possuírem dados suficientes para aplicação de metodologia estatística-atuarial, a seguradora apura o valor da provisão com base em fatores médios de mercado; e • Provisão de despesas relacionadas (PDR): constituída para cobertura dos valores esperados de despesas relacionadas aos sinistros ocorridos (avisados ou não). O cálculo da provisão é feito por processo estatístico-atuarial, que utiliza a experiência passada da Seguradora para projetar o valor das despesas a serem pagas. II. Provisão complementar de cobertura – PCC. A provisão será constituída quando for constatada insuficiência relacionada às provisões técnicas PPNG, PMBAC e PMBC, conforme apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP). III. Teste de Adequação de Passivos – TAP. O teste tem por objetivo avaliar se os passivos decorrentes dos contratos de seguro (exceto DPEM e Seguro Habitacional do SFH) e de previdência complementar aberta estão adequados, por meio da confrontação do valor contabilizado de suas provisões técnicas com a estimativa corrente do fluxo de caixa projetado. Referido teste é realizado semestralmente, de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 648/2021, que exige a apuração com frequência mínima semestral, e premissas mínimas determinadas pelos atuários internos da Companhia. O resultado do TAP é a diferença entre i) o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e ii) a soma do saldo contábil na data-base de todas as provisões técnicas, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. Para a realização do teste, os fluxos são agrupados respeitando a segregação definida pela Circular SUSEP nº 648/2021, com base nas similaridades dos riscos. A compensação dos resultados (déficit ou superávit) entre os seis macros fluxos definidos na regulamentação é vedada, sendo aplicada a compensação entre os resultados parciais. A insuficiência detectada nas provisões PPNG, PMBC e PMBAC será registrada como uma despesa no resultado do exercício, por meio da constituição da PCC (conforme item anterior). Já os ajustes decorrentes de insuficiências nas demais provisões técnicas são efetuadas nas próprias provisões. **k) Apuração de resultado de operações de seguros e resseguros -** Os prêmios de seguros deduzidos dos prêmios cedidos em cosseguro e os respectivos custos de comercialização são registrados por ocasião da emissão das respectivas apólices ou faturas ou pela vigência do risco, conforme estabelece a Circular SUSEP nº 648/2021, e reconhecidos no resultado no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio da constituição da provisão de prêmios não ganhos e do diferimento dos custos de aquisição. Prêmios de resseguros cedidos são diferidos e reconhecidos no resultado no decorrer do prazo de cobertura, por meio de registro nos ativos de resseguro – provisões técnicas. **l) Ativos e passivos contingentes -** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela SUSEP, da seguinte forma: I. Ativos contingentes: são possíveis ativos que resultam de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob controle da entidade. O ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações contábeis, e sim divulgado caso a realização do ganho seja provável. Porém, quando existem evidências de que a realização do ganho é praticamente certa, o ativo deixa de ser contingente e passa a ser reconhecido. II. Provisões e passivos contingentes: uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de evento passado, na qual seja provável uma saída de recursos para sua liquidação e que seja mensurada com confiabilidade, deve ser reconhecida pela entidade como uma provisão. Caso a saída de recursos para liquidar a obrigação presente não seja provável ou não possa ser confiavelmente mensurada, ela não se caracteriza como uma provisão, mas sim como um passivo contingente. Também se caracterizam como passivo contingente as possíveis obrigações resultantes de eventos passados e cuja existência seja confirmada apenas pela ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sobre controle da entidade. Os passivos contingentes não devem ser reconhecidos, apenas divulgados, a menos que a saída de recursos para liquidar uma obrigação presente seja remota. As obrigações são avaliadas pela Administração, com base nas melhores estimativas e levando em consideração o parecer dos assessores jurídicos, que reconhece uma provisão quando a probabilidade de perda é considerada provável; e divulga sem reconhecer provisão quando a probabilidade de perda é considerada possível. As obrigações cuja probabilidade de perda é considerada remota não requerem provisão ou divulgação. III. Obrigações Legais (fiscais e previdenciárias): referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, provisionado e atualizado mensalmente, independentemente da probabilidade de saída de recursos, uma vez que a certeza de não desembolso depende exclusivamente do reconhecimento da inconstitucionalidade da lei em vigor. **m) Benefícios a empregados -** Os benefícios de curto prazo são aqueles a serem pagos dentro de doze meses. Os benefícios que compõem esta categoria são salários, contribuições para o Instituto Nacional de Seguridade Social, ausências de curto prazo, participação nos resultados e benefícios não monetários. A participação nos lucros é reconhecida como uma provisão para pagamento e uma despesa de participação nos resultados (apresentado na rubrica "Despesas de pessoal" na demonstração do resultado) com base em cálculo que considera o lucro após certos ajustes. A Safra Seguros Gerais reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada. A Safra Seguros Gerais não possui benefícios de longo prazo relativos à rescisão de contrato de trabalho além daqueles estabelecidos pelo sindicato da categoria, como assistência médica. Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o contrato de trabalho é rescindido antes da data normal de aposentadoria. Adicionalmente, a Safra Seguros Gerais não possui remuneração baseada em ações para o seu pessoal chave da Administração e empregados. **n) Tributos -** Calculados às alíquotas abaixo demonstradas, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

	Imposto de renda [1]	Contribuição Social [2]	PIS	COFINS	ISS
Seguradoras	25%	15% - 16%	0,65%	4%	Até 5%

[1] Inclui alíquota adicional de 10%. [2] A Medida Provisória 1.115/2022 altera a alíquota de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para Seguradoras de 15% para 16%, sendo que esta alíquota será aplicada no período de 01.08.2022 até 31.12.2022. Os tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os tributos diferidos, representados pelos créditos tributários e pelas obrigações fiscais diferidas, são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis das demonstrações financeiras. Os créditos tributários de diferenças temporárias decorrem principalmente das provisões para prêmios a receber, das provisões para passivos contingentes, e da avaliação ao valor justo de certos ativos e passivos financeiros, e são reconhecidos apenas quando todos os requisitos para sua constituição são atendidos. Os tributos relacionados com ajustes ao valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos em contrapartida com o respectivo ajuste no patrimônio líquido e subsequentemente são reconhecidos no resultado pela realização dos ganhos e perdas dos respectivos ativos financeiros. **o) Ativo intangível -** Intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição, destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. É reconhecido pelo valor de custo, líquido da respectiva amortização acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável (impairment). A amortização do ativo intangível com vida útil definida é reconhecida, mensalmente, ao longo da sua vida útil estimada. **p) Lucro por ação -** Conforme CPC 41 – Resultado por Ação, o lucro por ação básico é calculado dividindo o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações em circulação durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas em tesouraria. O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro ou prejuízo e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição. **q) Uso de estimativas contábeis críticas e julgamentos -** A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes, (ii) provisões técnicas de seguros e resseguros e teste de adequação do passivo, (iii) valor justo de determinados ativos e passivos financeiros, (iv) as taxas de depreciação de itens do ativo imobilizado, (v) amortizações de ativos intangíveis e (vi) créditos tributários. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas. **r) Classificação em Circulante e Não Circulante -** Ativos e Passivos cujos vencimentos não ultrapassarem o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base da Demonstração Contábil deverão ser inscritos no Ativo e Passivo Circulantes. Em oposição a essa classificação, Ativos e Passivos cujos vencimentos ultrapassarem o prazo de 12 meses subsequentes a mesma data-base deverão ser inscritos no Ativo e Passivo Não Circulantes.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	31.12.2022	31.12.2021
Disponibilidades – Nota 15(b)	1.117	2.058
Fundos de investimentos exclusivos – Nota 5(a-I)	29.183	88.137
Total	**30.300**	**90.195**

5. APLICAÇÕES - ATIVOS FINANCEIROS - a) Aplicações - Carteira - I. Composição

	31.12.2022		31.12.2021	
	Valor Justo – Sem vencimento [2]	%	Valor Justo – Sem vencimento [2]	%
Mensurados ao valor justo por meio do resultado	**201.982**	**100,00**	**252.229**	**100,00**
Fundos de investimentos exclusivos – Livres [1]	29.183	14,45	88.137	34,94
Recursos garantidores de reservas técnicas – Cotas de fundos de investimentos – Seguros – Nota 6(e) [1]	172.799	85,55	164.092	65,06
Provisões técnicas a serem garantidas – Provisões técnicas	90.394	44,75	66.139	26,22
Cobertura excedente	82.405	40,80	97.953	38,84

[1] Referem-se a cotas de fundos de investimentos exclusivos administrados pelas empresas do Grupo J. Safra (Parte Relacionada) – Nota 15(b). A carteira dos fundos de investimentos livres está composta substancialmente por operações compromissadas com lastro em títulos públicos e a carteira dos fundos vinculados à garantia de seguros está composta substancialmente por títulos públicos. [2] Não houve ganho e/ou perda não realizado durante os períodos findos em 31.12.2022 e 31.12.2021. Desta forma, o saldo referente a valor justo é igual ao saldo do custo contábil.
II. Movimentação das aplicações

	01.01. a 31.12.2022			01.01 a 31.12.2021
Cotas de fundos de investimentos	**Livres**	**Recursos garantidores de reserva técnica - Seguros**	**Total**	**Total**
Saldo no início do período	**88.137**	**164.092**	**252.229**	**183.544**
Aquisição/(Resgate) no período	(63.345)	(10.400)	(73.745)	58.950
Resultado – Receita/(Despesa) financeira – Nota 5(c)	4.391	19.107	23.498	9.735
Saldo no final do período	**29.183**	**172.799**	**201.982**	**252.229**

III. Hierarquia do valor justo

	Nível 1	
	31.12.2022	31.12.2021
Títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado – Nota 5(a-I)	**201.982**	**252.229**
Fundos de investimentos exclusivos – Livres	29.183	88.137
Recursos garantidores e reservas técnicas	172.799	164.092

Nível 1 - preços cotados em mercados ativos para o mesmo instrumento, sem modificação (SELIC – Sistema Especial de Liquidação e Custódia, B3 - Brasil, Bolsa e Balcão e ANBIMA - Associação Brasileira dos Mercados Financeiros de Capitais). Nível 2 - preços cotados em mercados ativos para instrumentos semelhantes ou técnicas de avaliação, para as quais todos os inputs significativos são baseados nos dados de mercados observáveis (SELIC, B3 e ANBIMA). Nível 3 - técnicas de avaliação, para as quais qualquer input significativo não se baseia em dados de mercado observáveis. Em 31.12.2022 e 31.12.2021 não havia títulos e valores mobiliários classificados em Níveis 2 e 3. **b) Instrumentos financeiros derivativos -** Durante os períodos findos em 31.12.2022 e 31.12.2021, a Companhia não detinha operações próprias de instrumentos financeiros derivativos.
c) Resultado financeiro

	2022	2021
Receitas/(Despesas) de ativos financeiros	**28.313**	**13.503**
Receitas com títulos de renda fixa, renda variável e fundos de investimentos	23.498	9.735
Mensurados ao valor justo por meio do resultado – Nota 5(a-II)	23.498	9.735
Livres	4.391	3.302
Vinculados às garantias – Seguros	19.107	6.433
Receitas financeiras com operações de seguros	4.536	3.764
Juros sobre recebimento de prêmios – Nota 6(a-I(3))	4.236	2.970
Resseguros cedidos/ cosseguro aceito – Nota 6(b-II)	300	794
Outras	279	4
Despesas/(Receitas) de passivos financeiros	**(1.458)**	**2.126**
Operações de seguros	(1.345)	2.213
(Atualização)/reversão monetária – Provisão de sinistros a liquidar – Nota 6(d-II)	(484)	2.808
Repasse de juros sobre recebimentos de prêmios - Nota 15(b)	(861)	(595)
Outras	(113)	(87)
Resultado financeiro líquido	**26.855**	**15.629**

6. OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS - a) Créditos das operações com seguros e resseguros - I. Prêmios a receber - 1) Composição dos saldos

	31.12.2022					31.12.2021	
	Prêmios a receber	Riscos vigentes e não emitidos	Provisão para risco de crédito – Nota 6(a-III)	Total	Prazo médio de parcelamento (mês)	Total	Prazo médio de parcelamento (mês)
Compreensivo	60.706	2.900	(6.135)	57.471	18	58.712	18
Garantia	2.073	1	-	2.074	12	1.740	25
Riscos diversos	51.568	1.253	(1.232)	51.589	26	52.884	29
Responsabilidade civil	1.052	62	(100)	1.014	17	848	18
Garantia estendida	1.744	-	-	1.744	1	-	-
Outros	650	-	(46)	604	14	1.857	14
Total em 31.12.2022 [1]	**117.793**	**4.216**	**(7.513)**	**114.496**		**116.041**	
Total em 31.12.2021 [1]	**118.660**	**4.847**	**(7.466)**	**116.041**			

[1] Deste montante, R$ (67.204) (R$ 74.627 em 31.12.2021) refere-se a Direitos creditórios sobre prêmios de seguros – Notas 6(e) e 13(c-II). 2) Parcelas por vencimento - Prêmios a receber

	31.12.2022			31.12.2021
CURSO	**Anormal [1]**	**Normal [2]**	**Total**	**Total**
Parcelas Vencidas:	1.251	2.815	4.066	3.374
De 01 a 30 dias	439	2.361	2.800	2.231
De 31 a 60 dias	412	454	866	773
De 61 a 360 dias	400	-	400	370
Parcelas Vincendas:	6.262	107.465	113.727	115.286
De 01 a 30 dias	433	7.754	8.187	5.290
De 31 a 60 dias	369	8.271	8.640	5.391
De 61 a 120 dias	737	11.448	12.185	13.722
De 121 a 180 dias	796	12.021	12.817	11.302
De 181 a 365 dias	1.980	28.767	30.747	31.322
Acima de 365 dias	1.947	39.204	41.151	48.259
Total em 31.12.2022	**7.513**	**110.280**	**117.793**	**118.660**
Total em 31.12.2021	**7.466**	**111.194**	**118.660**	

[1] Apólices integralmente provisionadas que apresentam parcelas vencidas há mais de 60 dias.
[2] Apólices sem atraso e/ou com parcelas vencidas até 60 dias.
3) Por movimentação no período

	01.01 a 31.12.2022	01.01 a 31.12.2021
Saldo no início do período	**116.041**	**76.101**
(+) Prêmios emitidos e riscos vigentes e não emitidos – Nota 13(c-II) [1]	107.569	107.569
(-) Recebimentos	(113.303)	(66.972)
(-) Variação de provisão para risco de crédito – Nota 6(a-III)	(47)	(3.627)
(+) Juros sobre recebimento de prêmios – Nota 5(c)	4.236	2.970
Saldo no final do período	**114.496**	**116.041**

(continua)

(continuação)

Safra Seguros Gerais S.A.

Avenida Paulista, 2.100 - São Paulo/SP
CNPJ 06.109.373/0001-81

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 - EM MILHARES DE REAIS

II. Operações com resseguradoras

	31.12.2022	31.12.2021
Sinistros a recuperar	165	1.887
Outros créditos	3.142	2.465
Provisão para risco de crédito – Nota 6(a-III)	(97)	(1.779)
Total	**3.210**	**2.573**

III. Movimentação da provisão para risco de crédito das operações com seguros e resseguros – Nota 3(e-III)

	01.01. a 31.12.2022						01.01. a 31.12.2021
	Prêmios a receber[1]	Operações com Seguros	Débitos de Operações com Seguros [2]	Sub-total	Operações com Resseguradoras - Nota 6(a-II)	Total	Total
Saldo no início do período	**(7.466)**	**(24)**	**2.137**	**(5.353)**	**(1.779)**	**(7.132)**	**(4.028)**
Variação da provisão do risco crédito	(47)	-	122	75	1.682	1.757	(3.104)
Constituição/(Reversão)-Nota 6(g)	(47)	-	122	75	(47)	28	(3.781)
Baixa definitiva "Write-off"	-	-	-	-	1.729	1.729	687
Saldo no final do período	**(7.513)**	**(24)**	**2.259**	**(5.278)**	**(97)**	**(5.375)**	**(7.132)**

[1] Notas 6(a-I(1) e (2)). [2] A redução ao valor recuperável é composta pelo risco de crédito das seguintes contas e respectivos valores: Prêmio de Resseguro no valor de R$ (191) (R$ (146), em 31.12.2021)), Comissão sobre prêmios no valor de R$ (1.510) (R$ (1.454), em 31.12.2021 e IOF no valor de R$ (558) (R$ (537), em 31.12.2021)).

b) Ativos de resseguros – Provisões técnicas - I. Composição dos saldos

	31.12.2022					31.12.2021
	PPNG[1]	PSL[2]	IBNR e PDR	Subtotal [3]	Total	Total
Aeronáutico	-	1.526	17	1.543	1.543	1.549
Compreensivo	2.609	1.895	87	1.982	4.591	4.188
Garantia	9.269	-	212	212	9.481	8.614
Riscos diversos	1.291	-	52	52	1.343	1.337
Responsabilidade civil	65	2.709	90	2.799	2.864	2.820
Outros	472	-	51	51	523	421
Total em 31.12.2022	**13.706**	**6.130**	**509**	**6.639**	**20.345**	**18.929**
Total em 31.12.2021	**11.655**	**6.596**	**678**	**7.274**	**18.929**	

[1] Inclui o montante de R$ 4.044 (R$ 2.407 em 31.12.2021) referente a prêmios de resseguro não proporcional. [2] Inclui 9 (6 em 31.12.2021) casos de sinistros judiciais no montante de R$ 4.547 (R$ 1.466 em 31.12.2021). [3] Nota 6(e). II. Movimentação dos ativos de resseguro no período

	01.01 a 31.12.2022			01.01 a 31.12.2021
	PPNG	PSL, IBNR e PDR	Total	Total
Saldo no início do período	**11.655**	**7.274**	**18.929**	**20.857**
Variação das provisões técnicas	2.051	(782)	1.269	(2.240)
Recebimento de sinistros	-	(153)	(153)	(482)
Atualização monetária – Nota 5(c)	-	300	300	794
Saldo no final do período – Nota 6(e)	**13.706**	**6.639**	**20.345**	**18.929**

c) Custos de aquisição diferidos - I. Composição dos saldos

	31.12.2022		31.12.2021	
	Custos de aquisição diferidos	Prazo médio de diferimento (mês)	Custos de aquisição diferidos	Prazo médio de diferimento (mês)
Compreensivo	12.433	24	12.324	24
Garantia	1.667	45	1.446	42
Riscos diversos	11.070	37	12.099	40
Responsabilidade civil	218	24	204	24
Garantia estendida	14.700	15	-	-
Outros	226	29	473	12
Total [1]	**40.314**		**26.546**	

[1] Deste montante, R$ 22.431 (R$ 23.282 em 31.12.2021) refere se a comissão líquida registrada na rubrica "Corretores de seguros e resseguros", no Passivo – Nota 15(b), incluí provisão para risco de crédito no valor de R$ (1.511) (R$ (1.454) em 31.12.2021) – Nota 6(a-III).II. Movimentação

	01.01 a 31.12.2022	01.01 a 31.12.2021
Saldo no início do período	**26.546**	**18.742**
Comissões	31.325	21.244
Apropriação no resultado [1] – Notas 6(g-I) e 15(b)	(17.557)	(13.440)
Saldo no final do período	**40.314**	**26.546**

[1] Inclui o valor de R$ 22.431 (R$ 3 em 2021) referente a recuperação comissão de cosseguro.
d) Provisões técnicas – Seguros - I. Composição dos saldos

	31.12.2022						31.12.2021
		SINISTROS					
Danos – Nota 6(e)	**PPNG**	**PSL [1]**	**IBNR**	**PDR [2]**	**Subtotal**	**Total**	**Total**
Aeronáutico	-	1.546	-	59	1.605	1.605	1.609
Compreensivo	61.891	2.408	121	106	2.635	64.526	63.790
Garantia	13.883	-	235	9	244	14.127	12.666
Responsabilidade civil	1.076	4.150	24	140	4.314	5.390	5.156
Riscos diversos	55.351	45	207	9	261	55.612	62.301
Garantia estendida	21.414	71	5	-	76	21.490	-
Outros	1.410	-	74	3	77	1.487	2.518
Total em 31.12.2022	**155.025**	**8.220**	**666**	**326**	**9.212**	**164.237**	**148.040**
Total em 31.12.2021	**137.168**	**8.685**	**1.836**	**351**	**10.872**	**148.040**	

[1] O ano de aviso dos sinistros está demonstrado na Nota 7. O montante de sinistros judiciais é de R$ 6.438 (R$ 5.718 em 31.12.2021), sendo R$ 6.380 (R$ 5.684 em 31.12.2021) classificados como perda provável, R$ 13 (R$ 34 em 31.12.2021) como perda possível e R$ 45 em 31.12.2022 como perda remota – Nota 3(l-I). O montante de sinistros de cosseguro aceito é R$ 2.580 (R$ 2.351 em 31.12.2021). [2] Inclui PDR-IBNR no valor de R$ 320 (R$ 351 em 31.12.2021). II. Movimentação

	01.01 a 31.12.2022					01.01 a 31.12.2021
		SINISTROS				
	PPNG	PSL, IBNR e PDR	PSL e PDR judicial	Sub-total	Total	Total
Saldo no início do período	**137.168**	**4.635**	**6.237**	**10.872**	**148.040**	**116.709**
Sinistros Ocorridos – Nota 6(g-I)	-	(693)	440	(253)	(253)	(732)
Variação de provisões técnicas	17.857	-	-	-	17.857	35.910
Sinistros pagos/recuperados	-	(1.773)	(118)	(1.891)	(1.891)	(1.039)
Atualização monetária – Nota 5(c)	-	-	484	484	484	(2.808)
Saldo no final do período	**155.025**	**2.169**	**7.043**	**9.212**	**164.237**	**148.040**

III. Teste de adequação do passivo - TAP. As premissas adotadas no cálculo do TAP consideram projeções atuariais de sinistralidade esperada e despesa administrativa. As estimativas correntes dos fluxos de caixa são descontadas a valor presente com base nas estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco definidas pela SUSEP. O cálculo do Teste de Adequação do Passivo – TAP, realizado em 31.12.2022, não resultou na constituição de provisão – Nota 3(j-III).
e) Garantias das provisões técnicas

	31.12.2022	31.12.2021
Total de provisões técnicas a serem garantidas – Provisões técnicas – Nota 13	**90.394**	**66.139**
Provisões técnicas de seguros – Nota 6(d-I)	164.237	148.040
Ativos de resseguro – provisões técnicas – Nota 6(b-I) [1]	(6.639)	(7.274)
Direitos creditórios sobre prêmios de seguros – Nota 6(a-I) [2]	(67.204)	(74.627)
Ativos garantidores das provisões técnicas – Cotas de fundos de investimentos – Tesouro Nacional – Letras do Tesouro Nacional – Nota 5(a-I)	**172.799**	**164.092**
Cobertura Excedente – Nota 13	**82.405**	**97.953**

[1] Não inclui PPNG no valor de R$ 13.706 (R$ 11.655 em 31.12.2021) – Nota 6(b). [2] Os valores de direitos creditórios correspondem ao montante de prêmios a receber diretos e cosseguro aceito, líquidos de Cosseguro Cedido e Resseguro, referente às parcelas não vencidas de apólices, considerando o arrasto (todas as parcelas em aberto, após inadimplência de qualquer parcela) por segurado e tomador, na proporção dos prazos dos riscos a decorrer, considerando cada parcela, na data-base de cálculo. **f) Débitos das operações com resseguradoras (passivo)**

	Resseguradoras	
	31.12.2022	31.12.2021
Prêmios a repassar	5.130	4.169
Proporcional	3.027	3.275
Não proporcional	2.103	894
Prêmios a liquidar	6.917	2.552
Provisão para risco de crédito – Nota 6(a-III)	(191)	(146)
Total	**11.856**	**6.575**

g) Resultado com operações de seguros - I. Composição do resultado por ramos

	Prêmios Ganhos		Sinistros Ocorridos		Custo de Aquisição		Outras receitas e despesas operacionais		Operações de Resseguros [1]		Total	
Ramos	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Compreensivo	42.266	25.555	(922)	1.251	(8.453)	(5.058)	(12)	(13)	(1.698)	(970)	31.181	20.765
Garantia	8.593	10.879	511	108	(1.047)	(1.294)	-	-	(5.639)	(6.535)	2.418	3.158
Riscos diversos	34.600	31.702	1.522	(1.270)	(6.920)	(6.340)	-	-	(892)	291	28.310	24.383
Responsabilidade civil	909	795	(55)	301	(182)	(159)	-	(7)	(24)	(231)	648	699
Garantia estendida	598	-	(83)	-	(413)	-	(60)	-	-	-	42	-
Outros	2.746	2.716	(720)	342	(542)	(589)	(72)	16	(240)	(663)	1.172	1.822
Subtotal	**89.712**	**71.647**	**253**	**732**	**(17.557)**	**(13.440)**	**(144)**	**(4)**	**(8.493)**	**(8.108)**	**63.771**	**50.827**
(Provisão)/ Reversão para risco de crédito – Nota 6(a(3)-III)	-	-	-	-	-	-	75	(3.773)	(47)	(8)	28	(3.781)
Total – Danos	**89.712**	**71.647**	**253**	**732**	**(17.557)**	**(13.440)**	**(69)**	**(3.777)**	**(8.540)**	**(8.116)**	**63.799**	**47.046**

[1] O resultado líquido está representado por receita de recuperação de sinistros ocorridos, IBNR e PDR e as despesas representado substancialmente por repasse de prêmios e variações da PPNG de resseguro e resseguro não proporcional. II. Índice de sinistralidade e custo de aquisição

	Sinistralidade (%)		Custo de Aquisição (%)	
Ramos	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Compreensivo	(2,2)	-	(20,0)	(19,8)
Garantia	-	-	(12,2)	(11,9)
Riscos diversos	-	(4,0)	(20,0)	(20,0)
Responsabilidade civil	(6,1)	-	(20,0)	(20,0)
Garantia estendida	(13,9)	-	(69,1)	-
Outros	(26,2)	-	(19,7)	(21,7)
Total	**-**	**-**	**(19,6)**	**(18,8)**

h) Consórcio DPVAT - Em Assembleia Geral realizada em 24.11.2020, as consorciadas participantes da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. deliberaram pela dissolução da Companhia a partir de 01.01.2021. Com a extinção, ficam vedadas novas subscrições de riscos pela Seguradora Líder, ficando esta designada a administrar o runoff dos ativos, passivos e negócios do Consórcio DPVAT com relação aos sinistros ocorridos até 31.12.2021. Conforme ofício da Seguradora Líder, de 26.01.2022, determinadas despesas administrativas referentes ao exercício de 2021 não podem ser custeadas com recursos do seguro DPVAT, devendo ser ressarcidas pelas consorciadas à Seguradora Líder. O montante atribuído proporcionalmente à Safra Seguros Gerais é de R$ 307 (R$ 138 em 31.12.2021), para os exercícios de 2022 e 2023, despesas de mesma natureza podem vir a ser ressarcidas à Seguradora Líder pelas consorciadas. registrado em Despesas Administrativas - Nota 8. Adicionalmente, considerando os fatos citados acima, foi registrado, em 2022, provisão de perda do investimento no Consórcio DPVAT no valor de R$ 215, registrado em Resultado Patrimonial.

7. TABELA DE DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS - O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com suas respectivas provisões, partindo do ano em que o sinistro foi avisado. A parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia na medida em que as informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis. Não segregamos os sinistros judiciais devido ao volume imaterial de casos, o que não resultaria em informação útil ao usuário. A provisão de sinistros a liquidar bruta de resseguro é composta da seguinte forma: Provisão de Sinistros a Liquidar Bruta de Resseguro – Nota 6(d-I): R$ 8.220

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
Estimativas de Sinistros											
No ano do aviso	3.436	12.777	1.320	1.218	1.502	904	283	815	1.871	695	
Um ano após	3.340	12.681	1.350	1.088	1.061	871	360	793	771	-	
Dois anos após	3.771	12.612	1.400	1.128	1.838	871	324	793	-	-	
Três anos após	5.104	12.612	1.201	1.151	2.204	664	323	-	-	-	
Quatro anos após	4.760	12.612	1.250	889	2.600	664	-	-	-	-	
Cinco anos após	4.675	12.612	1.400	889	2.872	-	-	-	-	-	
Seis anos após	4.665	12.612	1.188	889	-	-	-	-	-	-	
Sete anos após	4.665	12.612	964	-	-	-	-	-	-	-	
Oito anos após	4.665	12.612	-	-	-	-	-	-	-	-	
Nove anos após	4.665	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Estimativa em 31.12.2022	**4.665**	**12.612**	**964**	**889**	**2.872**	**664**	**323**	**793**	**771**	**695**	**25.248**
Pagamentos de Sinistros											
No ano do aviso	1.266	11.037	498	786	957	529	234	709	364	393	
Um ano após	1.559	12.612	800	889	1.009	567	270	793	420	-	
Dois anos após	1.559	12.612	826	889	1.010	567	323	793	-	-	
Três anos após	1.560	12.612	826	889	1.010	664	323	-	-	-	
Quatro anos após	4.560	12.612	826	889	1.010	664	-	-	-	-	
Cinco anos após	4.665	12.612	826	889	1.010	-	-	-	-	-	
Seis anos após	4.665	12.612	826	889	-	-	-	-	-	-	
Sete anos após	4.665	12.612	826	-	-	-	-	-	-	-	
Oito anos após	4.665	12.612	-	-	-	-	-	-	-	-	
Nove anos após	4.665	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Pagamentos em 31.12.2022	**4.665**	**12.612**	**826**	**889**	**1.010**	**664**	**323**	**793**	**420**	**393**	**22.595**
PSL em 31.12.2022	**-**	**-**	**138**	**-**	**1.862**	**-**	**-**	**-**	**351**	**302**	**2.653**
Passivos de sinistros anteriores a 2013											5.567
Total do Passivo em 31.12.2022											8.220

A provisão de sinistros a liquidar líquida de resseguro é composta da seguinte forma: Provisão de Sinistros a Liquidar Bruta de Resseguro – Nota 6(d-I): 8.220. (-) Recuperação de Sinistros a Liquidar – Nota 6(b-I): 6.130. Provisão de Sinistros a Liquidar Líquida de resseguro: 2.090.

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
Estimativas de Sinistros											
No ano do aviso	270	454	246	105	197	116	60	134	712	556	
Um ano após	258	410	160	90	143	109	63	125	348	-	
Dois anos após	296	408	168	92	230	109	58	125	-	-	
Três anos após	378	408	161	89	270	94	58	-	-	-	
Quatro anos após	368	408	162	81	313	94	-	-	-	-	
Cinco anos após	264	408	167	81	342	-	-	-	-	-	
Seis anos após	263	408	157	81	-	-	-	-	-	-	
Sete anos após	263	408	152	-	-	-	-	-	-	-	
Oito anos após	473	408	-	-	-	-	-	-	-	-	
Nove anos após	473	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Estimativa em 31.12.2022	**473**	**408**	**152**	**81**	**342**	**94**	**58**	**125**	**348**	**556**	**2.637**
Pagamentos de Sinistros											
No ano do aviso	76	282	67	67	126	81	49	102	147	300	
Um ano após	97	408	139	80	140	87	56	125	177	-	
Dois anos após	97	408	149	81	140	87	58	125	-	-	
Três anos após	97	408	149	81	140	94	58	-	-	-	
Quatro anos após	252	408	149	81	140	94	-	-	-	-	
Cinco anos após	263	408	149	81	140	-	-	-	-	-	
Seis anos após	263	408	149	81	-	-	-	-	-	-	
Sete anos após	263	408	149	-	-	-	-	-	-	-	
Oito anos após	473	408	-	-	-	-	-	-	-	-	
Nove anos após	473	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Pagamentos em 31.12.2022	**473**	**408**	**149**	**81**	**140**	**94**	**58**	**125**	**177**	**300**	**2.005**
PSL em 31.12.2022	**-**	**-**	**3**	**-**	**202**	**-**	**-**	**-**	**171**	**256**	**632**
Passivos de sinistros anteriores a 2013											1.458
Total do Passivo em 31.12.2022											2.090

8. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2022	2021
Contingências cíveis – Nota 9(b)	82.227	(39.576)
Pessoal	(10.212)	(8.753)
Outras	(2.212)	(1.228)
Total	**69.803**	**(49.557)**

9. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES - a) Ativos Contingentes - Não há ativos contingentes a serem divulgados. **b) Passivos Contingentes – Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Outros -** Totalizam R$ 15.270 (R$ 156.147 em 31.12.2021) e estão representados, substancialmente, contingências fiscais no montante de R$ 14.940 (R$ 13.910 em 31.12.2021), referente ao processo onde se discute os valores das comissões pagas para fins de apuração do IRPJ e CSLL, cujo efeito ou resultado está registrado em "Despesas com tributos" – Nota 10(a-II), e por contingência cível de operações de resseguros no montante de R$ 141.932 em 31.12.2021. Em março de 2022 foi realizado acordo com a contraparte da contingência cível relacionada às operações de resseguros com liquidação financeira no montante de (R$ 59.163), resultando em uma reversão líquida de R$ 82.769, cujo efeito no resultado está registrado em "Despesas Administrativas" – Nota 8. Em 31.12.2022, não há passivos contingentes cíveis, trabalhistas e fiscais classificados como perda possível. Os depósitos judiciais vinculados às contingências estão registrados no ativo na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais".

10. TRIBUTOS - a) Composição das despesas com impostos e contribuições - I. Conciliação das despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social

	2022	2021
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**153.344**	**8.683**
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) – Nota 3(n)	(61.338)	(3.473)
(Inclusões) Exclusões Permanentes e Outros	(86)	(1.339)
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	**(61.424)**	**(4.812)**

II. Despesas com tributos

	31.12.2022	31.12.2021
PIS/COFINS	(4.877)	(3.565)
Contingências fiscais – Nota 9(b)	(1.027)	(381)
Outras	(995)	(568)
Total	**(6.899)**	**(4.514)**

b) Créditos tributários e previdenciários - Totalizam R$ 5.214 (R$ 62.507 em 31.12.2021) e estão representados por créditos tributários no montante de R$ 5.184 (R$ 62.434 em 31.12.2021) e por tributos a compensar de R$ 30 (R$ 73 em 31.12.2021). Os créditos tributários estão substancialmente representados por contingência cível de operações de resseguros de R$ 57.137 em 31.12.2021, sobre contingência fiscal R$ 2.474 (R$ 2.063 em 31.12.2021), sobre risco de crédito de operações de seguros R$ 2.261 (R$ 2.850 em 31.12.2021). Previsão de realização dos tributos diferidos sobre diferenças temporárias:

	Exercícios de realização					
	2023	2024	2025	2026	2027 a 2033	Total [1]
Créditos tributários	2.355	2.567	94	74	-	5.184

[1] Ajuste a valor presente de R$ 4.652, para cálculo foi utilizada a taxa de CDI projetada para os períodos futuros, líquida dos efeitos fiscais. **c) Impostos, encargos sociais e contribuições -** Impostos e encargos sociais a recolher totalizam R$ 8.348 (R$ 8.394 em 31.12.2021) e se refere basicamente, a imposto sobre operações financeiras no montante de R$7.783 (R$ 7.867 em 31.12.2021). Impostos e contribuições a pagar totalizam R$ 2.966 (R$ 17.894 em 31.12.2021) e refere-se ao Pis e cofins correntes no valor de R$ 439 (R$ 405 em 31.12.2021) e Imposto de Renda e Contribuição Social correntes no valor de R$ 2.527 (R$ 17.489 em 31.12.2021).

11. INTANGÍVEL - Totaliza R$ 49.940 (R$ 50.000 em 31.12.2021) relativo a contrato de representação para a comercialização de garantia estendida. O valor é amortizado de acordo com a comercialização do produto e diferido conforme apropriação dos prêmios ganhos.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - a) Ações - O Capital Social está representado por 68.270.384 (68.270.384 em 31.12.2021) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em Assembleia Extraordinária realizada em 15.09.2021, foi deliberado o aumento de capital com a emissão de 42.172.524 novas ações no valor de R$ 132.000, sendo R$ 70.000 integralizado no ato e R$ 62.000 integralizado em 25.08.2022. O referido aumento de capital foi homologado pela SUSEP conforme portaria Susep/CGRAT nº 544 de 15.12.2021 publicado no DOU de 21.12.2021.

	31.12.2022	
Acionistas	Quantidade	%
Banco Safra S.A.	68.268.595	99,99
Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	1.789	0,01
Total	**68.270.384**	**100,00**

A média ponderada das ações utilizadas no cálculo do resultado por ação básico e diluído é de 55.408.552. Em 31.12.201, a média ponderada das ações utilizadas no cálculo do resultado por ação básico e diluído é de 32.837.761 e 38.807.388, respectivamente – Nota 3(p). **b) Dividendos -** Os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 0,1% do lucro líquido do exercício, após as destinações legais e estatutárias. Em Reunião da Diretoria realizada em 25.08.2022, foi declarado e pago dividendos aos acionistas no montante de R$ 100.000, sendo (i) R$35.653, à débito da conta Reserva de Lucros; e (ii) R$64.347, em razão dos lucros acumulados do exercício de 2022, "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária da Sociedade a realizar-se até o dia 31 de março de 2023. **c) Reserva de lucros**

	31.12.2022	31.12.2021
Reservas de lucros	**35.230**	**43.310**
Legal	12.187	7.591
Especial [1]	23.043	35.719

[1] Reserva constituída objetivando possibilitar a formação de recursos para futuras incorporações desses recursos ao capital social, pagamento de dividendos intermediários, manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da sociedade, e/ou expansão de suas atividades.

13. GESTÃO DE RISCOS - A Safra Seguros Gerais S.A. mantém em conformidade com a estrutura do seu controlador (Banco Safra S.A.), um conjunto de políticas, normas e procedimentos para assegurar o adequado gerenciamento dos principais riscos aos quais está exposto, além de controles internos que asseguram o cumprimento das políticas estabelecidas. A Companhia concentra as estruturas responsáveis pela gestão dos riscos de crédito, mercado, subscrição, operacional e liquidez em cada área de risco, respectivamente, formando a base necessária para atendimento à regulamentação vigente. A Resolução CNSP nº 388/2021 dividiu as sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, resseguradores locais e entidades abertas de previdência complementar (EAPCs) em quatro segmentos, de acordo com o grupo em que pertence e valores de prêmios e provisões técnicas, sendo a Safra Seguros Gerais classificada como S2. A Circular SUSEP nº 648/2021 dispõe sobre a Estrutura de Gestão de Riscos, incluindo a Gestão do Risco de Liquidez como disciplina obrigatória. Ademais, a circular SUSEP nº 638/2021 definiu os requisitos de segurança cibernética a serem observados pelas supervisionadas, estabelecendo as diretrizes para o risco de segurança cibernética. Para assegurar a aderência aos normativos regulatórios, a Companhia incorporou as novas definições na Estrutura de Gestão de Riscos (EGR) e na respectiva Política de Gestão de Riscos própria. **a) Risco de Crédito -** O risco de crédito consiste no risco de uma contraparte causar perda financeira ao não liquidar uma obrigação, e decorre principalmente de aplicações financeiras e créditos de operações com seguradoras e resseguradoras (Nota 6(a-III)). Com o intuito de manter o risco de crédito da Companhia em patamares condizentes com o tradicional conservadorismo e a reconhecida agilidade nas decisões, estão em vigor políticas de gerenciamento que têm como principal característica a adequação do produto de crédito ao perfil do cliente. A qualidade do crédito, os níveis de concentração e os indicadores de inadimplência são monitorados continuamente, visando garantir o retorno dos recursos. As decisões são tomadas de forma colegiada pela Diretoria, tendo como responsabilidades (i) analisar de forma detalhada as carteiras de crédito, (ii) acompanhar limites de concentração por ressegurador, (iii) definir metodologias de cálculo do risco de crédito e testes de estresse, (iv) definir métricas para apuração do risco, (v) garantir o alinhamento estratégico entre as áreas e uma visão sistêmica do Risco de Crédito, (vi) garantir um fórum de discussão técnica para a avaliação de impactos quanto a alterações relevantes de políticas, modelo de crédito e estratégias que envolvam o ciclo de crédito, (vii) aprovar os principais indicadores para controle de exceções às políticas, (viii) acompanhar os critérios utilizados no exercício de estresse e os resultados obtidos. O risco de crédito em operações com resseguradoras, discriminadas por classe, categoria de risco (rating) e percentual de participação de cada resseguradora em relação à exposição total, são:

Classe Ressegurador	Resseguradora	Rating	Agência	Exposição
Local	IRB BRASIL RESSEGUROS S.A.	A-	A.M. Best	60,86%
Admitida	HANNOVER RÜCK SE	AA-	Standard & Poor's	8,49%
Admitida	Everest Reinsurance Company	A+	Standard & Poor's	11,83%
Local	Chubb Resseguradora do Brasil S.A.	A+	Fitch	1,41%
Admitida	Markel Resseguradora do Brasil S.A	A	Standard & Poor's	0,00%
Local	AXA XL RESSEGUROS S.A	A+	A.M. Best	4,88%
Local	SCOR Brasil Resseguros S.A.	A+	Standard & Poor's	7,41%
Local	AXA XL	AA-	Standard & Poor's	0,00%
Local	Austral RE	B++	A.M. Best	5,10%
Eventual	Markel LLOYDS	A+	Standard & Poor's	0,02%

b) Risco de Mercado - Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia. O gerenciamento do risco de mercado é estruturado de maneira a garantir que o risco de perdas extremas, decorrentes de oscilações de preços, seja devidamente controlado, permanecendo dentro dos limites operacionais estabelecidos pela alta gestão, e em consonância com as políticas internas da Companhia. A política que rege a gestão de risco de mercado - Política de Risco de Mercado - Seguros Gerais/Vida e Previdência. **c) Risco de Subscrição -** Define-se risco de subscrição como a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da supervisionada, associadas, diretamente ou indiretamente, às bases técnicas utilizadas para cálculo de prêmios, contribuições, quotas e provisões técnicas. A Companhia possui política de subscrição de riscos, em que estão descritas todas as regras para a análise e aceitação de riscos, além de diretrizes para os riscos sujeitos à análise prévia, bem como os riscos excluídos. A avaliação dos riscos envolve as atividades abaixo descritas: i. Acompanhamento e avaliação das condições de Cosseguro e Resseguro; ii. Definição política de aceitação e subscrição de riscos; iii. Criação de novos produtos; iv. Gestão de resultado de apólices e produtos; v. Acompanhamento de mercado; e vi. Suportes técnicos a clientes, corretores e prepostos. Os principais ramos operados pela Companhia são: Compreensivo Empresarial, Residencial, Responsabilidade Civil Geral, D&O, Riscos Diversos, Garantia Estendida e Garantia Segurado. As taxas de carregamento praticadas atendem os percentuais estabelecidos em Nota Técnica Atuarial. Suplementarmente, a Companhia adota uma política de repasse de riscos em resseguro e cosseguro, evitando que os sinistros de baixa frequência e valor elevado afetem a estabilidade do resultado de suas operações. As mudanças na frequência e nos custos dos sinistros, que afetam diretamente o risco assumido, são controladas por meio de acompanhamento periódico da área atuarial da Companhia e seu resultado é refletido, se necessário, nos ajustes das provisões técnicas. O risco de crédito assumido com as resseguradoras para as quais é repassado o risco de subscrição está demonstrado na Nota 13(a). I. Análise de sensibilidade de risco de seguro - A análise de sensibilidade é efetuada sobre as mesmas bases do TAP e tem como objetivo mostrar como o resultado e o patrimônio líquido teriam sido afetados caso tivessem ocorrido as alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevantes à data do balanço.

	Impacto no resultado e patrimônio líquido em 31.12.2022		
Premissas atuariais [1] [2]	**Bruta de Resseguros**	**Resseguros**	**Líquida de Resseguros**
Aumento de 5% na sinistralidade	(262)	192	(70)
Aumento de 5% em provisão para despesas relacionadas	(9)	4	(5)
Redução de 5% na sinistralidade	262	(192)	70
Redução de 5% em provisão para despesas relacionadas	9	(4)	5

[1] Os montantes apresentados referem-se aos impactos no período para o patrimônio líquido e resultado, líquido de impostos. [2] A variação da inflação está contida nos valores de sinistros (PSL e IBNR). II. Distribuição de prêmios emitidos bruto por região geográfica

	2022						2021
Ramo de atuação	**Sudeste**	**Sul**	**Centro-Oeste**	**Nordeste**	**Norte**	**Total**	**Total**
Grupo Patrimonial [1]	46.422	28.899	7.245	7.236	4.901	94.703	98.072
Demais ramos [2]	11.224	1.014	196	901	163	13.498	7.784
Total em 2022 [3]	57.646	29.913	7.441	8.137	5.064	108.201	105.856
Total em 2021 [3]	66.030	18.102	10.880	7.943	2.901	105.856	

[1] Referem-se substancialmente aos ramos Riscos Diversos, Garantia Estendida e Compreensivos Empresarial e Residencial. [2] Referem-se substancialmente aos ramos de Seguro Garantia, RC Geral e D&O. [3] A concentração de riscos não contempla riscos vigentes e não emitidos, retrocessão e cosseguro cedido que perfazem um total de R$ (632) (R$ 1.713 em 2021).
III. Limites de retenção. Os limites máximos individuais de retenção em 31.12.2022, nos principais ramos de atividade, estão demonstrados abaixo:

Ramo de Seguro	Limite de Retenção
Compreensivo Empresarial e Residencial	1.700.000
Riscos Diversos e RC Geral	1.700.000
Lucros Cessantes e D&O	1.000.000
Garantia Estendida	500.000
Garantia – Setores Público e Privado	1.700.000

d) Risco Operacional - Define-se como risco operacional a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. O risco operacional inclui também o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Companhia. A avaliação do risco legal é realizada de forma contínua nas áreas jurídicas da Companhia e nos Comitês específicos. Dessa definição estão excluídos os riscos reputacional ou de imagem e o estratégico ou de negócios. A área de Risco Operacional é uma unidade de controle (UC) independente, segregada da unidade executora da atividade de auditoria interna. É responsável pela identificação e monitoramento de riscos operacionais e avaliação da necessidade de controle e mitigação, bem como pela elaboração, disseminação e manutenção da política de Risco Operacional. É, também, responsável por atender as exigências emanadas da Resolução CNSP 416/2021 que dispõe sobre a Estrutura de Gestão de Riscos e a Circular SUSEP N° 648/2021 no que tange o Banco de Dados de Perdas Operacionais (BDPO) e a definição do Risco Operacional. A gestão do Risco Operacional é realizada pela empresa líder do Conglomerado, sendo esta também responsável pela definição e acompanhamento de indicadores para o apetite ao Risco Operacional, bem como cálculo do capital econômico em cenários base e estresse, que contemplam a Companhia. **e) Risco de Liquidez -** Define-se como risco de liquidez a possibilidade das supervisionadas não serem capazes de cumprir eficientemente suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela impossibilidade de realizar tempestivamente seus ativos ou pelo fato de tal realização resultar em perdas significativas e/ou no descumprimento de requisitos regulatórios. O Safra gerencia seu risco de liquidez em linha com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CNSP nº 416, de 20 de Junho de 2021. **f) Risco Cibernético -** Define-se como risco cibernético a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes do comprometimento da confidencialidade, integridade ou disponibilidade de dados e informações em suporte digital, em decorrência da sua manipulação indevida ou de danos a equipamentos e sistemas utilizados para seu armazenamento, processamento ou transmissão.

14. EXIGÊNCIA DE CAPITAL - Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/2021, as seguradoras devem apresentar suficiência de capital em relação aos riscos a que estão sujeitas, mantendo um Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR). O Capital Mínimo Requerido (CMR) corresponde ao maior valor entre o Capital base e o Capital de Risco (CR): **(a)** O Capital base exigido pela regulamentação para operar em todo o país, corresponde ao montante fixo de R$ 15.000. **(b)** O Capital de Risco é constituído das parcelas dos riscos operacional, de subscrição, de crédito e de mercado, calculados mensalmente com base na Resolução CNSP nº 432/2021. Abaixo o demonstrativo da exigência de capital:

	31.12.2022
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	**154.719**
Nível 1	152.469
Nível 2	-
Nível 3	2.250
· Patrimônio Líquido	207.591
· Ajustes contábeis	(52.872)
(-) Créditos tributários de diferença temporária que excederem 15% do CMR	(2.932)
(-) Ativos intangíveis	(49.940)
Capital Mínimo Requerido (CMR) – Maior entre A e B	**15.000**
· Capital base (A)	15.000
· Capital de risco (B)	12.141
- de subscrição	10.558
- de risco de crédito	1.533
- de risco operacional	674
- de risco de mercado	234
- benefício da diversificação	(858)
Suficiência de Capital = PLA - CMR	**139.719**

15. PARTES RELACIONADAS - a) Remuneração da Administração - Em ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas em 30.03.2022, foi estabelecida a remuneração máxima total anual para a Administração no montante de R$ 2.000 (R$ 2.000 em 2021). A remuneração recebida pela Administração monta a R$ (1.024) (R$ (919) em 2021). A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração. **b) Transações com partes relacionadas -** As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento ao CPC 05 (R1) – Divulgação sobre partes relacionadas. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas.

	Ativos/(Passivos)		Receitas/(Despesas)	
	31.12.2022	31.12.2021	2022	2021
Disponibilidades – Nota 4 [1]	1.117	2.058	-	-
Obrigações a pagar [1]	(4)	(16)	-	-
Créditos e débitos de operações com seguros e resseguros líquidos / Comissões – Nota 5(c) e 6(c-I e II).	5.559	3.263	(17.204)	(14.035)
SIP Administração e Participação Ltda.	3.580	3.263	(17.143)	(14.035)
Maitaca Corretora de Seguros	1.979	-	(61)	-
Doações - Institutos Safra	-	-	(1.000)	-

[1] Refere-se a transações integralmente relacionadas ao Banco Safra (controlador). Adicionalmente, a Companhia investe em cotas de fundos de investimento exclusivos, administrados pelas empresas do Grupo J. Safra, conforme composição contida na Nota 5(a-I).

16. OUTRAS INFORMAÇÕES - a) Comitê de Auditoria - Foi constituído Comitê de Auditoria próprio da Safra Seguros Gerais S.A. nos moldes da Resolução CNSP 432/2021, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 02.06.2022 e homologado por meio da Portaria CGRAJ/SUSEP nº 881/2022, publicada no Diário Oficial da União de 22.08.2022. O referido comitê é composto por três membros independentes, cujas eleições foram homologadas pela SUSEP em 03.01.2023.

DIRETORIA

Carlos Pelá
João Carlos Cardoso Botelho
Leandro de Azambuja Micotti
Marcelo Dantas de Carvalho
Marcos Lima Monteiro
Paulo Sérgio Cavalheiro

José Manuel da Costa Gomes - Contador - CRC nº 1SP219892/O-0
Hélio Eduardo Martinez Pavão - Atuário Responsável Técnico - MIBA 612

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da Safra Seguros Gerais S.A.
Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis da Safra Seguros Gerais S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Safra Seguros Gerais S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.
Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Principais assuntos de auditoria - Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. *Mensuração e registro das provisões técnicas* - Conforme mencionado na nota explicativa nº 6 d) às demonstrações contábeis, a Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2022, provisões técnicas decorrentes de contratos de seguros no montante de R$164.237 mil, representando 71,61% do total dos seus passivos. Em razão da relevância dos saldos dessas provisões técnicas, de certas provisões técnicas envolverem julgamento da Administração e da subjetividade envolvida na determinação de modelos e na seleção de premissas, tais como: taxa de desconto, taxa de cancelamento, desenvolvimento histórico de sinistros, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, entre outros, consideramos as provisões técnicas como uma área de foco em nossa abordagem de auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento dos critérios de provisionamento adotados pela Companhia; (ii) avaliação do desenho e testes de implementação e, quando aplicável, de efetividade de controles internos chave relacionados ao processo de registro de certas provisões técnicas de seguros; (iii) testes, em base amostral, de exatidão e integridade das bases de dados utilizadas nos cálculos das provisões técnicas atuariais; (iv) envolvimento de nossos especialistas atuariais na revisão dos modelos e das premissas atuariais utilizados; (v) recálculo, em base amostral, dos saldos de certas provisões técnicas; e (vi) avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis. Consideramos que os critérios, os modelos e as premissas adotados pela Administração para mensurar e registrar as provisões técnicas são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis como um todo. **Outras informações que acompanham as**

(continua)

Safra Seguros Gerais S.A.

Avenida Paulista, 2.100 - São Paulo/SP
CNPJ 06.109.373/0001-81

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

demonstrações contábeis e o relatório do auditor - A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria e na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria e das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações contábeis como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações contábeis. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações contábeis: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações contábeis com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações contábeis são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações contábeis. • Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, à época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, à época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos, frequentemente, uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações contábeis como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2023.

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Vanderlei Minoru Yamashita
Contador
CRC nº 1 SP 201506/O-5

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas
Safra Seguros Gerais S.A.

Escopo da Auditoria - Examinamos as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da **Safra Seguros Gerais S.A.** (Sociedade) em 31 de dezembro de 2022 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. A auditoria atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário independente da Sociedade, como previsto no Pronunciamento aplicável à auditoria atuarial independente. **Responsabilidade da Administração -** A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Atuários Independentes -** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria atuarial estejam livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião -** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, acima referidos no primeiro parágrafo acima, da **Safra Seguros Gerais S.A.** em 31 de dezembro de 2022, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Outros Assuntos - No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também são selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2023

pwc

PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732 – (B32) – Itaim Bibi
São Paulo – SP – Brasil 04538-132
CNPJ 02.646.397/0001-19
CIBA 105

Dinarte Ferreira Bonetti
MIBA 2147

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA SAFRA SEGUROS GERAIS S.A.

O Comitê de Auditoria ("Comitê") é um órgão estatutário de caráter permanente, responsável pelo cumprimento das atribuições e das responsabilidades previstas na Resolução CNSP nº 432/2021. O Comitê reporta-se diretamente à Diretoria e à Assembleia, e é composto por 03 (três) membros independentes. O Comitê desenvolve suas atividades com base nas disposições de seu Regimento Interno e do Estatuto Social da Companhia. Durante o 2º semestre de 2022, o Comitê de Auditoria da Sociedade não estava em pleno funcionamento, haja vista que a eleição dos membros do Comitê de Auditoria estava pendente de homologação pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Não obstante, o Comitê tomou conhecimento das seguintes atividades que foram realizadas durante o 2º semestre de 2022, no âmbito do Comitê de Auditoria do Banco Safra S.A. (sociedade controladora da Safra Seguros Gerais S.A.), quais sejam: • Reuniões com o sócio da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, que tratou sobre o planejamento e escopo dos trabalhos de auditoria para o 2º semestre de 2022, abordando os seguintes aspectos: metodologia, auditoria com foco em risco, controles internos, procedimentos de auditoria e procedimentos, políticas e controles para assegurar a independência da auditoria externa; • Apreciação do reporte trimestral da área de Atendimento Regulamentar, abrangendo SUSEP; • Reuniões com representantes das áreas de Auditoria Interna, Controles Internos, Ouvidoria, Gestão Integrada de Riscos, Compliance, Prevenção à Lavagem de Dinheiro, Risco Reputacional e Proteção de Dados; • Reuniões formais com a presença do diretor responsável pela Auditoria Interna, em que tratou-se sobre as auditorias finalizadas e seus respectivos resultados; • Acompanhamento dos trabalhos e resultados oriundos de inspeções e apontamentos dos órgãos reguladores e autorreguladores e as respectivas providências adotadas pela administração para atendimento de tais apontamentos; e • Apreciação do Planejamento da Auditoria Interna para o exercício de 2023. Diante dos trabalhos reportados, o Comitê considera adequada a efetividade dos sistemas de controle interno da companhia, das auditorias independentes e auditoria interna. Não se verifica fato ou evidência relevante que pudesse comprometer a efetividade ou a independência das auditorias, interna e independentes, sendo elas compatíveis com o porte e as características da Companhia. Não houve recomendações significativas apresentadas à diretoria e nem foram identificadas situações nas quais existem divergências significativas entre a administração da companhia, os auditores independentes e o comitê de auditoria, em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31.12.2022. Com base nos trabalhos e avaliações realizados e considerando o contexto e escopo em que exerce suas atividades, o Comitê de Auditoria concluiu que as Demonstrações Contábeis da Sociedade, e respectivas Notas Explicativas, acompanhadas do Relatório da Administração, e do Parecer da Auditoria Independente, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, são adequadas, uma vez que foram elaborados conforme a regulamentação vigente, notadamente as emanadas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2023.
Comitê de Auditoria

Safra Vida e Previdência S.A.

Avenida Paulista, 2.100 - São Paulo/SP
CNPJ 30.902.142/0001-05

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Safra Vida e Previdência S.A. relativos ao período findo em 31 de dezembro de 2022, bem como o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis.

Conjuntura Econômica - O PIB a preços constantes avançou 0,4% no terceiro trimestre de 2022 em relação ao trimestre anterior, com ajuste sazonal. A taxa de desemprego atingiu 8,4% em novembro, com ligeira queda da ocupação. O IPCA ficou em 5,8% em 2022, acima do limite superior da meta de inflação, apesar da queda dos preços administrados com a redução dos tributos sobre combustíveis e energia elétrica. O Banco Central elevou a taxa Selic para 13,75% a.a. em agosto de 2022, devendo mantê-la em território restritivo na maior parte de 2023.

Desempenho - A Safra Vida e Previdência S.A. encerrou o ano de 2022 com patrimônio líquido de R$ 397 milhões e lucro líquido de R$ 238 milhões. Os ativos totais totalizaram R$ 21,4 bilhões, representados basicamente por aplicações em títulos e valores mobiliários vinculados a garantia de provisões técnicas e crédito de operações com seguradoras e resseguradoras. Os prêmios emitidos líquidos somaram R$ 575 milhões no ano de 2022, com crescimento de 33,6% sobre igual período do ano anterior. O índice de sinistralidade foi de 5,2% no mesmo período.

Diretoria.
São Paulo, 23 de fevereiro de 2023

BALANÇOS PATRIMONIAIS

ATIVO

EM MILHARES DE REAIS	Notas	31.12.2022	31.12.2021
CIRCULANTE		**834.411**	**749.505**
Disponibilidades	3(b) e 4	3.080	5.507
Aplicações	3(b) e 5(a)	660.727	614.772
Créditos das operações com seguros e resseguros	3(e)	90.976	83.003
Prêmios a receber	6(a-I)	86.938	77.416
Operações com seguradoras e resseguradoras	6(a-II)	4.038	5.587
Outros créditos operacionais	6(j)	125	62
Ativos de resseguros - Provisões técnicas	3(f) e 6(b)	10.042	9.787
Títulos e créditos a receber	3(h)	18.987	6.431
Créditos a receber	6(e-I)	18.313	6.238
Créditos tributários e previdenciários	10(b)	112	109
Outros créditos		562	84
Despesas antecipadas		491	9
Custos de aquisição diferidos - Seguros	3(g) e 6(c)	49.983	29.934
NÃO CIRCULANTE		**20.544.535**	**19.347.509**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		20.543.741	19.346.369
Aplicações	3(b) e 5(a)	20.430.661	19.257.300
Créditos das operações com seguros - Prêmios a receber	3(e) e 6(a-I)	38.340	49.272
Ativos de resseguros - Provisões técnicas	3(f) e 6(b)	904	1.092
Títulos e créditos a receber	3(h)	4.534	3.597
Depósitos judiciais e fiscais	9(b)	31	48
Créditos tributários e previdenciários	10(b)	4.503	3.549
Custos de aquisição diferidos - Seguros	3(g) e 6(c)	69.302	35.108
INVESTIMENTOS	6(j)	4	370
INTANGÍVEL	3(i)	790	770
TOTAL DO ATIVO		**21.378.946**	**20.097.014**

PASSIVO

EM MILHARES DE REAIS	Notas	31.12.2022	31.12.2021
CIRCULANTE		**329.100**	**309.382**
Contas a pagar		36.596	78.656
Obrigações a pagar		2.916	2.743
Impostos e encargos sociais a recolher	3(k) e 10(c)	9.091	10.449
Encargos trabalhistas		555	223
Impostos e contribuições	3(k) e 10(c)	24.034	65.241
Débitos das operações com seguros e resseguros	3(e)	36.753	31.893
Operações com resseguradoras	6(h)	6.845	3.976
Corretores de seguros e resseguros	6(c-I)	24.475	24.123
Outros débitos operacionais	14(b)	5.433	3.794
Depósitos de terceiros	6(i)	913	1.503
Provisões técnicas - Seguros	3(k)	247.952	183.480
Pessoas	6(d)	234.683	179.983
Vida com cobertura por sobrevivência	6(e)	13.269	3.497
Provisões técnicas - Previdência complementar - PGBL	3(k) e 6(e)	6.886	13.850
NÃO CIRCULANTE - EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		**20.652.702**	**19.403.644**
Provisões técnicas - Seguros	3(k)	17.708.156	16.541.367
Pessoas	6(d)	206.911	137.210
Vida com cobertura de sobrevivência	6(e)	17.501.245	16.404.157
Provisões técnicas - Previdência complementar - PGBL	3(k) e 6(e)	2.944.164	2.861.934
Outros débitos - Contingências	3(l) e 9(b)	382	343
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11	**397.144**	**383.988**
Capital social		147.435	147.435
Reservas de lucros		249.709	236.553
TOTAL DO PASSIVO		**21.378.946**	**20.097.014**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

EM MILHARES DE REAIS	Notas	2022	2021
OPERAÇÕES DE SEGUROS	6(k-I)	344.530	261.624
PRÊMIOS GANHOS	6(k-I)	457.331	354.517
Prêmios emitidos líquidos	6(a-I(3)) e 12(c-II)	574.724	430.297
Variações das provisões técnicas de prêmios	6(d-II)	(117.393)	(75.780)
SINISTROS OCORRIDOS	6(d-II) e (k-I)	(23.580)	(35.689)
CUSTOS DE AQUISIÇÃO	3(g), 6(c-II) e (k-I)	(81.820)	(57.431)
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	6(a-III(3))	(2.757)	(3.235)
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE RESSEGURO	6(k-I)	(4.644)	3.462
Variação das provisões técnicas	6(b-II)	2.387	5.247
Prêmios emitidos líquidos a repassar		(5.997)	(5.661)
Outros resultados com resseguro		(1.034)	3.876
OPERAÇÕES DE PREVIDÊNCIAS COMPLEMENTAR		319	1.249
RENDAS DE CONTRIBUIÇÕES	6(e-II)	963.348	1.007.508
CONSTITUIÇÃO DA PROVISÃO DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	6(e-II)	(963.348)	(1.007.508)
VARIAÇÃO DE OUTRAS PROVISÕES TÉCNICAS	6(e-II)	319	1.249
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	8	(22.747)	(17.622)
DESPESAS COM TRIBUTOS	10(a-II)	(28.183)	(20.803)
RESULTADO FINANCEIRO	5(c)	89.690	37.535
Receitas financeiras		1.953.709	(553.874)
Despesas financeiras		(1.864.019)	591.409
RESULTADO PATRIMONIAL	6(j)	(366)	46
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES		**383.243**	**262.029**
IMPOSTO DE RENDA	10(a-I)	(88.145)	(62.500)
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	10(a-I)	(56.786)	(47.445)
LUCRO LÍQUIDO		238.312	152.084
LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES (QUANTIDADE DE AÇÕES - 3.529.110.900) - R$		**67,53**	**43,09**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

EM MILHARES DE REAIS	Notas	2022	2021
LUCRO LÍQUIDO		**238.312**	**152.084**
Outros resultados abrangentes		-	-
RESULTADO ABRANGENTE		**238.312**	**152.084**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REFERENTE AOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - NOTA 11

EM MILHARES DE REAIS	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2021	**147.435**	**234.518**	**-**	**381.953**
Resultado líquido do período	-	-	152.084	152.084
Destinação:				
Reserva especial	-	151.932	(151.932)	-
Dividendos	-	(149.897)	(152)	(150.049)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**147.435**	**236.553**	**-**	**383.988**
Resultado líquido do período	-	-	238.312	238.312
Destinação:				
Reserva especial	-	220.112	(220.112)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	(18.200)	(18.200)
Dividendos	-	(206.956)	-	(206.956)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	**147.435**	**249.709**	**-**	**397.144**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA REFERENTE AOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

EM MILHARES DE REAIS	Notas	2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido dos períodos		238.312	152.084
Ajustes ao lucro líquido		146.320	111.021
Depreciações e amortizações		124	612
Provisões/(Reversões) para risco de crédito	6(a-III)	1.545	1.695
Provisões técnicas - PCC e PDR	6(e-II)	(319)	(1.249)
Provisões para contingências	9(b)	39	18
Provisão para impostos sobre o lucro corrente e diferido	10(a-I)	144.931	109.945
Variação das contas patrimoniais		(259.773)	(93.863)
Aplicações - Mensurados ao valor justo por meio do resultado		538.496	60.259
Vinculados a garantia de provisões técnicas de seguros		530.426	140.324
Seguros		(152.039)	(19.516)
Previdência - PGBL/VGBL	5(a-II)	682.465	159.840
Cobertura excedente		8.070	(80.065)
Operações de seguros e resseguros		(610.363)	(105.293)
Créditos e débitos de operações com seguros e resseguros (Ativas e Passivas)		6.274	(3.995)
Prêmios a receber		(135)	(1.291)
Operações com seguradoras e resseguradoras		6.409	(2.704)
Provisões técnicas		(562.394)	(70.117)
Seguros		124.653	88.738
Previdência complementar e vida com cobertura de sobrevivência	6(e-II)	(687.047)	(158.855)
Custos de aquisição diferidos	6(c-I)	(54.243)	(31.181)
Títulos e créditos a receber e outros créditos operacionais		(13.675)	(4.574)
Contas a pagar e outros débitos		15.942	6.738
Impostos pagos	10(c)	(190.173)	(50.993)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		124.859	169.242
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aplicação no intangível		(144)	(518)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(144)	(518)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Dividendos e Juros sobre o capital próprio pagos	11(b)	(225.157)	(150.304)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		(225.157)	(150.304)
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		**(100.442)**	**18.420**
Caixa e equivalentes de caixa no início dos períodos		239.698	221.278
Caixa e equivalentes de caixa no final dos períodos	4	139.256	239.698
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		**(100.442)**	**18.420**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 - (EM MILHARES DE REAIS)

1. CONTEXTO OPERACIONAL - A Safra Vida e Previdência S.A. ("Companhia e/ou Seguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em seguros do ramo vida e previdência complementar, inclusive Vida Gerador de Benefícios Livres - VGBL e Plano Gerador de Benefício Livre – PGBL, atuando em todas as regiões do Brasil. A Companhia tem por objeto social a exploração das atividades de Previdência Privada, nas operações de renda e pecúlio, bem como de seguros do ramo vida em geral, tais como definidas na competente legislação em vigor.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - a) Apresentação das Demonstrações Contábeis - As demonstrações contábeis da Safra Vida e Previdência S.A., aprovadas pela Diretoria em 23.02.2023, foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com as disposições da Lei nº 6.404/1976 (Lei das S.A.) e respectivas alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, associadas aos normativos expedidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP); além dos respectivos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pela SUSEP, desde que não contrariem normas contábeis dispostas pela Circular SUSEP nº 648/2021. Declaramos que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. **b) Novas normas contábeis aplicáveis neste período e em períodos futuros -** O CPC 48 – Instrumentos financeiros, que estabelece um novo modelo para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, bem como novos requisitos em relação a contabilidade de hedge, entrou em vigor partir de 01.01.2018. Por meio da Circular nº 678/22, a Susep recepcionou o CPC 48, que entrará em vigor a partir de 02.01.2024, no que não contrariarem as demais normas proprietárias. Desta forma, a Companhia continua aplicando o CPC 38 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração nestas demonstrações contábeis. A Companhia irá avaliar os impactos de tais normativos em suas demonstrações contábeis até a sua entrada em vigor. O CPC 50 – Contratos de Seguros, estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade fornece informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. A Susep ainda não recepcionou esta normativa. A expectativa é de que seja aprovada para que entre em vigor conjuntamente com o CPC 48, dada a correlação entre ambas as normas. Neste período, não entraram em vigor novas normas contábeis que poderiam afetar materialmente essas demonstrações contábeis.
c) Moeda funcional e de apresentação - As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R$), moeda funcional da Companhia.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS - As principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações contábeis estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente para todos os períodos comparativos apresentados, salvo disposição em contrário. **a) Fluxo de caixa -** I. Caixa e equivalentes de caixa: são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, e aplicações com prazo total de até 90 dias, sendo o risco de mudança no valor justo destes considerado imaterial. Os equivalentes de caixa são aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. II. Demonstração do fluxo de caixa: é elaborada com base nos critérios estabelecidos pelo CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa, que prevê a apresentação dos fluxos de caixa gerados pela Companhia como aqueles decorrentes de atividades operacionais, de investimento e de financiamento. O método de apresentação dos fluxos de caixa é indireto, sendo que os fluxos de caixa de atividades de investimento e de financiamento são apresentados com base nos pagamentos e recebimentos brutos, e os operacionais são basicamente derivados das principais atividades geradoras de receita da Seguradora. **b) Aplicações e instrumentos financeiros derivativos -** Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da administração em três categorias específicas: • Negociação: classificam-se nesta categoria aqueles títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados pelo valor justo em contrapartida ao resultado do período e apresentados no Ativo Circulante, independentemente do seu prazo de vencimento, com exceção das cotas de fundos de investimentos PGBL/VGBL, que são classificadas no Ativo Não Circulante. Os ativos destes fundos, além de terem, substancialmente, vencimentos superiores a doze meses à respectiva data-base, são mantidos essencialmente pela Companhia para cobertura das provisões técnicas de investimentos PGBL/VBGL classificadas no Passivo Não Circulante. • Disponíveis para venda: classificam-se nesta categoria aqueles títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento. Os rendimentos intrínsecos (accrual) são reconhecidos na demonstração de resultado e as variações no valor justo ainda não realizados em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido; e • Mantidos até o vencimento: nesta categoria são classificados aqueles títulos e valores mobiliários para os quais a Seguradora tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até seu vencimento. São contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos (accrual). Os declínios no valor justo dos títulos e valores mobiliários, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, serão refletidos no resultado como perdas realizadas. Nas aplicações estão contidos os recursos garantidores, ativos oferecidos como garantia dos recursos das reservas, das provisões e dos fundos, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional. Estes ativos ficam registrados em contas vinculadas à SUSEP, mantidas junto à B3, à CETIP e ao SELIC, conforme cada um dos mercados. Os instrumentos financeiros derivativos efetuados por conta própria ou de recursos garantidores de fundos de investimento PGBL/ VGBL, são contabilizados pelo valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período. **c) Mensuração ao valor justo -** A metodologia aplicada para mensuração do valor justo (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração da Companhia, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados. A Companhia classifica as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância dos inputs usados no processo de mensuração. Dentro desta hierarquia, o valor justo dos instrumentos classificados como níveis 1 e 2, é mensurado através de dados observáveis de mercado. Para instrumentos classificados como nível 3, a Companhia utiliza uma quantidade significativa de julgamento para chegar a mensurações do valor justo. **d) Classificação de contratos de seguro e investimento -** Um contrato em que se aceita um risco de seguro significativo da contraparte, compensando o segurado se um acontecimento futuro incerto específico o afetar adversamente é classificado como um contrato de seguro. Um contrato que transfere risco financeiro será contabilizado como contrato de seguro quando houver risco de seguro significativo. Também devem ser tratados como contrato de seguro os instrumentos financeiros emitidos com características de participação discricionária. Os contratos de investimento podem ser reclassificados como contratos de seguro após sua classificação inicial se o risco de seguro se tornar significativo. Uma vez que o contrato é classificado como um contrato de seguro, ele permanece como tal até o final de sua vida mesmo que o risco de seguro se reduza significativamente durante esse período, a menos que todos os direitos e obrigações sejam extintos ou expirados. **e) Créditos e débitos de operações com seguros e resseguros -** I. Créditos - Prêmios a receber: referem-se aos recursos financeiros a ingressar como recebimento dos prêmios relativos aos seguros, registrados na data das emissões das apólices. Operações com seguradoras/resseguradoras: referem-se, basicamente, aos valores a receber de sinistros das operações de cosseguro e resseguro. II. Débitos - Operações com seguradoras / resseguradoras: referem-se à parcela dos prêmios a ser repassada às seguradoras/ resseguradoras, em virtude das operações cosseguradas/resseguradas. São registradas na data da emissão das apólices e liquidadas por ocasião do recebimento dos prêmios junto aos segurados. Corretores de seguros: referem-se às comissões devidas aos corretores. São registradas na data da emissão das apólices e liquidadas por ocasião do recebimento dos prêmios junto aos segurados. III. Risco de crédito - É efetuada redução ao valor recuperável sobre os créditos de prêmios a receber quando houver atraso superior a 60 dias, sobre o valor total do prêmio a que se refere, conforme critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 648/2021. As reduções ao valor recuperável sobre os créditos mencionados são registradas concomitantemente à redução ao valor realizável do passivo correspondente aos prêmios a serem repassados às seguradoras/resseguradoras, visto que se não há mais expectativa de recebimento do prêmio, logo não haverá também expectativa de repasse destes valores. Adicionalmente, é efetuada redução ao valor recuperável quando houver atraso superior a 60 dias para créditos de operações com seguradoras e

(continua)

(continuação)

Safra Vida e Previdência S.A.

Avenida Paulista, 2.100 - São Paulo/SP
CNPJ 30.902.142/0001-05

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 - (EM MILHARES DE REAIS)

superior a 180 dias para créditos de operações com resseguradoras, calculada sobre o valor total do crédito a que se refere, conforme critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 648/2021. **f) Ativos de resseguros – Provisões técnicas -** Compreendem as provisões técnicas referentes às operações de resseguro. As operações de resseguro são efetuadas no curso normal de suas atividades com o propósito de limitar sua perda potencial. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações ativas, uma vez que a existência do contrato não exime as obrigações para com os segurados. **g) Custos de aquisição diferidos -** Os custos de aquisição incluem os custos diretos e indiretos relacionados à originação de seguros. Estes custos, com exceção das comissões pagas aos corretores e outros, são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. Já as comissões são diferidas e reconhecidas proporcionalmente ao montante das receitas com prêmios, ou seja, pelo prazo do correspondente contrato de seguro. **h) Títulos e créditos a receber -** Demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço. A provisão para riscos sobre créditos, quando aplicável, é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas, e leva em conta a experiência passada e os atrasos verificados nos créditos a receber de um mesmo devedor no mesmo ramo. **i) Intangível -** Corresponde a ativos não monetários e sem substância física, e que são identificáveis, controlados e geradores de benefícios econômicos futuros. Os intangíveis estão representados substancialmente por softwares e gastos com desenvolvimento de sistemas, são registrados ao custo e amortizados utilizando-se o método linear pelo prazo de vida útil estimada, ajustados por redução ao valor recuperável (impairment). **j) Redução ao valor recuperável – Ativos não financeiros -** A redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por impairment, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos. Desta forma, em atendimento ao normativo relacionado, a Administração não tem conhecimento de quaisquer ajustes relevantes que possam afetar a capacidade de recuperação dos ativos não financeiros em 31.12.2022 e 31.12.2021. **k) Provisões técnicas de seguros e previdência complementar -** As provisões técnicas de seguros e previdência complementar são calculadas de acordo com as notas técnicas atuariais, conforme disposto pela SUSEP e segundo critérios estabelecidos pela Resolução CNSP nº 432/2021, pela Circular SUSEP nº 648/2021, e alterações posteriores. I. Seguros - • Provisão de prêmios não ganhos (PPNG): constituída para cobertura de sinistros e despesas a ocorrer referentes aos riscos assumidos na data de cálculo, independentemente de sua emissão, correspondente ao período de vigência a decorrer. É calculada com base no prêmio comercial, bruto de resseguro e líquido de cosseguro cedido, contemplando também a estimativa para os riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE). Entre a emissão e o início de vigência do risco, considera-se o período de vigência a decorrer igual ao prazo de vigência do risco. Após a emissão e o início de vigência do risco, a provisão é calculada pro rata die. A PPNG referente às operações de retrocessão é constituída com base em informações recebidas do ressegurador; • Provisão de sinistros a liquidar (PSL): calculada com base em estimativa do valor da eventual indenização, conforme avisos de sinistros recebidos até a data-base, e atualizada monetariamente de acordo com as normas da Susep. A PSL judicial é constituída independentemente da probabilidade de perda avaliada pelos assessores jurídicos; • Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR): constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base. O cálculo da provisão é feito por processo estatístico-atuarial, que utiliza a experiência passada da Seguradora para projetar o valor dos sinistros já ocorridos, mas ainda não reportados à Seguradora; • Provisão de despesas relacionadas (PDR): constituída para cobertura dos valores esperados de despesas relacionadas aos sinistros ocorridos (avisados ou não). O cálculo da provisão é feito por processo estatístico-atuarial, que utiliza a experiência passada da Seguradora para projetar o valor das despesas a serem pagas. II. Previdência complementar - • Provisões matemáticas de benefícios a conceder (PMBAC) e concedidos (PMBC): constituídas para a cobertura dos compromissos assumidos com os participantes/segurados, na fase de acumulação (PMBAC) e fase de concessão de benefícios (PMBC), dos planos estruturados no regime financeiro de capitalização, e conforme nota técnica atuarial aprovada pela SUSEP. • Provisão de despesas relacionadas (PDR): constituída para cobertura de todas as despesas relacionadas à liquidação de indenizações e benefícios, em função de sinistros ocorridos e a ocorrer (regime financeiro de capitalização). • Provisão de Excedentes Financeiros (PEF): constituída para garantir os valores destinados à distribuição de excedentes financeiros, conforme regulamentação em vigor, caso haja previsão contratual. III. Provisão Complementar de Cobertura – PCC - A provisão será constituída quando for constatada insuficiência relacionada às provisões técnicas PPNG, PMBAC e PMBC, conforme apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP). IV. Teste de Adequação de Passivos – TAP - O teste tem por objetivo avaliar se os passivos decorrentes dos contratos de seguro (exceto DPEM e Seguro Habitacional do SFH) e de previdência complementar aberta estão adequados, por meio da confrontação do valor contabilizado de suas provisões técnicas com a estimativa corrente do fluxo de caixa projetado. Referido teste é realizado semestralmente, de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 648/2021, que exige a apuração com frequência mínima semestral, e premissas mínimas determinadas pelos atuários internos da Companhia. O resultado do TAP é a diferença entre i) o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e ii) a soma do saldo contábil na data-base das provisões técnicas, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis relacionados às provisões técnicas. Para a realização do teste, os fluxos são agrupados respeitando a segregação definida pela Circular SUSEP nº 648/2021, com base nas similaridades dos riscos. A compensação dos resultados (déficit ou superávit) entre os seis macros fluxos definidos na regulamentação é vedada, sendo aplicada a compensação entre os resultados parciais. A insuficiência detectada nas provisões PPNG, PMBC e PMBAC será registrada como uma despesa no resultado do exercício, por meio da constituição da PCC (conforme item anterior). Já os ajustes decorrentes de insuficiências nas demais provisões técnicas são efetuadas nas próprias provisões. **l) Apuração de resultado de operações de seguros e previdência complementar -** Os prêmios de seguros deduzidos dos prêmios cedidos em cosseguro e os respectivos custos de comercialização são registrados por ocasião da emissão das respectivas apólices ou faturas ou pela vigência do risco, conforme estabelece a Circular SUSEP nº 648/2021, e reconhecidos no resultado no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio da constituição da provisão de prêmios não ganhos e do diferimento dos custos de aquisição. As receitas de contribuições previdenciárias são reconhecidas por ocasião de seu recebimento. Prêmios de resseguros cedidos são diferidos e reconhecidos no resultado no decorrer do prazo de cobertura, por meio de registro nos ativos de resseguro – provisões técnicas. **m) Ativos e passivos contingentes -** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela SUSEP, da seguinte forma: I. Ativos contingentes: são possíveis ativos que resultam de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob controle da entidade. O ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações contábeis, e sim divulgado caso a realização do ganho seja provável. Porém, quando existem evidências de que a realização do ganho é praticamente certa, o ativo deixa de ser contingente e passa a ser reconhecido. II. Provisões e passivos contingentes: uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de evento passado, na qual seja provável uma saída de recursos para sua liquidação e que seja mensurada com confiabilidade, deve ser reconhecida pela entidade como uma provisão. Caso a saída de recursos para liquidar a obrigação presente não seja provável ou não possa ser confiavelmente mensurada, ela não se caracteriza como uma provisão, mas sim como um passivo contingente. Também se caracterizam como passivo contingente as possíveis obrigações resultantes de eventos passados e cuja existência seja confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos incertos não totalmente sob controle da entidade. Os passivos contingentes não devem ser reconhecidos, apenas divulgados, a menos que a saída de recursos para liquidar uma obrigação presente seja remota. As obrigações são avaliadas pela Administração, com base nas melhores estimativas e levando em consideração o parecer dos assessores jurídicos, que reconhece uma provisão quando a probabilidade de perda é considerada provável; e divulga sem reconhecer provisão quando a probabilidade de perda é considerada possível. As obrigações cuja probabilidade de perda é considerada remota não requerem provisão ou divulgação. III. Obrigações Legais (fiscais e previdenciárias): referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, provisionado e atualizado mensalmente, independentemente da probabilidade de perda dos processos, uma vez que a certeza de não desembolso depende exclusivamente do reconhecimento da inconstitucionalidade da lei em vigor. **n) Benefícios a empregados -** Os benefícios de curto prazo são aqueles a serem pagos dentro de doze meses. Os benefícios que compõem esta categoria são salários, contribuições para o Instituto Nacional de Seguridade Social, ausências de curto prazo, participação nos resultados e benefícios não monetários. A participação nos lucros é reconhecida como uma provisão para pagamento e uma despesa de participação nos resultados (apresentado na rubrica "Despesas de pessoal" na demonstração do resultado) com base em cálculo que considera o lucro após certos ajustes. A Safra Vida e Previdência reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada. A Safra Vida e Previdência não possui benefícios de longo prazo relativos à rescisão de contrato de trabalho além daqueles estabelecidos pelo sindicato da categoria, como assistência médica. Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o contrato de trabalho é rescindido antes da data normal de aposentadoria. Adicionalmente, a Safra Seguros Gerais não possui remuneração baseada em ações para o seu pessoal chave da Administração e empregados. Adicionalmente, a Safra Vida e Previdência não possui remuneração baseada em ações para o pessoal chave da Administração e empregados. **o) Tributos -** Calculados às alíquotas abaixo demonstradas, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

	Imposto de renda (1)	Contribuição Social (2)	PIS	COFINS	ISS
Seguradoras	25%	15% - 16%	0,65%	4%	Até 5%

(1) Inclui alíquota adicional de 10%. (2) A Medida Provisória 1.115/2022 altera a alíquota de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para Seguradoras de 15% para 16%, sendo que esta alíquota será aplicada no período de 01.08.2022 até 31.12.2022. Os tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os tributos diferidos, representados pelos créditos tributários e pelas obrigações fiscais diferidas, são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo dos tributos e seus valores contábeis das demonstrações financeiras. Os créditos tributários de diferenças temporárias decorrem principalmente das provisões para prêmios a receber, das provisões para passivos contingentes, e da avaliação ao valor justo de certos ativos e passivos financeiros, e são reconhecidos somente quando todos os requisitos para sua constituição são atendidos. Os tributos relacionados com ajustes ao valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos em contrapartida com o respectivo ajuste no patrimônio líquido e subsequentemente são reconhecidos no resultado pela realização dos ganhos e perdas dos respectivos ativos financeiros. **p) Lucro por ação -** Conforme CPC 41 – Resultado por Ação, o lucro por ação básico é calculado dividindo o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações em circulação durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas em tesouraria. O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há ações com potencial efeito diluidor. **q) Uso de estimativas contábeis críticas e julgamentos -** A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes, (ii) provisões técnicas de seguros, resseguros e previdência complementar e teste de adequação do passivo, (iii) valor justo de determinados ativos e passivos financeiros, (iv) as taxas de depreciação de itens do ativo imobilizado, (v) amortizações de ativos intangíveis e (vi) créditos tributários. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas. **r) Classificação em Circulante e Não Circulante -** Ativos e Passivos cujos vencimentos não ultrapassarem o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base da Demonstração Contábil deverão ser inscritos no Ativo e Passivo Circulantes. Em oposição a essa classificação, Ativos e Passivos cujos vencimentos ultrapassarem o prazo de 12 meses subsequentes a mesma data-base deverão ser inscritos no Ativo e Passivo Não Circulantes.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	31.12.2022	31.12.2021
Disponibilidades – Nota 14(b)	3.080	5.507
Fundos de investimentos exclusivos – Nota 5(a-I)	136.176	234.191
Total	**139.256**	**239.698**

5. APLICAÇÕES - ATIVOS FINANCEIROS - a) Aplicações - Carteira - I. Composição

	31.12.2022		31.12.2021	
	Valor Justo – Sem vencimento (2)	%	Valor Justo – Sem vencimento (2)	%
Mensurados ao valor justo por meio do resultado – Nota 5(a-III)	**21.091.388**	**100,00**	**19.872.072**	**100,00**
Fundos de investimentos exclusivos – Livres – Nota 4 (1)	136.176	0,65	234.191	1,18
Recursos garantidores de reservas técnicas – Notas 5(a-III) e 6(g)	20.955.212	99,35	19.637.881	98,82
Provisões técnicas a serem garantidas – Provisões técnicas	20.844.886	98,83	19.519.486	98,23
Cotas de fundos de investimentos – PGBL/VGBL	20.430.661	96,87	19.257.300	96,91
Cotas de fundos de investimentos – Seguros (1)	414.225	1,96	262.186	1,32
Cobertura excedente	110.326	0,52	118.395	0,60

(1) Referem-se a cotas de fundos de investimentos exclusivos administrados pelas empresas do Grupo J. Safra (Parte Relacionada) – Nota 14(b). A carteira dos fundos de investimentos livres está composta substancialmente por operações compromissadas com lastro em títulos públicos e a carteira dos fundos vinculados à garantia de seguros está composta substancialmente por títulos públicos. (2) Não houve ganhos e/ou perdas não realizados durante os períodos findos em 31.12.2022 e 31.12.2021. Desta forma, o saldo referente ao valor justo é igual ao saldo do custo contábil.

II. Movimentação das aplicações

	01.01. a 31.12.2022				01.01 a 31.12.2021
		Recursos garantidores de reservas técnica			
Cotas de fundos de investimentos	**Livres**	**PGBL/VGBL**	**Seguros**	**Total**	**Total**
Saldo no início do período	**234.191**	**19.257.300**	**380.581**	**19.872.072**	**20.513.229**
Movimentação financeira	(118.567)	(682.465)	90.201	(710.831)	(63.080)
Aquisição/(Resgate) no período – Nota 6(e-II)	(118.567)	844.431	90.201	816.065	1.722.433
(Vendas/Resgates) no período	-	(1.526.896)	-	(1.526.896)	(1.785.513)
Resultado financeiro – Receita/(Despesa) – Nota 5(c)	20.552	1.855.826	53.769	1.930.147	(578.077)
Saldo no final do período	**136.176**	**20.430.661**	**524.551**	**21.091.388**	**19.872.072**

III. Hierarquia do valor justo

	31.12.2022			31.12.2021
	Nível 1	Nível 2	Total	Total
Fundos de investimentos exclusivos - Livres	136.176	-	136.176	234.191
Recursos garantidores de reservas técnicas - Notas 5(a-I) e 6(g)	7.292.295	13.662.917	20.955.212	19.637.881
Cotas de fundos de investimentos PGBL/VGBL	6.767.847	13.662.814	20.430.661	19.257.300
Operações compromissadas - Títulos Públicos - LTN	8.301	-	8.301	32.861
Títulos Públicos - Tesouro Nacional	6.303.265	-	6.303.265	8.929.130
Títulos Privados	456.281	13.696.551	14.152.832	10.282.737
Ações	456.281	-	456.281	1.327.987
Certificados de depósitos bancários	-	755.570	755.570	558.343
Cotas de fundos de investimentos	-	7.115.976	7.115.976	4.464.908
Letras financeiras	-	3.937.758	3.937.758	2.089.994
Debêntures	-	1.697.653	1.697.653	1.841.505
Nota promissória	-	189.594	189.594	-
Instrumentos financeiros derivativos - Opções	-	-	-	22.318
Contas a pagar	-	(33.737)	(33.737)	(9.746)
Cotas de fundos de investimentos - Seguros	524.448	103	524.551	380.581
Total em 31.12.2022 - Nota 5(a-I)	**7.428.471**	**13.662.917**	**21.091.388**	**19.872.072**
Total em 31.12.2021 - Nota 5(a-I)	**10.904.278**	**8.967.794**	**19.872.072**	

Nível 1 - preços cotados em mercados ativos para o mesmo instrumento, sem modificação (SELIC – Sistema Especial de Liquidação e Custódia, B3 - Brasil, Bolsa e Balcão e ANBIMA - Associação Brasileira dos Mercados Financeiros de Capitais). Nível 2 - preços cotados em mercados ativos para instrumentos semelhantes ou técnicas de avaliação, para as quais todos os inputs significativos são baseados nos dados de mercados observáveis (SELIC, B3 e ANBIMA). Nível 3 - técnicas de avaliação, para as quais qualquer input significativo não se baseia em dados de mercado observáveis. Em 31.12.2022 e 31.12.2021 não havia títulos e valores mobiliários classificados no Nível 3. **b) Instrumentos financeiros derivativos -** I. Próprios - Durante os períodos findos em 31.12.2022 e 31.12.2021, a Companhia não detinha operações próprias de instrumentos financeiros derivativos. II. Recursos garantidores de fundos de investimentos PGBL/VGBL – Nota 5(a-III). Composição do valor referencial por tipo de operação

	31.12.2022				31.12.2021
	Valores por prazos de vencimentos				
B3	**Até 90 dias**	**De 91 a 365 dias**	**Acima de 365 dias**	**Total**	**Total**
Futuro	359.180	695.466	1.881.014	2.935.660	20.259.730
Comprado	190.016	693.887	14.209	898.112	18.078.942
Taxa de juros	135.362	693.887	14.209	843.458	17.401.983
Moeda estrangeira	54.654	-	-	54.654	72.967
Índice Bovespa	-	-	-	-	603.992
Vendido	169.164	1.579	1.866.805	2.037.548	2.180.788
Taxa de juros	43.056	1.579	1.866.805	1.911.440	1.626.108
Moeda estrangeira	98.888	-	-	98.888	442.304
Índice Bovespa	27.220	-	-	27.220	112.376
Opções	-	-	-	-	2.229.637
Total em 31.12.2022	**359.180**	**695.466**	**1.881.014**	**2.935.660**	**22.489.367**
Total em 31.12.2021	**3.702.369**	**16.306.502**	**2.480.496**	**22.489.367**	

c) Resultado financeiro

	2022	2021
Receitas/(Despesas) de ativos financeiros	**1.953.709**	**(553.874)**
Receitas com títulos de renda fixa, renda variável e fundos de investimentos	1.930.147	(578.077)
Mensurados ao valor justo por meio do resultado - Nota 5(a-II)	1.930.147	(578.077)
Livres e cobertura excedente	20.552	7.593
Vinculados a garantia	1.909.595	(585.670)
PGBL/VGBL	1.855.826	(601.326)
Seguros	53.769	15.656
Receitas financeiras com operações de seguros	23.557	24.199
Juros sobre recebimento de prêmios - Nota 6(a-I(3))	22.932	23.390
Resseguros cedidos - Nota 6(b-II)	625	809
Outras	5	4
Despesas/(Receitas) de passivos financeiros	**(1.864.019)**	**591.409**
Operações de seguros	(5.483)	(5.381)
Atualização monetária - Nota 6(d-II)	(1.949)	(1.873)
Repasse de juros sobre recebimentos de prêmios - Nota 14(b)	(3.534)	(3.508)
Despesas financeiras sobre PGBL e VGBL - Nota 6(e-II)	(1.856.858)	598.132
Provisão matemática	(1.852.840)	601.289
Concedidos	(4.018)	(3.157)
PEF - Provisão de Excedente Financeiro	(51)	-
Outras	(1.627)	(1.342)
Resultado financeiro líquido	**89.690**	**37.535**

6. OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS - a) Créditos das operações com seguros e resseguros - I. Prêmios a receber - Os prêmios a receber contemplam os prêmios de emissão direta e cosseguro aceito. 1) Composição dos saldos

	31.12.2022					31.12.2021	
	Prêmios a receber	Riscos vigentes e não emitidos	Provisão para risco de crédito – Nota 6(a-I(2))	Total	Prazo médio de parcelamento (mês)	Total	Prazo médio de parcelamento (mês)
Prestamista	113.636	5.733	(5.770)	113.599	19	117.536	27
Acidentes pessoais	4.700	3.642	(1.828)	6.514	1	5.144	1
Vida em grupo	3.334	3.078	(1.326)	5.086	1	3.902	1
Outros	63	26	(10)	79	4	106	11
Total em 31.12.2022(1)	**121.733**	**12.479**	**(8.934)**	**125.278**		**126.688**	
Total em 31.12.2021(1)	**124.637**	**9.142**	**(7.091)**	**126.688**			

(1) Deste montante, R$ (55.179) (R$ (73.171) em 31.12.2021) refere-se a Direitos creditórios sobre prêmios de seguros – Notas 6(g) e 12(c-II).

2) Parcelas por vencimento - Prêmios a receber

	31.12.2022			31.12.2021
CURSO	**Anormal (1)**	**Normal (2)**	**Total**	**Total**
Parcelas Vencidas:	5.065	5.385	10.450	8.396
De 01 a 30 dias	1.442	4.445	5.887	5.309
De 31 a 60 dias	1.443	940	2.383	2.049
De 61 a 360 dias	2.180	-	2.180	1.038
Parcelas Vincendas:	3.869	107.414	111.283	116.241
De 01 a 30 dias	243	26.576	26.819	12.816
De 31 a 60 dias	230	4.825	5.055	5.411
De 61 a 120 dias	430	8.475	8.905	9.699
De 121 a 180 dias	410	8.061	8.471	9.123
De 181 a 365 dias	1.028	20.048	21.076	23.879
Acima de 365 dias	1.528	39.429	40.957	55.313
Total em 31.12.2022	**8.934**	**112.799**	**121.733**	**124.637**
Total em 31.12.2021	**7.091**	**117.546**	**124.637**	

(1) Apólices integralmente provisionadas que apresentam parcelas vencidas há mais de 60 dias. (2) Apólices sem atraso e/ou com parcelas vencidas até 60 dias.

3) Por movimentação no período

	01.01 a 31.12.2022	01.01 a 31.12.2021
Saldo no início do período	**126.688**	**127.093**
(+) Prêmios emitidos e riscos vigentes e não emitidos – Nota 12(c-II)	574.724	430.297
(-) Recebimentos	(597.223)	(450.137)
(-) Variação de provisão para risco de crédito – Nota 6(a-III)	(1.843)	(3.955)
(+) Juros sobre recebimento de prêmios – Nota 5(c)	22.932	23.390
Saldo no final do período	**125.278**	**126.688**

II. Operações com seguros e resseguradoras

	31.12.2022	31.12.2021
Sinistros a recuperar	1.758	4.554
Outros créditos	2.281	1.055
Provisão para risco de crédito – Nota 6(a-III)	(1)	(22)
Total	**4.038**	**5.587**

III. Movimentação da provisão para risco de crédito das operações com seguros e resseguros – Nota 3(e-III)

	01.01. a 31.12.2022						01.01. a 31.12.2021
	Prêmios a receber (1)	Operações com Seguros	Débitos de Operações com Seguros e Resseguros(2)	Subtotal	Crédito de operações com Resseguradoras	Total	Total
Saldo no início do período	**(7.091)**	**(873)**	**1.499**	**(6.465)**	**(22)**	**(6.487)**	**(4.794)**
Variação da provisão do risco crédito	(1.843)	-	277	(1.566)	21	(1.545)	(1.694)
Constituição/(Reversão) Nota 6(k-I)	(1.843)	-	277	(1.566)	(1.034)	(2.600)	(3.085)
Baixa definitiva "Write-off"	-	-	-	-	1.055	1.055	1.391
Saldo no final do período	**(8.934)**	**(873)**	**1.776**	**(8.031)**	**(1)**	**(8.032)**	**(6.488)**

(1) Nota 6(a-I(1)). (2) A redução ao valor recuperável é composta pelo risco de crédito das seguintes contas e respectivos valores: Prêmio de Resseguro a Repassar no valor de R$(121) (R$122), em 31.12.2021)), Comissão a Pagar sobre prêmios no valor de R$(1.613) ((R$1.343), em 31.12.2021) e IOF a Recolher no valor de R$(42) (R$34), em 31.12.2021)).

b) Ativos de resseguros – Provisões técnicas - I. Saldo das provisões técnicas

	31.12.2022					31.12.2021
	PPNG(1)(2)	PSL(3)	IBNR e PDR	Subtotal	Total	Total
Prestamista	3.161	1.479	42	1.521	4.682	6.034
Acidentes pessoais	352	666	7	673	1.025	286
Vida em grupo	337	4.620	277	4.897	5.234	4.550
Outros	3	-	2	2	5	9
Total em 31.12.2022	**3.853**	**6.765**	**328**	**7.093**	**10.946**	**10.879**
Total em 31.12.2021	**2.905**	**6.634**	**1.340**	**7.974**	**10.879**	

(1) Inclui o montante de R$ 1.546 referente a prêmios de resseguro não proporcional. (2) Inclui 15 (14 em 31.12.2021) casos de sinistros judiciais no montante de R$ 4.932 (R$ 4.246 em 31.12.2021). (3) Inclui PDR-IBNR no valor de R$ 59 (R$ 356 em 31.12.2021).

II. Movimentação dos ativos de resseguro no período

	01.01 a 31.12.2022			01.01 a 31.12.2021
	PPNG	PSL, IBNR e PDR	Total	Total
Saldo no início do período	**2.905**	**7.974**	**10.879**	**9.876**
Variação das provisões técnicas	948	1.439	2.387	5.247
Recebimento de sinistros	-	(2.945)	(2.945)	(5.053)
Atualização monetária – Nota 5(c)	-	625	625	809
Saldo no final do período	**3.853**	**7.093**	**10.946**	**10.879**

c) Custos de aquisição diferidos - I. Composição dos saldos

	31.12.2022		31.12.2021	
	Custos de aquisição diferidos	Prazo médio de diferimento (mês)	Custos de aquisição diferidos	Prazo médio de diferimento (mês)
Prestamista	114.901	42	60.920	38
Acidentes Pessoais	2.791	2	2.478	2
Vida em grupo	1.563	3	1.602	3
Outros	30	13	42	15
Total (1)	**119.285**		**65.042**	

(1) Deste montante, R$ 24.475 (R$ 24.123 em 31.12.2021) refere se a comissão líquida registrada na rubrica "Corretores de seguros e resseguros", no Passivo – Nota 14(b), inclui provisão para risco de crédito no valor de R$ (1.613) (R$ (1.343) em 31.12.2021) – Nota 6(a-III).

II. Movimentação

	01.01 a 31.12.2022	01.01 a 31.12.2021
Saldo no início do período	**65.042**	**33.861**
Comissões	136.063	88.612
Apropriação no resultado – Notas 6(k-I) e 14(b)	(81.820)	(57.431)
Saldo no final do período	**119.285**	**65.042**

d) Provisões Técnicas de Seguros – Pessoas - I. Composição dos saldos

	31.12.2022						31.12.2021
		SINISTROS					
Pessoas	**PPNG**	**PSL (1)**	**IBNR**	**PDR (2)**	**Subtotal**	**Total**	**Total**
Prestamista	377.227	15.400	3.206	406	19.012	396.239	275.772
Acidentes pessoais	18.609	2.502	178	35	2.715	21.324	17.589
Vida em grupo	10.425	10.485	2.591	295	13.371	23.796	23.508
Outros	193	-	42	-	42	235	324
Total em 31.12.2022	**406.454**	**28.387**	**6.017**	**736**	**35.140**	**441.594**	**317.193**
Total em 31.12.2021	**289.061**	**20.769**	**6.766**	**597**	**28.132**	**317.193**	

(1) O ano de aviso dos sinistros está demonstrado na Nota 7. O montante de sinistros judiciais é de R$ 14.450 (R$ 9.334 em 31.12.2021), sendo R$ 5.086 (R$ 3.335 em 31.12.2021) classificados como perda provável, R$ 7.377 (R$ 4.290 em 31.12.2021) como perda possível e R$ 1.987 (R$ 1.709 em 31.12.2021) como perda remota – Nota 3(m). (2) Inclui PDR-IBNR no valor de R$ 728 (R$ 580 em 31.12.2021).

II. Movimentação das provisões técnicas de seguros no período

	01.01 a 31.12.2022					01.01 a 31.12.2021
		SINISTROS				
	PPNG	PSL, IBNR e PDR	PSL e PDR judicial	Subtotal	Total	Total
Saldo no início do período	**289.061**	**16.314**	**11.818**	**28.132**	**317.193**	**227.452**
Sinistros Ocorridos – Nota 6(k-I)	-	18.270	5.310	23.580	23.580	35.689
Variação de provisões técnicas	117.393	-	-	-	117.393	75.780
Sinistros pagos/recuperados	-	(16.649)	(1.872)	(18.521)	(18.521)	(23.601)
Atualização monetária – Nota 5(c)	-	-	1.949	1.949	1.949	1.873
Saldo no final do período	**406.454**	**17.935**	**17.205**	**35.140**	**441.594**	**317.193**

e) Operações com Previdência Complementar e Vida com cobertura de sobrevivência - I. Saldo das provisões técnicas de vida com cobertura de sobrevivência e previdência complementar

	01.01 a 31.12.2022			01.01 a 31.12.2021		
	PGBL	VGBL	Total	PGBL	VGBL	Total
Provisões matemáticas	**2.939.784**	**17.490.643**	**20.430.427**	**2.867.524**	**16.393.086**	**19.260.610**
Benefícios a conceder	2.914.707	17.489.049	20.403.756	2.849.163	16.391.218	19.240.381
Benefícios concedidos	25.077	1.594	26.671	18.361	1.868	20.229
Outras provisões técnicas	**6.590**	**11.052**	**17.642**	**6.465**	**11.445**	**17.910**
PEF	51	-	51	-	-	-
PDR (1)	6.539	11.052	17.591	6.465	11.445	17.910
Benefícios a conceder	5.244	11.004	16.248	5.591	11.388	16.979
Benefícios concedidos	1.295	48	1.343	874	57	931
Provisão de resgates a processar(2)	**4.676**	**12.819**	**17.495**	**1.795**	**3.123**	**4.918**
Total	**2.951.050**	**17.514.514**	**20.465.564**	**2.875.784**	**16.407.654**	**19.283.438**

(1) Nota 6(f-I). (2) Os valores correspondentes estão registrados no ativo na rubrica "Títulos e créditos a receber – Créditos a receber".

II. Movimentação das provisões no período

	01.01 a 31.12.2022			01.01 a 31.12.2021
	PGBL	VGBL	Total	Total
Saldo no início do período	**2.875.784**	**16.407.654**	**19.283.438**	**20.037.024**
Movimentação das provisões matemáticas	72.260	1.097.551	1.169.811	(756.987)
Movimentação financeira	(180.073)	(506.974)	(687.047)	(158.855)
Contribuições liquidas de portabilidade - Nota 5(a-II)	(19.764)	864.195	844.431	1.625.446
Contribuições	81.954	881.394	963.348	1.007.508
Transferências de portabilidade líquidas	(101.718)	(17.199)	(118.917)	617.938
Pagamentos de resgates	(158.408)	(1.370.763)	(1.529.171)	(1.781.546)
Benefícios pagos	(1.901)	(406)	(2.307)	(2.755)
Atualização Monetária - Nota 5(c)	252.333	1.604.525	1.856.858	(598.132)
Constituição de provisões técnicas	125	(393)	(268)	(1.249)
PDR - Nota 6(f-II)	74	(393)	(319)	(1.249)
PEF - Provisão de Excedente Financeiro - Nota 5 (c)	51	-	51	-
Provisões de valores a regularizar	2.881	9.702	12.583	4.650
Saldo no final do período	**2.951.050**	**17.514.514**	**20.465.564**	**19.283.438**

f) Teste de Adequação de Passivos – TAP – Nota 3(k-IV) - As premissas utilizadas no cálculo do TAP são as seguintes: (i) Para o segmento Previdência, as premissas são diferenciadas conforme as taxas de juros e tábuas atuariais contratadas pelos participantes (taxas de 0%, 3% ou 6% mais correção de IGPM ou IPCA e tábuas AT-1983, AT-2000 e BR-EMSsb). Faz parte da apuração do TAP projeções de contribuições futuras e decrementos atuariais tais como: projeções de resgates (tábua de persistência), taxa de conversão em benefícios concedidos e taxa de juros esperada disponibilizada pela SUSEP (ETTJ – Estrutura a Termo da Taxa de Juros), conforme a curva de juros relacionada ao indexador da obrigação. Para o cálculo da estimativa da variável biométrica morte são consideradas as tábuas BR-EMSsb V.2015-m e BR-EMSsb V.2015-f implementadas com "Improvement" segundo a escala G divulgada no site do SOA (Society of Actuaries). (ii) Para o segmento Vida, faz parte da apuração do TAP projeções atuariais de sinistralidade esperada e despesa administrativa. As estimativas correntes dos fluxos de caixa são descontadas a valor presente com base nas estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco definidas pela SUSEP. Aplicamos a compensação entre os fluxos parciais do TAP, adaptando-se às disposições da Circular SUSEP nº 543/2016.

g) Garantia das provisões técnicas de seguros e previdência complementar

	31.12.2022	31.12.2021
Total de Provisões a serem garantidas - Provisões técnicas - Nota 13	**20.844.886**	**19.519.486**
Provisões técnicas	414.459	258.876
Provisões técnicas de seguros - Nota 6(d-I)	441.594	317.193
Provisões técnicas de previdência complementar e vida com cobertura de sobrevivência - Outras - Nota 6(e-I)	35.137	22.828
Ativos de resseguros - Nota 6(b-I) (1)	(7.093)	(7.974)
Direitos creditórios sobre prêmios de seguros - Nota 6(a-I) (2)	(55.179)	(73.171)
Provisões matemáticas de previdência complementar e vida com cobertura de sobrevivência - Nota 6(e-I)	20.430.427	19.260.610
Ativos garantidores das provisões técnicas – Cotas de fundos de investimentos – Tesouro Nacional – Letras do Tesouro Nacional – Nota 5(a-I)	**20.955.212**	**19.637.881**
Cotas de fundos de investimentos - Seguros	524.551	380.581
Cotas de fundos de investimentos PGBL/VGBL	20.430.661	19.257.300
Cobertura Excedente - Nota 13	**110.326**	**118.395**

(1) Não inclui PPNG no valor de R$ 2.919 (R$ 2.905 em 31.12.2021) – Nota 6(b). (2) Os valores de direitos creditórios correspondem ao montante de prêmios a receber diretos e cosseguro aceito, líquidos de Cosseguro Cedido e Resseguro, referente às parcelas não vencidas de apólices, considerando o arrasto (todas as parcelas em aberto, após inadimplência de qualquer parcela) por segurado e tomador, na proporção dos prazos dos riscos a decorrer, considerando cada parcela, na data-base de cálculo. **h) Débitos das operações com resseguradoras (passivo)**

	Resseguradoras	
	31.12.2022	31.12.2021
Prêmios a repassar	2.929	4.053
Proporcional	1.151	4.053
Não proporcional	1.778	-
Prêmios a liquidar	4.038	45
Provisão para risco de crédito – Nota 6(a-III)	(122)	(122)
Total	**6.845**	**3.976**

i) Depósitos de terceiros (passivo) - Os depósitos de terceiros estão representados substancialmente por valores a processar com vencimento de 01 a 30 dias no montante de R$ 811 (R$ 1.476 em 31.12.2021). **j) Consórcio DPVAT -** Em Assembleia Geral de 24.11.2020, as consorciadas participantes da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. deliberaram pela dissolução da Companhia a partir de 01.01.2021. Com a extinção, ficam vedadas novas subscrições de riscos pela Seguradora Líder, ficando esta designada a administrar o run-off dos ativos, passivos e negócios do Consórcio DPVAT com relação aos sinistros ocorridos até 31.12.2021. Conforme ofício da Seguradora Líder, de 26 de Janeiro de 2022, determinadas despesas administrativas referentes ao exercício de 2021 não podem ser custeadas com recursos do seguro DPVAT, devendo ser ressarcidas pelas consorciadas à Seguradora Líder. O montante atribuído proporcionalmente à Safra Vida e Previdência é de R$ 529 (R$ 259 em 31.12.21), para os exercicios de 2022 e 2023, despesas de mesma natureza podem vir a ser ressarcidas á Seguradora Lider pelas consorciadas. Registrado em Despesas Administrativas - Nota 8. Adicionalmente, considerando os fatos citados acima, foi registrado, em 2022, provisão de perda do investimento no Consórcio DPVAT no valor de R$ 366, registrado em Resultado Patrimonial. **k) Resultado com operações de seguros -** I. Composição do resultado por ramos

	Prêmios Ganhos		Sinistros Ocorridos		Custo de Aquisição		Outras receitas e despesas operacionais		Operações de Resseguros(1)		Total	
Ramos	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Prestamista	281.546	197.105	(11.647)	(18.403)	(54.997)	(33.463)	(1.127)	(174)	(4.248)	334	209.527	145.399
Acidentes pessoais	98.658	88.367	(4.156)	(593)	(14.886)	(13.319)	(1)	(1)	1.122	(1.478)	80.737	72.976
Vida em grupo	76.414	67.883	(7.769)	(16.705)	(11.831)	(10.475)	(2)	(3)	(577)	768	56.235	41.468
Outros	713	1.162	(8)	12	(106)	(174)	(61)	6	93	(38)	631	968
Subtotal - Variações das Provisões Técnicas	**457.331**	**354.517**	**(23.580)**	**(35.689)**	**(81.820)**	**(57.431)**	**(1.191)**	**(172)**	**(3.610)**	**(414)**	**347.130**	**260.811**
(Provisão)/ Reversão para risco de crédito - Nota 6(a(3)-III)	-	-	-	-	-	-	(1.566)	(3.063)	(1.034)	(22)	(2.600)	(3.085)
Participação dos Lucros com contratos de Resseguro (2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.898	-	3.898
Subtotal - Outros Resultados com Resseguro(2)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(1.566)**	**(3.063)**	**(1.034)**	**3.876**	**(2.600)**	**813**
Total - Danos	**457.331**	**354.517**	**(23.580)**	**(35.689)**	**(81.820)**	**(57.431)**	**(2.757)**	**(3.235)**	**(4.644)**	**3.462**	**344.530**	**261.624**

(1) O resultado líquido está representado por receita de recuperação de sinistros ocorridos, IBNR e PDR e as despesas representado substancialmente por repasse de prêmios variações da PPNG de resseguro e resseguro não proporcional. (2) O valor refere-se à Participação nos lucros sobre os contratos proporcionais de resseguro. II. Índice de sinistralidade e custo de aquisição

	Sinistralidade (%)		Custo de Aquisição (%)	
Ramos	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Prestamista	(4,1)	(9,3)	(19,5)	(17,0)
Acidentes pessoais	(4,2)	(0,7)	(15,1)	(15,1)
Vida em grupo	(10,2)	(24,6)	(15,5)	(15,4)
Outros	(1,1)	-	(14,9)	(15,0)
Total	**(5,2)**	**(10,1)**	**(17,9)**	**(16,2)**

7. TABELA DE DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS - O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com suas respectivas provisões, partindo do ano em que o sinistro foi avisado. A parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia na medida em que as informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis. Não segregamos os sinistros judiciais devido ao volume imaterial de casos, o que não resultaria em informação útil ao usuário. A provisão de sinistros a liquidar bruta de resseguro é composta da seguinte forma: Provisão de Sinistros a Liquidar Bruta de resseguro – Nota 6(d-I): R$ 28.387

(continua)

(continuação)

Safra Vida e Previdência S.A.

Avenida Paulista, 2.100 - São Paulo/SP
CNPJ 30.902.142/0001-05

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 - (EM MILHARES DE REAIS)

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
Estimativas de Sinistros											
No ano do aviso	7.001	5.307	3.409	3.268	6.932	6.121	7.742	15.416	35.994	25.379	
Um ano após	5.780	5.011	2.500	3.419	6.130	5.752	4.428	12.115	34.772	-	
Dois anos após	6.178	4.958	2.501	3.368	6.399	6.396	4.810	12.614	-	-	
Três anos após	5.752	4.762	2.502	3.365	6.400	6.602	4.967	-	-	-	
Quatro anos após	5.748	4.746	2.460	3.365	7.067	6.751	-	-	-	-	
Cinco anos após	5.689	4.715	2.678	3.365	7.244	-	-	-	-	-	
Seis anos após	5.695	4.720	2.765	3.365	-	-	-	-	-	-	
Sete anos após	5.656	4.723	2.830	-	-	-	-	-	-	-	
Oito anos após	5.656	4.724	-	-	-	-	-	-	-	-	
Nove anos após	5.656	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Estimativa em 31.12.2022	**5.656**	**4.724**	**2.830**	**3.365**	**7.244**	**6.751**	**4.967**	**12.614**	**34.772**	**25.379**	**108.302**
Pagamentos de Sinistros											
No ano do aviso	3.733	2.953	1.502	2.503	3.237	5.452	2.780	9.513	22.158	10.686	
Um ano após	5.593	4.364	2.276	3.323	6.028	5.689	3.849	10.282	28.666	-	
Dois anos após	5.613	4.628	2.276	3.323	6.064	5.709	3.875	10.286	-	-	
Três anos após	5.626	4.699	2.276	3.364	6.064	5.725	3.875	-	-	-	
Quatro anos após	5.634	4.708	2.280	3.364	6.064	5.725	-	-	-	-	
Cinco anos após	5.634	4.711	2.280	3.364	6.064	-	-	-	-	-	
Seis anos após	5.656	4.711	2.280	3.364	-	-	-	-	-	-	
Sete anos após	5.656	4.711	2.280	-	-	-	-	-	-	-	
Oito anos após	5.656	4.711	-	-	-	-	-	-	-	-	
Nove anos após	5.656	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Pagamentos em 31.12.2022	**5.656**	**4.711**	**2.280**	**3.364**	**6.064**	**5.725**	**3.875**	**10.286**	**28.666**	**10.686**	**81.313**
PSL em 31.12.2022	**-**	**13**	**550**	**1**	**1.180**	**1.026**	**1.092**	**2.328**	**6.106**	**14.693**	**26.989**
						Passivos de sinistros anteriores a 2013					1.398
						Total do Passivo em 31.12.2022					28.387

A provisão de sinistros a liquidar líquida de resseguro é composta da seguinte forma:

Provisão de Sinistros a Liquidar Bruta de Resseguro – Nota 6(d-I):	28.387
(-) Recuperação de Sinistros a Liquidar – Nota 6(b-I):	6.765
Provisão de Sinistros a Liquidar líquida de resseguro:	21.622

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
Estimativas de Sinistros											
No ano do aviso	2.612	1.820	1.674	1.146	3.857	2.965	3.564	8.274	28.038	22.198	
Um ano após	1.890	1.519	1.337	1.189	3.649	2.829	2.563	7.354	28.250	-	
Dois anos após	1.935	1.484	1.339	1.139	3.693	2.993	2.786	7.660	-	-	
Três anos após	1.849	1.350	1.340	1.136	3.693	3.046	2.838	-	-	-	
Quatro anos após	1.843	1.334	1.298	1.136	3.899	3.089	-	-	-	-	
Cinco anos após	1.818	1.303	1.518	1.136	3.953	-	-	-	-	-	
Seis anos após	1.825	1.308	1.910	1.136	-	-	-	-	-	-	
Sete anos após	1.817	1.548	1.975	-	-	-	-	-	-	-	
Oito anos após	1.823	1.549	-	-	-	-	-	-	-	-	
Nove anos após	1.823	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Estimativa em 31.12.2022	**1.823**	**1.549**	**1.975**	**1.136**	**3.953**	**3.089**	**2.838**	**7.660**	**28.250**	**22.198**	**74.471**
Pagamentos de Sinistros											
No ano do aviso	1.135	730	657	770	1.738	2.539	1.880	5.630	17.144	8.929	
Um ano após	1.755	1.117	1.118	1.093	3.546	2.765	2.482	6.399	23.182	-	
Dois anos após	1.775	1.232	1.118	1.093	3.583	2.785	2.498	6.403	-	-	
Três anos após	1.787	1.287	1.118	1.135	3.583	2.790	2.498	-	-	-	
Quatro anos após	1.796	1.296	1.121	1.135	3.583	2.790	-	-	-	-	
Cinco anos após	1.796	1.299	1.121	1.135	3.583	-	-	-	-	-	
Seis anos após	1.817	1.299	1.425	1.135	-	-	-	-	-	-	
Sete anos após	1.817	1.536	1.425	-	-	-	-	-	-	-	
Oito anos após	1.823	1.536	-	-	-	-	-	-	-	-	
Nove anos após	1.823	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Pagamentos em 31.12.2022	**1.823**	**1.536**	**1.425**	**1.135**	**3.583**	**2.790**	**2.498**	**6.403**	**23.182**	**8.929**	**53.304**
PSL em 31.12.2022	**-**	**13**	**550**	**1**	**370**	**299**	**340**	**1.257**	**5.068**	**13.269**	**21.167**
						Passivos de sinistros anteriores a 2013					**455**
						Total do Passivo em 31.12.2022					**21.622**

8. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2022	2021
Pessoal	(9.771)	(5.865)
Serviços de terceiros	(1.594)	(742)
Localização e funcionamento	(524)	(963)
Contingências cíveis e trabalhista - Nota 9(b)	(129)	(434)
Doações	(10.074)	(9.531)
Outras	(655)	(87)
Total	**(22.747)**	**(17.622)**

9. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES - a) Ativos Contingentes - Não há ativos contingentes a serem divulgados. **b) Passivos Contingentes – Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Outros -** Os passivos contingentes montam R$ 382 (R$ 343 em 31.12.2021) e estão representados por contingências fiscais e obrigações legais no montante de R$ 99 (R$ 80 em 31.12.2021) e contingências cíveis e trabalhistas no montante de R$ 283 (R$ 263 em 31.12.2021). Os efeitos no resultado estão registrados em "Despesas com tributos" – Nota 10(a-II) e "Despesas administrativas" – Nota 8, respectivamente. Em 31.12.2022, não há passivos contingentes cíveis, trabalhistas e fiscais classificados como perda possível. Os depósitos judiciais vinculados às contingências estão registrados no ativo na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais".

10. TRIBUTOS - a) Composição das despesas com impostos e contribuições - I. Conciliação das despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social

	2022	2021
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**383.243**	**262.029**
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) - Nota 3(o)	(153.297)	(104.812)
(Inclusões) Exclusões Permanentes e Outros	8.366	(5.133)
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	**(144.931)**	**(109.945)**

II. Despesas com tributos

	31.12.2022	31.12.2021
PIS/COFINS	(24.079)	(17.307)
Outras	(4.104)	(3.496)
Total	**(28.183)**	**(20.803)**

b) Créditos tributários e previdenciários - Totalizam R$ 4.615 (R$ 3.658 em 31.12.2021) e estão representados por tributos a compensar de R$ 129 (R$ 126 em 31.12.2021) e créditos tributários no montante de R$ 4.486 (R$ 3.532 em 31.12.2021), substancialmente representados por contingências R$ 138 (R$ 115 em 31.12.2021) e sobre base de crédito de prejuízo fiscal R$ 3.383 (R$ 2.595 em 31.12.2021). Previsão de realização dos tributos diferidos sobre diferenças temporárias:

	Exercícios de realização						
	2023	2024	2025	2026	2027	2028 a 2033	Total
Créditos tributários	3.632	223	223	207	201	-	**4.486**

(1) Ajuste a valor presente de R$ 4.163, para cálculo foi utilizada a taxa de CDI projetada para os períodos futuros, líquida dos efeitos fiscais.

c) Impostos, encargos sociais e contribuições - Impostos e encargos sociais a recolher totalizam R$ 9.091 (R$ 10.449 em 31.12.2021) e se referem basicamente, a imposto renda retido na fonte sobre operações de seguros e previdência no montante de R$ 7.294 (R$ 8.688 em 31.12.2021). Impostos e contribuições a pagar totalizam R$ 24.034 (R$ 65.241 em 31.12.2021) e se refere basicamente, a imposto de renda e contribuição social correntes no montante de R$ 19.105 (R$ 63.394 em 31.12.2021).

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - a) Ações - O Capital social está representado por 3.529.110.900 (3.529.110.900 em 31.12.2021) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

	31.12.2022	
Acionistas	**Quantidade**	**%**
Banco Safra S.A.	3.529.109.595	99,99996
Elong Administração e Representações Ltda.	1.305	0,00004
Total	**3.529.110.900**	**100,00**

b) Dividendos - Os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 0,1% do lucro líquido do exercício, após as destinações legais e estatutárias. Em Reunião da Diretoria realizada em 27.12.2022, foi declarado e pago a distribuição de juros sobre o capital próprio aos cotistas no montante de R$ 18.200, que líquido do IR fonte representa R$ 15.470 referente à apuração realizada de janeiro a dezembro de 2022, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no primeiro quadrimestre do ano de 2023. Em Reunião da Diretoria realizada em 25.08.2022, foi declarado e pago dividendos aos acionistas no montante de R$ 107.108, a débito da conta de Reserva de Lucros. Em Reunião da Diretoria realizada em 22.03.2022, foi declarado e pago dividendos aos acionistas no montante de R$ 100.000, a débito da conta de reserva especial, cujo montante já contempla os dividendos mínimo obrigatório do exercício de 2021 no valor de R$ 152.

c) Reserva de lucros

	31.12.2022	31.12.2021
Reservas de lucros	**249.709**	**236.553**
Legal	29.487	29.487
Especial (1)	220.222	207.066

(1) Reserva constituída objetivando possibilitar a formação de recursos para futuras incorporações desses recursos ao capital social, pagamento de dividendos intermediários, manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da sociedade, e/ou expansão de suas atividades.

12. GESTÃO DE RISCOS - A Safra Vida e Previdência S.A. mantém em conformidade com a estrutura do seu controlador (Banco Safra S.A.), um conjunto de políticas, normas e procedimentos para assegurar o adequado gerenciamento dos principais riscos aos quais está exposto, além de controles internos que asseguram o cumprimento das políticas estabelecidas. A Companhia concentra as estruturas responsáveis pela gestão dos riscos de crédito, mercado, subscrição, operacional e liquidez em cada área de risco, respectivamente, formando a base necessária para atendimento à regulamentação vigente. A Resolução CNSP nº 388/2020 dividiu as sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, resseguradores locais e entidades abertas de previdência complementar (EAPCs) em quatro segmentos, de acordo com o grupo em que pertence e valores de prêmios e provisões técnicas, sendo a Safra Vida e Previdência classificada com S2. A Circular SUSEP nº 648/21 dispõe sobre a Estrutura de Gestão de Riscos, incluindo a Gestão do Risco de Liquidez como disciplina obrigatória. Ademais, a circular SUSEP nº 638/2021 definiu os requisitos de segurança cibernética a serem observados pelas supervisionadas, estabelecendo as diretrizes para o risco de segurança cibernética. Para assegurar a aderência aos normativos regulatórios, a Companhia incorporou as novas definições na Estrutura de Gestão de Riscos (EGR) e na respectiva Política de Gestão de Riscos própria. **a) Risco de Crédito -** O risco de crédito consiste no risco de uma contraparte causar perda financeira ao não liquidar uma obrigação, e decorre principalmente de aplicações financeiras e créditos de operações com seguradoras e resseguradoras (Nota 6(aIII)). Com o intuito de manter o risco de crédito da Companhia em patamares condizentes com o tradicional conservadorismo e a reconhecida agilidade nas decisões, estão em vigor políticas de gerenciamento que têm como principal característica a adequação do produto de crédito ao perfil do cliente. A qualidade do crédito, os níveis de concentração e os indicadores de inadimplência são monitorados continuamente, visando garantir o retorno dos recursos. Quanto a análise do risco de crédito com resseguradoras, a Companhia opera com o IRB Brasil Resseguros S.A., rating A-, conforme agência A.M. Best., uma das maiores resseguradoras local do segmento de seguros. **b) Risco de Mercado -** Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia. O gerenciamento do risco de mercado é estruturado de maneira a garantir que o risco de perdas extremas, decorrentes de oscilações de preços, seja devidamente controlado, permanecendo dentro dos limites operacionais estabelecidos pela alta gestão, e em consonância com as políticas internas da Companhia. A política que rege a gestão de risco de mercado - Política de Risco de Mercado - Seguros Gerais/Vida e Previdência. **c) Risco de Subscrição -** Define-se risco de subscrição como a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da supervisionada, associadas, diretamente ou indiretamente, às bases técnicas utilizadas para cálculo de prêmios, contribuições, quotas e provisões técnicas. A Companhia possui política de subscrição de riscos, em que estão descritas todas as regras para a análise e aceitação de riscos, além de diretrizes para os riscos sujeitos à análise prévia, bem como os riscos excluídos. A avaliação dos riscos envolve as atividades abaixo descritas: i. Acompanhamento e avaliação das condições de Cosseguro e Resseguro; ii. Definição política de aceitação e subscrição de riscos; iii. Criação de novos produtos; iv. Gestão de resultado de apólices e produtos; v. Acompanhamento de mercado; e vi. Suportes técnicos a clientes, corretores e prepostos. Os principais ramos operados pela Companhia são: Prestamista, Acidentes Pessoais, Vida em Grupo e Seguro Vida Produtor Rural. As taxas de carregamento praticadas atendem os percentuais estabelecidos em Nota Técnica Atuarial. Suplementarmente, a Companhia adota uma política de repasse de riscos em resseguro e cosseguro, evitando que os sinistros de baixa frequência e valor elevado afetem a estabilidade do resultado de suas operações. As mudanças na expectativa de vida ou mortalidade, que afetem diretamente o risco assumido, são controladas por meio de acompanhamento periódico da área atuarial da Companhia e seu resultado é refletido, se necessário, nos ajustes das provisões técnicas. O risco de crédito assumido com a resseguradora IRB Brasil Resseguros S.A. para a qual é repassado o risco de subscrição está demonstrado na Nota 12(a). I. Análise de sensibilidade de risco de seguro - A análise de sensibilidade é efetuada sobre as mesmas bases do TAP e tem como objetivo mostrar como o resultado e o patrimônio líquido teriam sido afetados caso tivessem ocorrido alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevantes à data do balanço.

	Impacto no resultado e patrimônio líquido em 31.12.2022		
Premissas atuariais (1)(2)	**Bruta de Resseguros**	**Resseguros**	**Líquida de Resseguros**
Aumento de 5% em sinistros a liquidar	(837)	200	(637)
Aumento de 5% em provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(177)	8	(169)
Aumento de 5% em provisão para despesas relacionadas	(21)	2	(19)
Redução de 5% em sinistros a liquidar	837	(200)	637
Redução de 5% em provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	177	(8)	169
Redução de 5% em provisão para despesas relacionadas	21	(2)	19

(1) Os montantes apresentados referem-se a impactos no período para o patrimônio líquido e resultado, líquidos de impostos. (2) A variação da inflação está contida nos valores de sinistros (PSL e IBNR). II. Distribuição de prêmios emitidos bruto por região geográfica

	2022						2021
Ramo de atuação	**Sudeste**	**Sul**	**Centro Oeste**	**Nordeste**	**Norte**	**Total**	**Total**
Prestamista	287.111	44.662	19.273	30.932	12.956	394.934	270.488
Acidentes pessoais	53.170	20.789	12.070	8.094	6.065	100.188	88.198
Vida em grupo	42.839	14.428	7.860	6.461	4.077	75.665	67.272
Demais ramos	199	174	160	56	17	606	869
Total em 2022 (1)	**383.319**	**80.053**	**39.363**	**45.543**	**23.115**	**571.393**	**426.827**
Total em 2021 (1)	**266.102**	**68.145**	**33.444**	**40.945**	**18.191**	**426.827**	

(1) A concentração de riscos não contempla riscos vigentes e não emitidos que totalizam R$ 3.331 (R$ 3.470 em 2021). As operações de previdência complementar apresentam como principal risco de negócio a variação nas provisões técnicas, conforme demonstrado abaixo:

Premissas atuariais (1)(2)	**Impacto no resultado e no patrimônio líquido em 31.12.2022**
Redução na taxa de juros em 5%	(116)
Redução na mortalidade em 5%	(11)
Aumento na conversão em 5%	(31)
Aumento na taxa de juros em 5%	111
Aumento na mortalidade em 5%	11
Redução na conversão em 5%	31

(1) Os montantes apresentados referem-se aos impactos no período para o patrimônio líquido e resultado, líquidos de impostos. (2) A variação da inflação está contida no estudo técnico do Teste de Adequação do Passivo – TAP. Em função das características da carteira e dos atuais planos comercializados, a variável inflação foi considerada de baixa materialidade. Seguem abaixo os principais segmentos dos planos PGBL/VGBL operados pela Companhia:

Plano	Tipo	Composição	Bases Técnicas
Renda Fixa	PGBL/VGBL	100% renda fixa	Tábua Mortalidade BREMS M/F Taxa de Juros 0%
Balanceado	PGBL/VGBL	Até 20% em renda variável	
Multimercado	PGBL/VGBL	Até 49%, ou 70%, ou 100% Renda Variável	
Ações	PGBL/VGBL	Até 100% em renda variável	

III. Limites de retenção - Os limites máximos individuais de retenção em 31.12.2022, nos principais ramos de atividade, estão demonstrados abaixo:

Ramo de Seguro	**Limite de Retenção**
Prestamista	5.000.000
Acidentes Pessoais	4.000.000
Vida em Grupo	4.000.000
Seguro de Vida Produtor Rural	5.000.000

d) Risco Operacional - Define-se como risco operacional a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. O risco operacional inclui também o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Companhia. A avaliação do risco legal é realizada de forma contínua nas áreas jurídicas da Companhia e nos Comitês específicos. Dessa definição estão excluídos os riscos reputacional ou de imagem e o estratégico ou de negócios. A área de Risco Operacional é uma unidade de controle (UC) independente, segregada da unidade executora da atividade de auditoria interna. É responsável pela identificação e monitoramento de riscos operacionais e avaliação da necessidade de controle e mitigação, bem como pela elaboração, disseminação e manutenção da política de Risco Operacional. É, também, responsável por atender as exigências emanadas da Resolução CNSP 416/2021 que dispõe sobre a Estrutura de Gestão de Riscos e a Circular SUSEP Nº 648/2021 no que tange o Banco de Dados de Perdas Operacionais (BDPO) e a definição do Risco Operacional. A gestão do Risco Operacional é realizada pela empresa líder do Conglomerado, sendo esta também responsável pela definição e acompanhamento de indicadores para o apetite ao Risco Operacional, bem como cálculo do capital econômico em cenários base e estresse, que contemplam a Companhia. **e) Risco de Liquidez -** Define-se como risco de liquidez a possibilidade das supervisionadas não serem capazes de cumprir eficientemente suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela impossibilidade de realizar tempestivamente seus ativos ou pelo fato de tal realização resultar em perdas significativas e/ou no descumprimento de requisitos regulatórios. O Safra gerencia seu risco de liquidez em linha com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CNSP nº 416, de 20 de Junho de 2021. **f) Risco Cibernético -** Define-se como risco cibernético a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes do comprometimento da confidencialidade, integridade ou disponibilidade de dados e informações em suporte digital, em decorrência da sua manipulação indevida ou de danos a equipamentos e sistemas utilizados para seu armazenamento, processamento ou transmissão.

13. EXIGÊNCIA DE CAPITAL - Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/2021, as seguradoras devem apresentar suficiência de capital em relação aos riscos a que estão sujeitas, mantendo um Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR). O Capital Mínimo Requerido (CMR) corresponde ao maior valor entre o Capital base e o Capital de Risco (CR): **(a)** O Capital base exigido pela regulamentação para operar em todo o país, corresponde ao montante fixo de R$ 15.000. **(b)** O Capital de Risco é constituído das parcelas dos riscos operacional, de subscrição, de crédito e de mercado, calculados mensalmente com base na Resolução CNSP nº 432/2021. Abaixo o demonstrativo da exigência de capital:

	31.12.2022
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	**451.793**
Nível 1	391.377
Nível 2	106.557
Nível 3	4.486
Ajuste do Excesso de PLA de nível 2 e 3	(50.626)
• Patrimônio Líquido	397.144
• Ajustes contábeis	(1.282)
(-) Participação em sociedades financeiras e não financeiras – nacionais	-
(-) Despesas antecipadas não relacionadas a resseguro	(491)
(-) Ativo intangível	(790)
• Ajustes associados à variação dos valores econômicos	106.557
(+) Superávit relativo aos prêmios/contribuições não registrados	724
(+) Superávit relativo aos prêmios/contribuições registrados	105.833
• Ajuste do excesso de PLA de Nível 2 E PLA de Nível 3	(50.626)
Capital Mínimo Requerido (CMR) – Maior entre A e B	**120.833**
• Capital base (A)	15.000
• Capital de risco (B)	120.833
- de subscrição	99.277
- de risco de crédito	5.627
- de risco operacional	16.745
- de risco de mercado	6.575
- benefício da diversificação	(7.391)
Suficiência de Capital = PLA - CMR	**330.960**

14. PARTES RELACIONADAS - a) Remuneração da Administração - Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 30.03.2022, foi estabelecida a remuneração máxima total anual para a Administração no montante de R$ 2.500 (R$ 2.500 em 2021). A remuneração recebida pela Administração monta a R$ (1.979) (R$ (1.721) em 2021). A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração. **b) Transações com partes relacionadas -** As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento ao CPC 05 (R1) – Divulgação sobre partes relacionadas. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas.

	Ativos/(Passivos)		Receitas/(Despesas)	
	31.12.2022	31.12.2021	2022	2021
Disponibilidades – Nota 4 (1)	3.080	5.507	-	-
Obrigações a pagar (1)	-	(152)	-	-
Créditos e débitos de operações com seguros e resseguros líquidos / Comissões – Nota 5(c) e 6(c-I e II).	90.443	39.301	(85.353)	(60.939)
SIP Administração e Participação Ltda.	24.001	24.436	(70.203)	(56.550)
Banco J. Safra	34.836	14.865	(11.320)	(4.389)
Safra Crédito, Financiamento e Investimento	8.087	-	(510)	-
Maitaca Corretora de Seguros	23.519	-	(3.320)	-
Despesas administrativas – Aluguéis – Exton Participações Ltda.	-	-	(27)	(271)
Doações - Institutos Safra	-	-	(5.000)	-

(1) Refere-se a transações integralmente relacionadas ao Banco Safra S.A. (controlador). Adicionalmente, a Companhia investe em cotas de fundos de investimento exclusivos, administrados pelas empresas do Grupo J. Safra, conforme composição contida na Nota 5(a-I).

15. OUTRAS INFORMAÇÕES - a) Comitê de Auditoria - Foi constituído Comitê de Auditoria próprio da Safra Vida e Previdência S.A. nos moldes da Resolução CNSP 432/2021, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 12.09.2022 e homologado por meio da Portaria CGRAJ/SUSEP nº 1086/2022, publicada no Diário Oficial da União de 31.10.2022. O referido comitê é composto por três membros independentes, cujas eleições foram homologadas pela SUSEP em 20.12.2022.

DIRETORIA

Carlos Pelá
João Carlos Cardoso Botelho
Leandro de Azambuja Micotti
Marcelo Dantas de Carvalho
Marcos Lima Monteiro
Paulo Sérgio Cavalheiro

José Manuel da Costa Gomes - Contador - CRC nº 1SP219892/O-0
Hélio Eduardo Martinez Pavão - Atuário Responsável Técnico - MIBA 612

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da Safra Vida e Previdência S.A.

Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis da Safra Vida e Previdência S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Safra Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria - Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. *Mensuração e registro das provisões técnicas* - Conforme mencionado nas notas explicativas nº 6 d) e 6 e) às demonstrações contábeis, a Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2022, provisões técnicas decorrentes de contratos de seguros e de previdência complementar no montante de R$20.907.153 mil, representando 99,64% dos seus passivos. Em razão da representatividade dos saldos dessas provisões técnicas em relação ao passivo, da diversificação dos contratos de seguros e previdência complementar, do volume transacionado e de certas provisões técnicas envolverem julgamento da Administração na determinação de modelos e premissas, tais como: taxa de desconto, taxa de cancelamento, tábuas de mortalidade, expectativa de aumento na longevidade, desenvolvimento histórico de sinistros, entre outros, consideramos as provisões técnicas como uma área de foco em nossa abordagem de auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento dos critérios de provisionamento adotados pela Companhia; (ii) avaliação do desenho e testes de implementação e, quando aplicável, de efetividade de controles internos chave relacionados ao processo de registro de certas provisões técnicas de seguros e de previdência complementar; (iii) testes, em base amostral, de exatidão e integridade das bases de dados utilizadas nos cálculos das provisões técnicas atuariais; (iv) envolvimento de nossos especialistas atuariais na revisão dos modelos e das premissas atuariais utilizados; (v) recálculo, em base amostral, dos saldos de certas provisões técnicas; e (vi) avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis. Consideramos que os critérios, os modelos e as premissas adotados pela Administração para mensurar e registrar as provisões técnicas são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis como um todo.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor - A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, bem como na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria e das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações contábeis como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações contábeis. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações contábeis : (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações contábeis com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações contábeis são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações contábeis . • Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos, frequentemente, uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações contábeis como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2023.

Deloitte.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Vanderlei Minoru Yamashita
Contador
CRC nº 1 SP 201506/O-5

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas Safra Vida e Previdência S.A.

Escopo da Auditoria - Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da **Safra Vida e Previdência S.A.** (Sociedade) em 31 de dezembro de 2022 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. A auditoria atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário independente da Sociedade, como previsto no Pronunciamento aplicável à auditoria atuarial independente. **Responsabilidade da Administração -** A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Atuários Independentes -** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião -** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, como definido no primeiro parágrafo acima, da **Safra Vida e Previdência S.A.** em 31 de dezembro de 2022, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Outros Assuntos - No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2023

pwc
PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732 – (B32) – Itaim Bibi
São Paulo – SP – Brasil 04538-132
CNPJ 02.646.397/0001-19
CIBA 105

Dinarte Ferreira Bonetti
MIBA 2147

(continua)

(continuação)

Safra Vida e Previdência S.A.

Avenida Paulista, 2.100 - São Paulo/SP
CNPJ 30.902.142/0001-05

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - SAFRA VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.

O Comitê de Auditoria ("Comitê") é um órgão estatutário de caráter permanente, responsável pelo cumprimento das atribuições e das responsabilidades previstas na Resolução CNSP nº 432/2021. O Comitê reporta-se diretamente à Diretoria e à Assembleia, e é composto por 03 (três) membros independentes. O Comitê desenvolve suas atividades com base nas disposições de seu Regimento Interno e do Estatuto Social da Companhia. Durante o 2º semestre de 2022, o Comitê de Auditoria da Sociedade não estava em pleno funcionamento, haja vista que a eleição dos membros do Comitê de Auditoria estava pendente de homologação pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Não obstante, o Comitê tomou conhecimento das seguintes atividades que foram realizadas durante o 2º semestre de 2022, no âmbito do Comitê de Auditoria do Banco Safra S.A. (sociedade controladora da Safra Vida e Previdência S.A.), quais sejam: • Reuniões com o sócio da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, que tratou sobre o planejamento e escopo dos trabalhos de auditoria para o 2º semestre de 2022, abordando os seguintes aspectos: metodologia, auditoria com foco em risco, controles internos, procedimentos de auditoria e procedimentos, políticas e controles para assegurar a independência da auditoria externa; • Apreciação do reporte trimestral da área de Atendimento Regulamentar, abrangendo SUSEP; • Reuniões com representantes das áreas de Auditoria Interna, Controles Internos, Ouvidoria, Gestão Integrada de Riscos, Compliance, Prevenção à Lavagem de Dinheiro, Risco Reputacional e Proteção de Dados; • Reuniões formais com a presença do diretor responsável pela Auditoria Interna, em que tratou-se sobre as auditorias finalizadas e seus respectivos resultados; • Acompanhamento dos trabalhos e resultados oriundos de inspeções e apontamentos dos órgãos reguladores e autorreguladores e as respectivas providências adotadas pela administração para atendimento de tais apontamentos; e • Apreciação do Planejamento da Auditoria Interna para o exercício de 2023. Diante dos trabalhos reportados, o Comitê considera adequada a efetividade dos sistemas de controle interno da companhia, das auditorias independentes e auditoria interna. Não se verifica fato ou evidência relevante que pudesse comprometer a efetividade ou a independência das auditorias, interna e independentes, sendo elas compatíveis com o porte e as características da Companhia. Não houve recomendações significativas apresentadas à diretoria e não foram identificadas situações nas quais existem divergências significativas entre a administração da companhia, os auditores independentes e o comitê de auditoria, em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31.12.2022. Com base nos trabalhos e avaliações realizados e considerando o contexto e escopo em que exerce suas atividades, o Comitê de Auditoria concluiu que as Demonstrações Contábeis da Sociedade, e respectivas Notas Explicativas, acompanhadas do Relatório da Administração, e do Parecer da Auditoria Independente, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, são adequados, uma vez que foram elaborados conforme a regulamentação vigente, notadamente as emanadas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2023.
Comitê de Auditoria